

Elisandra Forneck | Leandro Mayer | Gilvane Kern
(Organizadores)



**COOPERATIVISMO E ASSOCIATIVISMO
EM SANTA CATARINA NO CONTEXTO DA
IMIGRAÇÃO ALEMÃ PARA O SUL DO BRASIL**



Organizadores

Elisandra Forneck

Possui graduação em História (Unochapecó) especialização em História Regional (UFFS-Chapecó) e mestrado em História Cultural (UFSC). Cursa graduação em Museologia. Atua como historiadora/coordenadora do Centro de Memória Alfa/MaxiCrédito-CEMAC. Pesquisa história e desenvolvimento regional, patrimônio cultural material e imaterial, história da agropecuária e da agroindústria, memórias, cooperação e cooperativismo.

Gilvane Kern

Especialista em cooperativismo de crédito, gestão educacional e gestão estratégica pela UCEFF de Itapiranga. Graduado em Filosofia pela Universidade de Passo Fundo e em Processos Gerenciais, Gestão e Organização de Cooperativas pela Unifael. Atualmente é Diretor Administrativo do Sicoob Creditapiranga SC/RS.

Leandro Mayer

Doutor e Mestre em História pela Universidade de Passo Fundo. Assistente Técnico Pedagógico na Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina. Áreas de interesse: Colonização, (I)migração, Estado Novo, Processos-crime.

Como sugere o termo *cooperativa* ou *cooperativismo* na sua raiz latina *co-operare*, as iniciativas para a solução e/ou as demandas de quaisquer necessidades humanas são concebidas e postas em prática em regime de cooperação. Cooperar exige como precondição de quem a pratica: compromisso e comprometimento com os parceiros visando ao bem comum. E, para tanto, é fundamental que os parceiros tenham “as mentes socializadas”. Os muitos autores e autoras da obra “Cooperativismo e associativismo em Santa Catarina no contexto da imigração alemã para o sul do Brasil”, com seus depoimentos, relatos de experiência e artigos científicos, propõem-se nas suas contribuições percorrer os velhos caminhos que os fundadores do cooperativismo começaram a trilhar há mais de cem anos. Com riqueza extraordinária nos motivam a imaginar e a refletir sobre os seus fundamentos para construir uma nova realidade, mais fraterna, solidária e justa.

Arthur Bl. Rambo

O Ministério do Turismo apresenta:

**Cooperativismo e associativismo
em Santa Catarina
no contexto da imigração alemã
para o sul do Brasil**





Patrocínio



Realização

SECRETARIA ESPECIAL DA
CULTURA
MINISTÉRIO DO
TURISMO



**Elisandra Forneck
Leandro Mayer
Gilvane Kern
(orgs.)**

**Cooperativismo e associativismo
em Santa Catarina
no contexto da imigração alemã
para o sul do Brasil**



São Leopoldo
2022

© Dos autores – 2022

Coordenação Administrativa: Elisandra Forneck

Assistência Administrativa: Catavento Gestão e Produção Cultural

Audiodescrição: Vagner Bozzetto e Lourenço Oliveira

Coordenação Editorial: Elisandra Forneck, Gilvane Kern e Leandro Mayer

Editoração: Oikos

Capa: Juliana Nascimento

Revisão: Rui Bender e Elisandra Forneck

Diagramação e arte-final: Jair de O. Carlos

Impressão: Rotermond

Conselho Editorial (Editora Oikos):

Avelino da Rosa Oliveira (UFPEL)

Danilo Streck (Universidade de Caxias do Sul)

Elcio Cecchetti (UNOCHAPECÓ e GPEAD/FURB)

Eunice S. Nodari (UFSC)

Haroldo Reimer (UEG)

Ivoni R. Reimer (PUC Goiás)

João Biehl (Princeton University)

Luiz Inácio Gaiger (Bolsista de Produtividade CNPq)

Marluza M. Harres (Unisinós)

Martin N. Dreher (IHSL)

Oneide Bobsin (Faculdades EST)

Raúl Fernet-Betancourt (Aachen/Alemanha)

Rosileny A. dos Santos Schwantes (Centro Universitário São Camilo)

Vitor Izecksohn (UFRJ)

Editora Oikos Ltda.

Rua Paraná, 240 – B. Scharlau

93120-020 São Leopoldo/RS

Tel.: (51) 3568.2848

contato@oikoseditora.com.br

www.oikoseditora.com.br

Distribuição gratuita

C778	Cooperativismo e associativismo em Santa Catarina no contexto da imigração alemã para o sul do Brasil. / Organizadores: Elisandra Forneck, Leandro Mayer e Gilvane Kern. – São Leopoldo: Oikos, 2022. 438 p.; il.; 16 x 23 cm. ISBN 978-65-5974-106-9 1. Cooperativismo – Santa Catarina. 2. Associativismo – Santa Catarina. 3. Imigração alemã. I. Forneck, Elisandra. II. Mayer, Leandro. III. Kern, Gilvane. CDU 334.6(816.4)
------	---

Catálogo na Publicação: Bibliotecária Eliete Mari Doncato Brasil – CRB 10/1184

Sumário

Apresentação	9
<i>Elisandra Forneck</i>	
<i>Leandro Mayer</i>	
<i>Gilvane Kern</i>	
Prefácio	11
<i>Arthur Blásio Rambo</i>	
Entrevistas	
Harry Dorow	17
Glauco Olinger	27
Artigos	
A contribuição do cooperativismo no desenvolvimento sustentável	39
<i>Eloiza Andréa Moraes Silva</i>	
<i>Fábio Luiz Búrigo</i>	
Entre paradigmas e inovações: o resgate do precedente cooperativo	56
<i>Ênio Meinen</i>	
Relação do cooperativismo com a sucessão familiar: análise, desafios, lições e estratégias preditivas	63
<i>Aimor Francisco Lotério</i>	
Programa “QT Rural”: sua história, significado e os resultados no cooperativismo	83
<i>Celso Zarpellon</i>	
A Epagri e a Pesquisa e Extensão Rural Pública: 65 anos de apoio ao cooperativismo e associativismo em Santa Catarina	103
<i>Célio Haverroth</i>	
<i>Márcio Antonio de Mello</i>	
A cooperação agrícola nos assentamentos do oeste de Santa Catarina: da luta pela terra à organização da Cooperoeste	118
<i>Ernesto Puhl Neto</i>	
<i>Jian Carlos Frare</i>	

A pioneira: a trajetória da cooperativa de crédito mais antiga de Santa Catarina	137
<i>Gilvane Kern</i>	
<i>Leandro Mayer</i>	
Alfajovem, um olhar sob outras lentes	149
<i>Maritânia Bagnara</i>	
<i>Genuir Parizotto</i>	
<i>Vilmar José Dal Bosco</i>	
<i>Eduardo Tecchio</i>	
Educação cooperativa	171
<i>Luiz Salgado Klaes</i>	
Cooperativas, modernização agropecuária e impacto econômico no oeste catarinense	210
<i>Elisandra Forneck</i>	
<i>Aline Maisa Lubenow</i>	
A inspiração que veio do Rio Grande do Sul	236
<i>Márcio Port</i>	
Trabalho cooperativo e emancipação de mulheres no sul do estado de Santa Catarina – Brasil	252
<i>Suzane Grimm</i>	
<i>Dimas de Oliveira Estevam</i>	
Cooperativismo e as mulheres, uma relação promissora!	267
<i>Ney Guimarães</i>	
A atuação da Crediseara na promoção do desenvolvimento territorial sustentável	290
<i>Giovana Paludo Giombelli</i>	
<i>Andréia Tecchio</i>	
<i>Valdete Boni</i>	
<i>Ademir Antonio Cazella</i>	
<i>Fábio Luiz Búrigo</i>	
<i>Marcelo Antônio Conterato</i>	
Os quadrinhos como ferramenta de comunicação e educação: o caso Sicoobito nas escolas!	306
<i>Blásio Spaniol</i>	

Relatos de experiência

Fecoagro – há 47 anos praticando e estimulando a intercooperação em SC	321
<i>Ivan Ramos</i>	
O caminho da luz: o cooperativismo de infraestrutura e eletrificação no oeste de Santa Catarina	334
<i>Fabiano Lazarotto Rambo</i>	
Aurora Coop: força e transformação	342
<i>Neitor Canton</i>	
Cooper: pioneirismo, união e reconhecimento	352
<i>Sabini Roncaglio</i>	
A experiência do Programa Cooperjovem como ferramenta de difusão do cooperativismo no Sicoob Creditapiranga SC/RS	362
<i>Gilvane Kern</i>	
Cooperativismo e seu compromisso social: Fundação Aury Luiz Bodanese – FALB e sua trajetória de cooperação e sustentabilidade	370
<i>Elisa Manfrin</i>	
<i>Sonara Bergamo Ramos</i>	
Uma jornada para fazer do cooperado o dono da cooperativa	381
<i>Homero Milton Franco</i>	
Projeto de Educação Financeira Maxi Poupe	391
<i>Jucelita Almeida Neves</i>	
<i>Adriane Biasi Rech</i>	
OCESC: 50 anos em defesa do cooperativismo	401
<i>Luiz Vicente Suzin</i>	
Cooperar e construir: este é o propósito!	408
<i>Marlise Iloira Gurtler</i>	
Centro de Memória Alfa/MaxiCrédito – CEMAC: preservação, pesquisa e comunicação da história do cooperativismo	416
<i>Elisandra Forneck</i>	
<i>Aline Maisa Lubenow</i>	
Sobre os organizadores e os autores	431



Aponte a câmera do seu celular no QR Code e ouça o audiolivro do texto

Apresentação

O cooperativismo é uma das temáticas que integra o projeto “A caminho de 2024 – 200 anos: Migrações Alemãs para o Brasil” do Instituto Histórico de São Leopoldo (IHSL), a quem agradecemos o convite para a organização desta obra. O propósito desse livro foi viabilizar uma publicação reunindo artigos, relatos de experiências e entrevistas sobre o tema, pois o cooperativismo e o associativismo estão intimamente ligados ao contexto da imigração alemã, sendo amplamente disseminado nas zonas de colonização no sul do Brasil, encontrando na cultura da ajuda mútua a materialização do modelo cooperativo e associativo. No Rio Grande do Sul, o modelo cooperativo que hoje conhecemos, foi introduzido em 1902, em Nova Petrópolis/RS, pelo padre suíço Theodor Amstad, que fundou a primeira cooperativa de crédito da América Latina, em 1902, na cidade de Nova Petrópolis: a atual Sicredi Pioneira/RS. Além do município levar o título de Capital Nacional do Cooperativismo (Lei 12.205/2010), Amstad foi oficializado o Patrono do Cooperativismo Brasileiro (Lei 13.926/2019), pelo seu trabalho incansável com o desenvolvimento social e econômico das comunidades locais.

A partir da prática exitosa implantada naquela comunidade alemã, outros modelos surgiram como uma alternativa encontrada pelos colonos teuto-brasileiros para juntos enfrentarem seus problemas. Uma destas experiências está em Itapiranga, que tem a cooperativa de crédito mais antiga de Santa Catarina, em funcionamento ininterrupto desde sua fundação, em 1932. Na cidade vizinha, Palmitos, localiza-se a cooperativa agropecuária mais antiga do estado, fundada um ano depois. Ambas foram de iniciativa popular, buscando a união como forma de superar dificuldades. A partir da segunda metade do século XX, o cooperativismo se disseminou com mais força, fomentado pelo Estado, tornando Santa Catarina um dos estados mais cooperativistas do Brasil, com mais de 50% da população ligada a alguma cooperativa.

Um dos objetivos desta publicação é democratizar artigos científicos e oportunizar o compartilhamento de diferentes experiências de associativismo com cooperativas, escolas, instituições e interessados no tema, buscando fomentar os valores da cooperação e novas produções sobre o tema. Como você leitor vai notar, os artigos falam sobre diversos ramos do cooperativismo e diferentes projetos que cooperativas colocam em prática.

O livro começa com um prefácio magnífico do professor Arthur Blásio Rambo, que certamente já inspirou muitas pessoas a partir de suas publicações, aulas e reflexões. Em seguida, o leitor pode desfrutar de duas entrevistas com personagens importantes para a história do cooperativismo, que contam como foi sua experiência de vida atuando no fomento ao sistema cooperativo. Na próxima sessão, encontramos 15 artigos sobre diversos ramos do cooperativismo e, para finalizar, a sessão relatos, onde foram compartilhadas 11 experiências e projetos executados pelas cooperativas catarinenses e que impactaram positivamente na vida das pessoas.

Queremos registrar nosso agradecimento especial a todos os(as) atores(as) que atenderam nosso pedido para compartilharem suas experiências e pesquisas. Não podemos deixar de mencionar os apoiadores desta publicação: Fecoagro, BRDE e Ceraçá. Através da Lei de Incentivo à Cultura, apoiaram um projeto que vai multiplicar a semente da cooperação e do sistema cooperativo pelo Brasil. Nosso obrigado também à Catavento Gestão e Produção Cultural, que está fazendo a gestão administrativa do projeto junto ao Ministério do Turismo e Secretaria Especial de Cultura. E o mais gratificante: este livro vai chegar ao público de maneira totalmente gratuita. Esperamos que os princípios associativos, que transformaram a realidade das comunidades em Santa Catarina, possam gerar ainda mais frutos e fomentem o comportamento do pensar, produzir e partilhar coletivo.

*Elisandra Forneck
Leandro Mayer
Gilvane Kern*



Aponte a câmera do seu celular no QR Code e ouça o audiolivro do texto

Prefácio

Arthur Blásio Rambo

Conta a lenda que Cadmon, um antigo poeta e monge inglês, pastor de ovelhas, escutou numa noite solitária de vigília junto ao rebanho uma voz que pedia: “Cadmon, canta-me a canção do começo de todas as coisas”. À primeira vista, poderia parecer mais uma dessas divagações de poeta, ditada pela emoção do momento. Entretanto, refletindo um pouco melhor, chega-se à conclusão de que carrega um sentido mais profundo. Somos os rebentos da caminhada das gerações que nos precederam e dos meios e das estratégias de que se serviram para superar toda a ordem de desafios e obstáculos. Não por nada costuma-se dizer: “tal pai filho, tal filho” – “pelas raízes conhece-se a árvore” – “dize-me donde vens e digo-te quem és”. “Recordar é um pouco percorrer novamente velhos caminhos, mas também imaginar o corrido e construir sobre ele uma nova realidade”, escreveu o filósofo nicaraguense Alexandro S. Caldera. É exatamente isso que os/as autores/as propõem em suas contribuições na obra “Cooperativismo e associativismo em Santa Catarina no contexto da imigração alemã para o sul do Brasil”, isto é, percorrer os velhos caminhos que os fundadores do cooperativismo começaram a trilhar há mais de cem anos. Pesquisar, meditar e imaginar sobre esses fundamentos para construir uma nova realidade...

Comprometer-se com a difusão do cooperativismo moldado pelas características circunstanciais da cultura do começo do terceiro milênio significa lançar-se a uma empreitada de respeitáveis proporções. O socialismo ou coletivismo, ou o nome que se preferir, faliu e desmoronou no atacado como uma proposta alternativa ao individualismo ou liberalismo. As modalidades no varejo que ainda subsistem vivem todas sem exceção sua fase de insolvência. Iniciativas ainda na mesma linha, mascaradas de retorno às raízes de algumas nacionalidades, não conseguem esconder os seus fracassos. Outras ainda, embora mantenham oficialmente uma estrutura política e administrativa socialista, mergulharam de cabeça nas práticas do capitalismo, engendrando um modelo híbrido que exhibe as características condenáveis tanto do liberalismo como do socialismo. De outra parte, o liberalismo, se preferirmos o individua-

lismo, que domina no atacado a produção e a distribuição das riquezas do mundo atual mostra com crueza toda a sua face mais discutível. As desigualdades acentuam-se cada vez mais, e a velha carranca do sistema de exploração do homem pelo homem, o *homo homini lupus* – “o homem como lobo do homem”, da velha sabedoria romana, nunca foi tão feia e tão assustadora quanto está sendo no começo do terceiro milênio.

Pelo visto, não há saída pelo socialismo coletivista e/ou pelo liberalismo individualista. São duas vias fundamentadas em pressupostos equivocados. O socialismo nega a individualidade das pessoas e, conseqüentemente, os direitos inerentes a ela e faz delas mero instrumento a serviço da coletividade. O sacrifício da individualidade em benefício do coletivo alimenta a máquina da produção e distribuição das riquezas. O liberalismo individualista concebe as pessoas com direitos intocáveis, o que leva a não ter deveres com as demais. A coletividade deve ser organizada de tal forma que garanta a total liberdade ao indivíduo para subir na vida, mesmo pisoteando os demais. A competição, um autêntico darwinismo social, faz o papel de motor da atividade econômica. Como é fácil perceber, os dois sistemas, tanto o coletivismo como o individualismo, fundamentam-se num pressuposto diametralmente oposto no conceito de pessoa humana. A pessoa como indivíduo que só tem direitos e, em princípio, nenhum dever para com os outros é o pilar-mestre que sustenta o individualismo. O indivíduo que só tem deveres para com o coletivo e, portanto, a rigor, a individualidade lhe é negada é o pilar-mestre que fundamenta o coletivismo. No individualismo, a ordem consiste em competir, mesmo que implique a destruição do outro. No coletivismo, a ordem é consumir os indivíduos até a exaustão em favor do coletivo. Nos dois casos, o resultado final vem ser paradoxalmente o mesmo, isto é, o império de dois capitalismo. No individualismo, a ordem consiste em competir mesmo que isso signifique a destruição do outro, “uma alcateia de lobos devorando-se mutuamente”. No coletivismo, a ordem consiste em consumir os indivíduos até a anulação em favor do coletivo, “os lobos da nomenclatura no poder, devorando os indivíduos”.

O princípio da competição, concorrência e mútuo devoramento que rege a dinâmica do individualismo e a luta de classes que sacrifica a individualidade das pessoas no altar do Estado ou em busca de uma utopia impossível encontra seu contraponto na “Cooperação Solidária”, que dispõe no cooperativismo do instrumento mais eficaz quando entra em questão o desenvolvimento econômico, social, cultural e religioso, em outras palavras, a promoção humana em todas as suas dimensões. O autêntico cooperativismo fundamenta-

se no pressuposto familiar a qualquer pessoa medianamente instruída de que “meus direitos terminam quando colidem com os direitos de meu vizinho”. Ou ainda: “cooperar para prosperar”, “somando forças”, inspirado na metáfora do “feixe de varas” da Bíblia, ou ainda o “um por todos, todos por um”, como ensina o apóstolo Paulo. Um autêntico cooperativismo não depende, segundo Heinrich Pesch, da socialização dos meios de produção e/ou propriedade, mas da “Socialização das Mentes dos Proprietários”. Onde as “mentes” não estiverem “socializadas”, isto é, cônscias de seu comprometimento solidário, não há como promover um autêntico cooperativismo.

A raiz histórica do cooperativismo praticado no sul do Brasil deve ser procurada em 1848 nos sermões do bispo de Mainz Wilhelm von Ketteler sobre o direito à propriedade privada e seus limites. Vale lembrar que, no mesmo ano, Marx publicou o “Manifesto Comunista”. Pelo diagnóstico feito pelo bispo de Mainz, os conceitos formulados e o caminho apontado para superar as crises sociais permanecem válidos até hoje mais de um século e meio depois. Nesse meio tempo, a doutrina social então formulada passou pelo crivo da análise das mais diversas instâncias. Teóricos e estudiosos como Heinrich Pesch, Gustav Gundlach, Oswald von Nell Breuning, o cardeal Höffner, além de outros mais, condensaram-na gradativamente numa doutrina coerente e passível de ser aplicada em qualquer campo da atividade que tem como objetivo a promoção humana em sua complexidade, “die Menschlichkeit”, como definiriam os alemães. Assumida como Doutrina Social da Igreja em suas versões ditadas pelas circunstâncias concretas e pela própria dinâmica da História, encontra-se na sua versão oficial nas encíclicas papais *Rerum Novarum* de Leão XIII, *Quadragesimo Anno* de Pio XI, *Mater et Magistra* de João XXIII e *Populorum Progressio* de Paulo VI.

Na implantação dessa doutrina e respectivas práticas no sul do Brasil, destacaram-se os padres Theodor Amstad, Max von Lassberg, Johannes Rick, Franz Murmann e não poucos outros jesuítas alemães, austríacos e suíços que trabalharam entre os imigrantes alemães, italianos, poloneses e outras origens étnicas. Conheciam muito bem a natureza e a prática do “Catolicismo Social” em seus países de origem. Compreende-se que lançassem mão desse poderoso instrumento de promoção humana para enfrentar toda ordem de problemas e desafios que vinham encontrando no novo campo de trabalho. Não tiveram que inventar nada. Bastou transplantar o essencial desse modelo que tão bem conheciam, adaptando-o à realidade do novo campo de trabalho no final do século XIX e na primeira metade do século XX.

Aqui merece um destaque especial que, embora se fale em “Catolicismo Social”, a Associação dos Agricultores fundada em 1899, fundamentada nessa doutrina social, foi interconfessional, interétnica e intercultural. A metade, por ex., dos 35 fundadores foram protestantes, e os italianos e poloneses aderiram com entusiasmo. E, para implementar as iniciativas escolhidas, os projetos de desenvolvimento econômico e de promoção humana recorreram ao cooperativismo como instrumento estratégico. O movimento cooperativo começou com a criação da primeira cooperativa de crédito ou “caixa rural” ou “Sparkasse” em 1902, em Nova Petrópolis. As reservas acumuladas com a poupança dos associados, confiadas às muitas outras caixas criadas e, em 1922, reunidas numa Central em Porto Alegre, garantiram o suporte financeiro a projetos como a colonização de Serro Azul (Cerro Largo) e Santo Cristo e Porto Novo no oeste de Santa Catarina, a construção do Asilo e Hospital de São Sebastião do Caí, o Leprosário de Itapoã e anexo o Amparo Santa Cruz, além de disponibilizar empréstimos a juros anuais de 6% para atender as mais diversas demandas dos associados. Às cooperativas de crédito seguiram nos anos seguintes cooperativas de leite, suinocultores, cooperativas de comércio e de incontáveis outras modalidades.

Para não me alongar demais e para concluir fica o alerta. Como sugere o termo “cooperativa ou cooperativismo” em sua raiz latina *co-operare*, as iniciativas para a solução e/ou as demandas de quaisquer necessidades humanas são concebidas e postas em prática em regime de cooperação. Cooperar exige como pré-condição de quem a pratica compromisso e comprometimento com os parceiros visando ao bem comum. E para tanto é fundamental que os parceiros tenham “as mentes socializadas”.

Entrevistas





Aponte a câmera do seu celular no QR Code e ouça o audiolivro do texto

Harry Dorow



Harry Dorow tem uma longa trajetória no cooperativismo, que começou no final da década de 1960 e continua até hoje. Destaque para a fundação da Cooperativa Regional Vale Norte do Itajaí, em Presidente Getúlio, e da Cravil, com sede em Rio do Sul (donde é o atual presidente). Foi também presidente da Cooperativa Central Catarinense de Laticínios Ltda. – CCL, de Itajaí, presidente da Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina – OCESC, vice-presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, foi um dos primeiros membros do Conselho Diretor do SESCOOP Nacional. Nasceu em 28 de fevereiro de 1947

no município de Presidente Getúlio em Santa Catarina. Filho de Erich e Wally Dorow, é o mais velho de sete filhos. É casado desde 1970 com Elzira Dorow, com quem tem três filhos: Renei, Renildo e Regiane. Sempre foi e continua sendo agricultor, tendo propriedade em Itajaí, onde reside com sua família. Sua escolaridade é o ensino médio e o curso técnico em contabilidade. Construiu uma história muito respeitada no cooperativismo catarinense, em que sempre demonstrou sua sensatez, espírito combativo e confiança. Vamos conhecer um pouco melhor essa trajetória de mais de cinquenta anos de atuação no cooperativismo de Santa Catarina.

Como filho de agricultores, fala para nós um pouco de como era a realidade da agricultura na metade do século XX.

Eu nasci agricultor, e éramos sete irmãos. Lá em casa, a minha mãe cuidava da produção de leite, como na casa de muitas famílias. Enquanto não tínhamos cooperativa organizada, acontecia que ela entregava o leite no atravessador e, no final do mês, nunca tinha um centavo na mão; tinha que trocar o pagamento do leite por sal, farinha e roupas para receber algo. Em relação a outros produtos que se produziam na propriedade, dependendo para quem se vendia, também não se via a cor do dinheiro. Além do leite, produzíamos

milho e suínos. Era difícil, uma época muito complicada para o agricultor, e não era só o caso da minha família; era geral. Na década de 1960, quando foi implantado o projeto da Revolução Verde no Brasil com todas aquelas novas tecnologias havia uma determinação do Banco Mundial, que financiou o projeto. Só haveria repasse de recursos para o governo brasileiro a partir do momento em que ele assumisse o compromisso de organizar o produtor. E para tanto tinha que investir em assistência técnica. Por isso foi criado todo aquele aparato de assistência técnica a nível do governo federal e governos estaduais. E as cooperativas foram braços importantes para que esse objetivo fosse alcançado. Nós aqui tivemos muita sorte, pois o então presidente da Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina – ACARESC, hoje Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – EPAGRI, o agrônomo Glauco Olinger, que também foi Secretário de Estado da Agricultura, era uma pessoa de conduta exemplar. Ele desenvolveu um trabalho muito interessante, que foram os clubes 4S, do qual eu fiz parte e mudou minha vida e de muitas outros jovens e famílias. O grande desafio meu foi ajudar a organizar os produtores de minha região, ainda mais sendo tão jovem.

Na sua opinião, foi ele a pessoa responsável pelo desenvolvimento do cooperativismo em Santa Catarina?

Sim, ele conduziu todo o processo aqui no estado. Nem todos os estados tiveram esse privilégio. E foi nessa época que eu passei a participar da organização dos produtores como um jovem quatroessista, porque a minha origem é agrícola. Minha primeira participação foi como diretor do Sindicato Rural de Presidente Getúlio e depois começamos a organizar através do sindicalismo, as cooperativas na região do Vale Norte do Itajaí. E claro, a ACARESC sempre apoiando o processo, ensinando, fazendo as reuniões. Então, o processo aqui e em todo o estado fluiu muito bem, porque os técnicos foram preparados, e o condutor desse processo todo era Olinger, que era uma pessoa que não se desvirtuava. Por exemplo, ele não aceitava opinião política na época. A política misturou-se dentro do sistema de assistência técnica mais tarde, bem mais tarde.

O senhor já conhecia algo sobre cooperativismo antes dos Clubes 4S?

Não, como agricultor eu comecei a trabalhar, entender e aprender cooperativismo com a ACARESC. E quando entendemos o processo, não só eu, mas também toda a minha família, começamos a nos associar à cooperativa, porque vimos que era uma organização que poderia proteger a comercialização da produção e os agricultores. E assim a vizinhança e as comunidades começaram a se unir. E a cooperativa passou a fazer um trabalho de desenvolvimento da produção e da área social, ela passou a ser uma segurança para

quem produzia, ficando no passado o risco de não receber pelos produtos que se tinha para comercializar e não ser mais explorado pelos atravessadores.

Antes de vocês fundarem as cooperativas, havia apoio de bancos para financiar a produção?

O apoio financeiro existia, mas era muito pequeno. Tinha muito problema de burocracia com os bancos, e também não tinha pessoal no banco para atender e acompanhar todos os agricultores. E o Banco do Brasil na época era pouco ativo no meio rural, apesar de ser o que mais atuava. Porque todo esse pacote de apoio financeiro do Banco do Brasil, do governo brasileiro, veio junto com a nova tecnologia na década de 1960, financiado pelo Banco Mundial. E então os financiamentos chegavam na condição de financiar as cooperativas que faziam os repasses para os agricultores sócios. Isso facilitava o trabalho do banco para repasse do dinheiro e também ajudava na concretização do projeto de modernização da produção agropecuária.

Qual foi a primeira cooperativa que o senhor ajudou a criar?

Fui sócio fundador em 1968 da Cooperativa Regional Vale Norte do Itajaí em Presidente Getúlio, que começou a abranger seis municípios da região: Presidente Getúlio, Dona Emma, Ibirama, Witmarsum, Vitor Meireles e José Boiteux. Através do sindicato, com apoio da ACARESC, é que criamos a nossa cooperativa, tendo como presidente Theodor Richard Maier. Ela funcionou por três anos, e tinha outras quatro cooperativas na região do Alto Vale do Itajaí. Eram a Cooperativa de Rio do Oeste, a Cooperativa Agrícola de Ituporanga, de Pouso Redondo e Lontras e mais a nossa. E essas cinco então, pelas dificuldades financeiras que algumas delas enfrentavam, juntaram-se em maio de 1971 e formaram a CRAVIL, do qual sou, portanto, um dos fundadores.

Logo depois da criação da Cravil, o senhor foi convidado para um novo desafio na Cooperativa Central Catarinense de Laticínios em Itajaí. Fala-nos um pouco dessa experiência.

Eu fui para Itajaí porque lá tinha uma indústria de leite em uma cooperativa, também fundada em 1969. A Cravil estava recebendo a produção sem saber ao certo para quem comercializar o leite. Lá em 1975, atuei como superintendente para auxiliar nisso. Em 1976, meio no susto, fui eleito presidente da CCCL, em que permaneci até 1996. Quando comecei lá, tinha apenas três cooperativas filiadas. Expandimos ao longo dos anos. Na época de 1980 a 1990, conseguimos alcançar todo o oeste catarinense e sul do estado. Coube à CCCL uma expansão junto com todo o desenvolvimento inicial da pecuária

leiteira do estado de Santa Catarina, que foi muito difícil. Chegamos a ter 17 cooperativas filiadas e 25 mil pequenos produtores entregando leite para essas cooperativas, que, por sua vez, chegaram a produzir, no início da década de 1990, 500 mil litros de leite/dia para nossas indústrias. A média de produção era pequena: 24 litros/dia por produtor. A vaca dava oito litros dia. Tudo recolhido em tarros metálicos no caminhão, inclusive de Itapiranga. Tivemos indústrias em Itajaí, Palhoça, Campos Novos, Concórdia, São Miguel do Oeste e São João do Oeste. A marca era Leite Do Vale, que chegou a ser a terceira maior marca comercializada no sul do Brasil, industrializando também outros derivados. Era muito leite para a época.

Nós chegamos a formar 12 técnicos entre agrônomos e veterinários no Canadá para desenvolver o setor leiteiro do estado de Santa Catarina. Eu diria que a CCCL e as cooperativas filiadas na época foram as grandes responsáveis pelo tamanho da produção leiteira no estado de Santa Catarina. Foi através da central que se fomentou todo o desenvolvimento tecnológico e produtivo de leite no estado. Essa experiência foi com certeza um grande aprendizado. Convivendo com as cooperativas, você percebe as dificuldades que as outras têm e passa a entender como pensam os agricultores não apenas em sua região. Além disso, numa cooperativa central, você não está junto diretamente com o produtor; também encontra dirigentes de cooperativas defendendo apenas os seus interesses. Então você tem que ter muita diplomacia em alguns momentos, em outros tem que ser muito rígido, duro, para que não se desvirtue todo um trabalho realizado dentro dos princípios do cooperativismo.

Na década de 1990, veio a Parmalat e interferiu no mercado. Ocorreu então a cisão com as cooperativas do oeste; elas foram para a Batavo, hoje Batávia. E daí mais tarde nós encerramos as atividades da Central, que, apesar de ainda existir, não está na ativa desde o início dos anos 2000.

O senhor ajudou a fundar a Cravil, saiu para cuidar da CCCL e, em 1993, voltou para a Cravil, onde está até hoje. Conte-nos mais.

Vou falar um pouco sobre o início da Cravil antes de falar sobre assumir a presidência em 1993. Como falei antes, a Cravil foi criada a partir da união de outras cooperativas, principalmente porque elas começaram a ser um incômodo para os atravessadores, que faziam de tudo para dificultar o trabalho delas. Por isso essas cooperativas uniram-se para se fortalecer e dar início ao recebimento de leite, cuja produção na região era significativa. A nossa família e muitos outros agricultores passaram a entregar o leite para a Cravil. As pessoas começaram a entender o valor de se organizar e ter uma cooperativa que pudesse então receber a produção e também fornecer os insumos. Acabou

a exploração, e começou a ter nota fiscal, que até então não se conhecia. Quando fui para Itajaí, continuei sócio, assim como sempre fui agricultor. Então, em 1993, assumi a Cravil, voltando para mais perto de minha origem, porque ela teve problemas de ordem financeira, como muitas na época. Por quê? O governo usava as cooperativas para serem financiadoras da produção agrícola, recebendo repasses via Banco do Brasil. Elas aplicavam e fiscalizavam esses recursos, mas não tinham seguro. Quando tinha uma frustração de safra, o banco queria receber o dinheiro e a cooperativa tinha que pagar, porque ela era corresponsável desse recurso. As cooperativas tinham que suportar isso, mas muitas vezes não conseguiam. Com a Cravil não foi diferente, ainda mais no início da década de 1990 com a crise econômica forte e a hiperinflação.

Nessa época, por volta de 1991, lembro de uma assembleia com a presença de mais de mil pessoas, que foi convocada para debater os problemas da Cravil. Nela se fazia presente uma turma que estava incomodada com a existência da cooperativa e apareceu para tumultuar; nem sócios eram. Tentavam convencer os participantes que cooperativa não era coisa boa, enquanto os sócios fundadores, aqueles sócios antigos, não se manifestavam. Aliás, em todo lugar é assim. Diante disso, eu que estava apenas escutando, levantei-me e disse que o que se construiu em 20 anos não se apaga com uma borracha em meia hora. E que eu não concordava com isso. Essas pessoas que queriam acabar com a cooperativa então saíram da sala. E ficaram os sócios fundadores, que resolveram continuar com o projeto. E, mais tarde, em 1993, eu e outros associados assumimos com uma diretoria provisória e recuperamos a cooperativa. Buscamos a confiança do associado e através do Banco do Brasil, que entrou como apoiador financeiro, e com a participação efetiva dos sócios acertamos a vida da Cravil. Foi uma tarefa difícil; levou dez anos. Hoje, ela é uma das cooperativas agropecuárias mais importantes do estado e do país.

O senhor tem uma importante atuação junto a OCESC e a OCB. Pode falar-nos como aconteceu esse envolvimento?

Eu era presidente da CCCL no início da década de 1980; e fui eleito vice-presidente da OCESC. Numa das assembleias, o presidente Alberto Osório de Oliveira Moraes pediu licença, e eu acabei assumindo como interino. Com isso as cooperativas entenderam que eu deveria concorrer à presidência na eleição seguinte, que estava próxima. Assumi em 1984, e elencamos algumas questões como prioritárias: organizar as cooperativas de crédito, especialmente de crédito rural; trabalhar o fortalecimento do cooperativismo de consumo; trabalhar a questão do cooperativismo médico, que estava muito fragilizado perante as grandes organizações que atuavam nos planos de saúde na

época; e trabalhar pela autogestão do cooperativismo, que viria especialmente com a nova Constituição.

Como presidente da OCESC e, algum tempo depois, vice-presidente da OCB, começou a negociação do cooperativismo de crédito. Nossa principal dificuldade foi o lobby dos bancos, que nos fizeram levar o dobro do tempo para consolidar o sistema cooperativo de crédito no Brasil do que seria o tempo normal. Mas, quando conseguimos, apareceu a divisão do Rio Grande do Sul com o resto do país, que levou com ele o Paraná para o Sicredi. Santa Catarina e o resto do país ficaram no Sicoob. Com isso construiu-se a condição para que as cooperativas passassem a operar. Depois da extinção do BNCC (Banco Nacional de Crédito Cooperativo), ainda ficamos aqui em Santa Catarina com a dificuldade de ter um banco para compensar os cheques. E foi quando nós negociamos com o presidente do BESC para fazer a compensação das operações. Quase afundamos o tapete do Banco Central para pedir a autorização de funcionamento para o cooperativismo de crédito. E graças a um diretor de operações do Banco Central, Claudio Ness Mauch, que abraçou a questão, conseguimos a autorização. Nós sofremos muito porque não havia nada, até que conseguimos criar em 1996 o Bancoob, no sistema Sicoob, para compensar as operações. Ah, o Mário Kruel Guimarães era o interlocutor do Rio Grande do Sul, um grande defensor do cooperativismo de crédito no Brasil. Ele saiu dando palestra para tudo quanto é lado. Isso foi uma das etapas que vencemos.

Outro problema que a OCESC tinha era a representatividade, não sendo mais bem reconhecida como representante do cooperativismo em Santa Catarina por falta de gestão. As cooperativas agropecuárias foram as principais autoras da retomada do cooperativismo de crédito e do fortalecimento da OCESC. E com isso conseguimos indicar também o secretário de Agricultura do governo Amin: Odacir Zonta, que atuava no cooperativismo. Na sequência, partimos com força para a discussão da Constituinte.

Mais uma questão bastante difícil de resolver foi a do Sistema Cooperativo da Saúde. Quando chegávamos em nome da OCB no Ministério da Saúde: “ah sim, o que é que esse pessoal quer aqui?” Porque existia um lobby contra o cooperativismo de saúde muito forte dentro do Ministério. E nós éramos considerados muito pequenos. E isso foi uma dificuldade muito grande para conquistar espaço para o Sistema Unimed em nível nacional e criar a viabilidade para que as Cooperativas de Saúde pudessem organizar-se definitivamente e ser reconhecidas dentro do processo como um todo na legislação.

Outra tarefa que também não tem sido fácil é fazer com que as Cooperativas de Consumo se consolidassem, porque não era só a vontade dos trabalhadores da Volkswagem, da Companhia Hering, e por aí afora, para consolidar.

Elas não eram reconhecidas dentro do processo do varejo brasileiro, especialmente devido ao Ato Cooperativo. Isso, aliás, continua sendo discutido até hoje.

Em relação à autonomia do cooperativismo, na década de 1960, quando da Revolução Verde, as Emater nos estados assumiram o papel de regulamentar os trabalhos de fomento agropecuário, e aqui em nosso estado quem assumiu esse papel foi a Secretaria da Agricultura, que tinha como secretário de Agricultura o engenheiro agrônomo Glauco Olinger, que de forma muito competente liderou todo esse trabalho através da ACARESC. O Governo Federal, por sua vez, passou atribuições ao INCRA/MAPA para monitorar as cooperativas agropecuárias, porque os outros segmentos praticamente não existiam até então, salvo algumas cooperativas de crédito não bem aceitas pelo sistema financeiro oficial. Ocorre que as amarras que o governo impunha às cooperativas, uma espécie de ingerência governamental dentro de uma sociedade privada que ditava o que podia fazer e não ser feito, naturalmente atrasou o desenvolvimento do sindicalismo e principalmente as cooperativas que tinham como desafio organizar os produtores, apoiar as novas tecnologias e comercializar a produção, o que ocorreu com muita lentidão por longos anos. Quando se passou a debater a Constituinte, entendeu-se ser o momento de o cooperativismo se tornar independente e não mais ser submisso a órgãos governamentais, apenas ser através da OCB um órgão consultivo para discutir políticas voltadas ao desenvolvimento do cooperativismo e segmentos que as cooperativas representam. Os presidentes das organizações estaduais que mais se envolveram foram de Santa Catarina, Paraná, Minas Gerais e São Paulo e, conseqüentemente, como vice-presidente da OCB e membro do Conselho Diretor da OCB, liderado pelo seu presidente Roberto Rodrigues. Mas não foi fácil.

Em reunião do Conselho da OCB no mês de setembro de 1988, depois de diversas tentativas, inclusive junto ao relator Bernardo Cabral para incluir os textos sobre o cooperativismo na Constituição Federal, não se teve êxito. Quando então estava encerrando o prazo para apresentar proposições a serem incluídas na Constituição, ocorreu-nos que existia uma última chance e já sem grandes perspectivas de êxito. Coube a mim levar em nome da OCB os textos já conhecidos ao então deputado federal e sub-relator da Constituinte, Dr. Antônio Carlos Konder Reis, que me recebeu no início da noite no gabinete, onde estava escrevendo os artigos, parágrafos e letras da Constituição. Ele deu ao cooperativismo a oportunidade de ser ouvido. Quando apresentados e lidos os dois textos levados, ele perguntou: “Isso é bom para a sociedade e para o cooperativismo brasileiro?” Naturalmente respondi: sim senhor, e ele me respondeu: então escrevo o seu pedido que consta no art. 146, letra C e o art. 174 § 2º. Foi o que aconteceu: os dois textos escritos na Constituição em favor do cooperativismo devem-se principalmente ao então deputado Konder Reis, que acolheu o pedido da OCB.

No mesmo período estava sendo formado a Frencoop – Frente Nacional do Cooperativismo, com a forte atuação do presidente Roberto Rodrigues e os membros do Conselho da OCB. Muitos deputados participantes eram sócios de alguma cooperativa e se sensibilizaram com a necessidade de fortalecer e reconhecer as cooperativas como organizações viáveis para o desenvolvimento socioeconômico. Como esses deputados ao mesmo tempo eram constituintes, onde podemos destacar os deputados federais Ivo Vanderlinde-SC, Jonas Pinheiro-MT, Geraldo Alckmin-SP e tantos outros que atuavam a favor do cooperativismo no Congresso, e ainda muitos outros deputados e alguns senadores simpatizantes passaram a integrar a Frencoop, grupo esse que deu suporte necessário para que fosse aprovada pela Assembleia Nacional Constituinte a inclusão daqueles textos. A nova Constituição deu o reconhecimento às cooperativas brasileiras como importantes na atuação da organização econômico e social no contexto socioeconômico do Brasil. Assim, hoje o sistema e as cooperativas são respeitadas como tal, apesar de que até hoje, 34 anos depois da promulgação da nossa Constituição, lamentavelmente o ato cooperativo e a forma de apoio que o Estado oferece às cooperativas não foi regulamentado por pressão do sistema econômico.

Nesse processo veio também a criação do SESCOOP nacional. As cooperativas contribuía com o Ministério da Educação e não tinham retorno disso. O retorno ia para SESC ou SENAC, porque não tínhamos o “S”; aí depois acabou indo para o SENAR. Dependíamos então da vontade do Senado para aprovar o S das cooperativas para que pudessem investir em treinamentos. E isso foi uma dificuldade muito grande, porque os demais “S” não queriam que as cooperativas tivessem essa condição. A argumentação deles era que a cooperativa tinha uma atividade econômica. E a nossa contra-argumentação era de que nós não tínhamos atividade econômica, somente social, e que a atividade econômica estava com os sócios, que nós éramos prestadores de serviço. E essa discussão foi longa, até que nós conseguimos que o senhor Dejandir Dalpasquale, então como ministro da Agricultura, antes de ser presidente da OCB, costurasse isso, e nós conseguimos finalmente entrar no sistema de educação e que o SESCOOP fosse aceito. Não sei se você sabe, mas o conselho do SESCOOP é paritário: o governo tem 50% e as cooperativas têm os outros 50% dos votantes; são 12 membros no todo. E nós conseguimos que o presidente fosse da OCB e tivesse o voto de minerva. O Dejandir foi eleito presidente e me convidou para participar como um dos membros do primeiro Conselho Diretor do SESCOOP nacional. Na gestão dele, conseguimos consolidar nosso trabalho de anos. A etapa mais difícil foi criar o Programa do Cooper Jovem para mostrar ao Brasil que o cooperativismo está junto com as escolas, que está junto com as crianças, que está junto com a sociedade. Tí-

nhamos a oportunidade de usar parte dos recursos com que contribuíamos para com o Estado/União através do nosso “S”. Aplicamos em treinamento das famílias cooperativistas e dos colaboradores. Apesar de alguns desvirtuamentos, até hoje está funcionando bem. E então essa foi uma grande conquista que aconteceu naquela época. Por isso falei no início daqueles anos em que tínhamos que mostrar e botar a cara para bater. Fomos tratados com muita grosseria de todo lado, mas conseguimos consolidar algumas ações do sistema, como as Cooperativas de Consumo, as Cooperativas de Crédito, o Sescoop, a autonomia do cooperativismo, enfim, uma série de ações foram construídas com muito trabalho, e o cooperativismo ganhou muito.

Como o senhor vê o cooperativismo após tantos anos de experiência?

Nunca deixei de ser sócio, porque entendo que o cooperativismo é a grande alternativa para a sociedade. E por essa razão sempre defendi o cooperativismo e as cooperativas em toda a minha vida. Porque ele é justo, desde que praticado dentro dos princípios estabelecidos pelos pioneiros. O cooperativismo nasceu dentro dos princípios cristãos; ele não nasceu por acaso. Ali se respeitam as pessoas, coopera-se com o próximo. E isso é uma segurança! Então eu sempre acreditei no sistema, vou acreditar por toda a minha vida. Ela é a via do futuro, o caminho para a organização da sociedade, não só rural, mas como um todo. Dentro da cooperativa se exerce, acima de tudo, ou se procura exercer a democracia, de acordo com a participação de cada um. Na década de 1990 em diante, com mais intensidade vivemos um período em que os jovens não queriam mais ficar na agricultura. Você, como historiadora, sabe disso também. E aquele período foi muito obscuro para o cooperativismo, porque o jovem não queria mais participar, não se associava e não queria compromissos. De alguns anos para cá, a juventude está começando a associar-se novamente e está começando a inverter aquilo que acontecia há alguns anos. Isso vai fortalecer as cooperativas agropecuárias; elas vão crescer muito. Os programas implantados aqui na Cravil, muitos como pioneiros, que hoje também funcionam em outras cooperativas, como formação de lideranças, jovens e mulheres, fomentam uma intensa participação da família na cooperativa. Sem a participação dos associados não existe cooperativa; ela passa a existir apenas de fachada. Foi assim com muitas cooperativas; num passado recente sucumbiram.

Como o senhor vê o partidarismo no cooperativismo?

Misturar política partidária dentro da cooperativa é péssimo. É muito importante a neutralidade política, racial, social e religiosa. Para cooperativa não interessa a cor da pessoa, não interessa a condição social, não interessa a

religião, e não interessa o partido político a que ele pertence ou pelo menos não deveria. Isso não quer dizer que as famílias e a sociedade não possam fazer política de forma individual, mas a cooperativa não pode fazer política partidária. Buscar apoio político para suas demandas sim, mas não partidário.

Então olhando para tudo isso e vendo como o cooperativismo conseguiu se fortalecer, como é que o senhor se sente? Realizado?

Não me sinto realizado, porque tem muita coisa para ser feita. Mas eu me sinto feliz, porque acompanhei esse crescimento todo do sistema cooperativista, os efeitos positivos de nossos trabalhos. Sempre digo que não existe outra forma de organização da sociedade, das comunidades que não seja via a prática da cooperação. Então me sinto muito satisfeito de que tudo isso tenha evoluído, apesar de que algumas questões ainda não estão consolidadas. O grande desafio hoje é a regulamentação do Ato Cooperativo, porque dentro do Senado da República há aqueles grupos que são contrários ao sistema; então eles usam argumentos de toda ordem para justificar o voto contrário. Ainda assim, o cooperativismo é muito mais reconhecido do que era no passado. Tudo isso teve que ser construído aos poucos. E graças a Deus, acho que evoluímos bastante. Não chegamos ainda ao nível do cooperativismo alemão ou francês ou outros países desenvolvidos, mas uma coisa temos de melhor: ainda enxergamos as nossas cooperativas como uma sociedade de pessoas e como prestadoras de serviço a seus sócios. Com exceções de algumas cooperativas que estão fora desse caminho, que se desviaram dos princípios, que deixaram de ser cooperativa. Eu sempre tenho falado isso. E muitas vezes se perdem por aí. Mas, no geral, ainda estamos cumprindo com os princípios estabelecidos pelos pioneiros e também preservando e disseminando os valores cooperativos para a sociedade. Conquistamos muito, mas temos que estar sempre atentos e trabalhando para não perder o que se conquistou. Temos que continuar com muita seriedade no trabalho e muita competência. Nós passamos pela cooperativa, mas o cooperativismo fica, e o que nós plantarmos tanto pode dar bons frutos como pode produzir algo destruidor. Se quisermos que o cooperativismo continue sólido, sadio, temos que estar vigilantes. Cada momento, cada oportunidade para agir deve ser bem planejada e pensando no coletivo, principalmente na participação e valorização do sócio; o cooperativismo é o caminho da democracia e da paz e sempre será, só depende de nós!

Entrevista concedida a Elisandra Forneck nos dias 21 de julho de 2021 e 30 de março de 2022.



Aponte a câmera do seu celular no QR Code e ouça o audiolivro do texto

Glauco Olinger



Glauco Olinger, natural de Lages/SC, nasceu em 17 setembro de 1922, sendo o mais velho dos três filhos de Olímpio Antônio Olinger e Laura Vieira Olinger. Foi casado com Maria Auxiliadora da Costa Olinger (em memória), com quem teve duas filhas: Cláudia (em memória) e Gláucia Maria Olinger. Sua trajetória universitária iniciou no Curso Complementar da Escola Superior da Agricultura de Viçosa – MG entre 1941 a 1942. Diplomou-se Engenheiro Agrônomo em dezembro de 1946 pela Universidade Rural de Viçosa, Minas Gerais. Também é economista rural, técnico em Administração, especialista em Engenharia Rural, especialista em extensão rural e mestre em Ciências Sociais. É um dos idealizadores da antiga Acaresc, atual Epagri, além de fundar o Centro de Ciências Agrárias da UFSC, do qual é professor emérito. É consultor da FAO da Organização das Nações Unidas (ONU) e foi condecorado por diversas instituições, além de ter conquistado premiações importantes na área de pesquisa e extensão rural. Glauco foi secretário da Agricultura em Santa Catarina e presidente da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater). Sua maior marca profissional foi a extensão rural, quando implantou o ETA-Projeto 17 (mais tarde Acaresc) em fevereiro de 1956 e em que atuou por várias décadas. Como diretor da antiga Acaresc, Glauco foi precursor de métodos de difusão agropecuária, técnicas de conservação do solo e educação para jovens e mulheres agricultoras. Trouxe a Santa Catarina as primeiras raças de suínos tipo carne, que moldaram a agroindústria catarinense e brasileira, bem como raças especializadas de gado leiteiro. Inseriu o Programa de Fruticultura de Clima Temperado, que, junto aos esforços da pesquisa agropecuária no estado, transformou Santa Catarina em líder na produção de maçãs. Apoiou ainda a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, a atual Embrapa. Glauco foi um dos maiores incentivadores do cooperativismo em Santa Catarina, tema esse que será o foco desta entrevista.

Senhor Glauco, conta-nos como foi sua infância e adolescência.

Desde o ventre de minha mãe já andava a cavalo. Ela era uma amazona e junto com meu pai cuidava da fazenda de gado da família dele. Meu avô havia sido tropeiro, conduzindo tropas da serra até o litoral catarinense. Quando ele faleceu, meu pai, que era o irmão mais velho, assumiu os negócios. Cresci nessa lida de campo e gado até os sete anos de idade, quando a família foi morar em Florianópolis, ainda trabalhando com gado, tropas e charqueadas. Na adolescência, devido à influência de uma vida toda vivendo em atividades agropecuárias e de um amigo resolvi estudar Agronomia em Viçosa. O curso tinha duas fases: o curso complementar, que era um preparatório que durava dois anos, e depois o vestibular. Por ironia, o amigo que me havia incentivado a ir para o curso não passou no vestibular; eu nunca mais o vi. Formei-me na Faculdade estudando em tempo integral e voltei para casa.

Depois de formado, qual era a meta de trabalho?

Quando me formei, minha intenção era administrar uma fazenda de propriedade de meu padrinho de crisma, Miguel Leal, que ficava às margens do rio Biguassu. Mas as perspectivas da fazenda não eram boas. Fui então dar aula na Escola Agrícola Caetano Costa, de Lages, em 1947. No mesmo ano, prestei concurso para ingressar no quadro técnico do Ministério da Agricultura e consegui uma vaga na Seção de Fomento Agrícola em Florianópolis, onde cheguei ao cargo de chefia.

Pode falar-nos um pouco do contexto da criação da extensão rural em Santa Catarina?

Em 1956, Juscelino Kubitschek firmou convênio com os Estados Unidos com o objetivo de criar um Escritório Técnico de Agricultura – ETA no Brasil, com sede no Rio de Janeiro, que teria a função de coordenar a execução de projetos de desenvolvimento rural nas áreas de agricultura, pecuária, conservação do solo, irrigação, mecanização de lavouras e de extensão rural. Acreditava-se que com crédito e assistência técnica era possível promover o desenvolvimento rural. O governo americano participava com recursos financeiros e materiais, além de fornecer técnicos especializados em várias áreas dos projetos de conservação do solo, lavouras, avicultura, suinocultura, gado leiteiro, meteorologia, extensão rural e economia doméstica. No dia 26 de janeiro de 1956, na Secretaria da Agricultura de Santa Catarina, era assinado o acordo para a criação do ETA Projeto 17 e, ao mesmo tempo, eu era nomeado como seu diretor. O ETA Nacional vigoraria só por quatro anos, portanto era preciso criar uma instituição que viesse a dar prosseguimento normal aos tra-

balhos. As partes contratantes decidiram que a melhor solução era criar uma associação civil sem fins lucrativos, de direito jurídico privado, para executar os serviços de extensão rural iniciados pelo Projeto ETA-17. A decisão tomada deu origem à Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina – ACARESC, fundada no dia 21 de junho de 1957 no Palácio Cruz e Souza. A Acaresc imediatamente filiou-se à Associação Brasileira de Crédito e Extensão Rural-ABCAR, coordenadora nacional de todos os serviços estaduais de extensão rural. Começamos então o trabalho de moldar o projeto e capacitar as pessoas. Os resultados você conhece bem. E um dos nossos projetos foi fomentar o cooperativismo.

Como começou sua história com o cooperativismo?

Até então, o que eu sabia sobre cooperativismo havia aprendido na aula de Economia Rural da Faculdade, que tinha um conteúdo que era cooperativismo rural, ministrado pelo professor Edson Potsch Magalhães. Lembro que ele afirmou que a pobreza rural no Brasil só seria extinta por meio da organização de cooperativas entre os produtores rurais. Isso nunca mais saiu da minha memória. Foi no exercício de engenheiro agrônomo, atuando no fomento da agropecuária, que me encantei pelo cooperativismo de crédito, trazido pelos imigrantes alemães do Vale do Itajaí, denominado Raiffeisen. Aqui em Santa Catarina, no início da década de 1960, havia meia dúzia de cooperativas por produto, especialmente cooperativas de fumo, madeira e de mate, que não tinham expressão social nem econômica. Nessa época, no sul do estado, plantadores de arroz queixavam-se da exploração dos donos de engenhos, especialmente porque os agricultores não possuíam armazéns e secadores, relato que chegou até mim pelo engenheiro agrônomo Afonso Back, da extensão rural daquela região. Ele solicitou a construção de armazéns com secadores de cereais para que o agricultores não fossem obrigados a vender o arroz a qualquer preço na hora da colheita. Autorizei a construção de dois armazéns, um em Morro Esteves, no Sul, e outro em Guaramirim, no Vale do Itajaí. Entreguei para grupos organizados de agricultores e incentivei que se organizassem em cooperativas com a coordenação do Afonso, pois via cooperativa eu poderia financiar mais armazéns e secadores. Falei com o governador Ivo Silveira, que foi um grande incentivador do cooperativismo, para criar um fundo especial para desenvolver o cooperativismo, mediante a construção de armazéns equipados com secadores de cereais. Ele autorizou a criação do Fundo do Cooperativismo e colocou a gestão para a Acaresc. O então extensionista Erico Gebler, coordenador estadual do cooperativismo, teve grande influência nesse trabalho. O Erico e o Bach organizaram os agricultores, faziam reuni-

ões, falavam sobre cooperativismo, quais as vantagens do sistema. Criamos uma coordenação estadual e coordenações regionais de cooperativismo. Em um ano, organizamos nove cooperativas no sul do estado. Em Chapecó, dois camaradas tiveram influência decisiva no grande cooperativismo que foi se desenvolver lá: o Setembrino Zanchet, do Banco do Brasil, e o Erico Gebler com o seu auxiliar que trabalhava em Chapecó, Rogério Remor. Os três iam nas comunidades, reuniam os agricultores, falavam sobre as vantagens do cooperativismo, ajudando assim a criar a Cooperchapecó, em que ganhou destaque o Aury Bodanese. O cooperativismo foi crescendo nas décadas seguintes, e hoje o sistema cooperativista agropecuário de Santa Catarina tem sob responsabilidade de 30 a 40% do agronegócio catarinense.

Na sua opinião, qual gestão federal mais incentivou o cooperativismo?

Eu acho que foi Getúlio Vargas, que criou as primeiras leis, inclusive com o Alberto Pasqualini. O Juscelino incentivou muito o cooperativismo, e também o governo militar.

O fomento a cooperativas agrícolas era uma forma de controle social das revoltas sociais?

Não tenha a menor dúvida; onde existe o cooperativismo, não existem movimentos sociais. Porque o cooperativismo já é um movimento que soluciona o problema social e econômico. E não só isso, a cooperativa não veio apenas para comprar, vender e industrializar em comum; ela veio para financiar escola, para financiar saúde. A cooperativa é a grande solução: elimina os movimentos sociais. A questão é dedicar-se ao problema econômico, gostar de enriquecer e esquecer o social; esse é o erro. Por isso a cooperativa é a solução, é o regime que está faltando.

Em seu trabalho com o cooperativismo, o senhor sofreu pressões políticas para impedir que o sistema avançasse?

Estive em Chapecó no final da década de 1960 para uma reunião com todas as cooperativas da época, onde sugeri a Cooperativa Central. Eles pediram financiamento para fazer armazéns, e fui procurar esses financiamentos no Fundesc. Briguei com o secretário da Fazenda, pus meu cargo à disposição se ele não cedesse o Fundesc à cooperativa. Fui à Assembleia Legislativa, convenci os deputados para estender a lei às cooperativas, não apenas às empresas privadas, porque a cooperativa é uma empresa. E com isso a Assembleia aprovou. Na biografia do Bodanese, o biógrafo cometeu uma grave injustiça, dizendo que eu era contra. Meu Deus do céu, eu sempre fui um apologista do

cooperativismo, ajudei inclusive a fundar a OCESC. Mas eu escutava: “Cuidado que o Glauco é perigoso”. Porque eu estava desenvolvendo cooperativismo, e o comércio não gostava. Outro exemplo: o Fundo do Cooperativismo foi fundado em 1968, sendo a década que marcou o desenvolvimento do cooperativismo agropecuário em Santa Catarina. Um dos meus atos em favor do sistema foi levar o pavilhão da ressacada de Florianópolis para o parque da EFAPI em Chapecó, onde poderia servir para receber a produção dos agricultores. No dia da inauguração, o Aury chegou e disse para o governador: “eu preciso financiamento para construir um armazém”. E naquela época existia em Campos Novos e outros lugares um conjunto de armazéns metálicos importados dos Estados Unidos pelo Ministério da Agricultura da marca Batler e Columbus, que não serviam para nosso clima e estavam ociosos. Quando o Aury pediu o financiamento, que era dado através da Secretaria da Agricultura e da Fazenda, eu disse para o Aury: “Que esse armazém não seja igual aos elefantes brancos do Ministério da Agricultura”. E ele me disse: “Não se preocupe, secretário, nós temos produção para encher”. E eu cheguei aqui em Florianópolis, e o secretário da Fazenda que tinha o dinheiro para financiamento, falou: “É, Glauco, esse negócio de ficar dando dinheiro para cooperativa, eu não posso dar sem juro, pois a indústria vai querer a mesma coisa”. Fui então conversar com o governador Colombo Salles para dar uma ordem para liberar o dinheiro, e deu certo. Uma pessoa me disse: “Ô Glauco, precisa dar um paradeiro nesse negócio de cooperativa porque já está prejudicando o comércio legalmente habilitado”. Recebi muita pressão para que a Acares parasse de estimular a criação de cooperativas agropecuárias, porque a turma de engenho e os cerealistas já estavam reclamando. A cooperativa é um freio para a especulação. Esse é um papel fundamental que pouco se tem explorado na divulgação do cooperativismo. Sem cooperativa, entra a especulação para cima do agricultor.

E na época que vocês treinavam o pessoal para trabalhar com cooperativa, onde vocês buscaram material, apostilas ou experiências para inspirar o incentivo às cooperativas?

O material existia abundante no Ministério da Agricultura, que na época tinha o chamado Serviço de Informação Agrícola, cuja missão era imprimir folheto e material que orientasse os agricultores através da palavra escrita. Só que não é todo agricultor que tem condição, e não é toda atividade que através da simples palavra escrita é possível aprender. Por exemplo, é muito difícil ensinar um agricultor a regular uma colheitadeira através de um folheto. Valdiki Moura, por exemplo, foi um cooperativista que fez mi-

lhares de folhetos, inclusive livros sobre o tema, sobre teoria cooperativista. Os extensionistas da Acaresc aprendiam nesse material, pois seu papel era ajudar os agricultores a formar sua cooperativa para melhorar seu sistema de aquisição de insumos, comercialização da produção, industrialização e venda aos consumidores. Uma das disciplinas fundamentais do pré-serviço era o cooperativismo. E mais digo ainda: era princípio nosso, logo no início da extensão rural de Santa Catarina, eu pessoalmente falava pros extensionistas: “No dia em que nós fizermos todos os agricultores organizarem-se em torno de cooperativas, não é necessário mais a existência do serviço de extensão rural do Governo, porque quem vai fazer a extensão rural é a cooperativa através de seus próprios extensionistas”. Isso eu dizia e digo até hoje: seria uma maneira de baixar custos para o governo e aumentar a eficácia dos serviços destinados a beneficiar os agricultores. Destinar para as cooperativas, em convênio, o recurso para que elas mantenham e executem os serviços de extensão rural, e muitos de pesquisa inclusive. Porque a pesquisa agropecuária não cabe exclusivamente ao poder público, ao governo; ela cabe, e talvez mais ainda, à empresa privada, e que empresa privada? As cooperativas.

Até por volta de 1974 havia várias coordenadorias regionais de cooperativismo, inclusive uma na região oeste, que era coordenada pelo seu Elói Frazzon. Por que elas foram extintas?

Em primeiro lugar, porque os que me sucederam mudaram o sistema de governança da instituição. Em segundo lugar, porque isso é um dos defeitos da governança pública. O cara entra dizendo: “Eu agora vou consertar a instituição”. Ou seja, ele entra já criticando o antecessor ou então declarando que vai mudar; ele acha que só mudando é que ele melhora, quando na realidade ele devia dizer: “Nós vamos continuar a fazer tudo de bom que o meu antecessor vinha fazendo e procurar melhorar sempre”. Mas, infelizmente, no serviço público não é assim. E no serviço de extensão a mudança foi drástica. Depois que a Acaresc deixou de existir, entrou a Epagri e misturou-se com política partidária. Terceiro, mudaram o sistema de capacitação inicial; acabaram com o pré-serviço que vinha sendo feito. Isso era uma das coisas mais importantes, a meu ver, do sucesso da Acaresc.

Muitos dos extensionistas rurais que foram treinados pela extensão rural são presidentes das maiores cooperativas de Santa Catarina. Esse treinamento e a prática diária contribuíram para que esses cooperativistas se tornassem respeitados?

Não tenha dúvida. Você já ouviu falar no Mário Lanznaster, que trabalhou lá no oeste? Grande extensionista, e hoje, tendo presidido uma das maiores agroindustriais do Brasil. Eu considerava o Mário um tremendo empresário, um sujeito que contribuiu de maneira expressiva para a economia de Santa Catarina. Há algum tempo, eu estava aconselhando o secretário de Planejamento do Governo para ele não só reunir os colegas dele da secretaria, mas chamar os empresários do comércio, da indústria, os cooperativistas, e ouvi-los. Falei: “O governo, na hora de fazer seus planos, devia ouvir um Glauco Corte, um Mário Lanznaster, um camarada lá da Hering, lá de Jaraguá, essas pessoas que estão fazendo a riqueza catarinense e nacional; eles é que sabem onde a corda aperta. E não um teórico bobalhão que não sabe de prática”.

O senhor que tanto conheceu o cooperativismo, quem são, na sua opinião, os grandes nomes do cooperativismo?

Roberto Rodrigues. Esse cara para mim nacionalmente é o maior cooperativista. E os ligados a meu pessoal. Em primeiro foi o Afonso Back, que fundou as primeiras cooperativas agropecuárias do estado. Vários extensionistas da época viraram grandes cooperativistas, como Mário Lanznaster, Elói Frazzon, Willibaldo Schmidt, Luiz Carlos Chiocca, Athos de Almeida Lopes, Rogério Remor e tantos outros. O Mário, por exemplo, era um cara fantástico, uma surpresa para nós, porque ele começou num município pequeno e de repente passou para a cooperativa e mostrou todo o potencial dele; era um cara fantástico. Escrevia sempre artigos muito bem escritos, muito bem ponderados, nunca falou uma bobagem, era vice-presidente da Federação das Indústrias de Santa Catarina, estava reunindo o cooperativismo com o agro, com a grande agroindústria. E eu falava com ele sobre isso. Agora, o Romeo e o Neivor são ótimos também. Eu considero o Romeo um dos homens públicos lá no oeste mais importantes do estado pelos posicionamentos dele. Acho um grande cidadão, um grande catarinense, tenho muita confiança nele. Ele é um inteligente, é um homem que tem postura. Pelo fato de ser presidente da Cooperalfa, ele e o Neivor da Aurora talvez poderiam ter força juntos para deslanchar essa questão da ferrovia que ligaria o Paraguai aos portos catarinenses.

Acompanhando todo esse movimento cooperativista em Santa Catarina, o que o senhor acha que foi o principal fator de que cooperativas não deram certo?

A cooperativa que não dá certo é sempre quando, ou ingenuamente, ou por azar, os agricultores elegeram um dirigente que não teve a competência e, às vezes, até a honestidade necessária para se cercar de gente honesta, de gente competente. Porque qualquer cooperativa que tenha uma direção honesta e competente, ela floresce, qualquer uma; não tem essa que dá errado. Ela, quando tem um presidente competente, que se cerca de bons e honestos contadores, de assessores técnicos, também honestos e competentes, não tem como dar errado; só dá certo. E as que deram errado aconteceu ao contrário; um presidente não era muito honesto, um presidente incompetente, que não sabia escolher pessoas. Raramente azarado, que às vezes você é azarado. Eu conheci casos de admitir um camarada que foi aprovado em concurso público, praticamente em primeiro lugar, demonstrando alta competência, entrou no serviço, assíduo, competente, trabalhador, mas de repente se descobre que ele está roubando. Ele até estava produzindo, mas roubando. Quer dizer, isso se chama azar. Às vezes, você tem o azar, você escolheu tudo certinho e deu azar.

Qual a importância do cooperativismo para a agricultura de Santa Catarina?

Santa Catarina vem sofrendo há anos com um êxodo rural intenso, e o cooperativismo evitou que muitos agricultores deixassem o campo. As cooperativas possibilitaram que eles permanecessem produzindo, a cooperativa deu-lhes uma chance de melhorar sua renda. Se se fizer um levantamento com associados das cooperativas para ver quantos pensaram em deixar o campo e não o fizeram porque tinham alguém que os apoiava, pode ter certeza de que muita gente vai dizer que SIM! O cooperativismo evitou um êxodo rural maior ainda, manteve por mais tempo muita gente no campo. Isso foi e continua sendo um dos benefícios do cooperativismo agropecuário. E lhes digo mais: na Europa, no Mercado Comum Europeu, o pequeno agricultor só existe porque o governo subsidia os custos de produção. Na Suécia, o agricultor tem 70% dos custos de produção subsidiados. A França, que tem a maior cooperativa agropecuária do mundo, se tirar aquela entidade de lá, penso que metade dos agricultores deixa de ser agricultores. Lá o governo ajuda a cooperativa, elimina impostos, facilita a atuação e a presença da cooperativa. Isso tudo para manter os pequenos agricultores no campo. Sabe por quê? Porque eles querem manter a sua paisagem rural e porque existe uma garantia maior contra a exploração de grandes corporações enquanto mantêm agricultores no campo. Por isso acham que vale a pena subsidiar e manter esses pequenos

agricultores em seu ambiente. Além disso, com essa política para o campo, eles conseguem regular os preços dos alimentos, mais acessíveis aos consumidores. E como o governo só financia as cooperativas e os pequenos agricultores, essa classe consegue competir com os grandes. No Brasil, o governo ainda não dá para as cooperativas de pequenos e médios produtores o valor que deveria dar, porque sofre pressões dos grandes empresários e grandes produtores. Defendo que os agricultores deveriam ser isentos de imposto para produzir. O governo não vê isso, não vê a cooperativa como extensão do agricultor, ou melhor, que ela é o próprio agricultor. Ele vê as cooperativas como empresas iguais às outras. No momento em que a cooperativa receber todo o apoio que deveria ter do governo, ela não será apenas o braço do agricultor, mas será também a extensão do próprio governo. É no cooperativismo que eu vejo a verdadeira socialização: não é no comunismo nem no capitalismo selvagem, onde o que ambos sabem fazer melhor é explorar os que trabalham e produzem bens tangíveis.

Se o senhor pudesse dar um recado aos cooperativistas, o que diria?

Primeiro, diria que eles têm uma grande responsabilidade na execução das tarefas que lhes são confiadas porque têm nas mãos o melhor sistema de governança que as nações deveriam adotar para conciliar os interesses dos sistemas políticos de esquerda e de direita. Porque eles têm o caminho próximo do meio, que concilia e harmoniza os interesses do ser humano com as exigências do meio natural. Eles têm na mão essa harmonia não só da ciência e da técnica, mas inclusive da economia e do socialismo e do capitalismo. Tem na mão a solução para a conciliação dos sistemas científicos relacionados com a harmonia do homem com a natureza, como a conciliação dos sistemas econômicos e sociais para uma governança de paz, de harmonia entre os homens, entre eles e elas. Então, para eles, a minha mensagem é esta: a responsabilidade que eles têm de dar qualidade ao sistema cooperativista, porque é a grande solução para a governança da humanidade, não só de Santa Catarina. E, em segundo lugar, dar os cumprimentos especialmente para aqueles que foram da extensão rural e hoje estão à frente ou participando do movimento cooperativista. Mandar daqui um grande abraço para eles pelo bom desempenho que eles têm realizado e pedir a Deus que conserve neles essa capacidade de bem gerir em favor dos cooperados. E dizer que o cooperativismo, principalmente existente lá no oeste catarinense, tem sido incontestavelmente, sem nenhum elogio barato, um exemplo de direção de cooperativismo bem-sucedido, que consulta os interesses dos cooperados e sobretudo os interesses da sociedade catarinense. Já lhe falei que a cooperativa é o “sistema político”, pois política

para mim é a arte, a ciência, o ofício de administrar para o bem de toda a sociedade. No meu entender, a governança baseada no cooperativismo é a solução para as desigualdades sociais, sem deixar de dar oportunidade aos mais capazes. Primeiro, porque há esses extremistas do capitalismo e do esquerdismo, que tem um objetivo só: o poder.

O cooperativismo é apontado como um dos pilares da economia catarinense. Como o senhor se sente, tendo contribuído via ACARESC para essa força atual do sistema?

Pois é, se eu disser que me sinto vitorioso, eu estou sendo pretensioso, mas se eu disser que me dá uma alegria interior muito grande, isso aí pode contar que é verdadeiro. Eu sinto uma alegria muito grande vendo as cooperativas crescerem, parece que eu estou crescendo junto. É gratificante. Eu tenho uma sensação muito agradável ao considerar que o grande impulso no cooperativismo agropecuário em Santa Catarina, a partir da década de 1960, foi dado pela extensão rural. Hoje não preciso mais de nenhuma avaliação sobre a minha qualidade profissional, porque a toda hora estão me prestando homenagem, e eu tenho consciência de que me prestam porque não sou mais ameaça para ninguém. Quando você está realizando coisas boas para a sociedade, seja na empresa privada, mas sobretudo na empresa pública, você tem milhares de inimigos. A sua estrada tem milhares de encruzilhadas, e em cada uma, milhares de indivíduos prontos para embargar os seus passos, não para dizer que você está fazendo a coisa bem feita.

Entrevista realizada em 28 de janeiro de 2022 por Elisandra Forneck.

Artigos





Aponte a câmera do seu celular no QR Code e ouça o audiolivro do texto

A contribuição do cooperativismo no desenvolvimento sustentável¹

Eloiza Andréa Moraes Silva

Fábio Luiz Búrigo

Introdução

O objetivo do desenvolvimento sustentável é a melhoria da qualidade de vida humana, permitindo que as próximas gerações possam usufruir dos recursos e das conquistas das sociedades atuais. Em função da urgência dos problemas ambientais, como o aquecimento climático, cada vez mais a comunidade mundial necessita estabelecer pactos globais efetivos, que sejam capazes de alterar as condutas das nações em direção à maior sustentabilidade do planeta. Para tanto, é necessário firmar objetivos e metas, cuja finalidade é assegurar direitos e deveres comuns para que a humanidade estabeleça maior justiça social e econômica e preserve o habitat em que vivemos. Exemplos disso são os diversos documentos e protocolos sobre sustentabilidade e desenvolvimento definidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) nos últimos anos. Entre esses tratados destacam-se os Objetivos do Milênio, surgidos na virada do século XXI, e posteriormente a Agenda 2030 e o estabelecimento dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), construídos ao longo da década de 2010. A Agenda 2030 foi resultado da Rio+20, uma conferência da ONU realizada em junho de 2012 no Rio de Janeiro. Os ODS incluídos na Agenda 2030 incluem, por exemplo, a erradicação da pobreza e da fome, a adoção de medidas para combater a mudança climática, a promoção da educação inclusiva e a igualdade de gênero (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2021). Em 2015, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou a criação de 169 metas de ação como forma de maior concretude às proposições estabelecidas na Agenda 2030 e nos 17 ODS².

¹ Este artigo baseia-se parcialmente na dissertação da autora. Para acesso à dissertação ver: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/229140>>.

² O Relatório Luz 2021, discutido na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados em julho de 2021, demonstra que o Brasil não apresenta progresso satisfatório no cumprimento da Agenda 2030 e dos ODS. Das 169 metas estabeleci-

O sistema econômico de matriz neoliberal que desde o final do século XX passou a vigorar em muitas nações do mundo estimula o desenvolvimento tecnológico e informativo, visando gerar e acumular crescentes margens de lucros e de concentração de capital, de propriedades e do controle do progresso científico. Por outro lado, acaba gerando exploração de mão de obra, desemprego e exclusão social (SCHNEIDER, 2015). Esse sistema tem mostrado também suas dificuldades para cumprir os preceitos do desenvolvimento sustentável e, por conseguinte, o alcance das metas estabelecidas pela Agenda 2030 da ONU.

Mas qual a contribuição do movimento cooperativo para a discussão da Agenda 2030 e a efetivação dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável? Sabe-se que as cooperativas, por sua natureza, já causam efeito positivo na sociedade, e seus princípios cooperativos conectam-se de modo direto com alguns dos ODS (SANTOS; TREZ, 2021). Intrinsecamente, ao adotar esses preceitos, as organizações cooperativistas tentam diminuir as desigualdades sociais provenientes do acúmulo de poder e riquezas, distintas do capitalismo. Ao reforçar sua doutrina por meio da educação cooperativista, essas organizações procuram incentivar a união dos associados e difundir o espírito de cooperação³, buscando a satisfação comum e o alcance de objetivos compartilhados e coletivos. Todos esses temas fazem parte das propostas do desenvolvimento sustentável apregoadas pela ONU.

As cooperativas são importantes agentes de desenvolvimento, pois, diferentemente das estruturas e corporações globalizantes, elas são criadas por forças coletivas locais, que em geral assumem compromissos com o futuro dos grupos sociais que lhes dão sustentação social e econômica (BÚRIGO, 2007). Esse compromisso com o meio social local ou regional também é destacado por Drumond (2010): “as ações de uma cooperativa devem estimular a prática da cooperação e de outras condutas compatíveis com um desenvolvimento sustentável, que reduza a dependência externa em benefício de toda a comunidade” (DRUMOND, 2010, p. 14).

Todas as organizações cooperativas seguem princípios e valores comuns como forma de orientar suas trajetórias. Por causa desses princípios e valores e por ser uma associação de membros que trabalham com objetivos comuns, as cooperativas, embora tenham também finalidades econômicas, acabam se diferenciando das demais organizações com fins lucrativos.

das em 2015, 54,4% estão em retrocesso, 16% estagnadas, 12,4% ameaçadas e 7,7% mostram progresso insuficiente (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2012).

³ Neste texto, o termo “associado” é o equivalente ao termo “cooperado”.

Essa forma de atuar em comum surgiu no século XIX a partir da ação inédita dos moradores de Rochdale⁴, Inglaterra. Uma das características dessa experiência foi a definição de princípios e valores formalizados num documento que é orientador de sua doutrina e modo de ação. A partir dessa experiência bem-sucedida surgiram muitas organizações cooperativas similares, primeiro na Europa e depois em outros continentes, compartilhando princípios e valores comuns como forma de orientar suas trajetórias e demonstrar suas peculiaridades e diferenças em relação às outras organizações que atuam no meio social e econômico. Embora ainda não seja dominante no ambiente socioeconômico mundial, a precibibilidade e a propagação de um modelo organizacional concebido há quase 180 anos para todas as regiões do mundo demonstram que as cooperativas são, de fato, uma invenção genial da raça humana, embora seus benefícios ainda sejam subvalorizados, pois elas estão: “radicadas num dos vetores estruturantes da própria vida em sociedade, perante um movimento social projetado no longo prazo, cujas principais virtualidades de irradiação estão ainda adormecidas” (NAMORADO, 2013, p. 5).

Os valores e princípios cooperativistas são revistos e atualizados periodicamente, sendo fundamental para dar consistência e efetividade à criação de novas cooperativas, ordenar as ações do movimento cooperativo e como forma de aprimorar a governança cooperativa em todo o mundo. Os sete princípios atuais do cooperativismo são os seguintes: adesão voluntária e livre; gestão democrática pelos membros; participação econômica dos membros; autonomia e independência; educação, formação e informação; intercooperação e, mais recentemente, o interesse pela comunidade (ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL, 2020).

A Aliança Cooperativa Internacional (ACI) incorporou o princípio do interesse pela comunidade em 1995. Ele especifica que “as cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentável das suas comunidades através de políticas aprovadas pelos membros” (DELFINO; LAND; SILVA, 2010, p. 73). Esse princípio instrui que a geração de benefícios sociais e econômicos devem ser tanto para os cooperados como para toda a comunidade onde a cooperativa atua (MEINEN; PORT, 2014).

O objetivo deste trabalho é discutir como as cooperativas podem promover o desenvolvimento sustentável das comunidades em que atuam. Em termos metodológicos, além de uma pesquisa documental e revisão de literatura sobre o tema do cooperativismo e do desenvolvimento sustentável, o tra-

⁴ Em 1844, tecelões da cidade inglesa de Rochdale criaram a Cooperativa de Rochdale (HOLYOAKE, 1933).

balho resgatará algumas conclusões obtidas a partir dos resultados de um estudo de caso realizado recentemente pelos autores junto à Cooperativa Financeira Cresol Vale Europeu⁵.

Este capítulo foi formulado em três seções, incluindo esta introdução. Na segunda seção, é sintetizada a revisão teórica, destacando os debates sobre cooperativismo e alguns aportes preliminares sobre a questão do desenvolvimento territorial sustentável no mundo cooperativo. Na sequência, as considerações finais trazem algumas conclusões sobre o papel do cooperativismo no desenvolvimento territorial sustentável, tendo como base o que é pregado por seus princípios.

Pressupostos teóricos

1. Princípios e valores como doutrina e guia para a governança das cooperativas

De acordo com Bialoskorski (2006), no cenário da Revolução Industrial, tendo como base o pensamento da livre concorrência e a defesa da propriedade privada, reinava uma sociedade de pobreza e exploração de trabalho. Operários trabalhavam 17 horas diárias, passavam fome, não possuíam nenhum benefício social em um mundo de desemprego e miséria que acabou levando alguns pensadores econômicos à revolta.

Socialistas utópicos como Robert Owen⁶ (1772-1858), Charles Fourier⁷ (1772-1837), Philippe Joseph Benjamin Buchez⁸ (1796-1865) e Louis Blanc⁹ (1812-1882) foram considerados os primeiros cooperativistas. De suas atuações no campo social e político ficaram os ensinamentos das “noções funda-

⁵ Entre 2018 e 2021, os autores participaram de um projeto de pesquisa aprovado na chamada pública CNPq/Sescoop 007/2018. O projeto tinha por objetivo estudar os programas educacionais e de formação da Cresol Vale Europeu. Nesse escopo estavam também inseridas investigações de suas ações em torno do sétimo princípio, voltadas à comunidade. Alguns resultados desse projeto estão registrados em capítulos publicados em Búrigo, Rover e Ferreira (2021). Para obter mais informações sobre esse projeto e para acessar outras publicações dos autores sobre cooperativismo ver: <<https://lemate.paginas.ufsc.br/>>.

⁶ Inglês, considerado o pai do cooperativismo. Sua linha de pensamento visava ao homem como resultado de seu meio social; para modificá-lo, seria preciso modificar o meio social onde vive (SALES, 2010).

⁷ Francês, considerado o elaborador das cooperativas integrais de produção (SALES, 2010).

⁸ Francês, “defendeu a ideia de associação cooperativa dos produtores livres, mas pacificamente e sem espoliação” (LEOPOLDINO, 2011, p. 149).

⁹ Francês, “defendia a associação de operários em fábricas sociais, que no primeiro momento seria organizada e financiada pelo Estado, pois defendia que o Estado era responsável pelos problemas econômicos e sociais” (SALES, 2010, p. 28).

mentais de democracia, associação de pessoas, autoajuda, capital a serviço dos homens, eliminação ou diminuição do lucro, crítica ao paternalismo estatal, entre outras” (DUARTE; WEHRMANN, 2006, p. 14).

Em termos formais, o cooperativismo teve início no século XIX como resultado de movimentos sociais que buscavam uma saída para os problemas socioeconômicos provenientes do liberalismo econômico e da Revolução Industrial (BIALOSKORSKI, 2006). Ele resgata e aprimora ensinamentos milenares gerados por inúmeras experiências de cooperação que diferentes grupos sociais desenvolveram ao longo dos tempos em sua luta pela sobrevivência e busca do bem-estar coletivo e individual. O cooperativismo é o único movimento socioeconômico do mundo que prospera sob uma mesma orientação doutrinária (MEINEN; PORT, 2014).

Constituída na Inglaterra em 1844, a Cooperativa dos Pioneiros de Rochdale foi a primeira a funcionar a partir de regras formais de conduta, que foram regularizadas em um documento (estatuto), o qual previa os princípios e os valores (solidariedade, igualdade, fraternidade, democracia, equidade, responsabilidade social, transparência) que deveriam ser seguidos por seus membros. Os fundadores dessa primeira cooperativa almejavam mais do que alimentos e preços justos, empenhavam-se em melhorar as condições de vida de seus membros por meio da educação e da participação social (HOLYOAKE, 1933). O cooperativismo apresentou-se ao mundo como o outro lado da balança social, contrapondo as desigualdades oriundas da livre concorrência e exploração de mão de obra presentes no regime capitalista. Ele pode ser contemplado como forma de inclusão social, tornando um grupo de atores sociais, quando unidos em uma cooperativa, notáveis o suficiente para concorrer no mercado com as grandes corporações.

Ainda no século XIX, o movimento cooperativo mundial, oriundo especialmente das cooperativas europeias, procurou estabelecer órgãos representativos e fomentar a unificação dos debates sobre as regras gerais para ordenar a sua criação e funcionamento. O principal órgão criado nessa época foi a Aliança Cooperativa Internacional (ACI). Fundada em 1895 por líderes cooperativistas, a ACI nasceu com a finalidade de ser um órgão que os representasse mundialmente e que estimulasse o intercâmbio entre cooperativas de países diversos (ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL, 2020). Ao longo do tempo, os princípios e valores das cooperativas vêm sendo remodelados pela ACI como forma de melhor atender necessidades e aspirações do movimento cooperativo. Essa federação internacional define atualmente a cooperativa como “uma associação autônoma de pessoas unidas voluntariamente para prosseguir as necessidades e aspirações comuns, seja econômica, social

ou cultural, através de uma empresa comum democraticamente controlada” (MARIE, 2019, np).

Para Marie (2019), enquanto organizações, as cooperativas enfrentam um dilema entre a lógica da competitividade no mercado e o potencial alternativo intrínseco à política interna e à recusa do lucro. Por estarem inseridas no mundo ordenado por preceitos do capitalismo, essa tensão existente entre competição e busca incessante do lucro pode levar as cooperativas a passar a raciocinar pela lógica capitalista, descaracterizando a sua essência. Ao estarem presentes no mercado, as cooperativas concorrem com empresas que não seguem os mesmos objetivos e princípios. Na tentativa de sobreviver ou ganhar expressividade no meio econômico, muitas cooperativas acabam recorrendo a modelos de gestão capitalistas num processo denominado de isomorfismo institucional (LEVI, 2000), tendo por consequência a perda da identidade cooperativa e comprometendo a aplicação dos princípios e valores.

Embora haja uma investida constante aos princípios e valores do cooperativismo, a situação não limita o potencial de opção das cooperativas para construir outra forma de economia e gestão das empresas. O cooperativismo traduz o conceito de autogestão e procura promover novas relações sociais no meio do sistema capitalista (MARIE, 2019). Para isso é importante reavivar as esferas políticas pertencentes à história do cooperativismo e assim resgatar seu potencial para construir novos meios de autonomia social e de produção não capitalista. Essa postura de revalorização dos seus ideais é importante para reafirmar que as cooperativas são organizações estratégicas para impulsionar o desenvolvimento sustentável dos territórios onde atuam. Na sequência, será apresentada a relação entre o desafio de desenvolver-se com sustentabilidade e o cooperativismo.

2. Desenvolvimento sustentável, territórios e cooperativismo: avanços e desafios de uma parceria em construção

A partir do final da década de 1960 cresce a preocupação de lideranças mundiais e científicas por encontrar formas eficientes para orientar e inspirar as práticas humanas numa direção mais sustentável. Encontros como a Conferência de Estocolmo (1972) e estudos como “Os limites do crescimento”, elaborados pelo Clube de Roma, passaram a alertar as sociedades humanas de que o modelo de crescimento econômico adotado pela maioria das nações precisava ser alterado, pois estava poluindo e dilapidando os recursos naturais, muitas vezes de maneira irreversível, ameaçando a saúde das espécies e o futuro do planeta. Nas décadas seguintes, embora aumentasse a consciência global sobre os problemas, a maioria desses esforços pouco alterou a insustenta-

bilidade das práticas econômicas adotadas. A primeira vez em que se conseguiu mobilizar os dirigentes mundiais nessa direção foi na Conferência das Nações Unidas, evento que ocorreu em 1992 no Rio de Janeiro e que tratou da relação entre meio ambiente e desenvolvimento. Por meio da Agenda 21, documento aprovado no evento por 179 países, estabeleceu-se uma série de compromissos a serem trabalhados até o final do século XX em relação à sustentabilidade. Esse programa de ações não engloba só atitudes para a preservação do meio ambiente, mas sim ações que promovam o desenvolvimento sustentável e a responsabilidade social para com os atores envolvidos nas atividades e nos locais de atuação (BARBIERI, 2007).

A literatura que passou a ser elaborada sobre o tema do desenvolvimento demonstrava que esse conceito não se confunde com o crescimento econômico e nem que esse tipo de crescimento representa uma etapa a ser alcançada para que, então, se possa voltar ao atendimento das demais dimensões da sustentabilidade. Ao contrário, ele correlaciona a qualidade das relações humanas com o ambiente natural e preconiza a necessidade de conciliar a evolução de valores com a rejeição de processos que levam à violência contra a cultura de um povo (MONTIBELLER-FILHO, 1993).

Com o tempo acrescentaram-se as perspectivas ambiental, cultural e social na concepção de desenvolvimento humano, porém em muitos casos mantendo a premissa de que sem crescimento econômico não se pode conseguir o bem-estar social (MARTINS; PASSADOR, 2009). Essas modificações ocorreram a partir do momento em que as preocupações ambientais ganharam escala mundial e no âmbito do próprio conceito de desenvolvimento sustentável.

Segundo Barbosa (2008, p. 2), o termo desenvolvimento sustentável “surtiu a partir de estudos da Organização das Nações Unidas sobre as mudanças climáticas como uma resposta para a humanidade perante a crise social e ambiental pela qual o mundo passava a partir da segunda metade do século XX”. De acordo com a autora, no processo preparatório da Conferência das Nações Unidas – também chamada de “Rio 92” – foi elaborado o relatório conhecido como “Nosso Futuro Comum”, no qual está exibida uma das definições mais difundidas do conceito: “o desenvolvimento sustentável é aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer as possibilidades de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades” (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991, p. 46). A partir dessa formulação, o desenvolvimento sustentável representa uma resultante de interações indissociáveis do desenvolvimento social, econômico e da preservação ambiental. Barbosa (2008) assinala que o desenvolvimento sustentá-

vel surge, portanto, como resultado de um processo multidimensional que se processa por meio de interações de parâmetros estabelecidos em torno das dimensões social, econômica e ambiental.

Amartya Sen (1999), detentor do Prêmio Nobel de Economia de 1998, defende uma visão que vai além das percepções que qualificam o termo desenvolvimento como sinônimo de crescimento do produto nacional bruto, aumento das rendas pessoais, industrialização, avanço tecnológico ou modernização social. Para o autor, o desenvolvimento deve relacionar-se com a melhoria da qualidade de vida e das liberdades dos indivíduos. Ao discutir a fórmula de Sen, Veiga (2010) constata que, mesmo em um mundo demasiadamente globalizado, ainda são negadas liberdades fundamentais a um grande contingente de pessoas. Essa ausência de liberdades pode estar diretamente relacionada com a pobreza econômica, que rouba das pessoas a liberdade de saciar a fome, de obter uma alimentação saudável, de comprar um remédio, de vestir-se apropriadamente, de ter acesso a serviços de saneamento básico. Inspirado em Sen, Veiga afirma que “o processo de desenvolvimento pode expandir as capacidades humanas, expandindo as escolhas que as pessoas têm para viver vidas plenas e criativas” (VEIGA, 2010, p. 85).

Em 2000, outro evento global sobre o tema do desenvolvimento sustentável procura chamar a atenção da comunidade mundial para os desafios a serem enfrentados pela humanidade no novo milênio. Dessa vez na cidade de Nova York, a Cúpula do Milênio estabelece oito temas que deveriam ser atacados para avançar em relação ao desenvolvimento sustentável: pobreza, educação, saúde, desigualdade entre os gêneros, mortalidade infantil e materna, além de fatores ambientes (CELENTANO; VERÍSSIMO, 2007).

Ao longo dos anos seguintes, embora tenha recebido certa atenção em alguns espaços de decisão e por grupos sociais mais mobilizados, os objetivos da Cúpula do Milênio não foram tratados com a devida atenção pela maioria das nações, e por isso a grande maioria das metas estabelecidas em 2000 não foi alcançada. Nem mesmo a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, realizada em 2012 no Rio de Janeiro (Rio + 20), conseguiu sensibilizar os governantes e a população mundial para a gravidade da situação e sobre a necessidade de chegar a acordos e protocolos de ação sobre o tema do desenvolvimento sustentável. Para que ganhassem efetividade, esses acordos precisam ser assumidos de fato por todos os países, mobilizando governos, organizações sociais, empresas e as populações de todos os continentes.

Em 2015, numa nova reunião dos líderes mundiais na sede das Organizações das Nações Unidas em Nova York, é lançado um novo desafio global,

visando construir uma agenda global ligada à sustentabilidade. Tratava-se da Agenda 2030, pela qual foram estabelecidos novos objetivos e novas metas do desenvolvimento sustentável:

Essa agenda configura-se como uma das estratégias delineadas em nível global para direcionar as ações da humanidade para o enfrentamento das problemáticas socioambientais geradas no contexto do desenvolvimento proposto pelo modo de produção capitalista e em virtude do crescimento populacional, perspectivando que as gerações atuais e futuras possam ter uma vida digna e sustentável (OLIVEIRA *et al.*, 2021, p. 13).

A Agenda 2030 é composta por 17 objetivos de desenvolvimento sustentável (Quadro 1) e 169 metas a serem atingidas até 2030.

Quadro 1: Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

1. Erradicar a pobreza em todas as formas e em todos os lugares;	10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles;
2. Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável;	11. Tornar as cidades e comunidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis;
3. Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos em todas as idades;	12. Garantir padrões de produção e consumo sustentáveis;
4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;	13. Tomar medidas urgentes para combater as mudanças climáticas e os seus impactos;
5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas;	14. Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;
6. Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos;	15. Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação dos solos e deter a perda de biodiversidade;
7. Garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas para todos;	16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis;

8. Promover o crescimento econômico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos;	17. Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.
9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.	

Fonte: Nações Unidas Brasil (2021), adaptado pelos autores.

Para que as metas relacionadas aos ODS sejam viabilizadas, a Agenda 2030 pauta ações que devem ser operadas em múltiplos níveis (que vão de uma escala mundial até a local), envolvendo as três dimensões do desenvolvimento sustentável – econômico, social e ambiental – e mais o aspecto institucional, que é relativo às competências necessárias para colocar em prática os ODS (ESTRATÉGIA ODS, 2021).

Conforme Sen (1999), o desenvolvimento ocorre no local onde as ações dos indivíduos – aqui podendo ser denominados “agentes” ou “pacientes”, dependendo de suas atitudes – são praticadas. Nesse sentido, Martins e Passador (2009, p. 4) afirmam que “a vida acontece no local, e cada localidade tem uma forma diferente de manifestação de vida. Portanto, não cabem mais políticas impostas de ‘cima para baixo’, mas geradas a partir do local, com participação popular”. Essas premissas, que fundamentam os benefícios e o foco do desenvolvimento no plano local, coadunam-se com o perfil e os propósitos fundantes das organizações cooperativas. Nesse sentido, a discussão da Agenda 2030 e dos ODS, quando associada ao sétimo princípio do cooperativismo – interesse pela comunidade –, abre portas para estabelecer vínculos e compromissos mais estreitos das cooperativas com a sustentabilidade dos territórios onde elas atuam.

3. Cooperativas, território e desenvolvimento sustentável: uma sinergia promissora para o futuro das comunidades

Para agir de forma coerente com seus princípios e valores, que sempre destacaram a preocupação que as cooperativas devem ter com o desenvolvimento coletivo, o movimento cooperativo possui responsabilidades inatas com a sustentabilidade. Sabe-se que a vocação das cooperativas em trabalhar em prol da sustentabilidade ficou ainda mais clara depois da aprovação do sétimo princípio (interesse pela comunidade).¹⁰ Ou seja, o sétimo e a maioria dos de-

¹⁰ Ressalte-se que a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (Rio + 20), realizada em 2012 no Rio de Janeiro, já tinha reconhecido o papel potencial das organizações cooperativas em alcançar o desenvolvimento sustentável (OTI; ACI, 2021).

mais princípios cooperativistas apresentam estreita relação com os ODS, como também ajudam a demonstrar o potencial institucional dessas organizações para o cumprimento da Agenda 2030.

Apesar dessa vocação natural do cooperativismo com o tema da sustentabilidade, no primeiro momento, o movimento cooperativo não deu a devida atenção ao processo de definição e propagação dos ODS (OIT; ACI, 2021). Após observar um período de certa indefinição quanto ao posicionamento do movimento cooperativo mundial em relação aos ODS, a ACI e a Organização Internacional do Trabalho (OIT), órgão ligado à ONU, resolveram organizar um documento elencando propostas e ações praticadas pelas cooperativas para estabelecer processos contínuos em direção aos ODS e fomentar suas metas. Tais proposições estão especificadas no Box 1.

Box 1: Cooperativas e objetivos do desenvolvimento: propostas sustentáveis

- I. **Reduzir a pobreza:** As cooperativas contribuem para reduzir a pobreza através de oportunidades econômicas orientadas para seus cooperados; democratização do crédito; capacitação de seu quadro social e defesa de seus interesses.
- II. **Igualdade de gênero:** As cooperativas estão contribuindo para a igualdade de gênero aumentando as oportunidades femininas de participar em conselhos administrativos e de desenvolver lideranças.
- III. **Educação de qualidade e aprendizagem ao longo da vida:** As cooperativas favorecem o acesso à educação de qualidade e à aprendizagem, fornecendo os meios necessários para financiar a educação, apoiando professores e escolas, criando seus próprios estabelecimentos de ensino para fornecer educação de qualidade para jovens e adultos e atuando como centros de aprendizagem.
- IV. **A saúde:** As cooperativas garantem vidas saudáveis através da criação de infraestruturas para o financiamento e a prestação de serviços de saúde (cooperativas médicas).
- V. **Segurança alimentar e boa nutrição:** As cooperativas contribuem para a segurança alimentar ajudando pequenos produtores (agricultores, pescadores, silvicultores, etc.) na resolução de desafios que enfrentam em suas áreas na produção de alimentos.
- VI. **Acesso à água e saneamento:** As cooperativas tornaram-se atores importantes em termos de facilitação ao acesso a serviços de água potável e saneamento, compensando as deficiências dos setores públicos e privados.
- VII. **Energia sustentável:** As cooperativas de energia estão contribuindo para alcançar os objetivos de energias sustentáveis: acesso a energia, eficiência energética e redução de emissões.

VIII. Criação de emprego, meios de vida e crescimento igualitário: As cooperativas desempenham um papel importante na geração de empregos e na geração de renda.

IX. Gestão sustentável de recursos naturais: As cooperativas contribuem de diferentes maneiras em gerenciar recursos de forma sustentável: evitam o esgotamento de recursos naturais, promovem fóruns locais para as pessoas encontrarem soluções para as mudanças do meio ambiente, ajudam na definição das propriedades e direitos de uso, gestão de recursos naturais e diversificação de suas atividades econômicas com a adoção de empreendimentos ambientalmente corretos.

X. Governança: As cooperativas são instrumentos de implementação de modelos democráticos de governança que ajudam nas transformações socioeconômicas. O desafio dessas instituições é na formulação de códigos de conduta para os conselhos administrativos cooperativos.

XI. Promoção de sociedades estáveis e pacíficas: Em períodos após conflitos sociais violentos, as cooperativas tornaram-se fontes de capital social positivo, fomentando um forte senso de comunidade, participando da capacitação e inclusão entre seus sócios e restaurando relações interpessoais e de paz.

XII. O ambiente global de apoio e recursos financeiros a longo prazo: As cooperativas têm desempenhado um papel importante na criação de um ambiente global favorável, eliminando barreiras comerciais entre países por meio do comércio justo e outras formas de comércio alternativo, equilibrando as relações comerciais.

Fonte: Organização Internacional do Trabalho; Aliança Cooperativa Internacional (2021), adaptado pelos autores.

Observa-se que organizações cooperativistas defendem que sua estrutura de governança, o modo de funcionamento e suas realizações são inerentemente coerentes com os ODS, contribuindo para o triplo resultado final de sustentabilidade social, econômica e ambiental. Além disso, as cooperativas já estão presentes em todas as áreas com que os ODS se comprometeram.

Os responsáveis pelo documento acima também ressaltam que, apesar de serem organizações habilitadas e essenciais para alcançar o desenvolvimento sustentável, devido a seu foco em seus atores e necessidades locais, nem sempre as cooperativas são proativas nos debates – nacionais e internacionais – sobre sustentabilidade (OIT; ACI 2021).

Confirma-se assim que a cooperativa também possui mecanismos próprios que podem agilizar a execução das metas dos ODS devido a seu alcance nos territórios onde atua e principalmente com seu envolvimento na sociedade (PNUD BRASIL, 2021).

Sobre a participação do cooperativismo nas delineações dos ODS, Buttenbender *et al.* (2020) ressaltam que as prioridades acolhidas pelo cooperativismo tendem a circular em torno das garantias dos princípios cooperativistas, da governança, do avanço sustentável do planeta e das definições dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, as quais as cooperativas, por fundamento, são aptas a colocar em prática nos territórios onde operam. Para ilustrar, os autores registram o que foi discutido na 5ª Cúpula Cooperativa das Américas, evento realizado em 2018 na capital da Argentina, Buenos Aires, de onde saiu um documento ratificando três compromissos do cooperativismo perante os desafios globais da sustentabilidade: 1. Compromisso cooperativo pela defesa do planeta – agregar iniciativas de economia social e solidária para a construção de formas inovadoras de produzir e consumir que possuam a garantia da sustentabilidade ambiental, social e econômica; 2. Compromisso cooperativo de inclusão financeira e democratização – operações financeiras locais que se traduzam em desenvolvimento local sustentável, delineando uma cultura financeira de autonomias nacionais e que democratiza a governança do sistema financeiro internacional; 3. Compromisso com a integração cooperativa na “Aliança Mundial para o Desenvolvimento Sustentável” (ODS n. 17) – a ideia é que o movimento cooperativo, em conjunto com os demais atores da economia social e solidária, produza a cooperação internacional em projetos empreendedores do desenvolvimento sustentável que torne possível o cumprimento da Agenda 2030 (ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL PARA AS AMÉRICAS, 2018; BUTTENBENDER *et al.*, 2020).

Estudos têm mobilizado o conceito de território às ações de desenvolvimento promovidas por iniciativa de atores locais, que buscam a valorização de recursos de um dado espaço geográfico (CARRIÈRE; CAZELLA, 2006). “Os territórios são [...] resultantes de processos particulares de disputas, alianças e coordenação entre distintas categorias de atores sociais, os quais assumem a identificação, a criação e a valorização de recursos latentes” (CAZELLA *et al.*, 2020, p. 195). Portanto, a noção de desenvolvimento territorial sustentável procura articular iniciativas territorializadas de atores sociais com os preceitos da sustentabilidade. O DTS admite que cada território, que podemos também caracterizar como a área de atuação de uma cooperativa, percorre o seu próprio processo de correlação com seus atores sociais e movimentos internos distintos, que resultam em ideais particulares de desenvolvimento (VIEIRA *et al.*, 2010).

Nesse sentido, as cooperativas podem assumir um papel de destaque na concepção e participação de sistemas de governança territorial que promovam, segundo Campagne e Pecqueur (2014), a interação de atores públicos,

privados e associativos. Trata-se de construir de forma cooperada, para além das esferas das cooperativas e do movimento cooperativo, ações estratégicas de DTS.

Considerações finais

A preocupação com os temas da sustentabilidade ganha amplitude com o surgimento dos ODS e das novas abordagens que ressaltam que as iniciativas de desenvolvimento devem ter compromisso com o plano local. Dessa forma, a formulação genérica de desenvolvimento sustentável ganha mais aderência e concretude na vida cotidiana. Esse preceito do desenvolvimento sustentável representa uma base motivadora e um ponto de apoio para a cooperativa redirecionar seu interesse pela comunidade.

Uma das formas de ampliar a materialidade e fortalecer as relações de compromisso entre o cooperativismo e o desenvolvimento sustentável é vincular a noção de comunidade onde vivem as pessoas com o conceito de território.

Considerando seu histórico organizacional e seu nível de articulação institucional, pode-se afirmar que a cooperativa possui legitimidade sociopolítica junto à sua base social e perante outras organizações dos territórios para levar adiante a missão de configurar uma cooperativa com a dimensão territorial do desenvolvimento. Apostar nesse caminho para obter um impacto nos processos de desenvolvimento sustentável da comunidade, compreendida aqui como sinônimo de território, depende, portanto, do interesse das cooperativas e de sua habilidade para reforçar as parcerias com outras organizações nessa direção. Para tanto, é vital ampliar os processos educacionais a respeito dos preceitos do ODS e do DTS e sobre a importância das cooperativas atuarem como agentes protagonistas desses processos, pois esses temas geralmente não são ainda bem compreendidos pelos atores cooperativistas e pelos agentes externos.

O debate sobre DTS com enfoque nos ODS representa um desafio transformador. Trata-se de construir, de forma cooperada, para além das esferas do cooperativismo, ações estratégicas de desenvolvimento territorial sustentável. Sabe-se que em muitos territórios ainda não há uma articulação entre as forças sociais e econômicas da sociedade civil e do poder público, capaz de elaborar um plano de desenvolvimento. Mas uma cooperativa bem consolidada, por sua legitimidade social e estrutura, pode atuar para criar iniciativas nesse sentido ou fortalecer a coordenação das ações já existentes em termos social, econômico e ambiental, proporcionando melhorias substanciais na qualidade de vida das comunidades atendidas. Percebe-se a necessidade de aprofundar o trabalho de

sensibilização e de natureza educativa, de modo que os membros internos e os atores externos ligados à organização ampliem seu entendimento sobre os ODS e o DTS e despertem para a importância da cooperativa estruturar ações junto à comunidade, tendo como referência essas premissas.

Referências

- ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL. *Identidad cooperativa: nuestros principios y valores*. 2020. Disponível em: <[https:// https://www.ica.coop/es/cooperativas/identidad-alianza-cooperativa-internacional](https://www.ica.coop/es/cooperativas/identidad-alianza-cooperativa-internacional)>. Acesso em: 31 mar. 2020.
- ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL – AMÉRICAS. *Declaración final V Cumbre Cooperativa de las Américas: el cooperativismo en la hora de los desafíos globales*. Buenos Aires, 2018. Disponível em: <<http://www.aciamericas.coop/IMG/pdf/declaracionvcumbre.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2021.
- BARBIERI, José Carlos. *Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
- BARBOSA, Gisele Silva. O desafio do desenvolvimento sustentável. *Revista Visões*, Macaé, 4. ed., v. 1, n. 4, jan./jun. 2008.
- BIALOSKORSKI, N. S. *Aspectos Econômicos das Cooperativas*. Belo Horizonte: Mandamentos, 2006.
- BÚRIGO, F. L.; ROVER, O. J.; FERREIRA, R. G. (org.). *Cooperação e desenvolvimento rural: olhares sul-americanos*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2021. Disponível em: <https://lemate.paginas.ufsc.br/files/2019/04/livrocooperac%CC%A7ao_e_desenvolvimento.pdf>.
- BÚRIGO, F. L. *Cooperativa de crédito rural: agente de desenvolvimento local ou banco comercial de pequeno porte*. Chapecó: Argos, 2007.
- BUTTENBENDER, P. L. *et al.* O cooperativismo e suas prioridades internacionais e nacionais nas perspectivas do seu fortalecimento e dos ODS. *Revista Estratégia e Desenvolvimento – RED*, v. 04, n. 01, Unipampa, 2020.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Relatório aponta que o Brasil não avançou em nenhuma das 169 metas de desenvolvimento sustentável da ONU*. Brasília, Agência Câmara de Notícias, 2021. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/784354-relatorio-aponta-que-o-brasil-nao-avancou-em-nenhuma-das-169-metas-de-desenvolvimento-sustentavel-da-onu/>>. Acesso em: 05 out. 2021.
- CAMPAGNE, P.; PECQUEUR, B. *Le développement territorial: une réponse émergente à la mondialisation*. Paris: Ed. Charles Léopold Mayer, 2014.
- CARRIÈRE, J. P.; CAZELLA, A. A. Abordagem introdutória ao conceito de desenvolvimento territorial. *Eisforia*, Florianópolis, v. 4, p. 23-48, 2006.
- CAZELLA, A. A. *et al.* O enfoque da cesta de bens e serviços territoriais: seus fundamentos teóricos e aplicação no Brasil. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Rural*, São Paulo, v. 16, n. 3, p. 193-206, set./dez. 2020.

CELENTANO, D.; VERÍSSIMO, A. A Amazônia e os Objetivos do Milênio. *Imazon*, Belém, 2007.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Nosso futuro comum*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

DELFINO, A. L.; LAND, A. G.; SILVA, W. R. A Relação entre Valores Pessoais e Organizacionais Comparados aos Princípios do Cooperativismo. *Gerai*s, Minas Gerais, v. 1, n. 3, p. 67-80, 2010.

DRUMOND, V. R. S. A aplicação dos princípios cooperativistas na gestão dos empreendimentos cooperativos. Coletânea de artigos apresentados no *I Encontro Brasileiro de Pesquisadores em Cooperativismo (EBPC)*. Brasília, 2010.

DUARTE, Laura M. G.; WEHRMANN, Magda. Histórico do cooperativismo agrícola no Brasil e perspectivas para a agricultura familiar. In: SABOURIN, Eric. *Associativismo, cooperativismo e economia solidária no meio rural*. Brasília. Universidade de Brasília, 2006 (Cadernos do CEAM, v. 06, n. 23).

ESTRATÉGIA ODS. *O que são os ODS?* Disponível em: <<https://www.estrategiaods.org.br/oque-sao-os-ods>>. Acesso em: 08 jun. 2021.

HOLYOAKE, G. J. *Os 28 tecelões de Rochdale* (História dos probos pioneiros de Rochdale). Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1933.

LEOPOLDINO, C. J. Elementos Conceituais e Históricos do Cooperativismo. *Ciências Sociais Aplicadas em Revista*, Unioeste/MCR, v. 11, n. 20, p. 141-156, 2011.

LEVI, Y. The Ambiguous Position of Cooperatives *vis-a-vis* the Issue of “Difference”. *Journal of Rural Cooperation*, Israel, v. 28. n. 2, 2000.

MARIE, P. “Cooperativa”. *Dicionário Alice*, 2019. Disponível em: <<https://alice.ces.uc.pt/dictionary/>>. Acesso em: 05 abr. 2020.

MARTINS, M. M; PASSADOR, C. S. O papel da organização cooperativa no desenvolvimento de uma região: um estudo de caso de uma cooperativa de pequenos produtores de São Paulo. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 47, 2009, Ilhéus. *Anais [...]*.Brasília: Sober, 2009.

MEINEN, Ênio; PORT, Márcio. *Cooperativismo financeiro: percurso histórico, perspectivas e desafios*. Brasília: Confefrás, 2014.

MONTIBELLER-FILHO, Gilberto. Ecodesenvolvimento e Desenvolvimento Sustentável, conceitos e princípios. *Textos de Economia*, Florianópolis, UFSC, v. 4, n. 1, 1993.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. *Objetivos de desenvolvimento sustentável*. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>. Acesso em: 08 jun. 2021.

NAMORADO, R. *O mistério do cooperativismo: da cooperação ao movimento cooperativo*. Coimbra (Portugal): Almedina, 2013.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO; ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL. *Las cooperativas y los Objetivos de Desarrollo Sostenible: debate*

sobre el desarrollo después de 2015. Disponível em: <https://www.ilo.org/empent/Publications/WCMS_307228/lang-es/index.htm>. Acesso em: 10 jun. 2021.

OLIVEIRA, A. P. *et al.* Agenda 2030 e cooperativismo: um estudo sobre a Cooperarc no semiárido baiano. In: SOUZA, A. M. M. *et al.* (org.). *Desenvolvimento do semiárido: organizações, gestão, inovação & empreendedorismo*. V. 2. MG: Poisson, 2021. cap. 1, p. 10-23.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD BRASIL. *Cooperativas comprometidas com a Agenda 2030*. 2020. Disponível em: <<https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/presscenter/articles/2020/cooperativas-comprometidas-com-a-agenda-2030-.html>> Acesso em: 09 jun. 2021.

SALES, J. E. Cooperativismo: origens e evolução. *Revista Brasileira de Gestão e Engenharia*, Centro de Ensino Superior de São Gotardo, v. 1, n. 1, p. 23-34, jan./jun. 2010.

SANTOS, W.; TREZ, G. As práticas de sustentabilidade nas cooperativas são um reflexo de sua singularidade? *Revista Estratégia & Desenvolvimento*, v. 04, n. 2, jan. 2021.

SCHNEIDER, J.O. Cooperativismo e desenvolvimento sustentável. *Otra Economía*, 9(16):94-104, 2015. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/otraeconomia/article/viewFile/otra.2015.916.07/4674>>. Acesso em: 02 abr. 2020.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

VEIGA, José Eli da. *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. 220 p.

VIEIRA, P. H. *et al.* (org.). *Desenvolvimento territorial sustentável no Brasil*. Florianópolis: Aped/Secco, 2010.



Aponte a câmera do seu celular no QR Code e ouça o audiolivro do texto

Entre paradigmas e inovações: o resgate do precedente cooperativo

Ênio Meinen

Devemos seguir lutando, todos os dias, para fazer do **nosso empreendimento** uma **grande e autêntica cooperativa** e não um pequeno banco, um simples banco digital ou mais uma *fintech* (Adaptado de Tamara Vrooman, Ceo da Vancity Credit Union – Vancouver/CA).

Está correto o diagnóstico que aponta que o cooperativismo financeiro por aqui precisa ampliar a sua presença na sociedade, seja pela expansão do quadro social, seja pela densificação do relacionamento negocial com os cooperados.

Para assegurar atratividade, terá de melhorar a sua eficiência operativa, racionalizando, consolidando e interconectando as suas múltiplas estruturas de 1º, 2º e 3º níveis (em busca da economia de escopo e do ganho de escala); dar os últimos retoques em seu portfólio comercial; aprimorar os seus processos operacionais, de apoio, de segurança e de acessibilidade ao negócio; qualificar a sua força de trabalho e conferir autenticidade à sua comunicação, deixando de falar como banco e assumindo a narrativa cooperativa.

No mais, como solução vanguardista para os cidadãos e empreendedores, o cooperativismo já tem uma longa caminhada, cuja partida deu-se há aproximadamente 200 anos e mantém-se jovem. Na dicção de Robert Shiller, Prêmio Nobel de Economia em 2013, “o movimento cooperativo constitui uma inovação essencial para uma boa e nova sociedade. É, portanto, uma iniciativa sempre atual para esse propósito, uma vez que, embora reconheça a livre iniciativa, não tem o lucro como objetivo... Cooperativismo é sinônimo de boa sociedade” (pronunciamento durante a Segunda Cúpula Mundial do Cooperativismo. Quebec, Canadá, 7 de outubro de 2014).

Economia colaborativa, compartilhada, circular ou de rede; economia lateral; nova economia; propósito; capitalismo consciente; capitalismo *stakeholder*; responsabilidade socioambiental; sustentabilidade; cooperação; descentralização; desintermediação; horizontalização; *user centric*; *customer experience*; *employee experience*, etc., tidos como megatendências ou novidades no ambiente corporativo têm no cooperativismo o seu mais fiel antecedente.

Disrupção, nesse contexto, é a expressão-síntese do momento e vem associada à seara tecnológico-digital. O cooperativismo é disruptivo desde o seu nascedouro, e o seu pioneirismo, além de mais abrangente e impactante, ainda não foi secundado. Com efeito, não se conhece fora da cooperação um modelo organizacional que combine, em equilíbrio, empreendedorismo econômico (progresso material) e desenvolvimento social (cidadania). Vale lembrar que o protagonismo cooperativo, ao promover a inclusão (especialmente em comunidades remotas e *low tech*) e a distribuição de renda, gerando valor compartilhado, é fundamental para mitigar o crescente processo de concentração de riqueza, que, por sinal, se acentua com a “revolução” tecnológica. Em síntese, o cooperativismo é a equação da economia social ou, por outra, o expoente da economia solidária.

Mas, se quisermos falar em precedência no campo tecnológico, o cooperativismo financeiro também tem suas contribuições. Chegou antes de todo mundo, por exemplo, no acesso a extratos e consultas de saldos por meio do Facebook e na identificação biométrica para utilizar o *mobile banking*, além de se posicionar no pelotão de frente dos operadores do PIX.

Ademais, tudo o que se requer para uma boa experiência do usuário/cooperado as cooperativas financeiras já dispõem ou estão em vias de ter, pois a imitação nesse campo é muito simples e usual... A única diferença, tomando como referência a capacidade de investimento, é o fato de as cooperativas fazerem mais com muito menos (a relação é de R\$ 1,00 para R\$ 10,00 dos gigantes da indústria), sem prejuízo da qualidade – alguns de seus aplicativos, como os *apps* bancários e de gestão de cartões, estão entre os mais bem avaliados do mercado. Portanto, pode-se afirmar que até mesmo nesse particular são inovadoras.

Em termos de ineditismo operacional, e apenas para mencionar um exemplo, não faz muito se anunciou como novidade – no interesse dos portadores –, por imposição normativa oficial, a conversão das transações internacionais com cartões pelo dólar do dia da compra. No cooperativismo financeiro, que efetivamente se volta para o interesse de seus usuários (cooperados), essa regra já foi adotada há 15 anos!

Cashback é uma suposta “revolução” no segmento bancário, proclamada por uma das mais badaladas instituições digitais entre nós. A “invenção” consiste na devolução, em espécie, de parte de tarifas e comissionamentos de transações financeiras, uma vez cumprida uma lista interminável de pré-condições. Ocorre que as cooperativas, a partir da concepção em Rochdale, têm na sua essência o partilhamento integral e incondicional do resultado, direta ou indiretamente, com aqueles que geram o excedente e na proporção que o

fazem, sem contar a prática da justa precificação já na contratação das operações e dos serviços.

Crowdfunding é como foi (re)batizada a iniciativa para a mobilização coletiva de recursos destinados a projetos econômicos e sociais. No cooperativismo, desde 1844 essa ação – que se confunde com a própria cooperação – leva o nome de ajuda mútua.

Peer-to-peer lending (P2P), mecanismo que permite aproximar tomadores de crédito e fornecedores de *funding*, sem que entre eles haja intermediário, é exatamente o modelo praticado pelo cooperativismo, que, assumindo o papel de plataforma especializada, conecta cooperados investidores/provedores e cooperados tomadores de recursos.

Suitability (associado à política do “conheça seu cliente”) e *disclosure* são virtudes muito invocadas atualmente, dadas algumas práticas desleais no mercado financeiro, seja com relação aos usuários ou na arena concorrencial.

Exemplo relativamente recente é o que envolveu a adquirência bancária (maquininhas de cartões e outros dispositivos de captura). No cooperativismo, dado que o cliente é o dono do negócio e a transparência um de seus valores universais, não se cogita impingir soluções que não se adéquem às necessidades e às condições do tomador e muito menos disseminar inverdades.

Ainda nessa linha, fala-se agora em foco *do* cliente (em vez de foco *no* cliente). São muitos os movimentos de instituições financeiras convencionais a dar a (falsa) impressão de que o cliente tem voz e vez. Por exemplo, houve quem invertesse literalmente a comunicação mercadológica ao sugerir que, em vez de oferecer o que o cliente precisa, passaria a perguntar ao cliente o que ele quer.

Com igual irrealismo, um banco público vem propalando que o usuário é dono inclusive dos lucros. Já um terceiro agente propõe maior humanismo na relação com os usuários, proclamando que o principal não seria a máquina. Ao mesmo tempo, contudo (na real, como se diz), está encerrando as atividades em centenas de agências com demissões em massa (de humanos!) e ampliando o distanciamento dos clientes (remetidos justamente para o contato direto com máquinas).

Por fim, a mais ostensiva em meio às entrantes heterodoxas (designadas *fintechs*), conhecida por suas cores vibrantes e seu reduzido *fair play* no ambiente bancário, anunciou uma economia, dita inédita, de R\$ 3,3 bilhões a seus clientes em 2019 ao comparar seus preços com os praticados pelos bancos. Ocorre que o sistema financeiro cooperativo – por conveniência, não considerado na pesquisa – no mesmo período (feito repetido em 2020 e 2021), aplica-

dos idênticos parâmetros, permitiu a seus cooperados um ganho, em apuração bem conservadora, de cerca de R\$ 30 bilhões. Ou seja, o valor cooperativo agregado foi comparativamente dez vezes maior!

No cooperativismo, diferentemente do que ocorre com as outras soluções, a perspectiva prevalente sempre foi a do cooperado-usuário (sem negligenciar o caminho inverso para assegurar a sustentabilidade do empreendimento) pelo simples fato de ele ser o dono do empreendimento.

Accountability é outro atributo que vem sendo enaltecido como elemento virtuoso na cultura organizacional, inclusive no mercado financeiro. Aliás, um dos gigantes da indústria bancária há pouco tem pregado, ao custo de milhões de reais em ações midiáticas (obviamente pagas pelos clientes), que é feito de valores...

No cooperativismo, ética, responsabilidade pessoal e prestação de contas assumem relevância tal a ponto de integrar os direcionadores doutrinários do movimento.

Stakeholders, já não tão recente, é também um vocábulo bastante mencionado entre nós quando nos referimos ao público de interesse da/na empresa. No início de 2020, em Davos, durante o Fórum Econômico Mundial, com o objetivo de alargar o conceito, CEOs de grandes corporações globais cunharam a expressão “capitalismo *stakeholder*”, sustentando que as empresas deveriam almejar algo além do lucro dos acionistas, olhando para outros públicos e ambientes impactados por sua atuação.

O cooperativismo, preocupado com o seu entorno desde sempre, tem uma designação própria para o seu mundo relacional, inclusive versada na língua pátria. Trata-se do interesse pela comunidade, o 7º de seus princípios universais

Ownership também vem permeando, com recorrência, o vocabulário corporativo. Não muito tempo atrás, uma conhecida empresa da área bancária, “inovando” em suas práticas de empoderamento, doou algumas ações a funcionários, esperando maior engajamento com vistas a melhorar a experiência relacional com os clientes. A tentativa, porque incompatível com o modelo de negócio da organização, parece não ter dado certo.

Já no lado do cooperativismo financeiro, os funcionários, todos, desde que ingressam nas entidades são coproprietários – em igualdade de condições com os demais cooperados –, assumindo naturalmente a condição de pertencimento.

Esses são apenas alguns exemplos de expressões, ações e movimentos saudados como inéditos, mas que no mundo cooperativo já são conhecidos, e aplicados, de longa data. O quadro-resumo a seguir traça um paralelo entre

alguns dos paradigmas corporativos atualmente mais difundidos e sua manifestação no ambiente cooperativo:

Paradigma	Cooperativismo
Economia compartilhada	= Gestão democrática, solidariedade econômica e divisão do resultado
Economia colaborativa	= Sociedade resultante da cooperação entre pessoas
Capitalismo consciente	= Valores e princípios cooperativistas
Capitalismo <i>stakeholder</i>	= Interesse pela comunidade
Desintermediação/ <i>peer-to-peer</i> (P2P)	= Cooperado dono e usuário (cliente); cooperado provedor de recursos e cooperado tomador, com dispensa de intermediário
Disrupção digital	= Revolução social
<i>Cashback</i>	= Retorno das sobras proporcional às operações
<i>User centric</i>	= Cooperado (dono) no centro
<i>Crowdfunding</i>	= Ajuda mútua
<i>Suitability</i>	= Produtos e serviços conforme necessidade do dono e preços justos
<i>Accountability</i>	= Valores cooperativistas
<i>Ownership/employee experience</i>	= Funcionário dono da cooperativa

Roberto Campos Neto, presidente do BC (BR Cooperativo, 7/11/2020), faz uma leitura precisa, apanhando o cerne dos atributos e das particularidades do cooperativismo financeiro, ao afirmar que “as cooperativas de crédito possuem **características peculiares**, que as tornam **distintas** das demais instituições financeiras. Elas são constituídas pela livre associação de pessoas naturais e empresas, com **interesses compartilhados**. São **instituições centradas nas pessoas**, em que o **cooperado é cliente e proprietário** ao mesmo tempo. Com isso elas tendem a oferecer **serviços mais personalizados**, e seus **resultados são destinados a seus associados** e, também, **revertidos** de alguma forma **à comunidade** na qual atuam”.

O fato é que uma cooperativa, em razão de escala ou de aspectos do seu processo operacional, poderá até se aproximar de um banco ou de uma *fintech*.

Mas um banco ou uma instituição digital, não importa a sua dimensão e o seu repertório mercadológico, jamais serão capazes de re-produzir o modelo cooperativo.

Ou seja, cooperativa não é banco nem *fintech*; e banco e *fintech*, embora, cada vez mais, incorporem aspectos do cooperativismo em suas narrativas institucionais, não são cooperativas.

Não podemos, é claro, acomodar-nos ou inebriar-nos com o que já conquistamos. Devemos estar receptivos ao novo, especialmente sobre o “como” e “o quê” fazer, assimilando a transformação digital em curso (*tsunami high tech*), internalizando e aprimorando processos e modelos de negócios que impliquem melhores experiências para os cooperados – mas sob a ótica e a escolha desses (donos experience, que também devem ter a opção *high touch!*). Dito de outra forma, as cooperativas devem posicionar-se como instituições na era digital, mas não como empresas digitais; atuar como iniciativas sem distância, e não como entidades de distância..

Mas se rever a forma é essencial para o nosso negócio (lembrando que preço, qualidade e recursos materiais são o mínimo do mínimo, presentes em qualquer *commodity*), preservar o DNA da cooperação – particularmente no que se refere ao compromisso com a prosperidade econômica e o desenvolvimento social nos territórios e de seus públicos – é fundamental, mesmo porque não é passível de digitalização, robotização, automatização, imitação ou reprodução por qualquer forma. Ou seja, não corre o risco de virar lugar-comum.

Além disso, estamos falando de uma proposta que tem a simpatia de um entre cada seis habitantes do planeta; somente nos Estados Unidos vem se conquistando 4,5 milhões de membros a cada ano apenas no segmento financeiro, que emprega 20% mais trabalhadores do que a soma das multinacionais ao redor do mundo. Certamente o mutualismo cooperativo não é uma ideia ultrapassada, mas a própria, substancial e permanente inovação.

Os que operamos no meio cooperativo não podemos deslumbrar-nos com os alaridos modistas (*hypes, buzzwords* e outras locuções do dicionário digital) nem com narrativas pasteurizadas; guiar-nos simplesmente pelas fórmulas e soluções-padrão ditadas em atacado; curvar-nos incondicionalmente diante dos profetas do futuro – não raro por nós regiadamente remunerados para adivinhar o que supostamente vem por aí – ou aderir imprevidentemente ao livro-texto e aos *best-sellers* da hora. Tampouco devemos aceitar a ideia de que o “novo” (*fintechs, bigtechs*, bancos digitais/*bantechs*, Alexas, Bias e outros componentes do universo inorgânico e *selfservice*) desqualifica as instituições cooperativas ou as levará à morte.

Aliás, a estratégia de algumas instituições heterodoxas de atrair milhões de clientes, sem qualquer critério, nenhum engajamento societário, baixa transparência operacional e retorno econômico duvidoso – tão saudada e repetidamente invocada pelos autoproclamados porta-vozes do novo –, é flagrantemente incompatível com o modelo cooperativo. E mais: antes de incrementar o quantitativo de membros ou pelos menos concomitantemente, as cooperativas têm que transformar grande parte do contingente atual de usuários em verdadeiros cooperados, uma vez que o seu principal agente financeiro ainda é um concorrente de sua própria instituição.

Acima de tudo, precisamos (re)aprender e apreender o cooperativismo, propósito em si; simples, inclusivo, justo, acessível (até mesmo na linguagem) e, reitere-se, sempre contemporâneo – basta um olhar para a Agenda BC# do BC –, porquanto centrado nas pessoas, ativo resiliente e que jamais deprecia. Além de pouco conhecê-lo, alguns de nós lamentavelmente ainda lhe temos preconceito.

É nosso dever, a toda hora e em todo lugar, evidenciar, incentivar e, mais do que isso, exercitar as características e os precedentes do modelo societário e operacional, pois essa é a nossa identidade, que nos torna únicos, verdadeiramente originais.

Enfim, não podemos colaborar para o triunfo da concepção mercantil ou converter-nos em uma mera plataforma digital. Não deixemos que o raro fique comum, pois, como ensina a canção de Nando Reis, se formos como os outros, todos iguais, nossos “rostos singulares se tornam vulgares em meio à multidão”.

Portanto, voltando ao início, preservemos o **conteúdo** – o **motivo**, o **porquê**, a **essência**; falemos mais sobre nós e, para “surfear a onda”, atualizemos a forma – “o como” e o “o quê”. Isso nos manterá relevantes e atrativos.



Aponte a câmera do seu celular no QR Code e ouça o audiolivro do texto

Relação do cooperativismo com a sucessão familiar: análise, desafios, lições e estratégias preditivas

Ainor Francisco Lotério

Mais do que herança

Mais do que herança, uma família deve deixar à descendência uma memória planejada e transformadora da realidade da propriedade.

Desse modo, sucessão familiar não deve ser encarada de maneira casual ou apenas como um direito à herança patrimonial, mas consoante com um processo de transferência de legado pessoal, familiar, ambiental, financeiro, social e sustentável. A própria palavra “familiar” soa como algo caseiro, pessoal, íntimo e privado, estando afeta ao domínio de cada unidade familiar. À vista disso, percebe-se que a sucessão familiar abarca tudo o que está dentro e fora da propriedade, ou seja, os bens patrimoniais e o conceito de família e atividade desenvolvida. Consoante ao que diz Pasqualini (2020),

quando se atina que o patrimônio não apresenta tão só relevância econômica e material, mas que assume a condição de espaço e de horizonte da liberdade de tosos, fica claro que toda perda, todo insucesso, todo desperdício na transição patrimonial entre as gerações redundam em lamentável déficit intra e intergeracional de liberdade.

Assim sendo, este relato de experiências visa ampliar a leitura do contexto sucessório para além do papel mercadológico, preparando os associados e lideranças das cooperativas, bem como pais e filhos, para serem sucessores dos bens, conhecimentos, inovações, deveres e direitos em relação às unidades familiares e sociedades cooperativas. Aborda-se em relevo o cooperativismo como doutrina e educação, de modo a compreender a realidade, desafiar os atores envolvidos a empreender uma sucessão também gerencial na agricultura familiar (e nas demais atividades da família, mesmo noutras áreas).

Deseja-se articular preventivamente a relação entre cooperativismo e sucessão familiar como um potencial ainda pouco explorado no cenário atual, talvez pela dificuldade de implementação em nível de propriedade, pois, em harmonia com o pensamento de Pasqualini (2020),

sucessão familiar é a transferência de patrimônio que acontece a cada geração. A importância do tema se deixa flagrar em uma estatística: 70% das transferências de patrimônio na família fracassam. Isso quer dizer que, no mundo, quando uma geração lega o saldo de seu esforço para outra, o montante de patrimônio transmitido é menor do que o recebido.

Em consequência disso, propõe o mesmo autor, referindo-se à importância da conscientização de todos os familiares sobre o planejamento da sucessão familiar, que:

O foco não deve ser apenas o jovem, mas toda a família. Quando a sucessão fracassa, a responsabilidade recai sobre os ombros de todos. Os jovens, sozinhos, jamais serão capazes de prevenir um problema que só pode ser evitado pela união e pelo esforço de todos os familiares. A descontinuidade patrimonial se demonstra sintoma de uma descontinuidade no plano dos valores.

Desse modo, propõe-se um projeto pedagógico que vise construir espaços de convívio, inovação e conhecimento, os quais promovam o intercâmbio educacional, a formação profissional e a informação noticiosa que denote interesse pela comunidade circundante, pois a cooperativa deve ir muito além dos seus muros (LOTÉRIO, 2020).

Destarte, o principal desafio nessa significação é produzir conteúdo e idealizar estratégias preditivas na promoção da sucessão familiar.

Sucessor não é cliente, mas também dono

Carecemos compreender que um sucessor é um indivíduo que recebe “o trono da geração anterior” não apenas por herdade, mas fundamentalmente por patrimônio familiar, acompanhado da incumbência de dar sequência ao que foi sonhado e construído por seus antecessores e antepassados.

Herdeiros todos os filhos e filhas são, contudo, para sucessores familiares, nem todos têm serventia técnica, cultural, espiritual e gerencial, pois ainda não passaram da compreensão de sucessão como mais uma oportunidade de negócios.

Um sucessor nem sempre é uma pessoa com atributos iguais aos de seus pais, mas semelhantes aos deles, pois, em sendo assim, tudo continuará do mesmo modo na propriedade, o que nem sempre é conveniente. Ele não deve ser visto como um suplente comum em um cardo, mas como um dono na origem, assim como “uma cooperativa não possui associados, mas os associados possuem a cooperativa”.

Carta da Juventude valoriza a vida e evoca esforço familiar e cooperativo

Informações obtidas na Carta da Juventude Rural/Pesqueira de Santa Catarina, escrita em 1999, fruto de um grande trabalho em parceria entre o Governo do Estado/Epagri (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina) e a Sociedade Catarinense, quando desempenhei a função de Gestor Estadual do Pró-Jovem, davam conta de que:

- a juventude carece de uma política pública governamental contínua e constantemente renovada, que assegure a qualificação profissional, oportunize o desenvolvimento de potencialidades humanas e das propriedades, além de valorizar aspirações e habilidades dos futuros sucessores;

- a maioria dos jovens não tem vislumbrado um futuro seguro no espaço rural e pesqueiro, encontrando-se desmotivados, inseguros e despreparados para a missão que a sucessão familiar lhes reserva, passando a buscar oportunidades na área urbana;

- sua participação na família e na cooperativa era reduzida, bem como suas ideias e opiniões não eram ouvidas e consideradas plausíveis;

- havia demora prolongada no processo sucessório de gestão da propriedade, somada à falta de serviços médicos e odontológicos, oportunidades de lazer e recreação, além de deficiente infraestrutura (estradas e equipamentos públicos) na comunidade onde moravam;

- os meios de comunicação sugeriam (e agora as redes sociais) uma vida urbana mais atrativa do que a rural.

Os fatores acima apontados naquela carta e outros tantos estudos e documentos já anunciavam que o êxodo massivo de jovens rurais continuaria, além do decréscimo acentuado na taxa de natalidade de novos sucessores (falamos mesmo dos ventres maternos com menor número de partos e da dificuldade de adoção).

Experiências positivas amparam a decisão no processo sucessório

Como filho de agricultores familiares e cooperativistas, tendo trabalhado até os dezoito anos na lida crua do campo (Vidal Ramos-SC), trago de lá as melhores lembranças de um tempo de nascimento das entidades de defesa e cooperação dos agricultores.

Nesse período, várias cooperativas eram formadas em Santa Catarina através do incentivo e da organização vindos do Serviço de Extensão Rural. Isso fez com que eu e meus irmãos não nos afastássemos do campo, inclusive onde vivo (Camboriú-SC) tenho uma propriedade rural.

Quanto maior a mesa da cooperação, mais se comunga do mesmo pão, e quanto mais diversificada a propriedade familiar em temas de atividades agrícolas (cultivos e criações) e não agrícolas (oficinas, marcenarias, confecções, indústrias, etc.), maior a chance dos filhos tornarem-se sucessores por atividade.

Sucessores com cheiro de terra e inovadores

Um programa de sucessores rurais familiares deve focar no desenvolvimento humano, criando assim interessados em trabalhar e viver no campo, mas sobretudo sucessores com cheiro de terra e gosto pela vida no campo.

A tendência é o surgimento de novos empregos nas áreas de tecnologias inovativas (monitoramento, precisão agrícola, planejamento, gestão de pessoas, mercado financeiro, etc.) nas áreas rurais, pois a agricultura é o setor que mais positivamente responde à composição e elevação do Produto Interno Bruto do Brasil.

“Quem se liga à terra nunca erra”, especialmente se o fizer no sentido de pátria dos sonhos e da realização pessoal e profissional. Quem não deseja hoje em dia ao menos ter um sítio? Imaginemos ser filho de agricultores e deixar a terra escapar de suas mãos?

Filhos do êxodo rural

Nossos filhos e filhas foram conduzidos, num passado não tão distante, no trabalho familiar nas propriedades de um modo desmotivador: só deviam trabalhar sem perguntar o quanto estava rendendo a safra; só estudavam os que eram mais fracos ou doentes; as mulheres eram praticamente destituídas de heranças; os mais velhos casavam e iam embora da propriedade; o mais novo quase sempre ficava em casa, cuidando dos pais, e recebia a propriedade como paga ou compensação por esse “esforço”; faltava terra e sobravam filhos; a adoção de novas tecnologias era muito lenta, e os jovens eram pouco envolvidos, pois somente o pais participavam de algumas reuniões de entidades; não havia políticas públicas municipais estruturadas para atenção ao espaço rural (especialmente saúde), muito embora as escolas rurais desempenhassem um bom papel na educação (de lá trago as melhores lembranças da Escola Multisseriada de Antas Gordas, onde nossa educação era cooperativa); entre outras lembranças que cada um de nós pode ter, pois somos um povo de origem rural, que tem muita nostalgia (uma feliz saudade) da vida no campo.

As entidades (prefeituras, órgãos estaduais e federais), tanto públicas como privadas (sindicatos, cooperativas, etc.), demoraram em estruturar um PLANO SÓLIDO DE FORMAÇÃO DE SUCESSORES. Em função dessa

lacuna de oportunidades, os jovens, vendo-se desprezados de certo modo por essas entidades públicas e representativas, partiram em busca de melhores condições de vida (emprego, saúde, educação, lazer, valorização pessoal), abandonando as propriedades e os municípios, tendo como destino as cidades grandes.

Para evitar a concepção de mais filhas e filhos do êxodo rural, necessário se faz a implantação de um plano estratégico de sucessão familiar no espaço rural.

Sugestão de um plano de sucessão familiar com base nos princípios cooperativistas

Parafraseando os princípios cooperativistas, segue-se uma proposta de encaminhamento para a formação de sucessores no âmbito da propriedade familiar:

1º Princípio: Consentimento livre e voluntário entre todos da casa

As famílias devem ser organizações voluntárias, abertas a todos os filhos e filhas aptos à sucessão. Devem assumir responsabilidades solidárias pela sucessão de todos os membros, sem qualquer tipo de discriminação ou frouxidão na formação dos futuros sucessores.

Os filhos linha de frente, filhos de pais de vanguarda são mais facilmente sócios da felicidade. E o que desejamos numa família é que todos sejam sócios do progresso e da felicidade na propriedade, o que mais certamente ocorre com os que são cooperativados.

2º Princípio: Gestão democrática da propriedade entre pais e filhos

As famílias devem ser encaradas como células democráticas, erguidas e controladas por pessoas que saibam o que é o amor, que participam efetivamente de sua formulação como um lugar de pessoas felizes. Os homens e mulheres, intitulados pais e mães, têm direitos sobre seus filhos, mas não são donos desses. Pais frouxos pensam que são donos de filhos padecedores. Pais de vanguarda são motivadores de novos sucessores.

3º Princípio: Participação econômica de todos os membros na condução da sucessão

Todos devem ter conhecimento das despesas e receitas e de todos os negócios (plantios, construções, edificações e empreendimentos) desenvolvidos no presente e projetados para o futuro da propriedade.

Cada membro em condições físicas, psicológicas, sociais e espirituais (respeitando crenças e diversidade religiosa) deve sentir que é corresponsável

por uma parcela das necessidades da unidade familiar. Por isso, desde cedo, pais linha de frente ensinam a seus filhos que a manutenção da casa e da propriedade será função e responsabilidade de todos aqueles que tiverem condições de trabalhar.

Há a necessidade de administrar muito bem a herança, saber usar a força da cooperação e da solidariedade para que os mais fracos, novos ou necessitados sejam amparados.

4º Princípio: Autonomia e independência familiar

O objetivo de pais firmes é tornar autônomos seus filhos e filhas, transformando-os/as em agentes da própria vida. Filhos sem autonomia têm dificuldades para tomar o “rumo certo da vida” e tornam-se frustrados com a vida no campo. Não significa que estejam dispensados de prestar conta dos seus atos, mas tenham um dom autônomo de contribuir.

Autonomia com ajuda mútua entre os membros da família facilita a compreensão do processo cooperativo de geração de fortes sucessores familiares.

5º Princípio: Educação, formação e informação sem distinção de filho ou filha

A totalidade dos integrantes da família precisa ser informada de alguma nova atitude, de mudanças nos negócios, de sonhos individuais (relacionados a projetos pessoais de vida), uma vez que não é compulsória a continuidade de todos na propriedade. Ter conhecimento é estar consciente dos acontecimentos à sua volta e sobre o que se passa dentro da unidade familiar e no mundo interior de cada ser. Tem sido desmotivador para muitos filhos não saberem dos sonhos inteiros da família.

No viés da profissionalização para as atividades da propriedade, não basta formar para o trabalho ou as noções de gestão de modo forçado se o indivíduo não tem vocação para a sucessão. Há a necessidade de educar para tirar de dentro, melhorar o discernimento e a disciplina reflexiva sobre o que se está a fazer e o que precisa ser buscado na propriedade.

6º Princípio: Cada família não pode pensar apenas em si, mas cooperar com as famílias da comunidade

A rede de proteção das famílias está cada vez mais com nós rompidos. Aquele gesto dos vizinhos, parentes, do amigo ou conhecido da família que, detentor de um espírito voluntário, dizia aos pais: “ei, pode deixar que eu cuido do teu filho!” está se extinguindo na sociedade. O egoísmo impera, e cada um quer salvar a sua própria pele, não se importando com mais ninguém. Ora, se família é o maior patrimônio para mim, também é para o vizinho.

7º Princípio: Despertar nos filhos o interesse pela comunidade

Ninguém vive apenas para si, uma vez que não somos frutos do isolamento, mas da participação amorosa entre indivíduos que se respeitam e cooperam uns como os outros.

Só permanece no campo quem tem um projeto de vida em família por lá. Esse projeto deve ser iniciado bem cedo no seio do lar, ter o apoio das entidades das quais participa, seja um sindicato, órgãos públicos, mas especialmente duma cooperativa.

Mais do que papel, missão do cooperativismo

O cooperativismo tem, por sua necessidade de sucessores para a sua expansão com lideranças conscientes, como missão fazer acontecer a sucessão rural familiar. As cooperativas, ao lado das famílias, estão sendo desafiadas a tomar decisões muito fortes ao longo das diferentes fases da empresa e da vida de cada um de seus associados. Fazer a sucessão é garantir a própria evolução qualificada.

Quando vemos que 78% das propriedades rurais de Santa Catarina produzem no sistema de Agricultura Familiar, convencemo-nos da importância dessa produção para a economia catarinense. Esses dados dão destaque à produção animal e vegetal, fazendo com que Santa Catarina tenha uma agricultura familiar altamente produtiva e inserida no agronegócio. No entanto, isso só é possível graças à envergadura, capilaridade e eficácia do nosso cooperativismo em todos os ramos, mas especialmente o agropecuário e o de crédito. Nosso destaque deve dar-se pela produtividade e qualidade de tudo o que é produzido.

A “relação do cooperativismo com a sucessão familiar” deve ser analisada na perspectiva dos desafios atuais por que passa a agricultura familiar (necessidade de mão de obra disponível e qualificada, concepção de sucessores, adoção de novas tecnologias, produção de maneira diversificada e sustentável, além de gerar renda e vida de qualidade).

Conhecimento da realidade interna e externa

A importância do conhecimento referente ao passado, a pisada firme no presente e um olhar agudo no cenário futuro exigem que estejamos adequadamente preparados não apenas técnica, mas doutrinariamente iniciados na educação cooperativista, pois a cooperação humana é alavanca de desenvolvimento local e regional, nacional e planetária.

O cooperativismo é reconhecido internacionalmente pelo importante papel que tem na promoção do desenvolvimento sustentável. As cooperati-

vas estão presentes no dia a dia das pessoas, mostrando sua importância, desde a alimentação, saúde até os serviços financeiros e de transporte (OCB-SESCCP-GO, 2020).

O conhecimento recebido, aplicado e guardado pelos agricultores familiares, assim como a absorção de tecnologia externa dependem do ambiente organizacional em que a produção familiar é relevante no processo sucessório.

Nesse contexto, os pesquisadores Moraes, J. L. A. & Schwab, P. I. (2020) afirmam em seu trabalho “O PAPEL DO COOPERATIVISMO NO FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR”:

As cooperativas são organizações que desempenham um importante papel no contexto socioeconômico na medida em que atuam apoiando seu desenvolvimento, principalmente das pequenas propriedades rurais, onde juntas reúnem forças para ganhar destaque e espaço no mercado competitivo.

A revitalização e harmonização do espaço rural catarinense passam por um moderno processo de sucessão, o qual não deve ser deixado ao acaso, mas conduzido por uma política pública bem definida e perseverantemente conduzida. Porém, perguntas como as seguintes se aferram a nosso cotidiano: O que leva o jovem a ficar no campo ou na atividade familiar? Quem serão os responsáveis pela gestão da agricultura familiar doravante? Por qual fundamento é importante que as cooperativas se ocupem com a formação das novas gerações de sucessores?

As respostas podem ser iniciadas pela necessidade de uma visão integral do homem hoje. Mais do que bio, somos sociais, inteligentes e temos sensibilidade espiritual (nossas crenças e o próprio espírito empreendedor). Deixar de fora essas capacidades presentes nos jovens de ontem pode ter sido a causa dos problemas enfrentados hoje.

Atuei por três décadas como extensionista rural, envolvido em trabalhos voluntários relacionados aos jovens através dos Clubes de Trabalho 4-S (Saber, Servir, Sentir, Saúde). Além de reunir os jovens para ensiná-los a identificar os próprios problemas e os da comunidade, visava à construção conjunta de soluções. Relacionado ao cooperativismo, esse extraordinário trabalho de motivação, organização e formação da juventude também visava: “despertar no jovem o interesse pelo associativismo, incutindo-lhe ideias associativistas através de palestras, projetos coletivos e outras atividades em comum”.

Essa e outras experiências com modos de trabalhar a terra e organizar as pessoas nas comunidades rurais, atuando especificamente com jovens em projetos de desenvolvimento local, clubes agrícolas, escolas rurais, jovens cooperativistas, pastorais de juventude, etc., foram decisivas na formação de verdadeiras lideranças. Hoje, isso já não mais acontece no meio rural, até porque houve evasão e envelhecimento da população rural.

Pais e cooperativistas são capazes de intervir especificamente em cada situação

Somos seres de relação, de famílias, e não nascemos para o isolamento, mesmo que temporário. Necessitamos, portanto, remover certo entrave verificado dentro das propriedades rurais, onde o diálogo entre pais e filhos sobre o tema sucessão é tímido ou inexistente.

Essa constatação posso fazer com base em várias parcerias (como palestrante, instrutor e consultor) que desenvolvemos com cooperativas, gestão pública e agremiações jovens (grupos, pastorais, etc.), em palestras e encontros em eventos e cursos do serviço de extensão rural desenvolvidos pela Epagri em seus Centros de Treinamento, Rio Grande Jovem – Emater-RS/ASCAR, parceria com a OCESEC na realização do Pró-Jovem Rural e Pesqueiro de SC, entre outros.

Desejamos ser colaboradores uns com os outros, bastando que haja incentivo e motivação para tal. Como seres de criação, temos dons, talentos e habilidades que devem ser postos a serviço da comunidade. Nesse espírito entra a educação cooperativista, em que a cooperação passa a ser uma atitude e o cooperativismo uma filosofia de vida, assim como deve ser vista a unidade familiar por todos os integrantes e especialmente os futuros sucessores.

Precisamos fazer surgir um diálogo intergeracional e cooperativo dentro das propriedades rurais familiares, onde o tema da sucessão possa ser encorajado e bem administrado.

Há vagas para sucessores rurais familiares

A carência de sucessores e a supressão da população jovem por falta de incentivo e preparo ameaçam o futuro da agricultura familiar. Somadas a isso, dificuldades econômicas e razões culturais incentivam o esvaziamento da população jovem no meio rural. As propriedades com área insuficiente para a colocação de todos os filhos foi em todo o tempo um fator determinante para a saída da maioria dos filhos e filhas das propriedades rurais.

No entanto, falar de sucessão no campo não é o mesmo que falar de mão de obra para o campo. A falta de trabalhadores no campo é notória, mas o problema não está só na má vontade de muitos em “pegar no pesado”, como também na desqualificação, mesmo considerando que o campo é lugar de excelência, criatividade, inovação, mas de trabalho fatigante.

Por muitas décadas esperava-se os genitores falecerem para iniciar a divisão das terras. Hoje faltam sucessores, mas sobram herdeiros (aqueles que disputam as terras e os bens de um modo geral, porém não desejam dar continuidade ao ideal da propriedade). Muitas vezes, o herdeiro não tem o interesse

e nem a perícia, especialização e habilidade para suceder. Suceder não é apenas herdar, mas fazer-se, manifestar-se, produzir-se e não apenas usufruir de um patrimônio.

O desafio de planejar a sucessão familiar na atualidade

Um dos maiores desafios é planejar a sucessão atualmente, quando há cada vez um menor número de jovens disponíveis para a sucessão familiar. Outro problema é que, em muitas famílias capitalizadas, não há sucessores e nas famílias mais numerosas não há terra para tanto, de modo que se possa manter a vitalidade dos negócios da propriedade.

Segundo Silvestro (2001, p. 19),

embora um pouco mais tarde e num ritmo menos acelerado que nas cidades, o tamanho das famílias rurais diminuiu de maneira nítida nos últimos anos. A consequência é o aparecimento – fundamentalmente nas regiões marcadas historicamente por maior democratização do acesso à terra – de um problema típico dos países desenvolvidos, em particular das sociedades produtivas, cujo destino está comprometido pela falta de sucessores.

Esse é o caso do oeste de Santa Catarina, onde não há jovens morando em mais de 12% das propriedades.

No caso da agricultura familiar, a passagem da administração passa de pais para filhos, o que pode gerar conflitos se não houver consciência familiar e o entendimento de dons e talentos para empreender no ramo. Sabendo que

não existe atividade econômica onde as relações familiares tenham tanta importância como na agricultura familiar. Em primeiro lugar, a esmagadora maioria dos agricultores contemporâneos continua a atividade paterna, o que não ocorre em nenhuma outra profissão (SILVESTRO, 2001, p. 25).

Aqui renasce a necessidade de tratar o assunto no interior da propriedade de maneira orientada e salutar, pois aí se situa o jogo referente à continuidade de toda a base da agricultura familiar catarinense. Até o final do século 18, o processo de sucessão entre gerações de agricultores acontecia mais pela tradição cultural, estabelecendo a prioridade de acesso à sucessão na unidade de produção ao filho mais velho (na primogenitura) ou ao mais jovem (na ultimogenitura ou minorato). Com a modernização começa a ocorrer uma diferenciação econômica, muito mais do que social. A tecnificação, os insumos industriais, o crédito, a conformação de mercados e a disposição para o lucro passaram a condicionar a vida no campo (e nas cidades, uma vez que os espaços já não se delimitam mais abruptamente em tempos de comunicação on-line). Tudo isso aponta para a necessidade de uma sucessão “de caso pensado” e não mais ao acaso.

Aprendendo com as lições deixadas pelos antepassados

O novo padrão de modernização da agricultura e do rural só se estabelece quando apreendemos as lições arduamente deixadas pelos antepassados (valorização das famílias, interesse pela comunidade, solidariedade com os vizinhos, ajuda mútua e espírito empreendedor cooperativista) e abraçamos as necessidades tecnológicas de inovação do presente.

Notamos que esse padrão de comportamento coaduna-se com os princípios e valores do cooperativismo, quais sejam: adesão livre e voluntária, controle democrático pelos sócios, participação econômica dos sócios, autonomia e independência, educação, treinamento e informação, cooperação entre cooperativas e preocupação com a comunidade.

Os novos padrões de uma sociedade existencialista e consumista fazem com que os filhos não se sintam mais obrigados a seguir o destino dos pais. Há novos horizontes de possibilidades, e multiplicam-se (como também se extinguem) profissões, também por conta do advento e da evolução do mundo globalizado e cibernético. Se antes filho de agricultor tendia a ser agricultor, os novos padrões de conformação da sociedade atual estão a possibilitar um novo olhar para o mundo, onde as gerações mais recentes passam a ter acesso a maior período de estudos do que seus pais. O modo de vida e os valores culturais urbanos passam a chegar de forma mais rápida ao mundo rural, pois a melhoria dos meios eletrônicos possibilitou que cada um se tornasse repórter de si mesmo, de acordo com o que presenciamos nas redes sociais.

O futuro aponta um novo rumo para o campo com inúmeras famílias que outrora deixaram o meio rural desejando retornar. Alguns conseguem, mas nem todos os que desejam encontram possibilidades e propriedades disponíveis para aquisição. Desejos de retorno ao espaço agrícola são contidos pelo sucesso obtido pelos que lá permaneceram obtendo e ampliando excelentes índices de produtividade de lavouras e criações. É preciso afirmar que quem se manteve no campo “se deu bem” e não mais se desfaz de ricas unidades produtivas familiares facilmente.

Por que as entidades representativas dos agricultores tardaram em reagir ao vazio de sucessores?

O campo sempre anunciou o êxodo rural, que ocorreu massivamente, e pouco se fez enquanto ele drenava famílias inteiras e filhos e filhas, os quais nem sempre encontraram a realização de seus sonhos, mas o infortúnio da falta de oportunidades para todos nas cidades.

Era sinônimo de pessoa “não estudada” aquela que continuava sendo agricultor ou agricultora. Hoje, esse panorama mudou, pois o campo é lugar de excelência de mão de obra qualificada e tecnologia de ponta.

A pergunta que se pode fazer para que não tornemos a errar é: por que as lideranças demoraram tanto para enxergar essa realidade no meio rural catarinense?

Será que não estamos um tanto desesperados com a falta de gente no campo, não apenas para mão de obra laboriosa, mas de capacidade gerencial?

Talvez algo possa ser dado como uma resposta ao menos parcial: sobra gente e faltava terra. Quantos filhos de famílias numerosas (o meu caso) tiveram que sair da propriedade para seguir o seu projeto de vida.

O fato até certo ponto grave é que as lideranças tardaram na tomada de providências estratégicas constantes que motivassem os novos a ficar no campo.

Nos dias atuais, dados estatísticos apontam a carência de sucessores nas famílias rurais catarinenses e no país inteiro, não unicamente por questões de mercado e renda, mas também pelo fato dos pais terem, quase que inconscientemente, “queimado a imagem do campo perante seus filhos”. Era comum as mães dizerem às filhas: “vai embora, não vês o sofrimento que estamos passando aqui?”. Também repetia aos rapazes. Mudemos isso agora e sempre!

A família rural, os novos sucessores e a cooperativa

A atividade agrícola, bem como o cooperativismo são, mais do que um negócio, uma filosofia de vida. A terra da propriedade familiar não encerra a vida, mas possibilita sempre o seu recomeço; a cooperativa dá segurança e estabilidade aos negócios e geração de renda com base na sociedade de pessoas com objetivos e ideais comuns.

Considerar a propriedade agrícola familiar apenas uma empresa comum é reduzir seu significado para além dum negócio rentável financeiramente ou não. Uma propriedade agrícola familiar, mesmo num ano de danosas secas ou excesso de chuva, sempre nos tem uma lição a oferecer: num canto ou noutro, a esperança sempre há de renascer, pois sempre podemos replantar e colher novamente. Outra função precípua da unidade familiar é gerar sucessores, especialmente num tempo de famílias pouco numerosas.

Evidentemente, o problema da desvalorização das mulheres e a falta de integração delas nos negócios da propriedade, tanto da porteira para dentro como da porteira para fora (não podiam ser sócias dos sindicatos, das cooperativas, etc.), ajudaram a criar a cultura do afastamento feminino do campo, como que a dizer “a agricultura não é para mulher” ou então elas podem ficar aqui a reboque dos homens.

Nesse particular, não há uma instituição, exatamente por sua natureza constitutiva de viés humano e legal, que contemple tão fortemente as aspirações individuais no seio familiar, social e mercadológico como uma cooperativa. Associar-se à cooperativa é formar uma potente família legalmente organizada, para vencer os embates competitivos num mundo globalizado, onde o longe de outrora é o aqui e agora.

Foram os homens do passado que fundaram as cooperativas agropecuárias e os demais ramos que surgiram delas. Basta lermos a história de bravura e inteligência social no sentido de edificar as primeiras cooperativas de que se tem notícia, sempre inspiradas em princípios e valores humanos. Foi assim, de modo forte e idealista, que a ideia dos 28 pioneiros prosperou entre nós. Santa Catarina é um estado de referência nacional em eficiência e adoção dos valores e princípios do cooperativismo. A vocação para a inovação e o empreendedorismo é a qualidade mais proeminente do cooperativismo catarinense ao lado da observância de seus princípios já mencionados.

Família e cooperativa seguem compromissos nobres no desenvolvimento de pessoas e na geração de renda para os que nela nascem e se associam, pois “cooperar é colaborar com outras pessoas para alcançar resultados comuns” (Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina – OCESC).

Liderança cooperativista com inteligência e visão de comunidade

Para dirigir cooperativas com excelência, é necessário conhecer a fundo sua doutrina, valores, princípios, deveres e direitos. É relevante para o bom funcionamento a compreensão profunda da instituição cooperativa, que, independentemente do ramo, vai muito além dos resultados econômicos. Uma instituição cooperativa que não constitui um plano de sucessão em todos os níveis está fadada a morrer pela ausência de excelência humana, a única riqueza realmente verdadeira de uma associação de pessoas com objetivos comuns. É primordial para uma entidade cooperadora edificar sucessores.

O grande foco do cooperativismo são as pessoas, as quais realizam negócios que robustecem e democratizam a economia, desenvolvendo o local e o país onde vivem.

Conhecer e praticar os valores (ajuda mútua, responsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade) e princípios (adesão livre e voluntária, gestão democrática, participação econômica dos membros, autonomia e independência, educação-formação-informação, cooperação entre cooperativas e interesse pela comunidade) é construir projetos de vida, destinos, sonhos e sucessos.

Estratégias preditivas para antecipar a sucessão familiar

A realidade mudou. Antes de dizer precisamos predizer, ou seja, dizer e fazer alguma coisa de maneira antecipada e não ficar agindo sempre no atraso.

Estratagemas, planos, métodos, enfim, a arte geral para conduzir o exército familiar e cooperativo na construção da sucessão familiar devem ser constantemente planejados.

Não podemos prever o futuro com certeza, mas podemos melhorar a nossa visão estratégica sobre o que será o amanhã no campo e no mundo cooperativo. Portanto, tudo aquilo que se pode predizer ou prever por antecipação é bom para o presente. Não é tornar-se um deus, mas oferecer previsões (veja-mos o caso clima e tempo) cada vez mais precisas e úteis.

A análise preditiva objetiva avaliar o passado e o presente para prever o futuro da sucessão. Assim, a estratégia preditiva é montada através da junção do alto volume de informação que é produzida (em todas as áreas diariamente no mundo) com os avanços tecnológicos. Um exemplo: imaginemos a previsão do tempo para anos seguintes e a visão de mercado com base na produção de outros países importadores e exportadores, pragas, doenças, pandemias, lançamentos de novos produtos e tecnologias, etc. Tudo o que poderá impactar o amanhã poderá ser previsto com boa dose de acerto agora. Isso fará com que na agricultura se tomem decisões gerenciais mais acertadas, visão que no passado só por adivinhação ou sorte.

Prever ações para um futuro mais seguro é uma necessidade num mundo em constantes mudanças e é ainda mais necessário numa atividade desempenhada a céu aberto, como a agricultura. Analisar informações passadas com base na ciência e na sabedoria humana aumenta a possibilidade de acerto em qualquer atividade. Explorar novas possibilidades é preocupação do cooperativismo a nível mundial, o que dá mais segurança à atividade familiar associada. Foi exatamente por não predizer isso que assistimos à migração para as cidades sem imaginar o problema que teríamos. Presenciamos escolas rurais sendo fechadas, e alunos passaram a ser transportados por ônibus das comunidades rurais para os centros urbanos. Foi o mesmo que dizer à sociedade que o campo não é um lugar ideal para aprender, que não plantar e colher e ser “colono”.

Necessidade de novas estratégias cooperativas

Sucessão familiar ocorre com o pé no chão e constante formação.

As cooperativas de todos os ramos (atualmente sete: agropecuário, de crédito, de transporte, de trabalho, de trabalho, produção e bens de serviço, de saúde, de consumo e de infraestrutura) precisam assumir um pragmatismo de

destaque na sensibilização de seus cooperados sobre a importância da participação das famílias no processo sucessório.

Segundo Scholz (2020), a ideia de uma nova economia, mais inteligente e dinâmica, afeita às tecnologias inovativas, onde a liberdade e a facilidade valem mais do que posse absoluta e exclusiva de objetos, passa a ser preponderante na sociedade atual. Dessa forma, o cooperativismo de plataforma (no meio digital e on-line), especificamente por conta da população mais jovem, pode contribuir para a construção de cooperativas mais ágeis e de novas formas de organização social e econômica.

O campo está aberto ao mundo cooperativo, podendo envolver os novos sucessores. Fundamental é agregar os jovens em nível de propriedade familiar numa associação de pessoas e de conhecimentos, onde deve ser promovido o diálogo intergeracional.

Dentro dessa ótica, entendemos uma das diretrizes adotadas no 14º Congresso Brasileiro do Cooperativismo, qual seja: “Elaborar uma estratégia nacional de comunicação inclusiva (interna e externa) do cooperativismo, de longo prazo, ágil e inovadora, com participação de cooperativas de referência e com base em pesquisas”. Essa estratégia aponta um caminho apontado para o futuro com base em informações fundamentadas.

Outra diretriz que merece destaque por apontar um futuro seguro para a sucessão familiar cooperativada é o que podemos destacar no que diz respeito à governança e à gestão cooperativa (14º CBC, OCB, 2020), em que destacamos duas delas:

Adotar sistema de qualificação em gestão “a distância” ou semipresencial para todos os gestores de cooperativas, em parceria com instituições de ensino reconhecidas e qualificadas.

Definir grade curricular mínima de capacitação para certificação de conselheiros, bem como definir ferramentas para avaliação de sua performance.

Tem-se que tais estratégias levarão a mesma qualificação para o interior das propriedades associadas à cooperativa, capacitando mais adequadamente os futuros sucessores, pois o que interessa para que uma cooperativa obtenha sucesso é o sucesso de seus associados. Ainda mais, são os sucessores que lhe dão longa vida, ou seja, sustentabilidade econômica e social.

O êxodo rural, acelerado pelo desejo de litoralização (concentração populacional junto à faixa litorânea), afastou filhos e famílias inteiras do campo.

O êxodo rural no Brasil ocorreu, de forma mais intensa, em apenas duas décadas: entre 1960 e 1980, mantendo patamares relativamente elevados nas décadas seguintes e perdendo força total na entrada dos anos 2000. Segundo estudos publicados pela Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), o êxodo rural, nas duas primeiras décadas citadas, contri-

buiu com quase 20% de toda a urbanização do país, passando para 3,5% entre os anos 2000 e 2010.¹

Conheci e atuei no cenário campesino numa época em que sobravam jovens e faltavam propriedades para contemplar todos os sonhos. As cidades prometiam a realização dos sonhos juvenis, mas nem sempre isso era correspondido. Os filhos do êxodo rural surgiam a todo instante nas cidades, e a favelização começava a crescer. O êxodo rural está desacelerado nos tempos atuais, segundo o IBGE, porém o novo fenômeno que surge no campo é a concentração de terras.

Sobre o cenário atual, o qual empurra os jovens para os grandes centros e nem sempre dá incentivos para que eles fiquem em suas propriedades, precisamos tirar algumas lições e adotar estratégias preditivas.

O renascimento rural e o resgate de experiências na agricultura familiar

O trabalho de resgate de experiências práticas de campo e conhecimentos teóricos de quatro décadas no exercício profissional (extensionista de juventude rural e instrutor cooperativista), obtidos através de diálogos com pais e filhos, associados e lideranças cooperativistas, muito balizaram meu pensamento. Cresci estudando o tema, vendo poucos projetos e políticas públicas sendo adotadas, até que, de um modo muito rápido, vê-se em todos os municípios a preocupação com o êxodo rural, a favelização e o problema da sucessão nas propriedades agrícolas familiares.

No passado, o valor das terras não era exorbitante, havendo muitos agricultores e famílias numerosas. Isso fazia com que sobrasse gente no campo, e as cidades foram atraindo gente para seu seio. Famílias, após um cansativo dia de trabalho, sentavam-se na frente da televisão e se sentiam atraídas pelos sons, luzes, cores e promessas de felicidade prometidas pelas cidades.

O tempo passou, e esse processo migratório gerou vários problemas sociais, especialmente nas periferias concentradas e até favelizadas dos grandes centros. A falta de estrutura foi sendo resolvida, e a qualidade de vida no campo foi melhorada em muito. Hoje, ser agricultor pode ser chique, especialmente no caso da Agricultura Familiar, como é o exemplo de Santa Catarina e muitos outros estados brasileiros.

O rural não é mais apenas produtor agropecuário, passando a agregar valor a bens que até então não eram de consumo. Nesse contexto, o meio rural

¹ ALVES, E. *et al.* Êxodo e sua contribuição à urbanização de 1950 a 2010. *Revista de Política Agrícola (Embrapa)*, ano XX, n. 2, p. 80-88, abr./maio/jun. 2011.

transforma-se através da verticalização da produção (indústria rural) em um espaço cada vez mais heterogêneo e diversificado, porém a juventude é a faixa etária mais afetada por essa dinâmica de diluição das fronteiras entre os espaços rurais e urbanos, associada também à falta de perspectivas para que viva da agricultura.

Vemos que, em relação ao campo, tudo foi mudando de maneira desordenada, de modo que o que parecia a realização de um sonho está se tornando, cada vez mais, uma ilusão, um projeto irrealizado. Os mais prejudicados, entendo, passaram a ser os jovens, hoje com mais formação do que os jovens do passado, porém mais desempregados.

A importância econômica e social é elevada, pois contempla o maior número de produtores, como é o caso de Santa Catarina, que com apenas 1,3% do território nacional se posiciona entre os dez maiores produtores nacionais de alimentos.

Nesse contexto, a sucessão rural familiar é um tema que jamais se esgota, mas que muita liderança retrógrada sabota, prejudicando de forma oculta e insidiosa, minando os sonhos de muitos sucessores, especialmente quando se agarram “com unhas e dentes” a seus conceitos e cargos.

Há muito mais ainda a dizer, pois, “se o campo não planta, a cidade não janta” e “quem planta e cria tem que ter mais alegria”. E isso se faz com o renascimento do rural e o fortalecimento da agricultura familiar.

Portanto, cada família deve envolver os filhos e filhas nos empreendimentos da agricultura familiar, conduzindo-os à associação na cooperativa, de modo que eles sejam envolvidos através da utilização de novas tecnologias, da participação na gestão da propriedade e renda da propriedade.

Cooperativismo com espírito familiar: fortalecendo gerações

Família e cooperativismo devem caminhar juntos desde o princípio.

De forma geral, em todas as cooperativas sempre há certa preocupação com a questão sucessória. Todavia, isso se deve dar num espectro maior e não apenas na continuidade das propriedades familiares, mas na renovação do quadro social como um todo.

A agricultura familiar requer cada vez mais gestão profissional e investimentos produtivos nas propriedades. Dessa forma, precisamos preparar não apenas os jovens cooperados e filhos de cooperados, mas também seus familiares para pensar uma agricultura jovem, de modo que possam estar à frente de suas empresas com uma visão atual da atividade rural, gerindo bem seus negócios no contexto de uma economia moderna e dinâmica.

No entanto, uma família e uma cooperativa não se regulam apenas pelas leis do mercado, mas pelas relações humanas que fortalecem uma sociedade, pois a sociedade de pessoas é maior do que o mercado, podendo esse ser excludente nalgumas situações. Isso não quer dizer que a cooperativa seja uma entidade assistencialista, pois ela tem obrigações contratuais com os seus associados, os quais devem cumprir seus compromissos estatutários. “A cooperativa é uma organização de pessoas unidas pela cooperação e ajuda mútua com objetivos econômicos e sociais.”

É no seio das famílias que iniciam o compartilhamento de tarefas, a solidariedade, a livre adesão e o comprometimento com o outro. Nas decisões democráticas e amorosas, o interesse em aprender e ensinar e a vivência em comunidade tomam corpo e se desenvolvem. No caso das propriedades agrícolas menores, uma atividade eminentemente familiar, a atitude voluntária cooperativa é que faz a família dar-se bem na atividade. Não basta trabalhar e produzir se os produtores não se unirem em cooperação. Lembro-me dos tempos de criança, quando meu pai saía pelos campos convidando os agricultores para fundar uma cooperativa. Éramos uma família numerosa em casa, onze filhos e nossos pais, como era frequente na região do Alto Vale do Itajaí, SC. Eram comuns famílias com muitos filhos para “trabalhar na roça”. Com cinco anos de idade eu já conduzia cavalos e bois, os quais tracionavam implementos agrícolas de preparo e cultivo do solo, transporte de insumos e produção agrícola.

A comunhão cooperativa vence as divisões individualistas. As sobras auferidas por cooperativas animam os associados participativos, cooperadores e não trapaceiros.

É por isso que, nas palavras de Memlak & Dewes (2020),

a sucessão familiar é um tema de extrema importância e deve ser discutida e avaliada constantemente, pois, se não houver sucessão nas propriedades, não haverá nas cooperativas. A principal tarefa da educação cooperativista é a de promover a integração social e a participação dos cooperados, fazendo com que eles se insiram de forma crítica na gestão do empreendimento e desfrutem dos produtos e serviços econômicos e assistenciais oferecidos por ele.

Com esse espírito familiar acolhedor em ação, a importância do cooperativismo passa a ser sentida a partir do seio do lar, de modo que possa incentivar ali o surgimento de novos sucessores para o agronegócio e novos sócios.

As novas gerações precisam ser iniciadas e educadas sobre a nobreza do verdadeiro cooperativismo, de maneira que entendam por que muitas cooperativas faliram enquanto outras funcionam tão bem até nossos dias.

Uma cooperativa é uma entidade complexa, que inclusive muitos sócios não sabem como funciona, mas precisam se interessar pelo assunto; afinal, a empresa cooperativa é deles.

Em última análise, sucessão familiar acontece cooperativamente dentro da propriedade, pois é ali que a própria cooperativa nasce de verdade.

Referências

ALVES, E. *et al.* Êxodo e sua contribuição à urbanização de 1950 a 2010. *Revista de Política Agrícola (Embrapa)*, ano XX, n. 2, p. 80-88, abr./maio/jun. 2011. Ou: MUNDO EDUCACÃO. *Êxodo rural no Brasil*. Disponível em: <<https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/Exodo-rural-no-brasil.htm#:~:text=De%20acordo%20com%20o%20Censo,queda%20para%200%2C65%25>>.

FERREIRA, A. *Análise preditiva: avaliando o passado e o presente para prever o futuro*. Disponível em: <<https://operdata.com.br/blog/analise-preditiva/>>. Acesso em: 13 nov. 2020.

KISCHENER, M.; KIYOTA, N.; PERONDI, M. *Sucessão geracional na agricultura familiar: lições apreendidas em duas comunidades rurais*. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/jatsRepo/845/84544434007/html/index.html>>. Acesso em: 13 nov. 2020.

LOTÉRIO, A. L. *Pais frouxos, filhos sofredores; pais firmes, filhos felizes*. Reflexões, agrossofia e motivação. Chapecó: Arcus Indústria Gráfica, 2015. p. 300.

MEMLAK, A. F.; DEWES, F. *Cooperativismo e Juventude: as perspectivas de participação dos jovens das famílias associadas à cooperativa extremo norte*. Disponível em: <http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/teses/Adriana%20Memlak.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2020.

MORAES, J. L. A.; SCHWAB, P. I. *O papel do cooperativismo no fortalecimento da agricultura familiar*. Disponível em: <<file:///C:/Users/AinorDesktop/Downloads/13679-58480-1-PB.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2020.

OCB – 14º CBC – Congresso Brasileiro do Cooperativismo. *Diretrizes Estratégicas*. Disponível em: <<http://cbc.coop.br/wp-content/uploads/2019/06/diretrizes-gerais-V3.pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2020.

OCB-SESCCP-GO. *Cooperativismo no mundo*. Disponível em: <<http://www.goiascooperativo.coop.br/cooperativismo/contextualizacao-historica-do-cooperativismo/cooperativismo-no-mundo/#:~:text=O%20cooperativismo%20%C3%A9%20reconhecido%20internacionalmente,serve%20os%20financeiros%20e%20de%20transporte>>. Acesso em: 14 nov. 2020.

PASQUALINI, A. Sucessão familiar. *Revista Rio Grande Cooperativo*, SESCOOP/SC-RS, ano 4, n. 13, 2018/1. Disponível em: <<https://www.sescooprs.coop.br/app/uploads/2018/07/rio-grande-cooperativo-semester-1-2018.pdf>>. Acesso: 14 nov. 2020.

LOTÉRIO, A. F. • Relação do cooperativismo com a sucessão familiar: análise, desafios, lições e estratégias preditivas

ROSA, C. I. L. F.; SILVA, O. H. Sucessão familiar e cooperativismo: o caso da Cooperativa Cooperval. Disponível em: <<http://revistanupem.unespar.edu.br/index.php/nupem/article/view/29/29>>. Acesso em: 13 nov. 2020.

SCHOLZ. T. *Cooperativismo de plataforma*. Disponível em: <https://autonomialiteraria.com.br/wp-content/uploads/2020/07/cooperativismo-de-plataforma_web_simples.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2020.

Sistema OCB. *História do Cooperativismo – primeiros passos*. Disponível em: <<https://www.ocb.org.br/historia-do-cooperativismo>>. Acesso em: 14 nov. 2020.



Aponte a câmera do seu celular no QR Code e ouça o audiolivro do texto

Programa “QT Rural”: sua história, significado e os resultados no cooperativismo

Celso Zarpellon

Introdução

Salvo algumas raras exceções, a maioria dos países vem sofrendo redução drástica em sua população rural e, em especial, entre os jovens. Os motivos são vários, desde problemas de baixa rentabilidade na atividade pela não adoção de tecnologias inovadoras, como também pela precariedade na infraestrutura em geral, como estradas ruins, falta de assistência médica e hospitalar, ausência de opções de lazer, dificuldades de acesso à educação e problemas no sistema de comunicação (telefone, internet, etc.). A atividade agrícola em si, por ter como característica de competição econômica perfeita, por isso sendo sensível à variação dos preços e dependente da oferta e da procura, dificulta que o produtor faça um planejamento futuro de seu negócio ou para o bem-estar familiar. Na agricultura, por ser uma atividade a céu aberto, a produção é imprevisível e ainda dificulta os trabalhos, gerando desconforto e problemas de saúde.

Diante dessas adversidades, qual o segredo para melhorar a qualidade de vida do homem do campo? Como o programa de qualidade QT Rural mostrou, primeiro através de uma mudança de comportamento e depois pela introdução de eficientes ferramentas de gestão, cujos resultados já foram comprovados no segmento urbano. Muito mais do que a sobrevivência, a Qualidade Total resgata a coerência, a transparência e aquilo que é mais nobre num ser humano: viver com dignidade e estender essa condição a todas as pessoas com as quais se relaciona direta ou indiretamente, ou seja, os familiares, os trabalhadores, os fornecedores e os clientes.

O artigo conta a história do QT Rural desde seu sonho e surgimento, sua aplicação e dimensão do programa, bem como seus resultados no sistema cooperativo. Também mostra a relevância de seus resultados, seja a quantidade de beneficiados como seus indicadores qualitativos. Para isso contou-se com minha memória como mentor e criador da metodologia, dos registros

dos meios de comunicação (jornal, revistas e televisão), bem como dos controles estatísticos feitos pelos responsáveis na aplicação do programa.

O objetivo do artigo foi mostrar que com a força de vontade, persistência e paciência há grandes chances dos sonhos se concretizarem; que a base da conquista da eficiência e da competitividade é a melhoria do capital humano em seus aspectos comportamentais; que a cooperação é fundamental na realização de uma obra, pois ninguém faz nada sozinho; e que, para a melhoria da renda e da qualidade de vida do produtor, basta proporcionar-lhe oportunidade para se capacitar e se realizar.

Desenvolvimento

1. Minha infância

Escrever minha história pessoal implica reviver os momentos mais importantes que foram me construindo como uma pessoa que carrega dentro de si um sonho: o desejo e a esperança de um mundo mais fraterno e de pessoas mais felizes.

Foi assim que, de repente, comecei a ouvir minha mãe nos acordando quando o dia ainda estava por nascer. Lembro-me daquelas manhãs muito frias, da vontade de ficar mais um pouquinho naquela cama quentinha. Esse era o jeito como quase todos os dias centenas de crianças, filhas de pequenos agricultores do município de Roca Sales/RS (130 km de Porto Alegre), iniciava o seu dia.

Tomávamos o café e íamos à lavoura capinar, “fazer” pasto, cortar cana, entre outras, enfim, sempre havia algo a ser feito. Trabalhávamos até próximo do meio-dia e, já exaustos e famintos, voltávamos para casa, onde o almoço – que eu não esqueço – era preparado por nossa mãe. Também tenho saudades da conversa na varanda e sinto o gosto da caipirinha, que, com frequência, nos acompanhava nessa hora de comunhão familiar. À tarde, íamos novamente à lavoura, onde trabalhávamos até escurecer. O tempo do trabalho terminava como começou: ordenhar as vacas, alimentar as galinhas e os porcos. À noite, já em casa, tomávamos chimarrão enquanto conversávamos sobre as “lidas”. A janta preparada por nossa mãe com carinho sempre compensava: polenta, “fortaia” (omelete) e radichi. Quando tudo se aquietava, era hora de rezar o terço num ritual de fé e agradecimento. Adormecíamos tentando escutar o que o pai e a mãe falavam na cama. Era um tempo de vida dura: cansaço físico, calo nas mãos, unhas dos pés quebradas por tropeçar nas pedras, riscos de cobras e, às vezes, de broncas nem sempre devidas.

2. O sonho de ajudar o produtor

Os dias e as noites alternavam-se, assim como os invernos e os verões. Fui crescendo misturado com a terra, com o trabalho, com a fé, com a bola... Desse tempo de dificuldades nascia meu sonho de que a vida poderia ser bem melhor do que era. O menino transformava-se num homem e precisava estudar. E para onde iria um filho de pequeno agricultor? Saí de casa para estudar no seminário em Pelotas, onde concluí o 1º grau. Em escola agrotécnica na cidade de São Leopoldo (33 km de Porto Alegre), convivendo em regime de internato, cursei o 2º grau. Passar no vestibular de Agronomia foi minha meta principal. Pouco tempo depois, já como estudante de Agronomia, eu assumi uma importante liderança no movimento estudantil junto às casas de estudantes. Começava a entender por que passávamos tantas dificuldades enquanto pequenos agricultores e por que outros viviam na fartura. Começava a compreender por que a economia e as políticas agrícolas não valorizavam os trabalhadores das pequenas propriedades. Foi nesse tempo que meu sonho foi ficando cada vez mais “vivo” e me deixando cada vez mais inquieto e obstinado: era preciso fazer alguma coisa para mudar. Minha forte formação cristã me “impunha” uma missão: a de fazer algo importante para ajudar essas pessoas. O que e como fazer eu ainda não sabia exatamente. No período de férias, voltava para casa, onde ajudava os meus pais e assim podia esquecer o bandeirão do Restaurante Universitário. Curtia os bailes, as noitadas, os amigos, o futebol. Mas também me preocupava com as angústias e as dificuldades das pessoas da comunidade. O menino se foi, e o estudante se formou. A vida seguindo o seu rumo.

3. O surgimento da ideia (concepção)

Depois de formado como engenheiro agrônomo, passei num concurso e fui trabalhar na Acaresc (hoje Epagri) no município de Xaxim, localizado no oeste catarinense, sempre obstinado em fazer algo significativo e abrangente para os produtores rurais. Como profissional, o meu sonho foi sendo gestado.

No ano de 1990, casei e passei a morar na cidade de Chapecó (600 km de Florianópolis), onde tive dois filhos maravilhosos: Marcelo e Ana Carolina. Contudo minhas angústias interiores me acompanhavam. Eu não tinha sossego. Algo faltava em minha vida. Minha missão ainda estava por ser feita. Foi quando ingressei na empresa Sadia – unidade de Chapecó, onde tinha como função coordenar um trabalho na área de administração rural, que percebi que havia chegado a hora de meu sonho ser concretizado. No ano de 1991, a empresa começou a implantar o programa de Qualidade Total. Passa-

da a turbulência inicial, normal em qualquer ato que venha a interferir numa cultura organizacional, observava através de dados quantitativos e vivenciados o aumento da produtividade, a redução dos custos e a melhoria do ambiente físico no trabalho.

Diante dessa constatação, comecei a fazer a analogia com as propriedades rurais agrícolas e a me questionar: se essa tal de qualidade dá certo para a indústria, também dará para a agricultura, em que os problemas são muito maiores, tanto em relação à produtividade como nos custos de produção e nos desperdícios. Nunca ouvira falar de aplicação dos conceitos de Qualidade Total na agricultura. Somente mais tarde soube de algumas tentativas de aplicar os conceitos de qualidade para a área rural em Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul, mas que não tiveram continuidade.

Através da experiência positiva vivenciada na empresa e do desejo de fazer algo para ajudar a melhorar a situação do agricultor comecei a adaptar e a aplicar as teorias da Qualidade Total no meio rural em duas propriedades agrícolas. Os resultados do trabalho foram altamente compensadores, pois as modificações no comportamento e nas ações fizeram com que, mais tarde, um produtor colocasse uma miniusina de leite e o outro, uma fábrica de embutidos de suínos.

4. O Sebrae comprou a ideia

Já fora da empresa Sadia, devido a ter encerrado o programa que coordenava de administração rural, levei a experiência vivenciada ao Sebrae para a possibilidade de desenvolver o produto. Expus a ideia ao gerente regional do Sebrae, Ênio Alberto Parmeggiani, que com sua visão empreendedora empolgou-se com a ideia, e começamos a pensar na forma de sua implantação.

Coincidentemente, nessa época, houve o interesse do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caxambu do Sul e Planalto Alegre (mesmo sindicato para os dois municípios), na pessoa de Ivanor Sfredo, num curso sobre administração rural para os produtores rurais daqueles dois municípios. Convincentos o Sr. Sfredo de desenvolver um projeto piloto e inédito sobre Qualidade Total para os produtores.

Após uma sequência de reuniões com prefeito e vereadores dos dois municípios, foi firmada uma parceria, porém, mesmo com subsídio, parte dos custos ficaria a cargo dos agricultores participantes, até como forma de valorizar o curso.

Fizemos dois encontros de sensibilização e inscrição de candidatos para os cursos que ocorreram nos dias 9 e 16 de novembro de 1995 nos municípios de Caxambu do Sul e Planalto Alegre, respectivamente, localizados na região

oeste de Santa Catarina. Ambas as sensibilizações foram realizadas por mim, acompanhado do Parmeggiani.

Na sensibilização de Caxambu do Sul, que ocorreu no União Esporte Clube, teve mais de 100 agricultores presentes. Ao deixar a palavra livre, após explicados o significado e a importância do programa de qualidade para os produtores rurais, houve uma avalanche de críticas, tipo: “qualidade total somente é bom para as empresas”; “para nós qualidade não funciona”; “para nós só sobra é trabalho”, etc., etc. Ouvimos as críticas, todas muito contundentes, e respondemos aos questionamentos, já vendo que a “batalha” estava perdida, e, por fim, perguntamos: “quem tinha interesse em participar do programa era para levantar a mão”.

Sabe quantos levantaram a mão: ninguém. Ficamos frustrados e de cara no chão. Pensei: “tamo lascados”. “Desse mato não sai coelho.”

Com a batalha quase perdida, Parmeggiani fez um último pedido (tipo um gesto de misericórdia), uma espécie de desafio e lascou: “quem fizer o programa, se não tiver retorno, devolveremos todo o dinheiro investido”. Depois de um tempo silencioso, o desafio foi aceito por 15 heroicos produtores.

Em Planalto Alegre, a sensibilização foi mais tranquila. Isso foi devido ao importante e fundamental apoio do prefeito municipal Romeu Bet (hoje presidente da Cooperalfa), inclusive dando o exemplo em colocar a sua própria propriedade rural para participar do curso piloto. Em Planalto Alegre, 17 produtores rurais inscreveram-se.

Em março de 1996, teve novo encontro com os interessados, em que foi explicado com detalhes o programa, seu ônus e bônus e distribuído um questionário para averiguar o perfil dos candidatos. Os programas pilotos nos dois municípios tiveram início em abril/1996 e foram concluídos em novembro do mesmo ano. O ano seguinte, em 1997, foi utilizado para a manutenção do programa. O programa inicial chamava-se “Programa de Qualidade no Negócio Agrícola” (PQNA).

Todo o programa foi implantado sem nenhum alarde. Foi tudo na “surdina”. A divulgação somente aconteceu após obtidos os resultados, quando comunicamos à imprensa, que ficou muito interessada por se tratar de algo novo, inédito e que tinha a perspectiva de ajudar a resolver a situação difícil vivida pelos agricultores.

A novidade do programa, associada ao impacto dos resultados, tanto visualmente (5S) como dos resultados econômicos obtidos e do entusiasmo dos produtores, fez com que atraísse a imprensa de uma maneira geral, tanto a escrita como a falada e a televisionada. Muitas reportagens foram feitas para os jornais, rádio e inclusive ao Canal Rural. Em decorrência da ampla divul-

gação houve vários telefonemas do Brasil inteiro, querendo informações sobre o programa que estava tomando uma dimensão inimaginável.

Figuras 1 e 2: Divulgação pela imprensa do QT Rural após implantado o grupo piloto, quando ainda se chamava PQNA



Fonte: Elaborado pelo autor.

Em novembro de 1996, uma equipe do Sebrae Nacional, coordenada pelo gerente de Desenvolvimento do Agronegócio, Reginaldo Barroso Rezende, juntamente com o Sebrae Estadual (SC) fez uma missão junto às propriedades rurais participantes auditando o programa piloto. Nas visitas, puderam comprovar o impacto visual quanto à organização da propriedade, estando tudo no seu devido lugar e com identificação, o embelezamento, os cuidados ambientais, o mural com os indicadores mostrando a evolução econômica da propriedade e, em especial, a manifestação de satisfação e felicidade dos produtores com os resultados do programa.

Diante desses fatos e dados observados *in loco*, foi fácil e rápida a decisão do Sebrae em adquirir o programa e autorizar a sua formatação. O Reginaldo até profetizou quando me falou: “este programa é muito maior do que tu imaginas”.

Por outro lado, é bom que se registre que, no início, também houve muitas manifestações de descrédito com a experiência que estava iniciando, tais como: “Qualidade Total não funciona para o agricultor, pois ele é muito atrasado, muito ignorante, sem cultura, muitos até analfabetos são”; “Os agricultores não têm recursos para implantar um programa dessa natureza”; “Qualidade

Total é apenas uma onda passageira e que logo acabará”. Ou seja, muitas pessoas, algumas delas doutores (isso mesmo, com doutorado muitos se acham quase deuses), por motivos diversos afirmavam que era inviável a aplicação do programa na atividade agrícola. Apesar da desaprovação de alguns “gurus”, acreditamos na capacidade do agricultor, e o programa foi implantado de forma silenciosa.

Aprovado pelo Sebrae Nacional, começamos uma trabalhosa maratona para a formatação, colocando dentro do padrão Sebrae. Muitos finais de semana foram utilizados para a árdua e gratificante tarefa. Para isso contou-se com o auxílio do Marcondes do Sebrae/SC, que conhecia a metodologia.

Já de cara, o programa sofreu uma alteração no nome de “Programa de Qualidade no Negócio Agrícola” (PQNA) para “Programa Sebrae da Qualidade Total Rural”, ou simplesmente QT Rural, como ficou posteriormente conhecido. Essa mudança foi pelo fato de ficar em conformidade com outro programa do Sebrae existente: “Programa Sebrae da Qualidade Total”, esse dirigido ao segmento urbano.

Tivemos que produzir dois materiais: o Manual do Participante e o Guia do Educador. O Manual do Participante, destinado ao cliente (agricultor), continha os textos e os exercícios. No Guia do Educador constava o plano de aula de cada encontro com o detalhamento de cada atividade. Isso mesmo, tudo bem “mastigadinho” (que nem dar papinha na boca de criança), padronizado, para que não houvesse margens ao *laissez-faire* por parte dos consultores aplicadores da metodologia. Para esse Guia do Educador tive de relatar tudo como havia feito no piloto, minuciosamente, cada atividade de cada encontro. Isso foi como escrever uma história. Após formatada a metodologia, alguém comentou: “agora não precisamos mais do Zarpellon”. Gelei. Ainda bem que ninguém levou isso muito a sério, senão não estaria contando essa história agora.

Formatado o programa, agora tínhamos de providenciar a sua multiplicação, já que era um programa com o aval do Sebrae Nacional e que seria implantado em todo o país. A nível nacional, o primeiro repasse da metodologia ocorreu em abril de 1998 em Curitiba/PR.

Diversos outros repasses de metodologias foram realizados posteriormente: Florianópolis/SC (1998), Porto Velho/RO (1998), Lages/SC (1999), Manaus/AM (2000), Chapecó/SC (2001), São Carlos/SC (2003), Brasília/DF (2004, 2013 e 2015), Belém/PA (2015), Rio Branco/AC (2017), Pato Branco/PR (2018) e Curitiba/PR (2019). Em todos os repasses feitos, era quase unânime, na avaliação, que o repasse da metodologia havia superado as expectativas.

5. Lançamento do QT Rural

5.1. A nível nacional em Brasília

O sonho de realizar um produto a nível nacional para ajudar os pequenos agricultores foi concretizado. Tive o prazer de participar do lançamento nacional do programa que se chamou Programa Sebrae da Qualidade Total Rural nas dependências do Sebrae em Brasília, no dia 4 de agosto de 1998, com a presença da imprensa e de autoridades como o ministro da Agricultura, Francisco Turra e do presidente da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Antônio Ernesto de Salvo.

Figuras 3 e 4: Lançamento do QT Rural em Brasília com a presença do ministro da Agricultura Francisco Turra



Fonte: Elaborado pelo autor.

O evento foi amplamente divulgado nos maiores jornais do Brasil, como Zero Hora (Porto Alegre/RS), Gazeta de Alagoas (Maceió/AL), O Dia (Teresina/PI), O Estado de São Paulo (São Paulo/SP), Tribuna do Norte (Natal/RN), Diário Catarinense (Florianópolis/SC), Tribuna de Minas (Belo Horizonte/MG), Diário do Pará (Belém/PA), Jornal de Tocantins (Palmas/TO), Jornal do Comércio (Rio de Janeiro/RJ), O Povo (Fortaleza/CE), O Popular (Goiânia/GO), Gazeta do Povo (Curitiba/PR), Correio da Bahia (Salvador/BA), O Estadão (Porto Velho/RO), Correio da Paraíba (PB), entre outros.

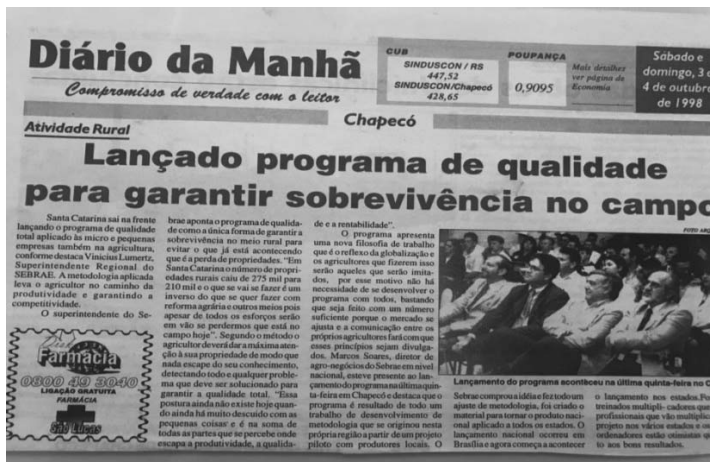
O Jornal de Brasília (05/08/98) destacou: “O ministro da Agricultura Francisco Turra considerou o lançamento do programa de qualidade rural como um dos acontecimentos ‘mais marcantes da história da agricultura do país’. ‘Ou chegamos com qualidade em tudo ou não chegaremos a lugar algum, definitivamente’, afirmou”.

No jornal Jornada Sebrae (agosto/98): “Dezilda Mocelini, de Santa Catarina (agricultora do grupo piloto, moradora de Caxambu do Sul e que esteve no lançamento em Brasília): ‘Depois que participamos do QT Rural, passamos a ver nossa propriedade como uma empresa que tem produtos e clientes. Ser agricultor-empresário é muito melhor’, ressalta a empresária. Ela disse que agora passou a se organizar melhor. ‘A gente planeja o que vai plantar e também levanta os custos da semente, do que vai plantar. Temos mais facilidade para produzir e comercializar o produto. Antes a gente fazia o queijo e não sabia se vendia. Com o Sebrae, a gente primeiro busca o cliente para depois fazer o queijo. Com isso economizamos e não esbanjamos nada”’.

5.2. A nível estadual (Santa Catarina) em Chapecó

Menos de dois meses após o lançamento nacional, em 1º de outubro de 1998, ocorreu o lançamento do QT Rural em Santa Catarina nas dependências do Clube Industrial na cidade de Chapecó. O clube estava completamente lotado com mais de 600 pessoas presentes. O evento contou com a presença de agricultores, autoridades do Sebrae/SC e do Sebrae Nacional, de empresas parceiras, políticas, entre outras.

Figura 5: Lançamento do QT Rural no estado de Santa Catarina



Fonte: Elaborado pelo autor.

6. QT Rural – Fruticultura Irrigada

No ano de 2001, o programa foi adaptado para aplicação nos perímetros irrigados do Nordeste, onde passou a se chamar “QT Rural – Fruticultura Irrigada”. O QTR-FI foi aplicado em quatro estados do Nordeste: Rio Grande do Norte, Ceará, Pernambuco e Bahia. O programa foi uma parceria do Ministério da Integração Nacional com o Sebrae e tinha como objetivo melhorar a competitividade e a eficiência no setor.

O programa atendeu mais de 1.500 produtores durante dois anos. Participei de três repasses da metodologia do Programa Qualidade Total Rural – Fruticultura Irrigada: Petrolina/PE (2001), Fortaleza/CE (2002) e Natal/RN (2002).

7. Adoção dos programas de qualidade pela Cooperativa Aurora

A Aurora adota os princípios do cooperativismo em suas unidades, desenvolvendo programas para o envolvimento das pessoas, baseados no modelo de gestão do tripé da sustentabilidade. Ela atua na cadeia produtiva de carnes suína e de aves, lácteos, pescados, massas, vegetais e suplementos para nutrição animal e tem como missão “valorizar a qualidade de vida no campo e na cidade, produzindo alimentos de excelência”. A Aurora sempre se preocupou com o êxodo dos produtores do campo, as condições precárias do trabalho, a falta de profissionalização, a baixa produtividade e, principalmente, a acomodação das pessoas, motivando-as a buscar uma alternativa que pudesse mudar o rumo da sua história.

Com este intuito, melhorar a vida no campo e a competitividade, a Aurora implantou o Programa de Desenvolvimento de Empreendedores Rurais Cooperativistas (1998 a 2014) e, posteriormente, o Programa Nacional de Encaqueamento Produtivo Cooperativa Central Aurora Alimentos – Sebrae/SC: suínos, aves e leite (a partir de 2014), que tem como objetivo potencializar a competitividade da cadeia produtiva, melhorando cada elo da mesma. Para operacionalizar esses programas, foi necessário implementar ações concretas com conteúdos e metodologias inovadoras. Para o elo, talvez o mais crítico, o da produção da matéria-prima através do produtor rural, apresentou-se uma metodologia dos programas de qualidade do Sebrae (saindo do “forno” e recém-criada), que foi como unir a fome com a vontade de comer. O produto do Sebrae contemplava os anseios da cooperativa em ajudar o produtor rural, melhorando esse importante elo da cadeia produtiva.

A Cooperativa Aurora, juntamente com as cooperativas filiadas, percebendo a preciosidade do curso em termos de resultados, tratou logo de convênir com o Sebrae, juntamente com o apoio de diversas outras empresas parceiras, como o Senar e o Sescoop, para a aplicação a seus cooperados.

Desde seu lançamento nacional no ano de 1998, a Cooperativa Central Aurora Alimentos aplica o programa de qualidade no meio rural a seus associados. Há mais de 20 anos, o programa é um sucesso com resultados impactantes.

Figuras 6, 7, 8 e 9: QT Rural aplicado nos associados filiados à Cooperativa Aurora



Fonte: Do autor.

8. O que é Qualidade Total?

A Qualidade Total, conhecida originalmente por *Total Quality Control* (TQC), corresponde a uma filosofia e metodologia gerencial, desenvolvida basicamente pelos americanos Deming e Juran e aplicada no Japão após a 2ª Guerra Mundial (1945) (ZARPELLON, 2001).

O TQC está baseado em elementos de várias fontes: emprega, como o controle estatístico desenvolvido por Shewhart, consolidado pelo conhecimento

científico através de Feigenbaum (1983), Deming (1990) e Juran (1990). Esses conhecimentos científicos estavam apoiados nas pesquisas sobre comportamento humano desenvolvido por Mac Gregor (1960), Herzberg (1966) e Maslow (1970) e, mais tarde, na abordagem holística representada principalmente por Capra (1982) e Ferguson (1980) (ZARPELLON, 2001).

Qualidade é a satisfação total do cliente, desde que também gere lucro (sobrevivência da empresa) e respeite a comunidade em que a empresa está inserida, como o meio ambiente. A qualidade contempla cinco dimensões: qualidade intrínseca, custo, atendimento, segurança e moral (CAMPOS, 1994).

A Qualidade Total estava centrada, em seu início, em dez princípios básicos: disseminação das informações, gerência de processos, propósitos claros e constantes, melhorias contínuas, participação de todos, desenvolvimento do ser humano, delegação, não aceitação de erros, garantia da qualidade e satisfação dos clientes (ZARPELLON, 2001).

Atualmente, a FNQ (Fundação Nacional da Qualidade) define oito como os Fundamentos da Gestão para Excelência: pensamento sistêmico, compromisso com as partes interessadas, aprendizado organizacional e inovação, adaptabilidade, liderança transformadora, desenvolvimento sustentável, orientação por processos e geração de valor (www.fnq.org.br/fundamentos).

São diversas as ferramentas visando produzir qualidade; entre elas citam-se: a padronização operacional de processos, os índices de controles, os Círculos de Controle da Qualidade (CCQ), o Diagrama de causa e efeito, o *brainstorming*, o 5W2H, o Método de Análise e Solução de Problemas (MASP) e o programa 5S.

9. O que é Programa de Qualidade Total Rural?

O Programa Sebrae da Qualidade Total Rural – “QT Rural” utiliza as filosofias e as ferramentas da Qualidade Total aplicadas na indústria, no comércio e na prestação de serviços com adaptação para o meio rural. Tem como objetivo melhorar a qualidade de vida e renda das pessoas que trabalham na empresa rural, utilizando o gerenciamento e a gestão da qualidade. Seus objetivos específicos são: aumentar a produtividade e a rentabilidade na empresa rural; produzir com qualidade; reduzir custos e dar ênfase às atividades de maior valor agregado ou maior retorno do capital aplicado, além de melhorar o ambiente de trabalho (ZARPELLON, 2001).

O QT Rural compreende dois programas:

a) O Programa “De Olho na Qualidade Rural” – trabalha a filosofia dos 5S, que tem como objetivo organizar o ambiente de trabalho, diminuindo des-

perdícios e preservando o meio ambiente e a saúde das pessoas com maior satisfação e melhor autoestima.

b) O Programa “Gestão da Qualidade Rural” – tem como objetivo melhorar a renda da propriedade por meio de uma mudança comportamental pela utilização dos fundamentos e das ferramentas da gestão da qualidade. A melhoria da renda está vinculada à preservação do meio ambiente e do bem-estar de todos os envolvidos.

O Programa, após o piloto em 1996 e sua formatação final (e lançamento) em 1998, teve mais cinco ajustes nos anos de 2000, 2004, 2011, 2013 e 2018. Os ajustes tiveram a função de atualizar seus conteúdos e de torná-lo mais pragmático, potencializando seus resultados.

9.1. Estrutura do Programa. Na sua última versão, de 2018, o QT Rural foi composto com a seguinte estrutura (ZARPELLON, 2018)

MÓDULO/ENCONTROS	TREINAMENTO (horas)	ORIENTAÇÃO POR PROPRIEDADE (horas)
I – PROGRAMA “DE OLHO NA QUALIDADE RURAL”		
Encontro 1: Sensibilização	4	
Encontro 2: Descarte	4	1,5
Encontro 3: Organização	4	1,5
Encontro 4: Limpeza	4	
Encontro 5: Higiene	4	1,5
Encontro 6: Ordem mantida	4	
SUBTOTAL	24	4,5

II – PROGRAMA “GESTÃO DA QUALIDADE RURAL”		
1. COMPROMISSO COM A QUALIDADE NA EMPRESA RURAL		
Encontro 1: Introdução à qualidade	4	2
2. A CONQUISTA DA QUALIDADE		
Encontro 2: Conhecendo a qualidade	4	3
Encontro 3: Analisando e solucionando problemas	4	2
Encontro 4: Agindo com qualidade	4	
3. QUALIDADE NO PROCESSO ECONÔMICO-FINANCEIRO		
Encontro 5: Indicadores Econômico-Financeiros I	4	2
Encontro 6: Indicadores Econômico-Financeiros II	4	2

4. GERENCIANDO A EMPRESA RURAL		
Encontro 7: Ciclo PDCA para Melhorias	4	
Encontro 8: Construindo uma visão estratégica	4	2
Encontro 9: Planejando e avaliando a gestão	4	
Encontro 10: Promovendo a melhoria contínua	4	
5. COMPROMISSO COM A MELHORIA CONTÍNUA		
Encontro 11: Organização dos “Times da Excelência”	4	
Encontro 12: Consolidação dos “Times da Excelência”	4	2
Encontro 13: Garantindo a qualidade	4	
SUBTOTAL	52	15
TOTAL	76	19,5

9.2. Metodologia utilizada no Programa (ZARPELLON, 2018)

a) Treinamento: Sugere-se um número máximo de 18 empresas rurais participantes no Programa, sendo dois participantes de cada empresa rural (proprietário, proprietária, filhos e/ou colaboradores).

A cada encontro, os participantes são preparados para conduzir determinada etapa da implantação da qualidade em suas empresas rurais. Recebem orientações do passo a passo das práticas necessárias de implementação, além do texto de apoio.

b) Consultoria: Consiste de visitas do consultor/educador a cada uma das empresas rurais com o objetivo de apoiar os participantes na solução de suas dificuldades de implantação, conforme a programação desenvolvida para cada encontro.

10. Resultados do Programa de Qualidade Total Rural no sistema cooperativo

10.1 Cursos realizados e pessoas treinadas

Em 20 anos do Programa QT Rural, de um total em torno de 100.000 produtores filiados à Aurora, registrados até o final de 2018, os números do Programa são conforme segue:

PROGRAMA	GRUPOS	PROPRIEDADES	PESSOAS
De Olho na Qualidade Rural	1.050	16.884	30.582
Gestão da Qualidade Rural	429	7.447	12.336

Fonte: Manual “Programa Encadeamento Produtivo – 20 anos”.

Além disso, também foram realizados:

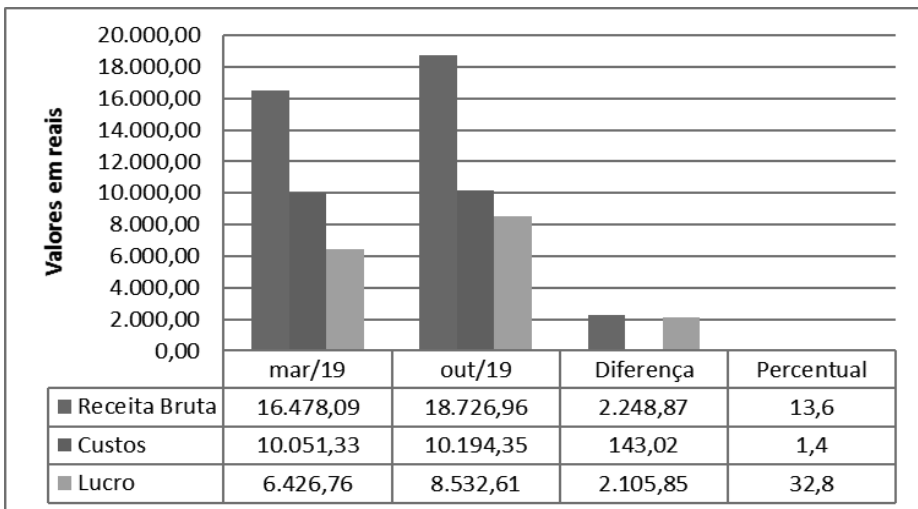
- 150 seminários beneficiando 9.941 pessoas;
- 84 Treinamentos para granjas matrizes com 989 participantes.

Pesquisa do Sebrae demonstrou que menos de 0,2% dos agricultores que realizaram o QT Rural completo, ou seja, o De Olho na Qualidade e o Gestão da Qualidade, saíram de suas propriedades. Ainda segundo o coordenador dos programas de qualidade da Aurora, Joel José Pinto, estão percebendo um aumento no número de jovens nos cursos de qualidade, e isso ajuda as propriedades a ter continuidade (Manual “Programa Encadeamento Produtivo – 20 anos”).

O coordenador regional oeste do Sebrae/SC, Ênio Alberto Parmeggiani, que acompanhou o desenvolvimento do programa desde o seu início, observou que a aplicação dos programas de qualidade junto aos produtores foi um investimento que teve resultados significativos. “Os resultados revelam que as propriedades estão mais competitivas e sustentáveis”; e complementa, “temos orgulho de dizer que nossa região representa hoje um dos maiores exemplos do país quando o assunto é qualidade rural”.

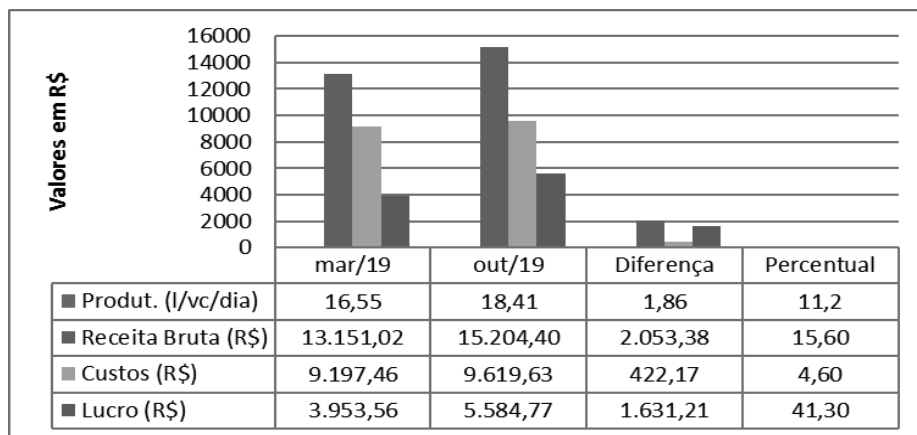
10.2. Indicadores “Gestão da Qualidade Rural”

Figura 10: Resultado econômico geral, média mensal, QT Rural ano 2019 – 195 propriedades analisadas



Fonte: Elaborado pelo autor.

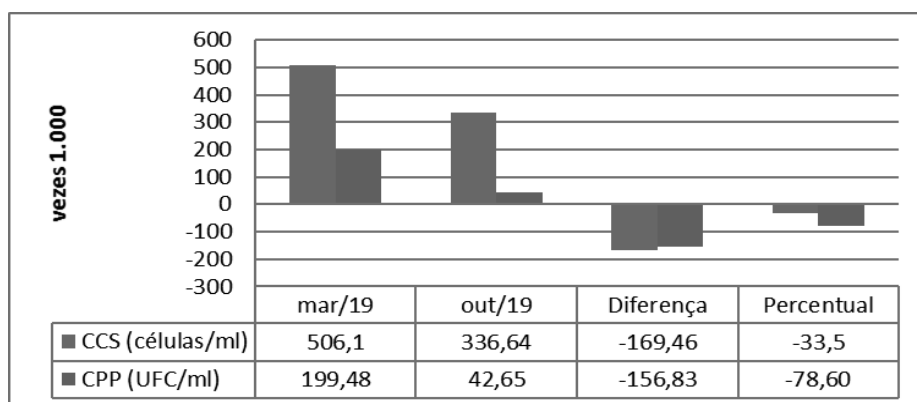
Figura 11: Resultado econômico, média mensal, atividade leiteira, QT Rural ano 2019 – 74 propriedades analisadas



Fonte: Elaborado pelo autor.

Conforme Figura 10, observa-se que, em média, em apenas sete meses de programa (período que foi mensurado), o lucro mensal aumentou 32,8%, e a Figura 11 mostra que o lucro aumentou 41,3% na atividade leiteira nesse mesmo período. Ambas as situações devem-se ao aumento da receita, já que os custos praticamente não tiveram alteração.

Figura 12: Resultado qualidade atividade leiteira, QT Rural ano 2019 – 74 propriedades analisadas



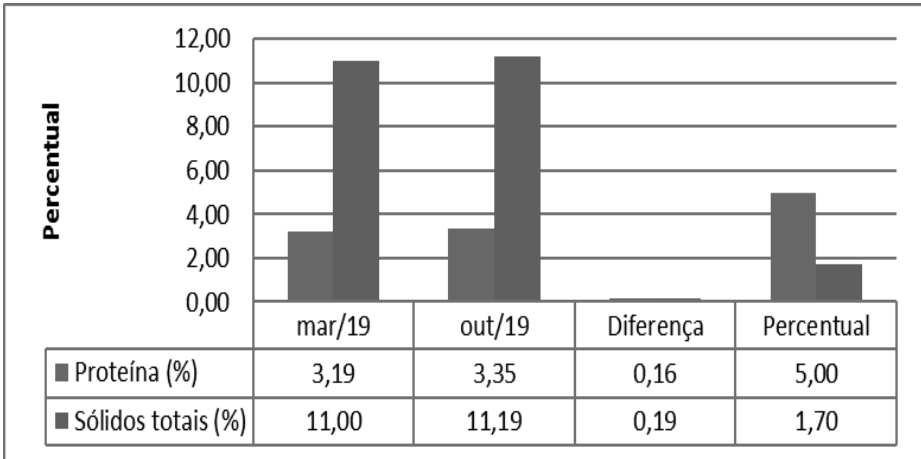
Fonte: Elaborado pelo autor.

CCS = Contagem de Células Somáticas (máximo permitido pela legislação de 400 mil).

CPP = Contagem Padrão de Placas (máximo permitido pela legislação de 100 mil).

Obs.: Quanto menores os valores, melhor é a qualidade do leite.

Figura 13: Resultado qualidade atividade leiteira, QT Rural ano 2019 – 74 propriedades analisadas



Fonte: Elaborado pelo autor.

Obs.: Quanto maiores os valores, melhor é a qualidade do leite.

Tanto a Figura 12 como a Figura 13, mostram uma melhoria muito significativa em apenas sete meses (período que foi mensurado) na qualidade do leite, com a diminuição de 33,5% na CCS e de 78,6 % na CPP e o aumento de 5% no nível de proteína e 1,7% nos níveis de sólidos totais.

10.3. Imagens do “De Olho na Qualidade Rural” (5S)

ANTES



DEPOIS





Fonte: Acervo Celso Zarpellon.

10.4. Depoimentos de empresários rurais

“O curso para mim vai ajudar muito. Isso agora vai depender de nós fazermos as coisas. Vocês deram a oportunidade. Ninguém vem aqui fazer por nós. Nós decidimos e vamos aumentar o plantel. O curso para nós foi como uma ‘mão na roda’. Nós *anotava* alguma coisa, mas agora a gente sabe o que é gestão. Como no aviário, a gente não sabia de todos os custos e que com o leite temos mais potencial e um retorno mais rápido. O curso abre a mente das pessoas. Fica mais atento aos detalhes e que a gente não percebia antes” (Agricultor 1/Nova Itaberaba-SC).

“O curso foi bom pelo fato de saber o valor das coisas, do capital, das despesas que se tem e não sabia onde dava prejuízo. Se tira de uma atividade e se coloca na outra. O que aprendi passei para as mulheres na comunidade. Vale a pena fazer. Aprendemos um monte de coisas” (Agricultor 2/Chapecó-SC).

“O curso tá um *show*. Se precisava fazer de novo, faria. Não vamos aprender tudo, mas um pouco de tudo *vamo* pegar” (Agricultor 3/Guatambu-SC).

“O QT clareou as ideias da gente. Foi um aprendizado muito grande. Uma bagagem que fica para a vida. Fui na reunião da cooperativa, onde fala-

ram sobre Ativo Circulante e Passivo Circulante, e agora a gente sabe o que é, porque a gente aprendeu no curso” (Agricultor 4/Nova Itaberaba-SC).

“A gente aprendeu que dão mais as frutas do que o leite e que precisamos aumentar essa atividade. Aprendemos também bastante com o professor que sempre se aprende algo. Também aprendemos muito com os colegas” (Agricultor 5/Planalto Alegre-SC).

“Foi muito proveitoso. Para mim, foi como ter oportunidade de fazer um curso superior. Depois do QT, a cabeça muda. Muitas vezes, a gente trabalha sem muita técnica e informação. Seria ótimo se todos os agricultores tivessem essa oportunidade” (Agricultor 6/Lageado Grande-SC).

Considerações finais

Nesse percurso feito através deste trabalho, observei famílias que estão felizes com a atividade agrícola e com bons resultados econômicos e outras infelizes por problemas comportamentais, de saúde (coluna, acidentes, depressão, ...) e/ou de baixo retorno econômico nas atividades. Independente da causa, o QT Rural tem contribuído significativamente na melhoria da renda, da qualidade de vida como um todo e na redução do êxodo rural, sem a menor dúvida, pois é visível a diferenciação das propriedades que fizeram das que não fizeram os programas de qualidade.

É muito gratificante e sempre me emociona ouvir depoimentos de pessoas simples, muitas vezes sofridas, como é o homem do campo, a respeito das transformações que o programa trouxe para a vida das famílias, principalmente no que se refere a autoestima, motivação, relacionamento, enfim ao prazer por viver.

A concretização do sonho fez com que, além da realização profissional, eu pudesse olhar para trás e dizer tanto a meus pais como a meus filhos: “Não consegui mudar a política agrícola do país, mas tive a oportunidade de contribuir para que muitos tenham uma vida com um pouco mais de dignidade”.

É importante que se reconheça que ninguém faz nada sozinho. Desde a sua formação, muitas pessoas envolveram-se, o que foi imprescindível. Além do coordenador dos programas de qualidade da Aurora, Joel José Pinto, e dos coordenadores das cooperativas filiadas, o sucesso do programa sempre pôde contar com o apoio incondicional da diretoria da Aurora, como o Mário Lanznaster, o Neivor Canton e o Marcos Antonio Zordan, como também do presidente da Cooperalfa, Romeu Bet, que foi pioneiro e incentivador do programa desde seu nascedouro, quando era prefeito de Planalto Alegre. Cabe também destacar outros atores importantes, como lideranças do Sebrae, em especial o Gerente Regional Oeste, Ênio Alberto Parmeggiani, e o Diretor do Sebrae

Nacional, Reginaldo Rezende, como também da qualidade e do entusiasmo dos consultores e da visão empreendedora dos agricultores.

O curso desafia-nos para a beleza do sonho. De acreditar em nosso grande poder de transformação. Acreditar em um futuro melhor e possível de ser construído para todos.

Numa realidade em profundas modificações, esse curso veio provar que estávamos certos, que a melhoria das formas de gestão e das tecnologias deve vir precedida pelo desenvolvimento das pessoas. Para finalizar e para registrar, o curso conduz as propriedades rurais a serem mais eficientes, mais competitivas e as pessoas mais felizes.

Referências

CAMPOS, Vicente Falconi. *TQC: Controle da Qualidade Total (no estilo japonês)*. Belo Horizonte: Centro de Estudos de Qualidade Total na Agricultura, 1994.

Fundamentos do MEG. Disponível em: <fnq.org.br/fundamentos>. Acesso em: 31 mar. 2020.

HISTÓRIAS DE SUCESSO. Coordenação e Organização: Mara Regina Veit. Belo Horizonte: Sebrae, 2003.

Manual Encadeamento Produtivo – 20 anos. *Qualificação e Trabalho: A soma que transforma o campo*. 1. ed. Chapecó. Cooperativa Central Aurora Alimentos, 2019.

ZARPELLON, Celso. *Programa Sebrae da Qualidade Total Rural – Fase 2; Gestão da Qualidade Rural: livro do participante/Consultor conteudista Beatriz Silveira, Celso Zarpellon*. Brasília: Sebrae, 2018.

ZARPELLON, Celso. *Programa Qualidade Total Rural: Análise de Resultados sob a Ótica do Marketing*. 95 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.



Aponte a câmera do seu celular no QR Code e ouça o audiolivro do texto

A Epagri e a Pesquisa e Extensão Rural Pública: 65 anos de apoio ao cooperativismo e associativismo em Santa Catarina

Célio Haverroth

Márcio Antonio de Mello

A cooperação é uma marca indiscutível da agropecuária catarinense. Na constituição das diversas formas organizativas no estado destacam-se dois períodos históricos. O primeiro nas décadas de 1960 e 1970 com a formação de cooperativas com o objetivo de melhorar o acesso aos insumos agrícolas e organizar a comercialização dos produtos. O segundo, a partir de 1990 até os dias atuais, na organização de redes de cooperação com o objetivo de buscar alternativas para os agricultores excluídos das cadeias produtivas tradicionais.

Das cooperativas organizadas no primeiro período, a Ocesc (2021) relata que em 2020 havia 46 cooperativas agropecuárias filiadas com 73.539 associados e 48.287 empregados diretos. O movimento econômico dessas cooperativas em 2020 foi de 34,4 bilhões de reais.

Do segundo movimento, Reiter *et al.* (2019, p. 52-53) identificaram 194 redes de cooperação da agricultura familiar, abrangendo 15.759 associados, com valor bruto anual comercializado de aproximadamente 256 milhões de reais. Diferentes formas jurídicas e organizacionais são utilizadas pelas redes, como cooperativas descentralizadas, associações, cooperativas por produtos, condomínios e outras.

Neste artigo, abordamos a contribuição da pesquisa e da extensão rural pública de Santa Catarina na constituição e no fortalecimento dessa importante estrutura organizativa.

Trajetória histórica da extensão rural e da pesquisa agropecuária em Santa Catarina

A extensão rural pública foi implantada no Brasil nas décadas de 1940 e 1950, sendo pioneira a Associação de Crédito e Assistência Rural de Minas Gerais (Acar-MG), criada em 1948. Em 1956, foi criada a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (Abcar), que congregou as associações

estaduais. O processo de criação do sistema brasileiro foi tutelado pela americana *American International Association (AIA)*, que utilizou como modelos referenciais as organizações norte-americanas *Cooperative Extension Service* e *Farm Security Administration*.

O modelo operacional da assistência técnica e extensão rural no Brasil passou por momentos distintos, conforme Rodrigues (1997, p. 120-121). Até metade da década de 1960, o planejamento das atividades partia da situação em que se encontravam as famílias, com a definição de alternativas a serem perseguidas. Naquele período, os temas mais trabalhados eram os relacionados à produção de alimentos, alimentação das famílias, saúde, saneamento e melhorias nos sistemas de cultivo. Na segunda fase, as prioridades estavam associadas aos planos governamentais de desenvolvimento rural integrado, prevalecendo então a difusão de tecnologias para a agropecuária, associada ao crédito rural.

A crise econômica dos anos 1980, associada ao movimento ambiental, provocou mudanças na extensão rural na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável, em que o extensionista passa a ter a função de interlocutor de um relacionamento dialógico horizontal e democrático. Atualmente, a extensão rural pública reflete o resultado de sua trajetória histórica com predominância de estratégias mais sistêmicas, participativas e de valorização dos diferentes conhecimentos, o técnico-científico e o de agricultores e agricultoras.

Em Santa Catarina, o serviço de extensão rural foi implantado em 1956 através do Escritório Técnico de Agricultura (ETA), então denominado ETA – Projeto 17, por ser o 17º projeto implantado no país com o mesmo objetivo. Em 1957, foi criada a Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina (Acaresc), que até a extinção do ETA se chamava ETA Projeto 17 – Acaresc e, posteriormente, Acaresc.

Segundo Olinger (2020, p. 20), nos primeiros anos da Acaresc, além da expressividade do trabalho em economia doméstica, foram focadas ações em conservação do solo, suinocultura, avicultura, gado leiteiro, milho, arroz irrigado, feijão, batata-inglesa, trigo, soja, fruticultura, olericultura e silvicultura. A transformação do sistema de criação de suíno tipo banha para suíno tipo carne, por exemplo, teve início com o trabalho da Acaresc naquele período.

Por sua vez, a estrutura pública de pesquisa agropecuária em Santa Catarina, conforme Santos (2011, p. 40), tem o primeiro registro em 1895 com a criação da Estação Agronômica do Estado em Blumenau, voltada para a cultura do fumo, e extinta em 1920. A partir da década de 1930, o Ministério da Agricultura implantou estações experimentais no estado: Lages (1934), voltada à produção animal; Videira (1936), voltada à fruticultura temperada; Caça-

dor (1937), focada no trigo; Urussanga (1943), que tinha como objeto a vitivinicultura; e Chapecó (1948), essa como posto agropecuário. A partir da década de 1960, o governo estadual também tomou a iniciativa de implantar unidades de pesquisa, iniciando por Rio do Sul, depois Jaguaruna e São Joaquim. Ainda na década de 1960, as unidades federais e estaduais criaram, de maneira informal, a Rede Experimental Catarinense.

Na década de 1970, as dificuldades encontradas pelo fato de as tecnologias preconizadas pela extensão rural não estarem adaptadas à realidade brasileira levaram o poder público a investir no fortalecimento da pesquisa agropecuária, surgindo a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), além de estruturas estaduais. Em Santa Catarina, foi criada em 1975 a Empresa de Pesquisa Agropecuária de Santa Catarina (Empasc), que absorveu as cinco unidades federais e três estaduais existentes.

A Associação de Crédito e Assistência Pesqueira de Santa Catarina (Acarpesc) foi criada em 1968 e tinha como objetivo primordial a execução de um programa de assistência técnica, econômica e social para os profissionais da pesca, visando elevar a produtividade de seu trabalho, melhorar suas condições de vida e promover o desenvolvimento e o progresso das comunidades pesqueiras do estado.

O Instituto de Apicultura de Santa Catarina (Iasc) foi instituído em 13 de outubro de 1981 como parte integrante da estrutura da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento de Santa Catarina. Seu objetivo era executar a política de desenvolvimento e aperfeiçoamento da produção apícola no estado, bem como incentivar o consumo do mel.

Em 1991, Acaresc, Empasc, Acarpesc e Iasc foram unificadas com a criação da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), que passou a ser a executora das ações públicas de pesquisa agropecuária e extensão rural e pesqueira em Santa Catarina. Em 2005, a Epagri incorporou também o Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola de Santa Catarina (Instituto Cepa).

Surgimento das cooperativas agropecuárias em Santa Catarina

Desde a criação do serviço público de extensão rural em Santa Catarina, as ações tiveram como foco a promoção da produção agropecuária, bem como a organização dos agricultores com o objetivo de estimular o espírito do trabalho associativo e, dessa maneira, encontrar formas mais justas de comercialização da produção.

Conforme Olinger (2006, p. 42), o associativismo é uma importante marca de serviço de extensão rural de Santa Catarina e vem sendo trabalhado

desde os seus primórdios, conforme o breve histórico descrito anteriormente. A organização de grupos de agricultores, agricultoras e de jovens rurais sempre esteve presente nos planos de trabalho dos escritórios municipais da extensão rural catarinense e resultou na criação de formas associativas no meio rural, a exemplo dos condomínios, sindicalismo rural e, sobretudo, do forte cooperativismo agropecuário catarinense.

Uma das bases para a constituição das cooperativas era a formação de grupos organizados de agricultores e a capacitação de lideranças promovidas pela extensão rural. Muitas lideranças surgiram a partir do trabalho com a juventude rural através dos Clubes 4-S, por exemplo. De acordo com Dusi (2021), a empresa sempre esteve presente e atuante na orientação e suporte às ações de associativismo e cooperativismo em todo o estado, o que contribuiu muito para a situação atual, em que Santa Catarina é referência nacional. A razão principal do apoio da Acaresc à constituição de cooperativas foi a identificação, nas atividades de planejamento da extensão rural, de que havia muitas dificuldades enfrentadas pelos agricultores na aquisição de insumos e na comercialização dos produtos.

Conforme Arns (2010, p. 71), a maioria das grandes cooperativas existentes atualmente em toda a região oeste catarinense surgiu a partir de 1967, como a Cooperalfa – Chapecó (1967); Copérdia – Concórdia (1968); Coper A1 – Palmitos (1933); Auriverde – Cunha Porã (1968); Cooper Itaipu – Pínhazinho (1969); Cooperio – Joaçaba (1969); Caslo – São Lourenço do Oeste (1975). Essa última, embora não tenha incorporado nenhuma outra cooperativa, abrange vários municípios, a maioria emancipada de São Lourenço do Oeste. Todas elas podem ser consideradas regionais a partir desse período, pois incorporaram as cooperativas de municípios vizinhos.

De acordo com Olinger (2020, p. 51), antes da década de 1950 só havia poucas cooperativas e todas por produto, como as cooperativas dos produtores de mate, de fumo e dos madeireiros. Os produtores de arroz do Vale do Itajaí e do sul do estado manifestaram, no início da implantação da extensão rural pela Acaresc, a preocupação com a oscilação dos preços pagos pelos donos de engenho. Como alternativa, o extensionista da Acaresc, Afonso Bach, orientou na década de 1960 a organização de nove cooperativas agropecuárias no sul do estado, que seriam as primeiras cooperativas agropecuárias de Santa Catarina.

Na constituição em 1970 da Copercampos, a Acaresc teve participação direta através da atuação do coordenador regional de cooperativismo João Augusto Vieira de Oliveira, do extensionista local de Campos Novos e de um decidido grupo de lideranças locais, conforme relato de Oliveira (2021). Em

inúmeras reuniões foram concebidos os projetos técnico e financeiro, assim como encaminhadas as tratativas junto à então Cibrazem para a cessão de uma unidade desativada existente em Campos Novos, para beneficiamento de grãos: trigo, soja, milho, feijão, etc.

Outro exemplo de apoio da Acaresc foi a organização da cooperativa de Rodeio (OLIVEIRA, 2021). Inicialmente foi implantada na cooperativa uma seção de fornecimento de insumos aos associados (sementes, fertilizantes, defensivos, equipamentos, utensílios, etc.). Essa cooperativa não chegou a estruturar seu próprio engenho de arroz, como era o projeto inicial, pois foi, em seguida, juntamente com a cooperativa de Ascurra, incorporada à Cooperativa Regional Agropecuária Alto Vale do Itajaí Ltda (Cravil).

Na constituição da Coopernorte, de Mafra, um intenso trabalho de base foi realizado junto aos agricultores com a participação da coordenação regional de cooperativismo da Acaresc e da equipe de extensionistas da região de Mafra, apoiadas fortemente pelo então Supervisor Regional da Acaresc. Segundo Oliveira (2021), foram realizadas mais de duzentas reuniões de motivação e formação, que contaram com a participação de mais de dois mil agricultores, culminando na fundação da cooperativa por um grupo inicial de pouco menos de 200 associados. Paralelamente foi elaborado o projeto técnico e financeiro da unidade de produção, instalada em uma unidade governamental de produção de sementes existente em Mafra, cedida e transformada em unidade de processamento de grãos, especialmente feijão.

Em Canoinhas, foram realizadas 84 reuniões para organizar a cooperativa com o apoio da Acaresc, conforme Dusi (2021). A Acaresc também elaborou o projeto de financiamento para que os agricultores pudessem integralizar as cotas-partes para a constituição do capital inicial da cooperativa.

Atualmente, é incontestável a importância das cooperativas para o setor agropecuário catarinense. A mudança provocada pela organização dos produtores pode ser exemplificada pela cadeia produtiva do arroz, em que antes haviam muitos engenhos que adquiriam o produto para ser processado e comercializado numa relação de grande exploração dos agricultores. Com a criação das cooperativas, o mercado foi organizado de forma mais justa e segura, permanecendo ativos os engenhos mais profissionalizados e as cooperativas mais organizadas.

O Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina – Ocesc e a Federação das Cooperativas Agropecuárias de Santa Catarina – Fecoagro também tiveram o apoio da Acaresc, inclusive com a cedência de funcionários em sua fase inicial.

Além do cooperativismo, a atuação da extensão rural pública em Santa Catarina teve e tem grande importância no apoio a outras formas de organiza-

ção, como o associativismo e o sindicalismo. Na constituição dos sindicatos rurais e da Federação da Agricultura e Pecuária de Santa Catarina – Faesc, a Acaresc envolveu-se diretamente em todo o processo. Na constituição dos sindicatos vinculados à Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar – Fetraf e à Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina – Fetaesc, a participação da Acaresc e da Epagri foi localizada e contou com o apoio e iniciativas de alguns escritórios municipais do serviço de extensão rural de Santa Catarina.

Entre as formas de associativismo preconizadas e apoiadas pela extensão rural em Santa Catarina destacam-se, conforme Dal Bello (2021), a organização e implementação dos grupos de máquinas, compra e utilização em conjunto de máquinas e equipamentos, organização e implementação de condomínios de suínos, de armazéns e secadores comunitários ou de grupos de agricultores para diversas finalidades.

O apoio após a constituição das cooperativas

Após a constituição das cooperativas, percebeu-se a necessidade da continuidade do apoio pela extensão rural. As ações desenvolvidas pela extensão rural eram as mais diversas, como apoio técnico em armazenagem, legislação, burocracia, elaboração das atas, orientações ao conselho fiscal, articulação com outras instituições e entidades, entre outros. Para esse trabalho, Dusi (2021) relata que eram constituídas as coordenações de cooperativismo, formadas por um engenheiro agrônomo e um técnico em contabilidade. A atuação dessa equipe era tanto diretamente com as cooperativas constituídas ou em constituição como em apoio às equipes dos escritórios locais da Acaresc. Havia coordenações de cooperativismo em Chapecó, Mafra (depois Jaraguá do Sul), Criciúma, Lages e Itajaí. Posteriormente, foram criadas coordenações também em Rio do Sul, Videira e Tubarão.

Durante o governo de Antônio Carlos Konder Reis (1975-1979), a Acaresc passou por algumas mudanças em sua atuação estratégica em relação ao cooperativismo, deixando de atuar diretamente na área de gestão e priorizando as áreas técnicas, como armazenagem e sistemas de produção.

Para ilustrar este trabalho, citamos aqui o caso da recuperação da Cooperativa de Ascurra no final da década de 1960, relatado por Oliveira (2021). A cooperativa então sobrevivia com grandes dificuldades, praticamente paralisada, devido à má administração. Na reorganização e recuperação da cooperativa foi desenvolvido intenso trabalho com os associados, desde Ascurra até Pouso Redondo, com o objetivo de recuperar a confiança dos cooperados na entidade. Simultaneamente foi realizado um trabalho de recuperação do enge-

nho de arroz com aquisição de novas máquinas e equipamentos e reorganização da gestão da unidade de beneficiamento. Essa tarefa contou com a participação importante de outros extensionistas da Acaresc e o decidido apoio do supervisor regional da Acaresc em Timbó. O trabalho teve êxito, havendo grande número de associados voltando a operar com a cooperativa e tendo como um resultado direto os mercados do arroz beneficiado sendo recuperados. Posteriormente, a unidade foi incorporada pela Cravil.

Com a aproximação entre as cooperativas e a extensão rural, muitas vezes extensionistas e contadores eram cedidos para a atuação exclusiva nas cooperativas ou mesmo deixavam a Acaresc e eram contratados diretamente pelas cooperativas, muitos chegando a cargos executivos na linha de frente nessas organizações, conforme relata Dusi (2021).

Dusi (2021) também lembra do caso de uma das maiores lideranças históricas do cooperativismo catarinense, Mário Lanznaster, que iniciou sua carreira como extensionista da Acaresc, em que atuou como coordenador de suinocultura na região de Chapecó. O jovem extensionista investiu numa granja própria de suínos e associou-se à Cooperalfa, onde passou a exercer liderança, chegando à presidência da Coopercentral, à qual a Cooperalfa é associada.

A cadeia de suínos

A Acaresc teve um papel fundamental na reorganização e dinamização da Associação Catarinense de Criadores de Suínos – ACCS, trabalho realizado no âmbito de convênio firmado entre as duas organizações. Conforme o relato de Oliveira (2021), um grupo de técnicos foi colocado à disposição da associação para atuar na inspeção de reprodutores registrados, no registro genealógico de suínos, na testagem de reprodutores e de rações comerciais, bem como nos trabalhos inerentes à secretaria executiva da entidade. Os técnicos receberam também os respectivos veículos para o serviço, ficando as despesas operacionais por conta da associação. Um técnico foi igualmente colocado à disposição da Cooperativa Central em Chapecó para o trabalho pioneiro de tipificação de carcaças, que contou com apoio do Canadá. Os suínos até então eram comercializados com base na raça e apreciação visual dos animais vivos. A tipificação de carcaças foi um avanço para os objetivos de produção de animais tipo carne em Santa Catarina. Parte da repercussão do trabalho dessa equipe de aproximadamente 20 técnicos atuando na ACCS foi o intenso trabalho no sentido da modernização da suinocultura catarinense, visando à produção de suínos tipo carne. Foi um período em que Santa Catarina assumiu a liderança nacional na produção de suínos com grandes alterações na organização da produção e na consolidação das integrações, nos avanços na genéti-

ca, no manejo, na sanidade e no processamento de carnes, proporcionado por um parque industrial competitivo. Nessa época, ocorreu a criação do Centro Nacional de Pesquisa em Suínos e Aves da Embrapa – CNPSA, cujo primeiro local de trabalho foi na sede da ACCS em Concórdia.

O processo de modernização da suinocultura catarinense, com grande intensificação da produção, teve duas faces: de um lado, trouxe competitividade e liderança de Santa Catarina no setor e, de outro lado, provocou a saída de muitos pequenos suinocultores da atividade. De um contingente original de aproximadamente 60 mil suinocultores restaram apenas cerca de 10 mil atualmente. Naturalmente, nem todos esses suinocultores permaneceriam na atividade, decorrência lógica da intensificação, sem prejuízo do volume e da qualidade da produção, que teve grande incremento no período. Mas as consequências dessa modernização excludente poderiam, a exemplo de países europeus no pós-guerra, como a França, ser minimizadas pela agricultura de grupo.

A partir dessa realidade, foi então concebida a ideia da criação de condomínios de suinocultura, forma de produção associativa, visando incorporar os pequenos suinocultores em risco de ficar fora da atividade devido, principalmente, a problemas de escala, produtividade e qualidade da produção. Entre 1982 e 1991 foram criadas 157 sociedades de produção de suínos em condomínio em 51 municípios de Santa Catarina com o valioso trabalho de campo de um grupo de seis coordenadores regionais de suinocultura e inúmeros extensionistas locais da Acaresc.

O trabalho de organização de condomínios de suinocultura teve como objetivo conferir às pequenas explorações suinícolas uma maior resistência, permitindo-lhes a absorção do progresso técnico em grau necessário e suficiente para sua viabilização nesse momento de intensa modernização e intensificação da atividade em Santa Catarina. Segundo Pessoa (2021), na região oeste, o trabalho iniciou com a instalação de uma Unidade de Produção de Leitões no Centro de Treinamento de Chapecó entre os anos de 1978 e 1980, que serviu de referência para demonstração e capacitação de agricultores. O desempenho dessas organizações em geral foi bom, não obstante o ambiente externo nem sempre favorável às iniciativas de produção em grupo.

Diversas reuniões eram feitas com grupos de pequenos suinocultores dispostos a trabalhar em condomínio para modernizar suas explorações em desvantagem técnica e econômica (baixa produtividade, baixa qualidade dos animais produzidos). O projeto recebeu apoio do BNDES com financiamento subsidiado para a construção das Unidades de Produção de Leitões – UPL para sessenta matrizes cada uma. Os plantéis individuais de animais, formados por quatro a seis matrizes, eram então substituídos por um plantel de ses-

senta matrizes e cachações selecionados, colocados na unidade associativa. Um tratador (em geral um jovem agricultor) era contratado pela sociedade para cuidar dos animais. As instalações eram construídas em terreno desmembrado em favor do condomínio. As despesas da criação eram divididas entre os sócios, dando direito a cada sócio de receber, mensalmente, uma quota de leitões desmamados, que então eram recriados e terminados nas respectivas Unidades Individuais de Terminação – UT, reformadas e adaptadas para oferecer as melhores condições de terminação dos animais, comercializados então junto às empresas do setor. O modelo era apropriado do ponto de vista ambiental, porque a maior parte dos dejetos (fase de terminação) ficava nas respectivas propriedades dos sócios, facilitando sua utilização como fertilizante nas lavouras.

Inicialmente, os grupos nos condomínios foram formados em média por oito a dez suinocultores. O desempenho técnico dos condomínios de suinocultura foi bom, considerando que esses agricultores possuíam criatórios individuais com baixa produtividade, em torno de 12 leitões desmamados/porca/ano, que passou a 19,6 leitões desmamados/porca/ano nas unidades associativas de melhor desempenho.

Na esteira do desenvolvimento dos condomínios de suinocultura foi criada a Associação Estadual de Condomínios de Suinocultura – Aecos, com o objetivo de melhor encaminhar dois temas essenciais: o provisionamento ordenado de reprodutores e de rações de qualidade. A associação adquiriu o material de uma igreja demolida em Coronel Freitas e iniciou a construção de uma granja de produção de reprodutores, assim como deu início aos planos para a construção de uma pequena fábrica de rações para autoaprovisionamento dos condomínios. Nesse momento, houve uma mudança brusca de orientação determinada pela presidência da Epagri, e a empresa deixou de atuar na suinocultura. Com isso a equipe foi desmobilizada e os condomínios viram-se desprovidos da necessária assistência técnica para animação e continuidade do projeto.

Juventude Rural

Historicamente, a extensão rural pública em Santa Catarina tem um foco de trabalho na juventude rural. Desse trabalho surgem muitas lideranças comunitárias que participam ativamente das organizações da agricultura familiar, como sindicatos, associações e cooperativas.

Um processo marcante na história da extensão rural em Santa Catarina foi o trabalho com os Clubes 4-S, iniciado na década de 1960 no Brasil pelo trabalho de extensão rural. Inspirado no modelo similar americano, o principal objetivo dos Clubes 4-S (Saber, Sentir, Saúde e Servir), conforme Dias (2014), era melhorar as condições socioeconômicas de populações rurais e

levar técnicas e práticas modernas ao jovem do campo. Os clubes também ofereciam, além do aprendizado de técnicas, um espaço de sociabilidade para a juventude.

No trabalho com os Clubes 4-S, a extensão rural organizava diversas atividades, como palestras, demonstrações, exposições, excursões, festas, etc., com a participação dos jovens rurais, os quais anualmente escolhiam uma diretoria. Conforme Silva, (2002, p. 46), os clubes constituíam agrupamentos em que os jovens encontravam “oportunidades para desenvolver suas personalidades” através de atividades sociais e pela aquisição de “conhecimentos agro-pastoris e de economia doméstica”.

Outro trabalho realizado, em parceria com o Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo – Cepagro, foi a criação de Casas Familiares Rurais, espelhadas no modelo francês de *Maison Familiale Rurale*, entidades voltadas à formação de jovens agricultores com utilização da pedagogia da alternância, como relata Oliveira (2021). As primeiras escolas foram criadas em Quilombo, São Francisco do Sul e São José do Cerrito na década de 1990. O projeto teve grande desenvolvimento com inúmeros estabelecimentos criados, normalmente com apoio das prefeituras municipais e famílias dos agricultores, além de contar com apoio da França, que enviou um técnico experiente que permaneceu no Brasil durante muitos anos. O projeto ganhou relevância em todo o país, e a pedagogia utilizada (alternância) acabou sendo reconhecida oficialmente pelos órgãos governamentais da educação.

Atualmente, a Epagri desenvolve o projeto Ação Jovens Rurais e do Mar, uma proposta de trabalho com jovens agricultores e jovens pescadores, visando prepará-los, juntamente com suas famílias, para o processo sucessório por meio do desenvolvimento de habilidades que lhes possibilitem ocupar papel estratégico na agricultura familiar como protagonistas capazes de inovar, criar e implementar oportunidades de desenvolvimento pessoal, social e econômico. As ações envolvem os jovens e suas famílias, lideranças comunitárias e extensionistas rurais da Epagri e são desenvolvidas nos municípios e Centros de Treinamento da Epagri.

Nos Centros de Treinamento, é realizado o curso durante um ano, organizado em oito a dez alternâncias, ministrado com a metodologia da Pedagogia da Alternância. Durante o período, o jovem desenvolve, com a participação da família e do extensionista municipal, um projeto produtivo que poderá, depois de aprovado, receber auxílio financeiro da Secretaria da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural através do Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural. São quatro eixos temáticos: humano-social, gerencial, tecnológico e ambiental, que, embora separados, articulam-se através de uma pers-

pectiva interdisciplinar e transversal. Essa proposta é uma construção participativa que tem como foco de trabalho o jovem rural e pescador, considerando a realidade em que está inserido, buscando como resultado jovens atuantes, cientes de que são protagonistas de suas vidas, vislumbrando oportunidades de negócio que lhes favoreça a permanência em suas propriedades com melhor qualidade de vida. O projeto iniciou em 2013, e até o momento em torno de 2.400 jovens já participaram, sendo que 20% eram mulheres.

Redes de cooperação da agricultura familiar

As redes de cooperação, conforme Reiter *et al.* (2019, p. 51), são organizações de grupos de empreendimentos ou de agricultores que objetivam melhorar a inserção socioeconômica e a competitividade. A partir do início da década de 1990, a Acaresc (a partir de 1991 Epagri) atuou em parceria com outras organizações, especialmente o Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo – Cepagro, na promoção desse movimento em Santa Catarina, começando pelo diagnóstico das formas associativas de produção e comercialização, trabalho que contou com a contribuição de técnicos locais da extensão rural, sindicatos, cooperativas e entidades não governamentais (ONGs).

A partir desse diagnóstico, uma das linhas de trabalho foi o desenvolvimento do cooperativismo de crédito. A primeira cooperativa de crédito desse movimento foi criada em Quilombo, em seguida em Seara, depois abrangendo outros municípios, dando posteriormente origem ao Sistema Cresol em Santa Catarina. Esse trabalho, além da equipe do Cepagro, contou com apoio da diocese de Chapecó, sindicatos e ONGs da região.

Outra linha importante de trabalho foi a organização de pequenas agroindústrias associativas. Esse trabalho foi desenvolvido pela equipe do Cepagro e lideranças locais da agricultura familiar, com apoio destacado do Sindicato de Trabalhadores Rurais e da própria Fetaesc. Um empreendimento de referência criado foi uma usina de beneficiamento de leite no município de Mafra (Linha São Lourenço), constituída por uma associação de nove pequenos agricultores. Inicialmente pequena (1.200 litros/dia), teve grande crescimento nos anos subsequentes, expandindo-se para as cidades vizinhas de Canoinhas, Papanduva, Rio Negro (PR) e outras. Inicialmente uma associação, foi após coadjuvada por uma sociedade limitada para facilitar a burocracia fiscal e tributária e funcionou por 27 anos ininterruptos com o mesmo quadro de associados. A maior parte do negócio girava em torno do fornecimento de leite para as escolas da região (merenda escolar), mas interrompeu suas atividades no mês de maio de 2021 devido ao fechamento das escolas, ocasionado pela pandemia de Covid-19, desaparecendo assim sua principal fonte de comercialização do leite.

O Programa de Profissionalização de Agricultores, realizado na década de 1990 e que oferecia cursos para os agricultores nos centros de treinamento da Epagri, foi uma mola propulsora importante para o investimento em empreendimentos diversos da agricultura familiar, especialmente das agroindústrias de pequeno porte.

As agroindústrias construídas por grupos de agricultores familiares enfrentaram muitas dificuldades na condução e manutenção de suas atividades. Buscando alternativas para dar suporte e superar, em parte, essas dificuldades, a partir de 1999 é iniciada a constituição de redes de cooperação, denominadas cooperativas descentralizadas, que são formadas por um conjunto de agroindústrias em que o agricultor, pessoa física, é o associado.

Uma experiência que marcou muito o trabalho relacionado à constituição de cooperativas e/ou redes de cooperação aconteceu no ano de 1998, quando a Epagri foi desafiada pelo Ministério da Agricultura a coordenar e implementar o Projeto de Agroindústrias Associativas dos Agricultores Familiares do Oeste Catarinense – Pronaf Agroindústria na condição de projeto piloto sob a coordenação do extensionista Osvaldir Dal Bello.

O Projeto de Agroindústrias Associativas dos Agricultores Familiares do Oeste Catarinense Pronaf Agroindústria, de acordo com Dal Bello (2021), era constituído por uma rede de empreendimentos de pequeno porte, geridos por grupos de agricultores familiares, visando à transformação dos produtos agrícolas dos associados, assim como à produção de bens e serviços, de forma a gerar oportunidades de trabalho e renda. Pesquisas que analisaram a agroindústria de pequeno porte observaram que, isoladamente, essas iniciativas teriam dificuldades para se viabilizar. Individualmente, a contratação de serviços necessários para dar suporte a essas agroindústrias era inviável devido aos altos custos frente às receitas obtidas. A alternativa então passou pela construção de uma estrutura comum de apoio aos empreendimentos.

Dois instrumentos foram construídos para apoiar os agricultores familiares na implementação de seus empreendimentos: a unidade central de apoio e as cooperativas. O papel fundamental da unidade central era construir e manter a estabilidade da rede. Esse projeto teve a parceria da Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense – Apaco e do Ministério da Agricultura.

Após um ano de intensos trabalhos na organização dos agricultores, na constituição de associações, em centrais de atendimento, na elaboração de projetos de viabilidade técnica e econômica e na capacitação de técnicos e produtores, o projeto foi oficialmente lançado. Entretanto, quando os recursos deveriam ser liberados, isso não aconteceu. Mesmo assim, o resultado desse trabalho foi positivo, pois foram desenvolvidas muitas competências

entre os profissionais que efetivamente participaram da elaboração do projeto (elaboração de projetos com viabilidade técnica e econômica, legislação sanitária, fiscal, trabalhista, legislação cooperativista, formação de associações entre outros) e, principalmente, porque muitos agricultores, de posse dos projetos elaborados, conseguiram instalar suas agroindústrias conforme haviam sido planejadas, buscando financiamento de forma grupal nas agências bancárias da região.

Dessa experiência nasceu em 12 de novembro de 1999 a Cooperativa de Produção Agroindustrial Familiar de Concórdia – Copafac, a primeira cooperativa descentralizada constituída em Santa Catarina. No espaço de poucos anos, todos os municípios da Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense – Amauc tinham uma cooperativa descentralizada constituída. E, aos poucos, essa experiência foi se disseminando pelo estado. Excursões eram recebidas, quase semanalmente, de outras regiões e também de outros estados, relata Dal Bello (2021).

Na sequência, o Projeto Microbacias 2 foi executado pela Epagri de 2003 até 2010 e estimulou a criação de associações e cooperativas em todas as regiões de Santa Catarina. Um dos resultados desse trabalho foi a constituição em todo o território catarinense de enorme quantidade de associações e cooperativas que estimulam um ambiente de confiança e solidariedade entre os agricultores familiares. Um dos objetivos da criação dessas organizações foi alcançar mercado para seus produtos e maior poder de negociação perante os demais agentes das cadeias produtivas.

Na década de 2010, o Programa SC Rural proporcionou o fortalecimento das redes de cooperação. Um dos atributos para a aprovação do Programa SC Rural pelo Banco Mundial foi a experiência com as redes de cooperação com suas agroindústrias associativas em pleno funcionamento, existentes nas regiões da Amauc e no sul do estado de Santa Catarina.

Conforme Reiter *et al.* (2019, p. 51), as redes de cooperação organizadas nas três últimas décadas são o resultado da necessidade de agricultores excluídos das cadeias produtivas tradicionais buscarem novas culturas e criações e novas formas de organização. Os autores identificaram, em 2016, 194 redes de cooperação com a participação de 15.759 associados, com valor bruto anual comercializado de aproximadamente 256 milhões de reais.

Considerações finais

Os 65 anos de atividade da extensão rural pública em Santa Catarina coincidem com os períodos de maior crescimento e protagonismo do associativismo e cooperativismo no setor agropecuário, o que não é uma mera coincidência.

dência. O trabalho realizado com base nas necessidades apontadas pelos agricultores, trabalhadas com base em uma contínua relação dialógica, foi fundamental no apoio à organização das diversas formas associativas. Aliada a isso, a pesquisa agropecuária pública também tem grande importância no desenvolvimento de tecnologias e inovações apropriadas a cada contexto que compõe a realidade catarinense.

No primeiro período do trabalho da extensão rural, a partir da década de 1950, predominou a organização visando ao acesso aos insumos e à comercialização justa dos produtos agropecuários, quando o sistema cooperativo mostrou-se eficiente. Nas últimas décadas, a necessidade de alternativas para os agricultores excluídos das principais cadeias produtivas agropecuárias levou as famílias rurais à constituição de redes de cooperação. Essas organizações são estruturadas na forma de condomínios, associações ou cooperativas, que facilitam a compra de insumos e matéria-prima, a transformação agroindustrial, a comercialização, o compartilhamento de estruturas, a logística ou o conhecimento, entre outras funções. Essa estruturação tem se mostrado um caminho inclusivo e efetivo com a geração de trabalho e renda no espaço rural.

A maior dificuldade para que esse processo se amplie, agregando mais famílias, refere-se à complexidade do ambiente de negócios na área de processamento de alimentos produzidos por agricultores familiares e pescadores artesanais. Um outro fator diz respeito ao atendimento à legislação ambiental, tributária e sanitária, que depende de investimentos além das possibilidades dos empreendedores e que há necessidade de flexibilizações que não comprometam a qualidade dos produtos e a preservação ambiental. Outra questão refere-se ao acesso ao crédito, que, apesar dos avanços nas últimas décadas, ainda é seletivo, principalmente quando se refere às mulheres e aos jovens. Por fim, são necessárias principalmente políticas públicas de apoio às iniciativas com a sincronização entre os órgãos públicos envolvidos na orientação técnica, na fiscalização, no fomento e na arrecadação tributária.

A pesquisa e a extensão rural pública continuam presentes no apoio à organização em diferentes âmbitos que compõem espaços da agricultura familiar e da pesca artesanal em Santa Catarina.

Referências

- ARNS, Carlos Eduardo. *A cooperação na agricultura familiar no território Alto Uruguai Catarinense (SC) Brasil*. Dissertação (Mestrado). UNISC, Santa Cruz do Sul, 2010. 278p.
- DAL BELLO, Osvaldir. *Entrevista I*. [jun. 2021]. Entrevistador: Célio Haverroth. Florianópolis, 2021. Correio Eletrônico.

DIAS, Michelle. Clubes 4S são homenageados pelo trabalho de extensão rural no Oeste. *Agência AL*, 2014. Disponível em: <http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/noticia_single/clubes-4s-sao-homenageados-pelo-trabalho-de-extensao-rural-no-oeste>. Acesso em: 11 jun. 2021.

DUSI, Daniel Antonio. *Entrevista II*. [jun. 2021]. Entrevistador: Célio Haverroth. Florianópolis, 2021.

OCESC. *Números*, 2021. Disponível em: <www.ocesc.org.br/itens/numeros>. Acesso em: 16 jun. 2021.

OLINGER, G. *Aspectos históricos da Extensão Rural no Brasil e em Santa Catarina*. Florianópolis, SC: Epagri, 2020. 84p. (Epagri. Documentos, 306).

OLIVEIRA, J. A. V. *Entrevista III*. [maio 2021]. Entrevistador: Célio Haverroth. Florianópolis, 2021. Correio Eletrônico.

PESSOA, N. S. *Entrevista IV*. [maio 2021]. Entrevistador: Célio Haverroth. Florianópolis, 2021. Arquivo mp3 (15 minutos).

REITER, J. M. W.; MONDARDO, M.; FERRARI, D. L.; MIOR, L.; MARCONDES, T. *Os empreendimentos de agregação de valor e as redes de cooperação da agricultura familiar de Santa Catarina*. Florianópolis, SC: Epagri, 2019. 72p. (Epagri. Documentos, 289).

RODRIGUES, Cyro Mascarenhas. Conceito de seletividade de políticas públicas e sua aplicação no contexto da política de extensão rural no Brasil. *Cadernos 114 de Ciência e Tecnologia*, Brasília, DF, v. 14, n. 1, p. 113-154, 1997.

SANTOS, L. W. dos. Ciência e agricultura no início do século XX em Santa Catarina. *ÁGORA: Arquivologia Em Debate*, 15(31), 36, 2011. Disponível em: <<https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/213>>.

SILVA, Claiton Marcio da. *Saber, sentir, servir e saúde: a construção do novo jovem rural nos clubes 4-S, SC (1970-1985)*. Dissertação (Mestrado). UFSC, Florianópolis, 2002. 110p.



Aponte a câmera do seu celular no QR Code e ouça o audiolivro do texto

A cooperação agrícola nos assentamentos do oeste de Santa Catarina: da luta pela terra à organização da Cooperoeste

Ernesto Puhl Neto

Jian Carlos Frare

A cooperação e a luta dos trabalhadores e trabalhadoras por reforma agrária são movimentos indissociáveis. A luta pela terra intensifica-se com o desenvolvimento do latifúndio brasileiro, que está fundado em um modelo de agricultura individualista e excludente, desenvolvido com bases escravocratas. Essa disputa caracteriza-se como um processo conflitivo, que se desenvolve através de ocupações e enfrentamentos entre o poder político opressor, dominado por interesses do capital, e pequenos agricultores e camponeses que historicamente foram excluídos da distribuição das terras do país. Essa constante luta pela terra, que ocorre em todo o território brasileiro, fez surgir organizações determinantes para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

No oeste catarinense, essa luta aflora com a ocupação de diversas áreas de terra no final da década de 1970 e o início da década de 1980, fazendo surgir inúmeras experiências de cooperação agrícola, que através da divisão social do trabalho garantiram a sobrevivência dos camponeses nas áreas ocupadas. Dessa forma, o cooperativismo nos assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) tornou-se ferramenta de luta e resistência ao capitalismo, melhorando a qualidade de vida dos assentados. Como destaca Christoffoli (2012, p. 189), a organização da cooperação agrícola nos assentamentos de reforma agrária contribui para a resistência das famílias no campo e coloca a luta social na ordem do dia.

Diante desse contexto, o presente texto discute o desenvolvimento do cooperativismo agrícola sob a perspectiva da luta pela terra, desenvolvida por meio do MST e da organização dos camponeses no oeste catarinense. Dessa forma destacando a estruturação de cooperativas como alternativa de desenvolvimento econômico e social nos assentamentos. Para isso buscaremos per-

correr a história de luta e organização da Cooperativa Regional de Comercialização do Extremo Oeste – Cooperoeste.

O desenvolvimento do cooperativismo como alternativa aos trabalhadores e trabalhadoras

O cooperativismo moderno surge com o advento do capitalismo no final do século XVIII e início de XIX, fruto do conflito entre o capital e o trabalho. As primeiras organizações cooperativas foram motivadas pelo espantoso empobrecimento dos trabalhadores nas fábricas constituídas a partir da Revolução Industrial, que se desenvolveram inicialmente na Grã-Bretanha e provocaram a expulsão dos camponeses do domínio senhorial. Como destaca Paul Singer (2002), “a exploração do trabalho nas fábricas não tinha limites legais e ameaçava a reprodução biológica do proletariado”. Os trabalhos eram realizados nas indústrias pelos operários em jornadas exaustivas, com períodos maiores do que 14 horas, sem direitos trabalhistas, em locais insalubres e com salários baixos.

As transformações econômicas ocasionadas pelo desenvolvimento do capitalismo afetaram diretamente a relação entre patrão e proletário. Os trabalhadores inferiorizados e submetidos a condições de extrema pobreza viam-se desunidos, em uma relação de competição direta entre si. O fim dos ciclos de guerra provocados pela Revolução Francesa após 1815 gerou uma profunda depressão na Grã-Bretanha, levando os trabalhadores a um enorme empobrecimento. A massa operária viu os salários diminuírem e, após o fim das demandas bélicas, muitos foram atirados ao desemprego. A crise fez com que as indústrias não absorvessem os trabalhadores, e sem a renda, conseqüentemente, a indústria civil também se retraiu.

Como descreve Hobsbawm (1996, p. 226), “entre 1815 e 1848 nenhum observador consciente podia negar que a situação dos trabalhadores pobres era assustadora”. O descontentamento dos proletários com a situação em que se encontravam levou ao desenvolvimento das primeiras organizações trabalhistas, chamadas de *trade unions*, que organizavam a força proletária para a luta de classe. Hobsbawm (2000) destaca que os sindicatos, que eram as principais instituições de defesa da classe trabalhadora, já estavam em gestação na Grã-Bretanha do século XVIII.

Entretanto, segundo Hobsbawm (1996), a organização dos trabalhadores no princípio do século XIX diferenciava-se da luta dos trabalhadores contra o sofrimento intolerável e das greves que ocorreram anteriormente. A novidade no movimento operário desse período era a consciência de classe, que fez com que os trabalhadores não mais se defrontassem com os “ricos”, mas sim

enfrentassem os patrões ou capitalistas. Os proletários estavam encorajados a pensar uma sociedade cooperativista e coletivista, diferente da proposta individualista e competitiva construída pela burguesia.

No início do século XIX, os sindicatos foram fortemente influenciados pelas ideias de Robert Owen (1772-1858), proprietário de um imenso complexo têxtil em New Lanark, onde, segundo Singer (2002), decidiu diminuir as jornadas de trabalho e proibir o trabalho infantil, melhorando o tratamento e as condições dos trabalhadores na fábrica. Essas ações tornaram a fábrica de Owen bastante lucrativa, o que fez com que esse modelo rapidamente se tornasse muito conhecido.

Para Paul Singer (2002, p. 25), Owen fez um diagnóstico muito assertivo dessa situação, percebendo que para a recuperação da economia era necessária a reinserção desses trabalhadores na produção. Em 1817, Owen propôs ao governo britânico que, em vez da distribuição dos fundos de sustento aos pobres, esse recurso fosse investido na compra de terras e na construção de Aldeias Cooperativas, inserindo 1.200 pessoas em cada aldeia, que produziriam sua própria subsistência.

Contudo, as propostas de Owen modificavam profundamente a estrutura do sistema social capitalista e, portanto, não foram implantadas pelo governo britânico. Esse fracasso na tentativa de implantar suas propostas fê-lo desistir da Inglaterra e buscar organizar uma Aldeia Cooperativa em New Harmony no estado de Indiana nos Estados Unidos em 1825. No período em que Robert Owen esteve nos EUA, suas ideias materializaram-se em muitas experiências de cooperativas consideradas owenistas, contribuindo, como aponta Hobsbawm (1996, p. 231), para a consolidação da consciência de classe na Inglaterra.

As experiências baseadas nas ideias de Owen espalharam-se, originando a primeira cooperativa no modelo owenista, criada em Londres por George Mudie, a qual era composta por jornalistas gráficos que passaram a viver dos ganhos de seu trabalho. Com o tempo, novas lideranças formaram-se para além da Inglaterra, como o fiandeiro de algodão de nacionalidade irlandesa John Doherty, que se tornou uma referência na organização dos trabalhadores na Grã-Bretanha. Com essa expansão para fora da Inglaterra, o cooperativismo owenista passou a integrar o movimento sindical e a estreitar a relação com a luta de classes. Para Singer (2002), essa relação entre o sindicalismo e o cooperativismo radicalizou a luta de classe, pois os trabalhadores não se limitavam a realizar greves para reivindicar melhorias nos salários ou de condições de trabalho, mas sim para extinguir o trabalho assalariado através da organização de cooperativas operárias com base na autogestão. Ao longo do século XIX, essas experiências de cooperação foram se fortalecendo na Europa.

Mesmo que diversas outras experiências de cooperativismo tenham surgido, principalmente nos moldes owenistas, a primeira organização que representa o modelo do cooperativismo moderno são os Pioneiros Equitativos de Rochdale, organizados em Manchester na Inglaterra no ano de 1844. Essa cooperativa de consumo foi fundada por 28 operários do setor têxtil, os quais buscavam melhores condições de vida frente à pobreza em que se encontravam. Os pioneiros de Rochdale, como ficaram conhecidos, inspiraram o movimento cooperativista no mundo de tal forma que seus princípios¹ são guias das cooperativas até hoje.

Apesar do exemplo de Rochdale ter feito surgir um movimento cooperativista fortalecido no mundo todo, porém com o passar do tempo tornou-se um cooperativismo reformista, sendo uma alternativa dentro do próprio sistema capitalista e não mais um modelo de organização de cunho revolucionário e alternativo ao sistema capitalista, como originalmente se propunha. Para Pinho (1982), esse desvirtuamento dos princípios básicos no movimento cooperativista dá-se principalmente pela complexidade que essas organizações assumiram, incorporando os problemas de empresas capitalistas.

A questão agrária no Brasil

A luta pela terra no Brasil é marcada por diversos conflitos, como destaca Christoffoli (2012, p. 160):

O povo brasileiro sempre esteve em luta contra esse monopólio da terra na mão de poucos. O processo de mobilizações populares massivas pela terra marcou a história do país em lutas como Canudos, Cabanagem e a Guerra do Contestado, entre outras. Em cada período histórico do Brasil houve movimentos sociais que lutaram pela terra e, em geral, com raras exceções, foram derrotados pela força militar e política da ordem burguesa dominante.

Na tentativa de melhor compreender a constante luta pela terra no Brasil, propomos um recorte na História a partir de dois momentos determinantes na construção política e economia do país, que contribuíram para a instauração da desigualdade social e para a concentração de terras, ocasionando o surgimento do latifúndio. O primeiro momento remete à aprovação da Lei nº 601, também conhecida como “Lei da Terra”, no ano de 1850, a qual contou com a contribuição determinante da elite agrária, composta pelos donos das

¹ Os princípios desenvolvidos pelos “Probos de Rochdale” são: adesão livre e voluntária, controle democrático pelos sócios, participação econômica dos sócios, autonomia e independência, educação, treinamento e informação, cooperação entre cooperativas, preocupação com a comunidade.

terras, a qual teve seus interesses particulares contemplados. Segundo Stedile (2011, p. 22-23):

Sua característica principal é, pela primeira vez, implementar no Brasil a propriedade privada das terras. [...] A lei normatizou, então, a propriedade privada da terra. [...] foi então batistério do latifúndio no Brasil. Ela regulamentou e consolidou o modelo da grande propriedade rural, que é a base legal, até os dias atuais, para a estrutura injusta da propriedade de terras no Brasil.

O segundo momento ocorreu logo após a promulgação da Lei da Terra com a proteção jurídica que impediu os escravos de tomar posse das terras. Como destaca Stedile (2011), a consolidação da propriedade privada através da Lei da Terra e a abolição da escravatura oficializada pela Lei Áurea ou Lei Imperial nº 3.353, sancionada em 13 de maio de 1888, levou quase dois milhões de adultos ex-escravos a sair das fazendas, deixando o trabalho escravo nas lavouras e buscando trabalho nas cidades como alternativa de sobrevivência, agora vendendo “livremente” sua força de trabalho. A Lei nº 601 de 1850 também garantiu a propriedade privada das áreas já ocupadas nas cidades, o que, por consequência, limitou os ex-escravos a regiões de morros e manguezais, ocasionando o surgimento de favelas.

O fim da escravidão no Brasil representou também o fim do modelo de produção agroexportador *plantation*². A alternativa encontrada para suprir a mão de obra antes disponível com a força escrava foi a ampla propaganda realizada nos países da Europa para atrair trabalhadores que se encontravam excluídos da sociedade pelo avanço do capitalismo em seus países. Como aponta Stedile (2011, p. 25), “com a promessa do ‘eldorado’, com terra fértil e barata, a Coroa atraiu para o Brasil, no período de 1875-1914, mais de 1,6 milhão de camponeses pobres da Europa”, distribuídos, principalmente, na região sul do país e em São Paulo e Rio de Janeiro para trabalhar nas fazendas de café, dando origem assim ao modelo produtivo chamado “colonato”³.

A crise no sistema produtivo brasileiro segue até após a Primeira Guerra Mundial, provocando grandes mudanças no cenário político/econômico após 1930 com o desenvolvimento de um modelo econômico nacional desenvolvimentista, fruto da nova elite industrial. Os anos que se seguiram entre 1930 e 1945, período da Era Vargas, ficaram marcados pela subordinação da agricultura à indústria, mesmo mantendo a elite agrária como proprietária das terras.

² Modelo de desenvolvimento e organização da produção agropecuária capitalista no qual grandes propriedades são utilizadas na produção para exportação.

³ O regime de produção sob a forma de colonato, assim rotulado por sociólogos, foi o estabelecimento de relações sociais específicas na produção de café entre os fazendeiros e os colonos, não se tendo notícia de sua adoção em nenhum outro país (STEDILE, 2011, p. 25).

Com o desenvolvimento da indústria surge um setor vinculado diretamente à agricultura através das “indústrias produtoras de insumos para a agricultura, como ferramentas, máquinas, adubos químicos, venenos, etc. E outro, da chamada agroindústria, que foi a implantação da indústria de beneficiamento de produtos agrícolas” (STEDILE, 2011, p. 29). Esse momento da história agrária brasileira marca o início da modernização capitalista do campo, levando grande parte dos camponeses, agricultores familiares, para os centros urbanos.

Com o desenvolvimento de um modelo de agricultura tecnicizada emergiu na década de 1960 no contexto do pensamento econômico e no debate político da “questão agrária” a necessidade da reforma agrária. Esse debate, como aponta Delgado (2005, p. 52), surgiu sob quatro linhas intelectuais. A primeira linha intelectual, do Partido Comunista Brasileiro (PCB), voltada ao capitalismo nacional, vinculado ao governo Goulart, tinha como foco o conjunto de reformas de bases. A segunda, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), de orientação socialista, era defendida pelas organizações da esquerda brasileira, tanto no campo como na cidade. O terceiro projeto, dos setores reformistas da Igreja Católica, com um caráter de denúncia e uma busca pela aplicação da doutrina social da igreja, teve importante papel na luta sindical no meio rural brasileiro.

A quarta linha, dos economistas conservadores, que se tornou a opção mais aceita, buscava consolidar e expandir o capitalismo dependente sob a orientação teórica de toda uma geração de economistas da USP juntamente com Delfim Neto, que propôs um projeto de modernização do campo, consolidando-se no contexto social do golpe militar de 1964 e banindo o debate da reforma agrária do cenário político, aprofundando o projeto econômico conservador.

O argumento chave desse grupo nega a existência de uma questão agrária ao desconsiderar a estrutura fundiária e as relações de trabalho prevalentes no meio rural como um problema econômico relevante, visto que com essa estrutura agrária teriam sido adequadamente cumpridas as funções da agricultura no desenvolvimento econômico, a saber:

- a) liberação de mão de obra a ser utilizada no setor industrial, sem diminuir a quantidade produzida de alimentos;
- b) criação de mercado para os produtos da indústria;
- c) expansão das exportações; e
- d) financiamento de parte de capitalização da economia (DELGADO, 2005, p. 55).

Apontando a importância da agricultura no desenvolvimento econômico brasileiro, principalmente no pós-guerra, as ideias de modernização sem reforma, de Delfim Neto, excluem do debate a questão agrária. Nesse contex-

to, a reforma agrária no Brasil deixa de ser um eixo estratégico no desenvolvimento do projeto da sociedade, dando lugar à “modernização conservadora da agricultura”, que passa a ser hegemônica, estruturando um modelo de produção agroexportador e consolidando o agronegócio.

Na metade da década de 1970 surge um novo ciclo de lutas contra a ditadura militar, protagonizada pelos trabalhadores e trabalhadoras do ABC paulista, vinculados às lutas sindicais e organizados através da Central Única dos Trabalhadores. Junto com isso ressurge a luta pela reforma agrária com o protagonismo de diversos movimentos populares, como a Comissão Pastoral da Terra – CPT e setores da esquerda partidária, sindical, intelectuais e artísticos.

Com o fim do regime militar, o debate da questão agrária é retomado, e na transição para a Constituição de 1988 a propriedade fundiária é legitimada pela função social, ficando definido como competência da União “desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social” (BRASIL, 1988, Art. 184). Apesar da retomada da discussão em torno da questão agrária brasileira através do novo ordenamento constitucional, as questões políticas serão determinantes nos anos que seguem até os dias atuais, principalmente pelo desenvolvimento de um ciclo econômico neoliberal.

O cooperativismo no Brasil

O cooperativismo sempre foi um elemento presente na história brasileira desde a organização dos povos indígenas, diante da espoliação de seu território, do povo negro, que se organizava em quilombos para fugir da escravidão, e também dos imigrantes europeus para garantir sua sobrevivência. As primeiras organizações formais reconhecidas no Brasil surgiram no final do século XIX e início do século XX, principalmente em duas vertentes, que são as cooperativas de consumo e as agrícolas.

Segundo Búrigo (2010), com o advento da República e da Constituição de 1891 as cooperativas passaram a organizar-se formalmente no país, haja vista que até então o texto constitucional monarquista de 1824 proibia a prática cooperativa. O fim da proibição fez surgir diversas organizações no ramo do consumo, tendo início com a Sociedade Econômica Cooperativa dos Funcionários Públicos de Minas Gerais em 1889 e, posteriormente, durante a última década do século XIX, cooperativas nos mesmos moldes nos estados do Pernambuco, São Paulo e Rio de Janeiro.

No campo, segundo Arns (2010, p. 57), “as primeiras cooperativas rurais surgiram no processo de ocupação dos territórios dos três estados do sul

do país a partir do processo de colonização por imigrantes europeus e seus descendentes”. Também fruto da necessidade de organização para melhorar a qualidade de vida dos camponeses, um dos movimentos precursores da organização cooperativista no Brasil é a experiência camponesa fundada no ano de 1892 em Alfredo Chaves (hoje Veranópolis) e Antônio Prado (RS) por Vicente Monteggia, sendo denominada *Società Cooperativa delle Convenzioni Agricoli Industrial*.

Com a implantação do cooperativismo moderno no Brasil já na década de 1930, muitas organizações desenvolveram-se em diferentes ramos, como consumo, eletrificação, agropecuário, crédito, etc. Esse processo ocorreu, principalmente, pela criação da lei básica do cooperativismo durante o governo de Getúlio Vargas por meio do decreto lei n. 22.239, de dezembro de 1932, que marcou o início do envolvimento do Estado com o movimento cooperativista. O interesse do Estado nas cooperativistas que se desenvolviam no país estava voltado para a diversificação da produção agrícola, que se encontrava fragilizada pela economia baseada na monocultura cafeeira.

Porém, esse envolvimento do Estado com o cooperativismo a partir de 1932 diminuiu a autonomia das instituições cooperativas. Como destaca Arns (2010, p. 59-60):

Nesse período, foram cancelados estímulos tributários, incentivos fiscais, foram bloqueadas as cooperativas de crédito e foi interditada a criação de novas cooperativas. Foram estabelecidos órgãos normativos especiais, sendo o Banco Central para as cooperativas de crédito; o Banco Nacional da Habitação para as cooperativas habitacionais e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária para todos os demais segmentos cooperativos.

O controle das cooperativas por parte do Estado durante o regime militar reestruturou o movimento, iniciando pela criação das cooperativas tríticolas na região sul do país com fortes investimentos na estruturação dessas organizações como um plano de desenvolvimento do campo a partir do que ficou conhecido como “revolução verde”⁴. A organização do cooperativismo voltado para a produção agrícola e o fomento do latifúndio ganhou força com a criação da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) no ano de 1969, que, segundo Búrigo (2010), com o apoio do Ministério da Agricultura, contribuiu na criação da Lei nº 5.764/71, destinando recursos substanciais para o desenvolvimento de complexos agroindustriais e para cooperativas agrícolas de grande porte.

⁴ Caracterizada pela “introdução em larga escala, a partir da década de 1950, em muitos países do mundo, inclusive no Brasil, de variedades modernas de alta produtividade [...] cujo objetivo foi intensificar a oferta de alimentos” (CALDART, I. B. P. *et al.*, 2012, p. 685).

Dessa forma, o cooperativismo tornou-se uma estratégia do Estado para o desenvolvimento da produção agrícola tecnificada, voltada à exportação. Nesse período, as cooperativas desse segmento obtiveram um crescimento exponencial, porém tornaram-se profundamente dependentes do Estado. Por outro lado, cooperativas populares, que traziam em sua base os princípios do cooperativismo tradicional, foram abruptamente extintas, fundiram-se ou foram incorporadas por cooperativas maiores. Quando os incentivos através do crédito fácil se tornaram escassos, muitas cooperativas do ramo agrícola entraram em crise e deixaram de existir já no início da década de 1980.

A conquista da terra e a organização do MST

A luta pela terra fez surgir importantes movimentos de resistência, que encontraram na ocupação da terra uma forma de transformar o modelo político opressor do latifúndio. Como destaca Fernandes (2000, p. 55):

Na luta pela terra, acampar é determinar um lugar e um momento transitório para transformar a realidade. Quando os sem-terra tomam a decisão de acampar, estão desafiando o modelo político que os exclui da condição de cidadãos. A resistência no acampamento é a façanha. A persistência é o desafio.

O marco histórico do MST deve-se com a ocupação das fazendas Macali e Brilhante. Na noite do dia 6 de setembro de 1979, caminhões transportando 110 famílias de camponeses sem-terra entraram através da Gleba Brilhante e acamparam na Gleba Macali. Após exercerem pressão sobre o governo do estado e a organização da primeira experiência de produção e organização do trabalho na área ocupada, os agricultores viram-se fortalecidos para continuar a resistência e a luta pela terra. Foi a partir dessa organização que 170 famílias ocuparam a Gleba Brilhante no dia 25 de setembro do mesmo ano.

No processo de assentamento da fazenda Brilhante, muitas famílias remanescentes dessa experiência juntaram-se a um movimento de ocupação que havia iniciado na localidade conhecida como Encruzilhada Natalino em Ronda Alta (RS). Esse acampamento iniciou quando um colono expulso da Reserva Indígena de Nonoai assentou seu barraco na encruzilhada Natalino no dia 08 de dezembro de 1980. Posteriormente, diversas famílias, também de Nonoai, assim como famílias remanescentes da ocupação da Gleba Brilhante juntaram-se a essa ocupação. Segundo Fernandes (2000, p. 55), o “acampamento era resultado da consciência construída pelos camponeses de que somente por meio da luta mudariam suas realidades”. Em pouco tempo, o acampamento passou de 50 famílias em abril de 1981 para 600 em junho do mesmo ano, chegando a reunir mais de 3 mil pessoas, que resistiram bravamente às investi-

das do Estado e dos militares, que aterrorizaram as famílias através das estratégias do major Sebastião Curió⁵.

O acampamento chegou a ter 601 famílias. Entretanto, segundo Fernandes (2000, p. 61) 142 famílias desistiram da luta, 252 foram para o Mato Grosso através dos projetos de colonização do governo federal. No entanto, ainda assim, 207 famílias foram provisoriamente transferidas para uma área chamada Nova Ronda Alta, adquirida por meio de esforços da Igreja Católica e da Igreja Evangélica de Confissão Luterana em 1982. Posteriormente, dez famílias permaneceram nessa área, e as demais foram assentadas no município de Ronda Alta.

A organização camponesa também aflorou no estado de Santa Catarina, onde, em maio de 1980, um grupo de famílias, através de informações do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), soube, que uma terra seria desapropriada no município de Campo Erê. Após o decreto de desapropriação, “cinco trabalhadores de uma mesma família ocuparam uma área de latifúndio. Duas semanas depois foram informados de que entraram na fazenda errada” (FERNANDES, 2000, p. 64). A terra que os camponeses haviam ocupado por engano era a Fazenda Burro Branco, porém, vendo o latifúndio improdutivo, decidiram permanecer na terra, motivando, assim, o enfrentamento com as forças militares e com jagunços da fazenda. Aos poucos, mais famílias juntaram-se ao acampamento, chegando a 350. A resistência dos camponeses, com o apoio da Comissão Pastoral da Terra – CPT e através do bispo da Diocese de Chapecó, Dom José Gomes, bem como da Igreja Evangélica de Confissão Luterana, levou o governo a desapropriar a fazenda em 12 de novembro de 1980. A ocupação da Fazenda Burro Branco marcou “a primeira ocupação de terra no oeste catarinense e inaugurou a luta que marcou a gênese do MST em Santa Catarina” (FERNANDES, 2000, p. 64).

A luta pela terra em Ronda Alta (RS) e Campo Erê (SC) foi o processo de gestação do MST. A organização e a resistência permaneceram através da formação e da criação de núcleos nas Comunidades Eclesiais de Base. A mobilização e a resistência camponesa resultaram na realização do 1º Encontro Nacional dos Sem-Terra⁶ no município de Cascavel (PR) em janeiro de 1984,

⁵ Major Sebastião de Moura, conhecido como Coronel Curió, foi um militar brasileiro, membro do serviço de inteligência do Exército e considerado especialista em conflitos rurais.

⁶ O encontro foi realizado nos dias 20, 21 e 22 de janeiro de 1984 no Seminário Diocesano, tendo presentes trabalhadores rurais de 12 estados brasileiros: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Bahia, Pará, Goiás, Rondônia, Acre e Roraima.

quando nasceu o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, movimento que vai protagonizar a luta pela reforma agrária nas diversas regiões do país.

Com a formação do MST, a luta pela terra ganhou força e organização no Brasil. As diversas ocupações de terra, de prédios públicos, praças e ruas tornaram-se a forma de denunciar e reivindicar a desapropriação de áreas rurais improdutivas para as famílias acampadas. Com essa metodologia de mobilização e pressão popular, muitas famílias conquistaram o direito à terra. Já nos primeiros meses de 1985, com a intensificação dos trabalhos de base, os camponeses mapearam áreas para ocupação no oeste catarinense. No dia 25 de maio do mesmo ano, o MST organizou uma grande ocupação na região, chamada de “Operações Integradas de Ocupações Simultâneas”, realizada nos municípios de Abelardo Luz, na fazenda Papuá e em São Miguel do Oeste.

Nessa data, a igreja católica celebra a Romaria de Nossa Senhora do Caravaggio, que costuma atrair grande quantidade de pessoas. Ao se organizarem, os sem-terra aproveitaram a mobilização religiosa para ocupar discretamente as áreas pretendidas. Na semana seguinte ao dia 25 de maio, mais cinco áreas foram ocupadas na região de São Miguel do Oeste (ONGHE-RO; ARGENTA; ROCHA, 2015, p. 17).

As áreas ocupadas no dia 25 foram desapropriadas ainda no mês de outubro de 1985, formando os assentamentos Três Passos, localizado no município de Paraíso, o Assentamento 25 de Maio no município de Barra Bonita e o Assentamento 26 de Outubro no município de São Miguel do Oeste. Estas primeiras conquistas das famílias sem-terra, motivaram a realização de outras ocupações de terra, fortalecendo o movimento em todo o país. Em 35 anos de luta pela terra, no estado de Santa Catarina foram assentadas mais de 5.175 famílias em um total de 161 assentamentos, presentes em 57 municípios catarinenses.

A luta pela reforma agrária, em sua totalidade, é um processo que não compreende apenas distribuir terra. Como destaca Christoffoli (2012, p. 169):

Fazer reforma agrária nessas condições implica, antes de tudo, vontade política para direcionar os recursos financeiros e institucionais necessários. A organização de assentamentos pressupõe abertura de estradas, ligação de rede elétrica, construção de casas, galpões e agroindústrias e a instalação de escolas, postos de saúde, centros comunitários entre outros aspectos.

Além disso, na conquista da terra, as famílias em assentamento precisavam organizar a produção para a subsistência e, posteriormente, de forma coletiva, organizar a produção do excedente. A definição da cultura produtiva no início dos assentamentos em cada região do estado foi articulada juntamente com INCRA, órgãos de assistência técnica e as famílias assentadas.

Com essas reuniões para pensar a produção nos 41 assentamentos existentes na região oeste de Santa Catarina predominou a produção de grãos, erva-mate, a apicultura, a produção de hortaliças e a criação de animais, principalmente gado para a produção de leite.

A organização das linhas de produção nos assentamentos de reforma agrária no estado de Santa Catarina foram, e continuam sendo, elementos definitivos para a constituição das associações e cooperativas. Segundo Sebastião Vilanova (2020), no início houve muitas reuniões para discutir as formas de organizar o trabalho nos assentamentos, buscando definir se seriam realizados em grupos, associações ou em cooperativas. Sendo assim, houve total autonomia para as famílias escolherem qual a melhor forma de organização do trabalho, sendo fundadas diversas associações, grupos coletivos, CPA's⁷ e cooperativas. Ainda assim, muitas famílias optaram por trabalhar individualmente; desse modo, houve várias formas de organização da produção (informação verbal)⁸.

O cooperativismo no oeste catarinense

O desenvolvimento social e econômico do oeste catarinense ocorre sobre a estrutura da agricultura familiar. Segundo Bavaresco (2003), os colonos imigrantes do Rio Grande do Sul, em sua grande maioria alemães e italianos, chegavam às novas terras a partir da organização de empresas colonizadoras privadas; atraídos pela promessa de terras férteis, traziam ampla experiência com a agricultura. Desde o início do século XX, o oeste de Santa Catarina viveu um processo de colonização que ao longo do tempo foi se modificando à medida que abandonava a agricultura de subsistência, característica do início da colonização na região.

O modelo de agricultura que teve início com a colonização dessa região prosperou por três décadas, sofrendo profundas transformações, principalmente a partir da articulação da agricultura familiar com a indústria frigorífica. A junção do capital acumulado dos comerciantes com a venda de suínos e a renda dos pequenos produtores agrícolas fez surgirem, segundo Corazza (2016), os primeiros frigoríficos da região, desenvolvendo a suinocultura como forma

⁷ As Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA's) foram implementadas pelo MST como experiência de cooperação a partir do ano de 1989 e se estabeleceram como uma importante forma de organização da produção. As CPA's não são diferenciadas em sua essência nem em sua constituição, mas sim pela sua personalidade jurídica, estabelecida pela legislação cooperativista brasileira.

⁸ Informação fornecida pelo presidente da Cooperoeste Sebastião Vilanova em 27/08/2020.

de produção e proporcionando autonomia financeira às famílias dos agricultores. Porém, “aos poucos, com o desenvolvimento dos próprios frigoríficos, tanto comerciantes como agricultores vão se tornando figuras secundárias, até desaparecer completamente na estruturação do complexo frigorífico e agroindustrial” (CORAZZA, 2016, p. 99). À medida que os complexos agroindustriais se desenvolviam, os agricultores familiares eram excluídos dos frigoríficos, atuando apenas como mão de obra no circuito agroindustrial.

Além da profunda transformação nos modelos de agricultura causados pela estruturação do circuito das agroindústrias, o modo como a agricultura era praticada sofreu transformações significativas, principalmente com a tecnificação da produção. Segundo Poli (2006), a agricultura entrou em crise no final da década de 1970 com o processo de modernização do campo através da incorporação de tecnologias agrícolas como fertilizantes, agrotóxicos e o uso de máquinas e equipamentos que visavam ao aumento da produção frente à demanda crescente.

Diante das transformações irreversíveis na agricultura da região, muitos abandonaram o campo e passaram a trabalhar integralmente nos frigoríficos, que já estavam presentes em diversas cidades da região. Outra parcela dos agricultores permaneceu e integrou-se à cadeia produtiva de suínos e aves. Com isso, uma parcela dos agricultores optou pela “reação política, combatendo as novas investidas do capital industrial a partir da organização de movimentos sociais de contestação, reivindicando melhores condições de vida e de trabalho na agricultura” (POLI, 2006, p. 5). Algumas dessas organizações resultaram em iniciativas com bases na cooperação e na solidariedade como forma de resistir à inserção brutal do capitalismo na agricultura.

A estratégia de industrialização do campo e da formação de grandes agroindústrias reestruturou o modo de produção no oeste catarinense e, segundo Siqueira (2014), isso levou à formação do movimento cooperativista na região, que se desenvolveu, inicialmente no meio rural, a partir de experiências de pequenos agricultores que viram na solidariedade e na cooperação uma estratégia para garantir a sobrevivência no campo.

Como destaca Prim (1996), o “Movimento de Cooperação Agrícola nasce conjuntamente com outros movimentos sociais rurais para lutar contra a exclusão desses trabalhadores”. Esses movimentos ligados ao campo, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense (APACO), o Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo (CEPAGRO), entre outros, foram grandes ferramentas de fomento da organização baseada na cooperação no oeste catarinense, principalmente a partir dos anos 1980.

A organização do cooperativismo nos assentamentos: o caso da Cooperoeste

A luta pela terra é, em sua gênese, uma experiência de cooperação, “mas a cooperação agrícola começa quando são conquistadas as primeiras áreas, vindo com essas o desafio de viabilizar a produção” (CONCRAB, 1998, p. 28). A proposta de organizar associações e cooperativas nos assentamentos surgiu da necessidade das famílias assentadas, que através de reuniões e formações realizadas pelo movimento compreenderam a importância da conquista da terra e da organização da produção para não reproduzir o modelo de agricultura individualista proposto pelo agronegócio.

Segundo Francisco Dal Chiavon (2020), a organização da produção e a cooperação nos assentamentos de Santa Catarina tiveram basicamente três elementos importantes que podemos mencionar como fatores decisivos. O primeiro refere-se ao fato de grande parte das famílias assentadas serem descendentes de europeus e que carregam em sua cultura a organização cooperativista, haja vista que esse modo de organização já existia naquele continente. Dessa forma, muitos assentados e seus familiares já participavam de cooperativas em suas localidades de origem e levam para os assentamentos essa disposição de formar cooperativas. Também é importante destacar que os assentados de origem africana tinham como referência cultural a comunidade; por sua vez, os descendentes de povos indígenas possuíam a tribo como referência de organização comunitária. Dessa forma, todos nós herdamos, de uma forma ou outra, a cultura da cooperação.

O segundo fator importante a se considerar é a necessidade de cooperar, que se expressou de forma muito clara na organização da ocupação do latifúndio e, posteriormente, no processo produtivo dentro dos assentamentos. E o terceiro elemento importante para compreendermos a organização da produção nos assentamentos é a própria orientação política do MST, que desde seu início teve em sua organização a cooperação como fator fundamental para dar vida aos assentamentos e ir construindo uma sociedade com bases solidárias e na ajuda mútua, superando os vícios do capitalismo, do individualismo (informação verbal)⁹.

Diante disso, percebe-se que o movimento cooperativista é central para o desenvolvimento dos assentamentos, assim como para a luta pela terra, indo além de um elemento organizativo econômico. Dessa forma, o cooperativis-

⁹ Informação fornecida pelo membro da Concrab e vice-presidente da Unicopas Francisco Dal Chiavon em 27/08/2020.

mo no MST é uma ferramenta estratégica de luta, que permite a resistência dos assentados no campo.

Os assentamentos devem buscar uma cooperação que traga desenvolvimento econômico e social, desenvolvendo valores humanistas e socialistas. A cooperação que buscamos deve estar vinculada a um projeto estratégico, que vise à mudança da sociedade (CONCRAB, 1998, p. 22).

A organização de cooperativas rendeu importantes frutos nos assentamentos do oeste catarinense. Durante a década de 1980, o processo de modernização do campo e a criação de agroindústrias excluíram os camponeses que não possuíam recursos para ingressar nesse modelo produtivo. Como alternativa, as 130 famílias assentadas no dia 26 de outubro de 1985 no extremo oeste do estado, após análise da cadeia produtiva da região, foram inserindo-se na produção de leite, sendo essa uma atividade que possuía grande adesão e adaptação às propriedades dos camponeses assentados, absorvendo grande parte da mão de obra disponível. Contudo, comercializar a produção leiteira para as agroindústrias da região não apresentava um rendimento significativo e justo pela produção. Além disso, os preços pagos pelo litro de leite, que era de R\$ 0,10, eram incompatíveis com o preço cobrado do consumidor final.

Frente a isso, o MST iniciou uma discussão no assentamento buscando encontrar uma alternativa que gerasse renda justa às famílias. Desse processo de debate surgiu a organização que contemplava os assentamentos de São Miguel do Oeste, Anchieta e São José do Cedro. Com isso, como destaca Fernandes (2013, p. 72),

a produção passou a ser concentrada na Associação 25 de Maio, por já haver uma pequena estrutura, localizada em um dos assentamentos de São Miguel D' Oeste, e assim surge uma pequena indústria de beneficiamento de leite e produção de queijo para vender no mercado local e concorrer com as indústrias que já atuavam no mesmo segmento.

A estrutura que abrigava a associação necessitava de ampliação e investimentos, o que exigiu outro enfrentamento por parte dos agricultores e do movimento. Assim como muitos camponeses posseiros e arrendatários da região, os agricultores assentados encontravam dificuldade na obtenção do crédito, muito pela discriminação realizada pelas instituições financeiras, assim como pela falta de garantias para o empréstimo. Contudo, em 1º de abril de 1996, foi fundada a indústria de leite tipo “C” dos produtos Terra Viva do estado de Santa Catarina, chamada Associação dos Agricultores 25 de Maio, localizada no Assentamento de Barra Bonita, industrializando 300 litros de leite por dia.

A Cooperativa Regional de Comercialização do Extremo Oeste – Cooperoeste foi fundada em 20 de julho de 1996 e, no ano de 1998, a organização iniciou a construção da estrutura que hoje abriga a agroindústria da Cooperoeste no município de São Miguel do Oeste. A nova estrutura, além de ser mais ampla, melhorou o escoamento do produto e permitiu que a cooperativa se desenvolvesse ainda mais.

A organização de uma cooperativa que permitisse a autonomia dos assentamentos a partir da industrialização de sua produção foi definitiva para o melhoramento da qualidade de vida dos assentados. Hoje, a Cooperoeste possui capacidade para industrializar 500 mil litros de leite UHT por dia, além de capacidade para industrializar 100 mil unidades de achocolatado de 200 ml e 100 mil unidades de 200 ml de creme de leite por dia. Atualmente, a cooperativa opera com sua capacidade máxima de produção, disponibilizando aos milhares de consumidores de diversas regiões do país produtos vinculados a duas marcas principais, a saber, “Terra Viva” e “Amanhecer”, que possuem boa aceitação dos consumidores em seus mais de 1.800 pontos de comercialização.

Durante os 24 anos de experiência da Cooperoeste foram muitos os aprendizados. O cooperativismo como forma de organização dos assentamentos no oeste catarinense tornou-se um importante instrumento para a conquista da dignidade dos sem-terra e dos trabalhadores do campo frente ao sistema capitalista. Os assentados sabiam produzir, porém a exploração do capitalismo e a exclusão dos camponeses fizeram surgir a necessidade de industrializar a produção e comercializar. Essa etapa foi mais difícil e desafiante, pois exigiu que se buscasse conhecimento em diversas áreas da organização, além de exigir organização para contrapor-se aos setores poderosos da agroindústria leiteira, organizados no estado e na região sul do Brasil.

Hoje, inúmeros desafios são colocados à organização da Cooperoeste, a começar pela manutenção da identidade de cooperativa dos agricultores familiares e assentados da reforma agrária, elemento que está presente na identidade da cooperativa. A marca Terra Viva, já difundida em diversas regiões do Brasil, precisa comunicar aos consumidores esse compromisso da cooperativa com a transformação social. Segundo Sebastião Vilanova (2020), ainda é necessário realizar um processo de comunicação mais abrangente para que os produtos da cooperativa cheguem a mais mesas no país. A aceitação dos produtos Terra Viva é muito boa, porém é necessário realizar uma divulgação ainda maior, com uma estratégia melhor elaborada, para chegar até os consumidores (informação verbal)¹⁰.

¹⁰ Informação fornecida pelo presidente da Cooperoeste Sebastião Vilanova em 27/08/2020.

Sebastião Vilanova (2020), presidente da Cooperoeste, também destaca o desafio de buscar mais associados e ampliar a base social na agricultura familiar e camponesa, expandindo a cooperativa. Frente a esse desafio, a Cooperoeste tem criando filiais e indústrias de ração para melhorar o processo produtivo, além da construção de um espaço de comercialização de produtos da cooperativa em São Miguel do Oeste com o intuito de fornecer aos cooperados e cooperadas melhores preços na compra e venda. Essa estratégia tem por objetivo a expansão territorial da Cooperoeste e também a criação de um ciclo de economia que se interliga com a vida dos associados. Esse passo é fundamental para fortalecer e consolidar uma cooperativa que atenda todas as demandas dos agricultores e camponeses associados (informação verbal)¹¹.

Outro desafio que se impõe ao cooperativismo como um todo, e não é diferente para a Cooperoeste, refere-se à necessidade de revisão da legislação para as cooperativas. Tal ponderação é feita por Francisco Dal Chiavon (2020) ao argumentar que a Lei cooperativa 5.764, de 16 de dezembro de 1971, foi promulgada ainda durante o regime militar e até hoje não se conseguiu, no parlamento, aprovar uma legislação moderna, que atenda as necessidades do conjunto de organizações cooperativistas. Atualmente, há no parlamento o PL 519/2015, que está parado na comissão de trabalho já faz quatro anos. A Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB articula uma grande parte dos deputados e senadores ligados ao agronegócio e não tem interesse nesse projeto de lei, haja vista que essa organização também é fruto de uma estratégia de organização das cooperativas que surgiu com o golpe de 1964 e, sendo assim, se sente contemplada com a Lei Cooperativa publicada durante a ditadura militar (informação verbal)¹².

Todavia, apesar dos desafios, a Cooperoeste consolidou-se como uma importante ferramenta de mobilização e de transformação no oeste catarinense, fruto da reforma agrária, e que através de sua atuação tem melhorado a qualidade de vida dos camponeses sem-terra e agricultores familiares associados, que diariamente produzem alimentos que chegam na mesa de milhares de famílias brasileiras. Nesse sentido, a organização de cooperativas nos assentamentos é um importante passo na proposição de uma alternativa de desenvolvimento fundada na cooperação solidária para reduzir a desigualdade no campo.

¹¹ Informação fornecida pelo presidente da Cooperoeste Sebastião Vilanova em 27/08/2020.

¹² Informação fornecida pelo membro da Concrab e vice-presidente da Unicopas Francisco Dal Chiavon em 27/08/2020.

Referências

- ARNS, C. E. *A Cooperação na Agricultura Familiar no Território Alto Uruguai Catarinense (SC) Brasil*. 2010, 279 f. Dissertação (Mestre em Desenvolvimento Regional). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, RS.
- BAVARESCO, P. R. *Os Ciclos Econômicos do Extremo Oeste Catarinense: modernização e processo de empobrecimento*. 2003, 155 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, SC.
- BÚRIGO, L. F. *Finanças e Solidariedade: cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil*. Chapecó: Argos, 2010.
- BRASIL, Constituição. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- CALDART, I. B. P. *Dicionário da Educação do Campo*. 2. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2012.
- CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL – CONCRAB. *Sistema Cooperativista dos Assentados*. 2. ed. (Caderno de Cooperação Agrícola n° 5). São Paulo, 1998.
- CORAZZA, G. O modelo de Desenvolvimento Regional do Oeste Catarinense. In: CORAZZA, G.; RADIN, J. C. (orgs.). *Fronteira Sul: ensaios socioeconômicos*. Florianópolis: Insular, 2016. p. 91-129.
- CHRISTOFFOLI, P. I. A cooperação agrícola nos assentamentos do MST: desafios e potencialidades. In: RODRIGUES, F. C.; NOVAES, H. T.; BATISTA, E. L. (org.). *Movimentos sociais, trabalho associado e educação para além do capital*. São Paulo: Outras Expressões, 2012.
- DELGADO, G. C. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. In: JACCOUD, Luciana. *Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo*. Brasília: Ipea, 2005. p. 51-90.
- FERNANDES, J. M. *A Sustentabilidade na Cooperoeste: desafios da autogestão*. 2013. 205 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, Pato Branco, PR.
- FERNANDES, B. M. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- HOBSBAWM, E. *Da revolução industrial inglesa ao imperialismo*. Trad.: Donaldson Magalhães Garschagen. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- HOBSBAWM, E. *A era das Revoluções 1789-1848*. Trad.: Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Panchel. 9. ed. São Paulo: Terra e Paz, 1996.
- MORISSAWA, M. *A história da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.
- ONGHERO, A. L.; ARGENTA, D.; ROCHA, D. S. *Ocupar, resistir e produzir: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no oeste catarinense e a construção da cidadania*. Chapecó, SC: CEOM/Unochapecó, 2015.
- PINHO, D. B. *O pensamento cooperativo e o cooperativismo brasileiro*. 18. ed. São Paulo: CNPq, 1982.

PUHL NETO, E.; FRARE, J. C. • A cooperativa agrícola nos assentamentos do oeste de Santa Catarina: da luta pela terra à organização da Cooperoeste

POLI, Odilon Luiz. *Economia solidária e formação humana: experiências de trabalho e educação em agroindústrias familiares associativas no oeste catarinense*. 2006, 353 f. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.

PRIM, L. F. *Agricultura de grupo e projeto camponês: avanços e limites na construção da cidadania – o movimento de cooperação agrícola no oeste catarinense*. 1996. 155 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política), Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, SC.

SINGER, P. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

STEDILE, J. P. (org.). *A questão agrária no Brasil: O debate tradicional – 1500-1960*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

SIQUEIRA, L. V. P. *Trajetória e perspectivas da economia solidária em microrregiões do oeste catarinense*. 2014, 246 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais), Pós-Graduação em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais, Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Chapecó, SC.



Aponte a câmera do seu celular no QR Code e ouça o audiolivro do texto

A pioneira: a trajetória da cooperativa de crédito mais antiga de Santa Catarina

*Gilvane Kern
Leandro Mayer*

1926...

A Sociedade União Popular foi um projeto eminentemente confessional e étnico. Destinava-se única e exclusivamente aos católicos teutos (RAMBO, 2011, p. 245).

O projeto de colonização Porto Novo foi fundado em 1926 em terras situadas no oeste de Santa Catarina, às margens do rio Uruguai. Uma colonização homogênea, que permitiu a instalação de colonos de origem alemã e católica. A colonização foi planejada, organizada e promovida pela *Volksverein für die Deutschen Katholiken in Rio Grande do Sul* – Sociedade União Popular para Alemães Católicos no Rio Grande do Sul, fundada em 1912 pelos jesuítas de São Leopoldo/RS. Entre os colonos era conhecida simplesmente como *Volksverein* – Sociedade União Popular. Conforme Rohde¹ (2011, p. 20), em sua essência, a SUP (Sociedade União Popular) visava atender as demandas materiais, espirituais e culturais de seus associados, cujo número chegou a 12 mil alemães no final da década de 1930, antes do início da 2ª Guerra Mundial. Sobre o *Volksverein*, Klauck salienta que “a essência dos objetivos dessa associação resume-se em organizar os católicos de ascendência alemã em torno de uma sociedade que preconizasse o seu bem-estar social, material e religioso” (KLAUCK, 2014, p. 143). Sobre a entidade, Gertz complementa: “É a expressão mais importante de instituição católica ligada ao trabalho com os católicos de origem alemã e de preservação de sua identidade. E essa organização

¹ ROHDE, Maria W. *Espírito Pioneiro: a herança dos antepassados*. Itapiranga: Gráfica e Editora Porto Novo, 2011. Livro lançado inicialmente em alemão – *Pionergeist de Väter Erbe* – no ano 1951 em homenagem aos 25 anos de colonização de Porto Novo, cujas referências vêm se repetindo em diversos momentos deste estudo em torno dos aspectos de caracterização da Colônia Porto Novo. Maria foi uma das pioneiras de Porto Novo e esposa de Carlos F. Rohde, um dos administradores da colônia.

está desde o início sob o controle dos jesuítas e de pessoas ligadas a eles” (GERTZ, 1991, p. 38).

Nas pesquisas historiográficas sobre a SUP, é possível perceber que a entidade possuía forte vínculo com seus associados, chegando a ser uma espécie de “referência”. Sua comunicação com os associados acontecia principalmente através da revista *Skt Paulusblatt*, da Editora Amstad, ligada à SUP e escrita em língua alemã. A SUP foi criada em 1912 durante o Congresso de Alemães Católicos em Venâncio Aires.² Seu idealizador foi o padre jesuíta Theodor Amstad S.J. Em 1900, foi fundada a Associação Rio-grandense de Agricultores (*Riograndenser Bauernverein*) e, em 1912, o *Bauernverein* desdobrou-se, originando entre as ramificações o *Volksverein* (Sociedade União Popular – SUP³), um importante projeto de desenvolvimento econômico e de promoção humana (RAMBO, 2011).

Sobre o fim das atividades do *Bauernverein* e o surgimento do *Volksverein* Rambo escreve:

Encerradas as atividades da Associação Rio-Grandense de Agricultores em 1909, as lideranças católicas, com o Pe. Theodor Amstad à frente, **fundaram em 1912 a SUP – Sociedade União Popular (*Volksverein*)**. Foi abandonado o caráter interétnico e interconfessional para adotar a identidade étnica e confessional como princípio norteador. Essa opção, entretanto, não mudou nada na sua proposta de um projeto global de desenvolvimento econômico e promoção humana. Entre 1912 e o começo da Segunda Guerra Mundial, continuou, intensificou e diversificou as suas ações e iniciativas. **Levou o cooperativismo nas suas diversas modalidades ao apogeu, promoveu a abertura de fronteiras de colonização no oeste de Santa Catarina**, prestou assistência técnica e social aos colonos, coordenou o desempenho das escolas comunitárias, construiu hospitais e asilos, cuidou da formação dos professores para as escolas coloniais, além de outras iniciativas tópicas que se faziam eventualmente necessárias (RAMBO, 2011, p. 12, **grifos nossos**).

Ao citar a abertura de fronteiras de colonização no oeste de Santa Catarina, Rambo refere-se ao projeto de colonização Porto Novo – hoje Itapiranga –,

² Os congressos eram chamados de *Katholikentage*. Sobre eles temos a contribuição de Heinen: “Katholikentage”, literalmente “Dias dos Católicos”. Eram três dias de encontros festivos das lideranças rurais teutas do estado do sul, com celebrações religiosas, sessões teatrais e culturais à noite. Durante os três dias, palestras e debates sobre todos os assuntos que interessavam e preocupavam a população local: vida, família, educação dos filhos, escola, alimentação, saúde, lazer, leitura, melhoria no trabalho agrícola e pecuário, novas técnicas agrícolas, conservação e recuperação do solo, esterqueiras, adubo verde, sementes de soja, etc. E tudo isso na virada do século, um trabalho pioneiro” (HEINEN, 1997, p. 71).

³ Outras informações sobre a Sociedade União Popular, entre elas o esboço de estatuto, organização e funcionamento, podem ser lidas no livro “Somando Forças – o projeto social dos Jesuítas no sul do Brasil”, de Arthur Blásio Rambo (2011).

implantado em 1926. Sobre Amstad, idealizador da SUP, lemos que “insistiu de modo especial na urgência de um esforço comum para enfrentar os grandes desafios com que os teuto-católicos se defrontavam. Iniciativas isoladas de nada adiantariam. Reforçou a insistência que a solução se encontrava numa Sociedade União Popular” (RAMBO, 2011, p. 239). Rohde complementa:

Sua meta era introduzir a Sociedade União Popular nas colônias alemãs [...] a memória do reverendo Padre Theodor Amstad é reverenciada, em eterna gratidão e amor, por todos os benefícios pela Sociedade União Popular, bem como por toda a colônia alemã do Rio Grande do Sul (ROHDE, 2011, p. 21).

Para Rambo,

a Sociedade União Popular foi a resposta a uma série de necessidades oriundas das próprias circunstâncias históricas do começo do século XX. A multiplicação numérica, a dispersão geográfica e, principalmente, o grau de desenvolvimento global e a complexidade das comunidades dos colonos alemães haviam chegado a um nível que reclamava uma coordenação geral (RAMBO, 2011, p. 253).

A organização em torno da SUP foi uma alternativa encontrada pelos colonos teuto-brasileiros de juntos enfrentar seus problemas, momento em que não podiam contar com o apoio governamental. Essa tese é confirmada por Rambo:

A Sociedade União Popular foi, sem favor, um modelo bem-sucedido de como uma população é capaz de resolver seus problemas, sem depender em tudo da boa ou má vontade dos governos em qualquer nível. As comunidades teuto-brasileiras demonstraram por meio da Sociedade União Popular que, inspiradas na parábola bíblica do “feixe de varas” e motivadas pelo apelo cristão “um por todos e todos por um”, é possível pôr em marcha um projeto comum, solidário e mutuamente comprometido, capaz de superar os desafios mais complicados (RAMBO, 2011, p. 254).

Observa-se que a fundação da SUP ocorreu antes da 1ª Guerra Mundial, e durante o conflito a entidade teve suas atividades paralisadas, condenada à inoperância. “Infelizmente a guerra aniquilou essas iniciativas e também freou e enfraqueceu em suas atividades a Sociedade União Popular dos Alemães, já existente” (AMSTAD, 2005, p. 337). Suas atividades são reiniciadas em 1922: “No dia 15 de fevereiro de 1922, durante uma Assembleia Geral em Porto Alegre, o reverendo padre Rick traçou, pela primeira vez após o fim da guerra, os objetivos e metas a serem alcançados pela Sociedade União Popular” (ROHDE, 2011, p. 22).

Nesses anos, especialmente a partir de 1922, quando o *Volksverein* reiniciou suas atividades, surgiram as primeiras conversações quanto à necessidade de buscar terras para novas frentes agrícolas, visto que, nas colônias velhas do

Rio Grande do Sul, as terras já estavam escassas e subdivididas, sendo que a entidade

não via com bons olhos o fato de jovens agricultores gaúchos de origem alemã serem convencidos, através de propaganda, a integrar projetos de colonização que misturavam origem étnico-cultural ou confissão religiosa. A preocupação não estava baseada em intolerância racial ou religiosa. Única e exclusivamente era a preocupação com o bem-estar espiritual e físico dos povoadores que migravam. Comunidade religiosa, escola, agremiações, mesmo associações com objetivos puramente de lazer, somente são possíveis de ser formadas e mantidas em um grupo com unidade cultural e religiosa (ROHDE, 2011, p. 25).

Diante da preocupação do *Volksverein* quanto às colônias mistas surgiu um dos projetos de colonização que resolveria esses problemas: a colônia Porto Novo. Assim, ocorreu em 28 de janeiro de 1926 a primeira compra de terras adquiridas por força de contrato, compondo 100 lotes, no extremo oeste de Santa Catarina. “A compra foi acertada após longas negociações. As terras ofereciam uma vantagem rara no sul do Brasil” (RABUSKE; RAMBO, 2004, p. 59). Em contrapartida,

era de interesse do governo catarinense em promover a ocupação daquele espaço, já contestado algumas vezes ao longo da história. Além disso, a empresa Colonizadora Chapecó-Pepery, detentora das terras no Alto Vale do Rio Uruguai e que já havia promovida a colonização de Porto Feliz – atualmente o município de Mondaí –, enfrentava grave crise econômica; assim, o *Volksverein* aproveitou a oportunidade para adquirir uma faixa de terras às margens do Rio Uruguai na fronteira com a Argentina (FRANZEN, 2014, p. 82).

Conforme Franzen (2014), o empreendimento foi financiado pela Cooperativa de Crédito *Sparkasse*⁴ e manteve “uma forte ligação com o estado do Rio Grande do Sul” (ROHDE, 2011, p. 29), tornando-se “o primeiro prolongamento da colonização teuto-brasileira católica do Rio Grande do Sul em Santa Catarina” (HEINEN, 1997, p. 71).

Após efetivação da primeira compra de 100 lotes pelo *Volksverein*, outros foram comprados, chegando-se ao total de 583.975.705,40 metros qua-

⁴ Sua origem está no Padre Theodoro Amstad, S.J. Ainda em 1904, organizou verdadeiro sistema bancário para os agricultores, chamado “Sparkasse”, “Caixa Econômica”, com o nome oficial de “Cooperativa de Crédito Rural”. A agência central foi instalada em Porto Alegre, com filiais em 65 núcleos rurais. A fundação efetuou-se na Linha Imperial, município de Nova Petrópolis, onde está o principal monumento a seu fundador. Itapiranga teve sua Caixa Rural implantada em 1932 e até hoje continua com notável movimento e será tema na segunda parte desta escrita.

drados de área (o equivalente a 58.397 hectares), posteriormente divididos em 2.340 lotes, cada qual com 24,8 hectares em média, tornando-se essa a delimitação territorial do projeto de colonização Porto Novo, que se diferenciava de qualquer outra colonização, especialmente por seu modelo de separação étnica e confessional (RAMBO, 2011).

Uma vez adquirida a terra, a campanha publicitária sobre Porto Novo foi desencadeada, “sendo que o *Katolikentag* – Congresso dos Alemães Católicos do Rio Grande do Sul, realizado em Novo Hamburgo de 14 a 16 de março de 1926 – foi o momento escolhido para o lançamento publicitário do projeto” (JUNGBLUT, 2000, p. 75). A entidade *Volksverein* iniciou a veiculação de propagandas sobre o novo empreendimento colonizador. Para isso fez uso de seu principal meio de comunicação com os associados: a revista *Skt Paulusblatt*. Excerto do relatório anual do *Skt. Paulusblatt* – 1930 faz referência à promissora colônia: “Os números provam, aos leitores, que a evolução do empreendimento está além do esperado [...] que Porto Novo se tornasse o que é hoje: uma colonização modelar, com um futuro promissor” (apud ROHDE, 2011, p. 153). Para a autora, o progresso seguiu nos anos subsequentes, e a colônia Porto Novo representou um empreendimento exitoso, nunca antes visto entre os sistemas de colonização. Para o *Volksverein*, significava a realização de um ideal. Em 1938, Porto Novo contava com mais de 6 mil habitantes, distribuídos em 17 comunidades (ROHDE, 2011).

Em linhas gerais, a colonização de Porto Novo teve características de relativa homogeneidade étnica e religiosa. Diferenciava-se dos demais modelos de colonização da época justamente por ter direcionado a venda de seus lotes a indivíduos que se enquadravam em um “perfil desejado”: ser católico e alemão, sendo palco, em outubro de 1932, da instalação da primeira *Sparkasse* em solo catarinense.

1932...

Os primeiros anos da colonização foram de grandes desafios para os primeiros imigrantes. A dificuldade de acesso a qualquer tipo de necessidade com uma logística precária fazia com que as famílias vivessem com quase nada. Uma das grandes dificuldades era a escassez de recursos. “Sem dinheiro, não era possível aproveitar oportunidades de crescimento, desenvolver negócios ou garantir melhores condições de sobrevivência à família” (HORN, 2012, p. 31). Foi esse contexto de dificuldades que permitiu a fundação da primeira cooperativa de crédito no estado de Santa Catarina.

Essa situação mudaria na primavera de 1932, quando alguns pioneiros decidiram assumir os riscos de criar uma instituição financeira diferente, ali-

mentada e administrada pela própria comunidade. Influenciado pelos jesuítas e motivado pelo sucesso da iniciativa nas Velhas Colônias, um grupo de lideranças de Itapiranga resolveu implantar uma cooperativa de crédito (*Sparkasse*). A ideia foi apoiada pelo administrador local do *Volksverein*, Carlos Francisco Rohde, e aprovada pelos demais moradores (HORN, 2012, p. 31-32).

O surgimento de uma cooperativa de crédito nesse contexto de colonização, na verdade, não era algo novo. O modelo associativista e cooperativista fazia parte de todo esse contexto colonizatório. Até então, várias cooperativas de crédito já haviam sido fundadas, geralmente no estado do Rio Grande do Sul. A cooperativa de crédito pioneira do Brasil, e talvez da América Latina, foi fundada em 1902 na cidade gaúcha de Nova Petrópolis. Atualmente, essa cooperativa é a Sicredi Pioneira, em atuação constante durante 120 anos.

Tendo se multiplicado fortemente por todo o país nas décadas seguintes, com apoio em legislação moderna e flexível, as cooperativas de crédito – que em 8 de setembro de 1925, no RS (em assembleia na cidade de Santa Maria e sede em Porto Alegre), pela reunião de 18 entidades singulares, conceberam a primeira central brasileira do ramo (...) – figuravam entre os principais agentes de financiamento da atividade rural, concedendo crédito até mesmo para a aquisição de terras (MEINEN; PORT, 2012, p. 103).

Figura 01: Sede do antigo Hotel Black, local onde ocorreu a assembleia de fundação da cooperativa



Fonte: Acervo Sicoob Creditapiranga.

Na época, a sede do Hotel Black foi o local escolhido para a realização da assembleia de fundação da Caixa Rural União Popular Porto Novo em 21 de outubro de 1932, atual Sicoob Creditapiranga SC/RS. 41 foi a quantidade de sócios fundadores que registraram seu nome no primeiro livro de atas dessa cooperativa. Esse era, nos moldes desenvolvidos na época, o primeiro empreendimento viabilizado fora do estado do Rio Grande do Sul. O início da cooperativa foi modesto, e sua principal função era servir de ferramenta para a distribuição de riquezas (HORN, 2012).

O modesto início dessa importante instituição financeira cooperativa pode ser compreendido a partir da reflexão de Horn:

Na ausência de máquinas de calcular, as operações da Caixa contavam apenas com as habilidades de matemática dos dirigentes, que se dedicavam à cooperativa de forma voluntária, dividindo o tempo entre a instituição e suas outras atividades. Segundo registros da época, 70% dos depósitos realizados na cooperativa podiam ser emprestados aos associados, que pagariam 7% de juros anuais sobre os empréstimos – o juro era cobrado semestralmente, e o saldo poderia ser pago em até 4 anos (2012, p. 34).

Embora o objetivo principal tenha sido o desenvolvimento das colônias rurais em sua origem, participaram da cooperativa pessoas de várias profissões. Aproximadamente 75 anos depois, esse formato de atuação passou a ser reconhecido pelo Banco Central do Brasil como livre admissão, em contraposição às cooperativas segmentadas, cuja participação era direcionada somente para o grupo de origem. Em sua essência, a cooperativa foi construída, desde sua fundação, com o desenvolvimento da comunidade de Porto Novo e posteriormente de toda a região.

Para Meinen, “a cooperação gera progresso de acordo com a aptidão das populações e conforme o potencial da região assistida, pois a instituição atua como braço econômico do núcleo social” (2016, p. 18). A Caixa Rural em Porto Novo foi criada com três claros propósitos, que atualmente são denominados de pilares: reter as economias dos associados, aplicá-las no desenvolvimento da comunidade e desenvolver a economia da região.

Em outras palavras, ao impulsionar o desenvolvimento local e assegurar o reinvestimento dos recursos nas comunidades de origem, a cooperativa cria um círculo virtuoso que leva à geração de novos empregos, ao aumento do consumo e, por via da elevação das receitas tributárias, amplia a capacidade de investimento em saúde e na educação das populações residentes (MEINEN, 2016, p. 18).

Assim como durante todas as suas nove décadas de atuação a *Sparkasse* acompanhava o desenvolvimento da região. Não é possível falar da história da cooperativa sem traçar um paralelo com a história de Itapiranga. Na década

de 1940, “a Caixa Rural acompanhava o crescimento da região. Instalada nas dependências do *Voksverein*, já enfrentava problemas decorrentes da falta de espaço e de infraestrutura” (HORN, 2012, p. 41). Em 1948, foi adquirido o terreno onde seria, depois de muito trabalho, construída a sede própria da cooperativa. O prédio foi inaugurado no ano de 1955, tendo sido erguido com a contribuição da mão de obra da população, assim como inúmeras outras construções de caráter comunitário.

Figura 02: Inauguração do prédio próprio no ano de 1955



Fonte: Acervo Sicoob Creditapiranga.

A localização foi escolhida estrategicamente, e as novas instalações permitiram melhores condições para o atendimento dos associados e para a realização das atividades pelos colaboradores da cooperativa. Chegando na década de 1960, faziam parte da cooperativa aproximadamente 700 associados. Muitas pessoas estavam dispostas a contribuir para o desenvolvimento do lugar onde moravam. Ao mesmo tempo, essa época também foi marcada por certa estagnação econômica e social, vez que os fluxos migratórios pareciam terminar (HORN, 2012).

O país, por sua vez, passava por um momento de transformação econômica. “A situação vivenciada no Extremo Oeste, assim como em outras regiões de Santa Catarina, divergia do período de expansão econômica registrada pelo Brasil naquela época” (HORN, 2012, p. 54). Mais uma vez, a união das pessoas foi fundamental para a sobrevivência a essa difícil época.

Foi nesse contexto que lideranças locais começaram a se mobilizar para sanar os problemas que se apresentavam como empecilhos ao desenvolvimento. Porém, antes de combatê-los, era preciso conhecê-los, um a um, em profundidade. Mais do que simplesmente identificar esses problemas, autoridades e comunidade queriam entender sua origem e também suas reais consequências. Somente depois disso seria possível traçar, em conjunto, estratégias para vencê-los (HORN, 2012, p. 56).

Assim, em 1962, a Caixa Rural teve participação importante na concretização do Plano de Desenvolvimento para o município. Da mesma forma como nos dias de hoje, a cooperativa é vista como uma das primeiras parceiras a serem buscadas em atividades e projetos que tenham por objetivo o desenvolvimento da região ou de alguma proposta em específico. O desenvolvimento do plano foi possível graças aos recursos da Misereor⁵ e a parceira do *Volskverein* e da Prefeitura Municipal.

Para Meinen, o movimento cooperativista tem essa missão de contribuir para o desenvolvimento das comunidades, não apenas no que se refere à dimensão econômica, mas também na promoção da sustentabilidade. Fazem parte desse contexto iniciativas que tragam melhoria na qualidade de vida, sempre alicerçadas no progresso social, econômico e ambiental. Por isso recebem também esse reconhecimento de diversas entidades e organizações mundo afora (2016). Ainda na década de 1960, a cooperativa de crédito já contava com outros empreendimentos que estavam da mesma maneira comprometidos com o desenvolvimento do associativismo.

Além da Caixa Rural, os produtores rurais de Itapiranga já podiam contar com o apoio de outras instituições associativas. Uma delas também tinha raiz no cooperativismo. Fundada em setembro de 1967, a Cooperativa Agropecuária Itapiranga Ltda. – Cooperita tinha como objetivo defender os interesses econômicos e sociais dos agricultores, proporcionando aos associados os meios para beneficiar e armazenar a produção (HORN, 2012, p. 76-77).

A década de 1960 foi marcada também por um período de dificuldades institucionais para o cooperativismo no Brasil. Diversas barreiras foram im-

⁵ A Misereor foi uma obra episcopal que nasceu dentro da Igreja Católica da Alemanha e contribuiu financeiramente para o desenvolvimento de diversos projetos pelo mundo inteiro. Atualmente, está focada no auxílio a comunidades carentes na busca da promoção de seu desenvolvimento.

postas, o que acabou comprometendo o seu desenvolvimento e evolução. Em 1962, por exemplo, um decreto publicado pelo Conselho de Ministros acabou suspendendo qualquer autorização ou solicitação de registro para novas cooperativas. Durante o período da ditadura militar, também houve um intenso processo de reestruturação do sistema financeiro nacional. Somente alguns anos mais tarde, essas dificuldades foram superadas. Apesar de todos os percalços, a cooperativa de crédito mais antiga de Santa Catarina mantinha suas atividades de maneira ininterrupta. Algumas pessoas creditavam essa sequência das atividades ao difícil acesso geográfico à região de Itapiranga (HORN, 2012).

No ano de 1982, foi criada em Santa Catarina a OCESC – Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina, que contribuiu muito para o fortalecimento do sistema em toda a região. A nível nacional, quem prestava auxílio às cooperativas de maneira operacional era o BNCC – Banco Nacional de Crédito Cooperativo. Foi criado em 1951 e extinto no ano de 1990, o que trouxe novo momento de dificuldade institucional. Ao mesmo tempo, iniciava-se lentamente um processo de modernização em função do avanço das tecnologias.

No ensejo da modernização, a Creditapiranga, em junho de 1988, adquiriu seu primeiro computador, no qual foi implantado o sistema de contabilidade da cooperativa, considerado essencial para a agilização e a padronização dos serviços, com apuração dos resultados e sistematização conforme normas do sistema. Apenas dois meses depois, começou a planejar a aquisição de um equipamento para teleprocessamento da compensação de cheques e outros documentos (HORN, 2012, p. 89).

Em Santa Catarina, as cooperativas de crédito estavam reunidas pela Central Cocrecr, que foi fundada no ano de 1985 por sete cooperativas. A Creditapiranga, assim também chamada, aderiu posteriormente a essa central, sendo a oitava participante. Atualmente, o Sicoob Central SC/RS reúne aproximadamente quarenta cooperativas singulares, que possuem pontos de atendimento (agências) nos três estados do sul do Brasil. A central foi muito importante no começo da década de 1990, quando o então presidente Fernando Collor de Mello realizou uma série de medidas que afetaram negativamente o sistema financeiro e econômico do país (HORN, 2012).

Institucionalmente, dois importantes marcos nacionais contribuíram de maneira decisiva para o desenvolvimento do cooperativismo de crédito no contexto da antiga *Sparkasse*, sendo: criação do Bancoob – Banco Cooperativo do Brasil S.A. em 1996 e da Confederação Nacional das Cooperativas de Crédito do Sicoob (Sicoob Confederação) em 2001. A partir dos anos 2000, as cooperativas de crédito, impulsionadas por seus sistemas, avançaram muito na dis-

ponibilização de produtos e serviços financeiros, que as deixaram em igual patamar de desenvolvimento e de atividades como quaisquer outros bancos comerciais. Atualmente, o Bancoob e o Sicoob Confederação uniram forças em uma estrutura única, que se chama de CCS – Centro Cooperativo Sicoob. Sua sede está localizada em Brasília, na capital federal.

No ano de 2007, outro marco importante aconteceu na cooperativa: a possibilidade da livre admissão, homologada pelo BACEN.

Dessa forma, o Sicoob Creditapiranga resgatou a possibilidade de atender outros segmentos da sociedade, além dos agricultores – assim como fazia no início de suas atividades. A instituição foi a quinta cooperativa do Sicoob SC aprovada para operar em livre admissão pelo Banco Central do Brasil. Após a aprovação em assembleia, a cooperativa passou a denominar-se Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Itapiranga (HORN, 2012, p. 126).

Atualmente, a cooperativa possui uma unidade administrativa localizada no município de Itapiranga e outros oito pontos de atendimento: Sede Itapiranga (1932), São João do Oeste (1993), Tunápolis (1994), Itapiranga Santa Tereza (2007), Tenente Portela (2017), Três Passos (2018), Santa Rosa (2020) e Crissiumal (2022). A partir de 2017, iniciou o processo de expansão da cooperativa para a região noroeste do Rio Grande do Sul, onde possui área de ação aprovada estatutariamente. Além das agências físicas, a cooperativa conta ainda com um PA para atendimento exclusivo de cooperados de maneira digital.

Os 41 sócios fundadores somam atualmente mais de 25.000 associados, que usufruem de produtos e serviços financeiros completos. Além disso, a cooperativa continua preocupada com o desenvolvimento da comunidade através de inúmeros projetos e programas de interesse social e educacional, tendo sido reconhecida, inclusive, com diversas premiações a nível regional, estadual e nacional. Exemplo disso é o Prêmio Cooperativa do Ano, uma promoção da OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras, entregue ao Sicoob Creditapiranga por algumas vezes. Em 2022, a cooperativa celebra seus 90 anos, preocupada em reconhecer toda a sua história, mas também em projetar esse empreendimento para o futuro a fim de garantir a sua sustentabilidade.

Referências

AMSTAD, Theodor. *Cem anos de germanidade no Rio Grande do Sul – 1824-1924*. São Leopoldo: Ed. da Unisinos, 2005.

FRANZEN, Douglas Orestes. *Frigorífico Safrita de Itapiranga: um projeto de desenvolvimento regional no extremo oeste catarinense*. Porto Alegre: Letra e Vida, 2014.

KERN, G.; MAYER, L. • A pioneira: a trajetória da cooperativa de crédito mais antiga de Santa Catarina

GERTZ, René E. *Integralismo, nazifascismo e “neonazismo” no sul do Brasil*, 2012. Disponível em: <<http://renegertz.com/publicacoes/textos/17-textos/95-integralismo-nazifascismo-neonazismo-sul-brasil>>. Acesso em: 20 maio 2015.

HEINEN, Luiz. *Colonização e desenvolvimento do Oeste de Santa Catarina – aspectos sociopolíticos, econômicos e religiosos*. Joaçaba: UNOESC, 1997.

HORN, Débora. *Memórias de uma pioneira*: Sicoob Creditapiranga 80 anos. Florianópolis: Relata Editorial, 2012.

KLAUCK, Samuel. Representações da organização familiar e comunitária dos teuto-brasileiros católicos do Rio Grande do Sul a partir da revista *St. Paulus-Blatt* (1912 a 1934). *História: debates e tendências*, Passo Fundo, v. 14, n. 1, p. 141-152, jan./jun. 2014.

MAYER, Leandro. *O retrato da repressão*: as perseguições a alemães no Oeste de Santa Catarina durante o Estado Novo (1937-1945). São Leopoldo: Oikos, 2017.

MAYER, Leandro. O projeto de colonização Porto Novo: uma colônia étnica e religiosamente homogênea no extremo oeste de Santa Catarina. *Anais Eletrônicos do III Congresso Internacional de História Regional*. Passo Fundo: UPF, 2015.

MEINEN, Ênio. *Cooperativismo financeiro*: ensaios sobre a perenidade do empreendimento cooperativo. Brasília: Confabras, 2016.

MEINEN, Ênio; PORT, Márcio. *O cooperativismo de crédito ontem, hoje e amanhã*. Brasília: Confabras, 2012.

RABUSKE, Arthur; RAMBO, Arthur Blásio. *Pe. J. E. Rick, SJ: Cientista, colonizador, apóstolo social, professor*. São Leopoldo: Unisinos, 2004.

RAMBO, Arthur Blásio. *Somando forças*: o projeto social dos Jesuítas do sul do Brasil. São Leopoldo: Unisinos, 2011.

ROHDE, Maria W. *Espírito Pioneiro*: a herança dos antepassados. Itapiranga: Gráfica e Editora Porto Novo, 2011.

ROHDE, Maria W. *Pioniergeist der Vätererbe*. 2. ed., revisada. Nova Petrópolis: Amstad, 1996.



Aponte a câmera do seu celular no QR Code e ouça o audiolivro do texto

Alfajovem, um olhar sob outras lentes

Maritânia Bagnara

Genuir Parizotto

Vilmar José Dal Bosco

Eduardo Tecchio

Ao analisar o histórico das evoluções do agronegócio brasileiro nos últimos 40 anos, o Brasil passou de importador para exportador de alimentos. No contexto mundial desponta como um dos principais responsáveis pela produção de alimentos com o objetivo de atender a forte demanda mundial. Para tal feito foram muitas as mudanças nos contextos tecnológico e produtivo. O sistema cooperativo tem forte influência no avanço produtivo brasileiro, uma vez que atua como disseminador de novas tecnologias junto aos associados, principalmente em regiões de agricultura familiar. Diante do cenário de constantes mudanças, a era da globalização das informações, da expansão da internet e equipamentos que interligam as pessoas em diversas partes do mundo, vale destacar que a região de atuação da Cooperalfa na maioria foi colonizada há menos de 100 anos.

Este artigo propõe-se analisar através de pesquisa qual a contribuição efetiva do programa Alfajovem na vida dos alunos já formados pelo programa, bem como o novo olhar desses jovens acerca do relacionamento familiar, do cooperativismo, do agronegócio e das perspectivas e projeto de vida no campo. Nesse contexto, procuraremos entender a efetividade metodológica e de conteúdos aplicados pelo programa. O Programa Alfajovem, desenvolvido pela Cooperalfa em parceria com o SESCOOP SC, tem como objetivo promover o desenvolvimento pessoal de jovens associados e filhos de sócios com enfoque para relacionamento familiar, cooperativismo e agronegócios e suas possibilidades. Possui 230 horas de formação e conta com aulas presenciais teóricas e práticas.

Contextualização geral da região, público e cultura

Na região do oeste catarinense, os fluxos migratórios chegaram a partir da década de 1920, prolongando-se até a década de 1970, com pico máximo atingido durante as décadas de 1950 e 1960. Foi na década de 1950 que se

constituiu o maior complexo industrial do Brasil e da América Latina no abate e transformação de suínos e aves, que compreendia as empresas agroalimentares Sadia, Perdigão, Seara e Chapecó. Mais tarde, na década de 1960, surgiu a Aurora (MIOR, 2005).

Em meados da década de 1960, a agricultura brasileira passou pelo processo de tecnificação/inação que modificou sua forma de cultivo e relação social de produção. Com o objetivo de aumentar a produtividade agrícola, o processo de modernização da agricultura brasileira conta com políticas de crédito rural, de acesso e posse das terras, fatores que se tornaram os grandes responsáveis pela modernização da agricultura (ESPIRITO SANTO, 1999). O processo de modernização da agricultura brasileira contribui para o aumento da desigualdade socioeconômica e o êxodo rural.

No período de 1970 a 1980, Espírito Santo (1999) relata que, sob os aspectos de mecanização, uso da terra e força de trabalho, o estado de Santa Catarina encontrava-se em relativo atraso no aspecto da modernização agrícola. Para a autora, a modernização da agricultura catarinense não ocorreu de forma homogênea. Tais reflexos são aparentes se observadas as regiões que apresentavam aspectos modernizantes avançados, como foi no litoral de Itajaí, Vale do Rio do Peixe, Vale do Itajaí, Planalto Catarinense, Oeste e Sul Catarinense, contrastando com regiões extremamente atrasadas.

Um dos principais subsídios para a agricultura catarinense desde o golpe militar de 1964 até a década de 1980 foi o crédito rural subsidiado, que na região oeste esteve voltado para o desenvolvimento das agroindústrias. Nesse sentido, Espírito Santo (1999) ressalta que outras regiões do estado foram menos favorecidas com o apoio do governo, apresentando um desenvolvimento mais lento.

Essa diferença na modernização ocorreu devido ao desenvolvimento de atividades como o cultivo de fumo, cana-de-açúcar, produção de suínos e aves e a existência de agroindústrias. Contou ainda com a atuação da ACARESC, existente desde a década de 1950, envolvendo os jovens, filhos de agricultores, nos chamados clubes 4S e proporcionado o que se chamava de educação modernizante, oferecendo crédito para que os jovens desenvolvessem pequenas lavouras demonstrativas nas propriedades paternas.

A compreensão da agricultura ancorada nos moldes tecnológicos da “revolução verde” ganhou o mundo e rompeu com o sistema de produção e comercialização, alterando a vida social das famílias rurais. Com a adoção de novos padrões, a agricultura rompeu laços com o passado, incorporou a “modernização” e adotou hábitos urbanos de vida e consumo. Toda essa transformação coincidiu com os anos dourados (1950 a 1975). No caso brasileiro, o

modelo foi adotado nas regiões mais empobrecidas do país, convictos de que a melhoria no processo tecnológico e produtivo produziria melhora na renda e bem-estar das famílias, sendo a alternativa para o desenvolvimento rural (NAVARRO, 2001).

Até os anos 1980, os agricultores possuíam certa autonomia na organização do sistema de trabalho e produção; o período culminou com o desencadeamento de uma forte crise no setor agropecuário, produzindo impactos em todo o sistema da região (TESTA *et al.*, 1996). Dos fatores estruturais os autores destacam:

- a) Concentração da suinocultura, de 67 mil passa para 20 mil suinocultores; atividade consistente no que se refere à renda na propriedade rural.
- b) Significativa redução no volume de recursos e juros em alta.
- c) Recursos naturais em exaustão devido ao excessivo consumo.
- d) Menor cultivo de milho e soja.
- e) Redução na renda, principalmente do milho e suínos, de tradicional produção na região.

Ainda segundo os autores, a região do oeste catarinense presenciou um esvaziamento rural que chegou a 70 mil pessoas no período de 1980 a 1991 (TESTA *et al.*, 1996).

Como estratégia de adaptação e na tentativa de fortalecimento da agricultura familiar da região, na década de 1990 surgiram políticas de apoio à agricultura, a exemplo do PRONAF. Em paralelo, emergiu um novo viés produtivo (MIOR, 2007, p. 7; DORIGON, 2008, p. 2-3): os “produtos coloniais” ganharam forte apoio de ONGs, associações municipais, empresas de pesquisa, associação de pequenos agricultores, cooperativas de assentamentos e reforma agrária, constituindo-se como estratégia da agricultura familiar na agregação da renda. Para Mior (2005, p. 7), esse processo é percebido como construção de “redes horizontais de desenvolvimento rural”.

Mesmo contando com apoio técnico aos agricultores, Dorigon (2008) afirma existir uma parcela que mantém a comercialização dos produtos na informalidade devido à estrutura física e financeira. Assistência técnica e rigidez da legislação no que tange à regulamentação da produção são fatores que contribuem para a manutenção da informalidade, embora o autor reconheça que a maioria das agroindústrias familiares teve início na informalidade e, de forma geral, surgiu devido à exclusão das famílias de outras atividades rentáveis, a exemplo da suinocultura.

A agricultura familiar do oeste catarinense, que propiciou o desenvolvimento da agricultura, encontra-se diante de um dilema com a mão de obra familiar se reproduzindo com restrição, processo que propicia o agrupamento

de propriedades (concentração). Fica o questionamento: que tipo de limitação esse modelo impõe para a agroindústria continuar com o processo de acumulação econômica? No fundo, a agricultura familiar, além de proporcionar acumulação de capital para a agroindústria, absorveu o custo da produção. Nessas condições, terá que transferir esse custo para agroindústria e essa ao consumidor. Do contrário, toda a cadeia será inviabilizada. Essa situação já foi retratada em estudos (RENK, 2000), sendo que os filhos não se propõem a repetir os passos dos pais.

O acesso a crédito rural dado a partir da década de 1990

Uma etapa imprescindível no desenvolvimento do agronegócio, principalmente para as pequenas propriedades, foi o acesso a crédito rural. O papel do **crédito rural** proporcionou acesso a políticas que estimularam investimentos e avanços tecnológicos, melhorando as estruturas das propriedades rurais da agricultura familiar. Além disso, esse **crédito** que levou à modernização do campo também ajudou e estimulou a renovação e a permanência de jovens no campo.

O desenvolvimento dos jovens no cooperativismo

O programa de desenvolvimento voltado para o público jovem surgiu em 2010 após o Sescop (Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo) de Santa Catarina oferecer uma metodologia chamada FOJOLICO, Formação de Jovens Lideranças Cooperativistas, porém, quatro anos depois, tal metodologia foi extinta pelo próprio Sescop e no mesmo ano (2014) foi oferecida a metodologia Jovemcoop, na qual a Cooperalfa desenvolveu apenas três turmas devido ao distanciamento de conteúdos com a realidade e o anseio dos jovens rurais. Ainda em 2014, foi desenvolvida pelo setor de cooperativismo a metodologia própria denominada AlfaJovem. Nessa metodologia, já estão formadas 19 turmas presenciais com cerca de 240 horas de curso por turma, com aulas quinzenais de 8 horas cada. A metodologia é dinâmica com enfoque teórico e vivencial, focada especialmente em três eixos, que são: cooperativismo, agronegócio e liderança. O objetivo ao capacitar jovens líderes cooperativistas visa atender as necessidades específicas a seguir:

- Despertar o espírito cooperativista, cooperação e interesse pela liderança cooperativista junto aos jovens e na comunidade;
- Desenvolver visão empreendedora e aprimorar habilidades pessoais frente à gestão e controle de seu negócio junto com a família;

- Estimular a sucessão familiar junto ao agronegócio;
- Aprimorar o relacionamento interpessoal e familiar, melhorando a convivência social e grupal;
- Demonstrar métodos na gestão rural e financeira do negócio para melhorar sua eficiência econômica;
- Difundir os valores e princípios do cooperativismo;
- Desenvolver habilidades e competências para o exercício da liderança nos diversos espaços na cooperativa;
- Difundir entre os jovens a importância do cooperativismo e da Cooperalfa;
- Fomentar o desenvolvimento de liderança no futuro quadro de líderes;
- Dar subsídios para que os jovens desenvolvam critérios para fazer suas escolhas;
- Propiciar ferramentas de gestão e controle de seu negócio;
- Entender os desafios futuros do agronegócio;
- Desenvolver capacidades e habilidades administrativas para o negócio da família;
- Dar subsídios para a gestão do tempo e gestão de pessoas, ampliando a tomada de decisão;
- Contribuir para a formação de um jovem empreendedor e sucessor, tanto na propriedade rural como na cooperativa;
- Melhorar o relacionamento familiar.

Importante salientar que o convite, a sensibilização para o programa, é realizado pela gerência e equipe técnica das filiais. Após o grupo formado, é realizada a chamada aula magna, envolvendo jovens e seus pais. Nessa ocasião, ocorre uma palestra onde são abordados os temas relacionados ao agronegócio e suas perspectivas. Este é um momento importante para envolver os pais e motivar os jovens para o comprometimento com o curso.

Em 2020, a Cooperalfa completou dez anos de trabalhos realizados com público jovem, filhos de associados ou associados; para acompanhar os resultados dos programas, foi desenvolvida uma pesquisa com os jovens já formados nos programas, com o intuito de avaliar, melhorar e dar continuidade aos programas. A pesquisa foi desenvolvida via formulário do Google Forms e distribuída via WhatsApp, onde 305 jovens responderam.

A tabela a seguir descreve as turmas, o programa desenvolvido e o ano em que foi desenvolvida essa turma.

Tabela 01

Metodologias de Programas	Filiais	Ano
Alfajovem	Itainópolis	2019
Alfajovem	Bela Vista do Toldo	2019
Alfajovem	Coronel Freitas	2019
Alfajovem	Águas de Chapeco	2018
Alfajovem	Palma Sola	2018
Alfajovem	Xaxim	2018
Alfajovem	Ireneópolis	2017
Alfajovem	Mafra	2017
Alfajovem	São Lourenço do Oeste	2017
Alfajovem	São José do Cedro	2016
Alfajovem	Xanxerê	2016
Empreendedor Rural	Agrop. Chapecó	2012
Jovemcoop	Agrop. Chapecó	2016
Alfajovem	Marema	2015
Alfajovem	Guarujá do Sul	2015
Alfajovem	Anchieta	2015
Alfajovem	Romelândia	2015
Alfajovem	Planalto Alegre	2014
Alfajovem	São Domingos	2014
Alfajovem	São Miguel do Oeste	2014
Jovemcoop	Porto União	2014
Jovemcoop	Canoinhas	2014
Fojolico	Quilombo	2013
Fojolico	Águas Frias	2013
Fojolico	Guaraciaba	2011
Fojolico	Agrop. Chapecó	2010

Fonte: Pesquisa Cooperalfa, 2021.

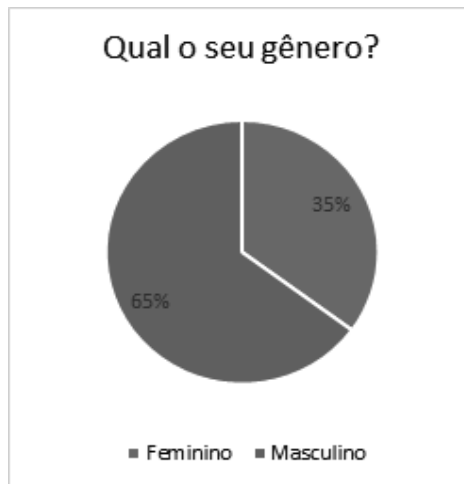
É importante destacar que a pesquisa identificou que 70% dos jovens foram alunos do programa Alfajovem (metodologia da Cooperalfa); outros 16% foram alunos do programa Fojolico (Metodologia do Sescop Nacional); 13% foram alunos do JovemCoop (metodologia do Sescop Santa Catarina).

Perfil dos jovens pesquisados

A realização dos programas de formação de jovens ocorre de acordo com a solicitação da filial para a área de desenvolvimento do cooperativismo, que, por sua vez, mobiliza os jovens e prepara ambiente para as aulas. Normalmente, um coordenador ligado à filial que está sediando o programa acompanha todas as aulas com objetivo de auxiliar os jovens e também o professor (contratado).

Vamos conhecer um pouco o perfil dos jovens que responderam à pesquisa em comemoração aos dez anos de programa.

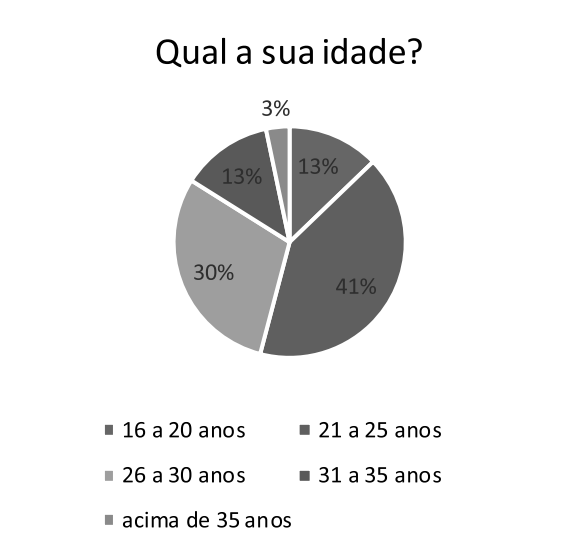
Grafico 01



Fonte: Pesquisa Cooperalfa, 2021.

A participação masculina ficou quase duas vezes maior do que a participação feminina. Esse dado não surpreendeu porque autores como Silvestro e estudiosos desse público já alertavam há décadas sobre a masculinização do campo. Sem dúvida, esse é um dado significativo para as cooperativas atentarem para tais mudanças e quiçá promover maior inclusão das mulheres no contexto cooperativo.

Gráfico 02

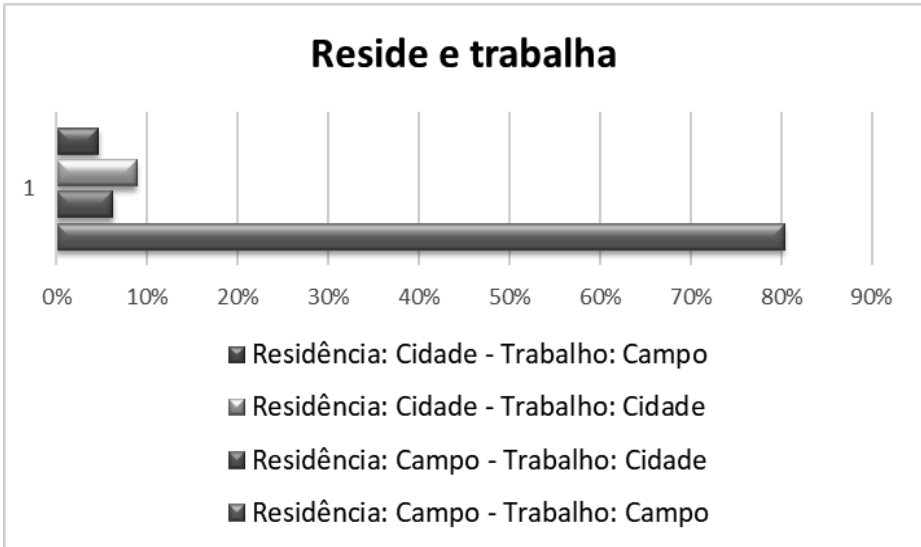


Fonte: Pesquisa Cooperalfa, 2021.

Em relação à idade dos jovens, 71% encontram-se com idade entre 21 e 30 anos. Nessa faixa etária normalmente são tomadas decisões que impactam a longo prazo a vida de um jovem, como por exemplo casar-se, fazer Faculdade, mudar do campo para a cidade, mudar de cidade, mudar de profissão ou continuar na mesma profissão. Considerando tais hipóteses, o programa de formação vem em hora oportuna, uma vez que oferece uma boa base humana e profissional, desenvolvendo a criticidade e oferecendo subsídios com critérios claros para tomadas de decisões nos campos pessoal e profissional.

Uma das tendências mundiais que vinha sendo apontada por pesquisadores do agronegócio era que uma grande parcela de agricultores residia no meio urbano e trabalhava no espaço rural. A partir dessa perspectiva, a pesquisa identificou o local de residência do universo de jovens pesquisados, e apenas 5% residiam na cidade e trabalhavam no campo, já outros 9% residiam na cidade e trabalhavam na cidade, outros 6% residiam no campo e trabalhavam na cidade, enquanto 80% dos jovens residiam no campo e trabalhavam no campo. Ao todo, 85% dos jovens que passaram pelo programa de formação de jovens permaneceram na profissão de agricultores, conforme gráfico a seguir:

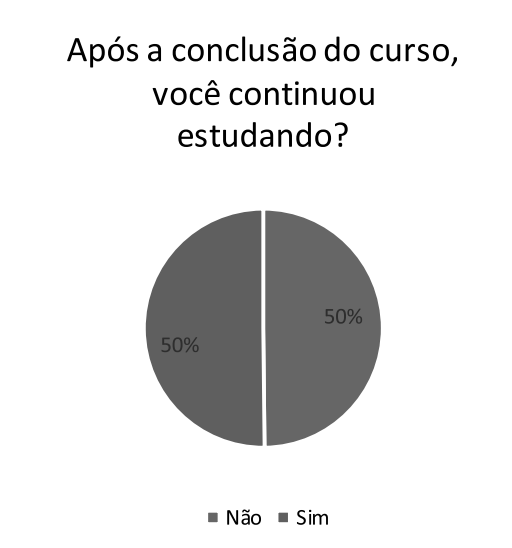
Gráfico 03



Fonte: Pesquisa Cooperalfa, 2021.

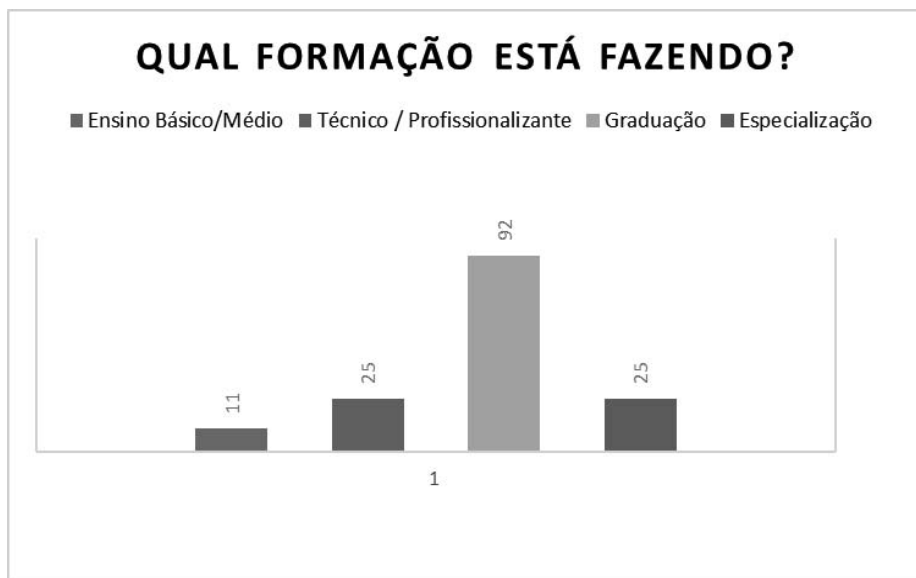
Entre os 15% que residiam e trabalhavam no meio urbano, a pesquisa identificou que 6% deles trabalhavam em ocupações ligadas ao agronegócio. Para seguir essa análise de dados, o gráfico 04 mostra a formação acadêmica desses jovens. O índice de jovens que segue estudando em cursos ligados ao agronegócio é significativo, chegando a 50% dos pesquisados, considerando que entre os 50% que não estavam estudando no momento da pesquisa há uma porcentagem que já havia concluído graduação e até especialização quando iniciou o programa de formação de jovens.

Gráfico 04



Fonte: Pesquisa Cooperalfa, 2021.

Gráfico 05



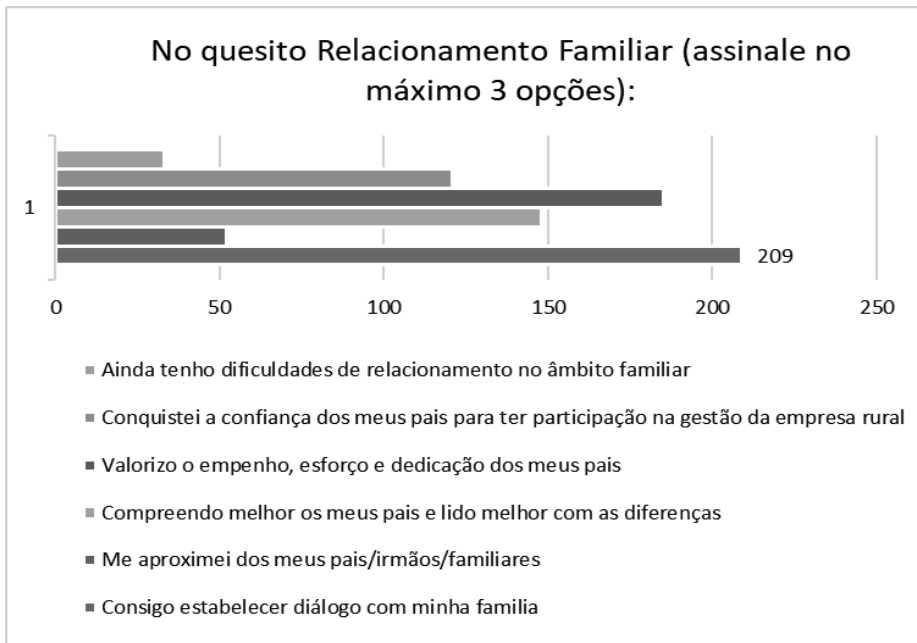
Fonte: Pesquisa Cooperalfa, 2021.

Dos 50% de jovens que continuam estudando, 60% estão cursando graduação, 16% estão em curso técnico, 16% estão cursando especialização e 7% estão no ensino básico ou ensino médio.

O novo olhar dos jovens sobre o relacionamento familiar

Olhando para a metodologia do programa de formação de jovens lideranças da Cooperalfa, um dos diferenciais é a forte formação humana, uma vez que inúmeras pesquisas apontam que os motivos que levam os jovens a migrar do campo para a cidade são a busca por uma vida melhor, mas o principal motivo que leva os jovens a migrar são os conflitos geracionais existentes entre pais e filhos. Na pesquisa, foi perguntado sobre o relacionamento familiar com o objetivo de avaliar os avanços que o programa de formação de jovens pode ter oferecido na melhoria do relacionamento com a família. A hipótese lançada aqui é de que, se houver um bom relacionamento familiar, não serão os conflitos que farão o jovem migrar, e conseqüentemente estabelecendo uma boa relação familiar, é possível que essa seja estendida para a liderança, que é um dos eixos do programa.

Gráfico 06



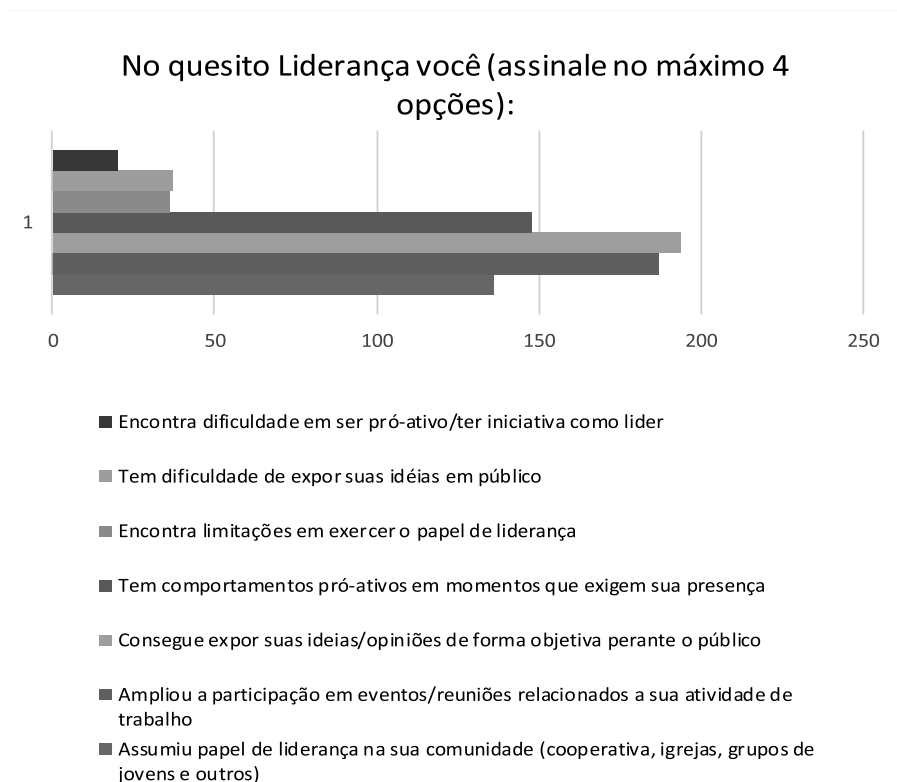
Fonte: Pesquisa Cooperalfa, 2021.

Os jovens poderiam escolher três dentre as alternativas apresentadas conforme o gráfico 06. Conseguir estabelecer diálogo com a família foi a opção escolhida por 28% dos jovens; aprender a valorizar o esforço, empenho e dedicação dos pais foi a opção para 25% do público pesquisado; já compreender melhor os pais e lidar melhor com as diferenças é para 20% deles; outros 16% afirmam ter conquistado a confiança dos pais inclusive para participar da gestão da empresa rural.

Quando há melhoria no diálogo das famílias, melhoram o relacionamento, o negócio, a gestão e consequentemente as decisões sobre o futuro dos jovens, ou seja, provavelmente irão migrar para o meio urbano aqueles que não têm vocação para o trabalho e a vida no campo.

Quando a decisão de permanecer ou migrar é tomada junto com a família e ancorada em vários critérios, as chances de preservar as relações familiares bem como as chances de sucesso e satisfação são significativamente ampliadas.

Gráfico 07

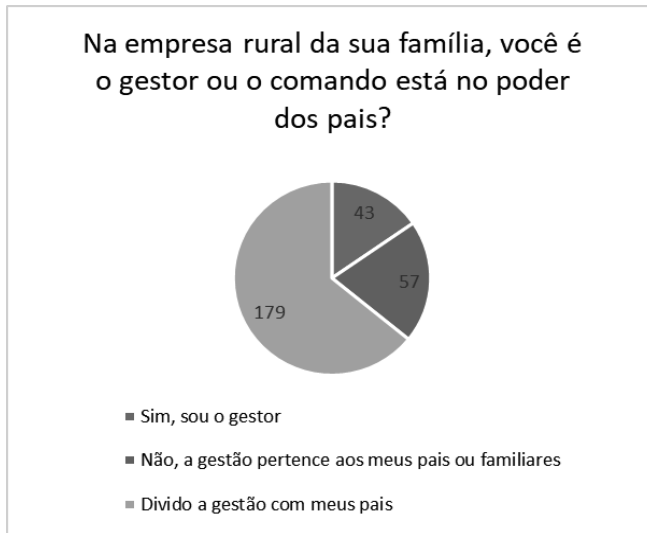


Fonte: Pesquisa Cooperalfa, 2021.

Perspectivas e projetos de vida no campo

O anseio dos jovens em participar da gestão da empresa, aliado às características juvenis como agilidade, força, rapidez, inovação, disposição para correr maiores riscos, muitas vezes se chocam com os pais que apresentam experiências, têm maior capacidade de analisar, calcular e tomar decisões mais conservadoras na maioria das vezes.

Gráfico 08



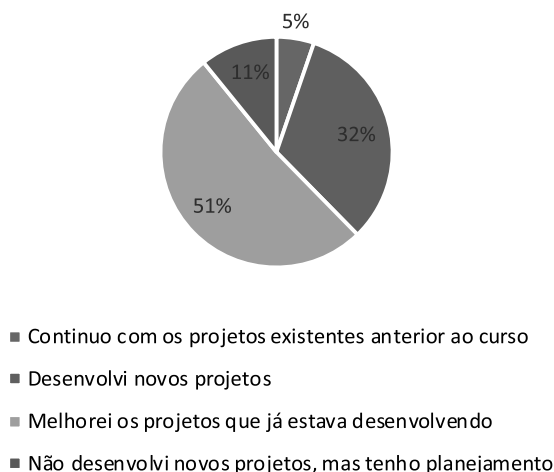
Fonte: Pesquisa Cooperalfa, 2021.

Conforme gráfico acima, 15% dos jovens afirmam ser os gestores das empresas rurais, outros 64% dizem que dividem a gestão com a família e 20% dizem que a gestão pertence apenas aos pais. Isso significa que o diálogo ajudou de alguma forma as famílias nas tomadas de decisões.

Diante desses fatos, a pesquisa identificou como se encontram as empresas rurais e seus projetos após a formação de jovens, visto que outro eixo do programa é o agronegócio, e há um enfoque especial na gestão rural, que é um dos temas trabalhados durante o programa.

Gráfico 09

Qual das opções abaixo melhor representa sua situação?

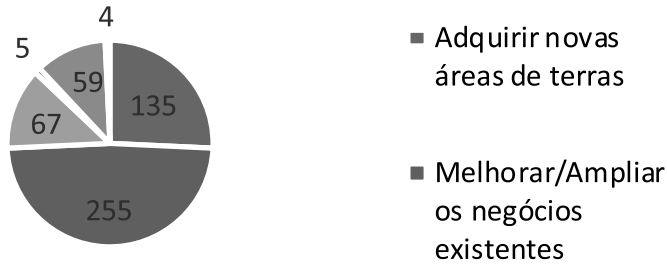


Fonte: Pesquisa Cooperalfa, 2021.

Para empreender, é necessário um conjunto de habilidades, e quando analisados os dados do gráfico acima, é surpreendente perceber que 32% dos jovens investiram em novos projetos e outros 51% melhoraram os projetos já existentes na empresa rural. Quando considerado que empreender não necessariamente é criar algo novo e sim revitalizar aquilo que já existe, pode-se afirmar que 83% dos jovens tornaram-se empreendedores a partir da formação oferecida pela cooperativa. Em relação ao futuro, foi perguntado sobre o planejamento para os próximos anos: 49% dos pesquisados pretendem ampliar e melhorar os negócios já existentes, 26% desejam adquirir novas áreas de terras e 13% pretendem incluir novas áreas de negócios.

Gráfico 10

Nos próximos anos você/sua família pretendem (assinale no máximo 2 opções):



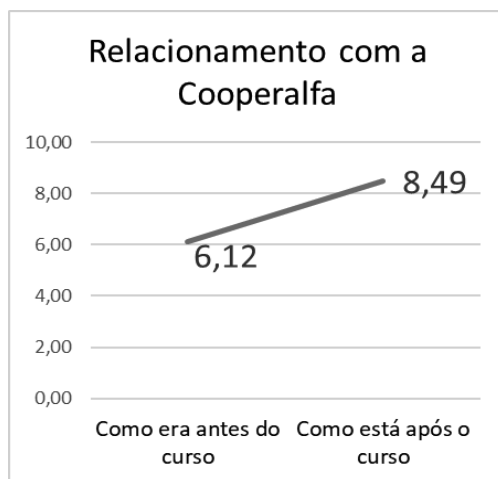
Fonte: Pesquisa Cooperalfa, 2021.

Com base nesses dados, pode-se afirmar que 85% dos jovens pesquisados pretendem inovar e/ou ampliar seus negócios e que tal fator não necessariamente depende do fato de adquirir mais terras.

O olhar juvenil sobre o sistema cooperativista

Na metodologia proposta aos jovens está o eixo cooperativismo; nele são reforçados os valores da cultura da cooperação, bem como a filosofia e a doutrina cooperativistas. Perceber qual foi o entendimento do público pesquisado acerca desse tema foi um dos focos da pesquisa. Então foi perguntado para que se desse uma nota para o conhecimento que tinha antes do programa de formação e outra nota para após o programa de formação, conforme tabela 02.

Tabela 02

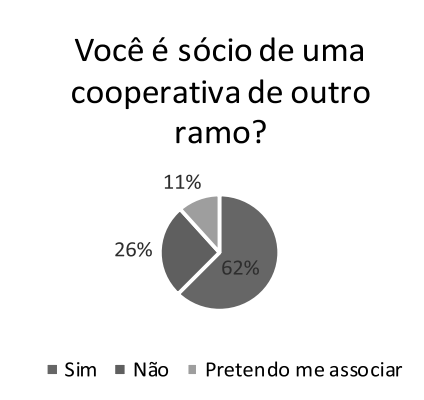


Fonte: Pesquisa Cooperalfa, 2021.

Foi feita uma média somando a nota de cada pesquisado e dividindo pelo total de pesquisados, em que se identificou que o conhecimento antes da formação era em média 6,12, assim eles consideraram, e ao concluir a formação, a média ficou em 8,49.

Diante desse fato, foi perguntado se, além de participar da Cooperalfa, que é uma cooperativa do ramo agropecuário, se eles são sócios de outras cooperativas, até para perceber como o jovem tem se relacionado com o sistema cooperativo.

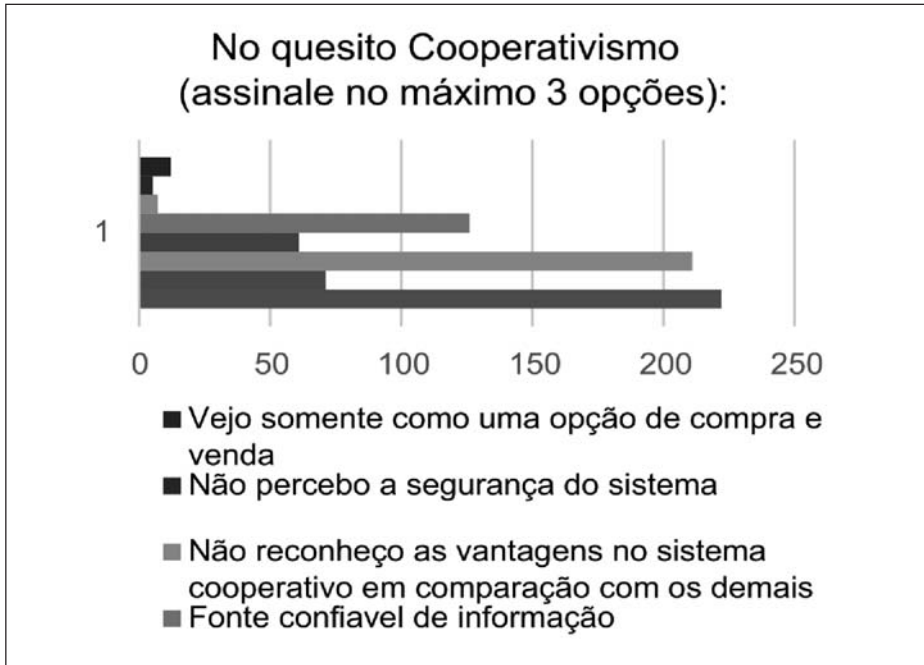
Gráfico 11



Fonte: Pesquisa Cooperalfa, 2021.

A parcela de sócios é de 62% dos jovens pesquisados; 11% revelam o desejo de se associar, enquanto 26% dizem que não são sócios.

Gráfico 12



Fonte: Pesquisa Cooperalfa, 2021.

Nessa pergunta que gerou o gráfico 11, os jovens poderiam escolher três opções como resposta. A resposta com maior concordância foi afirmar que perceberam a cooperativa como uma organização diferenciada no mercado para 31% dos pesquisados. Para 30% dos jovens, o sistema cooperativo contribuiu para o desenvolvimento da sociedade, ou seja, eles possuem essa visão coletiva e ampliada do sistema cooperativo, que não se reduz unicamente à fonte de compra e venda. A terceira maior opção dos jovens com 18% foi reconhecer a cooperativa como fonte confiável de informação. Interessante perceber que apenas 4% dos jovens não reconhecem as vantagens do sistema cooperativo, não percebe o fator segurança e vê a cooperativa apenas como opção de compra e venda.

Depoimentos dos jovens

A última pergunta feita na pesquisa foi para que o pesquisado utilizasse o espaço abaixo e deixasse sua mensagem ou sugestão. Sua participação foi muito importante para que possamos sempre estar aperfeiçoando os nossos trabalhos e levar cursos que atendam as necessidades.

Foi desenvolvida uma pergunta aberta para que os jovens pesquisados pudessem escrever o que sentiam. Ao todo foram 178 comentários. Seguem alguns comentários descritos abaixo:

– Foi um curso maravilhoso, faria novamente. Me ajudou muito, eu não tinha muito interesse em ficar na propriedade, mas hoje não tenho interesse em sair dela, é aqui que eu quero ficar. O curso é muito incentivador, faz ver muita coisa que antes não víamos. Obrigada à Cooperalfa pela oportunidade, e continuem com esse trabalho.

– O Alfajovem me ajudou muito principalmente para me tornar susseora da propriedade de meus pais e melhorou muito o relacionamento com os meus familiares. Então é um curso que só vem pra enriquecer a vida de quem participou e proporciona um conhecimento único que nenhum outro curso proporciona.

– O curso é muito bom, e recomendo para todos os jovens que estão nas propriedades rurais ou que têm vínculo com a propriedade dos pais. Aprendi muito com o curso, mudei minha forma de pensar e atuar na propriedade. Muito obrigado pela oportunidade.

– O curso não só mudou minhas ideias na área do trabalho, mas também no meu modo de viver, de pensar e agir, principalmente agir, coisa que eu não fazia; as ideias passavam e agora elas não passam, se concretizam; o curso mudou me mudou, e mudou para melhor; recomendo a todos os que tiverem a oportunidade que a aproveitem e o façam, não vão se arrepender.

– Jovem Alfa é um curso em que possibilita jovens saírem fora da zona de conforto e abre a mente para várias estratégias de empreendedorismo. Sem falar que para o desenvolvimento autopessoal tem grande importância. São oportunidades que todos deveriam de ter para fazer.

– O curso Alfa Jovem proporcionou uma ampla visão do que o campo nos pode oferecer, deixando-nos o gostinho de querer sempre buscar novos saberes para aplicar na nossa propriedade, sempre respeitando e honrando os saberes existentes de nossos pais e avós que já trabalharam e trabalham na propriedade. Como jovem gostaria que a cooperativa continue investindo em curso voltado à sucessão familiar, pois é um assunto muito delicado que deve ser sempre visto com muito carinho. O curso Alfa Jovem deixou muita saudade mesmo.

– O curso foi simplesmente maravilhoso; gostaria que tivesse como se fosse uma “parte dois do curso”. Além de ter ampliando meus conhecimentos e fazer pensar um pouco fora do quadrado como sempre estamos habituados. O curso me deu novos amigos, que até hoje mantemos contanto. Foi muito magnífico ter feito parte desse projeto! Professores e todos os envolvidos estão de parabéns. Meu muito obrigada, de coração mesmo.

– O curso Alfajovem mudou minha vida (não é exagero), eu não tinha um relacionamento muito bom com meus pais, e depois que eles foram em dois cursos comigo de relacionamento familiar, nossa convivência melhorou muito. E hoje os ajudo na gestão da propriedade, coisa que antes do curso não era nem citada a opção de uma mulher (jovem) gerenciar a propriedade.

– Sugiro que todos os jovens que pretendem continuar na sucessão da propriedade devem participar desses programas desenvolvidos pela cooperativa... mas não participar de qualquer forma, mas efetivamente dedicando-se ao máximo nos conteúdos e matérias apresentadas... é muito importante para o desenvolvimento pessoal e familiar de cada um... grande abraço e muito obrigado.

– Tenho muito a agradecer pela oportunidade de ter participado do Alfa Jovem; despertou em mim uma nova maneira de ver o mundo e um interesse muito grande em defender o cooperativismo.

– Melhor curso de que já participei na minha vida, nem em Faculdade passam tanta informação; lógico que eu já era formado em Administração. Então o curso Alfa Jovem, agregou muito em mim, na minha família e em nossa propriedade. Ampliamos muito em desenvolvimento na nossa empresa rural, evoluímos muito; continuem a ajudar outros jovens com esse curso. Abraço de Josney Mazai.

– O curso possibilitou conhecer-me melhor, conhecer minhas dificuldades e lidar melhor com elas. Acredito que foi o ponto certo para admirar cada vez mais o campo e ver que o agricultor é o diferencial da sociedade, e não como ainda muitos veem como um simples colono. Somos empresários rurais. Agradeço pela oportunidade de ter participado.

– Agradeço muito por ter tido a oportunidade de participar nesse curso, onde conheci pessoas novas, professores ótimos e fiz novas amizades que duram até os dias atuais. Saber mais sobre a cooperativa onde sou associado, vendo que podemos confiar nas suas ideias e dando oportunidade para crescer nas atividades com segurança, indico muito; esses cursos disponibilizados são muito bons.

– A realização do curso possibilitou crescimento profissional e pessoal. Nos fez “olhar com outros olhos” para o campo e para quem trabalha nele. Mas o maior ganho foi o fato de ampliar muito nossa rede de contatos.

– Agradecer ao Alfa pela oportunidade de fazer parte dessa linda história e formação e que continue desenvolvendo esse programa, que é de grande valia para os jovens se interessarem em permanecer em suas propriedades e fazer acontecer para uma sociedade renovada.

– Parabéns pelo curso! Além de ser algo muito proveitoso em questão de conhecimento e prática para os jovens do campo, incentiva a socialização e troca de experiências.

– Após realizar o curso, acabei saindo da propriedade dos meus pais para poder estudar e trabalhar, buscar minha independência. Depois de cinco anos fora, acabei voltando para a propriedade dos meus pais para que juntos possamos realizar novos projetos. Na época do FOJOLICO, aprendi a valorizar a profissão de agricultor e sentir orgulho desse trabalho maravilhoso e pelo qual tenho tanto amor! Gratidão por essa oportunidade!

– Quero parabenizar o programa, pois a forma como aborda todos os assuntos tem um impacto muito positivo na vida e na família de quem participa. Principalmente os relacionamentos familiares e as questões pessoais foram as que tiveram um maior impacto na minha vida. Obrigada pela oportunidade.

– Muito orgulho por ter participado desse curso.

– Com o curso percebi que o melhor lugar para construir uma carreira de sucesso pessoal e financeiro é a empresa rural de minha família.

– O Alfa Jovem foi um dos melhores cursos que já fiz, melhorou muito meu convívio com minha família, na administração da propriedade, tomada de decisões, comunicação, passei a dar mais valor à cooperativa e membros dela. Tenho muito a agradecer a toda a equipe de professores e organizadores e à cooperativa Alfa em si; espero que tenhamos novas experiências como essa que tivemos, grande abraço a todos!!!!

– Obrigado pela oportunidade, Cooperalfa; espero que muitos jovens tenham a oportunidade que eu e meu noivo tivemos. Os jovens têm pouco incentivo para permanecer no campo, e vocês proporcionam essa oportunidade de aprender um pouco mais, como superar os desafios e principalmente como fazer de forma gradativa a sucessão familiar.

– O curso de formação de jovens cooperativistas Alfa Jovem me proporcionou novos conhecimentos, me ajudou a melhor entender minha família com maior participação nas atividades de nossa propriedade. Assim com as aulas oferecidas pelo curso foi mais fácil e rentável investir e obter resultados em todas as atividades. O curso é uma ótima opção para jovens melhorarem a vida rural e o convívio familiar. Agradeço muito pela oportunidade que a cooperativa proporcionou a muitos jovens de minha cidade; todos vemos as evoluções que tivemos durante e depois do curso. Muito obrigada, Cooperalfa!

– Gostei muito do curso; adquiri um grande aprendizado que levei para minha propriedade, desenvolvendo algumas mudanças. Com professores ótimos, aulas bem aproveitadas e experiências únicas, e com certeza recomendaria a outros colegas... Obrigada!

– Gostaria de parabenizar e agradecer mais uma vez à cooperativa pelo excelente curso que nos foi proporcionado; sempre que tenho a oportunidade, incentivo novos jovens a participar, porque cursos como esse fazem toda a diferença na vida de alguns que muitas vezes estão com dificuldades e dúvidas sobre a permanência ou não no campo e mostrar a importância da cooperativa no agro.

– Os jovens do meio rural muitas vezes não têm oportunidade de se especializar ou de fazer uma Faculdade; então penso que esses cursos fazem muita diferença em sua formação tanto profissional como pessoal. O jovem deve sempre aproveitar ao máximo essas oportunidades de formação.

Considerações finais

Concluimos que o programa de formação de jovens, antigo Fojolico, Jovemcoop e o programa com maior participação dos jovens, o Alfa Jovem, contribuíram significativamente de acordo com o objetivo proposto.

São três pontos principais: agronegócio, cooperativismo e liderança. No que se refere ao cooperativismo, vale destacar que 96% acreditam no sistema e percebem as vantagens de estar inserido nesse contexto cooperativista. No que se refere à liderança e ao relacionamento familiar, a pesquisa aponta maior envolvimento, diálogo e estreitamento dos laços entre familiares; isso se comprova quando observados os dados de participação na gestão das empresas rurais e no índice de permanência no campo, que ultrapassa os 85%.

Pode-se afirmar que os jovens desenvolvem uma nova percepção sobre a empresa rural, a família e passam a exercer a liderança na sociedade. Em relação ao projeto de vida dos pesquisados, comprova-se com a presente pesquisa que a grande maioria planeja melhorar os projetos já existentes ou implantar novos projetos. Dessa forma, a metodologia mostrou-se eficaz tanto nos conteúdos aplicados, nos marcos teóricos, no engajamento e na estrutura do programa de formação de jovens, metodologia Alfajovem.

Referências

- DORIGON, C. *Mercados de produtos coloniais da região oeste de Santa Catarina: em construção*. 2008.
- ESPIRITO SANTO, Evelise. *A agricultura no estado de Santa Catarina*. Chapecó: Grifos, 1999. 170p.

BAGNARA, M.; PARIZOTTO, G.; DAL BOSCO, V. J.; TECCHIO, E. • Alfajovem, um olhar sob outras lentes

MIOR, L.C. *Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural*. Chapecó: Unochapecó/Editora Argos, 2005.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. *Estudos avançados*, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 83-100, set./dez. 2001.

TESTA, V. M. *et al.* *O desenvolvimento sustentável do oeste catarinense* (Proposta para discussão). Florianópolis: EPAGRI, 1996. 247p.



Aponte a câmera do seu celular no QR Code e ouça o audiolivro do texto

Educação cooperativa

Luiz Salgado Klaes

Introdução

Para poder estabelecer uma relação entre educação e futuro, somos obrigados a pinçar do passado indicadores da importância da educação, formação e informação em projetos de países, pois a almejada esperança da produtividade, da qualidade dos serviços, produtos, etc., com alto valor agregado tanto para a exportação como para o consumo interno, depende fundamentalmente de profissionais bem preparados e competentes em todos os níveis e setores.

No decorrer da história e nas mais distintas formas de sociedade, os processos e objetivos educacionais diferenciaram-se grandemente de acordo com os complexos fatores culturais. Nas antigas civilizações do Oriente, objetivavam-se em geral a supressão da individualidade e a conservação do passado. Já os gregos, ao contrário, deram grande ênfase ao desenvolvimento individual e aos aspectos intelectuais e estéticos. Na Grécia Antiga, podemos destacar os seguintes teóricos da educação: Sócrates e Platão. Na Idade Média, o ensino subordinou-se à religião. Na Idade Moderna, a partir do desenvolvimento das ciências naturais, a educação no Ocidente sofreu seu influxo.

Quando se analisa a história do mundo ocidental, principalmente a do último milênio, constatamos que a intervalos curtos, de poucas centenas de anos, encontramos algum impacto advindo de uma mudança. A sociedade, como um todo, então procura se organizar ao se ajustar com uma nova visão de mundo, seus valores, sua forma de interpretar a nova realidade, altera a sua estrutura social e apresenta novas interpretações. Tem-se a partir daí uma nova sociedade.

Corroborando essa visão, Peter Druker em sua obra “A Sociedade Pós-Capitalista” (1993) apresenta em uma breve descrição alguns marcos que caracterizam essas macromudanças. Senão vejamos:

A – No século XIII, principalmente no mundo europeu, em um lapso de tempo um tanto curto, concentrou-se o fortalecimento das cidades a partir do surgimento dos grêmios urbanos, das agremiações de artífices, com a retomada do comércio de longa distância, a nova arquitetura do tipo gótico, etc.

B – Por volta de 1450, Gutenberg (1397-1468) criou a impressão com os tipos móveis, revolucionando a imprensa. Em 1517, temos com Martin Lutero a Reforma. São também dessa época o florescimento do Renascimento, o surgimento das grandes navegações marítimas, a descoberta da América pelos europeus, a descoberta do caminho para as Índias, etc.

C – Já no século XVIII, em 1776, temos a Revolução da Independência dos Estados Unidos e, em 1789, a Revolução Francesa. Quando uma nova visão de mundo e de valores democráticos foram trazidos à baila, afetando o mundo ocidental praticamente por inteiro.

D – Em 1895, foi celebrado em Londres/Inglaterra o 1º Congresso Cooperativo Mundial, contando o mesmo com a participação de delegados dos seguintes países: Alemanha, Argentina, Austrália, Bélgica, Dinamarca, Estados Unidos, França, Holanda, Índia, Inglaterra, Itália, Sérvia e Suíça.

E – Se fizermos uma retrospectiva a partir do início do século XX em diante, poderemos destacar dois grandes marcos: o desenvolvimento tecnológico e o fenômeno da globalização. O desenvolvimento tecnológico, alicerçado na química, na física, na tecnologia da informação e na eletrônica.

F – A partir da última década do século XX e o início do novo milênio, temos a biotecnologia com as neurociências, longevidade humana, saúde, manutenção dos ambientes, alimentação transgênica, etc.

Até aqui, citamos as grandes transformações a partir das grandes tecnologias. Entretanto também vale lembrar as pequenas tecnologias, derivadas do avanço das ciências, a quais em grande parte de nosso dia a dia já fazem parte de nosso cotidiano, tomando conta dos pequenos serviços.

Desse modo, tomo a liberdade de citar algumas que já estão implementadas no Brasil e que paulatinamente passaram a fazer parte do nosso dia a dia: caminhões de lixo que recolhem os latões automaticamente a partir de mãos mecânicas, controladas pelo motorista, sem o auxílio de pessoal humano extra, aqueles ajudantes correndo atrás do caminhão e que vão jogando em sua caçamba os sacos de lixo. Tótens ao longo das calçadas contêm armários para a venda de jornais automaticamente. Hotéis, postos de gasolina e em um grande número de locais passamos a encontrar máquinas que realizam todo o tipo de serviço sem auxílio de um ser humano. Ou seja, tudo o que puder ser automatizado será automatizado.

Lenta e gradativamente, essas revoluções vão sendo implantadas no Brasil, e então me pergunto: será que esse modelo será o mais adequado para o nosso país, onde o analfabetismo absoluto e o analfabetismo funcional ainda são altos e há um grande número de pessoas fora do mercado de trabalho?

Não há nenhuma dúvida de que estamos paulatinamente colocando em andamento um futuro absolutamente em aberto, imprevisível e sem retorno.

Os gestores do Movimento Cooperativo e das cooperativas, diante desse cenário acima referenciado, necessitam ser portadores de uma visão sistêmica, ou seja, devem ser sabedores de que mudanças tecnológicas profundas, como as que foram citadas, demandam outros tipos de mudança nas organizações a fim de que um equilíbrio mais dinâmico possa ser mantido.

O planeta Terra, principalmente no último quarto do século XX, deixou de ser um sistema econômico internacional com base em países individualmente, passando a tornar-se um sistema econômico mundial, ou seja, de caráter global: a União Europeia, o MERCOSUL, o NAFTA, os Tigres Asiáticos, entre outros blocos. Ou seja, passamos a ter um novo regime, caracterizado por uma ordem global em que as relações entre as nações são gradativamente alteradas pelas conexões entre economias regionais. Ou seja, criamos um novo mundo, regido por novos parâmetros econômicos, tendo um forte impacto em todos os subsistemas da sociedade mundial.

Não faz muito tempo, para não dizer a partir do último terço do século passado, que a educação no Brasil começou a ser interpretada como algo mais do que simplesmente interessante e desejável, ainda que reservada a uma pequena parcela de nossa população.

Segundo a Nova Enciclopédia Ilustrada FOLHA:

Educação é o processo de transmissão de conhecimentos, do aprimoramento de capacidades morais e intelectuais, do desenvolvimento da personalidade do indivíduo através do ensino dirigido ou de exemplos espontâneos (1996, p. 284).

A educação também pode ser entendida como um processo social que, embora assumindo as mais diversas formas, é comum a todas as comunidades humanas. E assim podemos entender que é através da mesma que se forjam pessoas aptas e capazes de sobreviver e viver em sociedade. Ela também tem um papel transformador.

Nas sociedades mais complexas, a educação, a formação tem relevância, pois torna-se cada vez mais importante garantir e sistematizar o acesso dos indivíduos às múltiplas informações e aos códigos de ação.

Então se pode deduzir que a educação contribui para aspectos tais como a melhoria de hábitos, a produtividade no trabalho, a diminuição de determinadas taxas e que sua difusão para todas as camadas da sociedade significa um investimento de grande retorno em termos de qualidade de vida.

Ideias e realizações

O Movimento Cooperativo, tanto em nível internacional como no Brasil, representa atualmente uma significativa viabilidade econômica e uma responsabilidade social. Também se pode afirmar que não existe país considerado civilizado em que o cooperativismo e a cooperação tenham conhecido, de acordo com as circunstâncias locais, um desenvolvimento mais ou menos importante.

Atualmente, o Movimento Cooperativo existe em todos os continentes em nível mundial. Já se vão aproximadamente 176 anos que o mesmo vem se desenvolvendo a partir da exitosa experiência da *Rochdale Society of Equitable Pioneers Limited*, em Rochdale, na *Toad Lane* (Travessa do Sapo), distrito de Lancashire/Manchester, em 21 de dezembro de 1844.

A *Rochdale Equitable Pioneers Society Limited* foi fundada por 28 tecelões com economia de uma libra de cada membro mensalmente durante um ano. Definiram que as sobras “pró-rata” das compras realizadas seriam distribuídas e que seria atribuído ao capital um juro de 4% ao ano; criaram regras, normas e princípios próprios, que visavam respeitar os valores do ser humano e através de seus costumes e tradições estabeleceram metas para a organização de uma cooperativa. São também responsáveis pelos princípios morais e a conduta que são considerados até hoje a base do cooperativismo.



Milhares de associações cooperativas dos mais variados ramos contam hoje com mais de 150 milhões de associados; espalham-se pelos quatro cantos da terra. As circunstâncias locais são bem distintas; os diferentes ramos da

atividade humana em que penetrou o movimento cooperativo são por demais numerosas para que um único tipo de cooperativa possa existir.

Não existe país algum em que o Movimento Cooperativo seja unitário. O mesmo está e sempre esteve dividido de acordo com as classes sociais, as concepções políticas vigentes, as crenças econômicas reinantes, a nacionalidade ou as crenças religiosas reinantes e as diferentes concepções relativas ao Sistema Cooperativo.



Para tal desenvolvimento, o Movimento Cooperativo tem um compromisso histórico com a integração. Quando se fala de integração, pensa-se apenas na dimensão externa e assim mesmo de forma um tanto limitada, ou seja, geralmente cogitam-se fusões e incorporações, assim como algumas vezes intercooperação entre as cooperativas.

A integração em termos cooperativistas é muito mais ampla. Em uma visão panorâmica da mesma, podemos encontrar duas grandes dimensões: uma externa e outra interna. Um funcionamento integrado internamente na cooperativa e fora da mesma, compreendendo nesse caso as relações entre as cooperativas em seus distintos graus e entre as cooperativas e os demais tipos de empresas e/ou organizações públicas ou privadas. Sendo que uma constitui a face convexa, enquanto a outra representa a face côncava de um mesmo espelho.

Todas essas instituições, assim denominadas cooperativas, têm algumas características em comum. Pois são associações de pessoas, de produtores, de

consumidores, de fabricantes, de trabalhadores que se organizam e administram empresas econômicas com o objetivo de satisfazer uma variada gama de necessidades por uma troca recíproca de serviços através de uma empresa econômica coletiva que trabalha com os meios de todos e com risco em comum.

Charles Gide afirmou em distintas oportunidades que o cooperativismo não havia saído do cérebro de algum cientista ou reformador, mas havia surgido das próprias entranhas das populações marginalizadas ou que não tinham suas necessidades satisfeitas.

Ao longo da história do cooperativismo, a ideia às vezes precede a realização e outras vezes a segue. No cooperativismo, a ideia e a realização estão em uma troca permanente de influências e sugestões.

Em todas as épocas da vida da humanidade encontram-se formas de economia coletiva que se aproximam mais ou menos da forma cooperativa, conhecidas como as experiências pré-cooperativas.

O espírito do cooperativismo é profundamente humano, e então vamos encontrá-lo em todas as sociedades, mesmo nas mais primitivas.

Quando passamos ao estudo do pensamento cooperativo, não podemos esquecer os esforços que foram realizados com o objetivo de criar uma organização única para o Movimento Cooperativo Internacional. Era natural para a época que essas organizações de maneira direta ou subsidiária abrigassem os grandes problemas doutrinários da ação cooperativista como um dos princípios.

Foi Robert Owen (1771-1858) um dos principais precursores do Movimento Cooperativo a lançar a ideia para ser constituída uma organização internacional do Movimento Cooperativo. Assim, em 1835, em Londres, o mesmo fundou a “Associação de todas as Classes de Todas as Nações” (*Association of all Classes of all Nations*) com o objetivo de contribuir para colocar em prática o seu sistema social. Essa ação de Owen não teve continuidade, sendo que a mesma foi constituída somente com membros ingleses.

Merecem também uma menção as discussões havidas em torno da ideia cooperativa internacional entre os cooperativistas franceses, especialmente Emile de Boyve e Charles Gide, e os cooperativistas ingleses, Edward Vansittert-Neale e Edward Owen Greening (MLADENATZ, 2003).

A primeira proposta concreta para a criação de uma Aliança Internacional foi realizada durante o Congresso Cooperativo de Plymouth (1886) por Emile de Boyve, representante da União Cooperativista Francesa.

Em agosto de 1895, o 1º Congresso Cooperativista reuniu-se em Londres, tendo como local o Teatro da Sociedade de Artes, mesmo local em que se havia reunido o Congresso Cooperativista de 1869. Seus participantes foram cooperativistas e simpatizantes de outros movimentos similares e instituições.

Compareceram aproximadamente 200 cooperativistas britânicos, sendo que a metade eram delegados de cooperativas e de federações. Também havia 25 delegados representantes de organizações cooperativas europeias, representando os seguintes países: Alemanha, Bélgica, Dinamarca, França, Holanda, Inglaterra, Itália, Sérvia e Suíça. Também participaram delegados cooperativistas de outros países, tais como: Argentina, Austrália, Estados Unidos e Índia.

O congresso deliberou durante cinco dias. Os dois temas principais do congresso foram: a criação da Aliança Cooperativa Internacional e a organização das relações internacionais do comércio cooperativo.

Na oportunidade, Jacques Debry, diretor executivo da FEBECOOP da Bélgica, defendia a ideia de que os pioneiros do cooperativismo estavam convencidos de que as dificuldades de serem processados câmbios sociais somente poderiam ser superados com um movimento de solidariedade que fosse o mais amplo possível, ou seja, além de fronteiras nacionais, e estabelecer-se como uma força global internacional.

Um informe do Comitê Provisório da ACI foi apresentado por Aneurin Williams no quarto dia de trabalhos, apresentado sob a forma de uma proposta de Declaração de Princípios e que deveria ser debatida no próximo congresso.

A valorização da união entre as cooperativas existe desde o seu nascimento, e hoje elas estão integradas em diversas organizações de cunho internacional. A entidade mater que congrega e coordena o Movimento Cooperativista nos cinco continentes é a Aliança Cooperativa Internacional (ACI). Essa é considerada a partir de seu marco inicial de uma era de unificações em nível internacional dos distintos Movimentos Cooperativos de cada país-membro.

A ACI, organismo máximo do cooperativismo mundial, foi fundada em Londres em 19 de agosto de 1895 sob a coordenação de dois grandes líderes do Movimento Cooperativista Mundial: Edouard de Boyve e Edward Vansittart Neale. Atualmente está sediada em Bruxelas na Bélgica, sendo uma organização não governamental e independente que reúne, representa e presta apoio às cooperativas e suas correspondentes organizações, objetivando a integração, a autonomia e o desenvolvimento do cooperativismo.

A constituição da Aliança Cooperativa Internacional sofreu inúmeras modificações. Por outro lado, Charles Gide (1900) divide a história da ACI em três períodos: burguesa, socialista e autônoma.

A Aliança Cooperativa Internacional é um organismo mundial que tem como função básica preservar e defender os princípios cooperativos. E está organizada através de quatro sedes continentais: Europa, América, África e Ásia. Nas Américas, a sede está localizada em San Jose na Costa Rica. Composta por 74 organizações filiadas de diferentes países, congrega aproximada-

mente 50 mil organizações cooperativas e mais de 300 milhões de cooperados, espalhados por todo o continente.

O princípio de aceitar as diferenças tem sido ao longo dos tempos a peça-chave para o êxito da Aliança Cooperativa Internacional. Esse princípio ensina na atualidade que a solidariedade é um valor importante para garantir a seguridade e a liberdade.

A nível mundial, a ACI conta com mais de 230 organizações entre seus membros em mais de 100 países, o que representa aproximadamente mais de 1 bilhão de pessoas em todo o mundo.

Ainda é até hoje, depois de mais de 125 anos de atividades, a principal organização internacional dedicada exclusivamente ao fomento do cooperativismo. Por outro lado, a evidência mais convincente da vitalidade da ACI tem sido o seu persistente crescimento e sua capacidade de agrupar, depois de algumas separações e divisões causadas pelas duas grandes guerras mundiais, assim como, transformações políticas, sociais, econômicas acontecidas no século passado.

Ao longo da história da ACI, jamais se pode pôr em dúvida a sábia e prudente decisão tomada durante o Congresso Mundial da Aliança de 1937 de ser colocado em seu regulamento que os afiliados deveriam observar os Princípios de Rochdale como pré-condição para ingresso ou condição de permanecer como membro.

A cooperação ao longo dos tempos tem se mostrado como uma experiência humana de base social, que tem estado presente desde o início dos tempos, deixando marcas em todas as civilizações como forma de viabilizar a vida, superar adversidades, assim como realizar um trabalho conjunto para alcançar objetivos comuns. O laço entre o passado, o presente e o futuro denominamos de cultura, representada por valores, leis, crenças, comportamentos, costumes, usos e tradições de um povo, a qual é transmitida pelas palavras, por atitudes, manifestações artísticas, pela oralidade de algum grupo social.

A partir de 1946, o Movimento Cooperativista, representado pela ACI, foi uma das primeiras organizações não governamentais a ter direito a uma cadeira permanente no Conselho da Organização das Nações Unidas – ONU.

A Aliança Cooperativa Internacional representa o Movimento Cooperativo nas Nações Unidas; é uma ONG em que seus membros podem trocar ideias e também funciona como um organismo regulador para garantir a aplicação dos princípios cooperativos.

Nós já somos muitos! Hoje, uma em cada sete pessoas do planeta está ligada, direta ou indiretamente, a alguma cooperativa. E independentemente

de nossa cultura, de nosso idioma ou de nosso mercado de atuação, temos algo em comum. Além da paixão pelo cooperativismo, somos todos representados pela organização não governamental mais antiga do planeta: a Aliança Cooperativa Internacional (ACI).

Relembrar a história da Aliança Cooperativa Internacional a partir de 1895 para frente é pensar principalmente na sua sobrevivência a duas Guerras Mundiais e posteriormente aos processos de paz. Também podemos pensar no enorme progresso dos direitos humanos e na igualdade de oportunidades para todos os seres humanos, levando cada vez mais rapidamente a justiça social. A ACI tem representado um importante papel e um chamamento constante quanto à Declaração de Identidade Cooperativa, adotada a partir da Assembleia Geral da Aliança Cooperativa Internacional, realizada em Manchester/Inglaterra.

Cada ser humano tem sua identidade única. Esse princípio também se aplica às empresas cooperativas em geral. A identidade cooperativa apresenta duas características: anuncia as diferenças entre as cooperativas e as demais instituições, assim como apresenta simultaneamente as generalidades globais das cooperativas. A Declaração sobre a Identidade Cooperativa oferece-nos uma visão global do que significa ser uma empresa cooperativa: a sua definição, os seus valores e seus princípios cooperativos.

O cooperativismo

O cooperativismo, tal como o conhecemos, surgiu e evoluiu pela ação dos homens através do tempo; o pensamento do mesmo, a ação e o envolvimento de seus associados, assim como o envolvimento de diversos movimentos populares compostos por intelectuais, agricultores, sindicalistas, pensadores, etc.

O ser humano ao longo do tempo sempre se envolveu com a cooperação entre si, com seus semelhantes, sempre praticou a ajuda mútua, o trabalho em comum, sempre uniu seus esforços com os de outros para poder alcançar e satisfazer suas necessidades, lutando coletivamente.

Inicialmente, se uniu para fazer frente às forças da natureza, depois para criar organizações e instituições que o brindasse com a segurança e o bem-estar. Posteriormente, lutou cada vez mais unido com outros seres humanos para poder conseguir uma melhor vida para si, sua família e a sociedade.

Até por volta da metade do século XIX, o mundo não conhecia as grandes máquinas a vapor, ferro carril, etc. Nessa época, o ser humano dedicava-se à agricultura, ao trabalho artesanal e ao pequeno comércio. No campo, estava dominado pelos grandes senhores e nobres donos da terra; nas cidades, encontravam-se os artesãos organizados em grêmios ou corporações de ofício (alfaia-

tes, ferreiros, carpinteiros, pedreiros, seleiros, etc.) e os comerciantes. O poder estava centrado na propriedade da terra, e o comércio estava em mãos de uma classe social nascente: a futura burguesia que habitava os burgos ou cidades. O agricultor encontrava-se a serviço dos grandes proprietários da terra.

O ser humano como um ser racional, capaz de pensar, sempre esteve pensando em um futuro melhor. Para os mesmos não havia coisas impossíveis senão coisas um tanto difíceis, e as coisas eram difíceis somente na medida de sua própria vontade. E foi assim que, a partir da segunda metade do século XIX, o homem inventou a máquina a vapor, o tear mecânico, aproveitamento do carvão mineral, e em consequência surgiram as primeiras fábricas que apresentavam a transformação no processo produtivo. Esse transformou, por sua vez, as relações entre o setor agrícola e as cidades, bem como as relações econômicas, sociais e políticas.

Foi esse processo de transformação da vida econômica, social e política que inicia-se na Inglaterra que ficou conhecido como a Revolução Industrial. Durante a Revolução Industrial, a produção passou a se concentrar nas cidades, os agricultores iniciaram um êxodo rural, os grandes proprietários rurais perderam seu poder e surgiu uma nova classe social, intitulada de burguesia industrial, que, além de controlar o comércio, possuía o controle e a propriedade sobre meios de produção industrial (máquinas e ferramentas).

A Revolução Industrial significou um grande progresso, assim como um grande problema ao mesmo tempo. Com a Revolução Industrial os trabalhadores foram colocados em condições desumanas de trabalho e vida e vieram a se defender das condições de trabalho impostas pelos proprietários das nascentes indústrias.

Os trabalhadores começaram a ter uma situação de vida muito difícil, com baixíssimos salários, jornadas de trabalho de 14 a 18 horas diárias, trabalho de mulheres e crianças, falta de habitação, insalubridade, educação, etc. Por outro lado, os trabalhadores não estavam organizados e não tinham meios para se defender contra a exploração de seus patrões. Frente a essa situação de exploração e miséria econômica e moral, surgiram diversos pensadores sociais e movimentos populares que passaram a lutar por justiça social, por um melhor ordenamento da sociedade. Um desses movimentos que prosperou foi o cooperativismo.

Em consequência, surgiram numerosas experiências cooperativas na Inglaterra, na França e na Alemanha, todas organizadas por trabalhadores em sua própria defesa e para reordenar a sociedade. Todavia, essas primeiras experiências cooperativistas de trabalhadores foram mal-sucedidas por inúmeras razões.

Em 1844, surgiu na cidade industrial de Rochdale, na Inglaterra, a *Rochdale Equitable Pioneers Society Limited*, a qual teve o mérito de reunir todas as experiências mal-sucedidas anteriormente, organizando-se sob um programa de ações simples e regras firmes de organização, trabalho e conduta para seus membros. Foi em consequência dessa postura que a mesma teve um início efêmero, servindo de exemplo para o surgimento de outras cooperativas ao longo dos tempos.

No Brasil, o marco inicial do surgimento de um Movimento Cooperativista foi semeado em 1847 quando o médico francês Jean Marie Faivre, adepto das ideias do socialista utópico Charles Fourier, fundou no sertão do Paraná, junto com um grupo de imigrantes europeus, a Colônia Tereza Cristina, organizada em bases cooperativas. Foi uma experiência de curta duração.

O cooperativismo tem por objetivo o ser humano, e a sociedade tem uma maneira de ver o ser humano frente ao mundo e aos demais seres humanos. O cooperativismo, pois, tem ideias firmes, normas de ação e métodos de trabalho cuja prática se busca com uma sociedade justa, solidária, sem exploração nem de exploradores.

Todo o cooperativista e todas as cooperativas, para serem realmente enquadradas como tais, devem conhecer, analisar e estudar a doutrina e os princípios do cooperativismo. Não basta conhecê-los bem, devemos praticá-los permanentemente de acordo com a realidade de cada país e de cada cooperativa. Não basta conhecer as ideias e princípios cooperativos, senão praticá-los diariamente. No cooperativismo, não basta somente a boa vontade de unir esforços e melhorar, todavia se necessitam a organização, a capacitação e a educação permanente, a responsabilidade individual, sobretudo praticar sem egoísmo tudo o que se idealiza e se conhece.

Precedendo os princípios cooperativos, temos os valores posicionando-se acima deles na determinação hierárquica da doutrina cooperativa. Já os valores são permanentes, e os princípios, ao interpretar os valores, adaptam-se às circunstâncias relativas, ao local e ao tempo em que é posta em prática a doutrina cooperativista.

Através das reformulações ocorridas em 1845 (Art. 4º e 5º) e 1854 (Art. 6º, 11, 42, e 44) nos princípios inicialmente propostos, as mesmas passaram na época a integrar as normas da já famosa Cooperativa de Rochdale como marco de renovação.

Princípios doutrinários do cooperativismo expressos nos estatutos da Cooperativa de Rochdale

Princípios Doutrinários	Estatuto de Rochdale
Solidariedade	Associativismo Retorno “Pro Rata”
Igualdade	Gestão Democrática
Liberdade	Neutralidade Política e Religiosa
Fraternidade	Cooperação Voluntária Livre entrada e saída Educação Cooperativa

Fonte: Lambert (1975).

Desde a criação em 1895, a Aliança Cooperativa Internacional tem sido a autoridade máxima para definir o que vem a ser cooperativas e para elaborar e propor princípios sobre os quais as cooperativas devem ser baseadas.

Os princípios cooperativos são as normas de ação para os cooperativistas e para as cooperativas. Os princípios cooperativos dependem da doutrina cooperativista e estão em permanente adaptação e atualização. Os princípios cooperativos atualmente vigentes foram inicialmente formulados em 1937 (Congresso da ACI, realizado em Paris/França) e posteriormente reformulados em 1966 (Congresso ACI, realizado em Viena/Áustria).

Princípios Cooperativos	
1937 – Paris	1966 – Viena
Adesão Livre	Adesão Livre e Voluntária
Gestão Democrática	Gestão Democrática
Retorno “Pro Rata” das Operações	Distribuição das Sobras
Juros Limitados ao Capital	Taxa Limitada de Juros ao Capital Social
Venda a Dinheiro	-----
Desenvolvimento da Educação	Promoção da Educação
Neutralidade Política e Religiosa	Neutralidade Política, Religiosa, Racial e Social
-----	Integração Cooperativa

Fonte: Elaborada pelo autor.

Por fim, a Aliança Cooperativa Internacional em seu XXXI Congresso foi celebrada na cidade de Manchester/Inglaterra em comemoração do centenário de fundação dessa instituição. Que, por sua vez, aconteceu aproximadamente três meses depois de se completarem 150 anos de fundação da Cooperativa de Rochdale Pioneers, cujas regras iniciais serviram de modelo de regulação para as sociedades cooperativas dos quatro quadrantes do mundo. Tal adquire inicialmente um significado pela definição da cidade como sede desse congresso e, por outro lado, pelas instituições organizadoras, que foram as cooperativas britânicas *Co-operative Wholesale Society* (CWS), fundada em 1863; a *Co-operative Bank*, fundada em 1872; a *Co-operative Retail Services* (CRS), fundada em 1934 e a *Co-operative Union*. Essa última é uma Federação de Cooperativas Britânicas que engloba as anteriormente citadas.

O Congresso de Manchester teve um especial significado, tendo em vista a nova estrutura regional implantada na ACI, circunstância essa que revestiu em um enfoque regional fato que não havia tido anteriormente nas reuniões e que se manifestou tanto nos informes debatidos, assim como nas apresentações feitas durante a assembleia geral e nas questões organizativas surgidas nos distintos Comitês de Trabalho.

Outro fato marcante que se pode destacar foi, sem sombra de dúvida, a Declaração sobre a Identidade Cooperativa, com a qual a ACI então completa o seu projeto, que faz com que o cooperativismo apresente um novo papel para o século XXI.

A Declaração de Identidade proveu uma moldura dentro da qual todos os tipos de cooperativas podem e devem funcionar.

Durante o XXIX Congresso da ACI em Estocolmo/Suécia em 1988 teve início uma nova revisão dos Princípios e Valores Cooperativos, objetivando melhor esclarecer ou clarificar quais deveriam ser as bases da Identidade Cooperativa em um mundo em mudanças, no qual o Movimento Cooperativo fazia parte em sua totalidade. *Sven Ake Book* então ficou ao encargo de dar início a esse processo de revisão dos Valores Cooperativos, relatório esse que foi apresentado quatro anos mais tarde durante o Congresso da ACI em Tokio/Japão em 1992. A seguir, *Ian MacPherson* partiu do relatório aprovado no XXX Congresso da ACI em Tokio, elaborado por seu antecessor, e passou a coordenar a elaboração de um novo documento básico de como deveriam ser expressos os Valores e os Princípios Cooperativos para o plenário do referido evento. Após debates e numerosas consultas às organizações-membros, foi aprovado uma declaração que definia inicialmente o que seria uma sociedade cooperativa:

Uma cooperativa é uma associação autônoma de pessoas unidas voluntariamente para atender as suas necessidades e aspirações econômicas, sociais e

culturais comuns através de um empreendimento de propriedade coletiva e de controle democrático (MacPHERSON, 1995, p. 3).

E, em segundo lugar, especifica os valores sobre os quais o Movimento Cooperativo se embasaria:

As cooperativas são baseadas em valores de autoajuda, autorresponsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade. Na tradição de seus fundadores, os membros cooperativados creem em valores éticos de honestidade, transparência, responsabilidade social e cuidado com o próximo (MacPHERSON, 1995, p. 3).

A realização dos valores materializa-se com os novos Princípios Cooperativos, os quais são pautas mediante as quais as cooperativas e os cooperativistas colocam em prática seus valores, a saber:

- 1° – Adesão Livre e Voluntária
- 2° – Controle Democrático dos Sócios
- 3° – Participação Econômica dos Sócios
- 4° – Autonomia e Independência
- 5° – Educação, Formação e Informação
- 6° – Intercooperação
- 7° – Preocupação com a Comunidade.

Os três primeiros princípios dirigem-se, essencialmente, à dinâmica interna típica de qualquer cooperativa; os quatro últimos influenciam igualmente as operações internas e as relações externas das cooperativas.

Essa declaração destaca-se pela incorporação de dois novos princípios, quais sejam o quarto e o sétimo, façanha essa que ainda não havia sido produzida desde a inclusão do Princípio de Integração; ambas as duas novas incorporações destacam duas importantes características das cooperativas, por um aspecto, sua autonomia e independência com respeito a outras organizações (o pretendido era a salvaguarda das cooperativas das influências governamentais e sua vocação social) e o interesse pela comunidade.

Essa última ideia foi capturada dos documentos finais, tendo em vista que já era uma preocupação da ACI, qual seja a da conservação do meio ambiente, inquietude já formulada no XXX Congresso da Aliança de Tokio em 1991.

São também acrescentadas novas notas aos princípios já existentes, como foi o caso do primeiro princípio a ser incorporado a seu texto: a proibição de discriminação por razões de sexo; até então, a mesma estava subentendida em seu conteúdo a uma maior ênfase quanto ao aspecto da informação no seio do Princípio da Educação Cooperativa.

A ACI realizou ao longo de sua existência três declarações formais sobre os Princípios Cooperativos: a primeira em 1937 (Congresso de Paris), a segunda em 1966 (Congresso de Viena) e a terceira em 1995 (Congresso de Manchester). As três versões foram intenções objetivando explicar como deveriam ser interpretados os Princípios Cooperativos no contexto de um mundo em constantes mudanças.

Essas revisões periódicas dos princípios têm sido uma excelente força para o Movimento Cooperativo. Têm demonstrado ao longo dos tempos como o pensamento cooperativo pode e deve ser aplicado em um mundo em constantes mudanças; também sugerem como as cooperativas podem organizar-se para enfrentar os novos desafios; e envolvem os cooperativistas em todo o mundo em uma nova visão dos propósitos básicos do Movimento Cooperativista.

Os princípios não foram reunidos arbitrariamente por casualidade, pois eles formam um sistema e são inseparáveis, apoiam-se mutuamente e podem e devem ser observados integralmente por todas as cooperativas, quaisquer que sejam seus objetivos, área de operação e país.

Princípios

Na prática, os Princípios Cooperativos são atos essenciais, absolutamente indispensáveis para alcançar os fins do Movimento Cooperativo. Esses fins foram descritos de diferentes maneiras em diferentes etapas do desenvolvimento histórico do movimento.

Os Princípios Cooperativos são um preceito universal que transcende os aspectos culturais, políticos, idiomáticos e religiosos.

Os Pioneiros de Rochdale, assim como também alguns cooperadores que os precederam, declararam que seus objetivos eram criar comunidades autônomas capazes de se automanter com seu próprio esforço.

Os Princípios Cooperativos já faziam parte do estatuto inicial quando da fundação da Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale em 1844 e que posteriormente tiveram duas reformulações: uma primeira em 1845 (Art. 4º e 5º) e uma segunda em 1854 (Art. 6º, 11, 32 e 44), que na época passaram a integrar a norma mater da já famosa Cooperativa de Rochdale como marco de renovação.

A cultura da cooperação tem por base o agir cooperativo quando um determinado grupo social trilha as suas atitudes na direção do bem comum, com interesses coletivos acima dos benefícios individuais, tendo por escopo a confiança entre as pessoas e a autoajuda, sustentando laços de solidariedade a partir de uma convivência democrática, respeito mútuo e uma ética.

Com a fundação da Aliança Cooperativa Internacional em 1895, a qual teve como antecedente a “Associação de todas as Classes de todas as Nações”,

criada em 1835 por Robert Owen em Londres, e diversos congressos cooperativos congregando cooperativas inglesas e representantes de organizações cooperativistas de outros países.

Desde a sua fundação, a ACI tem seis grandes grupos de objetivos fundamentais, tais como: informação, pesquisa, princípios, promoção e difusão da educação cooperativa, etc.

A Aliança tem se ocupado desde o seu nascedouro naturalmente com os Princípios Cooperativos, primeiro para decidir quem podia e pode ser admitido como seu membro filiado.

Desde a fundação da Cooperativa de Rochdale, passando pelas reformas de 1845, de 1854, de 1937, de 1966 e de 1995, alguns dos princípios mantiveram-se permanentes e dentre esses o da educação, senão vejamos:

1844 – Educação dos Membros

1845 – Educação

1854 – Educação

1937 – Desenvolvimento da Educação

1966 – Promoção da Educação

1995 – Educação, Formação e Informação



Tentar-se-á realizar um relato de como os Pioneiros de Rochdale realizaram em sua época o entendimento do que seria a Educação dos Membros filiados à Cooperativa dos Probos Pioneiros.

Inicialmente, não havia uma prática propriamente de educação, mas sim os mesmos entendiam que realizar reuniões noturnas, finda a faina do trabalho, em uma sala no fundo do armazém da Cooperativa, quando trocavam ideias entre si relativas às operações da sociedade e discutiram as políticas de curto prazo, era realizar educação.

Em 1849, a Sociedade dos Probos deu início à organização realmente de uma seção para a realização da educação. Inicialmente, designou um grupo de seus membros encarregado de inicialmente recolher por doação material bibliográfico (livros), que os associados desejassem doar para compor uma biblioteca inicial. A ideia logrou êxito, pois um significativo número de obras foi doado.

Algum tempo depois, satisfazendo os reclamos dos associados, a fim de satisfazer as constantes solicitações, a diretoria da cooperativa aprovou uma dotação de cinco libras a partir de então à biblioteca para seu fomento. A partir de então, a biblioteca passou a abrir ao público pelo menos uma vez por semana, sempre aos sábados no período noturno.

Consequentemente, o afluxo de interessados sofreu incremento, e o número de obras acabou ficando insuficiente quanto à demanda de leitores. Novamente a Assembleia da Cooperativa viu-se obrigada a aprovar uma segunda ajuda financeira de mais vinte libras, subdividida em quatro parcelas mensais.

Mais adiante, em uma nova assembléia trimestral, como era costume, foi novamente aprovado um subsídio de quarente libras. Sendo que esses constantes subsídios causaram algum desconforto entre alguns associados, obrigando a junta diretiva da Cooperativa a uma negociação com os cooperados descontentes, e o novo subsídio acabou sendo aprovado para ser aplicado na Seção de Educação.

Em 1850, a Sociedade dos Probos inaugurou uma escola para crianças com uma contribuição mensal de dois pences.

Em 1853, quando houve o início de uma segunda revisão dos estatutos, a biblioteca continuou a ser merecedora de atenção, contando com a colaboração de *John Brierley*, um antigo associado, que fossem dedicados 2% dos lucros na manutenção e ampliação da biblioteca.

A partir da aprovação dessa proposta, a Seção de Educação permitiu-se custear a contratação de alguns professores para o ensino.

Em 1858, a biblioteca já possuía um acervo de 1.400 volumes, e a mesma passaria a ter uma sala de jornais gratuitamente a todos os associados dos Probos Pioneiros. Em fins desse ano, o acervo da biblioteca já chegava a dois mil volumes, e tendo em vista a demanda por seu acervo, a mesma também passou a abrir às quartas-feiras nas mesmas condições do que já vinha abrindo até então.

Um ano depois, a biblioteca contava com um acervo de 2.200 volumes e um ano depois com um volume de 3.000.

O Relatório da Cooperativa de 1862 consagrou um capítulo do mesmo à Seção da Educação, informando que a biblioteca possuía um acervo de 5.000

volumes, sendo que a maior parte de valor expressivo e de que as salas de leitura recebiam em média 14 jornais e 32 periódicos, entre semanários, mensais e trimestrais. Todas essas publicações eram de correntes do pensamento as mais variadas. Essa postura implementada pelo Junta Diretiva objetivava evitar que alguns associados tivessem motivo para questionar alguma intransigência quanto à diversidade de correntes ideológicas.

Em 1862, novamente foi constatado pela Junta Diretiva que as horas de funcionamento da biblioteca já não mais atendiam a demanda, ou seja, já eram insuficientes. Foi então contratada uma pessoa para ser bibliotecário, porém o mesmo era um conceituado encadernador. Esse tinha a incumbência de manter o acervo organizado, realizar os empréstimos. A biblioteca passou a abrir todos os dias da semana durante aproximadamente sete horas diárias.

As salas destinadas a leituras sofreu uma ampliação em 1864, passando a contar com dez salas. Em 1869, o acervo da biblioteca já contava com aproximadamente 7.000 livros. E um ano depois o acervo era de 9.000 volumes e em 1876 12.000.

Além da instrução proporcionada pela escola, a biblioteca, as salas de leitura, a Junta Diretiva também passou a organizar eventos sociais do tipo conferências, palestras, etc., todas com temas científicos de relevância. Esses eventos inicialmente foram levados a efeito em salões da cidade, pois a Cooperativa inicialmente não dispunha de um espaço próprio.

Em 1873, a Junta Diretiva da Cooperativa fez uma parceria com a *South Kensington*, de Londres, com o objetivo de obter bolsas de estudo, patrocinadas pelo governo em favor de estudantes desprovidos de recursos financeiros, os quais desejassem dar continuidade a seus estudos.

Na escola patrocinada pela Cooperativa dos Probos Pioneiros eram ensinados os seguintes temas: matemática, desenho geométrico e mecânico, teoria da mecânica, fisiologia, botânica, desenho, eletricidade, magnetismo, química, botânica, acústica, francês, calor, etc.

Além de livros e jornais, a biblioteca também possuía em seu acervo microscópios, binóculos, telescópios, baterias magnéticas, etc.

O conjunto de funcionários da Seção de Educação era nomeado, pago e fiscalizado pelo bibliotecário-chefe.

Foi a postura da Junta Diretiva Cooperativa dos Probos de destinar 2,5% dos lucros líquidos para a educação em geral, que em consequência elevou na consideração pública o apreço pela Sociedade Cooperativa dos Probos. Essa postura era considerada a “Regra de Ouro”.

Conquistou ao longo do tempo a simpatia da sociedade em geral.

Essa regra tem contribuído ao longo dos tempos para o progresso intelectual e moral dos cooperados, preservando a sociedade de presenciar que seus estatutos acabassem sendo alterados por pessoas mal informadas e com formação duvidosa.

Os comentários até aqui apresentados demonstram e comprovam a importância que desde o nascedouro da Cooperativa dos Probos Pioneiros asseguravam a educação, e na prática essa postura revelou-se desde muito cedo a sua importância para a sociedade em termos de método e de sistemas educativos.

A educação empreendida pela Cooperativa deveria abranger a formação cívica, o aperfeiçoamento moral, o conhecimento dos princípios e métodos cooperativos, não obstante o ensino de noções elementares resultar em muitos casos, compensar o deficiente alcance do sistema educativo da época, e também servia de base para uma formação especializada em matéria de cooperativismo.

E assim se chega a 19 de agosto de 1895 com a fundação da Aliança Cooperativa Internacional, a qual passa a ter a incumbência de estudar e propor adequação e atualizações aos princípios cooperativos. Esse organismo federativo de nível mundial acolheu em seus estatutos iniciais os assim denominados Princípios de Rochdale, os quais tradicionalmente eram aplicados em todas as organizações em todo o mundo.

Durante o XIII Congresso da ACI, realizado em Viena no ano de 1930, foi aprovada a constituição de uma Comissão Especial para estudar os Princípios de Rochdale, se seria necessária ou não uma nova definição sobre os mesmos.

O tema voltou a fazer parte do XIV Congresso da ACI, realizado em Londres no ano de 1934, porém o informe sobre o tema mereceu amplo debate sem ter chegado a uma definição, e o assunto passou ao XV Congresso da ACI, realizado em Paris no ano de 1937, quando então foi aprovado o informe que apresentava uma nova redação dos Princípios da ACI. Esses passaram a reger todas as cooperativas em nível mundial, a fim de que as mesmas pudessem ser consideradas como tal. Novamente o Princípio da Educação foi mantido, porém com a denominação de “Desenvolvimento da Educação”.

A Comissão Especial concluiu em seu informe que era de fundamental relevância manter o Princípio da Educação e também aconselhava que uma porcentagem variada de recursos financeiros dos excedentes líquidos deveria ser destinada de acordo com as circunstâncias de cada cooperativa a fim de promover a educação em relação a todos os temas que pudessem facilitar a compreensão dos ideais cooperativos.

Poucos anos depois eclodiu a Segunda Guerra Mundial, que em seu término legou uma dolorosa recuperação mundial, resultando numa profun-

da alteração geopolítica no cenário mundial. A Guerra Fria agudizou-se principalmente nos anos 1950. Um impetuoso processo de descolonização grassou em alguns continentes; novos países surgiram no concerto das nações.

Quando do Congresso da ACI em *Bournemouth* no ano de 1963, praticamente já passava um quarto de século depois do XV Congresso da ACI em Paris. O mundo apresentava-se muito diferente do que era em 1937. Havia naturalmente uma grande pressão por uma revisão dos Princípios Cooperativos. Neste congresso novamente foi aprovada uma resolução constituindo uma comissão encarregada de estudar e propor a reformulação dos Princípios Cooperativos.

Havia na época a ideia de que a reformulação dos princípios ocorrida em 1937 havia sido condicionada por um contexto eminentemente capitalista, quando o Movimento Cooperativo havia se desenvolvido no seio de distintos sistemas econômicos.

O reexame por parte da comissão de toda essa problemática procurou incidir sobre a perenidade da formulação aprovada em 1937 em Paris, avaliando a sua eficácia à luz das práticas cooperativas, ponderando as críticas, sugestões e experiências dos cooperadores dos mais diversos países.

Em uma atmosfera eminentemente humanista, a comissão recusou estabelecer graus de validade que pudessem levar à distinção entre a energia vinculativa dos princípios. A comissão concluiu que cada um dos princípios é essencial, ou seja, tão importante quanto os demais, de observância obrigatória, permanente e universal.

O relatório apresentado pela comissão teve uma aceitação unânime dos membros, tendo sido aprovado praticamente por unanimidade. Foram fixados, desse modo, em Viena seis princípios com idêntica força normativa, a saber: adesão livre, administração democrática, juros limitados ao capital, destino para os excedentes, desenvolvimento da educação e intercooperação.

Novamente a questão da educação era contemplada, agora com a denominação de “Desenvolvimento da Educação”, que deixava de ser um princípio acessório ou facultativo para passar a ocupar um lugar idêntico aos outros cinco.

O novo texto passou a ter o seguinte entendimento: “Todas as cooperativas devem tomar providências para promover a educação de seus membros, empregados e dirigentes e público em geral, nos princípios e técnicas tanto econômicas como democráticas da cooperação” (DRIMER, 1975, p. 563). Fica subentendido que a educação cooperativa não poderia deixar de incorporar uma componente técnica, mas envolver necessariamente também uma vertente doutrinária, devendo incidir quer nos aspectos empresariais da vida cooperativa,

quer nos aspectos associativos. Ou seja, o desenvolvimento da educação implicava uma estratégia, uma complexa planificação e uma articulação entre as medidas e as tarefas, em suma, uma política bem definida.

O relatório final sobre os Princípios Cooperativos, aprovado em 1966, também ressaltava que o “Princípio da Promoção da Educação” considerava o mesmo como uma norma fundamental, destacando também que o cooperativismo não se baseava em impulsos egoístas do ser humano e nem em sua cega obediência, senão na sua autodisciplina coletiva, e que solicitava a adoção de novas ideias e novas formas de conduta, as quais somente poderiam ser adquiridas através de uma apropriada educação. Pois somente essa há de permitir que seja despertado e mantido o espírito cooperativo das novas gerações.

Também o mesmo relatório afirmava que, do ponto de vista cooperativo, a educação deveria ser entendida como um amplo processo e que deveria ser desenvolvida permanentemente ao longo da vida e que também deveria abranger os conhecimentos em geral, senão também as experiências adquiridas, desenvolver as amplitudes e faculdades do ser humano, acostumando-o a trabalhar em plena harmonia com os demais com responsabilidade.

Por fim, o relatório concluía que deveria ser considerado o processo de educação e reeducação cooperativa e deveria ser permanente aos quatro principais grupos de seres humanos: a) – os associados da cooperativa; b) – os dirigentes; c) – os funcionários e/ou empregados; d) – o público em geral não associado (ACI, 1968).

Para a consecução de tal postura, o informe final sugeria a hipótese da criação de um Centro Internacional de Educação Cooperativa, o qual já há muito era uma aspiração de muitas gerações de cooperativistas. Tal centro deveria ser um instituto de capacitação e informação cooperativista com uma equipe de docentes, pesquisadores e todo tipo de pessoal necessário para seu bom funcionamento e que deveria formar diretivos capazes de poder a médio e longo prazos acelerar o desenvolvimento da cooperação e do cooperativismo. Porém, essa ideia somente aconteceu em tímidos projetos efêmeros, que sofrem de um marasmo sem se cumprir.

Aproximadamente ao mesmo tempo da reformulação empreendida pela ACI nos Princípios Cooperativos, a Organização Internacional do Trabalho – OIT aprovou em sua Assembleia Geral a Recomendação nº 127, em 21 de junho de 1966 relativa ao “Papel das Cooperativas no Progresso Econômico e Social dos Países em Desenvolvimento”. Por essa Recomendação em seu Item 3, letras “e” e “f”, deveriam ser criadas e desenvolvidas cooperativas como um meio para melhorar as condições sociais e completar os serviços sociais em áreas tais como a habitação, a saúde, a educação geral e técnica e as comunicações.

A Recomendação nº 127/66 era um reflexo das preocupações em matéria de desenvolvimento vigente na década dos anos 1960, época em que as cooperativas eram consideradas fundamentalmente instrumentos governamentais. Por conseguinte, a Recomendação insistia no papel governamental em desenvolver as cooperativas e preconizava o caráter autônomo das mesmas.

O Brasil inaugurou a normatização específica das sociedades cooperativas na década dos anos 1930 através do Decreto nº 22.239/32, de 19 de dezembro de 1932. Esse decreto foi, de fato, o marco jurídico de maior relevância para a consolidação do cooperativismo no Brasil, tendo em vista instituir as bases da cooperativa como uma sociedade diferente das outras formas jurídicas existentes, elencando suas particularidades. Estudiosos e pesquisadores atribuem a essa legislação o pioneirismo da adoção, em seu texto, dos princípios doutrinários “rochdaleanos”.

O cooperativismo realmente instalou-se no Brasil com o amparo jurídico do Decreto nº 22.239/32, cuja vigência prolongou-se até 1966. Porém, o mesmo teve uma vigência curta e conturbada, com período de vigência e período de revogação. O Decreto nº 59/1966 revogou-o em definitivo, porém, a atual Lei Ordinária vigente também regulamenta e preserva as características rochdaleanas do cooperativismo no Brasil; é a Lei Cooperativista (Lei nº 5.764/71).

No Brasil, em 16 de dezembro de 1971, foi editada a Lei nº 5.764, a qual vem definir uma nova Política Nacional de Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas e dá outras providências. Essa lei foi aprovada pelo Legislativo (Congresso Nacional) e posteriormente sancionada pelo Executivo em uma época em que o país vivia num regime autoritário. O Estado era altamente intervencionista e procurava de todas as formas controlar a então sociedade civil.

A Lei nº 5.764/71, quando de sua edição, revogou o Decreto-Lei nº 59/66, assim como Decreto nº 60.597/67, instituindo o novo regime jurídico das Sociedades Cooperativas.

Tendo em vista a circunstância pela qual o país passava, era muito natural que uma lei que objetivava regulamentar o cooperativismo, assim como todas as atividades inerentes ao mesmo, apresentasse uma elevada dosagem de restrições autoritárias e de possibilidade da intervenção estatal em seu funcionamento.

A referida lei em seu Capítulo VII – dos Fundos, no Artigo 28, inciso II prevê a criação do “Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social, destinado a prestar assistência aos associados, seus familiares e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa, constituído de 5% (cinco por cento), pelo menos, das sobras líquidas apuradas no exercício”.

Tal postura do Legislativo (Congresso Nacional) veio ao encontro do que muitos precursores e doutrinadores ao longo do tempo assim como manifestações ocorridas em diversos Congressos Internacionais da ACI, que sempre preconizavam um princípio relativo à Educação Cooperativa, e nesse dispositivo legal (Lei nº 5.764/71) tivemos a sua contemplação pela primeira vez.

O XXVII Congresso da Aliança Cooperativa Internacional, realizado em 1980 em Moscou/Rússia, teve como tema central “As Cooperativas para o ano 2000”. O Comitê Central da ACI encarregou um estudioso canadense, Professor Doutor Alexander F. Laidlaw, da elaboração de um documento de trabalho que pudesse ser a base para a discussão do tema (LAIDLAW, 1981).

A aprovação do informe apresentado pelo Dr. Laidlaw considerava o mesmo como o início de um permanente processo de autoexame do Movimento Cooperativo Mundial, e o mesmo recomendava às organizações cooperativistas de todo o mundo um acurado estudo do informe, a consideração de suas implicações, a análise de sua aplicação, bem como as peculiares circunstâncias e problemas, assim como um apurado exame do futuro desenvolvimento do movimento em todos os seus aspectos (LAIDLAW, 1981).

Ao ser abordado o tema “A performance e os problemas das cooperativas”, o relatório apresenta uma evolução das fraquezas e omissões das cooperativas, destacando as áreas onde falharam em suas promessas e expectativas, apresentando formas para melhorar seus resultados.

No item terceiro do quarto capítulo de seu relatório, o Dr. Laidlaw tece comentários relativos ao abandono do papel educativo por parte do Movimento Cooperativo, afirmando que se generalizava cada vez mais, sem risco de se enganar que a maioria dos Sistemas Cooperativos, com exceção de alguns países do Terceiro Mundo, deveriam ser reconhecidos culpáveis dessa acusação.

Também afirmou em seu relatório que em numerosas cooperativas o Princípio da Educação havia sido uma aventura inicialmente, com uma intensa movimentação e grande interesse inicial, e que paulatinamente foi esmorecendo com o decorrer do tempo. Também ressaltou que, enquanto a empresa cooperativa progredia economicamente, chegando a entrar na era da cibernética, a educação cooperativa vivia na idade da pedra.

Também afirmou que a educação cooperativa havia sofrido as consequências de ter sido relegada a segundo plano e colocada em mãos de administradores de empresas, os quais não faziam parte do sistema cooperativo.

No final desse item de seu informe, o Prof. Laidlaw afirmou que o panorama em geral não estava totalmente perdido e nem era tão desalentador. Ainda que a total negligência quanto ao papel educativo no momento já não

era um fenômeno tão relevante quanto o número de cooperativas que hoje já têm programas de educação.

A redação de 1995 dos Princípios Cooperativos foi o resultado de um longo período de propostas com respeito à formulação dos Princípios de 1966: o relatório apresentado por Alex Laidlaw no Congresso da ACI de 1980; o relatório apresentado por Lars Marcus no Congresso da ACI de 1988 em Estocolmo; o relatório apresentado por Sven Ake Book no Congresso da ACI de 1992 em Tokio; e, por último, a proposta apresentada por Ian MacPherson no Congresso do Centenário de 1995, em Manchester.

Mais de 1.200 participantes, representando aproximadamente 100 países dos cinco continentes, dos mais diversos setores do mundo cooperativo, do mundo universitário e de organizações públicas se fizeram presentes no XXXI Congresso da Aliança Cooperativa Internacional – ACI, realizado na cidade de Manchester para comemorar o centenário de fundação da maior Organização não Governamental, ou seja da ACI (SANTOCILDES, 1996).

Alguns meses antes desse magno evento, também foi realizado o sesquicentenário de fundação da *Rochdale Equitable Pioneers Society Limited*, cujas regras básicas serviram de modelo para as Sociedades Cooperativas de todo o mundo.

O Congresso de Manchester, após os diversos processos de debate, inúmeras consultas às organizações-membros, apresentou algumas realizações dignas de especial transcendência, as quais destacaremos a seguir: a) – Declaração relativa à Identidade Cooperativa; b) – Definição sobre Sociedade Cooperativa; c) – Valores Cooperativos; e d) – Reformulação de Princípios Cooperativos.

Naturalmente, a Declaração sobre a Identidade Cooperativa era um documento conciso e que incluía apenas os aspectos essenciais que a moldam, tais como uma nova definição de cooperativa, uma listagem dos valores-chave do Movimento Cooperativo e um conjunto revisado dos Princípios Cooperativos pretendidos para orientar as Organizações Cooperativas a serem adotados no início do século XXI.

A identidade e o significado que tem a cooperativa para si mesma e para os seus membros, que sejam associados, funcionários ou dirigentes. A marca e a forma pela qual a cooperativa se comunica e projeta a identidade com o mundo externo através da educação, formação, informação, marketing, logomarcas, redes sociais, etc.

Entender a química do casamento entre identidade e marca permite-nos entender e encontrar a melhor forma para que as cooperativas possam apresentar a sua mensagem e poder saber como e que as mesmas devem ser

vistas e entendidas por todos, desde os tomadores de decisão até o público em geral.

A Declaração de Identidade objetivava proporcionar uma base comum, sobre a qual todas as principais tradições cooperativas poderiam prosperar e trabalhar efetivamente juntas. Ou seja, a Declaração de Identidade objetivava promover e promoveu uma moldura dentro da qual todos os tipos de cooperativas pudessem funcionar harmonicamente.

A Declaração sobre Identidade Cooperativa, portanto, deve ser vista e estudada no seio de contextos históricos, contemporâneos e futuros.

A Declaração de Identidade definiu uma cooperativa da seguinte forma:

Uma cooperativa é uma associação autônoma de pessoas unidas voluntariamente para atender as suas necessidades e aspirações econômicas, sociais e culturais em comum através de um empreendimento de propriedade coletiva e de controle democrático (MacPHERSON, 1995).

Essa definição pretendeu ser uma afirmação menina; não objetivava ser uma descrição da cooperativa perfeita e acabada. Ela é uma definição ampla, e os membros dos mais variados tipos de cooperativas estavam e estarão sempre envolvidos diferentemente, os quais devem ter alguma liberdade na maneira como organizam seus negócios.

Com a aprovação da definição do que vem a ser uma cooperativa, o Congresso do Centenário esperava e espera que a mesma seja útil para que sejam esboçadas legislações mais adequadas, seja dada nova ênfase à questão da educação de seus membros e que sejam preparadas literaturas.

A nova proposta de definição enfatiza as seguintes características: a) – a cooperativa é autônoma; b) – é uma associação de pessoas; c) – as pessoas unem-se voluntariamente; d) – atender necessidades; e) – um empreendimento de propriedade coletiva; e f) – de gestão e controle democrático.

Como terceira decisão foram aprovados os Valores Cooperativos sob os quais se sustenta o Movimento Cooperativo, a saber:

As cooperativas são baseadas nos valores de autoajuda, autorresponsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade (MacPHERSON, 1995).

Segundo a tradição dos fundadores, os sócios de uma cooperativa também deveriam guardar os valores éticos, de honestidade, de transparência, de responsabilidade social.

A materialização dos valores realizam-se através dos Princípios Cooperativos, os quais são por muitos entendidos como um mandamento pético, que devem ser seguidos literalmente. No entanto outros tratadistas consideram que os Princípios são mais do que mandamentos, afirmando que os mes-

mos são guias para julgar comportamentos e tomar decisões. Por fim, uma corrente mais expressiva afirma que os Princípios formam o coração das cooperativas e que os mesmos não são independentes uns dos outros.

No entanto, para que os Princípios cumpram efetivamente sua função, eles não podem ser transformados em declarações imóveis e permanentes.

Os Princípios Cooperativos, segundo MacPherson (1995), são pautas mediante as quais as cooperativas colocam e praticam seus valores, tendo no final do Congresso do Centenário sido aprovado um novo elenco dos mesmos, a saber:

- 1° Adesão Livre e Voluntária;
- 2° Controle Democrático dos membros;
- 3° Participação Econômica dos membros;
- 4° Autonomia e Independência;
- 5° Educação, Formação e Informação;
- 6° Intercooperação; e
- 7° Preocupação com a Comunidade.

Com a declaração dos novos princípios fica destacada a incorporação de dois novos princípios, o quarto e o sétimo, fato que não acontecia desde a inclusão do Princípio da Integração; ambos destacam duas importantes características das cooperativas: de um lado, sua autonomia com respeito a outras organizações, objetivando resguardá-las da ingerência governamental, e, por outro lado, sua vocação social e preocupação com a comunidade. Essa última abriga em seu seio uma das últimas preocupações da ACI, ou seja, a conservação do meio ambiente, inquietude nascida durante o Congresso de Tokio em 1991.

Por outro lado, também foram apresentadas algumas notas complementares aos princípios já existentes, como no caso do primeiro princípio, ao qual foi incorporada a proibição da discriminação por razões de sexo, ideia até então subentendida em seu conteúdo. Também foi dada uma nova ênfase através de uma outra nota explicativa quanto a uma nova visão para o aspecto da educação cooperativa. Uma terceira nota explicativa, e que causou muita controvérsia, foi a que tratava do Princípio da Participação Econômica dos membros associados.

O Movimento Cooperativo tem desde a sua origem um compromisso especial com a educação, o qual surpreendentemente se encontra nos Princípios de Rochdale e se mantém nas cinco revisões realizadas, inclusive nas revisões patrocinadas pela ACI nos Princípios Cooperativos. A Educação Cooperativa sempre desempenhou um papel central no crescimento dos movimentos Raiffeisen, Mondragon, Antigonish, entre outros. A educação foi e segue sendo o elemento vital de todas as cooperativas e, conseqüentemente, o motor

do desenvolvimento cooperativo. A reformulação empreendida durante o Congresso da ACI em 1995 reza:

As Cooperativas proporcionam educação e formação para seus sócios, representantes eleitos, dirigentes e empregados para que eles possam contribuir efetivamente ao desenvolvimento das suas cooperativas. Elas informam ao público em geral – particularmente jovens e líderes de opinião – sobre a natureza e os benefícios da cooperação (MacPHERSON, 1995).

Esse princípio passa a enfatizar a importância da educação e formação no seio das cooperativas. Educação passa a significar mais do que simplesmente distribuir informações ou encorajar o patrocínio da mesma; passou a incorporar nas mentes dos associados eleitos, gerentes e empregados das cooperativas a compreensão total da complexidade e da riqueza do pensamento e da ação cooperativos. Ou seja, formar significa assegurar para que os associados das cooperativas possuam as habilidades requeridas para bem desempenhar suas responsabilidades (MacPHERSON, 1995).

Segundo MacPherson (1995), a educação e a formação são importantes pilares básicos, os quais deverão fornecer excelentes oportunidades aos líderes das cooperativas, por meio das quais os mesmos podem entender e compreender as necessidades de seus associados. Pois uma cooperativa que encoraja a comunicação bilateral efetiva entre membros associados, trabalhadores e líderes, enquanto opera de maneira efetiva, raramente falha.

A nova visão desse princípio finaliza reconhecendo que as cooperativas têm uma responsabilidade particular de informar as pessoas jovens e os formadores de opinião (políticos, servidores públicos, educadores e mídia) sobre a natureza e os benefícios da cooperação. No contexto de um mundo contemporâneo, as pessoas não irão apreciar, não irão apoiar o que elas não entendem.

Por fim, pode-se afirmar que, ao longo desses 176 anos desde o surgimento da *Rochdale Equitable Pioneers Society Limited*, os Princípios Cooperativos têm sido o sangue da vida do movimento. Resulta surpreendente que o Princípio da Educação é encontrado no estatuto original dos Princípios de Rochdale e permanece nas diversas revisões promovidas pela ACI nos Princípios Cooperativos. Derivados do valores os quais têm inspirado o movimento desde o seu nascedouro, eles conformam as estruturas e determinam as atitudes que fornecem as perspectivas distintas do movimento. São as normas pelas quais as cooperativas se esforçam para desenvolver suas organizações cooperativas. Os princípios são práticos e objetivos, modelados tanto por gerações de experiência como por pensamento filosófico. Consequentemente, podemos afirmar que os mesmos são elásticos e aplicáveis com diferentes graus de detalhe, em diferentes tipos de cooperativas e em diferentes situações. Os princípios são as qualidades fundamentais que tornam as cooperativas eficazes e distin-

tas e o Movimento Cooperativo valioso para o desenvolvimento e a superação das desigualdades.

A educação cooperativista está essencialmente voltada a uma educação transformadora e acompanha as mais modernas medidas de reestruturação do sistema educacional. Além de incentivar atitudes cooperativistas, essa abordagem compromete-se com o desenvolvimento da cidadania e da autonomia dos estudantes.

O cooperativismo é essencial na família e nas escolas neste mundo que apresenta tantas divergências e incoerências.

Investir em educação é investir em pessoas.

A idoneidade das cooperativas objetivando poder responder aos novos desafios mundiais foi em 2009 pela Assembleia Geral das Nações Unidas – ONU proclamando 2012 como o Ano Internacional das Cooperativas com o lema “As Cooperativas, Empresas para um Mundo Melhor”. Em janeiro de 2012, tem o início do Ano Internacional das Cooperativas com os seguintes objetivos: a) – aumentar a sensibilização do público para as cooperativas e para o seu contributo para o desenvolvimento socioeconômico e cumprimento dos objetivos de desenvolvimento do milênio; b) – promover a criação e o crescimento das cooperativas; e c) – encorajar os governos a estabelecer políticas, legislação e regulamentação próprias para a criação, o crescimento e a estabilidade das cooperativas (GREEN, 2012).

Objetivando pôr em prática os objetivos preconizados pelo Ano Internacional das Cooperativas, a Aliança Cooperativa Internacional constituiu um grupo de trabalho que elaborou um ambicioso trabalho intitulado Plano de Ação para uma Década Cooperativa – 2012 a 2020. Esse plano preconizava cinco grandes estratégias de ação, quais sejam: a) – participação; b) – sustentabilidade; c) – identidade; d) – quadros legais; e e) – capital (GREEN, 2012).

Programas educacionais

Um grande erro estrutural da Sociedade Cooperativa brasileira residiu na ausência de ter programas educacionais formalmente organizados e tardiamente ter despertado e abraçado a questão preconizada desde o surgimento da mesma no Brasil. Quando alguma cooperativa tinha um Programa Educacional, o mesmo era muito tênue, muitas vezes se apresentando como um jornal, um folder, um anúncio na rádio, etc.

No Brasil, somente a partir da década dos anos 1980 é que surgem alguns projetos de cunho nacional a partir de ações da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, contando com o suporte do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – SENACOOOP.

O cooperativismo necessita ter seus próprios programas educacionais e que também contemple parcerias com instituições de ensino superior públicas ou privadas, nacionais ou internacionais. Pois para o cooperativismo a educação cooperativa é questão de sobrevivência permanente, pois o mesmo se afirma em base educacional pela livre e consciente adesão de seus associados.

Uma educação sistematizada de cooperativismo deve ser colocada como meta permanente de preparar o corpo de associados, dirigentes e empregados que pensem, trabalhem e vivam a doutrina e a filosofia cooperativa.

As práticas de educação cooperativa nascem ou nasceram do interesse de identificar, compartilhar e sistematizar as práticas pedagógicas em valores e princípios cooperativistas que, ao longo dos anos, se destacaram por seu caráter e com potencialidades em diferentes contextos, com o objetivo de intervir na realidade educativa para transformá-la através da participação de diferentes atores sociais (NUNES *et al.*, 2018).

É cada vez mais importante a educação cooperativista doutrinária do quadro social e a qualificação dos profissionais que administram as cooperativas num ambiente econômico de crescente concorrência, em que erros estratégicos podem comprometer o futuro da empresa cooperativa.

Nos tempos atuais, não se deve buscar a doutrinação a partir de princípios dogmáticos, colocando o cooperativismo como sendo sempre a melhor alternativa.

SESCOOP

O Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – SESCOOP foi instituído pela Medida Provisória nº 1.715, de 03 de setembro de 1998, e regulamentado pelo Decreto nº 3.017, de 03 de abril de 1999. E em Santa Catarina o mesmo foi instalado em 17 de setembro de 1999 com a finalidade de executar as ações de Monitoramento, Formação Profissional e Promoção Social.

SESCOOP significa ensino, formação profissional, organização e promoção social nas cooperativas brasileiras com ganhos sociais também para as comunidades locais. O mesmo é o braço educacional do Sistema OCB, que representa mais de 6.818 (2018) cooperativas com aproximadamente 14,6 milhões de associados diretos em sete ramos de atividades no Brasil.

O SESCOOP é uma instituição privada sem fins lucrativos, objetivando dar suporte ao processo de fortalecimento e aperfeiçoamento das cooperativas brasileiras. E em parceria com a OCB promove educação cooperativa e lições de cidadania para o desenvolvimento dos associados, seus familiares e dos colaboradores das cooperativas.

Atua em todo o Brasil de forma descentralizada através das 26 Unidades Estaduais e Distrito Federal e uma Unidade Nacional, sediada em Brasília (DF).

A receita do SESCOOP é constituída da contribuição mensal compulsória, a ser recolhida pela Previdência Social, de 2,5% sobre o montante da remuneração paga a todos os empregados pelas cooperativas. Esse recurso arrecadado objetiva: a – organizar, administrar e executar o ensino de formação profissional...; b – assistir as sociedades cooperativas empregadoras na elaboração e execução de programas de treinamento...; c – estabelecer e difundir metodologias adequadas à formação profissional...; d – exercer a coordenação, supervisão e fiscalização da execução dos programas e projetos de formação profissional.

Em Santa Catarina, o SESCOOP ao longo de seus mais de vinte anos tem cumprido seus objetivos para os quais foi constituído, organizando e apoiando inúmeras iniciativas objetivando a educação, a formação e a informação através de viagens de estudo, eventos educacionais, encontros, palestras, seminários, etc.

FORMACOOOP



O Projeto Integrado de Formação Cooperativa – FORMACOOOP foi inicialmente um convênio existente entre OCB, OCEPER, OCESC e OCERGS, criado em 1987 com os seguintes objetivos: a – desenvolver uma cultura cooperativista e b – preparar, atualizar e aperfeiçoar dirigentes e executivos do cooperativismo através de

seminários, cursos, reuniões e intercâmbios de experiências.

Esse programa inicialmente estava previsto para ser desenvolvido em todas as regiões do Brasil. No entanto, na prática, apenas o programa piloto da Região Sul entrou inicialmente em atividade.

O FORMACOOOP – PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE DIRIGENTES E GERENTES DE COOPERATIVAS foi desenvolvido para atender a demanda das cooperativas para a capacitação do público cooperativista nos diversos ramos de cooperativas, nas áreas de: recursos humanos, gestão de cooperativas, finanças e educação cooperativista.

O FORMACOOOP é um programa desenvolvido pela OCB em parceria com o SESCOOP com o objetivo de desenvolver as competências técnicas e aprimorar a gestão das cooperativas, contribuindo na busca por melhores práticas da Governança Cooperativa. O programa leva em consideração as necessidades preconizadas no PDGC – Programa de Desenvolvimento da Gestão das Cooperativas.

Em reunião dos dirigentes das OCESC, que compunham o FORMACOOOP, realizada em 2001 em Florianópolis, decidiu-se que o FORMACOOOP passaria a realizar eventos maiores em busca de experiências nos âmbitos regional, nacional e internacional, deixando os treinamentos modulares para serem realizados pelas OCESC com apoio do SESCOOP. A partir de 2001, o FORMACOOOP também deveria promover viagens técnicas ao exterior para análise de novos modelos de sociedades cooperativas, seminário de integração de dirigentes para troca de experiências em novos modelos e formas de administração de cooperativas, fóruns de integração dos profissionais de mercado e assistência técnica na Região Centro-Sul, fóruns permanentes envolvendo OCESC e SESCOOP para a discussão de estratégias comuns e troca de experiências constantes e também seminários regionais de integração de jovens cooperativistas, abrangendo os estados componentes do mesmo.

O FORMACOOOP tem por objetivo aprimorar o processo de gestão das cooperativas através da evolução comportamental e qualificação dos dirigentes, gerentes, conselheiros fiscais, técnicos e encarregados do setor de cooperativas, desenvolvendo atitudes e habilidades necessárias para o relacionamento interpessoal com o quadro social, equipe de colaboradores e público externo. Ampliar a visão desse público sobre as formas de gestão do empreendimento cooperativo na atual conjuntura econômica global e proporcionar oportunidade de discussão e análise do contexto do segmento de atuação da cooperativa. É necessário que todos eles recebam treinamentos específicos para desempenhar melhor as suas funções.

EJACC

Encontro de Jovens Agricultores Cooperativistas Catarinenses surgiu por uma motivação e deliberação do Conselho de Administração da OCESC com o objetivo de despertar ações no Sistema Cooperativista que estimulassem a participação dos jovens no processo de desenvolvimento do cooperativismo, preparando-os para os desafios do mercado globalizado.

Programa COOPERJOVEM



No final do Congresso do Centenário da ACI, realizado em 1995 em Manchester/Inglaterra, os delegados dos países presentes apontaram por unanimidade o que deveria preocupar, fundamentalmente, o cooperativismo dali em diante: a – modernização das práticas cooperativas no mundo globalizado e b – chamamento aos jovens para engrossar as fileiras do coope-

rativismo, ou seja, a formação de grupos cooperativos desde as crianças para o conhecimento da ideia e dos valores do cooperativismo.

Se há uma coisa que não combina com os adolescentes e jovens na atualidade é a postura de espectador. A curiosidade, a insistência, a vontade de conhecer, desvendar, pesquisar e querer sempre saber o porquê de tudo, como as coisas e a sociedade funcionam e também estar em grupo para fazer do seu jeito e dizer o que pensam fazer parte do processo de descoberta do mundo, o que vem a ser uma postura protagonista (LÚCIO *et al.*, 2011).

Pensando na continuidade do Movimento Cooperativista, a OCB desenvolveu o Programa COOPERJOVEM. A ideia inicial do mesmo era apresentar a cultura da cooperação para crianças e jovens e, assim, formar novos cooperativistas. A OCB vem fazendo isso com o apoio direto do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – SESCOOP.

O COOPERJOVEM objetiva contribuir para a formação de educadores e jovens a partir da disseminação da cultura cooperativista. Esse objetivo primordial do Programa COOPERJOVEM é desenvolvido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo.

O programa tem abrangência nacional e é implementado pelas Unidades Estaduais do SESCOOP em colaboração com cooperativas parceiras do programa. Em Santa Catarina, a parceria é realizada com o apoio das Secretarias Municipais e/ou Gerências Regionais de Educação com o objetivo de disseminar os ideais cooperativistas por meio de ações participativas e cooperativas.

O Programa COOPERJOVEM baseia-se em uma proposta de educação construída a partir de princípios, valores e da prática da cooperação. Sendo que o mesmo colabora com as escolas na preparação das crianças do Ensino Fundamental para a formação cooperativa.

O Programa COOPERJOVEM, uma vez implantado, requer grande compromisso, pois seu sucesso depende, principalmente, do comprometimento de todos aqueles que de alguma forma nele atuam, sejam os coordenadores das cooperativas e entidades parceiras ou professores e alunos participantes do programa.

O COOPERJOVEM tem por fundamento a Educação Cooperativa, os valores e princípios do cooperativismo, sendo que o mesmo foi concebido a partir de pressupostos que atestam a natureza social da aprendizagem. Objetiva que a cooperação, alicerce do Sistema Cooperativista, seja praticada durante os processos de ensino e aprendizagem

O Programa COOPERJOVEM foi implantado em abril de 2000 pelo Sistema Nacional Cooperativo, objetivando: a) – disseminar o cooperativis-

mo, consoante às suas bases doutrinárias e formar novas lideranças; b) – ampliar a ação educacional nas escolas e c) – desenvolvimento pessoal.

No Brasil, em 2019, o tema cooperativismo fez parte do currículo de mais de 420 colégios. Nesses colégios, mais de 80.000 alunos aprenderam na prática o poder transformador da cooperação. Desde seu início, o COOPERJOVEM vem transformando a realidade de muitas instituições de ensino de norte a sul do país.

O conteúdo do programa destaca o cooperativismo como uma forma efetiva de exaltar valores essenciais como cooperação, voluntariado, solidariedade, autonomia, responsabilidade, democracia, igualdade e equidade, honestidade e ajuda mútua.

A partir do COOPERJOVEM uma cooperativa disponibiliza capacitações para os educadores pelas quais os professores recebem formação para disseminar a cultura cooperativista dentro das escolas. Além da capacitação, o programa viabiliza projetos de cunho social para disseminar o cooperativismo na comunidade, demonstrando o poder da cooperação na sociedade.

Em Santa Catarina, o Programa COOPERJOVEM teve seu lançamento em 2001 nos municípios de Palmitos e Mondai, quando 36 professores do Ensino Fundamental de seis escolas da rede municipal foram capacitados através de um curso em parceria com o SESCOOP.

Santa Catarina foi o estado pioneiro em capacitar multiplicadores (professores das escolas e técnicos das cooperativas) na metodologia do COOPERJOVEM.

Em Santa Catarina, o Programa COOPERJOVEM, em parceria com o SESCOOP/SC, tem atuado nas regiões Sul Catarinense, Vale do Itajaí, Oeste Catarinense e Norte Catarinense, abrangendo um total de aproximadamente 40 municípios. Sessenta escolas do Ensino Fundamental da rede pública estadual e municipais assim como centros educacionais. E como cooperativas parceiras são em torno de 21.

Na prática, quando se entra em uma escola que esteja vinculada ao Programa COOPERJOVEM, percebe-se a sua diferença frente às demais. Pois nessas instituições de ensino imperam a harmonia e o trabalho em equipe. Pois docentes, discentes e a própria comunidade são permanentemente estimulados a vivenciar os valores do cooperativismo, quais sejam: cooperação, voluntariado, solidariedade, autonomia, responsabilidade, democracia, igualdade, equidade, honestidade e ajuda mútua.

O COOPERJOVEM está diretamente ligado a dois princípios do cooperativismo: “Educação, Formação e Informação” e “Interesse pela Comunidade”. É desse modo que as cooperativas cuidam da comunidade escolar, trazendo os valores e a educação para dentro das escolas.

O COOPERJOVEM também está alinhado às competências da Base Nacional Comum Curricular e aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, mais especificamente ao ODS 4, que busca assegurar uma educação inclusiva e de qualidade. Podemos destacar que as cooperativas são as grandes parceiras e incentivadoras do Programa COOPERJOVEM. São elas que fazem a gestão junto às Secretarias de Educação, monitorando e atendendo as demandas dos educadores.

O cooperativismo é essencial na família e nas escolas neste mundo que apresenta tantas divergências e incoerências. Vejo que as crianças levam para casa aquilo que aprendem na escola.

Benefícios do COOPERJOVEM para a Sociedade

BENEFICIADOS	BENEFÍCIOS
COOPERATIVA	<ul style="list-style-type: none"> • Reconhecimento da importância da cooperativa na comunidade onde está inserida. • Aumento da participação dos cooperados nas atividades das cooperativas. • Envolvimento da comunidade nas ações promovidas pela cooperativa.
COOPERATIVAS EDUCACIONAIS E ESCOLAS	<ul style="list-style-type: none"> • Número maior de professores envolvidos nas atividades coletivas. • Maior integração entre a equipe docente, professores e alunos, e da família com a escola. • Elaboração e desenvolvimento de projetos educacionais cooperativos. • Melhoria da prática pedagógica e da relação entre professores e alunos. • Participação das cooperativas nas ações educacionais.
COMUNIDADE	<ul style="list-style-type: none"> • Benefícios à comunidade derivados da participação e aplicação de projetos educacionais cooperativos. • Formar cidadãos mais responsáveis e comprometidos com a coletividade.
SISTEMA OCB	<ul style="list-style-type: none"> • Reconhecimento da importância do Sistema OCB. • Aumento da produção teórica e acadêmica sobre cultura da cooperação e educação cooperativa. • Formação de agentes conhecedores do cooperativismo como instrumento de desenvolvimento socioeconômico.

Fonte: OCB 2019.

Programa JOVEMCOOP



O Programa Juventude Cooperativista – JOVEMCOOP iniciou suas atividades no ano de 2008, ou seja, há aproximadamente doze anos, com a denominação de “Formação de Jovens Lideranças Cooperativistas” no período entre 2008 e 2013, contando em Santa Catarina com a adesão de dez cooperativas agropecuárias como parceiras; já beneficiou aproximadamente 600 jovens.

O JOVEMCOOP foi desenvolvido para atender as demandas das cooperativas no intuito de promover a continuidade da Educação Cooperativa com os jovens, fazendo com que os mesmos se envolvam e participem em suas cooperativas, desenvolvendo aspectos de liderança, formação cooperativista, doutrina da cooperação e atividades práticas junto à cooperativa da qual fazem parte.

O mesmo é um programa da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, desenvolvido pelo SESCOOP com o objetivo de despertar nos jovens o interesse pelo negócio cooperativo, desenvolvendo suas habilidades de gestão, liderança e cooperativismo, assim como fomentando alternativas e estratégias de fortalecimento do cooperativismo.

O JOVEMCOOP estimula o protagonismo juvenil no meio rural e cooperativista e é um importante espaço de formação de lideranças.

O JOVEMCOOP é um curso modular totalmente gratuito para o jovem e desenvolvido pelas cooperativas parceiras em sintonia com o SESCOOP de cada estado, formado por aulas quinzenais e está dividido em três módulos. O Programa JOVEMCOOP tem uma carga horária total de 228:00 horas/aula.

Ao participar desse programa, o jovem tem a oportunidade de conhecer a doutrina, os valores e os princípios do cooperativismo, compreender o papel que a cooperativa exerce na sociedade, identificar e aperfeiçoar suas habilidades para o exercício da liderança nos diversos espaços da sociedade cooperativa, além de vivenciar experiências que contribuirão para o desenvolvimento do jovem como cidadão.

O Programa JOVEMCOOP capacita jovens com idade entre 18 e 35 anos, indicados e selecionados e tendo vínculo com a cooperativa de sua comunidade por um período de seis a oito meses através do despertar da cultura da cooperação, do fortalecimento da doutrina cooperativista, do envolvimento dos jovens na atividade econômica da família e na cooperativa.

O programa objetiva:

- Despertar a cultura da cooperação;
- Identificar e desenvolver habilidades para o exercício da liderança nos diversos espaços da cooperativa, inclusive para a sucessão;
- Promover a OQS com envolvimento dos jovens na atividade econômica da família (em especial no ramo agro) e na cooperativa;
- Fortalecer a doutrina cooperativista;
- Promover o reconhecimento da relevância socioeconômica da cooperativa junto aos atores nela envolvidos e à comunidade;
- Promover o comportamento empreendedor e o protagonismo juvenil cooperativista;
- Proporcionar aos jovens experiências que contribuam para seu desenvolvimento integral.

Em 2019, foram realizadas em Santa Catarina 30 ações com 673 participantes. O JOVEMCOOP atende cooperados e filhos de cooperados das cooperativas catarinenses, principalmente as do ramo agropecuário, com escopo de fomentar a liderança e, conseqüentemente, a sucessão familiar no agronegócio.

EDEX

O SICOOB Central SC criou em 2000 a Escola de Formação de Dirigentes e Executivos, voltada para a qualificação dos dirigentes, conselheiros e técnicos das cooperativas para permanentemente aprimorar os serviços prestados, bem para como aprimorar e ampliar a eficiência do sistema.

A Escola de Dirigentes e Executivos do SICOOB SC/RS – EDEX oferece treinamentos e capacitações tanto em sua sede como descentralizadamente para facilitar e incentivar a participação de um maior número possível de demandantes, assim como também pode trazer economia.

A EDEX leva a efeito cursos do tipo: Prevenção à Lavagem de Dinheiro Certificação da AMBIMA; Mundo SICOOB e Ética; SICOOB Segurança da Informação; Excelência no Atendimento, entre outros.

Por meio de treinamentos oferecidos pela EDEX o sistema qualifica suas equipes com foco em fortalecer o conhecimento que embasa ideologicamente o cooperativismo, mas sobretudo qualificando as equipes e fortalecendo todo o sistema.

Programas universitários

O atendimento ao quinto princípio levou universidades à criação de cursos de graduação e pós-graduação e disciplinas voltadas à educação cooperativa.

Segundo dados dos últimos anos publicados via Censo da Educação Superior, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, ao longo da última década que o brasileiro vem investindo no aumento de seu nível de escolaridade, o que é também facilmente percebido por todos no dia a dia profissional.

Por outro lado, pesquisas efetuadas anualmente pela OCB comprovam a evolução do nível de escolaridade dos empregados e dirigentes em cooperativas. Também nessas pesquisas que medem o nível de satisfação dos colaboradores das cooperativas brasileiras os resultados são bem expressivos. Um bom exemplo é que entre as 150 melhores organizações para se trabalhar onze são cooperativas, segundo o Guia Vocês/a, Exame e As Melhores Empresas para você Trabalhar.

A partir dessa informações, é confirmada a premissa de que a mão de obra das cooperativas é seu maior capital, graças à colaboração do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – SESCOOP, institucionalizado em 1998.

Na Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, desde 1972, quando da implantação Reforma Universitária, no Centro Socioeconômico foi implantado o ensino do cooperativismo nos cursos de Administração e das Ciências Contábeis. Essa experiência ainda está em vigor. E em ambos os cursos já se formaram jovens que posteriormente foram contratados por cooperativas.

Em parceria com a UFSC e a Federação das Cooperativas de Eletrificação Rural – FECOERUSC foi levado a efeito um projeto para que todas as Cooperativas de Eletrificação Rural pudessem entrar em tecnologias modernas com a emissão de faturas via sistema eletrônico. Com o passar dos anos, o projeto foi totalmente assumido pelo Sistema FECOERUSC.

Durante os anos 1970 e 1980, numa parceria entre a UFSC e a OCESC, a primeira cedeu docentes que passaram a colaborar nos cursos de formação organizados pela OCESC.

Em 2006, a Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL criou o Curso de Gestão de Cooperativas em seu Campus UNISUL/Virtual em parceria com a OCESC-SESCOOP/SC. De um modo geral, os alunos são funcionários ou dirigentes de cooperativas. A esse curso soma-se um Curso de Pós-Graduação em nível de especialização em Gestão de Cooperativas de Crédito, realizado em parceria com a CONFEBRAS.

O Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI passou a oferecer, na década 2010, um curso de pós-graduação na área do Cooperativismo, o qual funcionou por alguns anos, sendo posteriormente desativado. No início do ano de 2020, o mesmo foi relançado com a denominação de Gestão Estratégica de Cooperativas também na Modalidade EaD (Lato Sensu) com uma carga de 400 horas, porém com foco específico em Cooperativas de Crédito.

A UNIASSELVI tem sua sede na cidade de Indaial/SC, porém a mesma conta com aproximadamente 200 polos espalhados por distintas cidades brasileiras, podendo dessa forma atender uma gama muito ampla de interessados.

Referências

ACI. *Los principios cooperativos*. Nuevas reformulaciones de la Alianza Cooperativa Internacional. España: Escuela de Gerentes Cooperativos, 1968.

ACI. *Nuevos enfoques de los principios cooperativos em el mundo*. 5. ed. Argentina: IDELCOOP, 1981.

BLANCO, Joaquín Mateo. *El retorno cooperativo*. Zaragoza/España: Institución Fernando El Católico, 1990.

BRASIL. *Decreto nº 22.239 de 19 de dezembro de 1932*. Disponível em: <ww2.camara.leg.br>. Acesso em: 20 maio 2020.

BRASIL. *Lei nº 5.764 de 12 de dezembro de 1971*. Disponível em: <www.portaltributario.com.br>. Acesso em: 20 maio 2020.

CARAVANTES, G. *et al. Comportamento organizacional e comunicação*. Porto Alegre: Editora AGE, 2009.

DRIMER, Alicia Kaplan de; DRIMER, Bernardo. *Las cooperativas: fundamentos – historia – doctrina*. 2. ed. Buenos Aires: INTERCOOP, 1975.

DRUKER, Peter. *A sociedade pós-capitalista*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1993.

FOLHA DE SÃO PAULO. *Nova Enciclopédia Ilustrada. FOLHA*. São Paulo/SP: Folha de São Paulo, 1996. v.1.

GREEN, Dame Pauline *et al. Plano de ação para uma década cooperativa*. Oxford England: University Oxford, 2012.

GIDE, Charles. *La cooperación*. Paris: s.e, 1900.

HOLYOAKE, Georges Jacob. *História de los pioneros de Rochdale*. Buenos Aires: INTERCOOP, 1975.

HOLYOAKE, Georges Jacob. *Os 28 tecelões de Rochdale*. 6. ed. Porto Alegre: WS Editor, 2002.

KLAES, Luiz Salgado *et al. Cooperativismo jovem: como a educação cooperativa pode contribuir na formação de novas lideranças*. Barranquilla/Colômbia: SLADE, 2019.

LAIDLAW, Alexander F. *As cooperativas no ano 2000*. Tradução: Valdir Carlos Sarapu. 2. ed. Minas Gerais: OCEMG, 1995.

LAIDLAW, Alexander F. *Las cooperativas en el año 2000*. Buenos Aires: INTERCOOP, 1981.

LAMBERT, Paul. *La doctrina cooperativa*. 4. ed. Buenos Aires: INTERCOOP, 1975.

LIMBERGER, Emiliano. *Cooperativa: empresa de participação igualitária*. Nova Petrópolis: CENTREICOOP, 1974.

LÚCIO, Kátia Chagas; NUNES, Maria Denise Crespo. *Iniciando a cooperação: fase 1 – 5º ao 9º ano: caderno do aluno*. Programa COOPERJOVEM. Brasília: SESCOOP, 2011.

MacPHERSON, Ian. *Co-operative principles for the 21ST century*. Geneva: European Union, 1995.

MacPHERSON, Ian. *Princípios cooperativos para o século XXI*. Florianópolis: OCESC/ CESCOOP, 2003.

MEINEN, Ênio *et al. Aspectos jurídicos do cooperativismo*. Coord.: Jane Aparecida Stefan Domingues. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2002.

- MENDOZA, Inês. *Coloquio de identidade*. Sd.
- MLADENATZ, Gromoslav. *História das doutrinas cooperativas*. Trad.: Castro José Carlos *et al.* Brasília: CONFEBRAS, 2003.
- NAMORADO, Rui. *Os princípios cooperativos*. Coimbra/Portugal: Universidade de Coimbra, 1995.
- NUNES, Maria Denise Crespo; FILIPOUSKI, Ana Mariza (orgs.). *Boas práticas de educação cooperativa*. Florianópolis: SESCOOP/SC, 2018.
- NUNES, Maria Denise Crespo; GARCIA, Liliane Vargas. *Caderno de avaliação*. Florianópolis: OCESC/CESCOOP/SC, 2011.
- OCB. *Anuário do cooperativismo brasileiro 2019*. Brasília: OCB, 2019. Disponível em: <www.ocb.org.br>. Acesso em: 01 jul. 2020.
- OCESC & SESCOOP/SC. *O cooperativismo catarinense*. 5. ed. Florianópolis: OCESC – SECOOP/SC, 2003.
- OIT. *Nuevos enfoques de los principios cooperativos en el mundo*. Rosário/Argentina: IDELCOOP, 1981.
- PERIUS, Virgílio. *Problemas estruturais do cooperativismo*. Porto Alegre: OCERGS, 1983.
- PINHO, Diva Benevides; PINHO, Carlos Marques. *Educação cooperativa informal e formal*. Paraná: ASSOCEP, 1975.
- PNUD & OIT. *Desarrollo histórico del cooperativismo Mundial*. Costa Rica: Instituto de Tierras y Colonización, 1976.
- PNUD & OIT. *El cooperativismo y las cooperativas em América Latina*. Costa Rica: Instituto de Tierras y Colonización, 1975.
- RIGAL, Carlos Manuel Lasierra *et al.* *Los principios cooperativos*. Lleida/España: Asociación de Expertos Cooperativos, 1988.
- SANTOCILDES, Marta Enciso; URQUIJO, Laura Gómez. *XXXI Congreso de la Alianza Cooperativa Internacional (ACI): crônica de lo alli acontecido*. Deusto: Universidad de Deusto, sd.
- WATKINS, William Pascoe. *Los principios cooperativos hoy y mañana*. Bogotá: ESACOP, 1989.
- WATKINS, William Pascoe. *The international co-operative movement*. Manchester: Hoyoake House, 1986.



Aponte a câmera do seu celular no QR Code e ouça o audiolivro do texto

Cooperativas, modernização agropecuária e impacto econômico no oeste catarinense

*Elisandra Forneck
Aline Maisa Lubenow*

Nunca o “príncipe possível”, construído pelo discurso, será o “príncipe de fato” (CERTEAU, 2002, p. 20).

O cooperativismo, nos moldes em que é praticado atualmente, nasceu em Rochdale na Inglaterra em 1844. Os Pioneiros de Rochdale criaram uma sociedade cooperativa de consumo com o objetivo de conter o avanço do desemprego e do empobrecimento dos trabalhadores. Apesar de haver muitos exemplos de experiências cooperativas anteriormente, Rochdale figura como o marco de sua história moderna, pois foi o primeiro registro oficial no mundo de uma sociedade-empresa, diferente das existentes até aquele momento.

Mas o que é cooperativismo? Como definir esse modelo econômico que se criou no século XIX e se expandiu no século XX? O trabalho em sociedade ou em grupos tornou-se o fundamento da ideologia cooperativa. “A ação de cooperar – operar em conjunto – constitui o princípio da vida em sociedade. Por uma questão de sobrevivência, os homens reúnem esforços, surgindo daí uma força nova de natureza coletiva. A cooperação é, portanto, uma força social” (ARAÚJO, 1982, p. 85). Para a OCESC – Organização das Cooperativas de Santa Catarina, as cooperativas são uma associação “de pessoas com interesses comuns, organizada economicamente e de forma democrática, com a participação livre de todos os que têm idênticas necessidades e interesses, com igualdade de deveres e direitos para a execução de quaisquer atividades, operações e serviços” (OCESC/ITEC, 1993, p. 7). Albuquerque e Cirino indicam que o discurso cooperativo constrói uma aura de positividade para o sistema. “Essa representação simbólica do cooperativismo é tão marcante que, frequentemente, em momentos de crises econômicas e sociais, a primeira ideia que ocorre às pessoas é a de se agrupar e fundar uma cooperativa” (ALBUQUERQUE; CIRINO, 2001, p. 75).

Conforme Pereira, que se inspirou nas memórias de Holyoake, a tarefa básica do cooperativismo tem como objetivo converter o operário em capita-

lista, “fazendo-o pensar como tal, sem, no entanto, perder seu caráter solidário” (PEREIRA, 2012, p. 49). O autor aponta que o cooperativismo teria uma missão educativa “de preparar seus adeptos para a competição de mercado, munindo-os de instrumentos que possibilitem lutar em pé de igualdade em qualquer ramo da economia” (PEREIRA, 2012, p. 18). Ele teria a função de construir relações socioeconômicas de caráter associativo, geralmente em momentos em que ocorrem transformações na matriz produtiva de uma sociedade.

No século XX, o cooperativismo espalhou-se pelo mundo nos mais diversos ramos, economias e culturas. Na região oeste de Santa Catarina, com marcante migração de descendentes de europeus, o cooperativismo ajudou a traçar a história da região. As primeiras cooperativas surgiram nos primórdios da colonização em Itapiranga e Palmitos sem intervenção estatal, apenas como forma das comunidades somarem esforços para enfrentar problemas de crédito e produção. Essa característica de organização comunitária acabou se tornando um forte aspecto cultural da região, sendo passada de pai para filho ao longo das gerações. Com o passar dos anos, as instituições cooperativas foram se constituindo importantes não apenas no fortalecimento das comunidades, mas também no movimento econômico dos municípios. No ramo agropecuário, por exemplo, são responsáveis pela maior parte das estruturas de armazenagem e de recolhimento da produção da região. Veremos mais adiante dados de atuação do sistema cooperativo no oeste, especialmente no movimento econômico dos municípios. Antes disso, analisaremos brevemente a expansão do cooperativismo no Brasil e o forte apoio estatal que recebeu para sua difusão e fortalecimento.

Cooperativismo no Brasil

No Brasil, o cooperativismo nasceu de iniciativas populares que buscavam na união a superação de problemas econômicos, assim como o cooperativismo nascido na metade do século XIX na Inglaterra, que tinha “uma proposta de superação ‘pacífica’ do sistema capitalista e suas mazelas, evidenciadas de forma tão drástica com o desencadear da Revolução Industrial!” (SCHNEIDER, 1981, p. 11). Apesar de várias experiências anteriores^{1, 2}, o mais conhecido

¹ Este artigo foi originalmente publicado no livro “Chapecó 100 anos: histórias plurais”, de 2017, organizado por Mirian Carbonera, André Luiz Onghero, Arlene Renk e Ademir Salini.

² Antes das primeiras experiências cooperativas oficiais, o Brasil havia vivenciado vários “ensaios” associativos em diversos lugares. Apesar da constituição de 1824 proibir as corporações de ofício ou qualquer outra tentativa associativa, em 1847 é registrada a primeira experiência cooperativa brasileira. Segundo a OCB, a primeira cooperativa de que se tem registro foi criada em 1847 pelo médico francês Jean Maurice Faivre na colônia Tereza Cristina, hoje cidade de Cândido de Abreu-PR.

empreendimento cooperativo no Brasil remonta às Caixas Rurais no Rio Grande do Sul, em 1902, na Linha Imperial, cidade de Nova Petrópolis³, logo depois da criação da Associação dos Agricultores do Rio Grande do Sul – BAUERVEREIN em 1900. Elas foram criadas para inserir as famílias na economia regional e obter recursos mediante a capitalização coletiva das pequenas economias rurais (PEREIRA, 2012).

No estado gaúcho, o movimento de organização dos agricultores, tanto em associações comunitárias como das caixas rurais, foi coordenado pela Igreja na figura do padre Theodor Amstad. O padre preconizou a história do cooperativismo de crédito no Brasil, sendo conhecido por suas andanças a cavalo para divulgar o cooperativismo. Para Pereira, naquele momento, o cooperativismo transforma-se

[...] numa ferramenta de (re)ação contra os problemas causados pela exposição das pequenas economias coloniais (camponesas) a um mercado de características capitalistas, amparada na ideologia da autoajuda mútua dos sujeitos dessas novas comunidades, na educação para o mercado e na capitalização de suas pequenas economias (PEREIRA, 2012, p. 20).

Segundo Pereira, esse envolvimento da Igreja em organizar as famílias em cooperativas buscava suprir as necessidades de venda da produção e obtenção de crédito para investimentos. “O apelo ao cooperativismo e a responsabilidade das cooperativas na busca dessas soluções para as comunidades estiveram, de certa forma, relacionados à ineficiência do Estado e à impotência do poder político em atender tais necessidades” (PEREIRA, 2012, p. 25). Além de guardar as poupanças das famílias cooperadas e financiar a produção e a melhoria das propriedades, outro ponto característico das caixas rurais foi a reaplicação das sobras do ano em empreendimentos comunitários, tais como igrejas, salões de baile, hospitais e escolas. Esse trabalho espalhou-se por todo o estado, inclusive angariando recursos para a abertura de novas fronteiras em Santa Catarina, como é o caso da Colônia Porto Novo, colonização dirigida e organizada pela Sociedade União Popular, o *Volskverein*, em que colonos católicos, descendentes de alemães, instalaram-se e constituíram a atual cidade de Itapiranga-SC.

A interferência estatal no cooperativismo inicia mais intensivamente a partir da década de 1930. Esse controle levou também o governo a incentivar a

³ No dia 19 de janeiro de 2010, Nova Petrópolis foi coroada com o título de “Capital Nacional do Cooperativismo” a partir da lei federal 12.205/2010 em virtude de ser o berço do cooperativismo de crédito na América Latina, por sediar a primeira cooperativa de crédito que funciona desde 28 de dezembro de 1902. Essa cooperativa é a atual Sicredi Pioneira/RS.

constituição de cooperativas de produção, objetivando a “modernização” do campo. Por volta da metade do século XX, a agropecuária é fomentada para atender também a modernização das indústrias, que passaram a exigir produtos de melhor qualidade e garantia de fornecimento de matéria-prima.

O final da década de 1960 e o início da década de 1970 foram um momento de exaltação dos valores cooperativos e da necessidade de desenvolvimento industrial e agrícola do país. Se para o cooperativismo de crédito e de consumo o período militar não foi nada promissor, para as cooperativas agropecuárias foi quase uma “era de ouro”.

A década de 1970 foi de grande crescimento do cooperativismo, especialmente após a promulgação em 1971 da Lei 5.764, que ficou conhecida como Lei do Cooperativismo. Segundo Loureiro, naquele momento, as cooperativas eram empreendimentos que desfrutavam de posição privilegiada nas condições de desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira (LOUREIRO, 1981, p. 154) pelo fato de receber muitos incentivos governamentais.

O início da década de 1990 foi marcado por muita instabilidade econômica no Brasil, com inflação elevada e cortes profundos no orçamento da maioria dos ministérios. Foi um período em que as cooperativas sentiram muito os efeitos da crise, principalmente as agropecuárias, que viram um elevado número de seus associados deixar as atividades agrícolas. Os programas que foram implantados pelo governo objetivando a liberalização da economia e a redução da intervenção do Estado na agricultura ocasionaram o endividamento dos produtores rurais, principalmente pequenos, e das cooperativas agropecuárias. Para fazer frente à crise, a Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, junto com o Estado, estruturou alguns programas que ajudaram a mudar o cenário do cooperativismo brasileiro, transformando a gestão do sistema em modelos cada vez mais empresariais.

Hoje, o cooperativismo no Brasil abrange sete diferentes setores da economia⁴: agropecuário; consumo; crédito; infraestrutura; trabalho, produção de bens e serviços; saúde e transporte. O ramo agropecuário tem se destacado por sua atuação na organização da produção agropecuária. “No final dos anos 1990, as cooperativas agropecuárias eram o segmento cooperativo mais expressivo do país” (BÚRIGO, 2007, p. 32).

Segundo relatório da OCB de 2015, 50% da produção agrícola e pecuária brasileira passa de alguma forma por uma cooperativa.⁵ O volume de recur-

⁴ Disponível em: <http://www.brasilcooperativo.coop.br/site/agencia_noticias/noticias_detalhes.asp?CodNoticia=17632>. Acesso em: 21 jun. 2016.

⁵ Disponível em: <http://www.brasilcooperativo.coop.br/GERENCIADOR/ba/arquivos/relatorio_de_gesta_ocb_2015_impreso.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2016.

Os movimentados pelas exportações das cooperativas brasileiras em 2015 foi de US\$ 5,3 bilhões para 148 países, com destaque para soja, café e frango. Esses produtos somam 61,12% do total exportado pelas cooperativas, atendendo, em destaque, países como China, Estados Unidos, Alemanha, Emirados Árabes e Japão. Há quinze anos, o cooperativismo exportava US\$ 1,6 bilhão, o que demonstra o fortalecimento do cooperativismo empresarial⁶, especialmente no setor de *commodities* agrícolas, através de políticas governamentais que estimulam o setor.

Modernização agropecuária, cooperativismo e desenvolvimento no oeste catarinense

Em Santa Catarina, as cooperativas começaram sua história no século XIX, sendo que o período de maior expansão ocorreu depois da metade do século XX através de incentivos governamentais que inseriram as cooperativas no projeto de desenvolvimento do Brasil, como já citamos. O cooperativismo agropecuário sempre foi um dos destaques de atuação no estado e mereceu atenção distinta durante muitos anos, especialmente no que se refere ao acesso de financiamentos. “A participação do Estado neste contexto foi como agente financiador da modernização da agricultura, principalmente através do sistema de crédito rural subsidiado [...]” (ESPIRITO SANTO, 1999, p. 102).

Segundo a OCESC (2011), o início do cooperativismo em Santa Catarina data de 1841, mas, oficialmente, a primeira cooperativa a ser registrada no estado foi a Societá Cooperativa Del Tabaco, em 1889, na Colônia Rio dos Cedros. Essas primeiras experiências cooperativas não duraram muito tempo devido às dificuldades de sua época. Uma das mais marcantes histórias de cooperativismo que resistiu ao tempo em Santa Catarina é a cooperativa de crédito rural Sicoob Creditapiranga, localizada em Itapiranga no extremo oeste do estado. Em 21 de outubro de 1932, quando Itapiranga ainda se chamava Porto Novo, compondo o velho município de Chapecó, era inaugurada a primeira cooperativa de crédito rural de Santa Catarina, em atividade até hoje, sendo a mais antiga cooperativa do estado. A então Caixa Rural União Popular de Porto Novo⁷ tinha como associados agricultores, comerciantes, artesãos e prestadores de serviços (OCESC, 2011).⁸

⁶ Isso não quer dizer que pequenas cooperativas não têm espaço. Pelo contrário: muitas delas foram criadas nos últimos anos e transformaram a vida dos que dela participam. Mas o apoio governamental ainda continua prioritário para as grandes, principalmente exportadoras de *commodities*.

⁷ Para saber mais, ver RELATA, 2012.

⁸ Sobre a história das caixas rurais no sul do Brasil consultar Werle (2014).

Além de recolher recursos destinados à poupança pela comunidade, a Caixa realizava transferências de dinheiro, pagamentos de terras e financiamentos diversos, que iam desde o custeio de despesas médicas até a aquisição de animais (bois, vacas, porcos) e implementos agrícolas (arados, carroças) e melhorias nas propriedades, como a implantação de galpões, chiqueiros e estábulos (RELATA, 2012, p. 34).

No ano seguinte, em 1933, é criada formalmente a primeira cooperativa agrícola de Santa Catarina, a Sociedade Cooperativa Mista de Palmitos (Foto 01), a mais antiga do segmento ainda em atuação desde sua criação, hoje com nome de Cooper A1, com sede no mesmo município. As cooperativas de crédito⁹ e as de consumo nas décadas que se seguiram, especialmente o cooperativismo agrícola, apoiado e fiscalizado pelo Estado, foram as que mais cresceram.

Figura 1: Entrega de produção dos associados da Sociedade Cooperativa Mista de Palmitos



Fonte: Acervo Cooper A1.

⁹ Na década de 1960, o cooperativismo de crédito sofreu um duro golpe. Segundo Lima, “a Reforma Bancária de 1964 criou o Sistema Financeiro Nacional e abriu caminho para a desarticulação quase completa do sistema cooperativo, com pequena tolerância ao crédito mútuo” (LIMA, 2011). A edição do Decreto Lei nº 60.597 de 1967 acabou levando à “destruição das cooperativas de crédito, além de proibir as operações com terceiros, impedindo assim o recebimento de depósitos desses, determinava a extinção das seções de crédito nas cooperativas mistas” (SOUZA, 1992, p. 108). Aponta ainda a autora que o governo militar, ao mesmo tempo em que impunha duras regras para os bancos cooperativos, apoiava os bancos privados, que podiam adaptar-se às exigências do novo sistema sem sofrer grandes impactos. Conforme Búrigo (2007, p. 41), em Santa Catarina, a única cooperativa de crédito que sobreviveu entre 1960 e 1980 foi a Creditapiranga.

O cooperativismo agropecuário foi apoiado pelo governo federal com o objetivo de inserir o campo no processo de modernização brasileiro, mais enfaticamente no pós-Segunda Guerra Mundial. Os estados foram os órgãos que executaram essa nova política, e em Santa Catarina, as primeiras iniciativas de modernização do espaço rural foram feitas através dos programas da ACARESC¹⁰, atual EPAGRI¹¹. O cooperativismo, além de ser um braço governamental para executar programas de educação rural e implantação de melhorias técnicas no campo, foi inserido nesses projetos para melhor distribuir geograficamente o atendimento e desafogar a máquina pública do processo de compra e venda da produção e repasse de crédito agrícola (no caso do Banco do Brasil).

Na região oeste de Santa Catarina, tradicionalmente agrícola e extrativista, as atividades agropecuárias ganharam destaque a partir das décadas de 1960/1970, quando o governo do Estado implantou programas de modernização e educação no campo com o objetivo de modernizar as práticas produtivas. Nesse contexto de mudanças e modernização insere-se também o cooperativismo, que muitas vezes tem sua expansão dificultada pelo descrédito das cooperativas do Rio Grande do Sul.¹² Além disso, os agricultores dependiam dos atravessadores para comprar sua produção: uma relação muitas vezes difícil, que oscilava entre relações de compadrio, de dependência e de exploração.

Apesar das desconfianças com o sistema cooperativista, os agricultores viam o cooperativismo, mesmo sendo imposto pelo Estado, como uma forma de melhorar a exploração sofrida por alguns comerciantes. São relatados constantemente casos de agricultores que perdiam toda a sua safra para comerciantes que “anoiteciam, mas não amanheciam”. Como muitos produtos geralmente eram vendidos sem nota, nem havia uma forma de cobrar os valores perdidos. Aponta Scussiato, que era produtor rural em Chapecó:

Tinha muito intermediário comprador de feijão, milho era pouco, porco, tinha os compradores de porco e feijão, que eles levavam para São Paulo e ganhavam muito dinheiro; quem pagava o pato era o colono; ele ganhava

Somente na década de 1980, com apoio do cooperativismo agropecuário, as cooperativas de crédito voltaram a atuar em Santa Catarina. Conforme Búrigo, “ao longo dos anos de 1990 observou-se um novo ciclo de expansão do cooperativismo de crédito no país. Embora esse processo também tenha ocorrido no meio rural, o maior crescimento do número de cooperativas e de associados foi verificado nos centros urbanos (BÚRIGO, 2007, p. 44).

¹⁰ Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina.

¹¹ Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S/A.

¹² A maioria dos agricultores do oeste de Santa Catarina eram migrantes do Rio Grande do Sul, um dos pioneiros do cooperativismo no Brasil. Muitas cooperativas gaúchas haviam falido por diversos motivos: má administração, desvios e roubos ou ainda por falta de apoio de políticas de Estado.

pouco. Os agricultores precisavam um setor que lhes desse garantia, e no caso era a cooperativa veio salvar o produtor (SCUSSIATO, 2008).

Os comerciantes mal-intencionados, o apoio estatal e as incertezas na hora de vender a safra foram fatores que creditaram as cooperativas agropecuárias como o melhor forma de apoio aos agricultores, principalmente na assistência técnica e na venda da colheita. O cooperativismo no oeste catarinense, além de se enquadrar nesse cenário de dificuldades, também se insere na conjuntura da “grande aceleração” que se constituiu após 1950. O ano de 1967, cinquentenário de Chapecó, foi tido como um marco para uma “nova Chapecó”, que deixaria para trás os resquícios de “atraso” e seu nome associado à sertão sem lei. A constituição de cooperativas seria um dos instrumentos de modernização. Podemos citar também que várias famílias migrantes que eram consideradas pioneiras em seu município foram as que participaram do processo de constituição de cooperativas. Além do Estado, os chamados pioneiros e algumas elites empresariais participaram da constituição de cooperativas em toda a região.

O governo estadual estimulou a formação de cooperativas através da extensão rural. “O técnico pago pelo governo permanecerá junto à cooperativa até que a mesma esteja em pleno funcionamento e dispense o concurso do assessor” (OLINGER, 1966, p. 100). O Estado mantinha sete coordenadorias regionais de cooperativismo até meados da década de 1970, que “são formadas por um técnico especializado em cooperativismo assessorado por um técnico em contabilidade. Essas coordenadorias atuam junto aos agentes-locais de Extensão Rural (nos municípios dotados de cooperativas) e junto às Cooperativas Agropecuárias” (MORAES, 1971, p. 20). A assistência técnica prestada à cooperativa envolvia desde os estudos preliminares para sua constituição, passando pela assistência administrativa e contábil até a comercialização. “Essa assistência tem por principal objetivo transformar as cooperativas em verdadeiras empresas através de uma administração competente” (MORAES, 1971, p. 30).

Um dos programas criados pela Coordenadoria Regional de Cooperativismo da Região Oeste foi o PROESTE¹³, que objetivava “a promoção do desenvolvimento do cooperativismo em sua área de ação por meio do trabalho integrado dos órgãos envolvidos” (PROESTE, 1970, s/p). De acordo com dados constantes no Proeste, no final da década de 1960 no oeste catarinense, com abrangência de 36 municípios, atuavam 18 cooperativas agropecuárias e 13 de outros ramos. O estudo apontava ainda que 90% das propriedades da região

¹³ Projeto Integrado de Desenvolvimento das Cooperativas do Oeste.

eram minifúndios.¹⁴ Em Santa Catarina, em 1971, havia 82 cooperativas agropecuárias, que atuavam na “comercialização de cereais, suínos, produtos de laticínios, avicultura, erva-mate, fruticultura, farinha e fécula de mandioca e outros produtos, além de promover a compra em comum de fertilizantes, corretivos, defensivos, máquinas e outros bens de produção” (MORAES, 1971, p. 4).

Para Glauco Olinger, agrônomo que coordenou a ACARESC desde sua fundação em 1956 até meados da década de 1960, o incentivo ao cooperativismo por parte do governo estadual objetivava inserir o agricultor no mercado. Com predomínio de pequenos agricultores, as cooperativas eram vistas como agentes que possibilitam “ao agricultor participar do processo de comercialização e industrialização, recebendo mais pelo seu produto” (OLINGER, 2014). O cooperativismo foi incentivado para promover uma pequena produção que já existia, mas que o governo almejava que fosse aumentada e melhorada para atender um novo modelo econômico.

Além disso, as cooperativas eram vistas como uma fonte segura de arrecadação de impostos, diferente dos comerciantes, que eram acusados de sonegar quase a totalidade dos produtos que compravam e vendiam. Segundo o jornal *Elo Cooperativo*, nos primeiros sete meses de 1985, 30 a 50% do ICM do Estado de Santa Catarina provinham das cooperativas (1985, p. 4)

Todo esse apoio estatal não poderia ser executado sem agentes financiadores. Os principais foram: BNCC (Banco Nacional de Crédito Cooperativo), BRDE (Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul), BESC (Banco do Estado de Santa Catarina), Banco do Brasil e o BADESC – Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina SA (JORNAL DA PRODUÇÃO, jan. 1977, p. 6). O mesmo jornal cita a Secretaria da Agricultura, ACARESC, Secretaria da Fazenda, Cobal e OCESC como apoiadoras das cooperativas.

¹⁴ Segundo dados do INCRA, em 2014, Santa Catarina tinha 368.955 propriedades. Na região eram 132.724. Analisando a classificação por tamanho, temos o seguinte cenário no oeste: 95.891 minipropriedades (72,24%); 33.435 pequenas (25,2%); 2.681 médias (2,01%) e 841 (0,63) grandes propriedades. Dos 98 municípios do oeste, 51 têm apenas mini, pequenas e médias propriedades, e oito municípios têm apenas mini e pequenas propriedades. Segundo o site do INCRA, minifúndio é o imóvel rural com área inferior a 1 (um) módulo fiscal; pequena propriedade, o imóvel de área compreendida entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais; média propriedade, o imóvel rural de área superior a 4 (quatro) e até 15 (quinze) módulos fiscais; grande propriedade, o imóvel rural de área superior a 15 (quinze) módulos fiscais. Módulo fiscal é uma unidade de medida agrária usada no Brasil, instituída pela Lei nº 6.746, de 10 de dezembro 1979. É expressa em hectares e é variável, sendo fixada para cada município. O módulo fiscal corresponde à área mínima necessária a uma propriedade rural para que sua exploração seja economicamente viável. A depender do município, um módulo fiscal varia de 5 a 110 hectares. No estado de Santa Catarina, os municípios usam o módulo fiscal entre 12 e 24 hectares, com exceção de Florianópolis, que usa a medida 7. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/tamanho-propriedades-rurais>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

Mesmo com todo o investimento, no final da década de 1980 e no início da década de 1990, houve um enfraquecimento do movimento com queda no número de associados, devido principalmente à crise econômica que o Brasil enfrentava, afetando diretamente a economia rural. Foi um momento de intenso êxodo rural, e as cooperativas agropecuárias foram as que mais sofreram com a saída dos agricultores do campo. Na metade dos anos 1990, os números voltaram a crescer. No final do ano de 1996, o cooperativismo catarinense apresentava os seguintes números: 327.579 mil associados e 204 cooperativas¹⁵. A partir do início do século XXI, o número de associados teve acréscimo, todavia o número de cooperativas diminuiu: em 2001, havia 327 cooperativas em Santa Catarina com 464.798 mil associados; já em 2014, o ano fechou com 253 cooperativas e 1.755.663 milhão de associados. O sistema vem se fortalecendo economicamente e em número de associados, sendo atualmente responsável por 11% do PIB estadual.¹⁶

Um dos maiores responsáveis pelo crescimento do número de associados de cooperativas catarinenses tem sido o cooperativismo de crédito, que nos últimos anos vem investindo fortemente no sistema, expandindo seus serviços e articulando ações nacionalmente. No oeste de Santa Catarina, são quase 40 cooperativas de crédito em atuação¹⁷, segundo dados do Banco Central. Já a redução do número de cooperativas está muito ligada à incorporação de entidades com dificuldades financeiras por cooperativas maiores.

De forma geral, o cooperativismo do oeste tinha registrado na OCESC, em 2013, 77 cooperativas com um número de 388.137 associados e 34.413 colaboradores.¹⁸ Esse número é maior, porque muitas cooperativas, principalmente as pequenas, não são filiadas a OCESC, portanto não aparecem nos números oficiais do cooperativismo. Uma pesquisa *in loco* que fizemos a partir dos dados repassados pelos municípios sobre a movimentação das cooperativas nos faz acreditar que são muito mais.¹⁹

¹⁵ Dados fornecidos pela OCESC por e-mail no dia 27 de julho de 2015.

¹⁶ Disponível em: <<http://www.cravil.com.br/cooperativas-de-sc-crescerao-12-neste-ano/>>. Acesso em: 05 maio 2015. As cooperativas em Santa Catarina mantêm 52.157 empregos diretos, faturam mais de R\$ 23 bilhões de reais por ano, segundo dados de 2014.

¹⁷ Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/fis/info/instituicoes.asp>>. Acesso em: 14 jun. 2016.

¹⁸ Dados conseguidos no site da OCESC. Acesso em: 15 jan. 2016.

¹⁹ Não conseguimos o número de cooperativas que atuam em cada associação de municípios do oeste, mas, segundo informações repassadas pela AMOSC (Associação de Municípios do Oeste de Santa Catarina), que é composta por 21 municípios (Águas de Chapecó, Águas Frias, Arvoredo, Caxambu do Sul, Chapecó, Cordilheira Alta, Coronel Freitas, Formosa do Sul, Guatambu, Irati, Jardinópolis, Nova Erechim, Nova Itaberaba, Pinhalzinho, Planalto Alegre, Quilombo, Santiago do Sul, São Carlos, Serra Alta, Sul Brasil e União do Oeste), somente essa regional atualmente (2016) possui um total de 167 empresas cooperativas inscritas e ativas no estado de Santa Catarina.

Em Santa Catarina, o movimento cooperativista defende que o cooperativismo moderno expandiu-se e se transformou no agente de desenvolvimento local e também de modernização da agricultura, possibilitando que pessoas de diversos níveis sociais e econômicos pudessem se inserir na cadeia produtiva regional e melhorar sua qualidade de vida. Mesmo com suas dificuldades, as cooperativas têm se colocado como responsáveis pela viabilidade econômica de pequenos empreendimentos, tanto urbanos como rurais, principalmente aqueles com características de atuação familiar. No setor rural, o apoio financeiro aos jovens, com juros baixos e prazos de pagamento compatíveis com as condições da propriedade, tem buscado evitar um êxodo desenfreado, além de tentar garantir condições de profissionalização das atividades rurais, melhorando a renda e a qualidade de vida das famílias.

Para Búrigo, que analisa as cooperativas de crédito como agentes de desenvolvimento local, “a busca de um novo sentido para a atividade agrícola e o território rural desafia os agentes que neles atuam para enxergar os problemas do campo através de uma visão sistêmica, que permita a proposição de soluções integradas” (BÚRIGO, 2007, p. 98). Aponta o autor que as cooperativas de crédito podem auxiliar muito nesse sentido. Acreditamos que as cooperativas agropecuárias também podem assumir mais efetivamente esse papel de agentes de desenvolvimento, principalmente para os pequenos produtores, auxiliando em políticas que fomentem a sustentabilidade (econômica, social e ambiental) das comunidades do oeste.

Como um dos maiores polos agroindustriais da América Latina, o oeste catarinense destaca-se em diversos setores, entre eles a suinocultura, avicultura e bovinocultura de leite. A região tem instalada em seu território quatro dos maiores grupos agroindustriais do país: BRF²⁰, Cargill²¹, JBS²² e Cooperativa Central Aurora²³. Chapecó, polo regional, é considerada a capital da agroindústria no Brasil por ser sede da Aurora, da Cooperalfa e ter unidades da

²⁰ A BRF – Brasil Foods S.A. é um conglomerado brasileiro do ramo alimentício que surgiu através da fusão das ações da Sadia S.A. ao capital social da Perdigão S.A. A Sadia foi fundada na cidade de Concórdia/SC em 1944, e a Perdigão em 1934, em Videira/SC.

²¹ Fundada em 1865, a multinacional é atualmente a maior empresa do mundo de capital fechado, com sede no estado de Minnesota, EUA, atuando em 68 países. Está no Brasil desde 1965 e é uma das maiores indústrias de processamento de alimentos do país. Sua sede brasileira está localizada em São Paulo/SP.

²² JBS S.A., brasileira, é uma das maiores indústrias de alimentos do mundo, fundada em 1953 em Anápolis/GO.

²³ Aurora Coop, brasileira, processa a matéria-prima gerada por famílias associadas às 11 cooperativas agropecuárias a ela filiadas. Foi fundada em 1969 em Chapecó/SC.

BRF e da Cargill, além de possuir filiais de outras importantes empresas ligadas ao agronegócio.

Se analisarmos o movimento econômico dos municípios e o compararmos ao movimento das cooperativas, é possível compreender por que o sistema recebe tanto apoio. Apesar de suas contradições, principalmente no tocante ao gigantismo²⁴ de algumas cooperativas, elas ainda se constituem como principais responsáveis pela permanência de muitos agricultores em suas pequenas propriedades, ainda que o sistema de produção em que elas se inserem seja de alguma maneira questionado. Observando a Tabela 1, em alguns lugares, o valor adicionado pelo sistema cooperativo ao movimento dos municípios ultrapassa 50%.²⁵

Tabela 1: Comparativo do movimento econômico de alguns municípios do oeste catarinense com o movimento econômico das cooperativas nos mesmos

Município	Movimento Econômico do Município 2014 ²⁶	Movimento Econômico das cooperativas no município 2014	Participação das cooperativas	Outros impostos ISS
Abelardo Luz	511.095.997,59	188.076.584,18	36,80%	
Águas De Chapecó	95.444.987,33	33.178.692,07	34,76%	
Águas Frias	99.415.231,60	50.572.322,61	50,86%	
Bom Jesus Do Oeste	59.132.324,66	28.208.699,80	47,70%	
Chapecó	4.436.146.132,00	717.470.618,05	16,17%	878.268,64
Concórdia	1.913.808.667,57	426.366.315,23	22,28%	467.718,90
Cunhataí	53.642.862,20	28.195.668,40	52,56%	
Dionísio Cerqueira	235.731.663,31	24.163.164,65	10,250%	
Eerval Velho	149.846.754,92	53.989.805,20	36,03%	
Iraceminha	103.304.244,98	63.821.919,05	61,78	
Formosa Do Sul	61.021.415,97	35.968.157,07	58,94%	
Fraiburgo	657.833.417,69	61.615.951,74	9,36%	
Guaraciaba	255.415.248,52	66.104.265,23	25,881%	

²⁴ Gigantismo não apenas no sentido de tamanho, mas principalmente na adoção de políticas que privilegiam os grandes produtores em detrimento dos pequenos. Nesse sentido, muitas são acusadas de perder boa parte de seu sentido cooperativo para priorizar o atendimento às exigências de mercado.

²⁵ Os dados de alguns municípios e também da movimentação das cooperativas foram repassados pelas associações de municípios e, nos casos de Chapecó, Concórdia, Videira e Abelardo Luz, pelas prefeituras municipais.

²⁶ Disponível em: <http://legislacao.sef.sc.gov.br/html/portarias/2015/port_15_468.htm>. Acesso em: 20 jun. 2016.

Guatambú	289.927.684,79	120.506.335,36	41,56%	
Iomerê	160.447.063,99	35.737.854,64	22,27%	
Itapiranga	662.598.317,15	105.343.151,60	15,898%	
Jardinópolis	53.919.020,47	43.881.696,11	81,38%	
Joaçaba	669.116.335,63	58.507.350,04	8,74%	
Jupiaá	34.226.190,83	8.509.577,26	24,86	
Lacerdópolis	104.534.998,99	40.489.878,98	38,73%	
Lajeado Grande	68.108.879,47	37.019.013,95	54,35%	
Lebon Régis	123.869.909,64	21.451.776,86	17,31%	
Maravilha	659.704.316,78	228.698.245,70	34,67%	
Matos Costa	18.133.324,79	210.961,45	1,16%	
Mondaiá	365.819.490,92	131.799.512,50	36,029%	
Novo Horizonte	69.339.367,00	25.707.501,70	37,07	
Ouro Verde	78.953.574,37	29.392.860,07	37,23%	
Paial	42.953.741,56	2.406.353,55	5,60%	
Palmitos	374.213.848,01	169.577.565,52	45,32%	
Quilombo	300.018.312,01	189.103.717,25	63%	
Salto Veloso	146.816.303,32	42.438.178,51	28,90%	
São Miguel Do Oeste	603.427.966,69	149.582.543,60	24,789%	321.118,00
Seara	656.892.532,15	9.474.072,16	1,44%	
Sul Brasil	51.954.715,81	35.044.855,09	67,45%	
Timbó Grande	102.219.754,47	417.365,00	0,40%	
União Do Oeste	99.100.010,76	72.436.797,28	73%	
Videira	1.529.429.288,10	85.631.772,66	5,59%	
Xanxerê	1.009.952.655,91	232.674.548,63	23,04%	

Fonte: Dados pesquisados e compilados pelas autoras.

Na tabela, não citamos todos os municípios do oeste, pois são muitos. Mas, pelos levantamentos que fizemos dos 119 municípios da mesorregião oeste catarinense, temos 11 cidades que têm no cooperativismo mais de 50% de seu movimento econômico, 49 entre 25% e 50% e 59 com menos de 25%.

Na Tabela 2, podemos acompanhar a média de participação do cooperativismo nas mesorregiões sediadas no grande oeste. Podemos notar que a média de todo o grande oeste em suas oito associações de municípios é de 23,47%.

Tabela 2: Média da participação das cooperativas no movimento econômico dos municípios das mesorregiões

Mesorregião	Média de participação
AMOSC – Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina	41,43%
AMERIOS – Associação dos Municípios do Entre Rios	40,98%
AMAI – Associação dos Municípios do Alto Irani	29,27%
AMMOC – Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense	9,86%
AMARP – Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe	11,36%
AMAUC – Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense	3,60%
AMEOSC – Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina	25,54%
AMNOROESTE – Associação dos Municípios do Noroeste Catarinense	25,74%
Média de participação das cooperativas no oeste	23,47%

Fonte: Dados pesquisados e compilados pelas autoras.

Em municípios como Chapecó, Concórdia, Videira, Joaçaba, Itapiranga e Seara, que apresentam um índice de participação relativamente baixo, apesar de suas estruturas industriais, a existência de cooperativas é também grande. Chapecó, por exemplo, sedia a maior cooperativa produtora de alimentos do Brasil (Aurora²⁷), a maior cooperativa agropecuária de Santa Catarina (Cooperalfa²⁸) e a maior cooperativa de crédito de Santa Catarina (Sicoob MaxiCrédito²⁹), entre outras. O detalhe é que essas cidades são sedes de grandes complexos agroindustriais, além de outras empresas de grande porte, não cooperativas, que geram um alto movimento econômico para os municípios. Isso acaba diminuindo o percentual da participação do cooperativismo. As agroindústrias são as que mais geram movimento nos seis municípios citados no início do parágrafo. Em Chapecó, além do complexo agroindustrial, a prestação de serviços e empresas ligadas ao ramo metalmeccânico agrega alto valor ao município.

²⁷ Mais de 100 mil famílias associadas em 2022. Dados conseguidos do site da Aurora.

²⁸ Cerca de 22 mil famílias associadas em 2022. Dados fornecidos pela Cooperalfa.

²⁹ Cerca de 250 mil associados em 2022. Dados fornecidos pelo Sicoob MaxiCrédito.

Figura 2: Matriz da Cooperativa Agroindustrial Alfa em Chapecó no final da década de 1970



Fonte: Acervo Cemas.

Figura 3: Matriz da Cooperativa Agroindustrial Alfa em 2022. Hoje a maior cooperativa agropecuária de Santa Catarina



Fonte: Acervo Cemas.

Um exemplo de município com participação expressiva do cooperativismo em seu movimento econômico é Quilombo (63%), conforme podemos observar na Tabela 1. Com uma população de pouco mais de 10 mil habitantes em 2015, as duas maiores cooperativas do município (Cooperalfa e Aurora) geram mais de 1.600 empregos diretos.³⁰ Rossetto, ex-prefeito da cidade, aponta que dos salários do frigorífico da cooperativa Aurora

[...] mais de 50% ficam em Quilombo. Se não fosse o frigorífico, seria um município de 8 ou 9 invernações de gado e nada mais, porque a juventude não tinha onde trabalhar. Lembro quando nós trabalhamos no projeto pró-indústria, a juventude ia para fora, não tinha o que fazer em Quilombo. Hoje tem vida, isso mexe com todo tipo de comércio, desde o barbeiro que corta a barba ou faz o cabelo até uma manicure, uma costureira e até o comércio que vende alimentos e roupas. Mexe com todos os setores, movimenta a economia do município (ROSSETTO, 2016).

Jardinópolis é outro município que tem grande participação do cooperativismo em seu movimento econômico, aliás o maior percentual de toda a região oeste: mais de 81%. Somente a Cooperalfa foi responsável por mais de 76% do movimento de Jardinópolis em 2014.³¹ Para o prefeito Sadi Gomes Ferreira³², o cooperativismo é importante para o município, pois “contribui muito para o movimento econômico, além de gerar empregos”. Completa ainda que “a maior satisfação é no atendimento prestado pelos funcionários aos produtores municipais, estes avicultores, bovinocultores de leite e suinocultores, sabendo que a associação garante a compra, venda e preços dos produtos e realiza os pagamentos em dia”. Nessa lógica dos entrevistados, Meinen escreve sobre cooperativismo de crédito e reforça a ideia de cooperativismo como fator de desenvolvimento regional:

Como instrumento de desenvolvimento local, as cooperativas asseguram a reciclagem dos recursos nas próprias comunidades. Ou seja, o resultado monetário do que se gera é reinvestido ali mesmo, produzindo novas riquezas. Além disso, as entidades têm plena autonomia para ajustar a sua política creditícia e de gestão da poupança à realidade do lugar. Essa liberdade permite acompanhar adequadamente o ciclo econômico de cada região e repertar as suas aptidões e potencialidades socioeconômico-culturais com geração e incremento de renda, estimulando, ainda, a fixação dos jovens nas próprias comunidades (MEINEN, 2014, p. 52 apud KERN, 2016, p. 243).

Vale destacar também a atuação do cooperativismo de crédito. Conseguimos poucas informações sobre tributos gerados pelas cooperativas de cré-

³⁰ Quase 1.500 colaboradores na Aurora e mais de 100 na Cooperalfa. Informações repassadas por e-mail no dia 12 de julho de 2016 pelas duas cooperativas.

³¹ Dados conseguidos junto à Cooperalfa.

³² E-mail enviado às autoras em 08 de julho de 2016.

dito, que não entram no movimento econômico mencionado na Tabela 1. No entanto, somente no oeste são quase quarenta cooperativas de crédito em atuação, segundo dados do Banco Central³³, que geram ISS onde atuam (Imposto sobre Serviços³⁴). A maioria delas tem várias unidades distribuídas em municípios ao redor de sua sede ou até mais longe. Como exemplo, citamos o Sicoob MaxiCrédito, que tem em Chapecó nove agências e mais 22 em outros 21 municípios do oeste.³⁵ Outra cooperativa com forte atuação na região onde atua é o Sicoob Creditapiranga. Segundo Kern (2016, p. 242), ela tem 16 mil associados em três municípios: Itapiranga, São João do Oeste e Tunápolis. Esses municípios juntos têm uma população de 26 mil habitantes, o que significa que mais de 61% da população são associados dessa cooperativa de crédito. Boa parte desse prestígio do Sicoob Creditapiranga vem de sua atuação e interesse pela comunidade. Para Kern, “a proposta da cooperativa é valorizar as ações de grupos, entidades, comunidades, clubes de serviço, bem como todos os serviços e iniciativas que surgem no sentido de deixar uma marca positiva na sociedade” (KERN, 2016, p. 243).

Um dos sistemas de cooperativismo de crédito mais atuante em Santa Catarina é o Sicoob SC/RS com 654 mil associados no estado. Desses, 328 mil são da região oeste, ou seja, mais de 50%.³⁶ Com uma população de cerca de 7 milhões de habitantes e em torno de 3,5 milhões de associados em cooperativas, identificamos um percentual de mais de 50% da população catarinense associados a alguma cooperativa. Analisando a trajetória do cooperativismo e sua atuação nas comunidades, percebemos que ele se tornou uma característica cultural, especialmente na região oeste, onde predominam cooperativas com associados de portes financeiros pequeno e médio. A qualificação como agente de desenvolvimento regional deve-se principalmente ao fato das cooperativas alocarem recursos para atender as necessidades de seus associados e das comunidades. Além disso, as sobras que as cooperativas distribuem a seus associados geralmente são reinvestidas para as necessidades das famílias e dos negócios das mesmas, criando um ciclo regional para o dinheiro, o que fortalece as economias locais.

Na agropecuária, podemos usar o exemplo da suinocultura, uma das atividades de maior impacto econômico para a região. O oeste catarinense tem a maior concentração de suínos no Brasil, sendo responsável por 14,1% da produção brasileira. A região comportava, em 2012, 73% das 7.480.183 milhões de

³³ Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/fis/info/instituicoes.asp>>. Acesso em: 14 jun. 2016.

³⁴ O ISS é pago sobre serviços prestados por terceiros às cooperativas de crédito.

³⁵ Informações repassadas pelo Sicoob MaxiCrédito.

³⁶ Informações repassadas pelo Sicoob SC/RS por e-mail no dia 07 de julho de 2016.

cabeças do plantel catarinense, ou seja, 5.475.274 de suínos. Em segundo lugar no PIB agropecuário de Santa Catarina, a suinocultura movimentou 3.149.032 bilhões de reais na economia catarinense.³⁷ A cidade de Xavantina, por exemplo, considerada capital nacional de suínos, tinha em 2007 uma concentração de 58,4 suínos por habitante (ZENI; SEHNEM; CAMPOS, 2012, p. 17).

Os números da produção de aves não são muito diferentes. Santa Catarina apresentava em 2014 um rebanho de 164.785.490 milhões de aves, segmento na agropecuária catarinense que mais agrega valor ao PIB agropecuário: 4.069.338 bilhões de reais. O chamado grande oeste é responsável pela produção e abate de 65% do plantel catarinense, ou seja, mais de 107 milhões de cabeças.³⁸ Na produção de leite, os números também são significativos: 2,918 bilhões de litros³⁹ é a produção catarinense. O leite está em terceiro lugar no PIB agropecuário, gerando um valor de 2.687.978 bilhões de reais. 73,9% da produção de Santa Catarina estão na região oeste, ou seja, 2,146 bilhões de litros.

Juntos, aves, suínos e leite são responsáveis por mais de 45% do PIB agropecuário do estado, que foi em 2014 de 21,4 bilhões de reais. Grande parte de todo o processo produtivo e abate dessa produção está sob responsabilidade das cooperativas. Segundo Bedin (2015), em 2014, as cooperativas de Santa Catarina produziam e abatiam cerca de 50% da produção de suínos de Santa Catarina. Nas aves não temos os dados oficiais, mas acreditamos que o cooperativismo participe em menor escala, pois o domínio desse mercado está com empresas não cooperativistas. Ainda assim, a participação nesse segmento é muito forte. Já em relação ao leite, as cooperativas têm maior participação. Além da região oeste sediar um dos maiores laticínios de Santa Catarina (da cooperativa Aurora), muitos agricultores uniram-se em cooperativas por melhores preços na hora da venda. Sozinha, a cooperativa Aurora responde por cerca de 16% da industrialização de leite do oeste.⁴⁰

Ao operarem com produtos de exportação como suínos, aves e soja, as cooperativas seguem ditames do mercado. Isso acaba, em muitos casos, transformando-as operacionalmente em empresas agroindustriais, às vezes em grandes grupos concorrentes com as empresas denominadas Sociedades Anônimas (SAs). A marca Aurora é exemplo de concorrência cooperativa com gigantes como Sadia, Perdigão e Seara. Nesse sentido, vale mencionar que três cooperativas catarinenses em 2015 estiveram entre as 500 maiores empresas

³⁷ Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina – 2014-2015.

³⁸ Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina – 2014-2015.

³⁹ Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina – 2014-2015.

⁴⁰ Relatório anual Aurora 2015 e Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina – 2014-2015.

do Brasil: Cooperativa Central Aurora (74°), Cooperalfa (286°) e Coopercampos (493°)⁴¹.

Com isso criam-se embaraços de compatibilização entre o desempenho necessário para manter-se nos moldes capitalistas e os propalados princípios de funcionamento de organizações cooperativas, pautadas idealmente em termos de igualdade, democracia, não-lucro e deliberações coletivas (ARAÚJO, 1982, p. 93).

Inseridas nos programas nacionais de modernização, “as cooperativas se tornaram grandes empresas agroindustriais e eram criticadas por excluir os pequenos ou se distanciar deles” (BÚRIGO, 2007, p. 50). O fato, por exemplo, da seletividade dos financiamentos agrícolas, que eram apenas concedidos a quem tinha posse de terra, muitas vezes não oportunizava ao agricultor pouco capitalizado ou ao arrendatário e ao parceiro que tivessem acesso aos financiamentos. E mesmo aqueles que o tinham cumpriam muitas vezes cláusula contratual com as cooperativas que os obrigavam a gastar parte do valor financiado na cooperativa mesmo, principalmente para compra de insumos modernos. Segundo Oliveira, que atuou numa cooperativa no setor de comunicação e educação no início da década de 1980, “os agricultores reclamavam muito: se faço um financiamento na cooperativa, por que tenho que levar 15% de adubos se minha terra é boa?” (OLIVEIRA, 2012).

Segundo Hobsbawm (1994, p. 24), no final do século XX, “o globo é agora a unidade operacional básica”. E o cooperativismo viu-se forçado a entrar nesse cenário internacional para sobreviver. Santa Catarina, por exemplo, investiu fortemente no mercado exportador. Para Casagrande, o mercado internacional comprando da agroindústria brasileira permite que “[...] 20% dos nossos produtores de suínos possam continuar na atividade e na avicultura 30%. Nós exportamos 20% da nossa produção nacional, e se não exportássemos, nós não íamos consumir tudo isso aqui” (CASAGRANDE, 2015). Para o cooperativismo, atender as exigências desse mercado tem sido um de seus grandes desafios: um cooperativismo que insira a produção de seus associados no mercado mundial sem perder sua essência.

Para Loureiro, as cooperativas podem “constituir-se em um eficiente instrumento de subordinação de agricultores camponeses ao capital” (LOUREIRO, 1981, p. 133). Contudo, elas são também importante fator de equilíbrio mercadológico dentro do complexo agroindustrial em que se inserem. As cooperativas presentes no complexo agroindustrial, apesar de submeter os asso-

⁴¹ Disponível em: <<http://www.fecoagro.coop.br/tres-cooperativas-catarinenses-aparecem-entre-as-500-maiores-empresas-do-brasil/>>. Acesso em: 07 jul. 2016.

ciados às decisões da sociedade cooperativa, são importantes para reduzir ou minimizar os impactos do domínio de grandes empresas que mantêm oligopólios nos setores agrícola e industrial. Além disso, fornecem muitas vezes serviços aos associados que suprem a ausência do Estado. No oeste catarinense, elas fornecem toda a estrutura necessária para que seu associado possa inserir-se no mercado: financiamentos, assistência técnica, armazenagem, transporte, seções de compras, indústria, etc. O associado Luzzi, da Cooperalfa de Chapecó, defende que o cooperativismo permitiu que ele pudesse se modernizar: “A evolução tava batendo na nossa porta, e precisávamos de orientação. E quem poderia nos ajudar? Os técnicos da cooperativa tinham outra maneira de tratar e orientar o associado” (LUZZI, 2015). Outro associado da Cooperalfa reforça a ideia da cooperativa como fomentadora da modernização:

Uma parte boa foi a tecnologia que a cooperativa trouxe, agrônomo e veterinário, foi o que mais marcou, e outro detalhe, eles faziam palestras, pegavam um doutor, a cooperativa pagava, chamava um monte de agricultor para participar. Em todo esse tempo de cooperativa acho que tenho uns mil dias de palestra e reunião, mas aprendi, não tenho estudo, mas tenho experiência de vida, o que mais marcou foi essa parte de reunião para ensinar o agricultor (SCHNEIDER, 2009).

Como instrumentos de apoio na política de reformulação da estrutura agrária brasileira, as cooperativas agrícolas, apesar de todas as suas contradições, foram responsáveis pela permanência de muitos pequenos agricultores no campo. Tanto na Europa como no Brasil, elas surgiram durante momentos de crise, auxiliando os pequenos agricultores a vender e industrializar sua produção. Para Araújo, sem as cooperativas

[...] o produtor venderia seus produtos em condições sempre menos favoráveis para si. Ela disciplinou o mercado local. E, embora enfrentando algumas dificuldades conjunturais, tem sido a alternativa para a entrega da produção, melhorando as condições de barganha do produtor rural (ARAÚJO, 1982, p. 148-149).

Mendonça defende que o cooperativismo passou por um processo de evolução, “da ideia de um ‘socialismo utópico’ – o cooperativismo como via intermediária entre o capitalismo e o socialismo – para associações econômicas, que, deixando de lado as lutas políticas, serviriam como paliativos para os males do próprio capitalismo” (2002, p. 26).

Se o objetivo de melhorar a vida dos associados é alcançado, não podemos afirmar nem que sim nem que não, pois cada cooperativa tem suas peculiaridades e está inserida em contextos culturais, sociais e geográficos diferentes. Muitos associados afirmam que melhoraram de vida, outros foram excluí-

dos do processo ou viram vizinhos ou familiares deixando o campo. Ser modelo de distribuição igualitária e justa todas desejam e usam como discurso, mas poucas conseguem, seja por conjunturas sociais e econômicas, seja por pessoas que não levam tão a sério os princípios do cooperativismo. Para Búri-go, “as cooperativas são a herança de um movimento secular de organização social e de cooperação, que ganham novas facetas no debate contemporâneo sobre o desenvolvimento” (BÚRIGO, 2007, p. 28).

Considerações finais

Inserido num mercado cada vez mais exigente e competitivo, o cooperativismo caminha numa estrada onde constantemente se defronta entre a ideologia cooperativa e a realidade mercadológica que a afronta. Segundo Schneider, no cooperativismo, “são as condições estruturais concretas que determinam a natureza e o funcionamento do cooperativismo e não a existência e divulgação de um conjunto de princípios normativos consubstanciados na doutrina cooperativa” (SCHNEIDER, 1981, p. 13). É um cooperativismo subordinado ao modelo de acumulação capitalista e, no Brasil, atrelado ao desenvolvimento urbano-industrial, dependente dos países desenvolvidos.

A história do cooperativismo no oeste de Santa Catarina confunde-se com o desenvolvimento da região. Podemos perceber que devido ao impacto econômico do cooperativismo na região oeste, principalmente aquele ligado às agroindústrias, o apoio do poder público muitas vezes é maior do que aquele dado às pequenas cooperativas ou até mesmo outros empreendimentos não cooperativos, especialmente pelos empregos e impostos que gera. Além disso, a dependência do mercado externo e o aumento do comércio no mercado interno têm gerado uma progressiva reestruturação dos sistemas de produção locais. As cooperativas – e a agroindústria em geral – instituem-se como elo entre o mercado e o produtor, fazendo com que se faça a incorporação dos pacotes tecnológicos, especialmente no que se refere a avanços genéticos e constantes mudanças nos sistemas de manejo.

Dependente do mercado, a maioria dos produtores incorpora as regras do sistema agroindustrial integrado para manter a viabilidade econômica da sua atividade. Vinculados a empresas ou cooperativas, os agricultores apegam-se às alternativas de reprodução social, tentando evitar ser “mais um excluído pelo sistema”, especialmente na agricultura familiar. Mesmo com suas condições, as cooperativas colocam-se como instrumentos de combate ao êxodo rural desenfreado; apontam ainda que, ao contrário das multinacionais, a riqueza que produzem é reinvestida nas regiões onde atuam, trazendo melhorias econômicas e sociais para as comunidades onde atuam.

Enfim, como em outras instituições, os problemas entre o idealizado e o real são grandes, ainda mais com a dependência das cooperativas de financiamentos governamentais, principalmente para grandes valores. Elias argumenta que em nossa sociedade estamos constantemente sendo testados no sentido de conviver harmoniosamente “[...] entre as necessidades e inclinações pessoais dos indivíduos, de um lado, e, de outro, as exigências feitas a cada indivíduo pelo trabalho cooperativo de muitos, pela manutenção e eficiência do todo social” (ELIAS, 1994, p. 17).

O conflito dentro do cooperativismo está justamente no indivíduo que quer crescer economicamente dentro de sua propriedade de cunho capitalista, onde o trabalho é individual, mas que ao mesmo tempo faz parte de uma sociedade cooperativa que dá suporte técnico e mercadológico à sua empresa rural. “Um número cada vez maior de pessoas passou a viver numa crescente dependência mútua, ao mesmo tempo em que cada indivíduo foi se diferenciando mais dos outros” (ELIAS, 1994, p. 116). E as transformações capitalistas no campo nas últimas décadas, principalmente com as novas tecnologias, têm fomentado o individualismo. Cada vez menos são necessários os mutirões no plantio e na colheita. Com o advento das máquinas e dos agroquímicos, o campo passa por um processo de individualização do trabalho, o que acaba refletindo também nas cooperativas, quem tem cada vez mais dificuldades para manter seus associados fiéis às sociedades.

Uma série de contradições dentro do sistema vem sendo discutida por diferentes setores da sociedade e também pelas próprias cooperativas. Se, por um lado, há uma necessidade cada vez maior de tornar-se competitivo, por outro lado, a ideologia lembra as cooperativas de que seu papel na sociedade é maior do que apenas ser viável economicamente. Segundo Pereira, “[...] o próprio cooperativismo também cresceu enraizado no interior dessas contradições, mesclando ideologias socialistas e liberais em um único conceito e criando o que alguns autores chegaram a chamar de caminho do meio” (PEREIRA, 2012, p. 178). Como ideologia que prega “cooperativas economicamente viáveis e socialmente justas”, os desafios do dia a dia no sistema mostram ao cooperativismo que a prática é muito mais difícil do que o discurso, pois a concorrência entre forças de cooperação e de competição se faz presente tanto na cooperativa instituição como na família do associado.

Agradecimentos

Deixamos registrado nosso agradecimento às associações de municípios e prefeituras pelo empenho em nos auxiliar. Em especial: Luciano (AMOSOC), Maurício (Prefeitura de Chapecó), Alexandre e Tarciso (AMARP), Leocir

(AMAI), Ilceo (AMEOSC), Lovete (AMERIOS), Diego (AMAUC), Cide (AM-MOC), Solange (AMNOROESTE), Mallmann (Prefeitura de São Miguel do Oeste), Jair (Prefeitura de Abelardo Luz), Renate (Prefeitura de Concórdia).

Referências

ALBUQUERQUE, Francisco José Batista de; CIRINO, Carlos da Silva. Expectativas e crenças dos usuários sobre as cooperativas agrárias. *Revista RPOT/UFSC*, v. 1, n. 2, jul./dez. 2001. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/rpot/article/view/6716>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

III CONGRESSO CATARINENSE DE COOPERATIVISMO. *Anais*, Florianópolis-SC, ago. 1975.

ARAÚJO, Sílvia Maria P. de Araújo. *Eles: a cooperativa; um estudo sobre a ideologia da participação. Análise de cooperativa no Paraná, especialmente de café*. Curitiba: Projeto, 1982.

AURORA ALIMENTOS. *Mensagem pessoal*. Mensagem recebida por <cemac@cooperalfa.com.br> em 12 de julho de 2016.

BANCO CENTRAL DO BRASIL, BCB. 2016. *Relação de Instituições em Funcionamento no País*. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/fis/info/instituicoes.asp>>. Acesso em: 14 jun. 2016.

BEDIN, Marcos Antônio. *Mensagem pessoal*. Mensagem recebida por <forneck@unochapeco.edu.br> em 15 de janeiro de 2015.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

BÚRIGO, Luiz Fábio. *Cooperativa de Crédito Rural: Agente de desenvolvimento local ou banco comercial de pequeno porte?* Chapecó: Argos, 2007.

CASAGRANDA, Dilvo. *Entrevista concedida a Elisandra Forneck*. Chapecó, 05 de maio de 2015.

COOPERALFA. *Mensagem pessoal*. Mensagem recebida por <[elisandra.cooperalfa@chat.cooperalfa.local/Spark 2.7.0](mailto:elisandra.cooperalfa@chat.cooperalfa.local/Spark%202.7.0)> em 12 de julho de 2016.

COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL ALFA – COOPERALFA. 2016. Disponível em: <<http://www.cooperalfa.com.br/2010/index.php>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

COOPERATIVA CENTRAL AURORA ALIMENTOS. 2016. Disponível em: <<http://www.auroraalimentos.com.br/>>. Acesso em: 07 jul. 2016.

COOPERATIVA DE CRÉDITO MAXI ALFA DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS – SICOOB MAXICRÉDITO SC. 2016. Disponível em: <<http://www.maxicredito.coop.br/>>. Acesso em: 08 jul. 2016.

COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUÁRIA VALE DO ITAJAÍ, CRAVIL. 2015. *Cooperativas de SC crescerão 12% neste ano*. Disponível em: <<http://www.cravil.com.br/cooperativas-de-sc-crescero-12-neste-ano/>>. Acesso em: 05 maio 2015.

- ELIAS, Norbert. *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- ESPÍRITO SANTO, Evelise. *A agricultura no estado de Santa Catarina*. Chapecó: Argos, 1999. 170p.
- FEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS DE SANTA CATARINA – FECOAGRO. 2016. *Três cooperativas catarinenses aparecem entre as 500 maiores empresas do Brasil*. Disponível em: <<http://www.fecoagro.coop.br/tres-cooperativas-catarinenses-aparecem-entre-as-500-maiores-empresas-do-brasil/>>. Acesso em: 07 jul. 2016.
- FERREIRA, Sadi Gomes. *Mensagem pessoal*. Mensagem recebida por <eliforneck@gmail.com> em 08 de julho de 2016.
- HOBSBAWM, Eric J. *A Era dos Extremos: o breve século XX: 1917-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. 2015. *Sistema Nacional de Cadastro Rural: índices básicos de 2013*. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/estrutura-fundiaria/regularizacao-fundiaria/indices-cadastrais/indices_basicos_2013_por_municipio.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2016.
- LIMA, Tereza Cristina M. Pinheiro de. *Sicoob Agrorural: uma história escrita a várias mãos*. Goiânia: Ed. da PUC-Goiás, 2011.
- LOUREIRO, Maria Rita Garcia. Cooperativismo e reprodução camponesa. In: LOUREIRO, Maria Rita Garcia (org.). *Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1981. p. 133-155.
- LUZZI, José. *Entrevista concedida as autoras*. Chapecó, 23 de setembro de 2015.
- KERN, Gilvane. A importância do cooperativismo de crédito para o desenvolvimento de Porto Novo. In: MAYER, Leandro; FRANZEN, Douglas Orestes (org.). *Porto Novo 90 anos: perspectivas históricas e contemporâneas*. São Leopoldo: Oikos, 2016. p. 232-245.
- MENDONÇA, Sônia Regina de. *A política de cooperativização agrícola do Estado brasileiro (1910-1945)*. Niterói: EDUFF, 2002.
- METADE do ICM do Estado vem das Nossas Cooperativas. *Jornal Elo Cooperativo*, Florianópolis, p. 4, set. 1985.
- MORAES, Alberto O. Cooperativismo: instrumento de desenvolvimento agrícola. In: *V Congresso Brasileiro de Cooperativismo*, Salvador-BA, set. 1971.
- OCESC/ITEC. *O cooperativismo ao alcance de todos*. Florianópolis, 1993.
- OCESC. *Mensagem pessoal*. Mensagem recebida por <cemac@cooperalfa.com.br> em 27 de julho de 2015.
- OCESC. *OCESC 40 anos*. Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.
- OLINGER, Glauco. *A experiência catarinense: Crédito Rural Educativo no Brasil: ACARESC*. Florianópolis, jun. 1966.

OLINGER, Glauco. *Entrevista concedida a Elisandra Forneck*. Florianópolis, 26 ago. 2014.

OLIVEIRA, Licério. *Entrevista concedida a Elisandra Forneck*. Chapecó, 16 out. 2012.

ORGANISMOS que trabalham com as nossas cooperativas. *Jornal da Produção*, Florianópolis, p. 6, jan. 1977.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS-OCB. 2015. *Relatório OCB 2014*. Disponível em: <http://www.brasilcooperativo.coop.br/site/agencia_noticias/noticias_detalhes.asp?CodNoticia=17632>. Acesso em: 21 jun. 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS-OCB. 2016. *Relatório OCB 2015*. Disponível em: <http://www.brasilcooperativo.coop.br/GERENCIADOR/ba/arquivos/relatorio_de_gesta_ocb_2015_impresso.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA – OCESC. 2016. Disponível em: <<http://www.ocesc.org.br/>>. Acesso em: 15 jan. 2016.

PEREIRA, Josei Fernandes. *Elos & Correntes: história do cooperativismo e do crédito no Rio Grande do Sul (1902-1930)*. Porto Alegre: Sescop/RS, 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PETRÓPOLIS. 2012. *Capital Nacional do Cooperativismo*. Disponível em: <<http://www.novapetropolis.com.br/capital.php>>. Acesso em: 16 out. 2015.

RELATA. *Memórias de uma pioneira: Sicoob Creditapiranga 80 anos*. Relata Produções, 2012.

ROSSETTO, Antônio. *Entrevista concedida as autoras*. Chapecó, 24 mar. 2016.

SANTA CATARINA. *Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina 2014-2015*. EPAGRI/CEPA. Florianópolis, 2014-2015. Disponível em: <http://docweb.epagri.sc.gov.br/website_cepaa/publicacoes/Sintese_2015.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2016.

SCUSSIATO, Rovílio. *Entrevista concedida a Elisandra Forneck*. Chapecó, 30 jun. 2008.

SANTA CATARINA. SECRETARIA DA AGRICULTURA. *PROESTE – Projeto Integrado de Desenvolvimento das Cooperativas do Oeste*. Florianópolis, 1970.

SANTA CATARINA, SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA. 2015. *Portaria SEF N° 468/2015 publica o valor adicionado ano 2014 e o Índice de Participação dos Municípios no produto da arrecadação do ICMS aplicável no exercício 2016*. Disponível em: <http://legislacao.sef.sc.gov.br/html/portarias/2015/port_15_468.htm>. Acesso em: 20 jun. 2016.

SCHNEIDER, Antônio Sebastião. *Entrevista concedida a Elisandra Forneck*. Chapecó, 25 mar. 2009.

SCHNEIDER, João Elmo. O Cooperativismo Agrícola na Dinâmica Social do Desenvolvimento Periférico Dependente: o caso brasileiro. In: LOUREIRO, Maria Rita Garcia (org.). *Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil*. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1981. p. 11-40

SICOOB SC/RS. *Mensagem pessoal*. Mensagem recebida por <cemac@cooperalfa.com.br> em 07 de julho de 2016.

ZENI, Wilmar Francisco; SEHNEM, Simone; CAMPOS, Lucila Maria de Souza. Crimes Ambientais na Suinocultura: um Estudo na Área de Abrangência do 1º Pelotão da 5ª Companhia De Polícia Militar de Proteção Ambiental de Chapecó/SC. *Anais do SIMPOI 2012*. XV Simpósio de Administração da Produção, Logística e Operações Internacionais. Agosto de 2012 / Unidade Berrini da FGV. Disponível em: <http://www.simpoi.fgvsp.br/arquivo/2012/artigos/E2012_T00182_PCN32461.pdf>. Acesso em: 10 out. 2015.

WERLE, Márcio José. *“Um por todos e todos por um”, uma história das Caixas Rurais*. 2014. 211f. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC.



Aponte a câmera do seu celular no QR Code e ouça o audiolivro do texto

A inspiração que veio do Rio Grande do Sul

Márcio Port

A história do cooperativismo registra que, na Europa, por volta de 1850, em meio à Revolução Industrial, em um cenário de desemprego, fome, pobreza, estiagem e frustrações de safra, surgiram as primeiras cooperativas de crédito urbanas, chamadas de *Volksbank* (Banco do Povo), idealizadas por Franz Herman Schulze Delitzsch, e uma década mais tarde as cooperativas de crédito rural, chamadas *Raiffeisenbank*, idealizadas por Friedrich Wilhelm Raiffeisen. Tais movimentos tinham como base a cooperação e a ajuda mútua, colocando em prática uma das frases de *Raiffeisen*, que dizia: “O que um homem sozinho não consegue realizar pode ser feito por muitos homens juntos”.

Na Alemanha, o cooperativismo de crédito avançou rapidamente e logo ultrapassou suas fronteiras, espalhando-se pela Itália, França, Holanda, Inglaterra e Áustria, tornando-se referência para o mundo no desenvolvimento do setor. Prova disso é que, já em 1865, surgia na Itália o modelo conhecido como *Luzzatti*, caracterizado pela livre associação.

As dificuldades vividas na Europa, tanto nos centros urbanos como no meio rural, fizeram com que muitas famílias, especialmente de alemães e italianos, vissem no Brasil uma nova perspectiva de futuro. Entre 1824 e 1899, cerca de 80 mil imigrantes germânicos vieram para o Brasil, instalando-se, em grande parte, no Rio Grande do Sul. Uma das preocupações principais, quando já instalados em nosso país, era como transformar a agricultura de subsistência em algo maior, que lhes permitisse superar os desafios e alcançar qualidade de vida superior àquela que viviam na Europa.

Conforme relato do padre jesuíta Arthur Rabuske, que conviveu com a realidade colonial de meados do século XX, “ninguém passava fome, mas os colonos não dispunham de dinheiro vivo”. Destaca ainda que “as pessoas ainda viviam em grande parte em galpões de tábuas e não poucos em *hinterland*¹ viviam em miseráveis choupanas”². Outro relato no livro que registra a histó-

¹ *Hinterland* significa “comunidades do interior”.

² RAMBO, 2011.

ria da Cooperativa Santa Clara³, fundada em 1912 em Carlos Barbosa/RS, apresenta um trecho de uma carta de imigrantes enviada para a Europa: “Aqui estamos como animais, sem padres e nem médicos. Os mortos não são sepultados: estamos piores do que os cães amarrados à corrente”.

As dificuldades enfrentadas pelos imigrantes eram muitas, e somente por meio da ajuda mútua eles teriam condições de superar as dificuldades coletivas.

Quando chegavam às colônias, as garantias oferecidas através de campanhas de recrutamento (viagens, subsídios no primeiro ano, concessão de terras, liberdade religiosa) nem sempre eram cumpridas. A falta de assistência do Império era atribuída às condições de país recém-independente, à forte recessão econômica e à falta de infraestrutura, principalmente no transporte, na educação e na saúde, gerando desamparo aos imigrantes.⁴

Foi nesse cenário que surgiram iniciativas que tinham como objetivo melhorar a qualidade de vida dos imigrantes que aqui chegavam. Assim como as cooperativas de crédito, fundadas por influência dos padres jesuítas, principalmente o padre Theodor Amstad, outras entidades de apoio às comunidades foram criadas, como escolas, asilos e hospitais.

A chegada dos padres jesuítas, procedentes da Alemanha, Áustria e da Suíça, ocorreu a partir de 1849 e, como é tradição, seus membros não se dedicavam apenas à pastoral direta. Segundo Rambo⁵, os jesuítas “ocupam-se com afinco e muita competência com o ensino de todos os níveis. É compreensível que, nas circunstâncias da época, a grande maioria de fato se dedicasse com exclusividade ao atendimento da cura de almas⁶ nas paróquias e capelas, que se instalavam umas depois das outras. Entre os muitos religiosos que chegavam apareceram, desde cedo, vários portadores de uma formação mais apurada do que o normal”. Rambo complementa: “Atentos à multiplicação rápida das comunidades rurais e principalmente atentos à complexidade crescente da vida e da atividade colonial, os jesuítas começaram a preocupar-se em propor soluções e estratégias capazes de enfrentar com êxito os desafios que se iam definindo”. A partir de 1872, com a expulsão dos jesuítas da ordem da Alemanha, determinada por Bismarck⁷ por ocasião do

³ SCHNEIDER, 2012.

⁴ Segundo registra a história da Sicredi Vale do Rio Pardo RS, fundada em 1919.

⁵ RAMBO, 2011, p. 31.

⁶ A cura de almas pode ser entendida como o atendimento eclesiástico, religioso.

⁷ Otto von Bismarck (1815-1898) foi o estadista mais importante da Alemanha do século XIX, tendo unificado os estados alemães e construído os alicerces do Segundo Império Alemão, que durou de 1871 a 1918. Ficou conhecido como “Chanceler de Ferro” devido à sua política implacável contra seus adversários.

*Kulturkampf*⁸, um maior número de padres chegou ao Brasil com boa qualidade de formação e experiência. No final de 1885, já havia 78 jesuítas atuando no Rio Grande do Sul.

Em 1885, chegou ao Brasil o padre jesuíta Theodor Amstad, recém-ordenado na Inglaterra e que deu início a discussões ainda mais profundas nas comunidades em que atuou. Ele foi seguido pelo padre Max von Lassberg (que chegou ao Brasil em 1888) e também pelo padre Johannes Rick (que chegou em 1902), tendo se distinguido pelo compromisso com os projetos de promoção humana que foram idealizados e implantados a partir da década de 1890.

Amstad, conhecido como “o pequeno padre”, por conta de sua baixa estatura, era filho de comerciante atacadista de produtos coloniais e conviveu, desde criança, com contas, números e estatísticas, o que lhe rendeu uma quase obsessão pelo pragmatismo, pela exatidão dos registros e pelas tabelas estatísticas.⁹ Nascido em 09/11/1851 em Beckenried, na Suíça, Amstad estudou na Alemanha, onde iniciou sua formação religiosa; na Holanda, onde cursou Filosofia; na Áustria, onde atuou como professor durante dois anos; e na Inglaterra, onde foi ordenado padre em 08/09/1883.

Após a ordenação jesuíta, o padre Theodor Amstad veio ao Brasil para iniciar seu trabalho como doutrinador das famílias de imigrantes que estavam chegando ao país, sendo destinado para várias frentes, sendo a mais estável na região de São Sebastião do Caí/RS, onde permaneceu durante 12 anos percorrendo as capelas do interior.

Após percorrer a região, de mula, por anos, o missionário percebeu que muitas eram as carências socioeconômicas dos imigrantes estabelecidos na região. Foi então que, durante o segundo Congresso Católico, o *Katholikentag*¹⁰, em 1899, baseado nas experiências europeias, lançou a sua plataforma cooperativista e associativista, o *Bauernverein* (1ª Associação de Agricultores do Brasil), uma entidade interconfessional formada por fiéis católicos e evangélicos, fato inusitado para a época. A proposta previa ainda que cada localidade ou distrito tivesse sua associação local de agricultores, que, representa-

⁸ *Kulturkampf* é um termo alemão que se refere às lutas de poder entre estados/países democráticos constitucionais emergentes e a Igreja Católica Romana sobre o lugar e o papel da religião na política moderna.

⁹ RAMBO, 2011, p. 33.

¹⁰ Esse congresso era realizado, normalmente, a cada dois anos, sempre em uma localidade diferente desde 1898, sendo que nesse ano decidiu-se pela fundação da Associação dos Professores e Educadores Católicos do Rio Grande (*Lehrerverein*) e, em 1899, de Associação dos Agricultores (*Bauernverein*). Era um lugar para discutir os mais variados assuntos que afligiam os imigrantes de religião católica. Nesses encontros identificavam-se os problemas, soluções e traçavam-se políticas e estratégias de ação. RAMBO, 2011, p. 11.

das por delegados, integrariam a assembleia anual da Associação dos Agricultores. Na pauta daquela reunião em 1899 estavam as novas fronteiras de colonização e o problema do crédito rural.

O tema das novas fronteiras de colonização tornou-se recorrente nos Congressos Católicos e nas assembleias da Associação dos Agricultores. A grande preocupação dizia respeito ao fato das áreas atuais já estarem todas ocupadas, o que se agravava com as famílias numerosas e a alta taxa de natalidade¹¹, significando que as áreas que antes eram suficientes para um casal e seus filhos não seriam suficientes quando esses filhos quisessem constituir matrimônio. O projeto dos jesuítas orientava que os católicos buscassem concentrar-se em comunidades confessionalmente homogêneas e que as novas comunidades previssem a instalação de uma igreja, de uma escola e dos demais componentes básicos para uma infraestrutura comunitária.

Quanto ao crédito rural, foi o Sr. Hugo Metzler, diretor do jornal *Deutsches Volksblatt*, de São Leopoldo, que em 1899 sugeriu como modelo o sistema *Raiffeisen*, utilizado com pleno êxito na Alemanha, na Argentina e em outros países.¹² O ponto crucial era que não adiantaria existirem áreas disponíveis para colonização se as pessoas não tivessem recursos financeiros para comprá-las. As ideias manifestadas por Metzler e outras pessoas reforçaram ainda mais as palavras que seriam ditadas naquela mesma reunião pelo padre Amstad em sua conferência sobre o tema: De que maneira podemos tornar-nos economicamente independentes do estrangeiro? “O discurso que proferiu perante a numerosa assembleia foi uma peça magistral em todos os sentidos. Combinou nela uma caracterização fiel da situação de dependência econômica do país e, em especial, da colônia do estrangeiro com uma declaração de comprometimento sincero com o país e, finalmente, com a proposta de soluções concretas para a situação”, completa Rambo.

Amstad tinha uma visão bastante realista da situação dos colonos imigrantes. Em suas solitárias e cansativas cavalgadas pelo interior das paróquias que visitava entrava em contato direto com muitos agricultores de diferentes etnias, aconselhando-os no enfrentamento e na superação de seus desafios. Ele era um bom estatístico, tendo registrado a genealogia de aproximadamente 600 famílias, além de elaborar mapas de 16 municípios do estado, que era a região que ele percorria com frequência.

¹¹ Segundo Rambo, estimativas feitas pelo padre Amstad demonstravam que cada 1.000 famílias geravam anualmente 200 filhos.

¹² RAMBO, 2011, p. 63.

Foi assim, baseado nos ideais disseminados por meio da Associação dos Agricultores, que em 28 de dezembro de 1902, em Linha Imperial, no município de Nova Petrópolis/RS, foi constituída a primeira e mais antiga instituição financeira cooperativa da América Latina, a Caixa de Economia e Empréstimos Amstad (*Sparkasse Amstad*), atual Sicredi Pioneira RS, tendo entre seus vinte sócios fundadores o padre Theodor Amstad, que pessoalmente conduziu todas as reuniões prévias e a assembleia de constituição.

Coincidência ou não, apenas nove dias após a criação da cooperativa, em 06/01/1903, foi sancionado o Decreto do Poder Legislativo 979, que permitiu aos sindicatos a organização de caixas rurais de crédito agrícola, bem como cooperativas de produção ou consumo, autorizando o movimento que a Associação dos Agricultores estava iniciando.

As assembleias da Associação dos Agricultores ocorriam anualmente, sempre em uma localidade diferente. Em 1903, quem sediou o encontro foi a cidade de Lajeado, e um dos temas abordados foi a experiência exitosa da cooperativa fundada em Nova Petrópolis apenas quatro meses antes. A sugestão de criar novas cooperativas de crédito foi muito bem recebida, sendo prontamente acolhida por membros de algumas associações rurais, como Bom Princípio, que constituiu sua cooperativa em 1903, Santa Cruz do Sul, fundada em 1904, e Lajeado em 1906. À iniciativa de Amstad atribuiu-se a criação, até o ano de seu falecimento, de outras 37 cooperativas de crédito, das quais oito permanecem em funcionamento, sendo uma delas em Santa Catarina, fundada em 1932 na cidade de Itapiranga. As cooperativas criadas nessa época, a exemplo da Pioneira, seguiam normalmente o modelo alemão *Raiffeisen* (de caixas rurais), que se adaptava ao perfil econômico e social das comunidades dos imigrantes alemães, caracterizadas pela presença nas pequenas localidades, com capital limitado.

Na assembleia de 1907, Amstad sugeriu um projeto de crédito fundiário através de cooperativas. Em síntese: “Se todos os associados contribuíssem, ou melhor, depositassem anualmente na caixa da cooperativa de crédito a quantia de quarenta mil réis, ao cabo de quinze anos, cada sócio teria garantida uma área de terra no valor de um conto de réis. Na hipótese, porém, em que o associado quisesse ocupar imediatamente o lote, teria que desembolsar cinquenta mil réis de juros ao ano”, explica Rambo¹³. Naquele momento, o foco das discussões da Associação dos Agricultores era viabilizar a colonização na região de Serro Azul¹⁴ (atualmente Cerro Largo/RS), e a proposta de Amstad

¹³ RAMBO, 2011, p. 122.

¹⁴ Onde foram adquiridas áreas de terras da Companhia Colonizadora Estrada de Ferro do Noroeste. O que levou a essa escolha do local foram o tamanho da área, a fertilidade do solo, a topografia pouco acidentada e a possibilidade de bons mercados em médio e longo prazos.

poderia ser a solução para os dois principais problemas enfrentados pelos agricultores: as novas fronteiras de colonização e o crédito rural. Restou como uma das decisões daquela assembleia: “com a finalidade de promover o espírito de poupança entre os associados e com o intuito de facilitar a aquisição de terras será estimulada a criação de cooperativas [de crédito] com o objetivo específico de adquirir propriedades rurais. Atuando em combinação com os empreendimentos colonizadores, facilita-se, assim, o acesso aos lotes coloniais mediante contribuições mensais e por sorteio, realizado num período de tempo predeterminado”, registra Rambo¹⁵. Estava criado o produto hoje conhecido como consórcio e, o que era o mais importante, eliminada a dependência paternalista que os colonos tinham para com as autoridades locais, estaduais e federais.

O que Amstad propôs por meio das cooperativas de poupança e empréstimo que seguiam o modelo *Raiffeisen* foi “pôr à disposição dos agricultores, na sua própria picada e sob sua própria gerência, administração e responsabilidade, instituições ágeis, de baixo custo operacional, capazes de assegurar uma boa remuneração para a poupança e, ao mesmo tempo, facilitar o socorro por meio de juros razoáveis quando a necessidade se fizesse sentir”, afirma Rambo. As cooperativas de crédito tinham ainda o papel de garantir a viabilidade das cooperativas agropecuárias (com destaque para as ligadas ao setor leiteiro) e das de consumo.

A Associação Rio-grandense dos Agricultores (*Bauernverein*) foi extinta em 1909, quando se decidiu transformá-la em um sindicato rural, objetivando gozar de proteção e aceitação oficial por parte do governo e para evitar penalizações em forma de impostos. A partir dessa nova configuração como sindicato rural ocorreu o afastamento dos padres jesuítas e de pastores protestantes, que entenderam que a transformação em sindicato promovia um desvio radical dos objetivos que haviam levado à fundação da Associação dos Agricultores.

Em 1912, durante o 9º Congresso dos Católicos, o trabalho iniciado pela Associação dos Agricultores teve continuidade por meio da fundação do *Volksverein*¹⁶ (Sociedade União Popular), destinado aos teuto-católicos. Nessa fase, a Igreja assumiu para si um papel de fundamental importância, organizando os agricultores e constituindo escolas, asilos, hospitais, sindicatos e também cooperativas. Somaram forças aos desafios da colonização de novas terras a Liga União Colonial, formada por protestantes, companhias colonizadoras particulares e empreendedores individuais.

¹⁵ RAMBO, 2011, p. 128.

¹⁶ O *Volksverein* ainda continua ativo, sediado em Nova Petrópolis/RS e tendo completado seu centenário em 2012.

Na Sociedade União Popular, o padre Theodor Amstad assumiu o papel de secretário itinerante e tinha a atribuição de visitar ao menos uma vez por ano todas as associações locais, formadas por católicos, que existissem no Rio Grande do Sul, difundindo a sociedade e suas deliberações através de conferências, palestras, reuniões e contatos individuais. Além disso, cabiam também a Amstad as atividades pastorais (missas, confissões, catequese, velórios) e a visita às caixas rurais nas comunidades que ele visitava. Explica-se então a estimativa feita por Amstad de que teria percorrido cerca de 160 mil quilômetros no lombo de sua mula¹⁷ desde 1885 até 1923, ano em que ficou impossibilitado de caminhar, fruto de uma queda da mula que tivera em 1919 próximo à localidade de Arroio do Meio/RS e que resultou no rompimento dos tendões do joelho esquerdo.

Entre as responsabilidades da Sociedade União Popular, segundo palavras do próprio padre Amstad¹⁸, “a associação não se contentará apenas em assistir com bons conselhos os católicos à procura de um novo lar. Não! Se for necessário, a Sociedade União Popular assumirá, ela própria, a condução dos assentamentos. Cuidará de atender as necessidades relacionadas com a escola e a igreja em regiões de novas colonizações. Para tanto fará valer a sua influência também nas colônias velhas. Não duvidará em solicitar contribuições, batendo na porta dos irmãos na religião mais ricos”. A solução encontrada foi continuar o trabalho da extinta Associação dos Agricultores, direcionando esforços para a colonização de Serro Azul, Santo Cristo e, no decorrer das décadas seguintes, de toda a região das Missões, da Serra e do Alto Uruguai.¹⁹ Estava ainda na pauta de Amstad o fomento à criação de novas cooperativas de crédito, o que pode ser comprovado pela participação direta que o jesuíta teve na fundação de treze cooperativas, além de servir de inspiração para muitas outras.

A importância das cooperativas de crédito no processo de colonização pode ser percebida no relato de Rambo, que, ao falar do contrato entre a Sociedade União Popular e a Companhia de Terras Chapecó-Peperi Limitada em 1926, que envolveu a compra de 100 lotes com 25 hectares cada um, registra que a compra dos lotes ocorreu com recursos das caixas rurais de Santa Cruz e Cerro Largo. “Como a área disponível oferecia perspectivas reais para uma ampliação indefinida no futuro, o começo modesto significou, na verdade, o

¹⁷ Amstad registrou em suas memórias: “Todos os anos eram cinco mil quilômetros de estrada a serem vencidos por mim no lombo do burro. Contando a média de sete quilômetros por hora de cavalgar em caminhos ruins e escarpados, importava isto em nada menos do que setecentas horas anuais passadas por mim na sela”. AMSTAD, 2002.

¹⁸ RAMBO, 2011, p. 244.

¹⁹ Nessa tarefa da colonização, o padre Max von Lassberg foi o personagem principal.

embrião de um projeto que deu origem direta e indireta à colonização de todo o extremo oeste de Santa Catarina”, registra Rambo²⁰, mencionando que, em aquisições de lotes seguintes, contribuíram ainda as caixas rurais de Colônia Selbach, Santa Maria, Picada Café, Taquara e Picada Herval. A empresa Chapecó-Peperi dispunha de dois mil quilômetros quadrados de área virgem, dos quais ofereceu 500 mil quilômetros quadrados à Sociedade União Popular, que foram divididos em 2.340 lotes.

Importante mencionar que não foi desde o início que as cooperativas gozavam da simpatia dos jesuítas. Pereira²¹ registra que “foi o ‘tilintar’ das moedas nas poupanças que mudou rapidamente a opinião dos padres, já que as caixas de crédito ‘prematuros’ logo passaram a devolver para as comunidades as sobras financeiras da atividade na forma de obras públicas como igrejas, salões comunitários, escolas e hospitais, muitas das quais caberiam à iniciativa pública”. A atuação das caixas rurais acabou se consolidando como a forma de viabilizar importantes obras da Sociedade União Popular. Alguns exemplos práticos que podem ser citados são: uma agência de empregos – criada para ajudar os teuto-brasileiros após a Primeira Guerra Mundial; construção de um asilo e de um hospital em São Sebastião do Caí; de um leprosário em Itapuã e de um orfanato em Santa Cruz do Sul. “As doações do ‘fundo de reserva’ da Caixa Rural eram propostas e aprovadas unanimemente nas assembleias gerais e os recursos então aplicados nessas obras geralmente realizadas por meio de mutirão”, complementa Pereira.

A criação de novas caixas rurais durante as duas primeiras décadas do século XX ocorria por iniciativas de cada comunidade interessada. Elas funcionavam na casa de seus presidentes, gerentes, associados ou em salas paroquiais, o que demonstrava a importância de escolher pessoas sérias e que tivessem a confiança da comunidade. Outra característica era a inexistência de capital inicial, pois os associados não eram obrigados a fazer nenhum depósito na sua admissão, seguindo a inspiração do modelo *Raiffeisen*. Funcionavam com um modelo de estatuto semelhante entre si, mas não possuíam nenhum vínculo formal entre elas. Tal carência de organização sistêmica trazia problemas de eficiência e gerência, o que era agravado pela ausência de pessoas habilitadas para gerenciar as cooperativas. Nesse cenário, as visitas regulares do padre Amstad como secretário itinerante da Sociedade União Popular amenizavam tais carências. “Nessas ocasiões, auxiliava a diretoria local a pôr em dia os livros, transmitia os procedimentos necessários e deixava orientações para o bom

²⁰ RAMBO, 2011, p. 270.

²¹ PEREIRA, 2012, p. 109.

funcionamento das Caixas. Estabelecia com isso, além da condução correta dos negócios, uma certa unidade entre as diversas caixas”, registra Rambo²².

Em 1923, quando Amstad ficou impossibilitado de viajar por conta da queda de sua mula, as caixas rurais ficaram em perigo de colapso iminente. Naquele momento, suas atribuições de secretário da Sociedade União Popular foram assumidas pelo padre austríaco Johannes Rick. Foi então que, em uma assembleia de delegados da Sociedade União Popular em Santa Cruz do Sul, tomou-se a decisão de reunir as caixas dispersas criando uma central com o papel de articular e qualificar melhor as diversas Caixas Rurais, várias delas com grande carência de pessoas qualificadas, bem como com problemas de eficiência e gerência. Fruto dessa decisão, das 22 cooperativas existentes à época 18 fundaram a Central das Caixas Rurais da União Popular do Estado do Rio Grande do Sul em uma assembleia geral no município de Santa Maria no ano de 1925. No ano de 1938, eram 35 as cooperativas filiadas e registravam 8.326 associados, sendo que as maiores cooperativas eram: Serro Azul (Cerro Largo) com 1.448 associados; Serra Grande com 534; Nova Petrópolis com 529; São José do Herval com 509 e Taquara com 330 associados.

Pereira²³ relata que “entre 1907 e 1925, as caixas rurais estiveram inseridas numa condição de vazio legal. Não eram orientadas, não eram regulamentadas e não eram fiscalizadas pelo poder público. Paralelo a isso, os anos posteriores à Primeira Guerra Mundial prejudicaram o trabalho das caixas”. Durante o período da guerra houve proibições de publicações em língua alemã, do uso da língua em público e restrições a encontros e reuniões. Rambo e Rabuske²⁴ relatam ainda que “uma série de bancarrotas prejudicou a fama das Caixas e da Sociedade como um todo. Somava-se a isso o fato de a Sociedade União Popular estar na época envolvida com o maior empreendimento de sua história: a fundação da colônia de Porto Novo no Alto Uruguai (atual município de Itapiranga/SC). Muitas caixas relutaram, e outras recusaram-se a pôr à disposição os recursos necessários. A aplicação do dinheiro foi em parte paralisada pela visão curta do colono, pela desconfiança em relação a qualquer empreendimento que não fosse inteiramente transparente e pelo teimoso espírito de independência”.

Em 1932, o cooperativismo brasileiro contou com um importante marco legal que propiciou o crescimento do setor, notadamente das cooperativas de crédito. Por meio do Decreto-Lei 22.239/32 foram aprovados 46 artigos so-

²² RAMBO, 2011, p. 363.

²³ PEREIRA, 2012, p. 122.

²⁴ RAMBO, 2011, p. 298.

bre a forma de constituição das cooperativas, definindo exigências e estatuidando regras de funcionamento. As cooperativas de crédito foram definidas como aquelas que “têm por objetivo principal proporcionar a seus associados crédito e moeda por meio da mutualidade e da economia mediante uma taxa módica de juros, auxiliando de modo particular o pequeno trabalho em qualquer ordem de atividade na qual ele se manifeste, seja agrícola, industrial ou comercial, ou profissional, e, acessoriamente, podendo fazer, com pessoas estranhas à sociedade, operações de crédito passivo e outros serviços conexos ou auxiliares de crédito”.

O decreto definia diferenças entre as cooperativas do tipo *Raiffeisen* e as do tipo *Luzzatti*. As caixas rurais *Raiffeisen* eram caracterizadas pela “ausência de capital social e indivisibilidade, entre os associados, de quaisquer lucros”, o que fazia com que as sobras fossem destinadas em sua maior parte para a reserva legal e o valor remanescente fosse revertido em benefícios para a comunidade no modelo do atual Fundo Social praticado pelo Sistema Sicredi, que viabiliza projetos sociais, educacionais, culturais e esportivos. Quanto ao capital social, a sua ausência seguia o modelo criado por *Raiffeisen*, o que só mudou com o Decreto nº 60.597, de 19 de abril de 1967, que não mais fez menção à existência de cooperativas *Raiffeisen* ou *Luzzatti*, tratando-as apenas de cooperativas locais. Constava também que as cooperativas *Raiffeisen* deveriam atuar em uma “área de operações reduzida a uma pequena circunscrição rural, de preferência o distrito municipal, mas que não poderiam, em caso algum, exceder o território de um município”, também inspirado no modelo *Raiffeisen*, que pregava que cada município deveria ter sua própria cooperativa, texto que vigorou até 1938, quando o Decreto-Lei 581 permitiu que as cooperativas atuassem em zonas municipais limítrofes.

Ao mesmo tempo em que o decreto deu força ao cooperativismo, permitiu também a ação de oportunistas e aproveitadores, principalmente em cooperativas *Luzzatti*, que atuavam em estruturas disfarçadas de cooperativas com o objetivo de obter benefícios próprios. Segundo Thenório Filho²⁵, “esses pseudo Bancos Cooperativos muitas vezes eram colocados à venda por anúncios em jornais, administrados por pequenos grupos de espertalhões ‘proprietários’, que se aproveitavam da lei e da doutrina, mas que nunca foram cooperativistas”. Queriam usar o sistema cooperativo por conveniências pessoais, mas ostentavam a aparência de um banco tradicional. “Eram cooperativas de crédito colocadas à venda como se fossem bancos; eram outras verdadeiras dinastias administrativas, de pai para filho, perpetuando-se no poder, parentes na admi-

²⁵ THENÓRIO FILHO, 2002, p. 123.

nistração para vantagens pessoais ou familiares; eram outras ainda constituídas unicamente com intenção de captar recursos na praça e em seguida desaparecer com a mesma rapidez com que foram criadas”. As implicações dessa forma de atuação, nas décadas de 1950 em diante impactaram negativamente também nas cooperativas estabelecidas no Rio Grande do Sul.

Nas décadas de 1920 a 1960, inúmeras foram as tentativas de fiscalizar as atividades das cooperativas de crédito, inicialmente por meio do Ministério da Agricultura (em 1925), depois pelo Ministério da Fazenda (Decreto-Lei 581/1938), posteriormente pelo Ministério da Agricultura (Decreto-Lei 8.401/45) e novamente pelo Ministério da Fazenda (Decreto-Lei 41.872/57), representado pela SUMOC – Superintendência de Moeda e do Crédito. Em vários momentos desse período, a incumbência da fiscalização chegou a ser dupla, pois cabia ao Serviço de Economia Rural (S.E.R.), ligado ao Ministério da Agricultura, fiscalizar todas as cooperativas, inclusive as de crédito. Em 1962, por meio do Decreto do Conselho de Ministros 1.503, foram suspensas a criação e o registro de cooperativas de crédito em todo o território nacional, pois nem a SUMOC e muito menos o S.E.R. possuíam estrutura adequada para fiscalizar as cooperativas de crédito.

No fim de 1961, havia no Brasil 511 cooperativas de crédito com 547.854 associados.

A partir de 1964, com a promulgação da Lei da Reforma Bancária (Lei 4.595/64), passou a ser responsabilidade do recém-criado Banco Central do Brasil a autorização de funcionamento e fiscalização de cooperativas de crédito de qualquer tipo e cessão de crédito às cooperativas que a tivessem.

Esse novo momento marcou o início de várias limitações impostas ao funcionamento das cooperativas de crédito. Como exemplo, por meio do Decreto-Lei 59/1966 foi revogado o Decreto-Lei 22.239/1932, que durante três décadas permitiu a criação desenfreada de cooperativas. O novo decreto continha apenas “26 indigestos artigos”, enquanto o anterior possuía “46 suaves artigos”, qualifica Thenório Filho²⁶. Relativamente à fiscalização, o decreto-lei estabeleceu que as cooperativas de crédito ficariam subordinadas, na parte normativa, ao Conselho Monetário Nacional e, na parte executiva, ao Banco Central da República do Brasil.

A Resolução 11, de 20/12/65, tornou a autorizar a constituição e o funcionamento de cooperativas de crédito apenas nas modalidades de crédito de produção rural com o objetivo de operar em crédito e de cooperativas com quadro social formado unicamente por empregados de determinada empresa

²⁶ THENÓRIO FILHO, 2002, p. 129.

ou entidade privada. Segundo Marcos Pinheiro²⁷, essa resolução “determinou a extinção das atividades creditórias exercidas por sucursais, agências, filiais, departamentos, escritórios ou qualquer outra espécie de dependência existente em cooperativa de crédito. Vedou às cooperativas de crédito o uso da palavra ‘banco’ em sua denominação”. Determinou também que as cooperativas teriam 90 dias para requerer do Banco Central a renovação da autorização de funcionamento.

Poucos dias depois, em 28/01/66, a Resolução 15 determinou que as cooperativas somente poderiam captar depósitos à vista de seus associados, vedando a captação em depósitos a prazo, o que, em um cenário de inflação anual na casa de 40%, prejudicou enormemente a formação de *funding* das cooperativas e por consequência sua sobrevivência. Essa resolução vetou ainda a distribuição de eventuais sobras entre os associados.

Outras sanções somaram-se às acima mencionadas e, por conta disso, esse período ficou conhecido como “A Era dos Não Pode” em decorrência da grande quantidade de limitações impostas às cooperativas de crédito.

Thenório Filho²⁸ registra o difícil momento pelo qual passaram as cooperativas a partir de 1966, quando o Banco Central passou a estar apto a fiscalizar as cooperativas: “Em um ano de trabalho incessante, mais de 2.000 cooperativas de crédito e bancos cooperativos tiveram seus registros e autorizações de funcionamento cassados e conseqüentemente encerradas as suas atividades”²⁹. “Posteriormente, numa outra investida em 1970, novas cassações e fechamentos da maioria das Cooperativas de Crédito Rural tipo *Raiffeisen*, principalmente no Rio Grande do Sul.” Na época, havia 66 Caixas Rurais *Raiffeisen* nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, sobrando apenas pouco mais de uma dezena, com fechamento também da Central das Caixas Rurais, sediada em Porto Alegre.³⁰ “Um dos motivos alegados pela fiscalização, além de outras irregularidades³¹, segundo notícias da época, era o regime de dinastia presidencial adotado, ficando sempre a presidência da cooperativa na mesma família.” Quanto às cooperativas *Raiffeisen* em solo catarinense, estavam sediadas em: Alto Bela Vista (fundada em 1929 e que funcionou até 1967),

²⁷ PINHEIRO, 2008, p. 39.

²⁸ THENÓRIO FILHO, 2002, p. 130.

²⁹ Palhares registra que é provável que muitas dessas cooperativas eram mistas, que possuíam seção de crédito, visto que dados do Banco Central de 1960 registravam a existência de 496 cooperativas de crédito e 377 em 1970. PINHO; PALHARES, 2004, p. 53.

³⁰ Essa Central transformou-se, em 1967, em uma cooperativa singular, hoje conhecida como Sicredi União Metropolitana RS.

³¹ Contabilidades atrasadas e associados não pertencentes ao meio rural estavam entre as irregularidades apontadas.

Dona Alice / Tangará (de 1955 a 1967), Itá, Itapiranga (fundada em 1932 e ainda em funcionamento), São Carlos (que funcionou até 1969), Saudades (ativa até 1967).

Em 16/12/71, a Lei 5.764/71 revogou o Decreto-Lei 59, assim como o Decreto 60.597, instituindo o regime jurídico vigente das sociedades cooperativas, definindo-as como sociedades de pessoas, de natureza civil, mantendo o controle das cooperativas de crédito com o Banco Central do Brasil.

Segundo Valdecir Palhares³², durante a década de 1970, no chamado “milagre econômico”, “o governo conseguia dinheiro fácil no exterior e endividava a nação. Parte dos recursos financeiros subsidiava, inclusive, os agricultores. Foi uma maneira encontrada pelo governo para desviar o interesse dos agricultores na fundação de cooperativas de crédito, o que levou ao esvaziamento do movimento. Ocorreu uma destruição maciça tanto de CREDIS *Raiffeisen* quanto de *Luzzatti*”. Palhares continua: “Quando acabou o milagre econômico no fim dos anos 1970, as cooperativas de crédito na área rural estavam praticamente extintas. Quase tudo desapareceu, o setor agropecuário do país passou a viver dificuldades financeiras por falta de financiamentos adequados a seu desenvolvimento”.

No início da década de 1980, a ausência de recursos governamentais para financiar o crédito rural despertou em um grupo de lideranças no Rio Grande do Sul a motivação para retomar o fomento às cooperativas de crédito. Foi quando a Fecotrig (Federação das Cooperativas de Trigo e Soja do Rio Grande do Sul) assumiu por meio de seu vice-presidente, Mário Kruel Guimarães³³, o papel de estimular a criação de cooperativas de crédito dentro das cooperativas agropecuárias a elas filiadas. O projeto previa ainda a criação de uma Central, a Cocecrer (Cooperativa Central de Crédito Rural³⁴), consti-

³² PINHO; PALHARES, 2004, p. 54.

³³ Nascido em Santo Ângelo em 18 de abril de 1924, teve como uma das características a mudança constante de endereço. Passou por cidades do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Bahia, Distrito Federal, São Paulo e Rio de Janeiro e, na maioria, fixou-se apenas por dois ou três anos. Autodidata, estudou por conta própria para obter a aprovação na prova do Banco do Brasil e começou a atuar em Erechim/RS. Foi gerente de agência em Getúlio Vargas/RS, exerceu a função de chefe da carteira agrícola do Banco do Brasil e se aposentou em Porto Alegre/RS como inspetor em 1968. Também dirigiu um frigorífico em Sarandi/RS e em Duque de Caxias/RJ e trabalhou no Ministério da Agricultura em Brasília, onde havia atuado no Conselho Nacional do Cooperativismo e na Comissão de Crédito Rural do Conselho Monetário Nacional. Atuou também como conselheiro de administração do BNCC, professor de crédito rural e cooperativismo no Banco Central e na Febraban e, em 1958, foi um dos membros da comissão de fundação da Fecotrig.

³⁴ Atual Central Sicredi Sul/Sudeste, sediada em Porto Alegre/RS, formada por 42 cooperativas singulares.

tuída em 27/10/1980, inicialmente formada por um grupo de nove cooperativas remanescentes³⁵ do sistema *Raiffeisen*.

Mediante ações de fomento da central recém-criada e com o apoio das 80 cooperativas de produção e comercialização (agropecuárias) lideradas pela Fecotrigó, inúmeras novas cooperativas de crédito rural surgiram no Rio Grande do Sul, normalmente oriundas da seção de crédito que funcionava dentro das cooperativas agropecuárias e que foram transformadas em cooperativas de crédito. Essas novas cooperativas, na grande maioria das situações, continuaram funcionando dentro da própria cooperativa agropecuária, compartilhando inclusive os mesmos dirigentes (presidente e diretores), e passaram a ter como potenciais associados os quase 200 mil associados das cooperativas de produção.

Em jan/1982, a nova Central já contava com 40 associadas em 1985, 60 cooperativas e, em 1990, eram 65 as instituições em funcionamento no Rio Grande do Sul.

Segundo Meinen e Port³⁶, a iniciativa arrojada de Mário Krüel Guimarães faz surgir um novo e definitivo formato organizacional do cooperativismo financeiro brasileiro, mais conhecido como “sistêmico”, baseado na integração horizontal e vertical das cooperativas. Segundo “Dr. Mário”, unidas e estruturando-se com entidades estratégicas e operacionais de nível superior, as cooperativas tornar-se-iam mais fortes e eficientes, pois esse rearranjo institucional, além de permitir ganhos de escala e gerar economia de escopo, facilitaria a aplicação de conceitos de autorregulação, autogestão (com forte ênfase em capacitação) e autofiscalização, pilares que já há muito sustentavam o vigoroso cooperativismo financeiro europeu e canadense. “O pensamento era criar uma organização financeira pujante, que pudesse liberar, paulatinamente, o produtor e suas cooperativas da usura bancária e evitasse que as pequenas economias do interior, depositadas em cadernetas de poupança bancária, continuassem a financiar, como era corrente acontecer, a construção de majestosos edifícios nas capitais e até em sofisticados balneários, por ser a atividade imobiliária, como é natural, muito mais rentável do que o crédito rural para pequenos produtores”, destaca Mário Krüel.

Krüel relata que, por volta de 1983, o então presidente da OCB, José Pereira Campos Filho³⁷, ao apoiar a iniciativa gaúcha, criou dentro da OCB

³⁵ As nove cooperativas remanescentes que constituíram a Cocreer foram: Nova Petrópolis, Cerro Largo, Crissiumal, Horizontina, Guarani das Missões, Rolante, Agudo, Panambi e Taquara.

³⁶ MEINEN; PORT, 2014, p. 111.

³⁷ Mandato na OCB de 1979 a 1985.

um organismo específico para tratar do assunto, indicando Mário Kruel e Roberto Rodrigues para coordená-lo, nomeando-o como “Comissão de Implantação do Sicredi-Br”. Roberto assumiu a liderança política, e Kruel a liderança técnica. Segundo Rodrigues³⁸: “Mário foi meu professor, mestre, inclusive orientando o que eu deveria ler”. Além de estimular a criação de novas cooperativas, eles passaram a atuar junto ao Banco Central para mudar as limitações impostas na “Era dos Não Pode” com importante atuação de Mário Kruel Guimarães. Juntos eles visitaram vários estados, explanando o modelo idealizado por Kruel e estimulando a criação de novas centrais e cooperativas, resultando na expansão do cooperativismo de crédito em estados como Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, Bahia e Pernambuco.

Tem-se, a partir desse movimento, um segundo momento de expansão e crescimento das cooperativas de crédito, hoje conhecidas como instituições financeiras cooperativas por oferecer um amplo portfólio de produtos e serviços muito além da captação e crédito, que foram os únicos produtos oferecidos durante mais de 90 anos.

Foi assim, com dois períodos distintos, liderados inicialmente pelo padre Amstad e na sequência por Mário Kruel Guimarães, que o cooperativismo financeiro do Rio Grande do Sul surgiu, ressurgiu e se desenvolveu, atingindo os patamares hoje conhecidos com cooperativas em praticamente todos os municípios e com mais de 2,3 milhões de gaúchos associados. O protagonismo das instituições financeiras cooperativas é facilmente percebido, principalmente em municípios com menos de 100 mil habitantes, cenário no qual, em média, 40% da PEA (população economicamente ativa) é associada a uma cooperativa. A presença pode ser percebida tanto no desenvolvimento econômico como na responsabilidade social por meio de ações diretas e indiretas ligadas a educação, cultura, saúde, esportes, segurança, empreendedorismo, entre outros aspectos.

A inspiração que surgiu em Nova Petrópolis/RS em 1902 deu à cidade o título de Capital Nacional do Cooperativismo através da Lei Federal 12.205/10. Todos os anos, a cidade recebe mais de 3.000 cooperativistas de todo o país, e eventualmente do exterior, que buscam ampliar seus conhecimentos sobre a história do cooperativismo, servindo de inspiração para seguir em frente em suas próprias cooperativas.

Em 2019, por meio da Lei Federal 13.926, Theodor Amstad foi nomeado patrono do Cooperativismo Brasileiro, reconhecendo sua relevante contri-

³⁸ Entrevista registrada no vídeo da Trajetória Sicredi.

buição para a criação das caixas rurais no Rio Grande do Sul, que serviram de inspiração para outros estados.

Importante perceber que até hoje as cooperativas ainda valorizam os mesmos ideais surgidos há 100 anos: a ajuda mútua, o empreendedorismo, a solidariedade, a educação, o desenvolvimento local e regional, a formação de lideranças locais, a visão abrangente acerca das necessidades das pessoas e das comunidades, a construção de pilares para um mundo melhor. Por vezes, acreditamos que estamos criando algo diferente nos dias de hoje e, quando nos aprofundamos na história do passado, percebemos que muito do que estamos fazendo já existia no passado, apenas estamos ressignificando e adaptando aos dias atuais.

Acima de tudo, temos hoje instituições financeiras cooperativas completas nos aspectos econômico e social, que também oferecem soluções financeiras, tendo um alcance muito maior do que a simples oferta de produtos e serviços, voltadas para a construção de um mundo melhor ou, como diz o propósito do Sicredi, “construir juntos uma sociedade mais próspera”.

Referências

- MEINEN, Ênio; PORT, Márcio. *Cooperativismo Financeiro: percurso histórico, perspectivas e desafios*. Brasília: Confefras, 2014.
- SCHNEIDER, Cristina. *Cooperativa Santa Clara: 100 Anos de História*. Porto Alegre: Sescop/RS, 2012.
- PINHEIRO, Marcos Antonio Henriques. *Cooperativas de Crédito, história da evolução normativa no Brasil*. 6. ed. Brasília: BCB, 2008.
- AMSTAD, Teodoro. *Memórias Autobiográficas*. Nova Petrópolis/RS: Editora Amstad, 2002.
- RAMBO, Arthur Blásio. *Somando forças: o projeto social dos jesuítas no Sul do Brasil*. São Leopoldo/RS: Unisinos, 2011.
- PINHO, Diva Benevides; PALHARES, Valdecir Manoel Affonso. *O Cooperativismo de Crédito no Brasil: do século XX ao século XXI*. Edição comemorativa. Brasília: Confefras, 2004.
- PEREIRA, Josei Fernandes. *História do Cooperativismo e do Crédito no Rio Grande do Sul (1902-1930)*. Porto Alegre: Sescop/RS, 2012.
- THENÓRIO FILHO, Luiz Dias. *Pelos caminhos do cooperativismo: com destino ao crédito mútuo*. 2. ed. São Paulo: Central das Cooperativas do Estado de São Paulo, 2002.



Aponte a câmera do seu celular no QR Code e ouça o audiolivro do texto

Trabalho cooperativo e emancipação de mulheres no sul do estado de Santa Catarina – Brasil¹

*Suzane Grimm
Dimas de Oliveira Estevam*

Introdução

Tradicionalmente, as mulheres tiveram um papel de ‘coadjuvantes’ numa sociedade protagonizada pelos homens. Essa divisão socialmente construída entre homens e mulheres refletiu-se nas posições subalternas ocupadas pelas mulheres nos mundos do trabalho. Nesse contexto, as mulheres foram relegadas a posições inferiores e desiguais, pautadas pelo determinismo biológico, que as responsabilizou por realizar as atividades reprodutivas, domésticas e de cuidados, executadas no espaço privado e pouco reconhecidas socialmente. Por outro lado, aos homens coube o exercício das funções na vida pública, entendidas como de maior prestígio e mais valorizadas socialmente.

Apesar de algumas conquistas, essas diferenças ainda são persistentes, e as mulheres lidam com a sobrecarga de trabalho, gerada pela dupla jornada (cuidam dos afazeres domésticos e trabalham fora), recebem remunerações inferiores aos homens, enfrentam barreiras para ascender profissionalmente nas carreiras. Essa situação sempre foi destacada em relação ao mercado de trabalho urbano, contudo, no meio rural, as discriminações sofridas pelas mulheres são mais contundentes, especialmente pelo fato de não haver uma clara distinção entre trabalho reprodutivo e produtivo.

Particularmente na agricultura familiar, as mulheres têm o seu trabalho invisibilizado de diversas formas. Sua atividade laboral frequentemente está relacionada com atividades domésticas e de cuidados, as quais são consideradas na maioria das vezes como uma extensão de suas obrigações do lar. Além disso, as tarefas realizadas pelas mulheres são normalmente as atividades con-

¹ Uma versão preliminar do capítulo foi apresentada e publicada na Conferência Internacional Mulheres Mundos do Trabalho e Cidadania, ocorrida em Lisboa no período de 03 a 07 de dezembro de 2018.

sideradas femininas, quais sejam, tarefas que requerem cuidado, afeto e doação. Até mesmo quando o resultado de suas atividades gera algum valor monetário ou quando exercem os mesmos trabalhos que os homens na área produtiva da unidade familiar, essas atividades são consideradas “leves” e/ou entendidas como uma “ajuda”. Essas características refletem diretamente na desvalorização de sua atividade laboral, assim como na diminuição de sua remuneração ou até mesmo na ausência de pagamento por seu trabalho, no caso do trabalho doméstico.

Para mitigar as desigualdades do trabalho rural no sul do estado de Santa Catarina (Brasil), a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), pertencente ao Estado, desenvolve atividades de extensão que têm contribuído para emancipação das mulheres rurais catarinenses. Contudo, a Epagri não tem como foco prioritário a autonomia feminina; entretanto, o trabalho de extensão por meio da mobilização para o trabalho associativo tem contribuído para a emancipação de mulheres rurais. As ações de extensão da Epagri possibilitaram que, no ano de 2013, 23 mulheres criassem a Cooperativa de Mulheres Agricultoras e Artesãs (Cooperação).

Dessa forma, partindo do entendimento de que os valores tradicionais do patriarcado ainda presentes na sociedade contemporânea exercem forte influência especialmente no meio rural e consequentemente dificultam a emancipação feminina, busca-se neste capítulo traçar a trajetória da Cooperação: uma cooperativa formada por agricultoras familiares e artesãs provenientes do interior do município de São Ludgero, localizado no sul do estado de Santa Catarina, Brasil.

Este artigo foi realizado tendo como base a abordagem qualitativa de pesquisa, e o procedimento metodológico utilizado para a realização foi o documental e de campo. Primeiramente, foram realizadas buscas na literatura especializada no tema, objetivando o aporte teórico para a compreensão e embasamento das categorias mobilizadas. Para melhor entendimento das particularidades do objeto de estudo, foram pesquisados dados relativos ao município São Ludgero/Santa Catarina (Brasil), assim como foram realizadas entrevistas informais e observação sistematizada do cotidiano da cooperativa durante o mês de junho de 2018.

As desigualdades de gênero e a agricultura familiar

As questões relacionadas à posição subordinada que o trabalho feminino ocupa no mundo vêm sendo discutidas há muito tempo, sem, no entanto, apresentar sinais de esgotamento da temática. Apesar dos muitos avanços conquistados pelos movimentos de luta e reivindicatórios dos direitos das mulhe-

res, ainda persistem muitas desigualdades no que diz respeito às relações de gênero, e até o momento não há nenhuma solução definitiva que resolva os problemas enfrentados cotidianamente pelas mulheres em função dessas discriminações.

As desigualdades de gênero atravessam as fronteiras geográficas, étnico-raciais, de classe e religiosas, atingindo de forma mais ou menos intensa cada grupo, mas não deixando de afetar negativamente a vida de nenhuma mulher. Todavia, se considerarmos que, para alterar a posição das mulheres na sociedade, seria necessário desfazer as estruturas de um sistema que perdura séculos e que se utiliza da inferiorização e subordinação das mulheres para se manter, podemos ter ideia do quanto o caminho da desconstrução do patriarcado é desafiador e ao mesmo tempo necessário.

Nesse sentido, estudiosos/as vêm há muito tempo tentando desvendar tais questões em busca de explicações e possíveis progressos nesse campo. Uma das escritoras pioneiras a questionar a posição das mulheres na sociedade foi a francesa Simone de Beauvoir, que em um de seus livros amplamente conhecidos, intitulado “O segundo sexo” e publicado originalmente em 1949, traz para o centro de sua narrativa os dados da Biologia a fim de desmitificar as justificativas para a posição secundária das mulheres na sociedade. A autora não traz o debate de gênero, mas à luz dos dados da Biologia argumenta que “não se poderia afirmar a primazia de um dos sexos quanto ao papel que desempenha na perpetuação da espécie” (BEAUVOIR, 1980, p. 56). Além disso, os dados biológicos por si só não trazem respostas ou justificativas para a posição inferior que as mulheres ocupam na sociedade, segundo Beauvoir (1980), pois a sociedade não é moldada pela fisiologia, mas por valores construídos socialmente, que acabam por revestir os dados biológicos e os corpos de sentido. Dessa forma, a autora afirma: “É, portanto, à luz de um contexto ontológico, econômico, social e psicológico que teremos de esclarecer os dados da Biologia” (BEAUVOIR, 1980, p. 57).

Algumas décadas depois, na segunda metade do século XX, em outro contexto histórico e em um distinto espaço geográfico (nos Estados Unidos), outra autora destacar-se-ia, dessa vez como uma referência nos estudos sobre gênero. Com a intenção de desvelar os usos descritivos do conceito de gênero, especialmente na área da História, Joan Scott traz em seu texto “Gênero: uma categoria útil de análise histórica” uma definição inédita para o termo. Scott (1995, p. 86) define o termo gênero da seguinte forma: “(1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder”.

Nesse contexto, com base na primeira afirmação, a autora destaca um elemento de seu conceito sobre gênero, o qual está intrinsecamente relacionado a um dos assuntos centrais da presente pesquisa: a participação das instituições e organizações sociais na alteração do quadro persistente das desigualdades de gênero. Especialmente nas sociedades modernas, o trabalho possui uma posição central na vida das pessoas, sendo um espaço que não só garante a subsistência do ser humano, como também constrói a identidade dos indivíduos. Nesse processo, o mercado de trabalho, um ambiente sexualmente segregado, constitui-se como parte fundamental do processo da construção de gênero (SCOTT, 1995).

O trabalho como aspecto vital na reprodução humana é abordado por Saffioti (2013, p. 39), que afirma que “a atividade trabalho, nas diferentes formas que assume ao longo da História, não é senão o resultado histórico da luta do ser humano (homens e mulheres) com a natureza no processo social de produção de sua vida”. Nesse sentido, a autora afirma que as mulheres, especialmente as de camadas menos favorecidas economicamente, sempre trabalharam para compor a renda de suas famílias e participaram ativamente da construção da riqueza social em todas as sociedades ao longo da História. Todavia, historicamente, o trabalho feminino sempre permaneceu marginalizado, e a capacidade laboral das mulheres sempre foi subvalorizada (SAFFIOTI, 2013).

Em relação às persistentes desigualdades entre homens e mulheres, Hirata e Kergoat (2007) apontam que as mesmas são sistemáticas e que a divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos se concretiza por meio da divisão sexual do trabalho, que atribui às atividades consideradas masculinas, realizadas pelos homens nos âmbitos produtivo e público, maior importância e valor adicionado. Consequentemente, esse mesmo sistema restringe as mulheres à esfera reprodutiva e ao ambiente privado e doméstico, fazendo com que seu trabalho seja desvalorizado e considerado secundário.

A naturalização das profissões segmentadas por sexos é abordada nos escritos de Souza-Lobo (1991), que indica que, de uma forma genérica, pode-se pensar que a masculinização ou feminização de determinadas profissões ou tarefas se configura de forma natural, baseada no pressuposto de que: homens fazem trabalhos que exigem força, enquanto as mulheres executam atividades que reproduzem tarefas domésticas e que necessitem de suas habilidades consideradas inatas. No entanto, mais do que a extensão dessas tarefas, são as regras da dominação de gênero que se produzem e reproduzem nas várias esferas da atividade social.

Nesse sentido, Hirata e Kergoat (2007, p. 599) elucidam os princípios da divisão sexual do trabalho, afirmando que “[...] essa forma particular da

divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem “vale” mais do que um trabalho de mulher)”. Com base nesses princípios, as autoras observam que, mesmo com a considerável melhora nas condições do trabalho feminino, ainda há um expressivo distanciamento entre os grupos de sexo. Isso pode ser constatado especialmente na insuperável atribuição do trabalho doméstico às mulheres (HIRATA; KERGOAT, 2007).

Essas funções, relacionadas às atividades realizadas no espaço doméstico há muito tempo, materializaram-se no coletivo simbólico como um trabalho naturalmente feminino, segundo salientam Carrasco, Borderiasy e Torns (2011, tradução nossa). Para as autoras, isso se atribui principalmente ao pressuposto de que a execução dessas atividades requer o cuidado com o outro, o afeto e a doação, entendidas como características femininas. Com isso esse trabalho é desvalorizado e pouco reconhecido socialmente, implicando a sua baixa remuneração ou, muitas vezes, a realização dos serviços de forma gratuita.

Apesar da divisão sexual do trabalho ser uma realidade enfrentada cotidianamente pelas mulheres no mundo todo e em contextos laborais urbanos e rurais, no presente artigo são discutidos alguns aspectos relativos ao meio rural e à agricultura familiar. Dessa forma, nesta pesquisa, a agricultura familiar é entendida a partir da perspectiva descrita por Wanderley (2009, p. 156), que considera a agricultura familiar “aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo”.

Estudando a participação das mulheres na agricultura familiar, Brumer (2004) salienta que não só os trabalhos domésticos e de cuidados são considerados responsabilidade das mulheres, como as mesmas têm as suas atividades na unidade de produção familiar compreendidas como uma extensão das suas obrigações no lar e, quando exercem parte do trabalho produtivo, esse é considerado uma “ajuda”, mesmo quando realizam as mesmas atividades que os homens. Por consequência, essas características refletem-se tanto na desvalorização e falta de reconhecimento de sua atividade laboral como na diminuição ou ausência de sua remuneração.

As diferenças no cotidiano de homens e mulheres rurais são estudadas por Cordeiro (2007), que considera que, diferentemente dos homens, que em grande medida se dedicam exclusivamente ao trabalho produtivo agrícola, o cotidiano das mulheres rurais é caracterizado por uma combinação de distintas modalidades de trabalho, que vão desde a realização dos serviços domésticos, os cuidados com a família ao trabalho agrícola. Tal particularidade faz

com que as mulheres rurais circulem em diversos espaços da propriedade com o intuito de conciliar as tarefas domésticas e realizar as atividades produtivas. Nesses espaços, as mulheres podem processar os produtos alimentícios típicos da agricultura familiar, realizar a manufatura de diversos produtos e artesanatos, além de ser responsáveis, na maioria das vezes, pelo trato dos animais de pequeno porte e pelo cuidado com o quintal e a horta (CORDEIRO, 2007).

Em contextos rurais estudados por Paulilo (2016), as mulheres realizam as atividades consideradas “leves”, e quando trabalham no âmbito da esfera produtiva, elas têm seu trabalho considerado uma “ajuda”, enquanto os homens realizam os trabalhos considerados “pesados”, de cunho público e produtivo. A autora observa que a associação do termo “leve” e “pesado” para especificar determinados trabalhos no meio rural está mais relacionada com quem os realiza (homens, mulheres ou crianças) do que com o real desgaste físico que essa atividade laboral exige. Ou seja, independentemente de qual conjuntura esses conceitos estejam sendo aplicados, não se altera a utilização do conceito “leve” para designar os trabalhos realizados por mulheres e crianças e “pesado” para trabalhos realizados por homens.

Além disso, o trabalho e a participação das mulheres no meio rural ainda são invisibilizados de diversas outras formas, conforme revela o estudo realizado por Brumer (2004), o qual evidencia que, pelo fato das atividades realizadas pelas mulheres estarem relacionadas ao ambiente doméstico e privado, praticamente todo o contato com o mundo público é realizado pelos homens, sendo eles os principais responsáveis pela comunicação com os extensionistas rurais, bancos, sindicatos, cooperativas, associações, prefeituras, órgãos governamentais, fornecedores de insumos, compradores, entre outras instituições.

Contribuindo para essa reflexão, Cordeiro (2007, p. 8) observa que “dada uma rígida divisão sexual do trabalho pouco favorável às mulheres, há uma invisibilidade do seu potencial produtivo na agricultura familiar e uma subestimação de sua participação econômica”. Para a autora, particularmente no Brasil acontece uma movimentação a partir da década de 1980 no sentido de abordar as especificidades do trabalho feminino no meio rural. Essa abordagem acontece em várias frentes, que, ao mesmo tempo em que se inter cruzam, se mantêm paralelas, quais sejam: a importante contribuição das pesquisadoras femininas, que passaram a produzir uma série de trabalhos tratando da situação laboral das mulheres rurais; os estudos etnográficos sobre o campesinato, populações indígenas e demais comunidades minoritárias; e as manifestações das mulheres trabalhadoras rurais por meio de grupos e movimentos.

Nesse sentido, dentre as organizações de trabalhadoras rurais estruturadas em grupos e movimentos cabe destacar a contribuição das iniciativas de

economia solidária nas lutas em prol do reconhecimento do trabalho das mulheres rurais e da diminuição das desigualdades de gênero. Singer e Souza (2000, p. 27) consideram que “para os trabalhadores e trabalhadoras que foram estigmatizados por ser pobres – sobretudo mulheres e negros, vítimas da discriminação por gênero e raça – a experiência cooperativa enseja verdadeiro resgate da cidadania”. Dessa forma, tais iniciativas podem representar para as mulheres rurais uma alternativa de promoção de sua visibilidade na sociedade, visto que em sua essência a economia solidária, em especial o cooperativismo, busca exercer em suas práticas, através de seus princípios, a igualdade entre todos os participantes, inclusive no que diz respeito às questões de gênero.

Breves considerações sobre economia solidária e cooperativas descentralizadas

As transformações na economia nas últimas décadas trouxeram à cena econômica o desemprego e a precarização do trabalho. A economia solidária tem sido uma alternativa para enfrentar os problemas sociais. Essa mudança começou, segundo Singer (2002), a partir da segunda metade dos anos 1970, quando o desemprego em massa voltou a ser uma realidade para grande parte da população mundial. A classe média operária de países que haviam estabelecido direitos trabalhistas por meio das lutas dos sindicatos assistiu à transferência de grande parte da produção industrial para países em que esses direitos eram muito precários ou inexistiam.

Diante dessa situação, os trabalhadores/as passaram repentinamente de décadas de ascensão do capitalismo para um momento de declínio produtivo, incertezas econômicas e vulnerabilidade social. Nesse contexto de depreciação do trabalho e da qualidade de vida dos trabalhadores/as, Singer (2002, p. 110) ressalta que “[...] ressurgiu com força cada vez maior a economia solidária na maioria dos países. Na realidade, ela foi reinventada”. Ainda cabe destacar, conforme o autor frisa, que o contexto atual de economia solidária é diferente em vários aspectos da ideia inicial, que tinha como base do movimento o caráter social, surgido na primeira metade do século XIX como forma de reação à precarização do trabalho dos artesãos em razão do crescimento sem precedentes do capitalismo industrial (SINGER, 2002).

Analisando as experiências de economia solidária no contexto brasileiro, Singer (2002) observa que essas iniciativas foram difundidas especialmente a partir do início do século XX com o intenso processo de imigração da população europeia para o Brasil e foram estabelecidas nos moldes de cooperativas de consumo nas cidades e no campo. Apesar de existirem relatos de experiências cooperativas anteriores, é especialmente no período militar que tais iniciativas

ganharam impulso no Brasil, conforme relatam Estevam, Marcolino, Lanzarini e Madeira (2011). Os autores apontam que nesse período as cooperativas, especialmente as ligadas ao setor agroexportador, receberam incentivos do governo que apostavam na modernização dos estabelecimentos, o que fez com que ocorresse a adesão massiva de cooperados, principalmente os que vislumbravam os benefícios financeiros das cooperativas, sem apresentar nenhum compromisso com os princípios cooperativistas.

Em contraposição a esse modelo de cooperativa fomentado durante o período militar e que perdura fortemente até os dias atuais, surge na passagem do século XX para o século XXI uma forma renovada de organização baseada nos princípios cooperativistas: as cooperativas descentralizadas. Essas organizações representam uma nova fase do movimento cooperativista, rompendo com a reprodução do modelo anteriormente consagrado e trazendo uma nova face ao movimento, sem a necessidade de constituição de grande infraestrutura, elevado número de associados e centralização dos setores de produção, administração e comercialização (ESTEVAM *et al.*, 2011).

Essas experiências cooperativistas, que foram desenvolvidas com o apoio da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri) e posteriormente foram replicadas para outros estados brasileiros, tinham como objetivo proporcionar uma forma alternativa de viabilização de atividades artesanais típicas da agricultura familiar por meio da formalização de seus estabelecimentos e da proteção oferecida pelo cumprimento das exigências legais, além de promover o desenvolvimento socioeconômico regional e a reprodução das famílias rurais (ESTEVAM *et al.*, 2011).

No levantamento sobre a situação das agroindústrias catarinenses realizado pela Epagri no ano de 2010, as cooperativas descentralizadas foram definidas como organizações provenientes das atividades da agricultura familiar, que se estruturam em forma de uma sede e demais unidades de produção familiar (UPF) e/ou filiais da cooperativa, instaladas nas propriedades e/ou nas comunidades rurais dos cooperados/as, configurando dessa forma a descentralização das UPF em relação à sede (MARCONDES; MIOR; REITER; MONDARDO, 2012).

As cooperativas descentralizadas diferenciam-se do modelo tradicional, segundo Estevam, Salvaro, Lanzarini e Busarello (2014), porque o patrimônio pertence ao cooperado, ou seja, a produção é realizada na propriedade do/a agricultor/a, que utiliza a cooperativa para formalizar as atividades da propriedade, que passa a atender legislações tributárias, fiscais, ambientais e sanitárias, o que possibilita a comercialização de seus produtos de forma legalizada e o atendimento a mercados específicos. Dessa forma, os custos operacionais

são diluídos entre os/as cooperados/as, que conseguem tornar seus empreendimentos viáveis.

Em relação à natureza jurídica das relações estabelecidas entre os cooperados e as cooperativas descentralizadas, Franz e Dalbello (2014) esclarecem que a formalização dessas relações é feita por meio de um contrato de comodato de seção e uso, onde o/a agricultor/a repassa a sua unidade de produção familiar para a cooperativa, sendo que o mesmo ainda permanece exercendo autonomia sobre as decisões relativas à sua UPF. Além disso, o autor pontua que o fato de cada estabelecimento ser conformado pelo capital individual de cada agricultor/a faz com que a desistência de um/a cooperado/a não impacte diretamente na saúde financeira e nas atividades do empreendimento como um todo.

Algumas vantagens das cooperativas descentralizadas em relação às cooperativas tradicionais são apontadas por Estevam e Mior (2014), que consideram como principais benefícios a flexibilidade e autonomia do/a agricultor/a familiar que decide o que produzir e quando produzir; o contato direto dos/as agricultores/as com os consumidores/as, podendo oferecer tanto a construção de uma relação de confiança por meio dos mercados de proximidades como a eliminação dos atravessadores, aumentando assim seus ganhos; além de garantir um envolvimento maior dos cooperados/as nas decisões administrativas da cooperativa, fazendo com que a gestão seja mais democrática e participativa.

Os ganhos relacionados às escalas mínimas de produção e logística são pontuadas por Mior, Ferrari, Marcondes, Reiter e Araújo (2014), que observam esse fato como uma contribuição importante das organizações cooperativas descentralizadas para a diminuição dos gargalos na comercialização dos produtos provenientes das agroindústrias familiares. Tais questões também são pontuadas por Franz e Dalbello (2014), que destacam a possibilidade de um posicionamento mais competitivo no mercado por meio da redução dos custos, que é obtida com a estratégia logística de compras conjuntas para as unidades da cooperativa.

As cooperativas descentralizadas como uma nova experiência de organização são entendidas por Mior *et al.* (2014, p. 47) como “a principal inovação organizacional protagonizada pela agricultura familiar catarinense”. Corroborando essa perspectiva, Salvaro e Estevam (2017) observam em seu estudo sobre o registro de inovações em unidades de produção familiar que, tendo em vista a atuação de agricultores/as familiares em cadeias curtas de comercialização da produção, as cooperativas descentralizadas tendem a favorecer tanto os/as agricultores/as como os consumidores/as.

Agricultoras familiares de São Ludgero/SC: da cooperação à emancipação

Constituída nos moldes de cooperativa descentralizada, a Cooperativa de Mulheres Agricultoras e Artesãs de São Ludgero/SC (Cooperação) foi fundada em 09 de maio de 2013 como uma alternativa para sair da informalidade. Com a criação da Cooperação, as/os associadas/os tiveram a possibilidade de acessar os programas governamentais voltados para a agricultura familiar: o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), os quais exercem funções importantes contemporaneamente para a consolidação das/os agricultoras/es familiares no cenário brasileiro.

Para situar o objeto de investigação desta pesquisa, cabe ressaltar que a Cooperação está situada no município de São Ludgero, localizado no sul do estado de Santa Catarina, que, por sua vez, está situado na região sul do Brasil. A cultura alemã está presente na história e no cotidiano dos moradores de São Ludgero/SC. O município carrega em seu nome a homenagem que os/as primeiros/as imigrantes alemães, provenientes da região da Westphalia, fizeram a seu santo padroeiro ao chegar em terras brasileiras por volta dos anos 1870. Assim como a religiosidade, os/as imigrantes alemães trouxeram consigo a tradição da agricultura, a qual ainda na atualidade conforma parte importante da base econômica do município, que tem entre suas principais atividades os cultivos de fumo, feijão, milho, frutas e legumes, além da produção agrícola e de gado leiteiro (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUDGERO, 2019).

A ideia de valorizar e comercializar em feiras os produtos provenientes da agricultura familiar na cidade de São Ludgero/SC surgiu por meio da participação das agricultoras familiares em cursos oferecidos pela Epagri (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina), instituição pertencente ao estado, que colaborou ativamente na construção desses projetos entre os anos 2002 e 2009. A primeira feira organizada pelo grupo foi realizada no ano de 2006 na igreja católica de São Ludgero durante a semana de comemoração do município. Desde então, a feira passou a ser realizada em diversos formatos até chegar ao atual, que se caracteriza como um “quiosque”, situado na área central da cidade e constituído como sede própria. Atualmente, a feira acontece todas as quartas e sextas-feiras, das 7h às 18h, e aos sábados, das 7h às 12h (VOLPATO; DUARTE, 2017).

A criação da cooperativa descentralizada Cooperação aconteceu no ano de 2013 como resultado da boa aceitação dos produtos comercializados na feira de produtos coloniais, conforme descrevem Volpato e Duarte (2017). As atividades da feira ainda permaneceram funcionando após a criação da cooperativa de forma independente das atividades da Cooperação. Nesse sentido,

cabe esclarecer que nem todos os participantes da feira de produtos coloniais aderiram à participação na cooperativa, assim como nem todos os associados à Cooperação expõem sua produção na feira de produtos coloniais.

Tanto a feira de produtos coloniais como a Cooperativa de Mulheres Agricultoras e Artesãs (Cooperação) apresentam como objetivo principal a comercialização dos produtos da agricultura familiar no mercado, valorizando o trabalho das mulheres e da cultura local, conforme ressaltado por Volpato e Duarte (2017). Os principais produtos comercializados nos empreendimentos, conforme informado pelas/os entrevistadas/os, são: pães, salgados, bolos,ucas, bolachas, doces, geleias, compotas, chás, flores, além de frutas e verduras. E o produto com maior demanda é o tradicional bolo de manteiga, que tem como diferencial ser uma receita de família passada de geração a geração.

A cooperativa iniciou suas atividades contando com a participação de 23 cooperadas/os, sendo a maioria mulheres agricultoras familiares (VOLPATO; DUARTE, 2017). Essa proporção de mulheres compoendo o corpo de associados da Cooperação não se modificou muito ao longo dos anos; segundo dados informados pelas/os participantes da Cooperação, atualmente a cooperativa conta com a participação de 28 associadas/os, sendo que dessas/es 25 são mulheres e apenas três são homens. Além disso, tanto o cargo de presidente da cooperativa como a gerência das atividades administrativas e operacionais são ocupados por mulheres.

No que diz respeito à produção de alimentos, algumas das cooperadas entrevistadas ressaltaram que tanto a produção dos alimentos destinados à comercialização na feira como a produção realizada para o atendimento aos programas governamentais são processadas nas unidades de produção familiares, localizadas nas propriedades das/os agricultoras/es. Além disso, as entrevistadas relataram que, mesmo nas unidades onde o associado à cooperativa é o homem, todas as etapas da produção são realizadas majoritariamente pelas mulheres.

Com o crescimento da demanda e para melhorar a comercialização e a distribuição dos produtos da cooperativa, as/os participantes da Cooperação criaram um centro de distribuição e logística, que também é a sede da Cooperação. Conforme esclarecido por participantes da cooperativa, esse local foi essencial para a centralização do estoque em um só ambiente, facilitando a logística das entregas dos programas governamentais, que são organizadas de acordo com as datas estabelecidas previamente em contratos e são efetivadas por intermédio de um cooperado que possui um caminhão.

As entregas para atendimento ao município de São Ludgero/SC são realizadas semanalmente e contam com uma variada gama de produtos, in-

cluindo panificados, doces, geleias, bolachas, frutas, verduras e ovos. Já para atendimento do contrato com o estado de Santa Catarina, os produtos são entregues mensalmente em um único local, e posteriormente o estado se encarrega de distribuir os alimentos para as escolas. Para atendimento ao estado, os produtos comercializados são apenas bolachas e doce de banana. As/os entrevistadas/os ressaltam que atualmente não existe a possibilidade de vender uma maior variedade de produtos para o estado de Santa Catarina devido à perecibilidade dos alimentos, que nesse caso são enviados para regiões longínquas, diferentemente das entregas para o atendimento ao contrato com o município de São Ludgero, as quais são realizadas diretamente em cada unidade escolar na data previamente acordada.

Nessa sede, também são realizadas mensalmente as reuniões da cooperativa, que são percebidas pelas/os cooperadas/os como um espaço de interação e socialização. Os encontros são organizados e geridos de forma participativa e democrática pela presidente da cooperativa com auxílio da administradora, as quais abordam diversos assuntos pertinentes à gestão da Cooperação e realizam a tomada de decisões com a ciência e participação de todo o grupo. Além disso, na sede da Cooperação também trabalha a administradora contratada, que executa suas funções durante meio período nos dias úteis semanais e tem como função principal auxiliar as/os associadas/os nas demandas burocráticas relacionadas ao atendimento das licitações e vendas para programas governamentais.

Pelas entrevistas realizadas e observação sistematizada no âmbito da feira e da cooperativa, foi possível perceber que o grupo da Cooperação apresenta uma boa perspectiva em relação à continuidade de suas atividades, bem como sobre o futuro dos empreendimentos familiares. Tal fato se faz presente especialmente em relação à renda gerada, que tem se mostrado significativa no orçamento familiar, sendo que três das famílias associadas à Cooperação que tinham como fonte de renda secundária passaram a tê-la como principal fonte de renda e trabalho.

Com isso os/as participantes também vislumbram projetos para o futuro. Entre esses projetos as/os entrevistadas/os relataram a intenção da realização de um estudo para a diminuição dos custos dos produtos com o objetivo de torná-los competitivos o suficiente para sua inserção e comercialização em outros mercados locais e regionais, expandindo ainda mais as suas possibilidades de atuação. No entanto, cabe ressaltar a preocupação que as/os participantes apresentam em não diminuir a qualidade de seus produtos, que é muito reconhecida e valorizada pelos/as consumidores.

Considerações finais

As diversas faces das desigualdades de gênero estão presentes nas mais variadas esferas da sociedade. No que concerne ao trabalho feminino, historicamente esse tem sido marginalizado, inferiorizado e desvalorizado socialmente. Especialmente no meio rural, as desigualdades de gênero são agravadas por não haver uma distinção clara entre trabalho produtivo e reprodutivo. Nessas condições, a falta de acesso à renda, provocada pela invisibilidade do trabalho feminino, dificulta ainda mais a vida das mulheres rurais.

Formas alternativas de pensar a economia têm surgido como uma possibilidade de promover a emancipação das mulheres rurais por meio do acesso à renda. Entre esses movimentos se encontra a economia solidária, que vem sendo difundida há muitas décadas e, na sociedade contemporânea, tem suscitado a retomada e o avanço nas formas de realizar o trabalho associativo. Nesse contexto surgem as cooperativas descentralizadas, que por meio da possibilidade de formalização das atividades das/os agricultoras/es familiares se apresentam como forma inovadora de viabilizar os seus empreendimentos.

A Cooperação, uma cooperativa descentralizada, idealizada e administrada por um grupo de agricultoras familiares e artesãs provenientes do município de São Ludgero, Santa Catarina (Brasil), tem se destacado no âmbito das iniciativas de economia solidária por se caracterizar como uma organização em que as mulheres rurais têm função central, ou seja, são protagonistas de suas ações, liderando todo o processo organizacional desde a produção, comercialização ao gerenciamento do empreendimento.

Através de suas iniciativas e com o suporte de instituições tais como a Epagri, as mulheres agricultoras e artesãs de São Ludgero/SC participaram de cursos profissionalizantes, concretizaram sua ideia de comercializar seus produtos na feira de produtos coloniais e formalizaram suas atividades por meio da cooperativa descentralizada. Atualmente constituem maioria significativa (25 entre os 28 participantes) no número de associadas/os à Cooperação e estão à frente da gerência e administração da cooperativa.

Referências

- BEAUVOIR, S. de. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- BRUMER, A. Gênero e agricultura: A situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. *Revista Estudos Feministas*, 12(1), p. 205-227, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-026X2004000100011&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>.
- CARRASCO, C.; BORDERÍASY C.; TORNOS, T. Introducción. El trabajo de cuidados antecedentes históricos y debates actuales. In: CARRASCO, C.; BORDERÍASY,

C.; TORNOS, T. (eds.). *El trabajo de cuidados: Historia, teoría y políticas*, p. 13-95, 2011. Disponível em: <https://www.fuhem.es/media/cdv/file/biblioteca/Economia_critica/El-trabajo-de-cuidados_introduccion.pdf>.

CORDEIRO, R. de L. M. Agricultura familiar, trabalho feminino e ação coletiva. *Anais do Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social*, Rio de Janeiro, RJ, 14, out. 2007. Disponível em: <http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/anexos/Anais-XIVENA/conteudo/pdf/trab_completo_187.pdf>.

ESTEVAM, D. de O.; MARCOLINO, J.; LANZARINI, J. J. S.; MADEIRA, K. Cooperativismo virtual: O caso da cooperativa de produção agroindustrial familiar de Nova Veneza (Coofanove) em Santa Catarina. *Caderno de Ciência & Tecnologia*, 28(2), p. 485-507, 2011. Disponível em: <<https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/13304/7497>>.

ESTEVAM, D. de O.; SALVARO, G. I. J.; LANZARINI, J. J. S.; BUSARELLO, R. J. Feiras livres e mercados de proximidades: estudo sobre o perfil dos/as consumidores/as na região sul catarinense. In: ESTEVAM, D. de O.; MIOR, L. C. (eds.). *Inovações na agricultura familiar: As cooperativas descentralizadas em Santa Catarina*. Florianópolis: Editora Insular, 2014. p. 161-186.

ESTEVAM, D. de O.; MIOR, L. C. Introdução. In: ESTEVAM, D. de O.; MIOR, L. C. (eds.). *Inovações na agricultura familiar: As cooperativas descentralizadas em Santa Catarina*. Florianópolis: Editora Insular, 2014. p. 13-18.

FRANZ, D.; DALBELLO, O. A trajetória de construção das cooperativas descentralizadas no Alto Uruguai catarinense. In: ESTEVAM, D. de O.; MIOR, L. C. (eds.). *Inovações na agricultura familiar: As cooperativas descentralizadas em Santa Catarina*. Florianópolis: Editora Insular, 2014. p. 55-69.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cad. Pesqui.*, 37(132), p. 595-609, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132.pdf>>.

MARCONDES, T.; MIOR, L. M.; REITER, J. M. W.; MONDARDO, M. *Os empreendimentos de agregação de valor e as redes de cooperação da agricultura familiar de Santa Catarina*. Florianópolis: Epagri, 2012.

MIOR, L. C.; FERRARI, D. L.; MARCONDES, T.; REITER, J. M. W.; ARAÚJO, L. A. Inovações organizacionais da agricultura familiar no sul catarinense. In: ESTEVAM D. de O.; MIOR, L. C. (eds.). *Inovações na agricultura familiar: As cooperativas descentralizadas em Santa Catarina*. Florianópolis: Editora Insular, 2014. p. 21-53.

PAULILO, M. I. *Mulheres rurais: Quatro décadas de diálogo*. Florianópolis: Editora UFSC, 2016.

SAFFIOTI, H. I. B. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SALVARO, G. I. J.; ESTEVAM, D. de O. Considerações sobre a divisão sexual do trabalho na agricultura familiar do sul catarinense. *Revista P2P & INOVAÇÃO*, 3(2), p. 146-160, 2017. doi: <http://dx.doi.org/10.21721/p2p.2017v3n2.p146-160>.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUDGERO. *História do Município*. 2019. Disponível em: <<https://www.saoludgero.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/17443>>.

SCOTT, J. *Gênero: Uma categoria útil de análise histórica*. *Educação e realidade*, 20 (2), p. 71-99, 1995.

SINGER, P.; SOUZA, A. R de. *A economia solidária no Brasil: A autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.

SINGER, P. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUZA-LOBO, E. *A classe operária tem dois sexos: Trabalho dominação e resistência*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

VOLPATO, T. B.; DUARTE, J. K. *Mulher, semente da vida: Gestão coletiva e cooperativismo em São Ludgero, Santa Catarina*. Florianópolis: Epagri, 2017.

WANDERLEY, M. de N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: WANDERLEY, M. de N. B. (org.). *Mundo rural como um espaço de vida*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009. p. 155-183.



Aponte a câmera do seu celular no QR Code e ouça o audiolivro do texto

Cooperativismo e as mulheres, uma relação promissora!

Ney Guimarães

Introdução

O cooperativismo enquanto modelo econômico e social sempre se destacou em momentos de grandes tensões financeiras. Nesse sentido, é preciso fazer menção ao 91º Dia Internacional do Cooperativismo, celebrado pela Aliança Cooperativista Internacional (ACI), e o 19º Dia Internacional do Cooperativismo da Organização das Nações Unidas (ONU) em 06 de julho de 2013 com o tema “Empresas cooperativas continuam fortes em tempos de crise”, que fazia referência à crise mundial de 2008¹, em que as cooperativas mostraram sua capacidade de diminuir os efeitos provocados pela mesma, tendo em vista de sua alta capacidade de resiliência. Afinal, as cooperativas nascem em tempos difíceis na tentativa de dar resposta a uma situação desigual, de oportunismo econômico, motivadas por seus valores e princípios, conforme afirma João Paulo Koslovski (2013):

Num mundo capitalista prevalece sempre o ganho, o lucro que a atividade pode oferecer... sem considerar o ser humano como elemento principal de todo o processo. O modelo adotado, pautado muitas vezes numa ganância desmesurada onde a especulação passou a ser o foco das negociações, tem que ser revisto, reanalisado e, sobretudo, redirecionado para o olhar mais humano e de melhor distribuição de renda.

O cooperativismo apresenta-se de fato como um modelo econômico e social em que a vida humana e a comunidade têm valor, premissas essas pautadas nos princípios e valores cooperativistas. Boesche (2005) afirma que a cooperativa “é um ambiente onde se preservam as individualidades das pessoas,

¹ SINGER, Paul. DOSSIÊ CRISE INTERNACIONAL II: A América Latina na crise mundial, 2009. A crise de 2008 é qualitativamente diferente das crises precedentes tanto pela extensão como pela profundidade. Ao contrário das crises das décadas de 1980, 1990 e 2000, que em geral se limitavam a alguma parte do mundo ou a alguns países, essa crise estende-se ao mundo inteiro, não poupando países desenvolvidos, semidesenvolvidos ou nada desenvolvidos. Além disso, ela impôs prejuízos tão grandes aos maiores conglomerados financeiros do planeta, que alguns deles ficaram completamente descapitalizados.

mas se combatem os individualismos. Busca atender as necessidades individuais dos seus membros, desde que esses sejam coincidentes ou que não se oponham aos interesses gerais da comunidade de associados”.

No ano de 2019, mesmo diante dos avanços da ciência e da velocidade da informação, o mundo foi paralisado pela Covid-19.² Foram vários meses com milhares de mortes diárias em todo o mundo, gerando medo, dor, insegurança e inúmeras consequências graves e duradoras. Inevitavelmente, com os impactos dos novos protocolos sanitários, entre eles o isolamento social, as economias local, regional e mundial mergulharam em uma crise profunda.

As mudanças impostas pela pandemia, além de definir novos hábitos, provoca também a definição de novas escolhas, pois nos faz rever o sentido da vida, nossas relações e nossas escolhas profissionais. Entre tantas perdas esse momento revela desigualdades humanas e culturais, em que a ausência da ajuda mútua e da solidariedade penaliza a humanidade ainda mais. Sobre as desigualdades sociais reveladas pela pandemia Mattos (2020) afirma:

A orientação da Organização Mundial de Saúde, como o principal meio de combate ao vírus no Brasil, é a de higienizar as mãos com água e sabão. Entretanto, 15% da população não dispõem de condições acessíveis de água, segundo o IBGE. O fato de que existem famílias que não têm sabão e nem água para manter a higiene não é fruto da nossa histórica desigualdade social e péssima distribuição de renda?

O cooperativismo nesse cenário, pela sua essência, tem muito a contribuir, pois enquanto filosofia de vida³ pressupõe a solidariedade como alavanca para qualquer progresso social e econômico, conforme afirma Boesche (2005): “O valor da solidariedade tem uma longa e consagrada história no movimento cooperativista mundial. Esse valor assegura que uma cooperativa é mais do que uma associação de pessoas, também é uma coletividade, trazendo benefícios para toda uma comunidade”. Num panorama de profundas crises e incertezas, o paradigma da cooperação pode revitalizar a economia, empoderando o comércio e assegurando o valor e o apoio às pessoas. Segundo Ricken (2021): “Sem dúvida as ações coordenadas e sistêmicas comprovam a essencialidade e relevância do cooperativismo, evitando um caos ainda maior na atual crise sanitária que tantos reflexos tem causado ao mundo”.

² Ricken (2021, p. 3): “Doença causada por uma variante do coronavírus, o SARS-CoV-2, em que a situação clínica pode variar de infecções assintomáticas a quadros graves. A Covid-19 abalou o mundo”.

³ Koslovski (2019, p. 87): “Ao ter conhecimento sobre como surgiu o movimento cooperativista no mundo e no Brasil e o porquê da constituição da sua cooperativa, ele estará preparado para disseminar tão importante filosofia de vida que é o cooperativismo”.

Na história do surgimento do cooperativismo, vemos que as necessidades profundas, econômicas e sociais dos Probos Pioneiros de Rochdale⁴ vão tendo desdobramentos também educativos no sentido de se alinhar a sonhos e desejos coletivos apoiados em crenças, valores e princípios. Para Kosloviski (2019), “a solidariedade, a autoajuda e o espírito de cooperação pregados pela doutrina⁵ cooperativista contribuem para formar cidadãos com um perfil construtivo e voltado a estabelecer parâmetros mais humanos em suas comunidades”.

Nesse sentido, podemos dizer que a doutrina cooperativista é a esperança pela construção do mundo ideal, um mundo almejado por todos e todas em prol da solidariedade, devendo ser essa a motivação principal que sustenta todas as ações cooperativistas a curto, médio e longo prazos. O cooperativismo compõe uma doutrina humanista, pois o ser humano está no centro, as pessoas têm valor e, nesse sentido, o gênero⁶ feminino é grande aliado com sua forma integradora e sensível de ser.

O valor da presença e o envolvimento da mulher no cooperativismo

A evolução da humanidade apresenta inúmeras circunstâncias e acontecimentos que apontam para as mais diversas desigualdades no tocante a questões raciais, culturais, religiosas e de gênero. Harari (1976) afirma que, num contexto antes da revolução agrícola, os humanos criaram uma rede de ordens imaginadas para regular suas ações, que colocavam as pessoas distribuídas em grupos pretensos, dispostos em uma hierarquia que não era neutra e tampouco justa.

O código Hamurabi, por exemplo, estabelecia uma ordem hierárquica formada por homens superiores, homens comuns e escravos. Os superiores fi-

⁴ MATIAS; QUAGLIO; LIMA; MAGNANI. *RAM, Rev. Adm. Mackenzie*, São Paulo, v. 15, n. 5, set./out. 2014: como alternativa ao desemprego e à crise econômica decorrentes da Revolução Industrial, 28 tecelões de Rochdale, Manchester, fundaram a primeira cooperativa de que se tem registro. A cooperativa fundada por esses tecelões foi constituída em 1844, tinha características de uma cooperativa de consumo e recebeu o nome de Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale (GERIZ, 2004; STEFANELLO; FREITAS; STADUTO, 2004).

⁵ SCHNEIDER, José, cita ROCHER, 1971, p. 204-205: A Doutrina ou Ideologia é um sistema de ideias e juízos, explícito e geralmente organizado, destinado a descrever, explicar, interpretar ou justificar a situação de um grupo ou de uma coletividade, e que, inspirando-se amplamente em valores, propõe uma orientação precisa à ação histórica desse grupo ou dessa coletividade.

⁶ GROSSI, Mirian Pillar. *Identidade de gênero e sexualidade*, 1998: O campo de estudos que hoje chamamos no Brasil de gênero ou relações de gênero surge nos anos 1970/1980 em torno da problemática da condição feminina (p. 2). Joan Scott (1998), em recente definição da categoria gênero, ensina-nos que o gênero é uma categoria historicamente determinada que não apenas se constrói sobre a diferença de sexos, mas sobretudo uma categoria que serve para “dar sentido” a essa diferença (p. 5).

cavam com todas as coisas boas da vida. Os homens comuns ficavam com o que sobrava, e os escravos com uma surra se reclamassem (HARARI, 2018, p. 141).

Avanços e mais avanços são registrados ao longo dos tempos, mas ainda é longo o caminho a ser percorrido, pois nem sempre os padrões sociais oportunizarão a igualdade de gênero, que significa configurações próprias dos papéis sociais de cada lado, masculino e feminino. A discussão de gênero nasce no contexto do movimento feminista, que toma forma com a conquista das mulheres pelo direito ao voto, denominado movimento sufragista⁷, que ocorreu entre o final do século XIX e o começo do século XX e, na sequência, com tantas outras conquistas e também sofrimentos, chegando à década de 1960 com uma presença feminina significativa nos campos social, político e econômico.

Segundo Zea (2018), a Sociedade Cooperativa Equitativa dos Pioneiros de Rochdale na Inglaterra foi também pioneira no que tange à igualdade de gênero dentro do sistema cooperativista, quando reconhece o valor do papel feminino e, em particular, de uma mulher que, desde então ativista, foi também responsável por abrir novos e importantes caminhos para que a vida de tantas outras mulheres fosse transformada. Aqui falamos da tecelã Eliza Brierley, que em 1846 “tomou medidas para se tornar membro integral da cooperativa em uma época em que as mulheres eram ‘de propriedade’ de seu pai ou marido, não tinham direitos legais ou civis e eram excluídas da participação econômica igualitária na sociedade”, tornando-se, assim, membros de direito da mais nova cooperativa supracitada, criada por 28 tecelões.

Sobre o gênero feminino Yuhai Harari afirma:

Durante a maior parte da História, as mulheres foram vistas como propriedade da família ou da comunidade. Os Estados modernos, por outro lado, veem as mulheres como indivíduos que desfrutam de direitos econômicos e legais independentemente de sua família e comunidade; elas podem ter sua conta bancária, decidir com quem irão casar e até mesmo escolher se divorciar ou viver sozinhas (HARARI, 2018, p. 370).

A estruturação do sistema cooperativista ocorreu por inúmeros fatores; dentre eles ressaltamos o papel decisivo de seus idealizadores, os chamados precursores. Segundo Theodoro Filho (2002), “o sentido da organização eficiente e duradoura foi surgindo e consolidando-se através dos ensinamentos dos ilus-

⁷ MONTEIRO, Kimberly; GRUBBA, Leilane. A Luta das mulheres pelo Espaço Público na primeira Onda do feminismo: De Sufragettes às sufragistas. 2017. *Direito e Desenvolvimento*, João Pessoa, v. 8, n. 2, p. 261 278. As Sufragistas, primeiras ativistas do feminismo no século XIX, passaram a ser conhecidas pela sociedade da época devido às suas fortes manifestações públicas em prol dos direitos políticos, com ênfase no direito ao voto.

tres precursores do cooperativismo moderno”, pessoas inconformadas com a realidade social e econômica vigente, fazendo com que os mesmos aspirassem uma sociedade ideal, onde houvesse ordem, justiça, equidade e felicidade, aquilo que era inexistente na realidade da época. Um desses precursores, Charles Gide (1847-1932), afirma que as cooperativas quando nascem a partir de verdadeiras motivações sociais e econômicas trazem em si as chamadas 12 virtudes; dentre elas destacamos uma que é “interessar a mulher nas questões sociais” (FARDINI, 2017, p. 47), uma forma clara de objetivar a participação da mulher nas cooperativas.

Em nível mundial pela ACI (Aliança Cooperativista Internacional) e em nível nacional pelo SESCOOP (Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo), bem como em nível estadual pelas Unidades Estaduais, o cooperativismo tem dado sempre brilhantes e criativas respostas frente ao desafio do empoderamento e da valorização feminina, sem falar das próprias cooperativas que desenvolvem respeitáveis trabalhos gerando grandes resultados para o sistema cooperativista, criando também processos de formação e envolvimento que visam à devida aproximação feminina na cooperativa, aumentando o sentimento de pertença e proporcionando atuação feminina na cooperativista.

Dentro de seus propósitos universais em dar apoio irrestrito à construção de um mundo mais equitativo, a Aliança Cooperativista Internacional (ACI) criou no ano de 1965 o Comitê de Igualdade de Gêneros com o objetivo de ampliar e fortalecer a participação bem com a visibilidade das mulheres nas organizações cooperativistas, sobretudo nos espaços de tomadas de decisão, para assim gerar relações de equidade entre homens e mulheres (GASPAR; MUTERLE, 2015, p. 117). Nesse mesmo horizonte, outras iniciativas vão surgindo, como por exemplo a criação do Programa de Ação Regional para as Mulheres da América Latina e do Caribe no ano de 1995. E aqui vale registrar também o tema definido pela ACI para o Ano Internacional do Cooperativismo 2010, “A mulher e o cooperativismo: conquistas e desafios para o empoderamento feminino”, com a finalidade de propor uma reflexão sobre o empoderamento da mulher e seu papel no contexto das cooperativas como forma de gerar autonomia econômica e trabalho decente à população feminina com os ganhos para toda a sociedade (OCB/MS, 2020).

Em setembro de 2015, é aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU) a Agenda 2030, que apresenta ao mundo os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)⁸, que contemplam inúmeras situações complexas

⁸ IPEA. Agenda 2030. 2020. Disponível em: <<http://www.agenda2030.org.br/sobre/>>. Acesso em 18 de setembro de 2020: A Agenda 2030 é um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade, que busca fortalecer a paz universal.

que devem ser superadas e sanadas pela humanidade, e a ACI está empenhada em orientar as cooperativas do mundo inteiro para que se envolvam diretamente com esses objetivos estabelecidos. Ao todo são 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; entre esses está a igualdade de gênero, tratada no quinto objetivo (IPEA, 2020). Nesse contexto, não há dúvidas de que as cooperativas devem ir além daquilo que é previsto para as empresas capitalistas, pois são empresas cooperativas onde as pessoas constituem o centro de suas preocupações e objetivos; afinal, elas nascem para satisfazer as necessidades e aspirações de seus membros. Segundo Schneider (2002, p. 252):

O diferencial cooperativo é que tal empresa está a serviço de uma “associação de pessoas”, que como entidade social coletiva opta por privilegiar a cooperação, a solidariedade e a ajuda mútua entre eles; dirige, controla a empresa e dela demanda não a busca incondicional do lucro, mas, sim, a busca da eficiência e eficácia que redundem em crescente satisfação das necessidades e do bem-estar de seus associados/coproprietários.

A Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), criada em 1969 (OCB, 2020), sempre na vanguarda de inúmeras iniciativas que fortalecem o sistema cooperativista nacional, celebrou seus 50 anos de atuação no ano de 2019 e, nessa ocasião, sediou a edição do 14º Congresso Brasileiro de Cooperativismo entre os dias 08 e 10 de maio com o tema “O cooperativismo do futuro se constrói agora”. O congresso foi pautado nos temas de comunicação, governança e gestão, inovação, intercooperação, mercado e representação. Nesse congresso, abriram-se espaços para a participação de duas comitivas, sendo uma de jovens (Jovens Embaixadores Coop) e outra de mulheres (Embaixadoras Coop). No caso das mulheres, participaram do processo seletivo 493 mulheres de 23 estados do país por meio do envio de um breve vídeo que continha a resposta à seguinte pergunta: “como podemos construir juntos o cooperativismo do futuro?”. O grupo selecionado construiu a “Carta Manifesto das Embaixadoras Coop 2019”. Na carta, lida solenemente, elas desafiaram os congressistas ao propor “a criação de mais comitês e projetos envolvendo as mulheres, formação e capacitação das lideranças femininas”, mostrando que estão atentas e desejosas por poder contribuir mais na gestão das cooperativas (OCB/CBC, 2020).

Segundo Souza (2013, p. 37):

A cooperativa pode estimular e investir cada vez mais em programas voltados para o público feminino, oferecendo mais oportunidades de formação e informação através de cursos, palestras e treinamentos sobre o cooperativismo, pois só assim as mulheres se tornarão verdadeiras líderes cooperativistas.

Nesse sentido, então se pode afirmar que a relação entre a cooperativa e suas associadas pode ser promissora.

As especificidades femininas e a organização do quadro social

Com a evolução da humanidade fica ainda mais claro o papel específico das mulheres em todos os campos e setores da sociedade, e não poderia ser diferente dentro do cooperativismo, seja como colaboradora, associada, assumindo papéis de liderança dentro e fora dos conselhos ou até mesmo na presidência. E aqui vale dizer que a mulher também tem um papel indireto decisivo para o sucesso das cooperativas em seus diversos ramos.

Não há dúvidas de que a presença, a participação e o envolvimento femininos são fundamentais para o sucesso do sistema cooperativista, até porque em sua gênese o cooperativismo constitui um espaço democrático enquanto associação autônoma de pessoas, que nasce para satisfazer necessidades econômicas, sociais e culturais comuns da família associada.

Não se trata aqui apenas de dar oportunidade às mulheres, mas de compreender que o espaço sempre foi delas; afinal, a questão de gênero refere-se à cidadania e à humanização. O cooperativismo deve contribuir com coragem não apenas nas questões relativas à discriminação da mulher, mas também oportunizar ao homem uma visão adequada quanto à igualdade na relação de gênero. Para SESCOOPOCB (2021), “quando uma cooperativa por meio da OQS propõe-se a criar o núcleo feminino, ela não pode esquecer do posicionamento cooperativista em relação a questões de gênero”.

Quando uma cooperativa desenvolve processos formadores e integradores com a mulher cooperada, trabalha indiretamente com toda a família, pois sabemos que por vocação natural ela tem um papel educacional determinante. Por questão de gênero, a mulher tem uma forma específica de ver e compreender tudo a seu redor, inclusive sua cooperativa, almejando sempre mais no que diz respeito a informação, atenção, formação e acompanhamento por parte das cooperativas. Para Souza (2013, p. 36), a mulher

deve acreditar e saber defender a cooperativa quando for necessário ou quando alguém criticá-la. Educar os filhos para o futuro do cooperativismo, repassar confiança, comunicar-se bem, divulgar e defender a essência da cooperativa, não falar mal e não deixar que falem mal. Para isso é necessário aperfeiçoar cada vez mais o conhecimento para saber transmitir com segurança os ensinamentos aprendidos.

Quando há um investimento de fato, a longo prazo, na educação cooperativista⁹ das mulheres, tal cooperativa fica mais forte na comunidade, pois

⁹ SCHNEIDER, José Odelso (coord.), 2010, p. 30: “Para o conceito de educação cooperativa entendemos como tal um conjunto de ensinamentos que não só proporcionam maior aporte cultural aos envolvidos, mas trabalham valores, princípios e normas, e, nesse caso, os do cooperativismo”.

elas são em grande parte responsáveis pelo equilíbrio da família e de certa forma têm um papel relevante dentro da cooperativa. Os resultados almejados com esse trabalho, além da fidelização e do processo sucessório, visam a resultados concretos no crescimento e faturamento da cooperativa.

Uma das finalidades da organização do quadro social é justamente estruturar espaços que possibilitem uma participação mais consciente e eficiente da família associada dentro da cooperativa, sendo de fato agentes cooperativistas dentro da gestão do empreendimento cooperativista. Segundo Freitas e col. (2009, p. 53-54),

uma das premissas do OQS é que a participação nas cooperativas não deve ser imposta. Deve resultar de um movimento espontâneo e endógeno de adesão e compreensão dos indivíduos acerca de seu papel, o que os leva a um ato de solidariedade com os outros membros do grupo e concretiza a identificação do mesmo enquanto parte integrante e membro funcional da organização. A partir da identificação do cooperado como dono da cooperativa, suas ações começam por desencadear sucessivas reações no grupo e na empresa, seja através da motivação transmitida aos outros membros ou pela regular participação política, social e econômica nas ações da cooperativa.

Visto que a autogestão¹⁰ exige investimentos complexos, devemos fazer-nos muitas perguntas frente ao desafio de compor um quadro social mais atuante. Nesse sentido sugere-se: a) Por que ainda há um alto índice de associados que não sabem sobre a natureza e os benefícios da cooperativa? b) Por que muitos resistem em compreender que a cooperativa é de propriedade coletiva? c) Por que há constantes dificuldades em propor processos educativos mais consistentes para os diversos públicos dentro do quadro social?

Segundo SESCOOP/OCB (2021),

a organização do quadro social é uma estratégia de comunicação que busca estabelecer um processo contínuo de educação, formação, informação e integração do quadro social com a finalidade de melhorar a participação e a consciência dos cooperados em relação ao empreendimento cooperativo, além de encurtar a distância existente entre cooperados e diretoria.

Nesse sentido, a relação entre a doutrina cooperativista e as mulheres pode e deve ser promissora, pois, quando a mulher assimila essa reflexão, tende a um maior envolvimento, contribuindo direta e indiretamente para que o sentimento de pertença da família associada aumente.

¹⁰ KOSLOVSKI (2019, p. 72): “A autogestão em cada cooperativa significa os cooperados se organizarem para colaborar com a administração da sua própria empresa, sem depender da interferência ou da tutela governamental”.

Quanto maior for a capacidade da cooperativa em comunicar, educar e formar seus associados, maior será o grau de fidelização. Visando melhor articulação da organização do quadro social, toda família associada tem importante papel. No que diz respeito à mulher, Souza (2013) afirma que ela “deve fortalecer a identidade cooperativista, desenvolver suas habilidades e atitudes para uma melhor atuação no quadro social, associando-se e participando das assembleias para, futuramente, fazer parte do conselho da cooperativa, buscando democracia e igualdade” e, participando dos núcleos femininos, deve divulgar os trabalhos por ele realizados, “visando estimular a participação de novas integrantes para também despertá-las para o senso de liderança, autocohecimento e desenvolvimento”.

Programa Mulheres Cooperativistas – SESCOOP-SC

O Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo do Estado de Santa Catarina, assim como as demais unidades estaduais têm realizado grandes ações voltadas ao acompanhamento e à formação das mulheres em níveis estadual, regional e local. Entre essas ações encontra-se o Programa Mulheres Cooperativistas, cujas premissas de consolidação surgiram quando a OCESC/ SESCOOP-SC realizou em Florianópolis o I Congresso Catarinense de Mulheres Cooperativistas entre os dias 26 a 28 de outubro de 2011, reunindo mais de mil mulheres, entre elas associadas, esposas e filhas de associados, dirigentes e colaboradoras, para refletir sobre as oportunidades e desafios existentes frente à gestão do empreendimento cooperativista, ou seja, suas cooperativas buscando consolidar, na prática, ações que visem efetiva e afetivamente crescimento da participação feminina no cooperativismo catarinense.

Em determinada etapa do congresso, conforme a programação, foram promovidas reflexões por meio de uma metodologia participativa. O grande grupo foi dividido em subgrupos para que apontassem as dificuldades/desafios que impediam maior participação e, ao mesmo tempo, sugerissem ações que viessem a contribuir para que essas dificuldades fossem de fato sanadas. Conforme Pesce Junior (2011), a temática que perpassou as atividades dos grupos foram os “desafios e oportunidades para a participação das mulheres nas cooperativas e no sistema cooperativista”, acompanhado de duas perguntas: a) Que dificuldades (desafios) encontramos para a efetiva participação das mulheres nas cooperativas e no sistema cooperativista? (máximo 4) e b) O que é necessário (oportunidade) fazer para superar essa dificuldade? (somente para a principal resposta anterior).

Foram compiladas 150 “dificuldades principais” com propostas de ações para a superação das mesmas. Dessas, aproximadamente 35% sugeriam pro-

cessos formativos com maior ênfase no despertar de lideranças femininas que deveriam ser mais consistentes e atuantes dentro das cooperativas. Com esse material em mãos, o Setor de Promoção Social do SESCOOP/SC iniciou vários estudos e encaminhamentos para a construção de um programa que viesse a sanar as necessidades levantadas. Dessa forma surge o Programa Mulheres Cooperativistas, que, segundo Souza (2013), tinha como intuito a promoção e a “sustentabilidade da cooperativa e do cooperativismo por meio da educação cooperativista e do desenvolvimento de atitudes, habilidades e competências necessárias para potencializar futuras lideranças”; com isso também se buscavam “melhor participação e organização das mulheres no quadro social de suas cooperativas”.

Nesse sentido, o programa oferece estratégias e subsídios para o conhecimento e desenvolvimento do senso crítico, o vislumbamento da realidade com outros olhos, apoio moral e motivacional, bem como oportunizar reflexões que auxiliem uma revisão de vida, valores e princípios.

Sabemos que a cooperativa será plenamente eficiente e dará bons e eficazes resultados quando seus associados se sentirem de fato pertencentes, assistidos e, conseqüentemente, fidelizados com a cooperativa. Segundo (APGS, 2010):

A partir da identificação do cooperado como dono da cooperativa, suas ações começam por desencadear sucessivas reações no grupo e na empresa, seja através da motivação, transmitida aos outros membros, ou pela regular participação política, social e econômica nas ações da cooperativa.

A primeira fase do Programa Mulheres Cooperativistas em sua versão inicial continha três etapas distintas, sendo: sensibilização (encontro de apresentação da proposta), formação modular (conteúdos programáticos) e a terceira, constituição do núcleo feminino, que dava início à segunda fase do programa. Seus eixos temáticos eram o cooperativismo, o protagonismo feminino e liderança cooperativista e a organização do quadro social.

O desafio a seguir era que a proposta do programa fosse assumida pela cooperativa desde o presidente, conselhos até os colaboradores, visto que seu objetivo maior eram o desenvolvimento e o comprometimento das mulheres para garantir a sustentabilidade da cooperativa e do cooperativismo.

De 2013 até 2019, a metodologia, a quantidade dos módulos e seus respectivos conteúdos foram se readequando por meio de alguns ajustes, ainda que com elevadíssimo índice de aprovação por parte das participantes e das cooperativas. A metodologia desde o início enfatizou o processo de mobilização e organização de grupos com foco na interação professor-aluno tanto nos aspectos teóricos como no desenvolvimento de atividades que permitissem a

vivência do cooperativismo e que fossem convergentes com as reais necessidades e o negócio da cooperativa.

No início, a formação era composta de seis módulos de 16h cada e uma etapa de encerramento de 4h, totalizando uma carga horária de 100h. A duração era em média de seis meses, com periodicidade de dois encontros mensais, de acordo com o cronograma, definido em conjunto entre a cooperativa e o SESCOOP-SC. Ao final dos módulos, realizava-se o encerramento da primeira fase do programa por meio de uma formatura, onde eram convidados os familiares de cada integrante e a direção da cooperativa, com entrega dos certificados de conclusão da formação, mediante a frequência mínima de 80%, em todas as suas etapas.

A partir do ano de 2016, observou-se a necessidade de acrescentar mais uma etapa ao programa, com duração de 8h. Seu objetivo era promover a sensibilização, a introdução e a construção coletiva de alguns acordos importantes que visavam ao bom andamento do grupo e do curso. Tal etapa deveria anteceder o início dos módulos, sendo considerada de alta relevância para o sucesso do programa. No ano seguinte, 2017, esta etapa passou para uma carga de 16h.

Como estratégia de acompanhamento o SESCOOP-SC oportunizou eventos anuais para os Núcleos Femininos visando ao fortalecimento dos mesmos por meio da realização de atividades alternadas entre os Seminários Regionais dos Núcleos Femininos e os Encontros de Casais. Os Seminários Regionais dos Núcleos Femininos eram propostos com o enfoque na caminhada e no desenvolvimento dos próprios núcleos, com formação e troca de experiências que aconteceram nos anos de 2016 e 2018. Já o Encontro de Casais, com as integrantes dos Núcleos Femininos e seus respectivos parceiros, o enfoque principal eram os relacionamentos familiares que aconteceram nos anos de 2017 e 2019.

Ainda no ano de 2016, o SESCOOP-SC, oportunizou aos Núcleos Femininos a etapa de Planejamento Anual, com carga horária de 8 horas. Tal etapa era ofertada aos Núcleos Femininos somente no primeiro ano de caminhada. Para os demais, cada cooperativa conduzia seu próprio processo.

O SESCOOP-SC descreve todas as etapas na portaria nº 112, artigo 5º datada em 15 de julho de 2019 do SESCOOP-SC. A formação básica do Programa Mulheres Cooperativistas, é dividida em módulos e ações com carga horária máxima de 122h assim definida:

- a) Sensibilização com carga horária máxima de 16 horas;
 - b) Conteúdo Programático dividido em até seis módulos com carga horária máxima de 16 hora cada;
 - c) Formatura com carga horária máxima de duas horas;
 - d) Planejamento Anual do Núcleo Feminino com carga horária máxima de até oito horas;
- Parágrafo Segundo: A formação continuada do programa

abrange os Seminários Regionais com carga horária máxima de oito horas.

Segue abaixo o conteúdo programático:

1º módulo – 16h/a	Doutrina e Educação Cooperativista
2º módulo – 16h/a	Desenvolvimento Interpessoal e Relacionamento Familiar
3º módulo – 16h/a	Sociedades Cooperativas
4º módulo – 16h/a	Protagonismo Feminino e Liderança Cooperativista
5º módulo – 16h/a	Empreendedorismo Cooperativo
6º módulo – 16h/a	Organização do Quadro Social e Constituição do Núcleo Feminino

Procurou-se garantir que toda proposta formativa apresentada pelo Programa Mulheres Cooperativista viesse ao encontro dos anseios apresentados no I Congresso Catarinense de Mulheres Cooperativistas em consonância e aprovação das cooperativas parceiras do programa.

1. Turmas realizadas

Após a divulgação da proposta do Programa Mulheres Cooperativistas, as cooperativas interessadas iniciavam um processo de preparação, ou seja, a partir da demanda da cooperativa eram esclarecidas todas as dúvidas bem como o papel e a responsabilidade por parte do SESCOOP-SC e por parte da cooperativa, sempre observando as questões técnicas e financeiras da parceria.

Ao todo foram realizadas pelo SESCOOP-SC 37 turmas entre os anos de 2013 e 2019, alcançando um total de 1.291 mulheres associadas que chegaram ao final da fase formativa do programa, atingindo uma média de 35 mulheres por turma. Segue abaixo a lista das turmas com as respectivas cooperativas e anos de realização.

COOPERATIVAS	ANO DAS TURMAS
COOPERSULCA de Turvo/SC	2013, 2016
COOPERA de Forquilha/SC	2013, 2016
COOPERJURITI de Massaranduba/SC	2014, 2019
COOPER de Blumenau/SC	2014
COOPER A1 de Palmitos/SC	2014, 2016, 2018 (<i>duas turmas</i>)
COOPERALFA de Chapecó/SC	2014, 2016, 2017, 2018, 2019
COOPERJA de Jacinto Machado/SC	2014, 2016, 2019
SICOOB VALE DO VINHO e COOPERVIL de Videira/SC	2015, 2019
COPERDIA de Concórdia/SC	2015
AURIVERDE de Cunha Porã/SC	2015, 2017, 2019

COOPER ITAIPU de Pinhalzinho/SC	2015, 2017, 2018, 2019
CERSUL de Turvo/SC	*2016 (<i>junto com a turma da Coopersulca</i>)
SICOOB CREDIJA de Jacinto Machado/SC	2016
SICOOB CREDITAPIRANGA de Itapiranga/SC	2017, 2018, 2019
SICOOB OESTECREDI de Pamitos/SC	2018
SICOOB CREDIARAUCÁRIA de Urubici/SC	2019
SICOOB CREDIVALE de Braço do Norte/SC	2019
CRAVIL de Rio do Sul/SC	2019

Para o ano de 2020 estavam agendadas mais 12 turmas, chegando a um total de 49 turmas. No entanto, o processo foi interrompido por conta da pandemia desencadeada pelo novo coronavírus.

2. Núcleo feminino

Como visto acima, o Programa Mulheres Cooperativistas aconteceu sempre em fases distintas, tendo como primeira a formação básica em módulos com início, meio e fim e como segunda fase a criação do Núcleo Feminino, enquanto ação contínua, partindo do princípio de que as cooperativas criassem condições para preparar devidamente as associadas integrantes para exercer seu papel cooperativista, ou seja, para que assumissem suas atribuições de forma mais consciente, responsável e participativa dentro de sua própria cooperativa.

No final do último módulo, as participantes eram convidadas no uso de sua plena liberdade de manifestar sua decisão publicamente quanto à sua entrada ou não no Núcleo Feminino, e assim era inaugurada a segunda fase do programa. A adesão sempre foi muito próxima dos 100%.

A Lei Federal nº 5.764/71, no art. 47, parágrafo 1º, orienta que “o Estatuto Social poderá criar outros órgãos necessários à administração”. Caberá às cooperativas criarem esses órgãos a partir de sua cultura e necessidade, podendo ser chamados de núcleos de associados, comitês educativos, grupos por atividades, comissões, bem como criar programas ou grupos específicos para trabalhar com mulheres e com a juventude.

Não há uma norma definida quanto a questões de terminologia para grupos de associados que uma cooperativa venha a compor. De forma generalizada, propõe-se o termo núcleos cooperativistas¹¹, compostos sempre pelo

¹¹ SESCOOPOCB. CAPACITACOOB (2021), Curso Núcleos e Comitês: como organizar e fortalecer o quadro social na modalidade EAD do programa): “Núcleos cooperativistas são pequenos grupos de cooperados que se reúnem periodicamente com o assessoramento de um profissional da cooperativa. Os núcleos são a base de funcionamento do trabalho de organização do quadro social, e todos os cooperados devem estar inseridos em algum deles”.

quadro social da cooperativa, com objetivos afins dentro de uma organização cooperativista para atingir os resultados almejados pelos mesmos.

Justamente por esse motivo uma cooperativa terá sempre suas demandas específicas, dependendo até do ramo, acabando por implementar suas estratégias de organização social para atender grupos bem específicos, como afirma Kosloviski (2019): “no intuito de integrar a comunidade em torno da sua cooperativa, principalmente a família do cooperado, surgiram vários grupos com finalidades específicas (grupos de senhoras, de jovens)”.

Segundo o Dicionário Houaiss, o conceito da palavra núcleo é “qualquer elemento que ocupa lugar central na composição de uma estrutura, centro”. A partir desse conceito se considera também que o núcleo feminino deve ocupar lugar de relevância na cooperativa, devido à sua missão em atuar em prol dos objetivos estabelecidos pela cooperativa.

Uma preocupação sempre existente quando se propõem ações específicas para as mulheres é o fato de que essas ações venham ao encontro dos verdadeiros anseios das cooperativas. Para o SESCOOP/OCB (2021), “ao pensar em atividades para os núcleos femininos, não se deve restringir ao desenvolvimento de ações de filantropia, de recreação ou de terapia ocupacional. Veja bem, todas essas ações são válidas e importantes, mas não podem ser as únicas”. E reforça que

usualmente, as cooperativas que organizam núcleos femininos desenvolvem apenas algumas das seguintes atividades: cursos de culinária; cursos de artesanato; cursos de maquiagem, comportamento ou sexualidade; integração entre as mulheres da cooperativa; integração entre as mulheres de outras cooperativas em encontros regionais; voluntariado, assistência social e filantropia; palestras motivacionais; iniciativas de promoção da saúde feminina. Essas atividades não estão erradas de maneira alguma e também não devem parar de ser realizadas. Contudo, cabe fazer uma reflexão: Quais dessas atividades isoladamente promovem o fim das injustiças socioeconômicas enfrentadas pelas mulheres? Quais dessas atividades promovem a participação efetiva das mulheres nos órgãos de gestão da cooperativa? Com essas atividades as mulheres se tornam mais aptas a ser conselheiras de administração ou conselheiras fiscais?

Dessa forma, o Programa Mulheres Cooperativistas sugere uma razoável formação modular para depois iniciar um processo grupal com finalidades e objetivos definidos.

Esperava-se que os núcleos femininos fizessem a diferença no serviço prestado à cooperativa, ao cooperativismo, bem como à comunidade local e às próprias integrantes do grupo, pois o mesmo era compreendido como uma extensão da cooperativa em meio a todas as associadas, oportunizando maior envolvimento com a identidade e a essência da cooperativa e do sistema cooperativista. Sobre isso Souza (2013, p. 37) afirma:

A cooperativa pode apoiar o desenvolvimento da mulher cooperativista através da formação dos Núcleos Femininos como “semente do conhecimento” e abertura para a formação de novas lideranças com participação nos conselhos, comitês e diretorias, possibilitando que as mulheres possam se integrar e contribuir com o crescimento da cooperativa, inovando, desenvolvendo e acreditando nos seus valores, deveres e princípios.

O Núcleo Feminino era pensado enquanto possibilidade de contribuir para o fortalecimento da doutrina cooperativista por meio da participação feminina devida, tarefas claras e bem definidas. Para tanto, no 6º módulo – “Organização do Quadro Social e Constituição do Núcleo Feminino” – eram apresentadas seis dimensões formativas do Núcleo Feminino, conforme descritas abaixo:

GRUPO: Espaço humanizado, acolhedor e solidário com uma missão e objetivos claros, sempre pautados na coletividade, promovendo um maior sentimento de pertença cooperativista;

INDIVIDUALIDADE: Um espaço não somente de ações práticas, mas que também olhasse para a individualidade, sempre agregando nossos subsídios à vida pessoal e familiar das integrantes;

FAMÍLIA: A família é o bem maior. É para o bem familiar que existe a cooperativa;

COOPERATIVISMO: É a sustentação e razão de ser do Núcleo Feminino, uma doutrina a ser conhecida, compreendida e promovida;

EMPREENDEDORISMO: Independente do ramo da cooperativa, provocar atitudes e ações empreendedoras dentro do cenário cooperativista, do negócio cooperativo, do empreendimento coletivo;

SOCIAL: É um princípio cooperativista. Faz parte da missão.

A proposta era que, durante o ano civil, o Núcleo Feminino conseguisse contemplar todas as dimensões, até mesmo de forma transversal. Dentro do módulo eram apresentadas algumas pistas de ação dentro de cada dimensão.

Ainda no 6º módulo, procurava-se deixar claro às participantes e às cooperativas envolvidas que o Núcleo Feminino deveria nascer a partir da sensibilização proposta até então pelo SESCOOP-SC, respeitando a adesão livre e voluntária das participantes enquanto mulheres associadas. O grupo deveria ter no mínimo 10 a 15 integrantes. Tal grupo seria coordenado diretamente pelo setor responsável da cooperativa. Para o início de caminhada, o SESCOOP-SC oportunizaria o primeiro planejamento anual, devidamente orientado e integrado com a cooperativa, pois não se tratava de um grupo fechado com uma programação paralela ao planejamento da cooperativa. Após a realização da etapa de planejamento, o Núcleo Feminino iniciava sua caminhada própria juntamente com sua cooperativa.

Objetivando o exercício da liderança, orientava-se que, após um ano de existência aproximadamente, houvesse a indicação interna de nomes para compor a coordenação, assessorada e acompanhada pelo setor responsável da cooperativa, ou seja, a condução dos trabalhos ocorreria de forma colegiada, sempre com a aprovação da direção da cooperativa.

Automaticamente, houve a necessidade de o Núcleo Feminino compor o Regimento Interno¹² próprio, dando identidade e vislumbrando a finalidade e orientações práticas e técnicas quanto à existência e à manutenção do mesmo, inclusive os encaminhamentos para a realização dos procedimentos de eleição da coordenação do Núcleo Feminino. Nesse sentido, conforme afirma Kosloviski (2013, p. 83):

O regimento deve trazer com clareza o período de gestão, a forma de renovação, entre outros itens que deixem o líder consciente do compromisso que está assumindo nesse tempo determinado. Quando não existem regras sobre a permanência dele frente ao órgão, pode ocorrer certa acomodação e até mesmo cerceamento no acesso de novos líderes que despontem nas comunidades.

Segundo o Setor de Promoção Social do SESCOOP-SC, até o final do ano de 2019, nenhum dos núcleos femininos que surgiram a partir do Programa Mulheres Cooperativistas deixou de existir.

3. Depoimentos

Seguem abaixo alguns depoimentos sob os seguintes critérios: Cooperativas pioneiras no Programa Mulheres (COOPERA e COOPERSULCA). Cooperativas que realizaram três turmas ou mais (COOPERJA, COOPERA1, COOPERALFA, COOPERITAUPU e SICOBCREDITAPIRANGA) e cooperativa por ramo (COOPER). Foi pedido que as mesmas enviassem informações preponderantes, ou seja, como vem se dando o envolvimento das associadas integrantes a partir do Programa Mulheres Cooperativistas/Núcleo Feminino.

COOPERA – FORQUILHINHA, SC (Ramo de infraestrutura, pioneira no Programa Mulheres Cooperativistas)

Depois de um tempo de caminhada e capacitações, elas conseguiram assimilar sua posição no espaço que ocupam. Formaram dois grupos sociais

¹² A composição do Regimento Interno não era orientação do SESCOOP-SC como parte do Programa Mulheres Cooperativistas. O mesmo era oferecido pela empresa prestadora de serviços, COOPERSONA DESENVOLVIMENTO HUMANO, enquanto ação complementar para essa segunda fase do Programa Mulheres Cooperativistas.

em suas comunidades, que apoiam e orientam cuidadores informais (os dois grupos acolhem mais de 150 pessoas); conseguiram juntar mais de 600 pessoas numa audiência pública junta à ANEEL para um acordo de áreas entre a cooperativa e a distribuidora estadual para que não se perdessem mais de 2.500 cooperados; conquistaram seu espaço na diretoria (com duas mulheres no conselho fiscal e uma cadeira fixa no conselho de administração), sem contar que muitas viraram empreendedoras, outras voltaram à sala de aula, houve restauração familiar, muitas recuperaram sua autoestima e ainda se tornaram líderes de referência em suas comunidades, bem como defensoras da cooperativa, que agora sabem que “são delas”.

COOPERSULCA – TURVO, SC (Ramo agropecuário, pioneira no Programa Mulheres Cooperativistas)

O Núcleo Feminino fomentou a participação da mulher na cooperativa, despertando um maior sentimento de pertença. As integrantes do Núcleo Feminino têm se mostrado cada vez mais interessadas e atuantes na COOPERSULCA e no cooperativismo, demonstrando com mais intensidade o crescimento individual, familiar e na comunidade. Atualmente, duas integrantes do Núcleo Feminino participam do Conselho de Administração. Aproveitando as oportunidades que a cooperativa proporciona, o Núcleo Feminino tem desenvolvido projetos de formação humana, cooperativista e projetos sociais na comunidade.

COOPERJA – JACINTO MACHADO, SC (Ramo agropecuário)

Ficou evidente o crescimento pessoal, profissional e empreendedor das integrantes bem como seu maior envolvimento na gestão da cooperativa após a realização do programa. Percebemos também a vontade delas em assumir compromissos e ajudar no desenvolvimento da cooperativa e do sistema cooperativista. Os núcleos femininos por meio de conhecimentos adquiridos, pela disposição e força de vontade contribuem em muito para novos desafios propostos como cursos e ações sociais realizadas pela cooperativa. Elas estão juntas nesse grande desafio de mostrar as vantagens da cooperação, zelando uma pelas outras. Temos mulheres nos conselhos de administração e fiscal. Contamos também com um comitê educativo, formado somente por mulheres.

COOPER – BLUMENAU, SC (Ramo de consumo)

Há seis anos, iniciamos o Programa Mulheres Cooperativistas, que foi fundamental para estruturar o desenvolvimento de nosso quadro social. O programa veio para impulsionar a Cooper nessa realização. Nossas mulheres passaram a compor conselho fiscal, a assumir papéis de liderança em suas comu-

nidades, propagando o cooperativismo e a nossa cooperativa. A assertividade da formação e da continuidade do Núcleo Feminino fez a Cooper ampliar seus programas. Com esses trabalhos focados no desenvolvimento do quadro social a cooperativa vai crescendo em sua essência de cooperativa e propagando o sistema cooperativista onde atua.

COOPER A1 – PALMITOS, SC (Ramo agropecuário)

O Programa Mulheres Cooperativistas veio contribuir para o despertar da importância da cooperação e do autoconhecimento, capacitando a mulher a integrar-se, desenvolver-se e inspirando-a em seus propósitos de vida. Semearmos boas sementes, e com um bom cultivo ótimos frutos continuarão sendo colhidos. A transformação dessa mulher é visível, pois está melhor preparada para o mundo de mudanças tanto nos novos modelos de gestão da propriedade como na cooperativa. Essas mulheres vêm fazendo toda a diferença em suas famílias, na propriedade, na comunidade e em nossa cooperativa.

COOPERALFA – CHAPECÓ, SC (Ramo agropecuário)

O Programa de Mulheres Cooperativistas promovido pelo SESCOOP/SC promove o desenvolvimento das mulheres de tal forma que elas passam a perceber a cooperativa na sua totalidade, desenvolvendo o senso de PERTENCIMENTO. Isso faz com que as mulheres despertem para a necessidade de assumir a responsabilidade sobre a vida e conseqüentemente passam a atuar de forma efetiva na cooperativa, participando das decisões e cargos de liderança. Na avaliação da equipe, o programa contribui significativamente para o 7º princípio cooperativista.

COOPER ITAIPU – PINHALZINHO, SC (Ramo agropecuário)

O Programa Mulheres Cooperativistas ampliou a visão das participantes, levando a um maior engajamento feminino nas reuniões e decisões da nossa cooperativa. Houve um maior envolvimento na administração das propriedades, fazendo com que os resultados fossem melhorados e atingindo assim com maior segurança os objetivos propostos. Toda a formação recebida e o surgimento do Núcleo Feminino contribuíram para que as mulheres descobrissem sua garra empreendedora e de sucesso, mostrando como caminhar lado a lado com a família e construindo uma melhor qualidade de vida.

AURIVERDE – CUNHA PORÃ, SC (Ramo de agropecuário)

O Programa Mulheres Cooperativistas e os Núcleos Femininos Auriverde vêm potencializando o aumento da participação das mulheres junto à

cooperativa, elas estão mais capacitadas e preparadas para assumir novos desafios; além disso, elas sentem-se mais valorizadas. Percebe-se um aumento significativo na busca por se associar à cooperativa, possuem representação no conselho de administração, conselho fiscal, fazem parte do comitê de liderança e participam efetivamente das decisões da cooperativa na assembleia geral, ocupando os primeiros lugares no auditório.

SICOOB CREDITAPIRANGA – ITAPIRANGA, SC (Ramo crédito)

A participação das mulheres no cooperativismo está cada vez mais forte, seja como associadas, conselheiras ou colaboradoras. No Sicoob Creditapiranga SC/RS, isso tornou-se ainda mais significativo depois da formação do Núcleo Feminino, que busca integrar as mulheres no dia a dia da cooperativa, tornando-as ainda mais atuantes. Na medida em que colaboramos para a formação pessoal de cada uma das participantes, também incentivamos para que causem impacto positivo nas comunidades onde estão inseridas, tornando-se líderes, auxiliando na tomada de decisões em sua família, propriedade e comunidade, contribuindo para a disseminação e o fortalecimento do cooperativismo (Greice Elisa Stein, Gerente de Comunicação e Marketing do Sicoob Creditapiranga SC/RS).

4. II Seminário Regional 2018

Como dito acima, o SESCOOP-SC propôs os Seminários Regionais enquanto formação continuada com a finalidade também de criar espaços onde os Núcleos Femininos se encontrassem para compartilhar experiências e trabalhos locais e aprender com as experiências apresentadas, além da formação e integração. Visava também manter a unidade do programa em nível estadual.

O II Seminário Regional, realizado em 2018, teve como tema: Núcleos Femininos, avanços e desafios.

Além da distinção apresentada entre a 1ª fase e a 2ª fase do programa, por meio de um processo participativo, denominado de *world café*¹³, os grupos

¹³ BROWN, Juanita and ISAACS, David. *The World Café: Shaping our Futures Through Conversations that Matter* (livro) – The World Café Site. Disponível em: <<https://cocriar.com.br/biblioteca/metodologias/world-cafe/>>. Acesso em: 01 out. 2020: O *World Café* é um processo participativo aparentemente simples, que tem uma fenomenal capacidade de trabalhar a diversidade e complexidade no grupo, fazendo emergir a inteligência coletiva. Trata-se de um processo de diálogo em grupos, que pode levar de algumas horas a alguns dias, nos quais participantes se dividem em diversas mesas e conversam em torno de uma pergunta central. O processo é organizado de forma que as pessoas circulem entre os diversos grupos e conversas, conectando e polinizando as ideias, tornando visíveis a inteligência e a sabedoria do coletivo. No final do processo (ou ao longo do mesmo, caso seja necessário), faz-se uma colheita das percep-

compostos de forma mesclada responderam as quatro perguntas a seguir: Qual é o papel do núcleo feminino na cooperativa? Quais dificuldades podem impedir o núcleo feminino de se manter em seus propósitos? Quais benefícios o núcleo feminino tem trazido para as integrantes e para a cooperativa? A partir de nossa caminhada sugerir ações para o núcleo feminino em 2019?

Sobre a pergunta – Quais benefícios o núcleo feminino tem trazido para as integrantes e para a cooperativa? – seguem abaixo algumas respostas que representam a percepção de mulheres cooperativistas e que apontam para horizontes promissores no que diz respeito à relação das cooperativas com suas associadas:

“A cooperativa tem nosso apoio em todas as áreas em que atua. Somos o elo entre ela e os cooperados; Através da participação do Núcleo Feminino a família passou a se interessar mais pela cooperativa; Conhecimento da legislação cooperativista; Contribuição para que a essência da cooperativa não se perca; Despertou a capacidade de Liderança das Mulheres; Despertou nas mulheres o interesse por associar-se; Empoderamento feminino tendo participação das ações da cooperativa; Fidelidade à cooperativa; Intercâmbio entre as cooperativas; Mais atualizadas/mais motivadas/esclarecimento sobre os direitos e deveres; Melhor formação para a convivência familiar e social; Nos tornamos porta-vozes da cooperativa; O Núcleo Feminino trouxe para as mulheres crescimento intelectual, emocional e afetivo (autoestima); Oportunizar o crescimento das mulheres por meio da educação cooperativista; Participação no quadro social; Sair da zona de conforto; São mãos que se doam em benefício da cooperativa e seus cooperados; Sentir-se útil, prestativa e orgulhosa em participar da cooperativa e defender o cooperativismo; Trouxe mais qualidade de vida para mulher, levando-a a participar mais dos comitês de liderança e conselhos, oportunizando o seu crescimento na sociedade cooperativista”.

Conclusão

Em conformidade com o 5º princípio do cooperativismo¹⁴, devemos entender que a mulher é uma agente formadora de opinião, e para tanto o

ções e aprendizados coletivos. A enorme interação entre os participantes e os relacionamentos complexos e não lineares pode trazer impressionantes resultados sistêmicos e emergentes.

¹⁴ GAWLAK, Albino. *Cooperativismo: primeiras lições*. 4 ed. Brasília: Sescoop, 2010. 112 p. EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E INFORMAÇÃO: *As cooperativas promovem a educação e a formação dos seus membros, dos representantes eleitos e dos trabalhadores, de forma que esses possam contribuir, eficazmente, para o desenvolvimento das suas cooperativas. Informam o público em geral, particularmente os jovens e os líderes de opinião, sobre a natureza e as vantagens da cooperação.*

fomento da educação cooperativista deve ser intenso e constante. Maurice Colombain apresenta-nos a seguinte reflexão:

Sabemos bem que são incontáveis os túmulos de cooperativas nascidas com eloquência e do entusiasmo, mortas pela inexperiência, pela dúvida e pela diferença. Verificamos, ao contrário, o vigor e a fecundidade de cooperativas que a educação fez nascer e crescer (COLOMBAIN, 1971, p. 4)

Certamente a mulher dentro de suas especificidades de gênero contribuirá em muito para que a identidade cooperativista não se perca, dado que é uma tendência.

Propor e acompanhar o processo formativo feminino dentro das cooperativas significa pensar na perpetuação da cooperativa, pois por meio da mulher associada se pode chegar aos filhos pré-adolescentes, adolescentes e jovens.

A cooperativa deve ser estratégica no que se refere à formação de todos e todas envolvidas na empresa cooperativa, sobretudo de seus membros e, em especial, com mulheres. Afinal, a causa do cooperativismo deve ser encontrada em todos sem exceção. De um lado, podemos dizer que as cooperativas necessitam muito das mulheres, mas é verdadeiro dizer que também as mulheres necessitam das cooperativas, pois as mesmas podem dar significativos norteadores para toda a vida.

É possível afirmar que, quando as mulheres por meio de processos educativos compreendem que o sistema cooperativista tem o olhar para as pessoas acima de tudo, indo além do modelo econômico vigente, que parte sobremaneira da lógica do capital, passam a contribuir decisivamente para o fortalecimento da cooperativa em suas famílias e comunidade.

A experiência mostra-nos que não há um “receituário”. As boas tentativas e intenções certamente geram boas práticas, que vão se consolidando com o tempo. Observamos cada vez mais avanços e bons discernimentos em ações educativas para com a família associada. Sem dúvida, um desafio promover ações que venham a fortalecer o sentimento de pertença das associadas em relação à sua própria cooperativa. Fica nítida a diferença entre as mulheres/associadas que são atingidas pela educação cooperativista e aquelas que ainda não passaram pelo processo de formação.

De um lado, as mulheres necessitam das cooperativas para que se sensibilizem quanto ao valor do empreendimento coletivo e também para que recebam informação e formação para o bem da própria vida e de seus familiares, mas é verdadeiro dizer que também as cooperativas necessitam muito das mulheres, pois as mesmas têm muito a oferecer para a sustentabilidade do sistema cooperativista.

Referências

- COLOMBAIN, Maurice. *Formar homens novos*. São Paulo: Secretaria de Agricultura do Estado, 1976. 11p.
- BOESCHE, Leonardo. *Fidelidade Cooperativa: uma abordagem prática*. Curitiba: OCEPAR/SESCOOP-PR, 2005. 96p.
- BRASIL. Legislação Cooperativista: Lei Federal nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. *Política Nacional de Cooperativismo*, Poder Executivo, Brasília, 1971, p. 5-51
- BROWN, Juanita; ISAACS, David. *The World Café: Shaping Our Futures Through Conversations That Matter* (livro) – The World Café Site Disponível em: <<https://cocriar.com.br/biblioteca/metodologias/world-cafe/>>. Acesso em: 01 out. 2020.
- FARDINI, Giulianna (coord.). *Fundamentos do Cooperativismo* / Organizadores: Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo e Organização das Cooperativas Brasileiras. Brasília, DF. Sistema OCB, 2017, Série Cooperativismo, 72p.
- FREITAS, Alair Ferreira; FREITAS, Alan Ferreira, SAMPAIO, Danilo de Oliveira; MÁXIMO, Marina Silveira. Organização do Quadro Social (OQS): Uma inovação institucional na gestão social de cooperativa. *APGS*, Viçosa, v. 2, n. 1, p. 45-66, jan./mar. 2010.
- GAWLAK, Albino. *Cooperativismo: primeiras lições*. 4. ed. Brasília: SESCOOP, 2010. 112 p.
- GASPAR, Janaína de Abreu; MUTERLE, Maria do Carmo Cataldi. Contexto, motivação, participação e resultados em cooperativas: a descoberta do papel da mulher em uma cooperativa do litoral norte de São Paulo. *Processando o Saber*, São Paulo, n. 7, 2015, 107p.
- GROSSI, Mirian Pillar. *Identidade de Gênero e sexualidade*. Florianópolis: UFSC, 1998. 14p.
- HARARI, Yuval Noah. 1976. *Sapiens – Uma breve história da Humanidade*. Trad.: Janaína Marcoantonio. 32. ed. Porto Alegre: L&PM, 2018. 464p.
- IPEA. *Agenda 2030*. 2020. Disponível em: <<http://www.agenda2030.org.br/sobre/>>. Acesso em: 18 de setembro de 2020.
- KOSLOVSKI, João Paulo. *Dia Internacional do Cooperativismo, Cooperativa Integrada*. 05 de julho de 2013. Disponível em: <<http://www.integrada.coop.br/noticias/338/Dia-Internacional-do-Cooperativismo.xhtml>> Acesso em: 15 set. 2020.
- KOSLOVSKI, João Paulo. *Organização do Quadro Social: Participação Responsável e de Resultados*. 1. ed. Curitiba: OCEPAR, 2019. 169p.
- OCB. *cbc.coop.br*. 2020. Disponível em: <<http://www.cbc.coop.br/>>, Acesso em: 18 set. 2020.
- OCB/MS. *Osbsms.org.br*. 2020. Disponível em: <<http://ocbms.org.br/noticia/aci-divulga-mensagem-do-dia-internacional-do-cooperativismo/853/>>. Acesso em: 18 set. 2020.

MATIAS, Alberto; QUAGLIO, Gislaïne; LIMA, João Paulo; MAGNANI, Vinicius. *RAM, Rev. Adm. Mackenzie*, São Paulo, v. 15, n. 5, set./out. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-69712014000500008&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 15 set. 2020.

MONTEIRO, Kimberly; GRUBBA, Leilane. A luta das mulheres pelo espaço público na primeira onda do feminismo: de sufragettes às sufragistas. *Direito e Desenvolvimento*, João Pessoa, v. 8, n. 2, p. 261-278, 2017.

PARANÁ COOPERATIVO. Tempo de cuidar: a atuação sistêmica das cooperativas de saúde no enfrentamento à Covid-19. *Sistema Ocepar*, Curitiba, ano 6, n. 187, mar. 2021, 50 p.

PESCE JUNIOR, José Gabriel (mod.). *Relatório do Congresso Catarinense de Mulheres Cooperativistas*: “gestão cooperativista – oportunidades e desafios”. Florianópolis: SES-COOPSC, 2011. p. 11.

SANTA CATARINA. Portaria 112, de 15 de julho de 2019. *Portaria 112 do SESCOOP/SC*. Dispõe sobre o reconhecimento de ações desenvolvidas pelo setor de promoção social.

SCHNEIDER, José Odelso. A Doutrina do Cooperativismo: Análise do Alcance, do sentido e da Atualidade dos seus valores, princípios e normas nos tempos Atuais. *Cadernos Gestão Social*, São Leopoldo, v. 3, n. 2, p. 251-273, jul./dez. 2012.

SCHNEIDER, José Odelso (coord.); HENDGERS, Margot; SILVA, Antonio Cesar Machado. *Educação e capacitação cooperativa: os desafios no seu desempenho*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2010. 131p.

SESCOPOCB. CAPACITACOOOP. EAD: *Curso Núcleos e Comitês: como organizar e fortalecer o quadro social*. Tópico 1: O conceito de Organização do Quadro Social. Disponível em: <<https://www.capacita.coop.br/sescoop/home/courses/53267/contents>>. Acesso em: abr. 2021.

SINGER, Paul. Dossiê Crise Internacional II: A América Latina na Crise Mundial. *Estud. av.*, São Paulo, v. 23, n. 66, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010340142009000200008&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em: out. 2020.

THEODORO FILHO, Luiz Dias. *Pelos caminhos do cooperativismo: com destino ao crédito mútuo*. Brasília: Stilo Gráfica e Editora Ltda., 2002.

ZEA, María Eugenia Pérez. *ACI divulga mensagem para o Dia Internacional da Mulher*. MUNDOCOOP. 2018. Disponível em: <<https://www.mundocoop.com.br/especial/aci-divulga-mensagem-para-o-dia-internacional-da-mulher.html>>. Acesso em: abr. 2021.



Aponte a câmera do seu celular no QR Code e ouça o audiolivro do texto

A atuação da Crediseara na promoção do desenvolvimento territorial sustentável

Giovana Paludo Giombelli

Andréia Tecchio

Valdete Boni

Ademir Antonio Cazella

Fábio Luiz Búrigo

Marcelo Antônio Conterato

Introdução

O processo de ocupação da região oeste de Santa Catarina tem profunda relação com a agricultura familiar e foi intensificado nas primeiras décadas do século XX com a colonização predominantemente realizada por descendentes de imigrantes europeus, vindos principalmente do Rio Grande do Sul.¹ A presença dessa categoria de agricultores garantiu a base produtiva que viabilizou a criação de agroindústrias empresariais de transformação de aves e suínos. Essas agroindústrias tornaram-se grandes conglomerados econômicos privados e cooperativos, que atuam no mercado nacional e internacional.

Nos anos 1990, junto a esse modelo de desenvolvimento rural baseado na “modernização” excludente, observa-se a emergência de um processo de mobilização sociopolítica que visava à construção de projetos alternativos de desenvolvimento rural em diversos territórios rurais do oeste de Santa Catarina. Entre as experiências mais expressivas estão a constituição de organizações de assessoria política e técnico-organizacional para a agricultura familiar, com destaque para a Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense (Apaco). Essa associação foi criada em 1989 em Chapecó, município polo da região por iniciativa do movimento sindical da agricultura familiar, com o objetivo de coordenar a construção de novas práticas e habilidades de cooperação (BÚRIGO; ROVER; FERREIRA, 2021).

¹ A região era originalmente habitada por indígenas. No final do século XIX, os caboclos passaram a ocupá-la.

Nos primeiros anos, a Apaco dedicou-se principalmente à formação de grupos de cooperação com o intuito de fomentar a comercialização e mecanismos de aquisição coletiva de insumos nos diversos territórios rurais em que atuava. A partir de meados de 1990, junto com outras organizações, incentivou a agroindustrialização e a agregação de valor por meio da criação de unidades de beneficiamento descentralizadas, que atuavam de maneira articulada pela formação de redes e cooperativas e de acesso a políticas públicas.

Outro campo foi a esfera financeira com a organização de cooperativas de crédito rural alternativas. Essa ação foi coordenada pelo Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo (Cepagro) com apoio de professores do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Santa Catarina (CCA/UFSC) e da Apaco. Trata-se de um inédito processo de articulação entre organizações não governamentais, movimentos sociais e órgãos públicos locais, que apoiaram a organização de cooperativas rurais do ramo de crédito, desvinculadas das cooperativas agropecuárias empresariais. A iniciativa tinha o propósito de garantir a inclusão financeira para os agricultores familiares que estavam sendo excluídos do sistema bancário, de modo a “ampliar e democratizar a utilização de recursos do crédito rural oficial” (BÚRIGO, 2007, p. 17).

A iniciativa priorizou municípios onde havia lideranças atuantes em organizações da sociedade civil. Para dar apoio às primeiras cooperativas constituídas, num primeiro momento firmou-se uma parceria com a Cooperativa Central de Crédito de Santa Catarina (Cocecrer/SC, atualmente sistema Sicoob), que aceitou integrar em seu sistema as futuras cooperativas. A partir de 1993, organizações de agricultores familiares de Seara e municípios vizinhos, com apoio da Apaco, iniciaram ações para criar uma cooperativa de crédito. A crítica à situação em que viviam muitos agricultores se somou às queixas ao tratamento dado pelo sistema bancário. “Com a criação desse instrumento era possível intervir na comunidade pelo seu papel político, podendo discutir a viabilidade, a organização, a forma de produção e a sustentabilidade da atividade produtiva e organizativa dos associados” (CRESOLCREDISEARA, 2010, p. 264).

A Cooperativa de Crédito Rural Seara (Crediseara) foi a segunda criada a partir dessa inovação organizacional, tendo iniciado suas atividades em 1995. Desde sua fundação, a Crediseara buscou fortalecer a organização social e incentivar as experiências produtivas e comerciais de seus associados, bem como prestar apoio a outros projetos que visavam impulsionar o desenvolvimento dos territórios rurais. Na atualidade, a Crediseara atua em quatro outros municípios do seu entorno com ações que se diferenciam dentro do próprio campo de “cooperativismo de crédito solidário” pelo foco dado à promo-

ção do desenvolvimento territorial sustentável.

Este capítulo analisa a trajetória da Crediseara, a qual assumiu a condição de ser uma das principais organizações de promoção do desenvolvimento territorial sustentável em sua área de atuação. O modelo de análise tem como referência o enfoque da Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST), segundo a qual a valorização de recursos territoriais e a construção de um sistema de governança territorial, que articule atores públicos, privados e associativos, representam elementos centrais de um processo de desenvolvimento territorial sustentável. Esse enfoque contempla iniciativas de atores territoriais que se organizam com o propósito de criar uma oferta heterogênea e coerente de produtos e serviços de qualidade ao valorizar, principalmente, o saber-fazer, a cultura e o ambiente natural (PECQUEUR, 2001; MOLLARD, 2001; CAZELLA *et al.*, 2020).

De natureza qualitativa e exploratória, o trabalho está baseado em pesquisa documental, observação participante e entrevistas com atores-chave. A observação participante ocorreu por meio do acompanhamento de seminários, reuniões e assembleias realizadas pela cooperativa, de feiras da agricultura familiar semanais entre 2019 e 2022 e da 1ª Feira Regional da Agricultura Familiar, realizada no município de Seara² em maio de 2022. No total, foram realizadas oito entrevistas com integrantes da direção da Crediseara, Apaco, do Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Sintraf), de cooperativa de agroindústrias familiares, da Casa Colonial, do Núcleo da Rede Ecovi-da de Agroecologia e da assessoria da Crediseara.

A trajetória da Crediseara

Em 25 de abril de 1994, com mais de 550 pessoas presentes, foi fundada a Cooperativa de Crédito Rural Seara, cujo início do atendimento ao público ocorreu no dia 04 de janeiro de 1995 após o evento de abertura de portas (Figuras 01 e 02). Já nos dois primeiros anos de funcionamento, por meio de uma parceria firmada entre a Prefeitura Municipal de Seara e a Apaco, a Crediseara contou com os serviços técnicos de um agrônomo, que passou a acompanhar as associações de agricultores existentes nas comunidades rurais e discutir a implantação de sistemas de produção e comercialização alternativos. Essa colaboração institucional viabilizou a elaboração de alguns projetos técnicos em torno de diversos sistemas alimentares existentes no território, os quais foram posteriormente encaminhados para a cooperativa para ser financiados.

² Além de Seara, participam dessa feira os municípios de Arvoredo, Itá, Paial e Xavantina.

Figura 01: Evento de aberturas de portas



Fonte: Acervo da Crediseara.

Figura 02: Primeiro Conselho de Administração e Fiscal no evento de abertura de portas



Fonte: Acervo da Crediseara.

Embora tenha nascido como resultado de um amplo trabalho comunitário, a cooperativa passou por dificuldades para alcançar sua consolidação econômico-financeira. Na época, havia muita desconfiança na sociedade local acerca da viabilidade da iniciativa, sendo muitas vezes chamada pejorativamente de “banquinho dos colonos” ou “banquinho do PT”³. É importante ressaltar que, apesar desse ambiente de desconfiança, a cooperativa recebeu autorização oficial e conseguiu cumprir as normas de funcionamento e as metas iniciais de crescimento estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BC).

Em 1998, juntamente com as cooperativas alternativas constituídas no mesmo período nos municípios de Quilombo e Aberlado Luz, a Crediseara solicitou desligamento do Sistema Sicoob. No início de 1999, as três cooperativas ingressaram no Sistema de Cooperativas de Crédito de Inteiração Solidária (Cresol). O Sistema Cresol foi constituído em 1995 por organizações ligadas à agricultura familiar na região do sudoeste do Paraná, inspiradas nas experiências pioneiras e exitosas das cooperativas de crédito rural criadas em Santa Catarina desde 1993. Ao contrário das experiências catarinenses, as cooperativas singulares do Sistema Cresol criaram concomitantemente com as singulares um sistema próprio de gestão e de controle denominado Central de Serviços. Essa inovação organizacional permitia-lhes ter maior autonomia para se relacionar com o BC, planejar estrategicamente sua expansão e moldar os sistemas de governança a partir dos interesses dos agricultores familiares, seus principais associados.

A partir de 2000, a Crediseara passou a se denominar Cresol-Crediseara, e sua filiação ao Sistema Cresol perdurou por mais de uma década e meia. Em 2017, fruto de algumas discordâncias em relação ao novo modo de governança e de gestão que estava sendo implantado pelo Sistema Cresol, a cooperativa realizou reuniões com os associados e decidiu desligar-se do Sistema. Com essa decisão tornou-se juridicamente uma cooperativa financeira independente e passou a relacionar-se diretamente com o BC e as demais organizações do Sistema Financeiro Nacional. Essa postura explica-se, em grande parte, pelo desejo de dispor de mais autonomia no que se refere às suas orientações políticas, agilidade na tomada e implantação de decisões e para fomentar dinâmicas territoriais inovadoras e alinhadas aos preceitos da sustentabilidade.

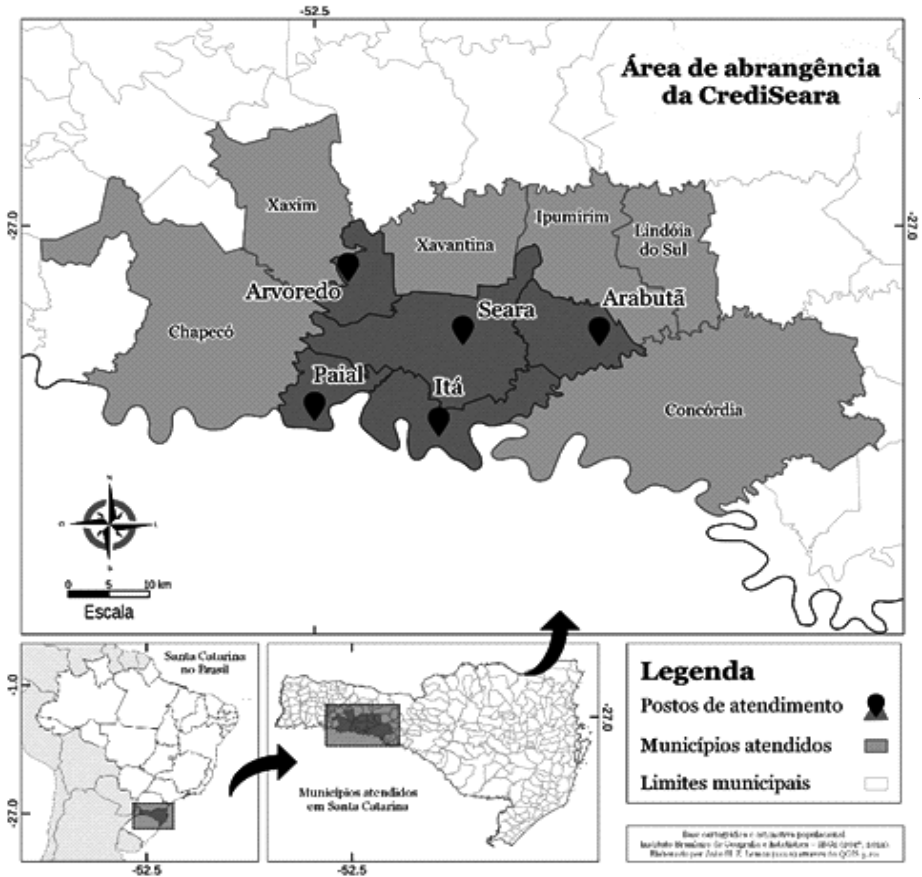
De acordo com um dirigente da Crediseara, o fato de ter se tornado independente não significou o isolamento, pois foi possível manter em sua prática cotidiana uma constante troca de experiência administrativa, filosófica e sociotécnica com outras cooperativas que atuam no crédito e em outros

³ O surgimento do Partido dos Trabalhadores (PT) na região oeste de Santa Catarina está associado aos distintos movimentos sociais rurais, o que explica o estigma de ser o partido de pobres e excluídos.

ramos. Por exemplo, alguns serviços financeiros necessários para sua atuação comercial passaram a ser negociados com a rede bancária em parceria com outras cooperativas de crédito independentes. A partir desse processo de intercooperação, a Crediseara apoiou vários projetos de seus associados, visando ampliar a sustentabilidade das atividades produtiva, bem como incentivou a troca e implementação de experiências inovadoras junto às organizações parceiras.

A Figura 03 ilustra a localização geográfica dos municípios que compõem o território da Crediseara, composto por 11 municípios. Em junho de 2022, possuía postos de atendimento em quatro municípios do entorno de Seara (Arabutã, Arvoredo, Itá e Paial), conformando uma base geográfica em que residem pouco mais de 32 mil habitantes, dos quais mais 17 mil vivem no município-sede.

Figura 03: Território de abrangência da Crediseara



Fonte: Fonte: Elaborado a partir de bases cartográficas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Rio de Janeiro, 2017.

associados. Seu quadro social é composto majoritariamente por agricultores familiares, embora nos últimos anos observa-se que as pessoas que mais procuram filiação na cooperativa são oriundas do meio urbano. Em 2021, a cooperativa obteve uma sobra financeira de aproximadamente R\$ 1,98 milhão.

Primeiras ações sociotécnicas

A ação da Crediseara ocorre em um território tipicamente rural com marcada presença de unidades agrícolas familiares, sendo a maioria gerida por descendentes de imigrantes de origem europeia, principalmente italianos e alemães. Os cinco municípios nos quais mantém uma base de atendimento possuem 3.278 estabelecimentos agropecuários (IBGE, 2017). Quando comparado ao Censo de 2006, constata-se uma diminuição de cerca de 8% do número de estabelecimentos, uma redução superior à verificada no estado de Santa Catarina (-5,5%) e no Brasil (-2%). Esse quadro reforça a importância da Crediseara em promover ações inovadoras de forma a ampliar as alternativas socioeconômicas para a agricultura familiar, evitando uma maior evasão de recursos humanos do meio rural.

Para fortalecer os vínculos com sua base social e cumprir os preceitos do sétimo princípio universal do cooperativismo (interesse pela comunidade), a cooperativa incentiva a construção de propostas de promoção e desenvolvimento sustentável do território onde atua. Ao avançar nessa direção, a governança da Crediseara acaba se contrapondo ao isomorfismo institucional observado em muitas cooperativas financeiras da região oeste de Santa Catarina, fruto do qual essas organizações, a exemplo dos bancos, concentram seus financiamentos em *commodities* e produtos alimentares associados às cadeias longas, muitas vezes conectadas aos circuitos globais de comercialização. A seguir, apresentam-se alguns exemplos dessa atuação inovadora da Crediseara.

Na década de 2000, a Crediseara em parceria com a Apaco fomentou dezenas de projetos de agroindústrias familiares na região de atuação. Na época, uma articulação política promovida por diversas organizações ligadas à agricultura familiar realizou um ato público no município para o lançamento nacional da linha do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf/Infraestrutura) para a construção de agroindústrias familiares. Nesse evento, que contou com a presença do ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e de outras autoridades, o Banco do Brasil (BB) fez a entrega de cheques simbólicos aos agricultores com a promessa de liberação de recursos aos interessados na construção de agroindústrias. Porém, quando esses agricultores contataram a agência regional do BB para le-

var adiante a negociação, diversos empecilhos burocráticos foram colocados, fazendo com que muitos desistissem de seus projetos.

Após a resistência da Superintendência Regional do BB em financiar agroindústrias familiares, o Conselho de Administração da Crediseara reuniu-se e decidiu oferecer garantia para essas operações. Porém, o BB passou a questionar a viabilidade financeira dos projetos de agroindústrias familiares e a capacidade gerencial dos empreendimentos por parte dos agricultores. O então presidente da cooperativa argumentou que, se os agricultores conseguissem administrar uma cooperativa de crédito, não seria diferente com as agroindústrias, e insistiu na negociação. A postura de convicção das lideranças da cooperativa fez com que o BB reavaliasse a situação e liberasse os recursos.

Com isso três agroindústrias familiares foram implementadas: uma de processamento de derivados de leite, um entreposto de mel e uma voltada à seleção e embalagens de ovo. Depois de certo tempo de funcionamento, as duas primeiras prosperaram, e a terceira encerrou suas atividades por ter se demonstrado inviável economicamente. Apesar disso, essa iniciativa abriu espaço para que as famílias envolvidas adotassem outras estratégias sociotécnicas, com destaque para a horticultura e a produção de plantas medicinais. Após essas experiências pioneiras, a Crediseara resolveu ampliar a assistência financeira e técnica com o objetivo de viabilizar a criação de outras agroindústrias familiares em seu território de atuação (CRESOLCREDISEARA, 2010).

Ainda nos anos de 2000, a Crediseara participou ativamente da discussão de implantação do Sistema de Inspeção Municipal (SIM) em Seara. Esse sistema regulamenta o funcionamento das agroindústrias familiares para a fabricação de produtos de origem animal para serem comercializados no âmbito do município e de seu entorno. Após muitas polêmicas, a legislação foi aprovada pela Câmara Municipal de Vereadores, mas sua aplicação foi dificultada em termos práticos. Conforme dirigentes e assessores entrevistados, a principal motivação da não aplicação da legislação aprovada foi de cunho político, visto que a administração municipal da época era partidariamente antagônica a uma parcela dos integrantes da direção da Crediseara. Além disso, quando o poder público colocou em prática o SIM, esse serviço atendia somente os empreendimentos de pessoas de seu campo político partidário. Para comercializar os produtos, as agroindústrias apoiadas pela Apaco e Crediseara, que processavam produtos de origem animal, precisaram credenciar-se junto ao Serviço de Inspeção Estadual, que é mais exigente em relação à estrutura física e à aplicação de normas por permitir a comercialização de alimentos em todos os municípios do estado de Santa Catarina (CRESOLCREDISEARA, 2010).

Dispositivos para processos inovadores de desenvolvimento territorial sustentável

Atualmente, a Crediseara fomenta mais de 30 ações nas áreas de financiamento, organização social, formação, produção de alimentos e fibras, energias renováveis, além de agregação de valor e comercialização. A partir de 2007, a cooperativa passou a prestar assessoria técnica de maneira mais sistêmica a seus associados. Esse trabalho foi ampliado em 2020, quando constituiu o Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) com cinco profissionais das ciências agrárias. Esse departamento atua em parceria com outras instituições, como Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul, Rede Ecovida de Agroecologia, *Slow Food*⁴, instituições de Ensino Superior, prefeituras, câmaras municipais de vereadores, escolas, entre outras.

Em relação aos financiamentos, principalmente para o setor agropecuário, a equipe técnica da cooperativa planeja, acompanha e orienta as atividades produtivas para as quais o financiamento é demandado. Uma vantagem de ter se tornado uma cooperativa de crédito independente, segundo membros da direção da Crediseara, é a possibilidade de implantar mais rapidamente linhas de crédito para financiar tecnologias sociais e sustentáveis demandadas pelo quadro social.

No que concerne à organização social, um elemento-chave para a promoção do desenvolvimento territorial sustentável, a Crediseara contribuiu em 2006 para o processo de constituição do Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar Seara e Região (Sintraf-Seara). A base desse sindicato abrange os municípios de Seara, Itá, Paial e Xavantina e atende uma parcela de agricultores familiares que não se sentia representada politicamente pelo modo de atuação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Sindicato Rural. O Sintraf adota uma postura mais reivindicatória em defesa dos direitos e interesses políticos e socioeconômicos dos agricultores familiares.

A partir de 2008, os dirigentes da cooperativa articularam o Fórum das Entidades da Agricultura Familiar de Seara, que conta com a participação de outras organizações ligadas à agricultura familiar, cuja atuação tem efeitos diretos nas dinâmicas de produção dos sistemas alimentares do território. Ademais, representa uma estratégia do conjunto de organizações participantes para

⁴ Fundado em 1986 na Itália, o *Slow Food* é um movimento e uma organização não governamental que incentiva a apreciação da comida, a qualidade das refeições e a produção que valoriza o produto, o produtor e o meio ambiente.

elaborar demandas compartilhadas a serem negociadas junto ao poder público. Seu principal objetivo consiste em articular distintas organizações da agricultura familiar com o propósito de negociar políticas públicas específicas, sobretudo dos poderes públicos municipal e estadual, bem como fomentar a cooperação entre as instituições que o integram.

O Fórum das Entidades da Agricultura Familiar de Seara conta com 19 organizações sociais. Além de três cooperativas agropecuárias formadas por agricultores familiares, é integrado por uma associação de venda direta ao consumidor, que gerencia uma Casa Colonial (ponto de venda); uma associação regional de agricultores familiares (Apaco); uma organização de certificação participativa da agricultura orgânica (Rede Ecovida); um sindicato que representa os agricultores familiares (Sintraf); uma casa familiar rural; representação e associação de mulheres camponesas, além de grupos com vocações diversas (*Slow Food*, fitoterapia, artesanato, homeopatia, rota turística, bambu, raça Montbéliard, etc.).

Para a Crediseara, a educação, formação e informação, outro princípio universal do cooperativismo, representam um campo de atuação estratégico. Em síntese, a cooperativa promove discussões sobre desenvolvimento sustentável do território, assegurando assistência financeira e formação educacional a seus associados. Para tanto, possui um programa permanente de formação educacional direcionado a colaboradores e conselheiros. A formação de lideranças, por sua vez, ocorre durante os processos de discussão e orientação ao Conselho de Administração quando da tomada de decisões importantes. Esses eventos são realizados periodicamente e reúnem entre 80 e 100 pessoas.

Segundo um dirigente entrevistado, a história de constituição da Crediseara foi resultado de uma ação coletiva que envolveu muitas pessoas, e isso é sempre ressaltado nos eventos dedicados às novas lideranças da cooperativa, nos cursos ministrados aos colaboradores recém-contratados e nos momentos de troca de experiências com outras organizações. Já as ações de formação do quadro social concernentes às práticas de produção sustentável ocorrem geralmente por meio de *lives*⁵, visitas técnicas, cursos, oficinas, seminários e trocas de experiências. Muitas dessas atividades são realizadas com apoio de instituições parceiras da Crediseara citadas anteriormente.

Além disso, a Crediseara desenvolve três atividades educativas com o público não associado: i) acolhimento de excursões de agricultores e estudan-

⁵ As *lives* e reuniões on-line foram adotadas durante a pandemia do coronavírus (anos 2020-2021), visto que as atividades presenciais, especialmente com um número maior de pessoas, estavam inviabilizadas.

tes da região e de estados vizinhos que desejam conhecer as experiências sustentáveis implementadas pela cooperativa; ii) prestação de assistência técnica para escolas dos municípios onde a cooperativa possui postos de atendimento para o fortalecimento de práticas ambientais; iii) apoio à Campanha Setembro Verde⁶, coordenada pelo Fórum de Entidades da Agricultura Familiar.

De acordo com um dirigente sindical do Sintraf-Seara, a Crediseara sempre priorizou as ações de educação e de formação em diversas áreas. Essa postura da cooperativa propiciou o surgimento de lideranças que hoje atuam em diversas organizações. Esse processo faz com que os agricultores conheçam melhor as práticas agroecológicas e valorizem a cooperação e a organização social. Isso não significa que problemas típicos que vêm ocorrendo em várias regiões catarinenses, como a questão do envelhecimento da população rural e, conseqüentemente, a baixa renovação das lideranças sociais e a falta de sucessores para assumir as unidades agrícolas, não existam na base social da cooperativa.

O Departamento de ATER da Crediseara presta assessoria técnica para a produção de alimentos e fibras sempre com base nos princípios da sustentabilidade. No campo da agroecologia, a Crediseara já apoiou a implantação de nove unidades agrícolas de produção orgânica certificadas e duas que estão em processo de transição. Não obstante, há diversas unidades de produção que não são certificadas, mas que adotam práticas agroecológicas, com destaque para a não utilização de insumos de síntese química.⁷ Salienta-se que a assistência técnica à produção para o autoconsumo é uma ação estratégica e prestada às famílias independentemente das demais atividades agropecuárias seguirem ou não os preceitos da agroecologia. A fitoterapia e a homeopatia, que possibilitam a produção agroecológica, são estimuladas há mais de uma década por meio de assistência técnica e formação para seus assessores técnicos e associados.

Como o relevo da região é bastante montanhoso, por muitos anos ficou incutido no pensamento das pessoas que a área só servia para a integração de suínos, aves e leite. Por meio de parcerias com a Epagri, a Crediseara conse-

⁶ Realizada desde 2015, essa campanha tem como lema “Alimentação Saudável e Consumo Consciente” e promove atividades como: seminário de lançamento, entrevistas nos veículos de comunicação, jornada da saúde, trilha ecológica, palestras em escolas, oficinas e um seminário de encerramento.

⁷ Essas famílias optaram por não demandar a certificação devido aos processos burocráticos de registro e também por ter estabelecido historicamente relações de confiança com consumidores, que não exigem selos de comprovação dos alimentos que adquirem diretamente desses agricultores.

guiu demonstrar aos agricultores que na região existem vários tipos de solo e também diferenças de altitude bastante significativas, que variam de 259 a 1.037 metros, o que cria microclimas favoráveis para a implantação de projetos relacionados ao plantio de nozes, pitaias e outras espécies de frutas.

Desde 2009, a Crediseara atua na melhoria do processo de produção de leite e de queijo colonial com a constituição de um grupo de associados interessados na criação de bovinos da raça Montbéliard. Na época, alguns agricultores participaram de um intercâmbio na França para conhecer melhor essa raça, que é originária daquele país, possui dupla aptidão produtiva (carne e leite) e apresenta uma elevada resistência a doenças típicas de rebanhos leiteiros. Hoje, o grupo conta com 30 associados, mas aproximadamente 100 produtores já adotaram essa raça em seus plantéis. Segundo o relato de assessores técnicos da Crediseara, há uma melhora no rendimento e, sobretudo, no sabor de queijos elaborados a partir do leite cru, uma iniciativa comercial importante para a economia do município.

O sistema produtivo de queijos e derivados de leite cru começou a ser fomentado pela Crediseara em 2011 depois da participação de agricultores que também exerciam o papel de lideranças em um evento do *Slow Food* em Fortaleza, Ceará. No ano seguinte, a Epagri passou a apoiar o projeto por meio da prestação de assistência técnica às famílias envolvidas nesse sistema produtivo. O aprendizado obtido com a participação de integrantes em eventos ocorridos na Itália, como o “Terra Madre” em 2012 e o “Cheese Bra Italia” em 2013, contribuiu para o aprimoramento do processo de produção desse tipo de queijos por meio de adaptações inspiradas na legislação vigente naquele país, que definem regras e formas de promover o sistema produtivo de queijos e derivados feitos com leite cru (TECCHIO *et al.*, 2019).

Em 2017, foi constituída em Seara a primeira Fortaleza de Queijos de Leite Cru do *Slow Food* no Brasil. Dois anos depois, a iniciativa integrou-se a um projeto de sistemas agroalimentares coordenado pela Universidade de Berna, da Suíça. Atualmente, agricultores associados e membros da equipe técnica da cooperativa participam das discussões municipais, estaduais e nacionais sobre a legalização de queijos e de outros derivados de leite cru. A ideia consiste em preservar e aprimorar o saber-fazer, aliado à introdução de propostas inovadoras de gestão, de modo a gerar mais estabilidade socioeconômica e garantias ambientais para as unidades agrícolas familiares.

Em relação à produção de fibras, o cultivo e os estudos sobre o bambu iniciaram em 1991 por iniciativa de uma família de agricultores precursora que atuou na constituição da Crediseara. O apoio da cooperativa a essa atividade começou em 2010 e, em 2015, resultou na organização de um grupo informal, do qual dirigentes, colaboradores, técnicos e demais agricultores par-

ticiparam. A partir de 2017, o grupo de agricultores que cultiva bambu passou a se chamar “BambuSol”, período em que iniciou um planejamento anual de ações e estratégias, o que contribuiu para a qualificação e o avanço do sistema produtivo. A partir do planejamento, o plantio de bambu expandiu-se significativamente em Seara. O BambuSol atua de forma coletiva, e cada membro contribui para a realização de tarefas de produção de mudas, plantio, manejo, colheita, tratamento e a utilização em artesanato, móveis, bioconstrução de casas e construção civil (Figura 04). Desde 2020, o BambuSol passou a chamar-se oficialmente “Unidade Regional Oeste da Bambu SC” e tem cerca de 17 membros, sendo alguns do município de Chapecó. Atualmente, em Seara, existem mais de 20 variedades sendo cultivadas, das quais mais da metade pode ser usada para diversos fins (TECCHIO *et al.*, 2022).

Figura 04: Estrutura de bambu na sede da Crediseara



Fonte: Acervo da Crediseara.

Fruto das discussões com os associados e da troca de experiências com outras cooperativas de crédito, instituições públicas de assistência técnica e organizações não governamentais, a Crediseara implementou projetos de energia renovável e/ou tecnologias sociais, com destaque para o silo secador de grãos, sistema de aquecimento solar de água, biodigestor, cisterna, bioconstrução, além de outros relacionados ao uso sustentável de bens comuns, como os projetos que apoiam a preservação de nascentes de água. Para os associados, além da sustentabilidade ambiental, essas tecnologias implicam maior

economia e autonomia. Por exemplo, as famílias que possuem silo secador podem armazenar o milho nas unidades de produção para utilizá-lo quando necessário ou vendê-lo quando o preço for mais conveniente.

No que tange à agregação de valor, entre as ações da Crediseara consta o apoio à estruturação de circuitos curtos de comercialização e a 44 agroindústrias familiares – que se beneficiaram direta ou indiretamente –, das quais duas são certificadas pela Rede Ecovida de Agroecologia. Essas agroindústrias são favorecidas por estar estrategicamente situadas entre Concórdia e Chapécó, dois importantes polos que possuem, respectivamente, 75 e 224 mil habitantes, favorecendo esse tipo de comércio. Ademais, a Crediseara presta assessoria técnica a famílias e a cooperativas que comercializam na Casa Colonial de Seara e na feira que ocorre semanalmente. A cooperativa apoia a organização e presta assistência técnica, em parceria com a Epagri, às mais de 60 famílias envolvidas na feira regional da agricultura familiar.

A correlação da governança territorial com a CBST

O papel inovador que a Crediseara assumiu no território onde atua confirma que as organizações cooperativas financeiras, além de oferecer produtos e prestar serviços bancários, reúnem condições materiais para promover o desenvolvimento territorial sustentável. As práticas e habilidades geradas desde a sua constituição indicam que a cooperativa conseguiu manter coerência e proximidade com os princípios e valores cooperativos, respeitando os interesses de sua base social. Sua trajetória também comprova que, para obter viabilidade econômico-financeira, uma cooperativa precisa construir estratégias próprias de gestão, evitando a prática recorrente de isomorfismo institucional com o mundo empresarial ao adotar uma visão utilitarista da ação coletiva, pela qual o sucesso de uma cooperativa é medido somente por seus resultados financeiros e mercantis. No caso da Crediseara, a sua trajetória de sucesso passa por retornos sociais, ambientais e econômicos que ela está gerando para o quadro social e para o território onde atua.

Estudos empíricos em andamento, que adotam o enfoque teórico-metodológico da cesta de bens e serviços territoriais, realizada nas regiões do extremo oeste e serra de Santa Catarina, indicam que ações de governança territorial são realizadas, em sua maioria, por iniciativa de atores públicos, com destaque para as associações e consórcios públicos de municípios e da Epagri (TECCHIO *et al.*, 2021; SOUZA *et al.*, 2020). No território de atuação da Crediseara, são organizações da sociedade civil, em sua maioria ligadas à agricultura familiar, que desempenham esse tipo de protagonismo, não sem estabelecer parcerias ou negociações com os poderes públicos e outras forças políticas e sociais.

A sociedade civil exerce um importante papel na governança territorial nesse espaço, derivada de suas ações que demonstram a sua capacidade de se (re)organizar territorialmente para discutir assuntos distintos em conjunto. Apesar das limitações que o Fórum ainda encontra, sem a sua presença provavelmente a discussão sobre a agricultura familiar, agricultura orgânica e demais temas não seria difundida pelos representantes públicos. Apesar de apresentar fragilidades, o Fórum cria um espaço para a constituição de uma CBST, articulando ações entre as distintas categorias de atores locais (públicos, privados e associativos). Além disso, mobiliza diferentes mecanismos e estruturas para valorizar o material e o simbólico dos produtos e serviços de qualidade da agricultura familiar.

A construção de um sistema de governança territorial compartilhado entre essas três categorias de atores, que exercem funções distintas, mas interativas e complementares, representa o desafio central para fortalecer o desenvolvimento territorial sustentável preconizado pelo enfoque da CBST. Os atores públicos têm como função básica disponibilizar o acesso a bens e serviços públicos, como equipamentos, infraestrutura e serviços, por meio das suas bases descentralizadas. Os atores associativos são representados por cooperativas e associações de agricultores, agentes do turismo rural e demais categorias de empreendedores territoriais. Já os atores privados são os produtores de bens e prestadores de serviços diferenciados, que exercem suas funções econômicas dentro de cada território (CAMPAGNE; PECQUEUR, 2014).

O Fórum das Entidades da Agricultura Familiar concebido pela Crediseara corrobora, portanto, essa constatação, não sem demonstrar que a governança territorial, concebida aqui como um componente do enfoque da CBST, a exemplo do próprio conceito de território, é o resultado de uma construção social que se conforma e se reestrutura constantemente ao longo do tempo. Os atores sociais, sejam eles públicos, privados ou associativos, aprendem a fazer governança a partir de iniciativas práticas que empreendem.

A experiência de governança territorial analisada neste capítulo aproxima-se do modelo preconizado pelas formulações normativas do desenvolvimento territorial e, em particular, da CBST. Um de seus aspectos frágeis reside no fato de que a maior parte das ações e negociações políticas com os agentes públicos ocorre segundo interesse dos atores sociais do município de Seara. Não obstante, a recém-criada Feira Regional da Agricultura Familiar pode ampliar a atuação do Fórum para os municípios do entorno.

Trata-se, portanto, de uma iniciativa que reúne as condições para a construção de um sistema de governança policêntrico com a adoção de formas de regulação que abarcam o social, o cultural e o econômico. A governança terri-

torial agrega, ao mesmo tempo, um sistema de gestão de atores sociais e de recursos. O desafio consiste em passar da gestão de políticas públicas para a ação pública, que, por sua vez, assume formas diversas em cada território.

Referências

- BÚRIGO, F. L. *Cooperativa de crédito rural: agente de desenvolvimento local ou banco comercial de pequeno porte?* Chapecó: Argos, 2007. 135 p.
- BÚRIGO, F. L.; ROVER, O.; FERREIRA, R. G. (org.). *Cooperação e desenvolvimento rural: olhares sul-americanos*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2021.
- CAMPAGNE; P.; PECQUEUR, B. Le développement territorial: Une réponse émergente à la mondialisation. *Éditions Charles Léopold Mayer*, 2014.
- CAZELLA, A. A.; MEDEIROS, M.; DESCONSI, C.; SCHNEIDER, S.; PAULA, L. G. N. O enfoque da cesta de bens e serviços territoriais: seus fundamentos teóricos e aplicação no Brasil. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, Taubaté, SP, v. 16, n. 3, p. 193-206, 2020.
- CRESOLCREDISEARA. Cresol-Crediseara: uma experiência de crédito com desenvolvimento e articulação local. In: MAGRI, C. L.; RISSON, C.; FLACH, A. A. B.; JUNIOR, E. G. *Cooperativismo de crédito solidário: reflexões e boas práticas*. Passo Fundo: IFIBE, 2010. 325p.
- CRESOLCREDISEARA. *Censo Agropecuário 2017*. Rio de Janeiro, 2007.
- PECQUEUR, B. Qualité et développement territorial: l'hypothèse du panier de biens et de services territorialisés. *Economie Rurale*, 261, 2001.
- MOLLARD, A. Qualité et développement territorial: une grille d'analyse théorique à partir de la rente. *Économie Rurale*, v. 263, n. 261, p. 16-34, 2001.
- SOUZA, L. M.; TECCHIO, A.; CAZELLA A. A.; TURNES V. A. A marca territorial Sabor Serrano: interfaces entre agroindústrias familiares e desenvolvimento territorial. *58º Congresso da Sober*, Brasília, 2020.
- TECCHIO, A.; ZONTA, A. L.; BELINCANTA, A.; GIARETTA, E.; GIOMBELLI, G.; MAGRI, V. Sistema produtivo de queijos artesanais de leite cru em Seara, Santa Catarina: uma tradição secular. Apresentado no *VIII Workshop Catarinense de Indicação Geográfica*, Florianópolis, p. 285-289, 2019.
- TECCHIO, A.; CAPELLESSO, A. J.; DORIGON, C.; CAZELLA, A. A. Desenvolvimento Territorial no Extremo Oeste de Santa Catarina: a Abordagem da Cesta de Bens e Serviços Territoriais. *Revista Política e Planejamento Regional*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 1-20, 2021.
- TECCHIO, A.; CANOSSA, V.; GIOMBELLI, G.; MAGRI, V.; GIARETTA, E. Produção Agroecológica de Bambu em Seara, SC: Histórico e Organização Social. In: SILVA, C. A. et al. (org.). *Jornada de Agroecologia: políticas, ações e movimentos*. Florianópolis: Estúdio Sempredo, 2022. p. 173-186.



Aponte a câmera do seu celular no QR Code e ouça o audiolivro do texto

Os quadrinhos como ferramenta de comunicação e educação: o caso Sicoobito nas escolas!

Blásio Spaniol

Introdução

O gibi Sicoobito é um projeto de educação cooperativista que visa construir uma cultura de cooperação na comunidade por meio do ambiente escolar, cumprindo o 5º e o 7º princípios cooperativos. A história em quadrinhos é distribuída gratuitamente em 365 escolas dos municípios em que a cooperativa atua. A cada edição há um tema novo, uma história das aventuras do protagonista Sicoobito com o objetivo no aprendizado, abordando temas contemporâneos que possam dar suporte aos educadores para desenvolver atividades transversais e trabalhar valores e propósitos com os alunos. A cooperativa consegue uma grande visibilidade institucional com a distribuição do gibi Sicoobito, uma forma de comunicação direta com as escolas, alunos e suas famílias respectivamente.

SICOOB São Miguel: uma instituição financeira cooperativa

O Sicoob São Miguel foi fundado a partir da bravura de 34 agricultores em 25 de julho de 1989 na cidade de São Miguel do Oeste – Santa Catarina, na época denominado como Cooperativa de Crédito Rural São Miguel do Oeste.

As cooperativas nascem da dificuldade e visam promover a inclusão financeira e a democratização do crédito. Com esse propósito também nasceu o Sicoob São Miguel, para que os associados pudessem ter acesso ao crédito rural, muito restrito na época, mas fundamental para o desenvolvimento da agricultura.

Como muitas ideias empreendedoras, no início, o maior desafio era difundir o modelo cooperativo, conquistar a confiança de associados e comunidade, e a grande meta era atender os associados com uma pequena estrutura física e de pessoal. O Sicoob São Miguel foi se consolidando aos poucos, dando respostas aos anseios de associados e comunidade.

Em 2007, a cooperativa passou a ser de Livre Admissão de Associados, podendo assim atender todas as pessoas e organizações da sociedade, fato que gerou grande impulso nos negócios.

De olho no futuro, o Sicoob iniciou em 2015 o projeto de expansão para Joinville, inaugurando no dia 25 de fevereiro a agência João Colin, a primeira agência na cidade. 2016 foi também um ano marcante, que demonstrou a força e a estabilidade do Sicoob São Miguel, quando a cooperativa incorporou as cooperativas Indacredi, de Indaial, e Coopercred, de Joinville.

Em 2017, a cooperativa atingiu a marca de R\$ 1 bilhão em ativos administrados. Já em 2018, dando continuidade ao projeto de expansão, o Sicoob São Miguel inaugurou sua primeira agência no Rio Grande do Sul. Atualmente, a cooperativa atua nos três estados do sul do Brasil: Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul.

Sicoobito nas escolas – Apresentação

O gibi Sicoobito é uma ferramenta de comunicação, educação, formação, informação e interação para as escolas que integram a área de atuação do Sicoob São Miguel. Revista de cunho socioeducativo, criada pelo Sicoob São Miguel para tratar a cultura da cooperação com temas contemporâneos que tratam de valores e propósitos, material bem recebido pelos educadores que usam amplamente esse conteúdo para o estudo e o debate com os alunos em sala de aula. É um meio de comunicação que o Sicoob São Miguel criou para atingir um novo público: educadores e alunos – crianças e adolescentes da faixa etária de 06 a 13 anos.

Através da revista o Sicoob São Miguel em si permeia a comunidade escolar, interagindo com educadores, alunos e suas famílias diretamente. O Sicoob São Miguel tem muito clara em sua plataforma de comunicação e ações de responsabilidade a importância dessa revista. É um investimento direto na comunidade para crianças e adolescentes com o propósito de desenvolver a cultura da cooperação, permitir a percepção de valores que dão base a uma boa educação e desenvolvimento do ser humano para o bom convívio na sociedade.

Histórias em quadrinhos: a sua história

Podemos dizer que o interesse em contar histórias está ligado à natureza do ser humano, pois desde os primórdios o homem fez uso de narrativas para transmitir suas ideias, fazer dramatização em relações sociais ou extravasar fantasias. Portanto, falar de histórias em quadrinhos é voltar ao passado.

Dados históricos mostram que desde a idade da pedra existem vestígios de contadores de histórias de maneira a ilustrar o que falavam, fazendo uso de sons, gestos e inicialmente de imagens (EISNER, 2005).

Sobre esses primeiros contadores de histórias Eisner (2005, p. 12), comenta: “[...] provavelmente, usaram imagens grosseiras apoiadas por gestos e sons vocais que, mais tarde, evoluíram até se transformar na linguagem”.

As imagens inicialmente usadas eram consideradas uma forma de comunicação de nossos antepassados, os quais realizavam escritas em formas de desenho nas paredes de cavernas. Para Eisner (2005, p. 13), “História é a narração de uma sequência de eventos deliberadamente arranjados para serem contados”.

[...] as histórias em quadrinhos vão ao encontro das necessidades do ser humano na medida em que utilizam fartamente um elemento de comunicação que esteve presente [...]: a imagem gráfica. O homem primitivo [...] transformou a parede das cavernas em um grande mural, em que registrava elementos da comunicação para seus contemporâneos: o relato de uma caçada bem-sucedida [...] O advento do alfabeto fonético fez com que a imagem passasse a ter menor importância como elo de comunicação entre os homens [...] (VERGUEIRO, 2009, p. 8-9).

Conforme nos mostra Eisner (2005), a representação por imagens está relacionada com a necessidade de o homem narrar a sua história, relacionada com a transmissão do conhecimento de geração em geração, de forma a ensinar comportamentos variados na comunidade, assim como discutir valores e moral, satisfazendo também as curiosidades; ao longo da História assumiu outras características.

Segundo Eisner (2005, p. 31), as narrativas gráficas significam:

[...] o escritor e o artista preservam sua soberania porque a história vem do texto e é embelezada pela arte. O ritmo vagaroso desse tipo de narrativa gráfica dá ao leitor mais tempo para observar melhor a arte. O artista pode usar tinta a óleo, aquarela, xilogravura ou fotografia manipulada à vontade. Às vezes, a habilidade exigida por essas técnicas é tão grande, que a arte pode sobrepor à história. No mercado editorial, entretanto, isso contribui para a criação de um conjunto muito atraente de acordo com o conceito tradicional de ‘livro’.

As narrativas gráficas, conforme Eisner (2005, p. 40), também são importantes para contar a história de trecho da vida:

Uma história de um pedaço-da-vida geralmente extrai um segmento interessante de uma experiência humana e o examina. O narrador seleciona um evento de interesse que pode ser contado sozinho. O escritor conta com uma experiência de vida ou a imaginação do leitor para dar impacto à história. A apreciação do leitor depende da maneira como ela é contada. Ela requer

que o artista crie uma representação possível. Como os personagens estão lidando com emoções internas, posturas sutis e gestos devem ser baseados em fatos reais, que possam ser prontamente reconhecidos. [...]

“Com o passar dos séculos, a tecnologia propiciou o surgimento do papel, das máquinas de impressão, armazenamento eletrônico e aparelhos de transmissão” (EISNER, 2005, p. 12).

Afirma Eisner (2005) que a década de 1970 foi considerada a época em que as histórias em quadrinhos ganharam destaque, atraindo interesses de vários editores, escritores e artistas dos quadrinhos, diante dos avanços oferecidos pela tecnologia para realizar as impressões e as reproduções.

A evolução da indústria tipográfica e o surgimento de grandes cadeias jornalísticas, fundamentadas em uma sólida tradição iconográfica, criaram as condições necessárias para o aparecimento das histórias em quadrinhos como meio de comunicação de massa. [...] seu florescimento localizou-se nos Estados Unidos do final do século XIX, quando todos os elementos tecnológicos e sociais encontravam-se devidamente consolidados [...] (VERGUEIRO, 2009, p. 10).

Contando a história da revista Sicoobito

Um projeto de pesquisa propôs a investigação em relação a ferramentas de comunicação e educação através da análise de criação, produção, circulação e leitura, proporcionadas pelo gibi Sicoobito. O gibi é produzido pela equipe de comunicação do Sicoob São Miguel com o propósito de alcançar o público infantil. Sendo uma cooperativa, o Sicoob São Miguel entende que dessa forma cumpre os compromissos com os princípios cooperativos: “formação, educação, informação e interesse pela comunidade”. Oferecer uma ferramenta comunicacional para educar para a cooperação, cultura tão necessária e importante para o desenvolvimento da comunidade.

Os quadrinhos como forma de comunicação são uma atração para a leitura, o debate, o estudo por facilitar a compreensão de assuntos de interesse tanto da cooperativa como das escolas. Na época em que foi pensado, o projeto investigou tal possibilidade junto a diversas escolas, ouvindo a opinião de professores, coordenadores de ensino e gestores. Seguros de que esse seria um material interessante, o projeto foi levado ao colegiado executivo do Sicoob, que entendeu que ali estaria uma grande ferramenta e oportunidade de interação com crianças, adolescentes e educadores.

Com o gibi Sicoobito o Sicoob pretendia disseminar a cultura da cooperação nas escolas com o debate sobre temas inerentes às necessidades da própria escola. A parceria que surgiu a partir daí com escolas, secretarias municipais

pais, entidades e autarquias oportunizou novos projetos de responsabilidade social e relações da cooperativa na comunidade.

O Sicoob São Miguel tem bem claro que precisa investir em ações para consolidar sua perenização. Os negócios, os serviços e resultados já estão consolidados, segundo os dirigentes da cooperativa, mas é necessário pensar e criar projetos para perpetuar a cooperativa, e para isso o gibi Sicoobito é visto como uma grande ferramenta.

O Sicoob São Miguel entende que dessa forma se comunica com o grande público, crianças, adolescentes, professores diretamente, os pais e familiares indiretamente, pois os alunos levam a revista para sua casa. Como um veículo o gibi atinge um universo muito grande de pessoas da comunidade, proporcionando visibilidade da marca Sicoob e credibilidade através do investimento em responsabilidade social diferenciada.

Esse processo, a produção, o contato, a distribuição do material, é uma oportunidade para ouvir a opinião de educadores, educandos, dirigentes de instituições, autoridades dos municípios, os pais e outros cidadãos. Conhecer a opinião pública para a cooperativa tem grande importância. A cooperativa verifica se as escolas usaram o material, se promoveram o debate ou alguma forma de estudo das temáticas abordadas na revista.

O objetivo do Sicoob São Miguel é abordar a educação cooperativista apresentando temas que vêm ao encontro das necessidades das escolas. Educar para a cooperação é um dos princípios do cooperativismo, e as crianças e os adolescentes são um ótimo público para tratar os temas.

Ouvir alunos, professores e gestores para obter *feedback* sobre a importância e o resultado da ferramenta. A cooperativa entende que, além de ser uma oportunidade para negócios, também é importante para conhecer a repercussão do projeto, seu alcance, seus efeitos.

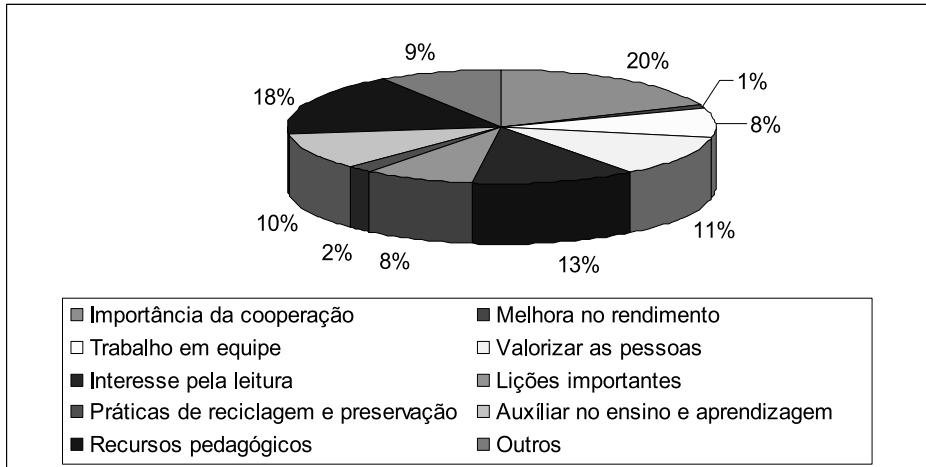
Pesquisa

Este capítulo discute os dados obtidos na pesquisa de campo realizada nas escolas localizadas nos municípios da área de atuação do Sicoob São Miguel, referente ao ano de 2012, entrevistando gestores, educadores, alunos e também secretários municipais de educação para saber suas opiniões e a repercussão do trabalho proposto pela revista Sicoobito. A grande surpresa foi que, ao recolher os questionários, de 600 unidades distribuídas retornaram mais de mil. As escolas fizeram cópias do formulário, pois mais pessoas queriam contribuir para o trabalho; foi um ponto muito grande de satisfação com o projeto na época.

a) Entrevistas com gestores, educadores, secretários municipais

Diante do estudo realizado, os gráficos abaixo mostram as opiniões dos gestores, educadores e secretários municipais a respeito da contribuição da história em quadrinhos Sicoobito para a educação.

Gráfico 1: Contribuição da história em quadrinhos Sicoobito para a prática educativa



Fonte: O autor (2012).

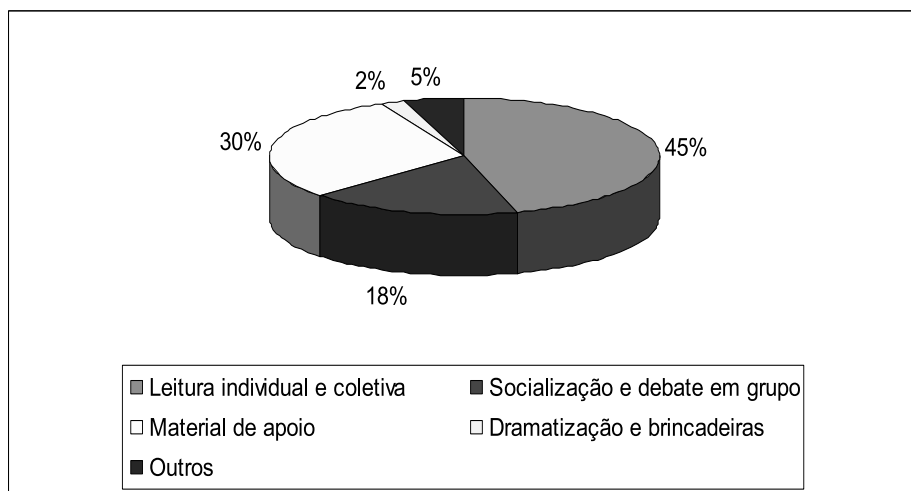
No estudo realizado, o Gráfico 1 mostra a contribuição da história em quadrinhos Sicoobito na prática educativa, em que a maioria dos entrevistados com 20% mostrou que a história contribuiu mostrando a importância da cooperação, considerando que o Sicoobito tem uma importância como leitura consciente e construtiva diante do tema focado.

Em seguida, os entrevistados marcaram como contribuição para a prática educativa, fazendo uso dos quadrinhos Sicoobito como um recurso pedagógico, totalizando 18%, comentando que pode ser considerada um recurso na educação, pois traz assuntos sociais, abordados de maneira simples e de fácil interpretação, colaborando também para o interesse na leitura, representado por 13% dos entrevistados.

Dos entrevistados, 11% consideram que o gibi Sicoobito mostra a valorização das pessoas, 10% consideram-no importante como auxílio no ensino-aprendizagem dos educandos, através de lições importantes com 8% presente no cotidiano e mostra sobre a realização do trabalho em equipe, também com 8% da opinião dos entrevistados.

Alguns dos entrevistados mencionaram que a prática da reciclagem e preservação do meio ambiente abordada na história em quadrinhos do Sicoobito também contribui para a prática educativa. Totalizando, 2% e 9% dos entrevistados citaram diversas outras contribuições.

Gráfico 2: Formas de utilizar o material Sicoobito



Fonte: O autor (2012).

No estudo realizado, o Gráfico 2 mostra a opinião dos educadores a respeito da forma como esses utilizam a história em quadrinhos Sicoobito em sala de aula como um recurso pedagógico.

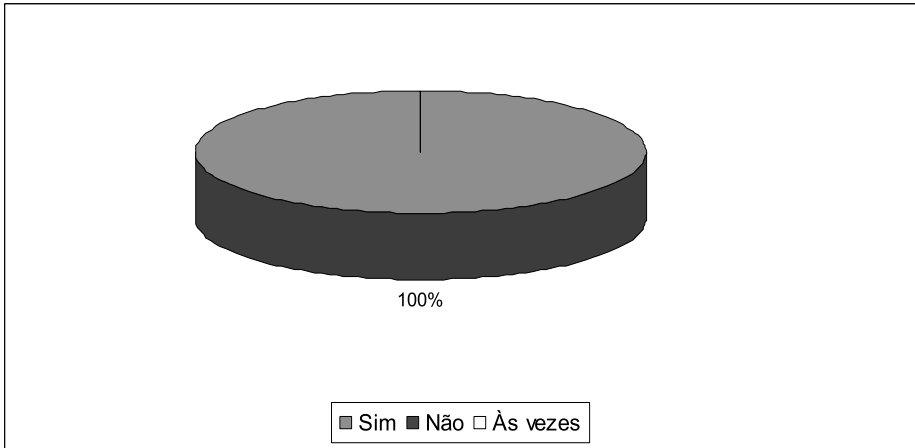
No resultado obtido com a entrevista realizada com os professores das escolas consultadas referente à forma como aplicavam a história em quadrinhos do Sicoobito em sala de aula, 45% dos professores fazem uso do Sicoobito através de leituras individual ou coletiva, outros 30% fazem uso como material de apoio diverso, por exemplo: na interpretação textual, gênero textual, pontuação e outras.

Dos entrevistados, 18% fazem uso como forma de socialização e debates em grupo, uma maneira de interpretação e comparar com a realidade vivenciada por cada aluno. Alguns professores, 2%, utilizam a história na prática onde os alunos dramatizam e vivem a história em sala de aula ou na realização de brincadeiras.

Apenas 5% dos professores entrevistados responderam outras formas; exemplos: aulas expositivas a respeito da cooperação e valorização da família,

atividades diversas, análise das atitudes positivas e negativas da história, entre outras.

Gráfico 3: Relevância da história em quadrinhos na formação dos alunos



Fonte: O autor (2012).

O Gráfico 3 mostra a opinião dos gestores, educadores e secretários municipais a respeito da importância dos temas abordados na história em quadrinhos do Sicoobito e se esses são relevantes para a formação dos educandos.

Todos os entrevistados concordaram com a importância da história em quadrinhos do Sicoobito na formação dos educandos, explicando que os temas abordados nas histórias são importantes, sendo expostos de maneira fácil e com uma linguagem acessível aos alunos, atendendo as necessidades dos educandos e dos educadores. Outros enfatizaram que a história colabora com a construção do conhecimento, bem como é aliada na construção dos valores voltados ao exercício da cidadania, fazendo com que todos reflitam suas atitudes e como podemos cooperar uns com os outros, deixando de lado o individualismo.

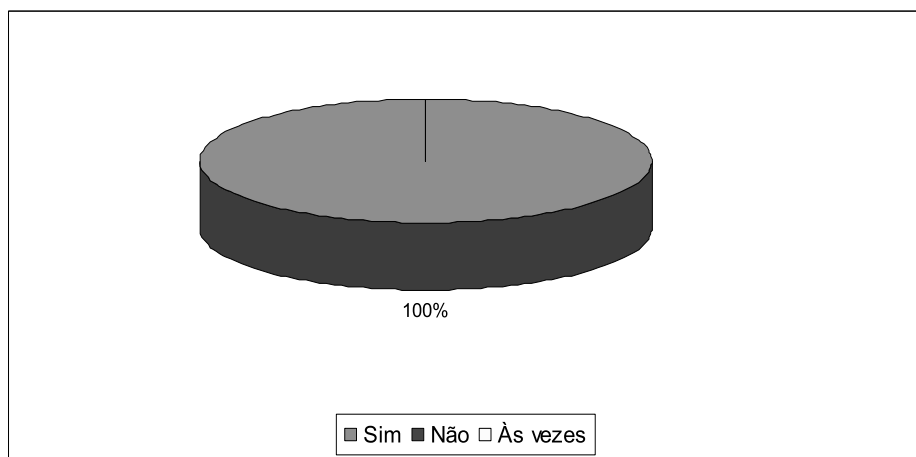
A opinião de uma entrevistada, professora de 3ª e 4ª séries, mostra que “no atual contexto da sociedade individualista e competitiva, os temas abordados no Sicoobito auxiliam os educandos a perceber que a cooperação é a melhor opção para que haja menos desigualdades e mais união entre as pessoas”.

Portanto, as histórias em quadrinhos abordadas no Sicoobito são importantes, colaborando para a formação da personalidade dos educandos, com-

plementando os assuntos estudados e auxiliando no ensino e aprendizagem na questão dos valores e cooperação ao invés da competitividade. Valores esses indispensáveis na vida de qualquer pessoa e que muitas vezes são esquecidos.

O Sicoobito está trazendo de volta o resgate da família, a qual está sendo perdida em nossa sociedade perante as novas tecnologias que surgem a cada dia e a correria da vida cotidiana, bem como contribui para ensinar os alunos sobre a sustentabilidade do planeta.

Gráfico 4: Revista Sicoobito como ferramenta de comunicação e educação



Fonte: O autor (2012).

No Gráfico 4, os gestores, educadores e secretários municipais mostraram a sua opinião sobre a revista em quadrinhos Sicoobito ser uma ferramenta de comunicação e educação.

Os entrevistados gestores, educadores e secretários municipais que fizeram parte do estudo concordaram que a revista Sicoobito pode ser considerada uma ferramenta de comunicação e educação, pois faz diante de suas imagens um convite para a leitura, colocando o educando a viver a história, e o educador pode fazer uso das mensagens trazidas pela história para abordar fatos do dia a dia dos educandos e sua família.

A revista Sicoobito aborda informações importantes em forma de histórias, atraindo assim a atenção dos alunos, oportunizando que os mesmos leiam, critiquem e discutam o tema, expondo suas ideias sobre valores, educação, respeito e cooperação, e principalmente trabalha com a cidadania, ajudando os educandos a participar da vida em família e na comunidade.

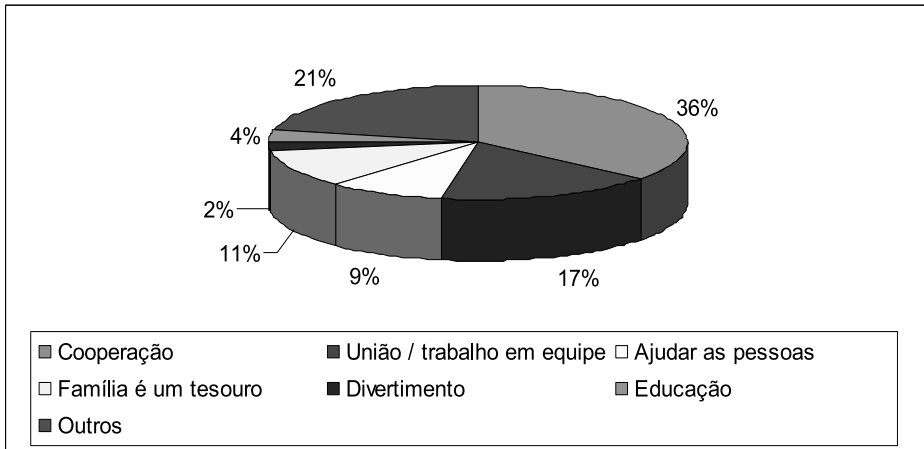
Na opinião de uma professora, “[...] é um material bem elaborado para atrair a curiosidade das nossas crianças e adolescentes com uma linguagem acessível, além do humor existente. Para os professores, um complemento para as aulas”.

Uma outra professora de 3ª e 4ª séries afirmou: “Precisamos de todas as ferramentas possíveis para que as crianças se tornem adultos responsáveis, sensíveis, participativos e focados na cooperação”.

b) Entrevistas com os educandos

No estudo realizado com os educandos e suas famílias, os dados obtidos podem ser observados nos gráficos abaixo.

Gráfico 5: Lições trazidas pela revista Sicoobito para a escola



Fonte: O autor (2012).

Diante do estudo realizado, constatou-se no Gráfico 5 a opinião dos educandos e de seus pais a respeito das lições trazidas pela revista de histórias em quadrinhos Sicoobito para a escola.

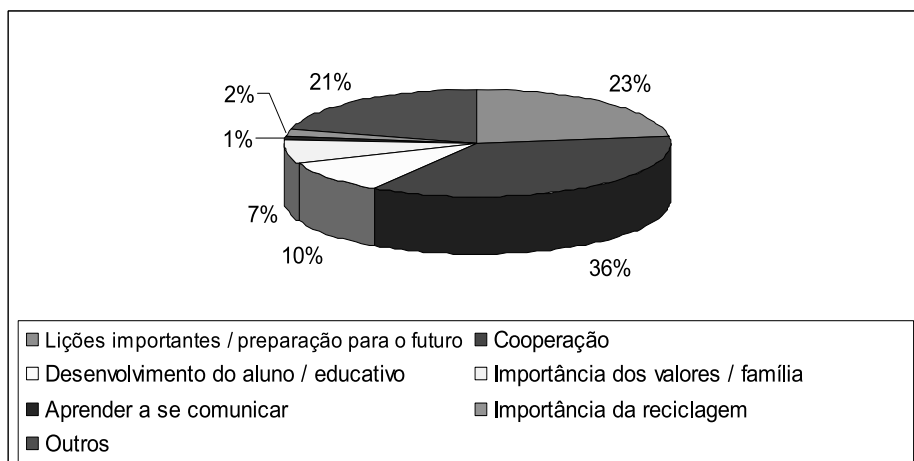
Nos dados obtidos, 36% citaram que a lição que a história em quadrinhos Sicoobito trouxe para a sua escola foi a cooperação, considerando que sem cooperar não chegamos a lugar nenhum, seguida por 17% pela união e trabalho em equipe, tornando tudo mais fácil e possível.

Com 11%, os educandos mencionaram que o livro do Sicoobito trouxe a importância da família, considerando-a o único tesouro que temos em nossas vidas. Seguido por 9%, a lição de ajudar sempre as pessoas e para 4% pro-

porciona uma melhor educação, quando utilizados recursos pedagógicos diferentes. A revista trouxe para nossa escola muito divertimento através da leitura, representado por 2% das pesquisas.

Outros 21% dos educandos mencionaram outras lições valiosas, exemplo: não ser egoístas, ter respeito, aceitar as pessoas como são, união e amizade, preservação e reciclagem.

Gráfico 6: Sicoobito como ferramenta para formação do aluno e comunicação



Fonte: O autor (2012).

Todos os pais e educandos que responderam essa questão consideraram que a revista Sicoobito é uma ferramenta que colabora para a formação do aluno e sua comunicação.

Em suas argumentações, os pais e alunos com 36% enfatizaram que a revista como ferramenta ensina a cooperação, seguida de 23% de lições importantes e uma preparação para o futuro.

Como ferramenta, a revista também auxilia no desenvolvimento do aluno, pois é um material didático considerado educativo, representado por 10%; com 7% mostra a importância dos valores e da família, valores muitas vezes esquecidos.

Outros pais e educandos consideram a revista uma ferramenta importante, ensinando que a sustentabilidade é necessária. A revista mostra sobre a reciclagem, representada por 2%. Com 1%, pais e educandos consideraram a revista Sicoobito importante como forma de aprender a se comunicar e a se expressar.

Alguns entrevistados, ou 21%, enfatizam que a revista Sicoobito como ferramenta proporcionou formas de se relacionar com os colegas e com seus familiares, trazendo a felicidade e a união.

Considerações finais

O propósito deste estudo foi investigar a repercussão e a importância do projeto do gibi Sicoobito. Os seus reflexos, resultados, que educadores e alunos possam usar a ferramenta para desenvolver reflexões, debates, o desenvolvimento e o interesse pelo cooperativismo.

Como ferramenta de marketing perceber sua repercussão na opinião pública. O investimento em educação com a pretensão de preparar as crianças, os adolescentes e os jovens para o futuro da cooperativa. Quando esses chegarem ao mercado de trabalho, economicamente ativos, podendo ser associados, já conhecendo o modelo, com conhecimentos sobre cooperativismo, ficando mais fácil sua inserção no sistema.

O gibi, com o propósito socioeducativo, foi recebido e visto como instrumento de comunicação com repercussão no marketing; percebe-se sim que está completo o seu papel. A cooperativa tem um cuidado especial em preservar sua imagem e construir boa credibilidade na comunidade, especialmente junto a seus associados. Durante a minha formação, aperfeiçoamento e pesquisa, o objetivo foi buscar a visualização e seu alcance na comunidade. Ouvindo crianças, professores, gestores da educação, reunindo assim vasto material para mensurar seu alcance e efeito.

O contato com as escolas traz muitas angústias. Ao ouvirmos professores e alunos nas escolas, percebemos grandes dificuldades no que diz respeito à educação. O segmento sente-se desprestigiado, relata problemas na estrutura dos ambientes escolares, remuneração baixa, escassos recursos humanos para atender as necessidades, alunos problemáticos, currículos engessados; talvez sejam esses os principais problemas apontados por gestores e educadores. Nossa angústia está em oferecer algo em que a escola se possa amparar para trabalhar valores para uma sociedade saudável. Entendemos que é uma construção gradativa e que, a cada visita, em cada fala com educandos, educadores e gestores, as percepções se ampliem na busca por elementos que ofereçam esse amparo que o setor precisa.

É propósito da assessoria de comunicação ouvir gestores, educadores, educandos, e em reuniões com associados, tradicionais no cotidiano, o assunto é abordado. Dessa forma, consegue-se apurar com maior sensibilidade questões realmente relevantes para tratar dessa ferramenta de comunicação.

Podemos afirmar com certeza que, ao concluirmos a pesquisa, depois de ouvirmos tantos educandos, gestores e educadores, depois de sermos reconhecidos nacionalmente e premiados no 9º Congresso Brasileiro de Cooperativismo de Crédito, prêmio Concred Verde, Nova Petrópolis-RS 2012, na categoria socioeducativo, o 2º lugar, temos uma ferramenta de comunicação com grande repercussão no marketing: o gibi Sicoobito.

Após a consulta bibliográfica dos autores citados, estamos convictos de que o gibi Sicoobito é uma ferramenta de comunicação com alcance extraordinário em municípios de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul. Diretamente nas escolas é lido por mais de 150.000 alunos, e a revista chega às famílias desses educandos, e com certeza muitos familiares também acabam lendo. Portanto o Sicoob São Miguel criou e mantém a comunicação com um público jovem, novo para a cooperativa, uma aposta em sua perenidade.

Ainda nas visitas às escolas, recolhemos sugestões sobre o próximo trabalho a ser desenvolvido, percepções para ampliar nossa proposta educativa e comunicacional com o público-alvo desse projeto. A especialização em gestão da comunicação permite que se possa fazer um trabalho cada vez mais profissional, claro na proposta, direto ao alvo, pensando nas questões que o meio enfrenta perante as dificuldades já citadas acima. Renovar, inovar, criar relacionamentos com público ávido pela comunicação direta, de forma inteligente e sutil para tratar temas contemporâneos que angustiam a sociedade.

Estamos felizes com os resultados obtidos, pelo estudo referencial que permite uma ampla análise e discussão de conteúdo educacional e de comunicação. Saber que é possível oferecer meios e ferramentas eficazes de comunicação com propósitos educacionais para esse público jovem.

Referências

- EISNER, Will. Literatura popular e imagens. In: *Revista Superinteressante*, São Paulo, ano 11, n. 9, set. 1989.
- EISNER, Will. *Narrativas gráficas*. São Paulo: Devir, 2005.
- VERGUEIRO, Waldomiro (org.). *Como usar as histórias em quadrinhos em sala de aula*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2009.
- VERGUEIRO, Waldomiro; RAMOS, Paulo (orgs.). *Quadrinhos na educação: da rejeição à prática*. São Paulo: Contexto, 2009.

Relatos de experiência





Aponte a câmera do seu celular no QR Code e ouça o audiolivro do texto

Fecoagro – há 47 anos praticando e estimulando a intercooperação em SC

Ivan Ramos

O surgimento de uma sociedade cooperativa de segundo grau segmentada, em nível estadual, para otimizar negócios conjuntos, reduzir custos e estimular a integração e a intercooperação, foi um fator marcante no cooperativismo de Santa Catarina (SC). Muitas instituições assemelhadas em outros estados tentaram e não tiveram vida longa nessa missão. Não é fácil unir desiguais em tamanho, mesmo tendo os objetivos filosóficos no mesmo rumo. O individualismo e os egos não estão ausentes nem mesmo no cooperativismo. Outras centrais de cooperativas surgiram e prosperaram por estar limitadas em determinada região e com objetivos empresariais específicos, como foi o caso da Aurora Alimentos. Solidificou-se e criou um sistema de integração que estimula a necessidade da união na atividade escolhida e hoje é referência nacional. A Fecoagro, além de ser o braço econômico de um grupo de cooperativas agropecuárias em negócios comuns, tem sido a porta-voz das reivindicações políticas e institucionais do sistema agropecuário e a principal mobilizadora da opinião pública, interna e externamente, na difusão do cooperativismo e do agronegócio catarinenses. Passou por bons e maus momentos econômicos em sua trajetória, mas hoje se consolidou e é reconhecida como grande estimuladora da intercooperação em SC e no Brasil.

Como surgiu a Fecoagro

Nos anos 1970, o cooperativismo catarinense já existia, mas com a tecnologia e gestão da época. Não existia o Sescoop, e a preparação e a formação profissional dos dirigentes e funcionários era realizada precariamente através de órgãos do governo, na época pelo INCRA, pela Secretaria da Agricultura do Estado por meio da COPA – Coordenação de Organização da Produção de Abastecimento e pela EPAGRI, que mantinha uma Diretoria Estadual de Cooperativismo.

Nos idos de 1973, a globalização dos mercados era desconhecida ou inexistente. O sistema de comunicação era precaríssimo, e as informações do comportamento do mercado agropecuário eram obsoletas se compararmos com

os dias atuais. Em SC, apenas a cidade de Blumenau dispunha de DDD-Disagem Direta a Distância. Nem a capital do Estado dispunha desse serviço de comunicação. As cooperativas agropecuárias atuavam individualmente. Grandes, médias e pequenas nos padrões de SC, embora tendo os mesmos objetivos nas atividades dos agricultores, entregavam resultados diferentes a seus associados, pois os negócios não tinham padrão nem qualidade, tampouco de preços dos produtos. Cooperativas vizinhas, e às vezes atuando na mesma área, degladiavam-se no mercado, concorrendo entre si, e acabavam criando problemas ao apresentar resultados da comercialização, especialmente de soja – na época a produção era pequena e com poucos resultados econômicos –, a seus cooperados. Nos anos de 1973/1974, as exportações de soja eram controladas pelo governo federal. Para exportar precisava ter cotas, que eram liberadas pela então CACEX, uma Diretoria de Comércio Exterior do Banco do Brasil, que ficava no Rio de Janeiro (RJ). Essa exigência fazia de quem quisesse exportar fosse ao RJ reivindicar cotas. Nossas cooperativas com volumes pequenos na época e com intenção de buscar o mercado internacional sofriam por falta de uma coordenação estadual. No meio-oeste, em Videira, existia uma cooperativa central – CEMOESC, que fora constituída para fazer captação de incentivos fiscais que o governo estadual proporcionava para a construção de armazéns e exigia que fosse por uma central e passou a reunir as cooperativas da região para buscar as cotas de exportação e também negociar em conjunto no mercado para aquelas cooperativas: Coopervil, de Videira; Coperio, de Joaçaba; Coopeçador, de Caçador; Coopercampos, de Campos Novos; Cooperzal, de Capinzal; Coopêrdia, de Concórdia; Coopernúcleo, de Curitiba, e Coopernorte, de Mafra.

No oeste catarinense, lideradas pela Cooperalfa, Aury Luiz Bodanese, presidente de então, coordenava informalmente outro grupo de cooperativas da região que necessitassem de cotas para exportação. Assim, em diversas ocasiões, os dois grupos se encontravam no RJ para pedir cotas. Em determinado momento, a própria CACEX recomendou que SC se unisse e fizesse um único pleito, a exemplo do que já acontecia com as cooperativas gaúchas através da Fecotrigo, hoje Fecoagro-RS, e no Paraná através da COOCAP, lideradas pela OCEPAR.

Então surgiu a primeira ideia para a união das cooperativas agropecuárias de SC. Após uma rápida passagem de coordenação informal via Ocesc, em que foi formado o *Birô de Informações de Mercado* em reunião realizada no Cetrevis de Videira entre cooperativas do meio-oeste e do oeste catarinense, foi decidida a criação de uma federação estadual de cooperativas agropecuárias, não apenas para buscar cotas de exportação, mas também para fazer negócios em conjunto e exportar a soja que nessas alturas já ganhava corpo em volume em SC. Um grupo técnico constituído pelas cooperativas foi formado (Ivan Ra-

mos da Coopernorte e CEMOESC; Oscar Zilio da Coperio; Moises Pollak da Cooperalfa e Wanderley Reis, da Coopercentral Oeste). Foram visitar outras entidades similares no RS e no PR (FECOTRIGO e COOCAP) para conhecer o funcionamento daquelas e depois propor uma minuta de estatuto social; então foi decidido oficialmente formar uma federação. Em 25 de julho de 1975, no auditório do Palácio SC em Florianópolis, com a presença de quinze cooperativas, assinaram a ata de fundação da FEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA LTDA – FE-COAGRO, que na ocasião elegeu como primeiro presidente Aury Luiz Bodanese, que era o presidente da Cooperalfa de Chapecó; como vice-presidente, Waldomiro Antonio Panis, presidente da Cooperzal de Capinzal, e Athos de Almeida Lopes, presidente da Coopercampos de Campos Novos, como secretário. O Conselho de Administração ficou constituído assim: Arlindo Cantarelli, da Coopersãomiguel de São Miguel do Oeste; Walter Schuttel, da Coopermondaí; Helvino Heriberto Hoppe, da Cooperpal de Palmitos; Osmar Erhardt da Cravil de Rio do Sul; Bruno Spies, da Cooperita de Itapiranga; e Guido Nehuls, da Cooperal de Abelardo Luz. Para o conselho fiscal foram eleitos: Silvestre Antonio Fantin, da Coopervil de Videira; Arcangelo Miguel Zambiazzi, da Coperio de Joaçaba; Jayme Schultz, da Coopernorte de Mafra; Ricieri Martello, da Cooperdia de Concórdia; Osmar Jacob Massing, da Cooapesc de São Carlos e Oribes Dal Bem, da Cooperal de Abelardo Luz. Na mesma assembleia que elegeu os primeiros dirigentes, também houve uma votação para a escolha da sigla da Federação. Havia duas propostas: uma como FE-COAGRO e outra como FE-COESC. Venceu a FE-COAGRO por 9 votos contra 6.

Glórias e inglórias na trajetória da Fecoagro

A primeira sede da Fecoagro foi no 10º andar do Edifício Dias Velho em Florianópolis. Quatro pessoas foram recrutadas para começar a organização burocrática da Federação: João Francisco de Mattos, cedido pela ACARESC, hoje Epagri; Ivan Ramos, cedido pela Coopernorte; Moises Pollak, cedido pela Cooperalfa; Leda Maria Rosa, cedida pela Secretaria da Agricultura; e Clebi Renato Dias, o primeiro funcionário contratado pela Fecoagro. Em poucos meses, todos os funcionários cedidos, à exceção de João Francisco de Mattos, foram registrados como funcionários celetistas da Fecoagro. A partir daí, a Fecoagro começou a operar no mercado internacional de exportação de soja e juntaram-se às cooperativas fundadoras outras cooperativas catarinenses. Houve um período em que a Fecoagro chegou a ter 32 cooperativas filiadas, pois os negócios em conjunto foram se diversificando nas áreas de compras conjuntas de insumos; vendas de produtos na Cesa; montou um

atacado em São José para a venda dos produtos das cooperativas, inclusive dos frios da Aurora, e outros negócios escolhidos pelas cooperativas. A Fecoagro teve filial em SP na Bolsinha de Cereais do Braz; armazém depósito e filial em Belém do Pará e também uma Unidade de Vendas de Frutas no CEA-GESP em SP para atender as cooperativas da área de frutas. Também montou um escritório de representação em Chapecó, que ficava junto à Cooperalfa, e na época comandado pelo hoje gerente comercial da Cooperalfa, Lourenço Louvável. Com o afastamento da Rede COBAL de Supermercados por definição do Ministério da Agricultura, a Fecoagro passou a ser a coordenadora para a transferência dos supermercados da Cobal do estado para as cooperativas. Onde havia cooperativa no ramo de supermercados, as lojas foram assumidas por elas, e na capital ou onde não existia cooperativa, os mercados foram assumidos pela Fecoagro, tendo sido formada na época a Cadeia Voluntária de Supermercados. Essa atividade econômica projetou o nome da Fecoagro no mercado consumidor nos meios urbanos e, em épocas de crise de abastecimento ou de preços, em parceira de intercooperação com as cooperativas associadas à Fecoagro liderava campanhas de vendas de produtos alimentícios por preços promocionais, tornando-a reguladora de preços também nesse segmento. A Fecoagro era sempre escolhida pelas cooperativas para avaliar outros negócios que interessassem o grupo. Atuou na pesquisa para comprar uma mineradora de calcário, para implantar uma indústria de álcool, até para adquirir uma indústria de beneficiamento de arroz. Nem todos os negócios pesquisados prosperaram.

Área de comunicação

A área de comunicação da Fecoagro já começava a aparecer. Com as dificuldades de informações de mercado devido às precárias comunicações, sob a orientação de Bodanese foi implantado o primeiro programa de rádio estadual voltado ao agricultor cooperativista para informar o mercado agropecuário. Três emissoras de rádio do interior aderiram à ideia de transmitir as informações de mercado que eram feitas por telefone. Rádio Chapecó, Rádio Catarinense de Joaçaba e a então Rádio Colmeia de São Miguel do Oeste (hoje Peperi) foram as pioneiras a transmitir informações diretamente da sede da Fecoagro em Florianópolis. Esse sistema também se expandiu e teve épocas em que a rede formou 12 emissoras, embora na época poucas cidades do interior tivessem emissoras locais, e em inúmeras cidades onde existiam cooperativas haviam dificuldades de comunicação telefônica para receber os flashes. Na sequência, a Fecoagro passou a produzir um programa diário de 30 minutos na Rádio Guarujá, de Florianópolis, com suas ondas médias e curtas cobrindo todo o sul do Brasil. A

comunicação com o produtor rural sempre esteve no DNA da Fecoagro. Iniciou com programas de rádio, depois editou o *Jornal do Agricultor* impresso e nos dias atuais participa das demais mídias ofertadas, como a televisão e a internet.

Componente político também afetou a Fecoagro

Para não negar a história, há que se destacar que a política também afetou a trajetória da Fecoagro. Embora fosse época de restrições às manifestações políticas, somada ao conceito na época de que as cooperativas não poderiam participar de política, mas nunca restringiu que seus líderes participassem, havia uma velada participação de nossas lideranças na política partidária. O primeiro episódio a destacar foi mais administrativo do que político, mas que teve decisão governamental, portanto política. As duas principais lideranças do cooperativismo no estado eram Aury Luiz Bodanese, à época presidente da Cooperalfa e da Fecoagro, e Ivo Vanderlinde, que era presidente da Ocesc e da Cravil de Rio do Sul. Nos bastidores atuavam em partidos diferentes. O governador era Jorge Bornhausen; o secretário da Agricultura, Victor Fontana, e o secretário da Fazenda, Ivan Orestes Bonatto. Nos meios cooperativistas, afirmava-se que representavam o setor agroindustrial, e no conceito da época eram contra as cooperativas. Até então, as cooperativas tinham um incentivo do governo do Estado, chamado Fundesc, que possibilitava que 20 por cento do ICMS recolhido pelas cooperativas pudessem retornar para a construção de armazéns. Esses incentivos eram captados através de uma cooperativa central, que repassava os recursos às cooperativas que construíssem armazéns. Diversos silos e armazéns foram construídos pelo estado com esse incentivo. Destaque-se que o grande criador desse incentivo foi o então secretário da Agricultura de Ivo Silveira e Colombo Salles: Glauco Olinger. O governo de Jorge Bornhausen acabou com os incentivos sob o argumento de que as cooperativas utilizavam os créditos de ICMS dos supermercados para construir armazéns e que o correto seria apenas dos produtos agropecuários. Gerou uma discussão política entre a Fecoagro, cooperativas e o governo, e acabou ficando a fama de que a queda dos incentivos seria por interesse pessoal do secretário da Fazenda na época, detentor de uma rede de supermercados que não tinha esse benefício. Mais tarde, os incentivos voltaram de outra forma, mais abrangentes, o PROCAP, com menos percentual de ICMS e para todas as empresas interessadas em outras atividades e investimentos e não apenas para as cooperativas.

O segundo episódio político foi a primeira candidatura de Ivo Vanderlinde a deputado federal. Aury Bodanese defendia uma linha política diferente de Ivo Vanderlinde por questões partidárias, e isso, mesmo que nos bastidores, motivou uma cisão, repercutindo nas duas entidades: Ocesc e Fecoagro.

Instalou-se uma disputa de liderança nas ações do cooperativismo catarinense, mas com a candidatura de José Zeferino Pedrozo, candidato de Bodanese a deputado estadual, fazendo dobradinha, mesmo que em partidos diferentes, com Ivo Vanderlinde a federal, foram superadas as divergências políticas da época.

Nem tudo foram flores no jardim da Fecoagro

O surgimento da Fecoagro em 1975 foi um marco divisório na intercooperação em SC. Ela foi muito além dos objetivos iniciais de reunir as cooperativas filiadas para buscar cotas e exportar soja. Passou a atuar em diversas áreas, sempre com a estratégia de fazer em conjunto o que não valia a pena as cooperativas fazerem em separado. Na exportação de soja, na comercialização de grãos no mercado interno, na aquisição conjunta de insumos agrícolas, na comercialização de frutas e alho nos grandes mercados consumidores e ao assumir os supermercados da Cobal em Florianópolis, Tubarão e Lages. Sempre desenvolvendo trabalhos de união que buscassem resultados comuns para as cooperativas participantes. A filosofia de Aury Bodanese de fazer bem feito, com segurança e que oportunizasse a participação de todas as cooperativas filiadas, ajudando as menores para que usufruíssem dos benefícios da escala do conjunto, foi seguida pelo menos nos primeiros oito anos da entidade, quando ele foi presidente. Os executivos que geriam os negócios da Fecoagro, sempre ao tomar decisões operacionais importantes, consultavam o presidente Bodanese, já que ele ficava na Cooperalfa em tempo integral. Não só por ser o presidente, mas porque a sua experiência no mercado e seu tino comercial sempre deram certo nas decisões. Como a Fecoagro andava bem e conquistara espaço no mercado e no conceito da opinião pública, na mídia e com as autoridades, começaram a surgir interessados em assumi-la. Quando alguém quer assumir o lugar do outro e depende de eleição, sempre começa evidenciando os eventuais defeitos e falhas dos outros.

E assim também ocorreu na Fecoagro nos anos 1980. Um grupo de novos presidentes das cooperativas que recém haviam assumido as direções começou a achar os defeitos na forma operacional a Fecoagro e defendia que precisava haver renovação em seus gestores. Foi então que surgiu o slogan *está na hora de tirar os medalhões do cooperativismo*. Bodanese, que nunca foi apegado a cargos, até porque sempre foi conduzido a eles por mérito e liderança, resolveu deixar a Federação em 1982, abrindo espaço para quem tivesse pretensão de renovar. Junto com Bodanese saíram os principais assessores e seus seguidores, sem trauma nem problemas financeiros na entidade. Os novos dirigentes elegeram outros, à época como presidente Luiz Carlos Chiocca, que presidia a Coopercampos de Campos Novos e tinha assumido no lugar de Athos de

Almeida Lopes. Os defensores das mudanças estimularam a nova direção a mudar a política de atuação da Fecoagro. Foi dada autonomia total aos gestores comerciais, que abriram a entidade para comprar e vender a todos os mercados, tornando-se uma cerealista, e não apenas ficar nas relações comerciais com as cooperativas filiadas, objetivo inicial da Federação. Isso foi feito, mas não durou muito. Uma especulação na compra de soja, onde não foi realizada venda casada com a compra, e uma queda de preço no mercado internacional pegou a Fecoagro desprevenida. Por ter segurado o estoque e ter que vender mais tarde com preços menores gerou um prejuízo considerável, tendo sido assumido por algumas das cooperativas associadas. O prejuízo econômico, que durou mais de dois anos para ser equacionado, provocou a decisão de paralisar as atividades da Fecoagro, e seus negócios foram transferidos para junto da Aurora em Chapecó, nessa época já sob a batuta de Aury Bodanese como presidente da Aurora e da Cooperalfa. O presidente da época renunciou, e o vice-presidente Odacir Zonta assumiu para levantar a real situação financeira da Fecoagro. Foram buscados financiamentos de cotas junto ao BRDE, onde as cooperativas filiadas avalizaram e passaram a operar com o novo sistema de negócios realizados junto à Aurora em Chapecó para gerar receitas e pagar o financiamento.

Na sequência, Erico Frederico Gebler, agrônomo da Epagri, ficou gerindo as contas da Fecoagro e foi eleito presidente pelo período de março de 1984 a março de 1988. Nesse período, a Fecoagro foi surpreendida por uma decisão de um plano econômico do governo federal que a beneficiou. A conversão da moeda reduziu a dívida drasticamente, e as cooperativas resolveram liquidar antecipadamente o financiamento, liberando totalmente as pendências da Federação. Acertadas as contas, a sede da Fecoagro, até hoje sediada na Rua Tirandentes, 158, no centro da Florianópolis, único patrimônio físico que sobrou, foi cedida para abrigar a então COCECRER, hoje SICOOB CENTRAL, que estava se estruturando em SC. José Zeferino Pedrozo, então presidente da Central de Crédito, também assumiu a presidência da Fecoagro, que existia apenas juridicamente, mas sem atividade operacional, até a decisão da retomada das atividades que estavam sendo executadas junto à Aurora em Chapecó. Aury Luiz Bodanese foi reconduzido à presidência da Fecoagro e tratou da reestruturação de suas atividades.

A nova fase da Fecoagro

Foram oito anos de hibernação, como disse Bodanese num encontro com ex-funcionários da Fecoagro, quando estava se tratando da reativação da entidade. Mesmo desativada, os ex-colaboradores reuniam-se todos os anos para comemorar o aniversário da Fecoagro no dia 25 de julho. Aury Bodanese, sempre que podia, mesmo de fora da direção, participava das festividades, que

começaram com 60 pessoas, com rateio de custos entre os participantes. Em 1991, Bodanese resolveu reativar a Fecoagro. A primeira providência foi me chamar de volta para reorganizar burocraticamente. Nessa ocasião, eu atuava como diretor da Secretaria da Administração do Governo de Wilson Kleinu-bing. Bodanese encarregou-se de justificar ao governador a necessidade de minha saída para reorganizar a Fecoagro. Assumi em 01 de junho de 1993. Convi-dei para me ajudar o contador Jorge dos Santos, que fora contador da Fecoagro, e a secretária Enia Paloschi, então servidora da Secretaria de Administração. Começamos do zero, buscando a documentação remanescente, que estava de-positada em uma sala do edifício Cooperação, hoje batizado de Edifício Aury Luiz Bodanese. O restante do prédio estava ocupado pela Cocecrer. Nem todos os documentos foram localizados. Por exemplo, nunca foram localizadas as fi-chas de matrícula das cooperativas nem o livro de atas do conselho de adminis-tração. A recuperação dos valores de capital que cada cooperativa mantinha na Fecoagro foi feita através de uma ata de assembleia que havia aprovado o au-mento do capital para receber o financiamento de cotas do BRDE. A orientação de Bodanese na época do retorno às atividades era fazer negócios para as coope-rativas, sem riscos, sem especulação e voltados às cooperativas associadas. Fo-ram retomadas a compra conjunta de fertilizantes e a comercialização de grãos em pool, sem compra e venda. Apenas negócios em conjunto. Não foi fácil reconquistar a confiança das coo-perativas, especialmente daquelas que tiveram que assumir os prejuízos de uma negociação mal-sucedida.



Sede administrativa da Fecoagro
em Florianópolis.
Fonte: Acervo Fecoagro.

A Cooperalfa, ainda sob a orientação de Bodanese, puxava as negociações conjuntas na área de insumos agrícolas. A área de grãos era pouco operada, porque toda a soja das cooperativas podia ser absorvida pela indústria da Cooperalfa, e os preços, por ser *commodities*, eram iguais, independentemente do volume negociado, tornando-se desnecessário fazer pool de vendas. No caso do milho, da mesma forma, a Aurora podia adquirir toda a produção de quem quisesse vender no sistema. Aos poucos, não se justificava mais negociar grãos conjuntamente, já que a orientação era ficar apenas entre as cooperativas filiaidas. Coube à Fecoagro intensificar as negociações de insumos agropecuários. Foi instalado um escritório junto à Cooperalfa e depois na Aurora em Chapecó, e uma equipe de três colaboradores coordenava as negociações conjuntas de alguns insumos de interesse comum nas cooperativas. Na sequência, foi ampliado para alguns produtos de supermercados, e aos poucos a Central de Compras foi tomando corpo. Realizou diversas mudanças operacionais com o passar dos anos e hoje está funcionando em Palmitos, onde a Cooper A1 repassou as compras de todos os produtos que fornece a seus associados e clientes para a Central realizar as compras, desativando seu setor de compras.

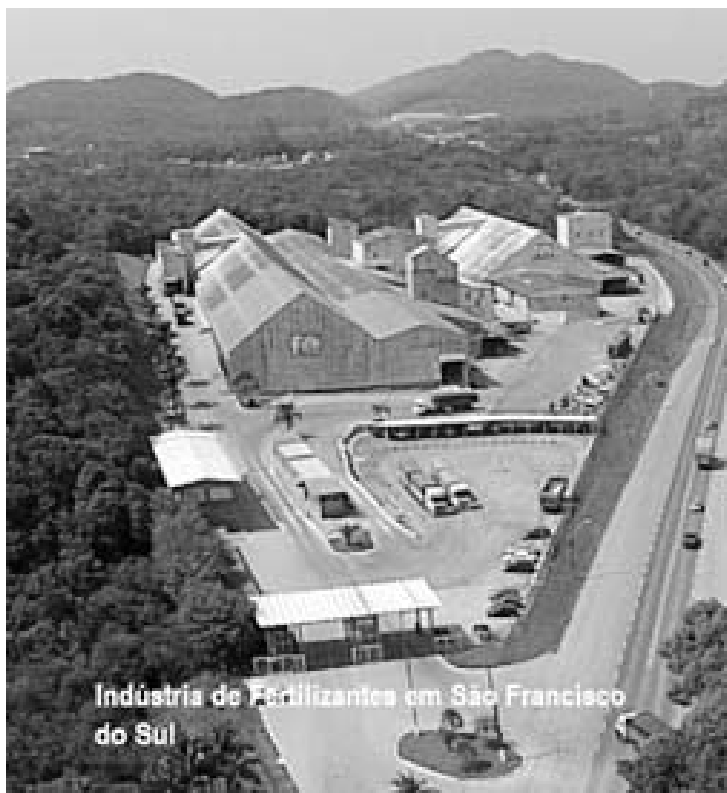
Recentemente, foram implantados outros serviços na Central de Compras. Além das tradicionais compras em pool, isto é, negócios feitos pela Central a partir da demanda das cooperativas e faturamento e entrega direta para cada cooperativa, também foi implementado um sistema de compras de repasse. Um Regime Especial de ICMS liberado pelo Estado de SC conseguiu nivelar as alíquotas do imposto, independentemente da origem, e as mercadorias cujas compras em volume destinado a um único CNPJ justificam descontos especiais aos fornecedores, são faturados para a Fecoagro em Palmitos e essa repassa pelo mesmo preço às cooperativas, e assim todos usufruem de preços especiais em diversos itens. Também nessa mesma modalidade operacional foram locados dois *box* na Ceasa em Curitiba para aquisição de hortifrutigranjeiros para atender os supermercados das cooperativas. Outro serviço nessa área de fruticultura foi instalado junto à Central de Compras em Palmitos: câmaras frigoríficas para armazenar frutas para repasse às cooperativas. O custo de manutenção da Central de Compras é rateado entre as cooperativas, proporcionalmente às suas compras, beneficiando-se dos descontos na mesma proporcionalidade.

O Programa Troca-Troca – Terra Boa

Paralelamente aos trabalhos da Central de Compras e ao sistema de comunicação, a Fecoagro assumiu a administração do programa Troca-Troca, da Secretaria da Agricultura do Estado. Uma parceria alinhavada pelo então secretário da Agricultura, Odacir Zonta, juntamente com o então presidente

do Sindicarne, José Zeferino Pedrozo, foi iniciado um programa inédito no país e que deu certo até os dias de hoje. A Secretaria de Agricultura do Estado implementou subsídios nos custos da semente de milho e do calcário com o objetivo de reduzir os custos de produção para o agricultor. A Fecoagro liderou todo o processo operacional, desenvolvendo um sistema informatizado de enquadramento de agricultores no troca-troca, e em parceria com a Secretaria da Agricultura e da Epagri iniciou o programa que foi ampliado e modernizado com o passar dos anos, tornando-se o principal programa de fomento da Secretaria da Agricultura. Todo o processo de normatização do programa, aquisição do calcário e das sementes de milho, contratação de fretes, prestação de contas da distribuição dos produtos pelas cooperativas e repasse dos subsídios foram idealizados e estão sendo coordenados e executados pela Fecoagro há mais de 20 anos. Alteraram-se os governos, trocaram os secretários e o programa nunca deixou de existir, sempre com ampliação de volumes, tipos de produtos e de subsídios, atendendo mais de 70 mil pequenos agricultores de SC.

A indústria de fertilizantes



Fonte: Acervo Fecoagro.

A implantação de uma indústria de fertilizantes para as cooperativas de SC sempre esteve nos planos de Aury Bodanese. Ele não se conformava com a submissão das cooperativas, que na época eram as maiores fornecedoras de fertilizantes aos agricultores, aos preços definidos pelo setor, sem espaço para discutir valores e qualidade no mercado, ficando a reboque dos intermediários.

O mercado era prostituído, pois na ocasião havia muitas marcas e comerciantes de adubos; pequenas casas agropecuárias muitas vezes ofertavam ao agricultor preços inferiores do que as cooperativas, muitas sem compromissos com a qualidade, pois não havia organização no mercado e pouca fiscalização da qualidade dos produtos que os agricultores colocavam na terra. Bodanese tentou várias vezes estabelecer parcerias com misturadoras industriais, sem sucesso, pois a guerra no mercado era marcante. Uma cooperativa investir numa indústria isoladamente era inviável, pois os volumes não justificavam. Foi na gestão de Bodanese que a Fecoagro foi incumbida de buscar alternativa na área de fertilizantes para as cooperativas associadas. Começou-se a avaliar a implantação de uma indústria própria, reunindo as demandas de todas as cooperativas filiadas. Um projeto inovador foi montado. Baseado no sistema de cooperativas de nova geração, existente nos Estados Unidos e que algumas cooperativas catarinenses haviam visitado, isto é, os associados aportam o capital de acordo com suas possibilidades e recebem retorno dos investimentos na mesma proporção, foi montado um projeto misto.

Como no Brasil em cooperativas não se distribuem resultados com base no capital, e sim pelo movimento econômico, definiu-se que a indústria de fertilizantes, antes de encerrar o balanço do exercício, concederia um desconto adicional a cada cooperativa com base no volume de suas cotas de fertilizantes realizadas, que, por sua vez, era proporcional a seu investimento no projeto. Para viabilização de um projeto novo, num ramo industrial desconhecido das cooperativas, pois tratava com o mercado internacional de matéria-prima e logística marítima, havia a necessidade de expertise de outra indústria do ramo. Foi então negociada uma parceria com a empresa Fertipar do Paraná, cujo proprietário, Alceu Feldman, é catarinense e gozava da confiança das cooperativas. Foi formada uma sociedade da qual a Fecoagro participava com 55% dos investimentos e a Fertipar com outros 45%. Foi buscado financiamento no BRDE com o aval das cooperativas e da Fertipar para construir a indústria, na época R\$ 12 milhões. O Banco financiou 90%, e a diferença foi aportada pelas cooperativas, R\$ 900 mil, pagos em três anos, e a Fertipar fez a complementação necessária para os investimentos de construção civil e equipamentos e a aquisição do terreno. O projeto previa que os resultados da indústria por si só pagariam os investimentos, mas para tanto as cooperativas teriam que adquirir uma cota mínima para apurar os resultados necessários

para o pagamento do financiamento. A capacidade do projeto era para a demanda de apenas 40% das cooperativas. Dessa forma, os demais fornecedores de outras marcas de fertilizantes continuariam vendendo seus produtos, não havendo monopólio na indústria da Fecoagro, mas a participação no mercado era um balizador de preços para as demais empresas.

Após inúmeras pesquisas de local adequado, a indústria foi construída junto ao porto de São Francisco do Sul. Nessa ocasião, a presidência da Fecoagro já estava com Neivor Canton, que substituiu Luiz Hilton Temp. Como a Fecoagro já dominava os custos internacionais e de processamento do produto, estabelecia preços e os puxava para baixo. Passou a beneficiar não apenas os associados das cooperativas filiadas como os demais consumidores de fertilizantes do estado. Nos anos seguintes do início das atividades da indústria própria, as cooperativas já sentiram no mercado a queda dos preços. A par de regular os preços, a indústria da Fecoagro também passou a assegurar a qualidade nos fertilizantes, impedindo que houvesse adulteração na composição dos produtos por eventuais fraudadores de qualidade. Além disso, a indústria possibilitou que a Fecoagro implementasse novas tecnologias nos fertilizantes e hoje tem sido a desbravadora de diversos sistemas mais tecnificados nos fertilizantes, beneficiando diretamente o manejo da aplicação e a produtividade no campo. A indústria de fertilizantes da Fecoagro iniciou suas atividades em 2004 na gestão de Neivor Canton, produzindo 60 mil toneladas/ano, continuou com a presidência de Marcos Zordan e Luiz Vicente Suzin, ampliando sua capacidade de produção com novos investimentos e conquistando novos mercados; em 2019, chegaram quase 200 mil toneladas para as cooperativas e mais 150 mil toneladas em prestação de serviços e vendas para terceiros, totalizando 350 mil toneladas no ano; em 2021 o volume produzido na indústria de fertilizantes chegou a 555 mil toneladas.

Sistema de governança

A Fecoagro é administrada por um Conselho de Administração, eleito a cada três anos, podendo ser reeleito em um terço, embora tenha sido adotada a sistemática informal de rodízio na renovação do presidente em cada dois mandatos; um conselho fiscal que deve ser renovado em dois terços dos nomes todos os anos. Todas as cooperativas filiadas fazem parte de um ou outro conselho. O Conselho de Administração define as ações estratégicas da entidade. A gestão é profissional, isto é, os conselheiros eleitos não dedicam expediente na Fecoagro, permanecem na direção das cooperativas. A equipe de gestão operacional é contratada no regime de CLT. Os conselhos reúnem-se mensalmente para analisar o balanço mensal e a execução do planejamento, que é aprovado anualmente pela assembleia geral. Em seu organograma funcio-



Aponte a câmera do seu celular no QR Code e ouça o audiolivro do texto

O caminho da luz: o cooperativismo de infraestrutura e eletrificação no oeste de Santa Catarina

Fabiano Lazarotto Rambo

Introdução

O presente relato tem o objetivo de rememorar e reconstruir a partir do depoimento de integrantes da Cooperativa de Eletrificação e Infraestrutura do Vale do Araçá – CERAÇÁ a história da organização, pioneira no segmento de infraestrutura e eletrificação na microrregião de Pinhalzinho-SC. Este escrito justifica-se pela importância de valorizar e buscar saber a construção, fomentação e desenvolvimento do setor cooperativo nesse espaço territorial, compreendido por Santos (1996) como um espaço de organização social, política e econômica, cuja subdivisão seriam as regiões. Com base nas ideias de Raffestin e Lefebvre, o autor não considera território um sítio fechado, mas sim fruto de uma construção social, coletiva e contraditória, em que [...] “o território em que vivemos é mais que um simples conjunto de objetos, mediante os quais trabalhamos, circulamos, moramos, mas também um dado simbólico” (SANTOS, 2002, p.82). Dentro desse contexto, o oeste catarinense pode ser visto como um território privilegiado. Além da afinidade histórico-cultural, a região tem características sociais e econômicas muito parecidas em seus 117 municípios pertencentes, que juntos ocupam 25.215 km² ou 26% da área do estado de Santa Catarina (SPG, 2022).

Trazer a energia elétrica para as áreas menos densas populacionalmente e menos economicamente favoráveis foi o objetivo da criação das cooperativas de eletrificação. O sul do Brasil foi terra fértil para esse desenvolvimento baseado na união de esforços e pessoas. Trazido da Inglaterra no século XVIII, a ideia do cooperativismo foi fundamental para desbravar matas e criar infraestrutura necessária para a produção e o crescimento econômico, além da própria subsistência. Se o cooperativismo de produção e de crédito nasceu antes com suas primeiras experiências no estado do Rio Grande do Sul ainda no fim do século XIX e início do século XX, o de infraestrutura e eletrificação surgiu praticamente 50 anos depois.

Segundo Simon (2011), a primeira Cooperativa de Eletrificação (CE) foi fundada em 1941 em Erechim – RS, cerca de 100 km distante de Saudades-SC, sede da Cooperativa de Eletrificação e Infraestrutura do Vale do Araçá – CERAÇÁ. Essa pioneira, já com suas atividades encerradas, foi denominada Quatro Irmãos. O objetivo era simples: levar energia elétrica às famílias residentes no local.

O surgimento e o fortalecimento das ideias cooperativistas na microrregião de Pinhalzinho provêm da estratégia de desenvolvimento no interior do Brasil, realizada no período do governo militar. A chamada Revolução Verde trouxe não somente máquinas, implementos, sementes, assistência técnica rural (ATER) com o intuito de aumentar a produtividade para fomento da economia e exportação, mas também de infraestrutura. A criação de cooperativas de produção e infraestrutura integrava esse rol de estratégias e mecanismos que contava com apoio do Estado para sua implementação e efetivação. Foi justamente entre as décadas de 1960 e 1970 que nasceram as cooperativas de produção Regional Itaipu (COOPERITAIPU) e de infraestrutura e eletrificação CERAÇÁ (1974).

Incentivado pelo Governo Federal e do Estado, a partir do Estatuto da Terra (1964), levar energia elétrica ao interior do Brasil era necessário e estratégico para o desenvolvimento do país e da nação. Era a união das famílias que com capital próprio bancavam a colocação de postes, a compra de cabos e a construção de toda a infraestrutura para permitir a todos saírem da escuridão e da menor dependência dos lampiões a querosene. Ressalta-se que, conforme lembram Pires e Camargo (2008), havia suporte do Banco Nacional de Crédito e apoios institucionais dos entes da federação para custear o suprimento dessa necessidade. Enfatiza-se, pelas palavras de Tendrich (1990, p. 67), que “os financiadores estrangeiros consideravam essa forma (o cooperativismo) como mais adequada à eletrificação rural”.

A estratégia de desenvolvimento deu certo em Santa Catarina. Conforme dados da Infracoop (2022) e Munaretto (2015), até a década de 1980 houve expansão do número de cooperativas de eletrificação no estado. Em 1980, participavam do setor elétrico 38 CEs, já em 2022 são 21 em operação. Essa diminuição, conforme apontou estudo de Cardoso e Camilo (2018), ocorreu a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, que criou novas regras para a prestação de serviços públicos e na década seguinte com a Reforma do Estado com a posterior criação das agências reguladoras, sendo a primeira a ser instituída a ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica.

A regulação e o ‘desincentivo’ do Estado a cooperativas de eletrificação foram fatores importantes para a diminuição do número de CEs em todo o Brasil. Inclusive havia a perspectiva, das quais muitas se concretizaram, que as

cooperativas cedessem área e bens para o Estado, encerrando suas atividades. Hoje, as cooperativas remanescentes são enquadradas entre concessionárias, autorizadas e permissionárias, com necessidade de assinatura de contrato, com a definição de uma área de abrangência, atendendo os públicos urbano e rural com tarifas reguladas pelo Estado, prestando o serviço por sua conta e risco.

Nesse contexto, entender o processo de criação e fortalecimento da CERAÇÁ enquanto precursora nesse projeto de levar energia elétrica e qualidade de vida para uma região que conhece a “luz” há pouco mais de meio século somente é de fundamental importância. Buscar saber quais fatores interferiram neste processo se faz necessário para valorizar e compreender o trabalho dos atores envolvidos nesse processo iniciado no início dos anos 1970. A CERAÇÁ hoje mostra-se financeiramente equilibrada e propensa a investir em inovação, abrindo novos mercados, acompanhando as tendências dentro do conceito de sustentabilidade, como veremos a seguir a partir da entrevista do presidente, José Samuel Thiesen, e documentos disponibilizados para a construção deste texto.

O caminho da luz

A energia elétrica era algo muito raro na microrregião de Pinhalzinho antes de 1970. As residências, quando de famílias mais abastadas, possuíam geradores movidos a motor a óleo diesel e ainda assim por poucas horas do dia. No caso do perímetro urbano de Pinhalzinho e Saudades, foi nesse mesmo ano, 1970, que os primeiros postes para a condução de energia elétrica foram instalados, e a luz veio a fazer parte da vida das pessoas. Entretanto, ainda em número bastante reduzido, porque a maior parte das famílias ainda residia no meio rural.

A Cooperativa de Eletrificação Rural do Vale do Araçá nasceu da necessidade de levar essa qualidade de vida a essas pessoas. O dia era 31 de agosto de 1974 quando 127 famílias se reuniram no Salão Paroquial de Maravilha para fundar a cooperativa. Nessa assembleia de criação estavam presentes representantes de Pinhalzinho, Saudades, Maravilha e Cunha Porã. “Foi uma época em que o lampião era o companheiro das noites escuras” (CERAÇÁ, 2022, não paginado). Os técnicos da Comissão de Energia Elétrica foram Aldo Belarmino da Silva, Frederico da Silva Neto e Angelo Medeiros Filho, que conduziram a reunião, indicados por Vinício Tortatto, da Secretaria dos Negócios do Oeste. A cota inicial, definida na assembleia de fundação, foi de 5.000 cruzeiros, os quais deveriam ser capitalizados para a compra de equipamentos e outros instrumentos necessários para iniciar o trabalho de colocação em funcionamento das redes de energia elétrica.

Na ocasião, a primeira diretoria da CERAÇÁ havia sido eleita e empossada, a saber: Presidente, José Osmar Magnantti; Vice-presidente, Aldir Meneghetti; Secretário, Adolfo Luiz Bus; Conselheiros, Rubem Schwerz, José Samuel Thiesen e Olívio Orlandi. Como suplentes foram escolhidos: João Eichelberger, Flary Farneda e Romano Grando. O Conselho Fiscal foi composto por Arnaldo Ruwer, Evaldo Hermes e Olívio Baczinski. Os suplentes foram José Mahle, Edinor Orth e Silvino Wilibaldi Ludke (CERAÇÁ, 2022).

O atual presidente da CERAÇÁ, José Samuel Thiesen, rememora que na época da fundação da cooperativa havia apoio governamental e institucional. Segundo ele, foi uma união de esforços que permitiu e permite à organização sobreviver por tantos anos, depois de muitas delas incorporadas ou levadas à falência. A fala de Thiesen vem ao encontro do que escreveu Tendrich (1990):

Nesse período evidente, houve um grande boom na eletrificação rural no estado todo devido a um acordo celebrado entre o estado de Santa Catarina e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD), cujos fundos de recursos norte-americanos foram especificamente para a criação de cooperativas de eletrificação rural. Isso fez com que Santa Catarina aplicasse esse dinheiro nas cooperativas de infraestrutura, incentivando a fundação da CERAÇÁ em 31 de agosto de 1974 no município de Maravilha (THIESEN, 2022).

A CERAÇÁ entrou em operação efetivamente no ano de 1975, tendo como sede inicial o município de Cunha Porã. Em sua segunda assembleia, Magnantti passou a presidência para Rubem Alfonso Schwerz, de profissão cartorário em Saudades. Na mesma ocasião, foi escolhido como gerente administrador José Samuel Thiesen, filho de agricultores, recém-chegado de uma temporada de estágio na Suíça e que ocupava o cargo como conselheiro na organização. “Lembro de ter levado da minha casa a mesa, a cadeira e a máquina de calcular para iniciar os trabalhos na CERAÇÁ”, recorda o entrevistado.

Em agosto do mesmo ano, a CERAÇÁ mudou de endereço para o município vizinho de Saudades. A propósito, o Vale do Araçá, que denomina a cooperativa, é compreendido especialmente pelos municípios de Saudades e Cunha Porã, vizinhando comunidades rurais homônimas. À época, a maior parte dos associados (70 dos 127) era de Saudades, o que facilitou a transferência da sede.

Enquanto os postes eram instalados e a energia elétrica já chegava à casa de algumas famílias, o plano de negócios elaborado por José Samuel Thiesen previa a ampliação de serviços e a entrada no ramo de comércio de materiais elétricos. “As lojas eram poucas. Então começamos inicialmente a vender lâmpadas, depois geladeiras, eletrodomésticos, motores elétricos e o último grande *boom* dos televisores. Era a modernidade chegando na área rural”. A ideia era levar uma loja para os principais municípios atendidos pela cooperativa.

Com o passar dos anos, a CERAÇÁ consolidou-se na região como a única a proporcionar energia elétrica no meio rural, isso porque a Celesc não tinha capilaridade e condições para assim o fazer com os recursos da época. O número de associados era crescente, sendo em 1977 mais de 2.000. Havia uma política de distribuição de sobras da cooperativa para a ampliação da oferta de serviços, e o atendimento integral às demandas dos associados se deu até por volta de 1978/1979.

Apesar da crescente oportunidade no ramo da eletrificação rural, José Samuel Thiesen percebeu em 1979 a necessidade de levar à assembleia a necessidade da aplicação de sobras e fazer investimentos na compra de terrenos urbanos para a instalação de filiais da cooperativa e também para a troca de postes de madeira por concreto. “A lógica era a seguinte: cada poste de madeira danificado era substituído e num determinado momento toda a rede, não importasse o tempo, seria toda de materiais com duração mais longa, com menos reparos e segurança para as equipes”, enfatiza Thiesen. Foi com a fabricação de postes em concreto que a CERAÇÁ abriu um novo nicho de atuação no mercado: a construção civil.

Um dos entraves para o crescimento da cooperativa no ramo do comércio era a impossibilidade da venda de produtos e prestação de serviços para não associados. Em assembleia ficou decidida essa abertura, porém respeitando a Lei Cooperativista, separando a contabilidade para fins tributários entre associados e não associados. Essa expansão e a solidez financeira, mais tarde, em 1984, permitiram que a CERAÇÁ adquirisse o capital remanescente da Cooperativa de Eletrificação Rural de São Miguel do Oeste, incorporada naquele ano pela Celesc. Em 1986, esse capital incluía terreno e equipamentos que foram vendidos, e a fábrica de postes em concreto foi fortalecida.

Rubem Schwerkz permaneceu como presidente até 1988, quando em assembleia duas chapas concorreram à presidência da CERAÇÁ. A maioria dos 1.436 associados elegeu Reni José Ongaratto como presidente. O período era de instabilidade institucional, principalmente pela nova Constituição Federal (CF), promulgada recentemente, que previa novas formas de prestação de serviço público. Conforme Munaretto (2015), a distinção da oferta do mercado de energia elétrica deveria ser feita por empresas “concessionárias”, “permissonárias” e “autorizadas”, o que favoreceu bastante a incorporação de várias CEs por empresas estatais, no caso de Santa Catarina a Celesc.

A decisão de ceder o capital, a estrutura e a área de abrangência da CERAÇÁ para as Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc) foi levada para assembleia em 06 de dezembro de 1988. Na ocasião, estava em discussão o fim da atividade no ramo de infraestrutura ou a permanência na atividade. Por unanimidade, os 1.159 associados presentes decidiram pela manutenção da

cooperativa. José Samuel Thiesen lembra que o presidente da Celesc participou da assembleia com a expectativa de sair do encontro com uma decisão favorável à estatal, o que não aconteceu.

O mandato de Ongaratto na CERAÇÁ foi de três anos completos, e uma nova assembleia foi chamada para a eleição da nova diretoria. O então presidente decidira não participar da reeleição. Era chegada a vez de José Samuel Thiesen assumir o cargo depois de 16 anos como gerente administrativo na cooperativa.

Para mim, eu não queria mais. Porém, quando foi feita essa assembleia (de incorporação pela Celesc), eu disse uma coisa para mim: enquanto essa cooperativa ficar na minha mão, ela vai andar. Eu fiz pra mim esse juramento. Aqui dentro funciona assim: o que é da cooperativa é da cooperativa; e o que é do associado é do associado. Assim que as coisas funcionam. Honestidade tem que ser na prática (THIESEN, 2022).

A ampliação da oferta de serviços em infraestrutura foi uma necessidade percebida pela cooperativa para a manutenção da organização no ambiente competitivo do mercado. Em 1993, depois de ter aderido ao Programa de Autogestão Cooperativista, no dia 13 de agosto a CERAÇÁ inaugurou a fábrica de pré-moldados e postes em concreto em Pinhalzinho. Era o início de uma era de empreendedorismo forte na construção civil e de intercooperação com os vários ramos do cooperativismo.

A CERAÇÁ nessas quase três décadas atuando na construção civil tem em praticamente todo o país obras de grande porte, atendendo demandas nas mais diversas áreas e empresas nacionais e multinacionais. Um dos destaques é a construção de Centrais Geradoras de Energia Elétrica (CGHs) e Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) através do Consórcio MAUE, formado por outras cooperativas da região, entre elas: Cooperativa Regional Itapu, Cooperdia, Coopercampos, Cooper Alfa, Cooper A1, Cooper Auriverde e Aurora Coop. Já foram entregues as PCHs Flor do Sertão, São Jorge, Barrinha e Lambari. Hoje, além da construção civil, a CERAÇÁ atua no mercado de geradores estacionários com fabricação e tecnologia próprias, tendo uma equipe de engenheiros e técnicos na área.

Conclusão

A história da Cooperativa de Eletrificação e Infraestrutura do Vale do Araçá – CERAÇÁ foi construída por várias mãos. Mas foi com a competência de seus líderes que as dificuldades foram transpostas e o suor se transformou em resultado, denominado de sobra, no meio do cooperativismo. Com 47 anos de existência, a CERAÇÁ é considerada a última CE de eletrificação do gran-

de oeste catarinense. Todas as demais sucumbiram ou foram incorporadas. Segundo o Infracoop (2022), que reúne as cooperativas de infraestrutura, são 22 organizações atuantes no segmento em Santa Catarina, um número muito reduzido quando comparado às décadas de 1970 e 1980, quando houve o auge na fundação de instituições dessa natureza, voltadas à qualidade de vida no campo através do fornecimento de energia elétrica. Nas palavras de José Marino Klein (2015), gerente de energia e serviços, “quando a CERAÇÁ começou nosso dia a dia era fazer ligações, entregar mercadorias e fechar o caixa. Fazíamos tudo”.

Hoje, a cooperativa de eletrificação e infraestrutura possui importância social enorme para muitas famílias, sejam elas do meio urbano ou rural. A CERAÇÁ é a principal distribuidora de energia elétrica para as cidades de Tigrinhos, Sul Brasil e Cunhataí. Além desses municípios, são mais 11 atendidos por redes da CE: Saudades, Pinhalzinho, Nova Erechim, São Carlos, Cunha Porã, Maravilha, Modelo, Serra Alta, São Miguel da Boa Vista e Bom Jesus do Oeste. São mais de dois mil quilômetros de redes de média e baixa tensão instaladas para atender uma demanda cada vez mais crescente por energia de qualidade. São mais de 22.000 postes e 3.600 transformadores instalados. O último poste de madeira foi substituído em 2013, o qual está exposto na sede da cooperativa em Saudades, hoje como uma lembrança dos primórdios do trabalho realizado pelos 127 fundadores.

A CERAÇÁ tem mais de 12.000 associados em seu quadro, e seu número de funcionários beira a 1.000, a depender da necessidade nas obras de infraestrutura em execução. Hoje, a organização cooperativista é referência em métodos construtivos inteligentes e forte na pesquisa de materiais e técnicas que diminuem o tempo de trabalho e custos na obra.

A organização possui sete lojas, que representam cerca de 20% do faturamento total da cooperativa. Foi através da abertura no comércio em 1980 que foi possível aumentar a competitividade e os segmentos atendidos. Com esse crescimento uma nova sede para as atividades administrativas e de guarda de materiais e estoques foi necessária, inaugurada em maio em 2013.

O sucesso, na visão de seu atual presidente, José Samuel Thiesen, é porque o associado desde o princípio vive os ideais do cooperativismo. “Foi no intuito de levar, manter e operar com eficiência e qualidade a energia para o meio rural que a história da CERAÇÁ se construiu”, pondera. “Mas é com seriedade, honestidade e compromisso que o sistema vai perdurar.”

Referências

- CARDOSO, João Vânio; CAMILO, Silvio Parodi Oliveira. O processo histórico das cooperativas de eletrificação do Brasil. In: *Estudios Históricos*, Uruguai, n. 19, 2018.
- CERAÇÁ. História de crescimento e cooperação: 40 anos. *São José-SC: Revista das Cooperativas*, 2015.
- CERAÇÁ. *Site*. Disponível em: <www.ceraca.com.br>. Acesso em: 28 jun. 2022.
- THIESEN, José Samuel. Entrevista realizada em 27 jun. 2022.
- INFRACOOOP. *Site*. Disponível em: <infracoop.com.br>. Acesso em: 27 jun. 2022.
- MUNARETTO, Lorimar Francisco. Um estudo relativo ao processo histórico das Cooperativas de Eletrificação: o caso do Brasil e dos Estados Unidos. In: *Revista de Gestão e Organização de Cooperativas*, Santa Maria-RS, v. 2, n. 3, jan./jun. 2015.
- PIRES, F. A. C.; CAMARGO, P. C. L. *Eletrificação rural: desafios para a universalização da energia*. Universidade Federal do ABC. XII Congresso Brasileiro de Energia. Desafios do setor energético brasileiro. Rio de Janeiro, 2008.
- SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. Edusp, 2002.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço – Técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SECRETARIA de Planejamento e Gestão – SPG. Disponível em: <www.spg.sc.gov.br>. Acesso em: 24 jun. 2022.
- SIMON, C. *A revolução silenciosa: a saga da eletrificação rural cooperativada no RS*. Porto Alegre, 2011.
- TENDRIH, L. *Experiências com sistemas de eletrificação rural de baixo custo: uma análise dos impactos socioeconômicos*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Agrícola). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Itaguaí, Rio de Janeiro, 1990.



Aponte a câmera do seu celular no QR Code e ouça o audiolivro do texto

Aurora Coop: força e transformação

Neitor Canton

A ideia

No final da década de 1960, a região oeste de Santa Catarina era cenário de milhares de propriedades rurais minifundiárias com pouca esperança. As famílias do campo sentiam-se ameaçadas de desagregação pela absoluta falta de perspectivas no futuro. Era um tempo de êxodo rural descontrolado. Presentes na região, algumas cooperativas agropecuárias, descapitalizadas, observavam a situação, porém sem forças individualmente para propor mudanças ao quadro.

A produção primária existia pela força de trabalho abundante das dezenas de milhares de famílias, que numerosas e em solos férteis dedicavam-se à produção de grãos em pequena escala. A suinocultura, ainda pouco tecnificada, despontava como uma promessa de viabilidade. Era preciso unir esforços. As ainda frágeis cooperativas existentes, porém dotadas de homens visionários, começavam. E no horizonte havia uma ideia: a Aurora Coop!

Assim iniciou a história de uma das maiores cooperativas de alimentos do Brasil, reunindo pessoas, realizações e pioneirismo. Essa trajetória teve início em 15 de abril de 1969, quando, diante desse cenário, foi fundada a Cooperativa Central Oeste Catarinense, que mais tarde passou a ser chamada Cooperativa Central Aurora Alimentos.

Foi fundada por oito cooperativas: Cooperativa Mista Agropastoril Chapecó, Cooperativa de Laticínios Chapecó, Cooperativa Mista Xaxiense, Cooperativa Mista Lajeado Grande de Xaxim, Cooperativa Agrícola Regional Xanxerê, Sociedade Cooperativa Mista de Palmitos, Cooperativa Agropecuária de São Carlos e Cooperativa Mista Modelense.

O capital inicial da instituição foi formado com o investimento de NCr\$ 100,00 (cem cruzeiros novos) de cada cooperativa fundadora, constituindo as cotas-partes de associação, conforme decisão unânime em assembleia.

Ao organizar a produção e obter uma oferta em escala, a Coopercentral, como era chamada, criou as bases para a industrialização da produção gerada pelos associados das cooperativas filiadas. A determinação e o arrojo dos dirigentes cooperativistas, tendo à frente o pioneiro Aury Luiz Bodanese,

permitiram construir uma estrutura agroindustrial capaz de absorver, transformar e conquistar mercado para essa produção.

Em uma época em que as políticas de desenvolvimento não chegavam ao campo, e ao produtor rural era destinado o incipiente papel de fornecedor de matéria-prima barata para a indústria de transformação de outras regiões. Bodanese teve lucidez suficiente para romper com essa estrutura de dependência. No comando da Coopercentral e da Cooperalfa, projetou a instalação de um parque agroindustrial das próprias cooperativas para processar carnes, grãos e leite.

Iniciou um movimento de autoindustrialização, que marcou o cooperativismo brasileiro, agregando valor à produção e garantindo renda à família rural. Assegurou assistência técnica, extensão rural e benefícios à população – inclusive um inédito serviço de assistência médica no campo – muito antes do poder público estruturar e oferecer algo parecido. Enfim, Bodanese tornou-se um dos principais pilares do cooperativismo catarinense.

O desenvolvimento da Cooperativa

Em pequenos passos, desde o início da produção em 18 de outubro de 1973 com os primeiros abates de suínos, a cooperativa foi ganhando espaço no mercado, teve perspicácia na aquisição de plantas industriais, explorou estrategicamente novos negócios, entrou em regiões comerciais potenciais e, aos poucos, conquistou a preferência do consumidor, elevando seu nome ao patamar de uma das maiores e mais queridas cooperativas de alimentos do Brasil.

Primeira indústria da Aurora Coop em 1973



Fonte: Acervo Aurora Coop.

Todas as conquistas foram importantes, mas alguns momentos marcam de forma emblemática a história da Central. Na década de 1980, a cooperativa ingressou na moderna avicultura industrial ao criar a primeira Avicooper e inaugurar o frigorífico de aves de Maravilha (SC). Pouco depois, em 1982, a industrialização da carne suína foi ampliada com a aquisição do Frigorífico Peperi, de São Miguel do Oeste. A Coopercentral manteve a produção da unidade com a marca Peperi, o que serviu como estratégia de ampliação de sua capacidade de competição no mercado.

Com a qualidade dos produtos reconhecida em outros estados, em 1986 foi instalada a área comercial em São Paulo. Essa década foi marcada pela informatização dos processos administrativos e a preocupação com o meio ambiente por meio da implantação das estações de tratamento de efluentes e reflorestamento.

Em 1992, a cooperativa inaugurou o maior frigorífico de suínos da América Latina em Chapecó, duplicado e modernizado em 2019. Ainda na década de 1990, iniciou a produção de sucos com o lançamento da marca Dellis, negócio este que deu espaço à área de lácteos em 2004 com a marca Aurolat, que se expandiu a partir da transformação da fábrica de sucos na moderna indústria de lácteos de Pinhalzinho em 2011.

Inauguração do Frigorífico Aurora Chapecó I



Fonte: Acervo Aurora Coop.

Em 2007, foi adquirida a marca Nobre e, em 2009, ao completar 40 anos de história, a Aurora Coop inaugurou a fábrica de rações de Cunha Porã, maior e mais moderna do segmento na cooperativa.

Fábrica de Rações de Cunha Porã (SC)



Fonte: Acervo Aurora Coop.

Assim, houve um progressivo e significativo aumento da demanda pelos produtos e, com o passar dos anos, as marcas da Aurora Coop conquistaram espaço no mercado. Os bons resultados logrados ano após ano no empenho coletivo de gestores, produtores, colaboradores e distribuidores da cooperativa permitiram a ampliação de suas atividades.

A Aurora Coop passou a investir na aquisição e construção de novas plantas industriais, na diversificação de atividades e a contribuir para mudanças significativas e profundas na economia, nos sistemas cooperativistas e agroindustriais brasileiros.

Ao longo do tempo, diversificou e explorou novas regiões, como o Mato Grosso do Sul em 1996, implantando uma unidade industrial e firmando parceria com a Cooasgo, assim como o Paraná em 2015, quando assumiu a planta frigorífica de aves da Cocari e estabeleceu parceria no Sistema Aurora.

A diversificação ocorreu também nos produtos e negócios com a entrada na linha de pratos prontos e, em 2018, acompanhando o mercado, a abertura da área de pescados com o lançamento do filé de tilápia.

Já nos últimos anos, os esforços têm se concentrado na expansão de suas operações comerciais, levando as marcas da Aurora Coop a novas regiões do Brasil e intensificando a presença em várias localidades, além de investimentos na estrutura de logística e distribuição de produtos e na área de genética suína.

Cenário atual

A Aurora Coop construiu uma trajetória inspiradora, que pode ser descrita como a vitória do trabalho e da perseverança sobre toda sorte de desafios e dificuldades. Uma história de amor pela terra e seus filhos, descendentes de gerações forjadas na conquista e na transformação, que revivem uma saga de tradição e trabalho. A união dessas pessoas com a cooperativa é a melhor forma de alcançar os resultados.

E para reforçar a importância de suas raízes cooperativistas e realçar os princípios e valores desse modelo de negócio, a cooperativa ganhou uma nova marca institucional em 2021 e passou a ser conhecida como Aurora Coop. A ela estão vinculadas as marcas de produtos: Aurora, Nobre e Peperi.



Fonte: Acervo Aurora Coop.

Consolidada como uma cooperativa de resultados, vive em permanente modernização. Atualmente, possui em sua estrutura unidades industriais, ativos biológicos, granjas (suínos e aves), unidades comerciais, de distribuição e exportação em todo o território brasileiro. Com gestão participativa, industrializa e comercializa carnes de frango, suínos, lácteos, massas, vegetais, pescados e suplementos para nutrição animal.

E os números testemunham de forma altissonante a condição da Aurora Coop como terceiro maior grupo brasileiro no segmento de proteína animal. Nossas plantas industriais processam diariamente 28 mil suínos, 1,2 milhão de aves e 1 milhão e 500 mil litros de leite. Em 2021, a receita operacional bruta registrada foi de 19,4 bilhões de reais com aproximadamente 100 mil clientes no Brasil e exportação para mais de 80 países.

A encarregada de controle de qualidade Rubia é colaboradora da Aurora Coop



Fonte: Acervo Aurora Coop.

As cooperativas filiadas

Graças ao cooperativismo, com o passar do tempo o campo incorporou novas tecnologias, diversificou as atividades, tecnificou a agricultura e outras explorações pecuárias, adquiriu mais máquinas e equipamentos, automóveis e utilitários, móveis e eletrodomésticos. O cooperativismo ajudou a levar a eletrificação rural a todos os recantos, garantiu assistência técnica em todas as propriedades rurais, proporcionou habitação e saneamento. Enfim, elevou a qualidade de vida da família rural.

Enquanto central de cooperativas, a Aurora Coop sustenta um universo que relaciona cooperativas singulares, indústria e mercado, que compreende o produtor rural e o consumidor, sempre comprometida com a sustentabilidade.

Desde a constituição até a atualidade, filiaram-se à Aurora Coop diferentes cooperativas singulares. Por motivos diversos, algumas singulares fun-

diram-se a outras, deixaram de existir ou, ainda por perspectivas diferentes, deixaram de fazer parte do nosso sistema. No entanto, todas tiveram importância fundamental para o crescimento e o desenvolvimento da Aurora Coop, representadas pelos líderes, colaboradores e produtores rurais.

As cooperativas referidas que passaram pelo Sistema Aurora Coop são: Cooperativa Mista Agropecuária de Chapecó, Cooperativa Mista Agropecuária Xaxiense, Cooperativa Agrícola Mista Regional de Xanxerê, Cooperativa Mista de Lageado Grande, Sociedade Cooperativa Mista Palmitos, Cooperativa Agropecuária São Carlos, Cooperativa de Laticínios de Chapecó, Cooperativa Mista Modelense, Cooperativa Agrícola Santa Lúcia, Cooperativa Agrícola Mista Maravilha, Cooperativa Agrícola Mista Cunha Porã, Cooperativa Agrícola Mista Pinhalense, Cooperativa Agropecuária Saudades, Cooperconsumo Alto Uruguai, Cooperativa Agropecuária Mondai, Cooperativa Mista Agropecuária Anchieta, Cooperativa Agropecuária Itapiranga, Cooperativa Consumo Satélite, Cooperativa Consumo dos Empregados Empresa Saic, Cooperativa Agropecuária São Miguel do Oeste, Cooperativa Mista Guarujá, Cooperativa Regional e Agropecuária Abelardense, Cooperativa Agrícola São Cristóvão, Cooperativa Rio do Peixe, Cooperativa Regional Agropecuária Alto Vale do Itajaí, Cooperativa Regional Agropecuária Leite do Sul, Central Agroindustrial de Cooperativas do Alto do Jacuí, Cotrijal Cooperativa Agropecuária e Industrial, Cooperativa Tritícola Sarandi Ltda, Cooperativa Agrícola Mista General Osório, Cooperativa Tritícola Taperense Ltda. e Cooperativa Tritícola de Erechim.

Ao completar 53 anos, a Aurora Coop mostra uma trajetória alicerçada na cooperação. É formada pela união de 11 cooperativas singulares, localizadas nos estados de Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul. Apoiamos essas cooperativas, que, por sua vez, apoiam os empresários rurais. São elas: Cooperalfa (Chapecó/SC), Cooper A1 (Palmitos/SC), Copercampos (Campos Novos/SC), Copédia (Concórdia/SC), Auriverde (Cunha Porã/SC), Cooperitaipu (Pinhalzinho/SC), Coasgo (São Gabriel do Oeste/MS), Coopervil (Videira/SC), Cocari (Mandaguari/PR), Colacer (Lacerdópolis/SC) e Caslo (São Lourenço do Oeste/SC).

Juntas, representam mais de 125 mil famílias seguindo os valores da cooperação em mais de 500 municípios brasileiros onde a Aurora Coop está presente. Nessa conta estão 72 mil famílias associadas, 12 mil colaboradores das cooperativas filiadas e outros cerca de 40 mil colaboradores diretos da Aurora Coop.

A família Romanelli é associada à Cooperalfa, cooperativa filiada ao Sistema Aurora Coop



Fonte: Acervo Aurora Coop.

Qualificação no campo

Além de primar pela qualidade da produção e de vida dentro de seus frigoríficos, bem como pela melhoria contínua nos processos administrativos e comerciais, a Aurora Coop investe na qualificação do apoio às cooperativas filiadas e aos empresários rurais associados.

Desde meados da década de 1990, os programas de qualidade, que já eram desenvolvidos dentro dos frigoríficos e setores administrativos da Aurora Coop, passaram a inspirar reflexões sobre a sua possível aplicação no campo. A proposta não apenas melhoraria a qualidade da matéria-prima encaminhada à indústria, como proporcionaria ao empresário rural o domínio de ferramentas de gestão capazes de tornar sua propriedade mais lucrativa, reduzindo os índices de evasão do campo e assegurando a sucessão familiar.

Com o apoio de instituições como o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP), além das cooperativas filiadas, a Aurora Coop passou a desenvolver programas de qualificação junto aos produtores das filiadas a partir de 1998. Tais programas consistem no treinamento e no acompanhamento dos produtores rurais, na melhoria contínua da gestão das propriedades em suas múltiplas atividades, observando o viés da sustentabilidade.

Mais do que transferir tecnologia, proporcionam uma mudança de comportamento e de atitudes, pois a partir das práticas a serem adotadas o produtor organiza sua propriedade de tal forma que isto lhes permita preocupar-se somente com o gerenciamento, direcionando seus esforços no sentido das melhorias contínuas de cada processo.

Em 2012, esses programas passaram a integrar o programa “Propriedade Rural Sustentável Aurora (PRSA)”, criado pela Aurora Coop para desenvolver os cooperados de maneira que atinjam níveis de sustentabilidade nas suas cadeias produtivas, envolvendo os processos de gestão e meio ambiente, gerando certificação nos estabelecimentos rurais.

Dessa forma, o PRSA representa a soma dos programas De Olho na Qualidade Rural, Times de Excelência, Suíno Ideal, Leite Ideal, Qualidade Total Rural, Frango Aurora, Programa Aurora de Qualidade do Leite (PAQL), Creche Aurora e Programa de Capacitação Ambiental.

O projeto-piloto foi aplicado em quatro cooperativas (Cooper A1, Auri-verde, Cooperalfa e Cooperitaipu) com a participação de 12 produtores. Os técnicos que assistem os produtores integrados nas atividades de suínos, aves e leite foram capacitados e treinam os produtores para atingir os padrões necessários para certificação. Na sequência, as cooperativas filiadas solicitam a auditoria e, havendo adequação aos padrões com a pontuação necessária, a unidade será certificada como Propriedade Rural Sustentável Aurora. Esse esforço conta com o apoio integral de cada cooperativa filiada.

A importância do Sistema Aurora Coop nas comunidades

A Cooperativa Central Aurora Alimentos influencia diretamente o desenvolvimento social e econômico dos municípios brasileiros das regiões em que atua. A cooperativa contribui de forma direta para a geração do movimento econômico que inicia com o produtor (fornecedor de matéria-prima) e a aquisição de insumos e equipamentos necessários para a produção, estimulando as economias regionais.

Em 2021, a atuação da Aurora Coop em todo o território nacional proporcionou importante contribuição ao desenvolvimento econômico de centenas de municípios, destacando-se a geração de ICMS (1,9 bilhão de reais), valor adicionado na atividade agropecuária (9,3 bilhões de reais), valor adicionado nas atividades comercial e industrial (5,6 bilhões de reais) e remuneração e encargos sobre folha de pagamento (2,2 bilhões de reais).

Na área social, a cooperativa é mantenedora da Fundação Aury Luiz Bodanese, que, em 14 anos de história, já desenvolveu ações socioambientais que impactaram milhares de pessoas e envolveram centenas de voluntários.

O imenso capital humano faz a Aurora Coop ser o nosso maior patrimônio. Tenho imensa gratidão a esses homens e mulheres que, no campo e nas cidades, nas indústrias e nas propriedades, mantêm essa admirável dinâmica de trabalho produtivo. Vamos em frente.

Meu nome é **Neivor Canton**. Atualmente, ocupo o cargo de diretor-presidente da Aurora Coop e há mais de 37 anos trabalho em empresas de natureza e alma cooperativista. Considero essa uma doutrina, um modelo de organização social e um caminho para a superação.



Fonte: Acervo Aurora Coop.



Aponte a câmera do seu celular no QR Code e ouça o audiolivro do texto

Cooper: pioneirismo, união e reconhecimento

Sabini Roncaglio

Nasceu de um sonho, cresceu pela cooperação e a inovação faz dela referência.

A história da Cooper é mais um retrato do pioneirismo blumenauense e como a cooperação transforma realidades onde se faz presente. A criação da cooperativa foi uma alternativa encontrada por então funcionários da Cia Hering para facilitar o acesso de suas famílias a gêneros alimentícios de primeira necessidade após o fim da Segunda Guerra Mundial e seus reflexos na economia. Foi no dia 16 de março de 1944 que a idealização de Clodoaldo Machado da Luz e Nestor Seara Heusi ganhou forma e nasceu a Cooperativa de Consumo dos Operários da Indústria Têxtil Companhia Hering de Responsabilidade Ltda – CooperHering. A assembleia foi presidida pelo economista rural Teatino da Cunha Mello, então representante da Diretoria de Economia e Assistência ao Cooperativismo, órgão vinculado ao governo do Estado de Santa Catarina, um dos grandes incentivadores da novidade.

Incentivo, aliás, foi a palavra-chave para que a primeira e maior cooperativa de consumo catarinense se fortalecesse e levasse adiante seus benefícios. Além do governo, o presidente Ingo Hering e toda a diretoria da Cia Hering, à qual a cooperativa era vinculada na época, abraçaram a ideia desde o princípio, cedendo espaço na residência da Família Hering, anexa à sede da indústria no bairro Bom Retiro em Blumenau. Visto como um homem à frente de seu tempo, o neto de Hermann sempre foi visto como um empreendedor visionário que inspirava a execução de negócios apoiados nos valores dos familiares como trabalho, ética e justiça.

Primeira sede da antiga Cooper Hering



Fonte: Acervo Cooper.

No início dos trabalhos da cooperativa, o esquema de aquisição de produtos era relativamente simples. Os cooperados compravam diretamente no balcão ou por pedidos, através de uma lista, e os valores eram descontados na folha de pagamento. O número de cooperados foi aumentando conforme a Cia Hering expandia seus negócios, principalmente pelo Vale do Itajaí e em cidades que carregavam traços e tradições de antepassados alemães, assim como a família Hering. E foi então, em 1968, que a cooperativa chegou a outra cidade da região: Indaial, mais precisamente no bairro Encano.

Incentivada pela grande adesão dos colaboradores da têxtil, a cooperativa percebeu a necessidade de investir em melhorias, inaugurando em 1977 um prédio na rua Bruno Hering para ampliar o espaço de atendimento e armazenamento de produtos, já que na mesma data foi implantado um sistema de autosserviço. Esse esquema também evoluiu para a automação comercial com terminais de ponto de venda em 1988, abrangendo todas as unidades, que nesse momento já incluíam outras cidades.

Desde a sua fundação, a cooperativa vivenciou muitos momentos marcantes, que, de alguma maneira, mudaram a forma de atuação e trouxeram reconhecimento. Mas um grande marco que promoveu um salto em seu crescimento veio por incentivo da população das cidades onde havia uma unidade da cooperativa de consumo, que mostrava o desejo de fazer parte. Foi então que, na década de 1990, a Cooper tornou-se uma cooperativa aberta, indepen-

dente da Cia Hering, e os interessados puderam virar cooperados. Alguns anos passaram, e para que todos realmente entendessem essa abertura de estatuto e assimilassem as diferenças para um supermercado, a então CooperHering mudou seu nome para Cooperativa de Produção e Abastecimento do Vale do Itajaí – Cooper, acompanhada do slogan A Nossa Cooperativa.

Nossa região, pela sua origem, possui um espírito cooperativo e solidário, o que nos proporcionou terra fértil para plantar a semente do cooperativismo e vê-lo florescer, estando hoje consolidado e se renovando para atender as necessidades dos novos tempos. Nosso trabalho, enquanto líderes cooperativistas, é para que a nossa sociedade perceba a contribuição do movimento para o desenvolvimento econômico, social e ambiental na construção de um mundo melhor (Hercílio Schmitt, presidente do Conselho de Administração da Cooper e atuante no movimento cooperativista desde 1972).

Uma cooperativa de consumo

Mesmo com um modelo de negócio semelhante a supermercados, a Cooper é uma cooperativa de consumo, considerada a maior do sul do país e a segunda em todo o país com mais de 300 mil cooperados, mais de 3 mil colaboradores diretos, 18 unidades em oito cidades, 19 farmácias, sede administrativa, Centro de Distribuição, Padaria Central e Entrepósito. Se comparada às redes do varejo alimentar catarinense, está entre as cinco principais.

Filial Vila Nova em Blumenau, inaugurada em julho de 2017



Fonte: Acervo Cooper.

O que a diferencia dos supermercados está justamente na sua essência enquanto cooperativa. A Cooper tem como foco a prestação de serviços e bens. É a união de pessoas para suprir necessidades econômicas, sociais ou culturais,

diferentemente de uma sociedade mercantil, em que o objetivo principal é o lucro. Esse motivo faz com que o número de pessoas seja limitado e o dividendo seja proporcional ao valor que cada um investiu financeiramente. Já no cooperativismo, o resultado é distribuído de acordo com a participação de cada cooperado. No caso da Cooper, o retorno das sobras é proporcional às compras efetuadas.

Em 2020, a Cooper elaborou um planejamento estratégico revisando visão, missão e valores e definindo o propósito: **Juntos cooperamos para momentos felizes**, com o objetivo de direcionar a cooperativa para um crescimento sustentável. É por isso que, desde então, um dos principais norteadores tem sido aliar a expansão geográfica, o crescimento econômico e o engajamento de mais pessoas no movimento cooperativista. A responsabilidade em seguir os trabalhos com uma gestão democrática e participativa, em que seu valor econômico é desenvolvido nos mesmos patamares da sociedade e do meio ambiente, gera um enorme reconhecimento comunitário.

A Cooper em números

18 filiais

7 em Blumenau	4 em Jaraguá do Sul
2 em Indaial	1 em Joinville
1 em Rodeio	1 em Ibirama
1 em Timbó	1 em Gaspar

19 farmácias

8 em Blumenau	4 em Jaraguá do Sul
2 em Indaial	1 em Ibirama
1 em Rodeio	1 em Timbó
1 em Gaspar	1 em Joinville

Organização do quadro social

Mais do que ser um mecanismo para incentivar a participação de cooperados na gestão da cooperativa e fomentar o cooperativismo através de formações e programas de relacionamento, a Organização do Quadro Social da Cooper reforça sua preocupação genuína com sua gente, a busca pelo propósito, o fortalecimento da cultura do cooperativismo e a gestão e o desenvolvimento das pessoas.

O Comitê Educativo é a maior representação dos princípios cooperativistas colocados em prática. Primeiro, porque ele funciona como um órgão

consultivo com o objetivo de trabalhar a representatividade do quadro social, ampliando a participação dos cooperados nas atividades de cunho social e educacional da cooperativa. Ou seja, cada filial é representada por determinado número de cooperados de sua comunidade, que são responsáveis por repassar os anseios e as expectativas sobre o trabalho da Cooper naquela filial e, respectivamente, naquela localidade. Em um segundo momento, o grupo também passa por formações para entender melhor o trabalho da Cooper, o cooperativismo, os benefícios e o papel de cada um na construção de uma sociedade melhor. O objetivo é muni-los de informações para que eles sejam disseminadores e engajadores do movimento cooperativista e da própria Cooper.

Registro de uma AGO da Cooper



Fonte: Acervo Cooper.

O Núcleo Feminino, criado em 2013, possui características semelhantes, mas também trabalha com a ideia de empoderar mulheres. É formado por cooperadas, filhas de cooperados e colaboradoras que passam por formações para incentivá-las a assumir suas posições de liderança, que são uma realidade em muitas famílias, perante a sua comunidade, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico de suas regiões através da cooperativa. A Cooper investe constantemente nessa aproximação com o cooperado através da formação de núcleos que têm o intuito de garantir a sustentabilidade do cooperativismo e das cooperativas, estimulando as pessoas a ter mais conhecimento sobre os princípios e valores do movimento para que pensem nesse modelo de negócio como desenvolvimento pessoal e profissional, incentivando o surgimento de futuros líderes cooperativistas.

Contudo, a Cooper não trabalha apenas com formações sobre cooperativismo. Consciente de sua responsabilidade com a educação dos cooperados, ela possui programas de relacionamento com ementas bem definidas. Entenda:

1. Cooper Agro: estabelece uma parceria com produtores rurais cooperados para o desenvolvimento sustentável das comunidades e segurança no fornecimento de produtos a cooperados e clientes.

2. Cooper Pratic: oferece cursos e oficinas de artesanato, gastronomia e saúde e bem-estar.

3. Cooper Ação: promove a solidariedade através do apoio e da realização de campanhas sociais.

4. Cooper Sustentável: desenvolve ações na cooperativa e junto à comunidade escolar para a proteção do meio ambiente nas regiões onde atua.

5. Cooper Jovem: realiza, em parceria com o Sescoop, a formação de professores para que sejam incluídas práticas cooperativistas nas metodologias de ensino.

Além disso, em 2021, lançou uma universidade corporativa: a Unicooper. Trata-se de uma plataforma de aprendizagem voltada para colaboradores e cooperados, que tem como objetivo auxiliar na construção de um mundo mais justo e igualitário através da educação. Além de treinamentos específicos, liberados apenas para colaboradores, há opções de cursos livres e trilhas de aprendizagem para capacitação profissional com temas atuais e tendências no mercado de trabalho.

Juntamente com a Unicooper nasceu o MoverPod!, um podcast de *insights* que, a cada episódio, reúne pessoas engajadas em prol do cooperativismo, da colaboração, da inovação e do desenvolvimento econômico e sustentável. O objetivo é informar, inspirar e gerar uma reflexão sobre a sociedade, unindo pessoas e movimentos que buscam agir de forma conectada e empática.

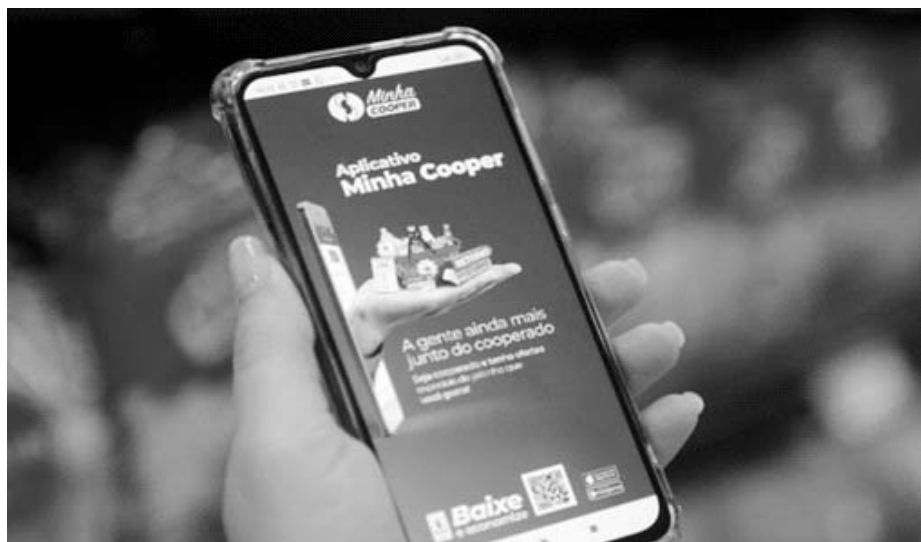
Transformação digital e novos formatos de atuação

Na Cooper, tudo sempre foi planejado. Desde o início, a cooperativa tinha uma missão bem definida de atender plenamente as pessoas. Por isso, com o passar dos anos, diante da evolução do mundo, dos avanços tecnológicos, das necessidades do mercado e, principalmente, dos anseios da comunidade, a Cooper passou a focar em um crescimento econômico sustentável, aliado ao engajamento de mais pessoas no cooperativismo através da transformação digital e da atualização de seu formato de negócio.

Em 2019, quando completou 75 anos, a Cooper passou a investir fortemente na utilização de ferramentas digitais para renovar processos já existentes, ou seja, priorizar a excelência no atendimento e oferecer mais agilidade

através de sua modernização, como por exemplo a automação. Um ensaio havia sido feito dois anos antes com a inauguração da filial Vila Nova de Blumenau, onde foram disponibilizados os primeiros autocaixas a fim de oferecer mais comodidade e agilidade.

A experiência deu certo, passou a ser aplicada nas lojas inauguradas na sequência, e o princípio de oferecer um atendimento mais prático e ágil foi incorporado a outros projetos como o Cooper Entrega e o Clique e Retire, inaugurados em 2020 e 2019, respectivamente. Esse último, aliás, veio acompanhado do *e-commerce* www.minhacooper.coop.br. Houve ainda o lançamento de um aplicativo com ofertas exclusivas e a possibilidade de efetuar o cadastro de cooperado com um clique. Para todas essas novidades foi preciso direcionar a eficiência de toda a equipe, expandindo os canais de relacionamento com a cooperativa com o objetivo de elevar ainda mais a satisfação em ser cooperado, fortalecendo o senso de pertencimento à cooperativa.



Fonte: Acervo Cooper.

Com esses mesmos motivos a Cooper planeja o futuro de sua atuação. O projeto, que inclui quatro diferentes modelos de lojas além do atual, são uma novidade entre as redes de varejo alimentar e por isso um enorme desafio para a cooperativa. A ideia é que, nos próximos anos, sejam inauguradas novas lojas no formato que conhecemos em Blumenau e no norte do estado, mas também unidades da Cooper Express (uma espécie de conveniência, localizada em pontos estratégicos, de movimentação intensa e rápida, com produtos

diferenciados), da Cooper Fresh (uma loja mais boutique, com foco em produtos frescos e perecíveis, como hortifruti e carnes), da Cooper Mini (uma mercearia instalada em cidades menores ou em localidades mais afastadas das cidades onde já existe uma loja com itens básicos para o dia a dia) e da Cooper Atacarejo (com a proposta de economia em escala).

Movidos pelo espírito empreendedor de seus fundadores, pelo pioneirismo tão presente em sua cidade-sede e pelo interesse no bem comum dos princípios cooperativistas, a Cooper segue escrevendo sua história junto aos cooperados, alinhando seus objetivos organizacionais com a luta por uma equidade maior em nossa sociedade, porque acredita que juntos cooperamos para momentos felizes.

O desafio de quem vive o cooperativismo vai além de agregar pessoas a esse movimento. Para que a gente visualize um futuro promissor e conquiste a perenidade das cooperativas, precisamos ser estratégicos enquanto líderes, trabalhando com foco na renovação da gestão, dos produtos e serviços. Ao longo da sua história, a Cooper foi se moldando ao que a sociedade precisava e também às tendências do mundo moderno. Hoje, a nossa cooperativa alia a sua preocupação genuína com as pessoas e com a sociedade às evoluções da tecnologia, proporcionando tempo e vida de qualidade (Osnildo Maçaneiro, presidente Executivo da Cooper e atuante no movimento cooperativista desde 1981).

Propósito

Juntos cooperamos para momentos felizes.

Missão

Promover cooperação e relacionamento, atendendo plenamente as pessoas, criando experiências de consumo e serviço de forma sustentável.

Visão

Uma cooperativa inovadora que gera felicidade às pessoas.

Valores:

1. O cooperado é a nossa razão de existir;
2. Equilíbrio econômico, social, ambiental e cultural;
3. Ética, honestidade e transparência;
4. Respeito às pessoas;
5. Criatividade, inovação e simplicidade;
6. Acreditamos em nossos colaboradores;
7. A prática dos princípios universais do cooperativismo.

Linha do tempo

- 1944:** Fundada a CooperHering – Cooperativa de Consumo dos Operários da Indústria Têxtil Companhia Hering de Responsabilidade Ltda.
- 1968:** Inaugurada a primeira filial na cidade de Indaial (SC) no bairro Encano.
- 1975:** Inaugurada a filial Água Verde em Blumenau (SC).
- 1978:** Inaugurada a filial em Rodeio (SC).
- 1980:** Inaugurada a filial Omino no bairro Velha em Blumenau (SC) e instalação do primeiro Centro de Distribuição da cooperativa em Blumenau (SC).
- 1982:** Inaugurada a filial Paulista (PE). Desativada em 1995.
- 1985:** Inaugurada a filial Ibirama (SC).
- 1988:** Inaugurada a filial Gaspar (SC). Desativada em 1998.
- 1990:** Início do processo de abertura dos estatutos da cooperativa para toda a comunidade.
- 1991:** Inaugurada a filial Mafisa no bairro Itoupavazinha em Blumenau (SC).
- 1998:** Incorporação da Cooper Artex, que se torna a Cooper filial Glória em Blumenau (SC).
- 1999:** Transferência da matriz no bairro Bom Retiro para a filial Água Verde em Blumenau (SC). Criou-se a Administração Central.
- 2000:** Adotado o slogan “A nossa Cooperativa”, consolidando o reposicionamento da Cooper.
- 2002:** O Centro de Distribuição, que funcionava na rua Tapajós, foi transferido para a Rodovia BR 470, KM 60, Badenfurt, em Blumenau (SC), em um galpão com 10 mil metros quadrados.
- 2004:** Transferência da filial Encano para o centro de Indaial (SC). A unidade com a primeira Farmácia Cooper e lojas de apoio serviu de inspiração para as futuras instalações.
- 2005:** Criação da Turminha da Cooper.
- 2006:** Instalação da Padaria Central da cooperativa em Blumenau (SC).
- 2012:** Inaugurada a filial Garcia em Blumenau (SC).
- 2013:** Inaugurada a filial Nações em Indaial (SC). Entrada da Cooper no município de Jaraguá do Sul (SC) com a inauguração de cinco filiais: Água Verde, Barra, Centro, Vila Nova e Shopping (desativada em 2014).
- 2017:** Inaugurada a filial Vila Nova em Blumenau (SC), que trouxe uma inovação a ser seguida nas futuras lojas com *self-checkout*, produtos a granel, estação de chope e outros.

- 2018:** O Centro de Distribuição transferiu suas atividades para uma nova área recém-construída no mesmo endereço com 18,4 mil metros quadrados, sendo 1.570 deles de área refrigerada. É composto por 47 docas de carga e descarga. Internamente, o pé-direito de 12 metros permite estocar até 11,5 mil porta-paletes.
- 2019:** Inaugurada a filial Timbó. Início das operações do Clique e Retire e do *e-commerce* www.minhacooper.com.br.
- 2020:** Revisão da visão, missão e valores com definição do propósito: Juntos cooperamos para momentos felizes. Lançamento do aplicativo Minha Cooper e das operações do Cooper Entrega. Incorporação da Cooper-Tupy, que se torna a Cooper filial Joinville. Inaugurada a nova estrutura da loja Água Verde em Jaraguá do Sul (SC).
- 2021:** Inaugurada a primeira farmácia de rua em Blumenau (SC). Inaugurada a filial Itoupava Norte em Blumenau.
Mudança para Rede Cooper, que agrupa as marcas Cooper Super, Farmácia Cooper, Minha Cooper e os novos formatos: Cooper Mini, Cooper Fresh, Cooper Express e Cooper Atacarejo.
- 2022:** Inauguração dos novos formatos: a Cooper Mini de Gaspar e a Cooper Fresh de Jaraguá do Sul.



Aponte a câmera do seu celular no QR Code e ouça o audiolivro do texto

A experiência do Programa Cooperjovem como ferramenta de difusão do cooperativismo no Sicoob Creditapiranga SC/RS

Gilvane Kern

Pode-se afirmar que uma cooperativa é uma sociedade de pessoas com forma e natureza jurídica próprias, de ordem civil, não sujeita à falência, constituída para prestar serviços aos associados. Através dela se permitem a realização e a difusão do cooperativismo, que é uma doutrina ou modelo que preconiza a colaboração e a associação de pessoas ou grupos com os mesmos objetivos e interesses a fim de obter vantagens comuns em suas atividades econômicas.

O Sicoob Creditapiranga SC/RS foi fundado em 21 de outubro de 1932 por 41 sócios fundadores no município de Porto Novo, atualmente Itapiranga, São João do Oeste e Tunápolis, estado de Santa Catarina. Em sua origem, participaram dele pessoas de diferentes profissões e áreas, que buscaram através da união que o cooperativismo permite a resolução de seus problemas comuns. Surgiu com três claros propósitos, que atualmente chamamos de pilares: reter as economias dos associados, aplicá-las no desenvolvimento da comunidade e desenvolver a economia da região. O primeiro nome da cooperativa foi Caixa Rural União Popular Porto Novo, carinhosamente chamada na época de *Sparkasse*.

Os princípios do cooperativismo são mundialmente conhecidos e numerados na seguinte ordem: 1) adesão livre e voluntária; 2) gestão democrática; 3) participação econômica de seus membros; 4) autonomia e independência; 5) educação, formação e informação; 6) intercooperação e 7) interesse pela comunidade. No que se refere aos valores do cooperativismo, não se encontra unicidade ou texto-padrão. No entanto, comumente são representados pelos seguintes conceitos: solidariedade, liberdade, democracia, justiça social, equidade, participação, universalidade e honestidade.

Uma das reflexões que se faz no contexto das cooperativas é a análise com relação à sua função social. Nesse sentido, fala-se em dois pilares das empresas cooperativistas. O primeiro pilar é o econômico, ou seja, o próprio

negócio que uma cooperativa se propõe. Nesse pilar acontece aquilo que é a missão da empresa. No caso do Sicoob Creditapiranga SC/RS, trata-se de promover soluções e experiências financeiras através da cooperação. O outro pilar trata da dimensão social, ou seja, aquilo que a cooperativa faz para desenvolver seus cooperadores e a comunidade que está em seu entorno. Sem um dos pilares não há empresa cooperativista. Sem o pilar econômico não é possível realizar projetos sociais e educacionais. Por outro lado, sem a dimensão social a cooperativa transformar-se-á em uma empresa capitalista comum.

É nesse sentido que a cooperativa desenvolve, desde sempre, inúmeros projetos sociais. Essa tem sido uma característica marcante durante todas as nove décadas de sua fundação. Citem-se algumas experiências significativas: Programa Mulher A1 Sicoob, Programa Mulheres Cooperativistas, Programa Núcleo Mulher Sicoob, Jovemcoop, palestras de educação financeira, concursos culturais, de redação e desenho com alunos, patrocínios diversos e participação em comitês e conselhos municipais, além do Programa Cooperjovem, cujas características serão apresentadas de maneira mais pontual neste relato.

Sobre a metodologia do programa

O Programa Cooperjovem é uma promoção do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo, realizado em Santa Catarina pela unidade estadual da entidade em parceria com cooperativas singulares. É executado no Sicoob Creditapiranga desde o ano de 2014 com a participação de escolas municipais e estaduais dos municípios de Itapiranga, São João do Oeste e Tunápolis. Dentro dos propósitos podemos evidenciar que busca desenvolver a cultura da cooperação, levando em consideração os princípios e valores do cooperativismo por meio de atividades educativas. No auge do programa participaram até onze escolas simultaneamente na área de ação citada.

No ano de 2021, durante a pandemia, a unidade nacional do Sescop atuou na reformulação de sua metodologia. O relato aqui apresentado levará em consideração os principais elementos da metodologia vigente entre os anos 2014 e 2020. Nessa proposta, cada escola participante desenvolveu durante a etapa formativa dos professores um PEC – Projeto Educacional Cooperativo, cujo tema central era alguma demanda existente na comunidade do entorno. Em seu âmago, sempre buscou incentivar a participação de todos os atores da comunidade em que cada escola estava inserida. Por isso o tema do projeto era definido somente após a realização de uma pesquisa de contexto, escutando alunos, professores, pais, lideranças, entre outros.

A etapa de formação básica dos professores era coordenada pela unidade estadual do Sescop/SC, sempre contando com a parceria logística da coo-

perativa. Essa, por sua vez, tinha o desafio de acompanhar e apoiar a implementação dos projetos nas escolas com o desenvolvimento de um plano de ação bem estruturado, dividido em vários objetivos específicos e com cronograma preestabelecido. A etapa inicial da formação pedagógica era composta pelo curso Educação para a Cooperação, que abordava toda a doutrina cooperativista, bem como o debate sobre os temas principais da educação. Sempre houve uma preocupação em viabilizar um trajeto formativo que contextualizasse não apenas os princípios, valores e o conteúdo do cooperativismo, mas também os cruzasse com a educação a partir da perspectiva da formação de um cidadão integral.

Reiteram-se a importância e o papel central da comunidade educativa em todo este processo de desenvolvimento. Ao mesmo tempo em que os professores realizavam a formação teórica, sempre elaborando concomitantemente ações que vinham sendo validadas e implementadas na escola, ficava clara a preocupação em viabilizar um processo que não fosse simplesmente imposto, mas sim construído coletivamente. Foi também durante o primeiro ano da formação básica dos professores que foram construídas as primeiras versões dos PECs – Projetos Educacionais Cooperativos.

Normalmente, a construção de projetos educacionais dentro das escolas segue um roteiro-padrão, que é elaborado pelos principais atores protagonistas. Em outras palavras, uma construção realizada pelos professores e equipes gestoras. Ao aprofundar desde o início a perspectiva de uma educação para a cooperação, todos os segmentos da comunidade eram convidados a opinar sobre qual seria a principal demanda a ser desenvolvida. Não raro, o tema a ser tratado era totalmente divergente da opinião e perspectiva inicial daqueles que representavam a comunidade escolar durante a formação básica. O ponto positivo é que, na posterior concretização dos planos de ação, os participantes do processo viam-se representados no desenvolvimento das ações, pois estavam justamente conectados com as angústias e as demandas locais.

A realização da pesquisa de contexto levava em consideração as seguintes necessidades: dar oportunidade às pessoas diretamente envolvidas na escola para poder identificar e anunciar as suas necessidades, desenvolver na comunidade um sentimento de pertencimento e de compartilhamento mútuo das necessidades, favorecer a cooperação e a integração entre os sujeitos participantes e apresentar alternativas para analisar os problemas a partir de uma perspectiva diferente com estratégias e decisões adequadas.

Outro ponto importante a ser evidenciado é que com a pesquisa de contexto cada escola passava a desenvolver temas diferentes durante a execução do programa. Isso se justifica pelo fato de que cada local possuía suas características e peculiaridades. O que era situação-problema em uma escola não era

na outra. Os projetos desenvolvidos pelos professores participantes da formação básica eram sempre validados entre uma etapa formativa e outra a fim de garantir o necessário apoio institucional para a realização das ações. Os projetos eram compostos pelas seguintes características: apresentação da escola e comunidade escolar, justificativa sempre pautada na pesquisa de contexto, situação-problema, demandas, potencialidades e oportunidades da comunidade, objetivo geral, objetivos específicos, plano de ação e plano de avaliação. Anualmente, em dois encontros de revisão, o desenvolvimento dos projetos era reconstruído e avaliado. Como consequência ocorriam a atualização e a inclusão de novos objetivos. As situações-problema eram, muitas vezes, de complexa resolução, o que fazia com que o tema comum perpassasse os PECs durante vários anos.

O segundo ano da formação básica era composto pela Oficina de Jogos Cooperativos, cujo objetivo era capacitar os professores para a construção própria de metodologias e atividades de trabalho que evidenciassem a resolução do paradigma da cooperação em detrimento de uma cultura baseada apenas na competição. De um ano para o outro eram desenvolvidos projetos adicionais para dar vida e dinamicidade aos eventos do Programa Cooperjovem nas escolas. Sempre se defendeu muito que o programa fosse trabalhado de forma transversal e interdisciplinar, evitando a realização de momentos e eventos muito específicos. Todos os anos também era viabilizada a participação adicional de professores, todos iniciando o processo formativo desde o começo, o que trazia uma grande movimentação positiva, pois sempre as escolas estavam construindo novas possibilidades.

O processo avaliativo era realizado em todas as escolas anualmente. Da mesma forma, com a participação de diferentes representantes da comunidade escolar, os encontros eram compostos por uma acolhida, por um momento de escuta mútua, em que eram compartilhados os principais sentimentos e percepções dos participantes, as mudanças percebidas a partir do desenvolvimento dos projetos educacionais cooperativos, o que mais funcionava no desenvolvimento do programa, o que ainda podia melhorar e as perspectivas de futuro. O processo avaliativo retroalimentava todas as demais etapas que funcionavam de maneira cíclica.

A função da cooperativa como parceira do processo de desenvolvimento do Programa Cooperjovem era viabilizar pelo menos um colaborador que atuasse na função de coordenador local. A essa pessoa cabia o acompanhamento constante das ações previstas em cada PEC, apoiando as escolas em necessidades e demandas extras, assim como servindo de elo entre as ações e projetos desenvolvidos pelo Sescop/SC, garantindo que fossem executados em todas as escolas parceiras.

O Cooperjovem busca que cada escola desenvolva, de forma autônoma, a educação cooperativa. Durante e no final de cada objetivo proposto, a grande finalidade é que se possa afirmar que a escola promoveu, a partir da educação cooperativa, a adesão a uma prática pedagógica cooperativa, reflexiva, consciente e criativa. Assim, era possível afirmar que o objetivo geral do programa fora atingido.

Principais conquistas e projetos realizados

No final do ano de 2019 e início do ano de 2020, quando o mundo todo foi afetado pela pandemia da Covid-19, participavam do Programa Cooperjovem onze escolas da área de ação do Sicoob Creditapiranga SC/RS. A pandemia interrompeu a realização de todo e qualquer programa adicional que estivesse em desenvolvimento nas escolas. Educandários foram fechados, e os professores, alunos e familiares foram desafiados a aderir à educação remota. Certamente as ferramentas e aprendizados construídos durante os anos de desenvolvimento do programa de 2014 a 2019 nas diferentes escolas participantes serviram como algum tipo de referência. Mesmo assim, apesar da interrupção momentânea trazida pela pandemia, muitas ações continuaram desenvolvendo seus frutos. Na sequência, serão apresentados alguns projetos, suas situações-problema e a forma como foram desenvolvidos os objetivos a fim de sua resolução.

O objetivo do projeto realizado pela Escola de Educação Básica São Vicente, do município de Itapiranga/SC, era transformar a escola em um lugar cooperativo e democrático, que possibilitasse o comprometimento, o respeito mútuo e a boa convivência, desenvolvendo habilidades e competências que favorecessem a aprendizagem significativa. Suas ações e atividades estavam voltadas para atividades que fomentassem a prática da democracia na escola, a sensibilização para a importância do respeito entre as pessoas, a análise de práticas pedagógicas que desenvolvessem habilidades e competências para uma aprendizagem significativa e a promoção de atividades voltadas para a discussão de princípios e valores.

Na Escola de Ensino Fundamental Linha Pitangueira, do município de Tunápolis/SC, o objetivo era transformar a escola em um ambiente cooperativo que vivenciasse o respeito mútuo e a convivência com as diferenças a partir da prática dos valores da cooperação para a formação de crianças e jovens capazes de construir uma sociedade mais justa e solidária. Algumas palavras-chave de seus objetivos específicos eram: democracia, convivência, valores, colaboração, cidadania e participação.

Para a comunidade escolar do bairro Jardim Bela Vista, de Itapiranga/SC, participantes da Escola Municipal Bela Vista, a ideia central era viabilizar

a escola como um espaço de cooperação que educasse para a participação do coletivo a fim de construir uma convivência democrática e respeitosa. As ações realizadas visavam instigar diferentes tipos de linguagens para saber trabalhar na coletividade e desenvolver atividades que proporcionassem o exercício da responsabilidade.

A Escola Municipal Rural Celestino Forneck, localizada na Linha Popi, Itapiranga/SC, participou do programa desde o seu primeiro ano de realização em 2014 e foi testemunha de uma verdadeira transformação de seus espaços externo e interno, uma vez que a sua situação-problema era a limitação do espaço físico e sua interferência negativa para uma educação pública de qualidade. Durante vários anos foram realizadas dezenas de ações que transformaram a escola num lugar mais prazeroso e divertido.

Já para o Centro Educacional São João do Oeste, localizado na cidade de mesmo nome, o objetivo era proporcionar uma melhor convivência dentro do espaço escolar, buscando o respeito como um valor que favorecesse relações mais democráticas entre aqueles que compartilham saberes e os que são responsáveis pela qualidade do ensino e pela formação para a cidadania. Foram realizadas atividades que desenvolveram a convivência cooperativa na escola, os valores da cooperação, a formação de cidadãos mais conscientes e tolerantes e o estreitamento dos laços entre a escola e a comunidade escolar em geral, apoiando-se em uma convivência familiar e comunitária.

Durante vários anos, a Escola de Educação Básica Cristo Rei, de São João do Oeste/SC, realizou atividades que tiveram como propósito desenvolver práticas pedagógicas inovadoras que viessem ao encontro da melhoria da aprendizagem dos alunos a partir de uma educação cooperativa e inclusiva. Foram oportunizados momentos de formação e reflexão para o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas e cooperativas; ações foram dinamizadas a partir de atividades inovadoras e cooperativas, buscando uma aprendizagem significativa; e valores cooperativos foram resgatados, contribuindo para uma convivência mais humana e harmoniosa.

O que dizer da Escola Municipal Esperança, de Itapiranga/SC, que transformou o bairro Santa Tereza Alto em uma comunidade de leitores a partir do projeto Ler e Escrever para Transformar. Alunos foram à praça da cidade para demonstrar que todos estavam preocupados em oportunizar o desenvolvimento da leitura e escrita para o aprimoramento de competências e qualificação de seu tempo de permanência na escola, de modo a melhorar a compreensão de mundo e possibilitar a construção de um projeto de futuro. Não faltaram poesia, canções, ludicidade e encantamento em produções que colocavam o aluno no centro do processo educativo.

Transformar a escola em um local mais atrativo e cooperativo a fim de garantir a interação entre toda a comunidade escolar e ampliar o interesse dos estudantes pelas atividades e aprendizagens escolares era o foco do projeto realizado pela Escola Municipal Funei, de Itapiranga/SC. Seu objetivo era desdobrado em ações que visassem oportunizar a participação democrática dos alunos no processo de ensino e aprendizagem, propiciando o contato com ambientes diversificados que possibilitem realizar atividades cooperativas do interesse dos estudantes e permitir contato com o método científico, analisando dados pesquisados com produtores visitados e confrontando-os com orientações e indicadores científicos.

Na Escola Municipal Rural Oscar Puhl, no mesmo município, a preocupação era desenvolver uma cultura de cooperação na escola através da valorização dos saberes locais essenciais, buscando atitudes voltadas a valores como o respeito e a colaboração, de forma a promover aprendizagens significativas e a melhoria da convivência no ambiente escolar. Foram resgatadas histórias dos antepassados e tudo o que em algum momento já havia sido importante para caracterizar o momento atual que a escola vivia. O trabalho coletivo estava inserido no dia a dia da escola, no trabalho e no relacionamento entre professores, alunos e funcionários.

Na Escola Municipal Santo Antônio, ainda em Itapiranga, existia a preocupação de viabilizar a escola num ambiente cooperativo, mobilizando os professores para planejar e elaborar estratégias diferenciadas para o desenvolvimento das competências leitora, escritora e interpretativa, que influenciassem o interesse e o prazer para aprender com autonomia e coletivamente. Seus objetivos específicos eram: desenvolver coletivamente estratégias voltadas às competências leitoras; cativar os alunos para realizar ações protagonistas para a estruturação de diferentes e inovadores espaços para a leitura; mobilizar os alunos para que apresentem e divulguem as atividades realizadas e favorecer a formação de uma comunidade leitora, planejando atividades coletivamente.

Finalmente, no Centro Educacional Helga Follmann, de Tunápolis/SC, a problemática era a convivência desrespeitosa, atribuída aos alunos, gerada pela ausência de diálogo e de uma prática democrática na resolução dos conflitos, afetando a aprendizagem e as relações interpessoais. Como objetivo se buscou promover práticas educacionais que proporcionassem uma convivência respeitosa e pautada no diálogo, que incentivassem a resolução de conflitos de forma democrática a fim de melhorar a aprendizagem e as relações interpessoais.

Metodologicamente, a decisão aqui foi apresentar algumas facetas dos projetos que estavam em desenvolvimento nas escolas com parceria ativa. Mais

escolas participaram do Movimento Cooperjovem e, em algum momento, faziam parte dos mais de 2.500 alunos beneficiados com as atividades e a metodologia proposta. Foram anos de transformação, que certamente deixaram semeados os frutos da cooperação e de uma vida mais coletiva e aberta para a resolução dos desafios existentes.

O legado

O reconhecimento da importância do trabalho coletivo realizado pelo Programa Cooperjovem nas escolas parceiras do Sicoob Creditapiranga SC/RS aconteceu de maneira mais pública no ano de 2018, quando a cooperativa recebeu o prêmio Somoscoop, um reconhecimento nacional do Sistema OCB/Sescoop pelas melhores iniciativas de desenvolvimento do cooperativismo no Brasil. Na categoria Cooperjovem, a cooperativa foi premiada com o primeiro lugar. No entanto, era apenas o coroamento de um trabalho muito árduo desenvolvido por centenas de professores e milhares de alunos em escolas onde de fato a preocupação era fazer a diferença na vida dos alunos.

Essas ações também foram possíveis apenas graças à parceria estabelecida pela cooperativa com o SESCOOP/SC e especialmente com as Secretarias Municipais da Educação, responsáveis pelas escolas municipais, e com a Gerência Regional de Educação, responsável pelas escolas estaduais. Nos anos de 2021 e 2022, iniciou o processo de reformulação da metodologia do Programa Cooperjovem em nível nacional, cuja nova proposta vem alinhada com os desafios da nova Base Nacional Comum Curricular, promovendo uma educação cooperativa, empreendedora, financeira e ambiental. Quem sabe, com o término da pandemia novos capítulos dessa história possam ser construídos.

Referências

SESCOOP. Cooperjovem: educação para a cooperação. *Caderno do Educador*. Brasília, 2013.

SESCOOP/SC. *Guia de Avaliação do Programa Cooperjovem*. Florianópolis, 2017.



Aponte a câmera do seu celular no QR Code e ouça o audiolivro do texto

Cooperativismo e seu compromisso social: Fundação Aury Luiz Bodanese – FALB e sua trajetória de cooperação e sustentabilidade

*Elisa Manfrin
Sonara Bergamo Ramos*

O diferencial das sociedades cooperativas é o impacto que elas causam na sociedade em que se inserem, pois, pautada em valores e princípios socioeconômicos, suas atividades prezam pelo desenvolvimento da comunidade. A ajuda mútua é um traço que está presente desde os tempos mais remotos da humanidade. As sociedades antigas já se preocupavam com a formação de associações cooperativas.

Passados milênios de História e chegando a um conceito mais estruturado de cooperativismo moderno, o movimento dos 28 pioneiros de Rochdale, na Inglaterra criou valores, métodos e princípios para um cooperativismo recém-nascido e que visava à melhoria de vida para a população que passava por uma crise de demissão em massa no século XIX (SCHNEIDER, 2012, p. 256).

Os princípios cooperativistas foram estabelecidos com a criação dos primeiros estatutos e servem até hoje como diretrizes fundamentais de orientação para o comportamento de uma cooperativa. Sofrendo modificações com as décadas, os princípios cooperativistas hoje são: Adesão voluntária e livre; Gestão democrática pelos membros; Participação econômica dos membros; Autonomia e independência; Educação, formação e informação; Intercooperação e Interesse pela comunidade.

Mais de 120 anos depois da criação das primeiras cooperativas modernas, Aury Luiz Bodanese fundou a Cooperativa Central Aurora Alimentos, também com um objetivo maior e em um local onde os pequenos agricultores sofriam com a desvalorização no comércio de seus produtos. O cooperativismo surgiu como uma solução e resultou em uma qualidade de vida maior e deu opção para um êxodo rural crescente na época (CANALLI, 2009, p. 34).

Pensando em qualidade de vida e seguindo os princípios do cooperativismo, a Fundação Aury Luiz Bodanese (FALB) foi fundada e teve início no

ano de 1996. Na época, visava valorizar o segmento cooperativista com o objetivo de promover o bem-estar de seus membros através de convênios com empresas especializadas, serviços de assistência médico-hospitalar, odontológica e de drogaria, bem como propiciar o exercício de atividades culturais, recreativas e de lazer, assim como suplementar os benefícios do Regime Oficial de Previdência Social.

Quase dez anos depois, uma equipe de colaboradores da Aurora Coop apresentou um plano de revitalização da entidade para que fosse cumprido efetivamente o papel de responsabilidade social por meio da Fundação Aury Luiz Bodanese. Portanto, em 2008 foi realizada a Assembleia Extraordinária para a posse do Conselho Curador, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva da FALB.

As primeiras assembleias tinham o objetivo de definir as novas diretrizes da FALB, como, por exemplo, o repasse de verba da mantenedora Aurora Coop e a criação das ações a serem executadas, sendo formados inicialmente quinze programas. Após o processo de revitalização, a Fundação passou a ter a missão: “Valorizar o ser humano e contribuir para o exercício da cidadania”. Para isso foram criados três eixos articuladores de programas e projetos que desenvolveram ações nas áreas ambiental, cultural e social, com foco direcionado às comunidades situadas na área de abrangência da mantenedora, promovendo a sustentabilidade e a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Os primeiros anos foram marcados pela consolidação de diversas parcerias com instituições. Um dos parceiros foi o Sescop/SC (Serviço Nacional de Aprendizagem Cooperativista) para a realização de palestras de sensibilização com as temáticas dos programas da FALB, como o voluntariado. O GAPA (Grupo de Apoio à Prevenção à AIDS) de Chapecó fortaleceu uma parceria com a FALB a fim de discutir ações de promoção da saúde.

Em 2009, teve início a parceria da FALB junto ao Instituto Guga Kuersten (IGK) no Fundo de Apoio a Projetos Sociais (FAPS), que tem como objetivo apoiar financeira e tecnicamente projetos de organizações sociais de Santa Catarina, que desenvolve ações voltadas para a integração das pessoas com deficiência.

Após dez anos, a Fundação Aury Luiz Bodanese reviu seu planejamento estratégico, redefinindo o foco de atuação para socioambiental e tendo como finalidade incentivar, promover, coordenar, articular e executar programas, projetos e ações relacionados ao desenvolvimento socioambiental. As ações da FALB do eixo socioambiental atendem os públicos interno e externo, baseadas nos valores da ética, cooperação, confiança, respeito e transparência a fim de promover a sustentabilidade e o exercício da cidadania por meio de seus programas, projetos e ações.

Programa Amigo Energia

A partir da revitalização da Fundação Aury Luiz Bodanese no ano de 2008, o Programa Amigo Energia foi criado com o intuito de incentivar o voluntariado e a prática cooperativista. Durante o primeiro ano de trabalho, as principais ações foram com o objetivo de sensibilizar os colaboradores da mantenedora Aurora Coop a participar dos programas realizados pela FALB. A parceria com o Sescop/SC fez itinerar em unidades da mantenedora a palestra “Como e por que ser voluntário?”.

No ano seguinte, o primeiro “Casamento Comunitário” aconteceu no ginásio da Aurora Coop no bairro SAIC em Chapecó com a presença de mais de mil pessoas para testemunhar a união de 66 casais, contando com cerca de 25 voluntários que participaram da ação. Em 2013, essa ação passou a ser chamada de “Casamento Cooperado” e, de 2009 a 2019, foram realizadas 30 cerimônias com 969 casais, 17.567 convidados e aproximadamente 1.300 voluntários. As cidades que receberam casamentos foram: Abelardo Luz (SC), Chapecó (SC), Erechim (RS), Guarulhos (SP), Joaçaba (SC), Mandaguari (PR), Maravilha (SC), Pinhalzinho (SC), Quilombo (SC), Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ), São Gabriel do Oeste (MS), São José dos Pinhais (PR), São Miguel do Oeste (SC), Sarandi (RS) e Xaxim (SC).

Hoje em dia, o “Casamento Cooperado” assume o objetivo de oportunizar aos empregados e comunidade a regularização de seu estado civil e religioso, fortalecendo ainda mais os vínculos familiares. Os noivos que formam o Casamento Cooperado são colaboradores da mantenedora da FALB e casais da comunidade; as únicas despesas que competem aos noivos são de vestimenta e aliança. A FALB oferece as celebrações religiosas e festivas, bolo e convites, além de que o casal ainda pode convidar 16 pessoas.

Também em 2009, a FALB organizou a primeira “Ação Comunitária” no município de Quilombo (SC), e mais tarde essa ação também passa a ser chamada de “Ação Cooperada”, que de 2009 a 2019 somou 44 ações realizadas nas cidades de: Abelardo Luz (SC), Arujá (SP), Bebedouro (SP), Campinas (SC), Chapecó (SC), Contagem (MG), Cunha Porã (SC), Erechim (RS), Guarulhos (SP), Guatambu (SC), Joaçaba/Herval do Oeste (SC), Maravilha/São Miguel da Boa Vista (SC), Nonoai (RS), Quilombo (SC), Rio de Janeiro (RJ), São Gabriel do Oeste (MS), São José dos Pinhais (PR), São Miguel do Oeste (SC), Sarandi (RS), Xaxim/Xanxerê (SC), contando com um número total de 2.627 voluntários envolvidos e 181.757 pessoas atendidas.

Outra ação que se tornou enraizada pelos voluntários da mantenedora é a doação de sangue, que teve os primeiros doadores ainda no ano de 2009. Doar sangue é um processo fácil, rápido, seguro e solidário; a ação é de extre-

ma importância para que os hemocentros mantenham seus estoques sempre abastecidos. De 2015 a 2019 foram contabilizadas 2.971 doações.

Por meio de muitas transformações ao longo de mais de uma década, hoje em dia o Programa de Voluntariado Amigo Energia tem como objetivo incentivar e consolidar o trabalho voluntário nas comunidades em torno da Aurora Coop e promover a participação em ações socioambientais e solidárias para o exercício da cooperação. O programa tem o intuito de fomentar e reconhecer o exercício da cidadania nos empregados da mantenedora, para que os voluntários sejam agentes de transformação nas comunidades impactadas, direta ou indiretamente, viabilizando ações de voluntariado, tendo em vista o fortalecimento de projetos de caráter socioambiental em ações articuladas com órgãos públicos e entidades privadas.

Atualmente, uma das formas de viabilizar o voluntariado é através da **Política de Voluntariado Aurora Coop**, em que o colaborador da Aurora Coop pode destinar até 12 horas de trabalho por ano para realizar atividades de voluntariado empresarial com foco no eixo socioambiental em seu horário de trabalho. E para valorizar e integrar o voluntário, a FALB organiza a cada dois anos o Conexão FALB com o objetivo de incentivar a troca de experiências e as boas práticas socioambientais desenvolvidas durante o ano. De 2008 a 2021 cadastraram-se no programa aproximadamente 3.000 voluntários

Ações desenvolvidas através dos voluntários no Programa Amigo Energia:

Participação em Campanhas

- Brasil Sem Frestas (arrecadação de caixas de leite);
- Campanha do agasalho (roupas);
- Doação de cabelo (Rede Feminina – confecção de perucas);
- Eu Ajudo Na Lata (Unimed);
- Meias do Bem (Pucket – retorno de cobertores para doação).

Ações do Eixo Socioambiental

- Ações de sensibilização ambiental;
- Ações no Dia Mundial da Água e no Dia do Meio Ambiente;
- Confecção de casinhas e bancos de pallet;
- Construção de composteiras e orientações sobre compostagem;
- Construção de hortas e hortos medicinais;
- Mobilização de entidades para a implantação da coleta seletiva;
- Mutirão de limpeza;
- Plantio de mudas de árvores;
- Incentivo a campanhas de reciclabilidade.

Doações/Arrecadações

- Alimentos e itens de higiene;
- Cadeiras de rodas e andador;
- Livros e materiais escolares;
- Móveis e colchões;
- Óleo usado para a confecção de sabão caseiro;
- Roupas e roupas de cama, mesa e banho.

Ações em Prol de Instituições

- Revitalização de praças e instituições (atividades como reformas, pinturas, plantio de árvores e flores, limpeza dos pátios e corte de grama, colocação de forro);
- Atividades de artesanato, confecção de fraldas e estopas;
- Entrega de doces e presentes em datas comemorativas como Páscoa, Dia das Crianças e Natal;
- Auxílio em bingo, venda de rifas, almoços e jantares de instituições;
- Cortes de cabelos;
- Recreação em hospitais, Centro de Convivência de Idosos e escolas.

Programa Eco Cooperação

Desde o seu início no ano de 2001 com a “Turminha da Reciclagem”, o programa cresceu e alcançou mais pessoas, levando ações de educação ambiental diferenciadas a seu público atendido. A Turminha da Reciclagem foi desenvolvida pelo Departamento de Relações Públicas, equipes de reciclagem e agência Oficina Mágica, atingindo até 2004 cerca de 30.000 crianças de 03 a 14 anos nos municípios onde há unidades da mantenedora Aurora Coop. Esse trabalho, que antes era desenvolvido somente em Santa Catarina, também foi estendido para os estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro.

Com o passar dos anos, a Turminha da Reciclagem moldou-se diante da realidade dos crescentes problemas ambientais e veio inserindo novas práticas, novas abordagens e ações diferenciadas para chamar atenção do público para assuntos tão importantes. Dessa forma, em 2018, o programa reinventou-se com uma nova perspectiva de ação, em que tem como princípio a cooperação e o envolvimento de toda a comunidade, desde crianças até adultos. Por isso todas as nossas ações são desenvolvidas num âmbito maior por meio do Programa Eco Cooperação através da união de todos os que buscam um ambiente mais saudável para viver. Assim, o programa Eco Cooperação tem como objetivo executar ações de educação ambiental que promovam o desper-

tar da importância da conservação e preservação dos recursos naturais, buscando a cooperação e a conexão harmônica com o meio ambiente.

Nas ações do programa, os alunos e professores recebem materiais educativos que os incentivam a continuar desenvolvendo ações e mudando hábitos no seu dia a dia e dessa forma possam ser multiplicados com os familiares em casa. Desde 2010, o programa conta no estado do Rio Grande do Sul com o apoio do Sescoop/RS (Serviço Nacional de Aprendizagem ao Cooperativismo), que patrocina os materiais educativos utilizados em ações.

Desde 2008, o Eco Cooperação atendeu mais de 373.626 pessoas com suas ações em instituições de ensino, eventos locais e nas unidades da Aurora Coop, recebendo prêmios como Expressão Ecologia nas edições de 2001 e 2011 e o 1º Benchmarking Ambiental Brasileiro no ano de 2003.

Outra ação importante promovida pelo programa é o “Prêmio Escola Cidadã”, que visa valorizar e premiar relatórios socioambientais com o intuito de estimular as escolas a desenvolver ações de sensibilização ambiental, fazendo com que os alunos, e também toda a comunidade escolar, sejam parceiros nas tarefas desenvolvidas no dia a dia. A participação no prêmio é permitida às instituições de ensino formal e social que tenham recebido a visita do Programa Eco Cooperação.

O Programa Eco Cooperação também promove o Projeto “Tampinha Voluntária” e apoia a “Campanha de Reciclagem de Instrumentos de Escrita Usados”, que fazem parte da logística reversa, um dos instrumentos introduzidos pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS, Lei 12.305/2010). A logística reversa engloba diferentes atores sociais na responsabilização da destinação ambientalmente adequada dos resíduos sólidos, dessa forma atendendo o eixo socioambiental de atuação da FALB.

Programa Atitude Agora

Com o processo de revitalização da Fundação Aury Luiz Bodanese foi necessária a criação do Programa Atitude Agora para aproximar a comunidade e as entidades para a inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Em seguida, ocorreu a criação da Política Aurora Coop para Pessoas com Deficiência (PAPCD) com o objetivo de garantir a permanência, viabilizar a adaptação, a integração e a inclusão das pessoas com deficiência e beneficiários reabilitados da Previdência Social no espaço de trabalho, além de atender a legislação vigente.

O Atitude Agora, para atender as necessidades voltadas à inclusão das pessoas com deficiência no mundo do trabalho, oportuniza a formação pessoal, social e profissional, desenvolvendo o Curso de Qualificação para a Pessoa

com Deficiência em parceria com sua mantenedora, atendendo entidades de educação especial e Centros de Referência de Assistência Social de municípios. O curso é dividido em 12 módulos em formato de oficina com duração de 40 horas. As oficinas são conduzidas por uma equipe multidisciplinar, formada por colaboradores da Aurora Coop e da FALB, acompanhados pelas famílias dos alunos nos primeiros módulos, além de um profissional da instituição a que o aluno pertence. No último módulo, os alunos participam da formatura, na qual recebem o certificado. O curso já foi realizado em Chapecó com cinco turmas: Erechim (RS) com uma turma, Abelardo Luz (SC) com uma turma, Joaçaba (SC) com uma turma, Maravilha (SC) com uma turma, Xaxim (SC) com uma turma e Mandaguari (PR) com uma turma, somando 11 turmas, atendendo 265 educandos.

O Workshop Viva as Diferenças faz parte, desde 2017, do calendário de ações realizados pelo Programa Atitude Agora, e até sua terceira edição já contou com a participação de mais de 4.380 pessoas nas cidades de Chapecó (SC) e Erechim (RS). O Workshop apresenta os avanços da tecnologia assistiva e da legislação, práticas realizadas por empresas sobre inclusão no mercado de trabalho, desfile inclusivo, exposição de serviços, palestras, vivências e estandes para visitação.

O Programa Atitude Agora também presta assessoria a entidades de pessoas com deficiência, apoiando ações sociais das organizações do terceiro setor com potencial de transformação e promoção social por meio da prestação de assessoria técnica e administrativa. Na comunidade, o programa também atua realizando sensibilizações, vivências e cinemas inclusivos, ações essas que propõem debater assuntos como inclusão e acessibilidade.

Programa Centro de Memória Aury Luiz Bodanese

Após a revitalização da Fundação Aury Luiz Bodanese no ano de 2008, começa-se a pensar na importância de conservar para a posteridade o patrimônio cultural, esse gerado pela Aurora Coop e seus associados no decorrer dos anos. Em 2009, ocorreu a parceria da Fundação com o CEOM (Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina), mantido pela Unochapecó, para a constituição do novo Centro de Memória. A partir desse projeto, iniciam-se as ações a fim de organizar, acondicionar e preservar os acervos referentes à Cooperativa Central Aurora Alimentos e à extinta Chapecó Alimentos.

No ano de 2010, o trabalho manual começou a ser efetivamente desenvolvido, iniciando com a higienização e catalogação do material recebido. Para divulgar os trabalhos realizados no Centro de Memória foi organizado uma exposição sobre a história da Aurora Coop, que percorreu as unidades da mantenedora e espaços da comunidade.

Em 2012, os números acerca das atividades realizadas no Centro de Memória abrangiam mais de 13 mil fotos higienizadas, catalogadas e acondicionadas, 110 placas e 487 troféus, 68 caixas de acervo textual da Aurora Coop e mais de 5.900 fotos da Chapecó Alimentos e, por fim, o acervo audiovisual contava com mais de 345 fitas VHS, aproximadamente 151 DVDs e 9 CDs. Além do trabalho com o acervo, as exposições “Uma história a muitas mãos: 40 anos de cooperativismo”, “Essência da Aurora Coop” e “Retratos de Cooperação” percorreram as várias unidades da mantenedora e foram acessíveis à comunidade em geral para levar o conhecimento adquirido no manuseio do acervo. Para as comemorações de 45 anos da Aurora Coop em 2014 foi organizada a exposição “Uma História, muitos autores”. E em 2018, para comemorar dez anos da FALB, foi organizada uma exposição comemorativa, que também percorreu os espaços da mantenedora.

No ano de 2019, a Praça da Cooperação foi criada com o intuito de valorizar a trajetória cinquentenária da Cooperativa Central Aurora Coop e sua inserção na história do cooperativismo regional. Nos muros foram reproduzidos os principais marcos dessa história, preservados pelo Centro de Memória Aury Luiz Bodanese. A praça é aberta à visitação e recebe alunos da rede de ensino pública e privada, alunos do ensino superior, colaboradores da Aurora Coop e Cooperativas filiadas. Também foi organizada uma exposição itinerante intitulada “Cinco Décadas de Transformação” sobre os 50 anos da Aurora Coop, que foi lançada no dia 15 de abril de 2019.

O Centro de Memória mantém através de suas atividades o acervo da história da Aurora Coop promovendo ações com ênfase no cooperativismo.

Programa Vozes do Corpo

Em 2008, instituiu-se o Projeto Dança com o objetivo de atender crianças e adolescentes no município de Chapecó (SC) gratuitamente. O projeto iniciou com duas turmas e com os estilos Dança Livre e Danças Populares, e as aulas eram realizadas no bairro São Cristóvão e no ginásio da Aurora Coop no SAIC. Em 2009, ampliou-se o número de turmas, passando de duas para nove, e nesse mesmo ano, juntamente com os alunos, foi escolhido o nome para o projeto, passando a ser chamado de Programa Vozes do Corpo.

O trabalho desenvolvido nos anos anteriores fez com que a demanda aumentasse, e o programa passou a ser realizado nos bairros Vila Esperança no Projeto Crescer Feliz, no bairro Jardim do Lago nas dependências da mantenedora, no bairro SAIC no ginásio da Aurora Coop, no bairro São Cristóvão na Aurora Matriz e no Loteamento Rosana na Opek. Em 2010, o Vozes do Corpo passou a participar de festivais de dança, proporcionando

momentos de troca de vivências, experiências e aprendizado com outros grupos.

O Vozes do Corpo iniciou em 2013 o trabalho com os seguintes estilos: *Ballet Clássico*, *Jazz*, Dança Contemporânea e Danças Urbanas, passando a ser realizado apenas nos bairros Efapi e São Cristóvão, mantendo-se doze turmas regulares. E a partir de 2015 o programa passou a realizar somente o estilo Danças Urbanas. Intensificou-se a participação em festivais, apresentações em unidades da mantenedora e convites para aberturas/encerramentos de eventos, bem como a participação em mostras não competitivas. Posteriormente, a FALB passou a fazer parte do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) de Chapecó.

Durante o ano de 2018, o programa passou a ministrar aulas na FCD para pessoas com deficiência no bairro Esplanada e ginásio da Aurora Coop no bairro SAIC. No início do ano de 2019, foi realizado o Workshop de Danças Urbanas com o objetivo de melhorar a técnica dos educandos e proporcionar olhares diferentes sobre as Danças Urbanas.

Todos os anos, o Programa Vozes do Corpo organiza a Mostra Cultural de Dança da FALB para apresentar os trabalhos realizados durante o ano, além de apresentar a dança e a interpretação, representando diferentes temáticas a cada ano: “Fazendo Arte”, “Respeito por Você”, “Espetáculos Memórias”, “A Dança Move o Mundo”, “Cooperação e Sustentabilidade”, “Escolhas da Vida”, “Um Mundo de Histórias e Imaginação”, “Super Poderes da Dança”, “A Magia do Cinema”, “Especial Centenário de Chapecó”, “Homenagem aos 10 anos da FALB”, “Uma Soma de Ritmos e História”.

Programa Vivendo Saúde

O Programa Vivendo Saúde foi implantado em 2008 em parceria com o Grupo de Apoio de Prevenção à AIDS e Defesa dos Direitos Humanos e Sociais, inicialmente com o objetivo de atender as demandas das unidades da mantenedora com o planejamento de ações qualificadas e humanizadas, voltadas ao enfrentamento das vulnerabilidades, à prevenção e ao atendimento das pessoas com HIV/AIDS no ambiente de trabalho. No mesmo ano, ocorreu a formação para equipe técnica, representada pela área de saúde no trabalho, benefícios, atração e desenvolvimento de pessoas.

Durante os primeiros encontros foram construídas as diretrizes do Vivendo Saúde, considerando o conjunto de orientações do Repertório de Recomendações Práticas da OIT (Organização Internacional do Trabalho), e as demandas apresentadas foram: Prevenção a AIDS/IST e Hepatites Virais; Apoio às pessoas vivendo com HIV/AIDS; Redução de Danos / Drogas (lícitas e ilícitas).

tas); Sexualidade, Relações de Gênero e Orientação Sexual; Questões de Gênero e Violência Doméstica; e Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes.

No ano seguinte, em 2009, iniciou a sensibilização e formação de equipes de multiplicadores de informações, ou seja, os empregados da mantenedora são responsáveis tanto pela troca de informações como pela coordenação de atividades de discussão e debates.

Hoje em dia, o objetivo do programa é desenvolver ações com ênfase na promoção da saúde, buscando desenvolver atividades educativas, assim como usar o lúdico para trabalhar as temáticas: ISTs, HIV/AIDS, Questões de Gênero, Drogas Lícitas e Ilícitas, Violência contra Mulher e Abuso Sexual contra Crianças e Adolescentes. As principais ações do programa são: Formação de Multiplicadores, Gincana e Cinema da Prevenção, É Hora de Conversar e Campanhas de Sensibilização.

Por exemplo, a Gincana da Prevenção tem como propósito desenvolver ações com vista à promoção da saúde para um número maior de pessoas assim como a integração entre todos. Através das temáticas na gincana é possível ampliar as abordagens dos temas do Vivendo Saúde com atividades lúdicas, socioeducativas, estimulando a integração dos empregados, o desenvolvimento intelectual e a liderança. Outra atividade do programa é o Cinema da Prevenção, que acontece para jovens aprendizes e alunos de escolas públicas a partir do oitavo ano, que dispõem de filmes com as temáticas do Vivendo Saúde, proporcionando informação a todos de forma lúdica. Além de participar do Cinema da Prevenção, os educandos podem participar do concurso de redação, sendo que a melhor redação voltada à prevenção é reconhecida e premiada pela FALB.

O programa promove a capacitação de multiplicadores, tornando os integrantes capazes de elaborar materiais informativos referentes às temáticas do programa, para a socialização com os demais empregados da mantenedora. A cada ano crescem os investimentos em saúde e programas educativos com o objetivo de prevenir e incentivar as pessoas a ter hábitos saudáveis. A mudança de hábitos ocorre aos poucos, e o ambiente de trabalho é um importante espaço nessa construção.

Nesse contexto e através dos mencionados programas, que representam verdadeiros mecanismos de solidariedade e exercício da cidadania, é que a Fundação Aury Luiz Bodanese – FALB vem cumprindo seu papel e se consolidando junto às comunidades em que atua como uma entidade participante do processo de transformação das pessoas, especialmente daqueles que se encontram em condições de vulnerabilidade, assim como contribuindo para a preservação ambiental através de ações educativas que impactam e implicam a mudança de atitude em relação ao meio ambiente.

É certo que há muito o que fazer quando tratamos do eixo socioambiental, mas a semente plantada através da FALB produz bons frutos e contribui para a construção de uma sociedade solidária e acolhedora, andando de braços dados com um dos princípios do cooperativismo, que é o interesse pela comunidade.

Referências

SCHNEIDER, José Odelso. A Doutrina do Cooperativismo: análise do alcance, do sentido e da atualidade dos seus valores, princípios e normas nos tempos atuais. *Cadernos Gestão Social*, Bahia, v. 3, n. 2, p. 251-273, dez. 2012.

CANALLI, Bárbara. *Memórias e Experiências e a Formação da Cooperativa Central Oeste Catarinense Ltda. Aurora (1969-1979)*. TCC (Graduação) – Curso de Licenciatura Plena em História, Universidade Comunitária Regional de Chapecó, Chapecó, 2009, p. 74.



Aponte a câmera do seu celular no QR Code e ouça o audiolivro do texto

Uma jornada para fazer do cooperado o dono da cooperativa

Homero Milton Franco

Um preâmbulo

Quero, primeiramente, justificar porque não farei citações bibliográficas, pois tudo quanto narro é da aplicação prática. Tudo é vivência pessoal deste autor.

A minha experiência decisiva frente ao cooperativismo, na verdade, como se verá, deu-se no agronegócio, e ali era marcante a prática da exploração dos produtores por grupos de atravessadores. Aliás, nada mais era do que uma reprodução do que ainda hoje se pode ver quando a economia primária serve aos interesses do mundo todo, mas não obtém toda a importância econômica que merece. Penso que inúmeros setores da economia primária continuam servindo aos interesses de atravessadores.

No interior da grande região Oeste Catarinense, cuja capital econômica é Chapecó, dezenas de compradores de animais e grãos, inclusive madeira, faziam um serviço importante de escoamento das safras, mas ditavam os preços. Os produtores, na abundância das safras, melhor dizendo, na grande oferta, tinham de suportar a redução dos preços e novamente reduziam seus ganhos quando, ao contrário, havia quebra de produção.

A Cooperativa Mista Agropastoril de Chapecó, surgida no ano de 1967 na esteira de programas governamentais de incentivo à produção de alimentos, enfrentaria o bombardeio dos concorrentes não apenas nas cotações dos produtos, também na difamação. Quase todos os agricultores dessa região são migrantes do Rio Grande do Sul, onde algumas experiências (quebra de cooperativas) serviram de argumentos disparados aos ouvidos dos agricultores por autoria de detratores interessados em minar os esforços governamentais e pessoais de muitos líderes que aceitavam o desafio. Isso confundia aqueles que poderiam tornar-se associados e mesmo entre os já associados.

Foi num contexto e num clima assim que em 1977 a Cooperativa Regional Alfa – Cooperalfa, sucessora e continuadora da já citada Mista Agropastoril, em que eu fui convidado a exercer o cargo de comunicador e educador perante o quadro social da mesma, então já tinha cerca de 5.200 associados.

Os primórdios

Conversar com agricultores em reuniões nas comunidades, andando por estradas revestidas de macadame ou terra vermelha pelo interior rural, sem hotéis e restaurantes, fazer duas, três e até quatro reuniões por dia, projetando slides onde nem energia elétrica havia e muitas vezes precisando falar um pouco de alemão ou italiano para ser melhor compreendido, pode ser algo heroico. Mas não. Tudo acontecia assim mesmo. Aquelas pessoas simples, de mãos calejadas pelo trabalho na lavoura e de tez dourada pelo sol, eram seres humanos, simples, honestos, pode-se dizer caridosos, pois nos recebiam, ofereciam refeições e até banho, pois o pó das estradas e o calor dos verões viajando com as janelas do veículo abertas davam aos ocupantes do carro uma visão de fantasmas mascarados de marrom. Ir assim para uma reunião com 50 ou mais pessoas exigia também um pouco de zelo pessoal.

Talvez não seja heroico, mas foi desafiador. O sul do Brasil foi o berço do cooperativismo brasileiro, graças aos alemães, italianos, poloneses, franceses, austríacos, japoneses, holandeses, ingleses e tantos outros imigrantes que de certa forma trouxeram em sua bagagem cultural alguma coisa de cooperação, conheciam o lado sofrido de quem deixa para trás a sua pátria e tinham cooperado informalmente entre vizinhos para que pudessem ter sobrevivido nos sertões para onde foram enviados. Veja, eles, entre si, nos sertões para onde foram mandados sem estrada, sem escola, sem nada, praticaram com muito vigor a cooperação e talvez soubessem instintivamente que nisso estava a alma da qual se reveste uma cooperativa. Falta só acreditar nela, confiar nela, mesmo com a maledicência concorrente a insistir. Balançava, mas não derrubava.

Falar a eles sobre isso, com honestidade e simplicidade, trazia sorrisos e lágrimas. Tudo ficava mais fácil. Ninguém ali era alienígena; eram pessoas oriundas de um mesmo processo colonizador que fundou um país rural que se chama Brasil. Não foi diferente em outros países vizinhos.

A minha experiência anterior

Não havia muito onde buscar experiências vencedoras. A Lei 5.764, de 1971, que regulamentou o cooperativismo criou o Comitê Educativo, e isso era tudo para quem está começando. E raríssimas experiências consolidadas de onde buscar o modelo nem sempre aplicável.

Os meus primeiros contatos com o cooperativismo ocorreram pela imprensa cooperada. A Coojornal foi uma cooperativa de jornalistas fundada em 1974 em Porto Alegre, com quem mantinha alguns contatos e descobria

que também os comunicadores podiam se unir e sair da condição de empregados para a condição de coproprietários do veículo. Em seguida, movida pelo mesmo espírito cooperante, a ADJORI – Associação dos Diretores de Jornais do Interior – no Rio Grande do Sul criou o caderno O INTERIOR para ser encartado nas edições semanais de seus associados. Uma imensa rede de jornais do interior, da qual fiz parte e também encartei na *Folha d'Oeste*, jornalzinho semanal do qual foi proprietário e diretor durante 12 anos.

Ali n'O INTERIOR faziam-se reportagens sobre a necessidade de o homem e a mulher do interior despertar para sua força, serem esclarecidos, conscientizados, capacitados para sentar-se numa reunião ou assembleia e realmente decidir os destinos de sua comunidade ou classe. Veja, estávamos em pleno regime militar, em que alguns setores da sociedade já sonhavam com muitas coisas, inclusive com a democratização do país. Os jornalistas mais ainda. E as cooperativas da época deixavam a desejar nesse aspecto. Antes de 1971, data da Lei Cooperativa, eram comuns as quebras de cooperativas. O que fazer? Ainda hoje, os espertos passam a mão no dinheiro que não é seu.

Lembro de haver visitado a Cotrijuí – Cooperativa Regional Triticola, com sede em minha cidade natal, Ijuí, onde conheci um bom trabalho, ali realizado com apoio da Unijuí – Universidade Regional de Ijuí. Era o comunicador sendo encaminhado para a comunicação educativa sobre cooperação.

Ainda os primórdios

Quando a Cooperalfa estava por comemorar seu 10º aniversário em 1976, era desejo de sua diretoria obter a maior repercussão de mídia e também, principalmente, frente aos associados que à época somavam, como eu disse, pouco mais de 5 mil famílias.

Como já me referi, era o tempo de sonhar com a democracia em pleno regime militar, e não faltavam críticas ao que chamavam de centralismo na gestão das cooperativas em geral. Nesse caso, já há dez anos, essa citada cooperativa era presidida pela mesma pessoa e realizava suas assembleias gerais com apenas algumas centenas de sócios. A grande maioria desconhecia sua empresa cooperativa.

A direção da Cooperalfa conhecia seu lado vulnerável. Por tudo isso seus diretores queriam um profissional com algo de marketing, embora não houvesse mais do que uma onda de rádio chegando ao interior da residência do associado. O transistor não havia sido popularizado, e assim nem o rádio portátil estava lá.

Durante a festa de dez anos da Cooperalfa, estou ao lado de Aury Bodanese, assessorando seu discurso



Fonte: Centro de Memória Alfa/MaxiCrédito-CEMAC.

Não era bem o meu caso a ponto encarar um plano de marketing, mas, enfim, para planejar e de alguma forma executar, a curto prazo, um programa de festa com o máximo de informação, participação e repercussão, isso eu saberia fazer.

Fui chamado, fizemos uma festa embaixo de árvores com mais de 3 mil convidados: uma churrascada com missa campal, discursos, muita cerveja, vinho, música.

Na semana seguinte, eu já estava contratado para o Departamento, depois Diretoria de Comunicação e Educação da cooperativa.

Vamos ser profissionais

Fui estudar. Vali-me de trabalhos da UFSC (Luiz Salgado Klaes), fui conhecer a história do cooperativismo internacional, suas estruturas, seus princípios. Mas tudo isso era teoria. E a cooperativa queria, na prática, relacionar-se com o associado, ouvi-lo, apresentar-se a ele, obter dele uma contrapartida não apenas mercantil e já fazia o que podia antes desse tempo a que me refiro. Já havia algo no rádio.

Tive uma enorme colaboração do colega Elói Frazon, egresso da equipe de cooperativismo da ACARESC (Extensão Rural), entidade que apoiou grandemente o cooperativismo agropecuário catarinense.

Se aquele produtor rural estava distante das informações e pelas condições da época tinha baixa escolaridade, precisávamos falar a sua linguagem frente a frente: a reunião. E precisávamos chegar a ele com alguma forma eficaz de comunicação sem tirá-lo de sua comunidade no meio de seus compadres e vizinhos. Pelas minhas origens como comunicador do rádio e do jornal, chamei o rádio para me ajudar.

A região possuía três ou quatro emissoras com cobertura sobre o espaço territorial de nosso interesse. Todas elas passaram a colocar no ar diariamente um informativo de cinco minutos, ao meio-dia, quando o agricultor estava em casa devido ao calor e por ser hora de almoço. Ali aconteciam diariamente as sucintas informações da cooperativa, principalmente os preços executados e, claro, o conta-gotas da comunicação institucional e as convocações para as reuniões presenciais em suas comunidades.

Um detalhe: o texto dos boletins ia para as rádios via caminhão. O motorista que levava mercadorias para a seção de consumo e trazia o produto recebido dos associados era portador do boletim impresso. Entregava o envelope no estúdio, e o locutor da hora o apresentava.

Mais tarde, em 1988, a equipe de comunicação que me sucedeu criou um jornal mensal, Cooperalfa, hoje já transformado em excelente revista. Um exemplo de comunicação a fazer inveja para muitas redações da grande mídia.

Vamos aos costumes e à prática

Aqui, agora, você tem de ser um deles nas palavras, no saber ouvir, no respeitar, no saber explicar e, principalmente, no saber levar até ele, agricultor, sua esposa, seu filho, presentes, o que realmente é sua cooperativa, sem sofisma, sem maquiagem. E trazer a família para a reunião, pois também isso se fez estratégico. O titular da cota não precisava argumentar em casa, caso houvesse alguma desconfiança por parte da companheira e dos filhos.

Aquele surrado homem do interior, muitas vezes ludibriado por esper tos, tinha todos os motivos para ter um pé atrás (ou os dois) também com a cooperativa. E sabia por notícias ou por experiência própria que algumas “cooperativas” antes dessa haviam ido à falência e deixado a conta para os associados pagarem.

Como já foi subentendido, a reunião apresentava um audiovisual com trilha sonora, com boa produção e organização, capaz de dar uma visão superficial da cooperativa. Um projetor de slides, um gravador cassete, um amplificador com altos-falantes, um minigerador de energia, uma tela pregada na parede do salão e um audiovisual de meia hora abriam a cooperativa para os associados.

Seguiam-se perguntas, propostas, eleição de líderes para representar a comunidade nas reuniões do comitê educativo e nas assembleias. O associado não líder tinha todos os acessos que quisesse, inclusive a oportunidade de discordar com o que a comunidade de sócios havia aprovado.

Diz aí o que te desagrada

Logo nos primeiros encontros com os associados, deu para sentir uma abertura em termos de confiabilidade. Sempre nas reuniões, havia a presença de um ou mais diretores eleitos, ouvindo diretamente as críticas e os elogios. Havia momentos tensos, que a criatividade do comunicador precisava contornar.

A cooperativa foi mostrar ao associado o que ela é, o que ela faz e o que ela pode fazer por ele e mesmo até onde ela não pode chegar. As primeiras reivindicações: dificuldade de comparecer à assembleia devido à distância, falta de condução, estradas precárias... Não tem problema, a cooperativa vem onde você possa estar através de pré-assembleias regionais, cujas deliberações são levadas à assembleia central pelos líderes eleitos pela comunidade.

Primeiras reuniões com líderes da Cooperalfa no final da década de 1970



Fotos: Centro de Memória Alfa/MaxiCrédito-CEMAC.

O chamado Comitê Educativo, previsto na Lei 5764/71, não ficou só educando; foi ampliado, passou a ser uma instância de poder. Os candidatos aos cargos eletivos daí em diante saíram dos comitês.

Ouvimos que o pior inimigo do homem do campo é a doença. Era à época. A dor tira tempo, traz prejuízo, interrompe a atividade. Não havia o

SUS. A cooperativa criou um Programa Preventivo de Saúde com 13 médicos de família residindo em comunidades-chave e ensinando às famílias dicas preventivas de saúde. Remédios fornecidos pelo setor que depois se tornou o SUS eram receitados e entregues gratuitamente.

Cursos de corte e costura e de culinária foram levados para os postos da cooperativa onde havia seção de consumo e armazém ou silo para guardar a safra.

Um programa de reforma agrária foi implantado, pois um dos clamores do associado reproduzia sua preocupação em manter os filhos na terra. A cooperativa assentou centenas de filhos de associados em terras que ela adquiriu e repassou aos interessados em financiamento direto, pagando com a produção. Fazia inveja ao INCRA.

Em cinco anos, mais de 7 mil novos associados haviam ingressado. E a cooperativa deslanchava para chegar aonde chegou na atualidade como uma das maiores da América Latina.

Uma das assembleias do início da década de 1980 com centenas de associados presentes



Fotos: Centro de Memória Alfa/MaxiCrédito-CEMAC.

Na outra ponta outro esforço

Todo esse trabalho de valorização do associado e de sua família obviamente foi parar também no quadro funcional. Plano de carreira, seguro-saúde em grupo, sede social, atividades de lazer e esportes, campeonatos, cursos,

incentivo a ingressar nas Faculdades, que começavam a se abrir na cidade de Chapecó e no sul do Brasil.

E o mais importante: com a estabilidade de poder provocada de baixo para cima, acabaram-se os argumentos oposicionistas que teimavam em existir, e o quadro diretivo se consolidou. Diretores que davam certo ficavam. Quase um parlamentarismo, em que o eleitor elege o parlamentar e esse elege o executivo. Um cuidado porém. O modelo não funcionaria sem um eleitor esclarecido, responsável, ainda que com baixa escolaridade. Inteligência e conhecimento não são sinônimos de escolaridade.

O fundamental apoio da indústria

Se o agronegócio apenas retira da terra o produto e entrega adiante o seu beneficiamento, o ato de agregar valor fica com o lucro real. Então a cooperativa de agricultores e pecuaristas precisava fazer com que eles também se fizessem industriais. O milho virou farinha. A soja virou óleo. O corpo virou salame. Em seguida, com a expansão da criação de aves, sugeriram as indústrias do setor. E vieram as laticínios para que o leite fosse beneficiado e pudesse chegar à mesa do consumidor urbano.

E assim vieram as exportações. O pé de chinelo, homem simples, quem sabe de pé no chão, de fala dialética devido à sua origem, em menos de vinte anos de cooperativismo já era um exportador, recebendo em dólares por aquilo que saía da terra, do curral, do chiqueiro, do aviário.

Assim se escreve essa história de sucesso.

Um modelo exportável

As cooperativas, principalmente agropecuárias, de Santa Catarina percebiam haver chegado a hora de um trabalho de base junto ao quadro social. A OCESC – Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina possuía um jornal, e nessas páginas já eram apresentadas as experiências de algumas cooperativas. Com a eleição em 1984 de Harry Dorow para a presidência da OCESC, partiu desse, que foi ao lado de Ivo Vanderlinde e Aury Bodanese, entre outros, o baluarte do cooperativismo agrícola catarinense da época, a iniciativa de estruturar um setor estadual para comunicação e educação.

Fui chamado para a função. Conseguimos que 100% das cooperativas agropecuárias tivessem uma pessoa, um técnico, no mínimo, respondendo pela comunicação e educação e fazíamos cursos e reuniões periódicas. O Jornal do Cooperativismo, então editado pela OCESC, trocou de proposta e de nome: *Elo Cooperativo*, nome que também virou programa de tevê, levando as notícias semanais do sistema cooperativo até suas bases.

A OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras, sob a presidência de Roberto Rodrigues, gostou da ideia e levou-me a Brasília como diretor do Departamento de Comunicação e Educação.

Foi quando senti que o Brasil é um país que possui, em seu enorme ventre territorial, pelo menos cinco eixos culturais ou cinco brasis e que não seria eu o milagreiro capaz de unir tudo num padrão único de procedimentos. Depois de alguns meses de reuniões pelo Nordeste, Sudeste, Centro-Oeste, Norte e Sul, pedi desligamento do cargo e fui editar uma revista agropecuária de responsabilidade da Epagri – Empresa Catarinense de Pesquisa e Extensão Rural.

Aposentado, participei como cooperado e dirigente da Cootragel – Cooperativa de Trabalho da Globalização da Economia, prestando consultoria especialmente ao sistema cooperativo.

A maior de todas as lições

O estudioso do cooperativismo poderá perceber, em algum momento, tratar-se de uma filosofia de vida aplicada a qualquer empreendimento que dependa da participação de pessoas. E se ficar só nisso, o estudioso tornar-se-á um ideólogo que se colocará entre o capitalismo e o marxismo, tendo talvez lampejos inclinados em atrelar a ideia cooperativa ao socialismo.

Fazer o quê? Esses “ismos” vieram à tona quase que ao mesmo tempo. E agora?

Agora falo da minha lição pessoal. E não tenho nenhuma pretensão de doutrinar, contestar, fazer escola ou polemizar. É como acabei percebendo o meu papel diante da imensidão da ideia da cooperação. Existe uma cooperação que pode até ser filantrópica. As boas índoles podem oferecer-se a projetos dos quais terão um mínimo ou nenhum proveito. Isso também é cooperação. Descer do cavalo para ajudar a empurrar o caminhão atolado de um desconhecido em qualquer estrada do interior qualquer um pode fazer. Ajudar a carregar sobre o ombro uma padiola que transporta uma parturiente que mal conhece, com chuva torrencial, pela picada cercada de mata à noite, até chegar ao hospital mais próximo para salvar a vida da mãe e da criança, qualquer um pode fazer. Isso também é cooperação. Alguém poderá dizer: é filantropia. Sim, mas não deixa de ser cooperação quando os envolvidos são plurais.

Quando, porém, o homem põe seu tempo, seu suor, seu dinheiro e sua produção num empreendimento, a cooperação não desaparece, mas o resultado que se impõe nem é outro, mas tem de ser verdade, tem de ter recompensa. Desaparece a ideia socialista ou filantrópica. É nesse ponto que o gestor se faz maestro frente a todos os instrumentos que participarão do concerto final,

inacabado dessa sinfonia, cujo resultado são a bilheteria, o balanço anual. Se o público não vier e não aplaudir, não tem como pagar a orquestra, a luz, o iluminador, o porteiro, a faxina, o atleta, o treinador, o roupeiro. A cooperativa nunca deixou de ser uma empresa, sofisticada empresa, proibida de matar os sonhos daqueles que, cada um com seu pouco, foram fazer o bastante para todos e cujo todo não é dela, é de seu dono. Só um pouquinho é dela. E isso o comunismo não conhece, ao menos pelas experiências que a história me dá.

É aí que moram todos os segredos de sucesso e todas as receitas e fracassos que conheço ao examinar o cooperativismo que conheço desde os tempos coloniais de meu Brasil amado.

O homem coopera até por filantropia, mas em se tratando de negócios – e no caso do agronegócio mais ainda –, se não houver transparência e resultado efetivo, não há cooperativa que se salve.

A cultura dos mecenas

Fui descobrir na prática e por alguma leitura que trazemos do passado e muito pelo que foi o período monárquico uma ideia do Estado-mãe, do governante mecenas. Isso invadiu a alma de cooperativas em vários locais do país e contaminou a ideia empreendedora, mercantil, de recompensa, envolvendo favorecimentos entre associados de primeira e segunda classes, instituindo o patrimonialismo exercido pelas diretorias e marcando de morte centenas de ideias e experiências cooperativistas. Ideias que teriam modificado a cara do Brasil se não tivessem fracassado.

Estamos num tempo crucial de nossa história de nação e país: se conseguirmos atravessar essas turbulências, ainda poderemos ser uma das cinco maiores potências econômicas do planeta. Certamente o modelo cooperativo apresentado aqui pode ser decisivo para qualquer outra experiência econômica. Se, porém, o diretor da cooperativa tornar-se o dono dela e misturar os seus interesses com os da massa, essa massa se tornará falida. Vale para uma cooperativa. Vale para um país. Não precisa pesquisar, basta ler as notícias do dia a dia.

Quase todos os fracassos cooperativos que conheço passam por um ou mais desses caminhos, no mínimo por dois: o associado sugou a “mãe”, matou a “vaca” ou não cuidou de quem tinha a chave do cofre, e o dirigente aproveitou-se ou, na melhor das hipóteses, não era competente para o cargo.

Cuidando para que essa cultura deformada, que assola o setor público de nossa pátria, não invada as cooperativas, vejo que todas as que deram certo e estão dando certo e que continuarão certas isolaram-se do “jeitinho brasileiro de mamar”.

Obrigado por me permitir fazer essas narrativas e essas confidências.



Aponte a câmera do seu celular no QR Code e ouça o audiolivro do texto

Projeto de Educação Financeira Maxi Poupe

*Jucelita Almeida Neves
Adriane Biasi Rech*

Apresentação

O Projeto Maxi Poupe é uma ação de cunho social, desenvolvida pela cooperativa de crédito Sicoob MaxiCrédito, que busca estimular a educação financeira em alunos da rede de ensino, pública e privada, através de metodologia simples e lúdica, além de incentivar os educadores a abordar a temática em sala de aula. A equipe do Projeto Maxi Poupe vai até as escolas e, através de uma palestra, trabalha dez dicas sobre economia e poupança, que contemplam não só como a criança pode ajudar os pais a economizar em casa, mas ensina a lidar com a mesada, resgata valores como a gratidão e a doação e aborda a cooperação na escola, na família e na comunidade. É uma atividade simples, no formato de uma aula, que permite estimular a educação financeira nas crianças através da reflexão sobre coisas cotidianas e que fazem diferença para o futuro cidadão.

Educação que transforma

Muitas cooperativas investem em projetos voltados para a comunidade local, visando colocar em prática seu principal propósito para públicos além de seus associados. Dessa forma, a cooperativa está atuando com base em seus princípios e valores, muitos desses enraizados nas primeiras sociedades cooperativistas e que vêm sendo repassados de geração em geração.

Uma dessas vertentes é promover ações para o público infantil através de atividades no ambiente escolar e que venham a complementar o ensino ofertado. A educação financeira para crianças e jovens é uma das formas com que as cooperativas, principalmente as de crédito, realizam ações para a comunidade. Isso possibilita que, desde a infância, esses jovens tenham contato com a educação financeira e pensem de forma mais consciente em seus hábitos de consumo e de sua família.

Vale ressaltar que o trabalho da educação financeira e do cooperativismo é prática pouco desenvolvida na educação infantil brasileira. Já antes da estruturação do projeto, as escolas procuravam a cooperativa para fazer alguma ação nesse sentido, complementando as atividades dos professores. E as instituições financeiras, especialmente as cooperativas de crédito, em consonância com os objetivos do Banco Central, também têm papel decisivo na educação financeira da população.

Por isso o Sicoob MaxiCrédito, enquanto cooperativa de crédito que se preocupa com a sociedade, resolveu investir em um projeto que trabalhasse esses aspectos com o intuito de despertar para a reflexão do consumo consciente, dos valores sociais, desenvolvendo nas crianças o hábito de poupar recursos financeiros e da natureza e despertando o interesse por poupar para o futuro, principalmente almejando a realização de sonhos.

Objetivo

O Maxi Poupe é um projeto de educação financeira que tem como objetivo principal incentivar atitudes de consumo consciente e de cooperação em alunos do 1º ao 5º anos da rede pública e privada de ensino nos municípios da área de ação do Sicoob MaxiCrédito.

Tem ainda como objetivos específicos: o incentivo à poupança; uso consciente do dinheiro, reforçando as contas que a família tem para pagar e como as crianças podem ajudar a economizar; resgatar os valores humanos e familiares; reforçar a cooperação; proporcionar uma reflexão para que os professores trabalhem a temática em sala de aula.

Municípios contemplados

O projeto é realizado nos municípios catarinenses onde a cooperativa possui agência e de 2013 até 2020 já passou pelos seguintes: Chapecó, Xaxim, Coronel Freitas, Quilombo, Águas de Chapecó, Caxambu do Sul, Nova Erechim, Campo Erê, São Bernardino, Santiago do Sul, Cordilheira Alta, Planalto Alegre, Guatambu, Irati, Formosa do Sul, Jardinópolis, Entre Rios, União do Oeste, Águas Frias, Marema, Lajeado Grande, Nova Itaberaba, São José, Florianópolis, Blumenau, Balneário Camboriú, Balneário Piçarras, Barra Velha, Brusque, Gaspar, Guabiruba, Guaramirim, Ilhota, Itajaí, Jaraguá do Sul, Luiz Alves, Massaranduba, Penha, Pomerode, Rio dos Cedros, Timbó, Imbituba, Corupá e Laurentino.

Duração

O Maxi Poupe é executado pela cooperativa desde 2013. É um projeto que está retomando escolas nas quais já esteve em seu início e abrangendo outras mais. Está dentro dos planos de ação da cooperativa e visa ao fortalecimento da instituição dentro da comunidade, atendendo ao 7º e 5º princípios do cooperativismo, além de plantar a semente da educação financeira nesses jovens.

Metodologia

Para dar início às atividades do Maxi Poupe, foi desenvolvido um projeto-piloto em 2011, no qual houve a participação da diretoria da cooperativa para definição do eixo temático, em que foi possível alinhar as estratégias, elaborar materiais didáticos e levantar novas sugestões. O piloto foi executado em parceria com a Escola Municipal Lydia Franzon Dondoni, do município de Nova Erechim, no oeste catarinense, e trabalhado inicialmente em duas etapas: na primeira fase, os alunos assistiram a uma palestra com dez dicas lúdicas para aprender a poupar e a importância do cooperativismo para a sociedade, além de levar para casa uma cartilha com as mesmas dicas e um cofrinho em formato de latinha. No segundo momento, os professores trabalharam em sala de aula desenhos com a temática “Quem poupa coopera com o futuro”, realçando os sonhos das crianças através da economia, dos quais foram escolhidos pelos colaboradores da MaxiCrédito as três melhores representações, que receberam como forma de reconhecimento um valor para iniciar sua poupança.

Durante 2012, o projeto-piloto do Maxi Poupe foi avaliado, e a metodologia foi reformulada, adaptando a dinâmica aos espaços das escolas e às rotinas da cooperativa. Em 2013, o programa voltou com força total, mantendo-se a apresentação das dez dicas de como poupar, mas acrescentando dois vídeos alusivos: um sobre a necessidade de poupar com “A história cantada do porquinho” e outro sobre equilíbrio financeiro com a apresentação “Meu dinheiro na balança”.

O personagem do vídeo, o porquinho, transformou-se em um cofrinho, distribuído juntamente com a cartilha das dez dicas, um boné personalizado e uma cartela de adesivos com possíveis coisas que as crianças podem adquirir se economizarem. O trabalho com os desenhos não foi colocado em prática na segunda etapa, pois demandaria disponibilidade de tempo extra da escola, colaboradores e diretoria do Sicoob MaxiCrédito, o que dificultaria a logística do projeto. O prêmio de caderneta de poupança foi mantido em forma de

sorteio aos alunos que participam das atividades, estimulando o ato de pensar sobre o uso equilibrado do dinheiro.

Além disso, os pequenos também aprendem de forma lúdica o que é uma cooperativa e seus diferentes ramos e o que é o Sicoob MaxiCrédito na comunidade, explicando que não se trata de um banco e sim de uma instituição financeira cooperativa. Um dos exemplos mais usados para falar do tema é a cooperação no reino animal, fazendo uma alusão às abelhas, um dos símbolos do cooperativismo, e às formigas, que trabalham de forma coletiva e integrada.

Em consonância, também reforçamos a importância da troca entre pais e filhos, pois o projeto incentiva que as crianças cheguem em casa e conversem com seus familiares sobre o que aprenderam naquele dia, estimulando a educação financeira familiar e levando a mensagem do cooperativismo para mais pessoas nas comunidades.

Desenvolvimento

O Maxi Poupe tem um bom período de execução e já passou por diversas adaptações, principalmente no que se refere à agenda de execução. Em 2016, o Sicoob MaxiCrédito incorporou uma outra cooperativa do mesmo sistema e ampliou sua área de ação. Consequentemente, ampliou também suas atividades na área social, fortalecendo ainda mais a presença da cooperativa na comunidade.

Maxi Poupe	Ano	Alunos	Palestras	Professores	Escolas
	2013	4950	48	486	24
	2014	1990	18	246	9
	2015	918	14	83	7
	2016	770	10	81	5
	2017	2119	30	126	14
	2018	8938	116	573	41
	2019	12386	106	688	50
	2020	530	7	39	3
Total		32601	349	2322	153

TABELA

Resultados

O Programa Maxi Poupe é uma ação que a cooperativa realiza a qual vem gerando muitos frutos, tanto com relação à educação financeira como com à sensibilização sobre o papel das cooperativas nas comunidades onde estão inseridas. É extremamente satisfatório o sorriso das crianças ao assistir aos vídeos, ao receber os brindes, e sabemos que essa é uma sementinha plantada que irá refletir no futuro de cada uma delas. O programa também tem um importante respaldo entre os educadores, que agradecem a ação na escola e comentam o quanto cada dica tem a contribuir para a educação das crianças, seja complementando o que o professor já faz em sala de aula, seja para a vida dela em família.

Além dessa avaliação positiva das escolas, os reflexos do Maxi Poupe podem ser identificados no aumento significativo da Poupança Cooperada do Sicoob MaxiCrédito, serviço que é estimulado e propagado com a execução do programa.

Esse crescimento, que vem se mantendo ao longo dos anos, acompanha também a execução do programa nos diversos municípios em que a cooperativa está inserida.

Vale destacar que os recursos da poupança também contribuem para alavancar outras áreas, como o crédito rural, um importante propulsor do desenvolvimento econômico local. Isso faz com que a cooperativa seja um motor ainda mais forte na transformação social, pois tem maior capacidade na disponibilização de recursos que desenvolvam as localidades. Sendo assim, a cooperativa resolveu investir e solidificar projetos como o Maxi Poupe, que, além de fazer o seu papel social através da mensagem da educação financeira, pudesse contribuir para o crescimento do associado.

Conclusão

O programa de educação financeira Maxi Poupe foi além do esperado por toda a equipe do Sicoob MaxiCrédito. A ideia inicial de um projeto de curta duração já tem pretensões de se estender a outras faixas etárias nas escolas, pois os educadores frequentemente solicitam o retorno do projeto com outras dinâmicas e atividades.

Quando falamos com os professores sobre o trabalho do Maxi Poupe, a opinião é unânime em como ele tem contribuído para a construção de cidadãos mais conscientes e como tem promovido valores de gratidão e cooperação por onde passa. Além disso, o programa dá mais subsídios aos professores para trabalhar a temática em sala de aula com os alunos.

É hoje um projeto com respaldo na comunidade, pois o Sicoob Maxi-Crédito, enquanto instituição cooperativa, acredita que é possível transformar uma localidade com ações simples. Fazendo esse trabalho, a cooperativa busca e reforça sua missão de contribuir para a melhoria de vida dos associados e das comunidades onde está inserida.

Anexos

Projeto-Piloto do Maxi Poupe na Escola Reunida Municipal Lydia Franzon Dondoni do município de Nova Erechim, novembro de 2011



Fonte: Acervo Sicoob Maxicrédito.

Escola Expressão em Florianópolis, maio de 2018



Fonte: Acervo Sicoob Maxicrédito.

Escola Municipal Honorata Stedille em Laurentino, agosto de 2018



Fonte: Acervo Sicoob Maxicrédito.

Matéria publicada no *Mix de Notícias*, revista da cooperativa, na edição de agosto de 2018



Um dos objetivos do Banco Central do Brasil, órgão que regula todas as instituições financeiras do país, é promover a inclusão financeira da população. E quando se fala desse tema, não se trata apenas de promover o acesso da população ao sistema financeiro, através de contas e crédito, mas também de possibilitar que as pessoas tenham uma vida financeira saudável e sustentável.

Por isso, desde 2014, em todo o país, diversas instituições e entidades se mobilizam para tratar sobre educação financeira. Em sua 5ª edição, a Semana Nacional de Educação Financeira, é uma iniciativa do Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF), em parceria com o Banco Central do Brasil.

O Sicoob MaxiCrédito, cumprindo seu papel enquanto cooperativa, promoveu diversas ações durante esta semana, voltadas ao tema para crianças e adultos, nos municípios de Florianópolis e São José. Muitas pessoas receberam dicas sobre uso consciente do dinheiro, como e onde podemos poupar, a importância do orçamento familiar e sobre como o

cooperativismo pode ser um grande aliado nas finanças.

Um dos programas, o Maxi Poupe, é realizado pelo Sicoob MaxiCrédito desde 2013 e tem o objetivo de estimular o ato de poupar desde cedo. Com ele, a cooperativa vai até as escolas e desenvolve atividades lúdicas que buscam essa reflexão, com exemplos práticos do dia a dia. Na opinião de Nadir Junckes da Silva, diretora administrativa do Colégio Gardner, em São José, esse trabalho é de grande importância para a sociedade. "Precisamos conscientizar os alunos desde pequenos, plantar uma sementinha na questão da poupança, para saber valorizar o dinheiro", afirma Nadir.

"Promover estas ações nos faz pensar o quanto nossa instituição pode contribuir com a sociedade, nos faz olhar para o futuro e ver pessoas muito mais conscientes com relação aos seus recursos financeiros, além de promovermos o cooperativismo de crédito", reforça a Diretora Administrativa, Adriana Spolti Grigol.



Fonte: Acervo Sicoob MaxiCrédito.

Atividades não param

Dando sequência às ações da Estratégia Nacional de Educação Financeira, além de Florianópolis e São José, o Sicoob MaxiCrédito também atuou com o Maxi Poupe nos municípios de Blumenau, Cordilheira, Xaxim, Coronel Freitas, Guararimirim e Chapecó. De maio a julho, foram 22 escolas atendidas com o projeto, com mais de 5.300 alunos do ensino fundamental, além de outros 300 professores.



Para a coordenadora de comunicação e uma das facilitadoras do programa, Taiana Haelsner, na vida é preciso economizar não só dinheiro como também os recursos naturais e estimular nas crianças a noção de gastos para a grande lista de coisas que os familiares tem para pagar no mês. "Despertamos nas crianças o

sentimento de ajuda para economias domésticas, como também de ajuda ao próximo seja através da doação do que não utilizamos mais ou então na avaliação do que realmente queremos e precisamos comprar", explica Taiana.

Na passagem pelas escolas é possível ouvir muitas experiências: a de crianças que já possuem o seu cofrinho e guardam um pouco do dinheiro da mesada, outras que ajudavam a fazer cup cake ou brigadeiros para vender junto aos pais, além das crianças que, naturalmente, separam brinquedos e roupas que não usam mais e doam para outras pessoas que precisam.

Na opinião da gerente de comunicação, Jucelita Neves, esse trabalho com as crianças se demonstra muito importante quando nos deparamos com uma sociedade consumista. "É uma sementinha que estamos plantando, pensando na família e também no futuro cidadão. Quem sabe, essas crianças, quando adultas, lembrarão do que falamos e tratarão a vida financeira de forma diferente", finaliza Jucelita.

Desde o seu início em 2013, o Maxi Poupe já atendeu mais de 15.800 crianças em diversos municípios da área de ação da cooperativa, além de 1.300 professores, diretores e orientadores pedagógicos que já acompanharam as atividades.



**EBM
ALBERTO STEIN**
Bairro Água Verde
Blumenau

1 - As alunas Thaísa M. da Silva P. de Souza e Bruna Bianca da Siqueira, recebem as poupanças de Miché Cristiane Nicacio, gerente de negócios da agência Biergarten e da coordenadora Taiana.
2 - Miché e Taiana com as alunas Julia Trettin Moraes e Fernanda Beatriz do Nascimento.
3 - Os alunos Pedro H. Cardoso Arassem e Henrique Emanuel de Jesus, ao lado das colaboradoras Miché e Jucelita.
4 - Miché e Jucelita fazem a entrega das poupanças para os alunos Taísa de Oliveira e Davi Gueths Metzner.



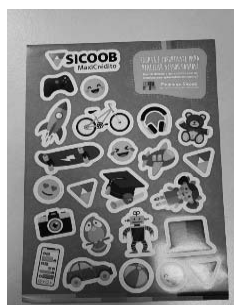
Anexo brindes



Kit entregue aos alunos: cartilha, boné e cartela de adesivos



Boné infantil



Cartela de adesivos



Cartilha aberta



Estojo entregue aos professores participantes

Fonte: Acervo Sicoob Maxicrédito.



Aponte a câmera do seu celular no QR Code e ouça o audiolivro do texto

OCESC: 50 anos em defesa do cooperativismo

Luiz Vicente Suzin

A história da Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (OCESC) iniciou em 1970 quando a regulamentação da Política Nacional do Cooperativismo, depois de quatro anos de discussões, instituiu o Regime Jurídico das Sociedades Cooperativas e oficializou o acompanhamento estatal por meio de entidades representativas. Assim, as cooperativas, os órgãos de representação, as confederações, federações e centrais passaram a constituir efetivamente o Sistema Cooperativo Brasileiro, sujeito à fiscalização dos órgãos federais, especialmente o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

A nova lei substituiu toda a legislação anterior a respeito do cooperativismo e determinou uma representação única do movimento por meio da Organização das Cooperativas Brasileiras, a OCB, que acabara de surgir da fusão das duas entidades representativas nacionais que coexistiam até então. Esse processo refletiu-se no fortalecimento das cooperativas com maior potencial de prestação de serviços ao mesmo tempo em que enfraqueceu as organizações mais rudimentares. Para essas, havia apenas dois possíveis caminhos: a extinção ou a fusão com outras cooperativas. Em Santa Catarina, a Acaresc apoiou essa integração, colocando uma equipe de contadores à disposição das cooperativas para auxiliar nos processos de fusão, que ocorreram em várias partes do estado.

Outra diretriz da nova legislação era o estabelecimento de organizações estaduais de cooperativas. A Ascoop já fazia esse papel e, no dia 28 de agosto de 1971, teve o nome mudado para Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (OCESC) por decisão dos associados. Na mesma reunião, foi homologada a filiação da OCEsc à OCB. Os associados decidiram manter a base da diretoria da Ascoop, com **Irineu Manke** na presidência, tendo agora como novo vice Ivo Vanderlinde. O secretário-executivo Alberto Moraes também permaneceu. Manke passou a compor o colegiado da OCB como membro do Conselho Fiscal.

Disposta a se apresentar ao sistema em âmbito nacional e ampliar sua representatividade política, a OCEsc assumiu o desafio de organizar o maior evento do segmento no país: o Congresso Brasileiro de Cooperativismo. Rea-

lizada entre 24 e 28 de setembro de 1972 em Florianópolis, a 6ª edição do Congresso reuniu representantes de 700 cooperativas de todo o país. Em sintonia com as metas de atualização descentralizada, a OCESC inaugurou núcleos regionais nas cidades de Chapecó e Videira no oeste do estado em 1973. Cada núcleo contava com um escritório para oferecer assistência administrativa e contábil às cooperativas filiadas.

Uma nova diretoria para a OCESC foi eleita em agosto de 1973. **Ivo Vanderlinde**, presidente da Cooperativa Regional Agropecuária do Vale do Itajaí e até então vice-presidente da OCESC, assumiu o comando. Seu vice era o presidente da Coopercentral Aurora, Aury Bodanese. Em 1974, o crescimento da produção agrícola catarinense foi recorde: 30,8%. Com apenas 1,13% do território brasileiro, o estado tornava-se o quinto maior produtor nacional de alimentos, atrás apenas de São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Diante da rápida expansão da produção e dos negócios, a OCESC implantou um departamento de informações comerciais a fim de orientar as cooperativas sobre o comportamento dos mercados internos e externos. Além disso, o departamento tinha o objetivo de assessorar tecnicamente e capacitar dirigentes nos processos de compras, marketing e comercialização.

No final de 1975, a OCESC inaugurou sua primeira sede própria em Florianópolis. Era uma casa de dois andares à rua Jairo Callado no centro da capital. Nessa época, a entidade contava com 157 cooperativas registradas: 20 de consumo, 19 escolares, 73 de produção agropecuária, 37 de eletrificação rural e oito de prestação de serviços. Todas cotizaram-se para o pagamento das despesas relacionadas ao imóvel. Diante da expansão do movimento no estado, as autoridades responsáveis pela promoção e desenvolvimento do cooperativismo estavam determinadas a transferir para a OCESC outras atribuições. Com o objetivo de capacitar a instituição, seus dirigentes foram à Alemanha para conhecer de perto o sistema cooperativo daquele país por meio de uma parceria com a Fundação Friedrich Naumann, já bem atuante no Brasil na estruturação das organizações cooperativistas. Esse convênio teria como uma das consequências a implantação do Instituto Técnico das Cooperativas (ITEC) em Santa Catarina, importante agente no processo de desenvolvimento cooperativista.

Em 1979, a OCESC elegeu um novo presidente: **Alberto Moraes**. Chegava ao final uma década marcada pelo forte crescimento das cooperativas catarinenses, tanto no campo como nas cidades. Apesar de trabalhar fortemente pela expansão do movimento, a Organização sempre acreditou que os princípios do cooperativismo jamais poderiam ser relegados a segundo plano em nome do crescimento. Continuar disseminando os princípios da doutrina era essencial. A OCESC investia também na capacitação de cooperados, oferecendo às

cooperativas registradas, em parceria com outras entidades, uma série de treinamentos para dirigentes e funcionários. Os cursos transmitiam conhecimentos nas áreas de contabilidade, administração e comunicação, entre outras.

Em 1981, pela primeira vez desde 1947, quando os indicadores do PIB começaram a ser estabelecidos, o resultado do país foi negativo – queda de 3,1%. A crise gerou estagnação econômica, desemprego e altos índices inflacionários. Reeleito para novo mandato à frente da OCESC, Alberto Moraes liderava estratégias para ajudar as cooperativas catarinenses a lidar com tantas turbulências. Ampliar a troca de informações e de experiências entre as cooperativas foi um dos caminhos. O *Elo Cooperativo*, informativo mensal produzido pela Organização, cumpria a função de registrar e informar os cooperados sobre fatos relevantes.

Em 1984, o cooperativismo brasileiro passou a ser acompanhado pelo governo federal por meio de um único órgão diretamente ligado ao Ministério da Agricultura: a Secretaria Nacional do Cooperativismo. Nesse mesmo ano, **Harry Dorow** foi eleito para a presidência da OCESC. Daí em diante, a Organização empenhar-se-ia ainda mais no incentivo ao cooperativismo de crédito, segmento existente no estado desde a década de 1930. A OCESC adotou os princípios de um projeto elaborado pelo cooperativista Mário Krueel Guimarães no Rio Grande do Sul com o objetivo de criar um Sistema Cooperativo de Crédito Rural que pudesse oferecer ao pequeno produtor rural uma alternativa de financiamento. Tornava-se cada vez mais evidente a impossibilidade de os pequenos produtores arcarem com as altas taxas de juros praticadas pelos bancos. A Organização empreendeu mais uma ação pioneira em 1985 ao criar um banco de dados para o setor cooperativista, reunindo informações econômicas, financeiras e sociais das cooperativas do estado com o objetivo de utilizá-las de forma estratégica.

Em reconhecimento ao bom trabalho, Harry Dorow foi reeleito presidente da OCESC em 1987, tendo agora Mário Lanznaster como vice. A Organização participaria ativamente da articulação, organizada pelo cooperativismo em todo o país, para influenciar a nova Constituição Federal. Organizou-se na Assembleia Legislativa de Santa Catarina a Frente Parlamentar Cooperativista. Em 1988, a OCESC contou com o apoio da Frente Parlamentar Cooperativista para obter uma conquista relevante para o movimento cooperativista catarinense. A Assembleia Legislativa havia aprovado o Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (Prodec), que visava estimular o desenvolvimento socioeconômico do estado por meio do apoio ao empreendedorismo.

Em 1989, a OCESC homologou o Conselho de Ética do Cooperativismo no estado com o objetivo de apoiar as cooperativas no processo de auto-

gestão, o maior desafio nos anos que viriam. Cada vez mais forte e atuante, a Organização chegava ao final da década totalmente consolidada como entidade representativa. Além disso, oferecia uma série de serviços às cooperativas, como o banco de informações atualizadas sobre o sistema, a educação e a capacitação cooperativista, treinamento, auditoria e consultoria sobre conformidade legal, comunicação e assessoria jurídica. A década de 1990 iniciou como uma nova era para o movimento cooperativista brasileiro: a autodeterminação de um sistema que, por quase um século, esteve sob o jugo estatal. Tutelado desde os primeiros passos pelo Estado, o cooperativismo brasileiro não podia, até então, trilhar caminhos de forma autônoma que permitissem a expansão de acordo com seu potencial.

Preparar as cooperativas para esse novo tempo era uma das principais missões da OCESC. Após a gestão de Harry Dorow, as filiadas da Organização elegeram **Vilibaldo Erich Schmid** para sucedê-lo. Ao assumir a OCESC, passou a dar expediente na sede da Organização em tempo integral, fato inédito na história da instituição. Esse alto nível de dedicação era uma exigência das demandas que chegavam à OCESC. Além de dar início ao processo de autogestão nas cooperativas, cabia à Organização acompanhar o cenário político e econômico, incluindo uma série de projetos de lei sobre o cooperativismo que tramitavam tanto no Congresso Nacional como na Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

A OCESC trabalhava para aumentar sua representação externa e fortalecer outros ramos do cooperativismo. Assim, muitas cidades que já tinham uma boa imagem do associativismo agropecuário abriram-se a novas formas de cooperar. Em Chapecó, por exemplo, a ideia da cooperativa médica foi introduzida por Aury Bodanese. Esse movimento deu origem, em 1992, à cooperativa médica da cidade. Em abril de 1993, **José Norberto Kretzer**, que ocupava a superintendência da OCESC havia alguns anos, foi eleito presidente. Naquela época, a representação do sistema estava estruturada e consolidada.

Com a estabilização da economia trazida pelo Plano Real em 1994 e as consequentes mudanças nos padrões de consumo, a agroindústria catarinense buscou um novo patamar de competitividade. Em meio a esse cenário, era preciso ampliar a força política do cooperativismo e reforçar as funções das entidades representativas regionais. As cooperativas decidiram em assembleia que seriam atribuídas características sindicais à Organização, o que envolvia a alteração do estatuto e incluía a autorização para a filiação a uma entidade sindical superior. Assim, a OCESC tornou-se a primeira organização cooperativista de caráter estadual a conquistar as prerrogativas de entidade sindical

patronal, passo inicial para uma conquista futura: o sistema nacional de aprendizagem do cooperativismo.

Todo esse processo foi reforçado a partir de abril de 1996 quando **Aury Luiz Bodanese** assumiu a presidência da OCESC. Nessa mesma época, intensificou-se a busca por recursos por parte das cooperativas. A Organização percebeu que havia demanda anormal por crédito e, ao averiguar a situação junto às cooperativas, identificou um alto nível de endividamento. Era uma situação que comprometia a viabilidade das cooperativas catarinenses. A Organização realizou então um estudo sobre o endividamento, conduta adotada também por OCEPAR e OCERGS, que identificaram a mesma situação preocupante nos demais estados da Região Sul. A partir dos resultados desse trabalho, as entidades reuniram-se e elaboraram a proposta de um programa de recuperação das cooperativas. Esse pleito foi encaminhado à OCB, que iniciou uma grande negociação e articulação política para a aprovação do Programa de Revitalização do Setor Cooperativo (Recoop). Após ampla discussão, foi aprovado pelo Governo Federal em 1998 um aporte de R\$ 3 bilhões nas cooperativas brasileiras. A criação do Sistema Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP) em 1998 contribuiu fortemente para a missão de organizar, administrar e executar o ensino de formação profissional, a promoção social dos empregados de cooperativas, cooperados e de seus familiares e o monitoramento das cooperativas em todo o território nacional. A partir de então, as cooperativas passaram a receber em serviços a contribuição que antes recolhiam ao governo em benefício das instituições nacionais do chamado Sistema S.

Após as intensas mudanças políticas e econômicas que marcaram as décadas anteriores, o Brasil entrou no século XXI experimentando novos patamares de desenvolvimento. Com a inflação sob controle, era possível – a pessoas, entidades, empresas e governos – planejar ações a longo prazo. Também a OCESC conseguiu voltar com mais clareza o seu olhar para o futuro do cooperativismo catarinense. Consolidar o sistema cooperativista em Santa Catarina era um dos desafios de **Luiz Hilton Temp**, eleito presidente da OCESC para a gestão 2000-2003. Nesse período, a Organização trabalharia focada na meta de reduzir a carga tributária e no aprimoramento da comunicação entre as cooperativas e a sociedade. Em outra frente, diversas ações foram intensificadas para identificar cooperativas irregulares ou inoperantes em Santa Catarina.

A diversidade e a inclusão eram bandeiras que ganhavam força a cada dia. Com apoio do SESCOOP foi realizado o 1º Encontro de Mulheres Cooperativistas, tendo mais de 250 participantes, iniciativa que se repetiria nos anos seguintes. O Encontro de Jovens Agricultores Cooperativistas Catarinenses reuniu mais de 700 jovens, iniciativa relevante para combater o êxodo rural

e apresentar perspectivas para os filhos dos associados das cooperativas. Em meio a essas importantes conquistas, **Neivor Canton** foi eleito para a presidência da OCESC em 2004. Naquele ano, o cooperativismo catarinense contribuía com 10% do PIB do estado. A profissionalização da gestão, a formação de redes de intercooperação, a educação cooperativista e a responsabilidade social das cooperativas foram as quatro macrotendências transformadas em metas da OCESC no período 2004-2008.

A qualificação de recursos humanos para atuar nas cooperativas deu outro importante passo em 2006 com o lançamento de um curso superior em cooperativismo. Em parceria com a Universidade do Sul Catarinense (Unisul), a OCESC elaborou o primeiro curso de Administração do estado com ênfase em cooperativismo. As cooperativas catarinenses registravam um aumento considerável no número de mulheres no corpo de associados e também, nos cargos de direção e fiscalização. Essa foi uma das constatações do 5º Encontro Estadual de Mulheres Cooperativistas, promovido pela OCESC em outubro de 2006, reunindo cerca de 500 representantes de todo o estado. Naquele ano, 118 mulheres participaram do comando de cooperativas e outras 204 dos conselhos de fiscalização.

No dia 25 de abril de 2008, foi eleito o novo Conselho de Administração da OCESC para a gestão 2008-2012. **Marcos Antônio Zordan** assumiu a presidência. Entre as prioridades estavam o fortalecimento da intercooperação e o aumento da participação de famílias no cooperativismo, em especial dos jovens. O mundo mergulhou numa grande crise econômica no segundo semestre de 2008. Em Santa Catarina, o quadro foi agravado pelas fortes chuvas que caíram sobre o estado no final de novembro. Em meio a tantos desafios, a OCESC trabalhava para minimizar os efeitos da crise sobre as cooperativas. Era preciso preparar as cooperativas para driblar a escassez de crédito e a desaceleração da demanda.

Embalada pelos bons resultados do cooperativismo catarinense, a OCESC levou adiante o projeto de construir uma nova sede, inaugurada em 2011 – evento que marcou a celebração dos 40 anos da Organização. Nova diretoria foi eleita para a OCESC em abril de 2016 depois de oito anos de Marcos Antônio Zordan à frente da Organização. **Luiz Vicente Suzin** foi eleito para o mandato de quatro anos.

Baseadas na grande capacidade de adaptação demonstrada ao longo de suas trajetórias, as cooperativas catarinenses vêm lidando bem com um mundo em rápida transformação. Exemplo dessa postura é o crescente uso de novas tecnologias, especialmente a tendência de automação e robotização – sem relegar a segundo plano, entretanto, aquilo que sempre caracterizou e continua-

rá caracterizando o cooperativismo: a essência humana. O cooperativismo chegou a 2020 como uma grande força da economia global. Mas essa pujança se viu diante de uma grande crise a partir de março de 2020: a chegada ao Brasil da pandemia de Covid-19. Em sintonia com um dos sete princípios do cooperativismo, “Interesse pela Comunidade”, o cenário reforçou o compromisso social do sistema. As cooperativas catarinenses mobilizaram-se de forma exemplar para enfrentar a pandemia, criando estratégias eficazes para proteger a saúde dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, assegurar a manutenção das atividades econômicas, fator essencial para preservar o abastecimento da população.

Em julho de 2020, Luiz Vicente Suzin foi reeleito para novo mandato de quatro anos com dois grandes objetivos: defender os interesses das cooperativas catarinenses e apoiá-las para que continuassem se desenvolvendo com sustentabilidade. Tudo isso passa, é claro, pelo desafio de readequar as atividades ao pós-pandemia. “Apesar do impacto negativo na economia, precisamos olhar para os aprendizados, como a necessidade de investimentos em tecnologias e inovações, para que o trabalho continue mesmo com adversidades climáticas ou sanitárias”, disse Suzin ao tomar posse do segundo mandato.



Aponte a câmera do seu celular no QR Code e ouça o audiolivro do texto

Cooperar e construir: este é o propósito!

Marlise Iloira Gurtler



As quatro estações

Cooperar significa somar trabalho para o mesmo fim. A cooperação é prática nata da civilização ancestral, como menciona o autor Yuval Harari (*Sapiens – Uma breve história da humanidade*, 2019). Por que nossos ancestrais se reuniram para criar cidades, reinos e impérios? Que papel teve nisso tudo nossa capacidade imaginativa?

As respostas são complexas, mas há de fato milhares de exemplos de atribuições da expertise humana no sucesso que transcorre os grandes marcos da humanidade. O cooperativismo é um deles: temos muitas histórias para contar.

Verão com voos altos

O Brasil conta, atualmente, com sete ramos do cooperativismo: produção de bens e serviços, infraestrutura, consumo, transporte, agropecuário, crédito e saúde, no qual o Sistema Cooperativista Unimed está inserido.

No final da década de 1960, a medicina assistencial no Brasil atravessava um momento de grande efervescência pela perplexidade que as transformações estruturais da Previdência Social traziam. Além da queda no padrão de atendimento, as mudanças levaram ao surgimento de seguradoras de saúde, à mercantilização da medicina e à proletarização do profissional médico, que ficava impedido de exercer com liberdade e dignidade sua atividade liberal. Em resposta, surgiu a primeira cooperativa de trabalho na área de medicina do país e das Américas: a União dos Médicos – Unimed, fundada na cidade de Santos (SP) em 1967, que depois passou a se chamar Unimed Santos. Era uma

iniciativa do ginecologista obstetra Edmundo Castilho e de um grupo de médicos que queria evitar a intermediação das empresas, respeitando a autonomia dos profissionais e o atendimento em consultório.

Fazendo uma analogia ao ditado popular “uma andorinha só não faz verão”, vale lembrar a curiosidade sobre a origem da mesma. Foi o grego Aristóteles (384-322 a.C.) quem escreveu, pela primeira vez, em seu livro “Ética a Nicômaco”, que “uma **andorinha só não faz** primavera” – versão original da expressão idiomática, aqui conhecida na versão adaptada para a estação seguinte: o **verão**.

Esse movimento inicial dos médicos abrilhantou as iniciativas de outros profissionais, e na década de 1970 surgiram as Federações Unimed – as chamadas cooperativas de segundo grau, formadas por no mínimo três singulares, visando padronizar procedimentos operacionais e estimular a troca de experiências entre as cooperativas de um mesmo estado.

Assim como a estação mais quente do nosso planeta – o verão com suas variações climáticas repentinas e seus dias longos –, logo outras andorinhas passaram a participar dessa revoada.

E assim nasce a Confederação Nacional das Cooperativas Médicas – Unimed do Brasil, fundada em 28 de novembro de 1975 para ser a representante institucional das cooperativas Unimed.

A Federação das Cooperativas Médicas do Estado de Santa Catarina foi fundada em 5 de outubro de 1982 por iniciativa de outras Unimeds pioneiras e já em atividade no estado, também denominadas singulares.

Hoje no Brasil:

- São 341 cooperativas
- 118 mil médicos cooperados
- 18,6 milhões de beneficiários
- 2.409 hospitais credenciados
- 143 hospitais próprios
- 37% de participação no mercado nacional de planos de saúde
- 134 mil empregos diretos
- 23% dos médicos no Brasil atendem Unimed
- Top of Mind por 29 anos, o plano de saúde mais lembrado pelos brasileiros
- 19 vezes consecutivas o plano de saúde em que os brasileiros mais confiam.

Segundo dados da Aliança Cooperativa Internacional – ACI, existem mais de 800 milhões de cooperados em todo o mundo. No Brasil, são aproximadamente seis milhões de cooperados em mais de cinco mil cooperativas de todos os setores, que movimentam 5% do Produto Interno Bruto (PIB) Nacio-

nal. A cooperativa médica está entre as que mais contribuem para a economia do país e tem como principais características a forte aceitação da sociedade, referencial ético na prática da Medicina privada no país, além de ser o melhor modelo de atenção à saúde. Entre as cooperativas do setor, o Sistema Unimed destaca-se por ser a maior cooperativa de trabalho médico do mundo, estando presente em 83% dos municípios brasileiros.

Outono de mudanças

Já dizia Dalai Lama em seu poema: *Uma árvore em flor fica despida no outono. A beleza transforma-se em feiura, a juventude em velhice e o erro em virtude. Nada fica sempre igual e nada existe realmente. Portanto, as aparências e o vazio existem simultaneamente.*

E assim se escrevia a trajetória da Unimed Chapecó, que comemorou seus 30 anos de fundação no dia 20 de fevereiro de 2021. Uma história de transformação, de troca de folhas secas por muito trabalho árduo e persistência. Hoje são mais de 53 mil beneficiários assistidos pelo Plano de Saúde, mais de 350 médicos cooperados especializados em diversas áreas.

No anseio de transformar o atendimento médico-hospitalar prestado em Chapecó e região, em 20 de fevereiro de 1992, foi constituída a Cooperativa de Trabalho Médico da Região Oeste Catarinense. A data representa, além do aniversário da Cooperativa, o início de um sistema de saúde de referência em toda a região. Na época em que foi criada, a Unimed Chapecó possuía 86 médicos sócio-fundadores de diferentes especialidades. No mesmo período, a singular atendia aproximadamente 11 mil clientes e oferecia assistência médica a outros nove municípios do oeste catarinense.

É essa coragem de transformar e deixar um legado por esta terra que torna os homens mais nobres. E foi a partir de sua fundação que a Unimed Chapecó foi presidida pelos médicos Dr. José Aymone Netto, Dr. Luiz Carlos Scapucin, Dr. Luiz Roberto Dalla Costa, Dr. Geraldo Antunes Córdova e atualmente pelo Dr. José Pergoraro Foresti.

Antes de se tornar cooperativa, iniciou sua trajetória como seccional da Fundação Unimed e assim permaneceu por cerca de três anos. À época, coube aos cooperados a administração de um novo sistema de atendimento médico até a conscientização de cooperativismo e colaboração mútua em prol de uma entidade médica que trazia consigo novidades e promessas.

Inverno de desafios

No mesmo ano em que a Cooperativa Médica foi criada, a Fundação Hospitalar e Assistencial Santo Antônio – FHASA passava por um período

crítico com relação à sua situação econômico-financeira. Assim como a migração dos animais na estação mais fria do ano, as mudanças no âmbito profissional também são extremamente necessárias para a sobrevivência. Noites mais longas representam períodos difíceis, que parecem intermináveis. Paralelamente a essa situação, a Unimed Chapecó trilhava para um futuro promissor na cidade, firmando contratos com 65 empresas; dentre elas destacam-se a Coopercentral Aurora e a Cooperalfa, primeiras empresas de Chapecó a aderir ao plano com a Federação local, consolidando-se em seu maior contrato.

Primavera: nasce o Hospital Unimed Chapecó

Tão linda quanto a letra da música de Tim Maia, intitulada “Primavera”, essa estação é inspiradora. Traz a paz à alma e o amor ao coração. Representa o reflorescimento, dias mais longos e noites mais curtas. Dias de muito sol.

Foi então que o Conselho de Administração do período decidiu que era hora da Unimed Chapecó ter seu próprio hospital. Em dezembro de 1996, uma assembleia discutiu e aprovou com 90% de apoio à proposta de assunção, reforma e reconstrução do velho Hospital Santo Antônio.

No final do mesmo mês, 95% dos conselheiros da Fhasa, a fundação mantenedora do hospital, reunidos em assembleia, aprovaram a transferência do patrimônio para a Unimed. Em janeiro de 1997, uma nova assembleia ajustou os estatutos para dar perfeição jurídica ao ato. Iniciava então a fase de demolir, reformar, reconstruir e ampliar.

As obras iniciaram em agosto de 1997 e ficaram concluídas em dezembro de 1998. Além dos recursos obtidos junto ao Banco do Brasil, os médicos cooperados participaram diretamente com recursos financeiros mediante retenção de uma parcela da produção mensal em favor de um fundo de construção e investimentos. No final, foram investidos R\$ 4 milhões e 200 mil reais em valores de 1998 (R\$ 2,5 milhões em obras e R\$ 1,7 milhão no resgate do passivo da antiga Fhasa). Batizado inicialmente de Hospital Uniclínicas, em 2011 teve seu nome alterado para Hospital Unimed Chapecó para tornar-se uma marca consagrada e cada vez mais próxima das pessoas.

Com a aquisição do Hospital Unimed Chapecó, a Cooperativa Médica conquistou sua independência e tornou-se um paradigma nacional de cooperativa de vanguarda, focada nos desafios dos novos tempos. No plano interno, assegurando proteção e defesa econômica aos cooperados; no plano externo, oferecendo serviços de saúde de qualidade à população.

Foi então que, em 5 de dezembro de 1998, foi inaugurado o Hospital Unimed Chapecó.

“A cooperativa médica de Chapecó foi a primeira Unimed do estado a conquistar a Acreditação de Operadoras de Planos de Saúde pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) em 2017, mantendo a acreditação, em nível máximo, ao longo dos anos; o Hospital Unimed Chapecó possui Acreditação pela Organização Nacional de Acreditação (ONA) desde 2009 e recentemente conquistou o maior nível de um dos programas de acreditação em saúde mais exigentes do mundo com metodologia canadense – QMentum Internacional – Diamond. Isso é possível porque priorizamos e valorizamos nossos cooperados, nossas equipes e nossos clientes”, enfatiza o presidente da Unimed Chapecó e médico do trabalho, Dr. **José Pegoraro Foresti**.

Segundo o diretor de marketing e relacionamento da Unimed Chapecó e cirurgião torácico Dr. **Rovani Camargo**, no sistema cooperativista todos os que fazem parte da cooperativa são beneficiados e solidários com seu desempenho, além de contribuir com ações sociais e ambientais. “Além da preocupação com a excelência no serviço prestado, o cooperativismo mantém o engajamento com a comunidade, incentivando seu desenvolvimento. Então, ao abordar o crescimento de uma cooperativa, há uma inquietação de promovê-lo como um todo, ou seja, impactar as pessoas do seu entorno”, analisa.

O Complexo Unimed Chapecó tem como objetivo promover a saúde dos chapecoenses e região, garantindo a seus mais de 50 mil beneficiários uma estrutura médico-hospitalar de alto padrão e de qualidade. São mais de duas décadas de trabalho e investimentos que transformaram Chapecó em um centro de saúde com medicina de alta complexidade. Inúmeros avanços marcaram o trabalho da cooperativa nesse período. Destacam-se a forte contribuição na ampliação e modernização do sistema de saúde do oeste, estimulando a vinda de profissionais com novas especialidades, a constante inovação tecnológica e o pioneirismo em exames e procedimentos.

Os valores da marca – cooperação, diversidade, sabedoria, liberdade, simplicidade, relacionamento e responsabilidade – têm grande importância no dia a dia da Unimed Chapecó. “Ao longo desses 30 anos, investimos em tecnologias de alta complexidade, proporcionando plenas condições de trabalho aos cooperados e acesso à saúde de ponta à sociedade, bem como investimos em humanização, inovação e capacitação”, relata Dr. Geraldo Córdova, diretor corporativo.

“Não paramos de crescer; assim como as metas de vendas, nosso compromisso é garantir o atendimento aos nossos clientes. Portanto, em breve teremos mais um hospital da Unimed Chapecó. Desta vez, no bairro Efapi”, ressalta Dr. Waldir Savi Junior, diretor do plano de saúde.

Com essa filosofia de atuação, a Unimed Chapecó vem conquistando importantes prêmios, como a mais lembrada na região oeste de Santa Catari-

na. Os resultados são reflexos do envolvimento da direção, passando pelo corpo médico, chegando aos serviços de apoio, bem como dos cooperados e colaboradores da Unimed Chapecó.

E nesse cinquentenário da marca nacional Unimed temos muitas histórias para compartilhar. Desafios, frustrações, mas principalmente muito trabalho e dedicação para sustentar o negócio até os dias atuais. O que não é uma missão fácil, dadas as circunstâncias da legislação e do mercado, mas especialmente porque estamos cuidando de VIDAS.

Conheça um pouco mais:

Os sete princípios do cooperativismo

1º Princípio: Adesão livre e voluntária ou princípio da livre adesão

“As cooperativas são associações de pessoas com interesses e objetivos comuns, são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a utilizar seus serviços e assumir responsabilidades como associados, sem discriminações raciais, políticas, religiosas e de sexo.”

2º Princípio: Gestão democrática pelos cooperados

“As cooperativas são organizações democráticas, controladas por seus associados, que participam ativamente na formação de suas políticas e na tomada de decisões. Os dirigentes (homens e mulheres), eleitos como representantes dos outros membros, são responsáveis perante esses. Nas cooperativas de primeiro grau, os associados têm igual direito de voto (um associado, um voto). As cooperativas de grau superior (federações e confederações) são também organizadas de maneira democrática, porém nessas, assim como nas centrais, com exceção das que exerçam atividade de crédito, podem optar pelo critério da proporcionalidade.”

3º Princípio: Participação econômica dos cooperados

“Os cooperados contribuem equitativamente para o capital de suas cooperativas e controlam-no democraticamente. Pelo menos parte desse capital é propriedade comum da cooperativa. Os associados recebem uma remuneração ao capital subscrito, quando estabelecido nos estatutos. Os excedentes são destinados a esses e outros objetivos: desenvolvimento de suas cooperativas às vezes por meio da criação de reservas, e parte das quais será indivisível; aos associados, distribuídos na proporção de suas transações com a cooperativa; apoio a outras atividades aprovadas pelos associados.”

4º Princípio: Autonomia e independência

Autonomia e independência. “As cooperativas são organizações autônomas, de ajuda mútua, geridas por seus membros. Se firmarem acordos com outras organizações, incluindo instituições públicas, ou se recorrerem a capital externo, devem fazê-lo em condições que assegurem o controle democrático pelos seus associados e mantenham a autonomia das cooperativas.”

5º Princípio: Educação, formação e informação

“As cooperativas devem promover a educação e formação de seus associados, representantes eleitos e dos trabalhadores, de forma que possam contribuir eficazmente para o desenvolvimento das mesmas. Devem, ainda, promover a educação e informação do público em geral, particularmente dos jovens e dos líderes de opinião, sobre a natureza e as vantagens da cooperação.”

6º Princípio: Intercooperação

“As cooperativas servem de forma mais eficaz a seus membros e dão mais força ao movimento cooperativo trabalhando em conjunto com suas coirmãs por intermédio das estruturas cooperativistas locais, regionais, estaduais, nacionais e internacionais.”

7º Princípio: Interesse pela comunidade

“As cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentado de suas comunidades por meio de políticas aprovadas por seus associados.”

Manifesto da marca Unimed

Vocação não é uma escolha. É atender um chamado e dedicar-se profundamente àquilo que fomos predestinados. Somos médicos, somos uma marca de médicos. Mais do que conhecimento para curar, temos comprometimento com a vida, com as pessoas, com o mundo. Fazemos o melhor porque nascemos e nos unimos para isso. Somos uma cooperativa de médicos. Muito mais do que um prestador de serviços de saúde.

A Unimed é um sistema que cuida das pessoas para que elas possam aproveitar a vida. Lideramos com propósito. Somos mais de 113 mil médicos movidos por um mesmo ideal. Não falamos de doença. Falamos sobre tudo o que pode tornar a vida das pessoas melhor. Somos uma marca que fala de saúde, que fala de proteção, que fala com as pessoas. Temos vocação para cuidar das pessoas.

Unimed Chapecó

Negócio

Promoção de saúde e valorização do trabalho médico.

Missão

Promover e cuidar da saúde e do bem-estar das pessoas.

Visão

Ser referência em medicina e gestão ética, buscando satisfação crescente dos clientes, colaboradores e cooperados, contribuindo para o desenvolvimento da sociedade mediante crescimento sustentável.

Princípios

- Cooperação;
- Desenvolvimento de pessoas;
- Ética;
- Excelência nos serviços;
- Governança;
- Inovação;
- Sustentabilidade.

Política de qualidade

Desenvolver e consolidar uma cultura de qualidade focada na segurança e na satisfação do cliente por meio da excelência dos serviços, melhoria contínua dos processos e da eficácia do sistema de gestão.

Refletindo sobre tudo o que foi relatado aqui, sinto um orgulho imenso de ter participado ativamente de toda essa construção. Cada parede derrubada do velho hospital e as novas estruturas erguidas fazem-me olhar para trás e afirmar que tudo valeu a pena. Foram 24 anos trabalhando para o sistema Unimed, e sou muito grata e feliz pelo ser humano que me tornei, visto que nos tornamos naquilo que acreditamos, e o cooperativismo sim nos torna pessoas melhores.

Saudações Cooperativistas,
Marlise Iloira Gurtler

Coordenadora de Mercado e Marketing no período de 2014 a 2021 da Unimed Chapecó.

Referências

Disponível em: <<https://www.unimed.coop.br/site/sistema-unimed>>.

Disponível em: <<https://www.unimed.coop.br/web/chapeco>>.



Aponte a câmera do seu celular no QR Code e ouça o audiolivro do texto

Centro de Memória Alfa/MaxiCrédito – CEMAC: preservação, pesquisa e comunicação da história do cooperativismo

*Elisandra Forneck
Aline Maisa Lubenow*

Introdução

A Cooperalfa e o Sicoob MaxiCrédito, cooperativas do ramo agropecuário e de crédito, respectivamente, com sede em Chapecó/SC, historicamente tiveram a preocupação de preservar sua história e salvaguardar seus acervos. Reafirmando essa posição, em 2010 firmaram convênio com o Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina – CEOM/Unochapecó com o objetivo de realizar um diagnóstico, catalogação, higienização e preservação de seu acervo histórico. Esse trabalho foi realizado entre outubro de 2010 e outubro de 2012. Após esse período, o Centro de Memória foi institucionalizado, passando a ter duas historiadoras atuando permanentemente no local. Em 2013, foi realizado um concurso interno entre os colaboradores Alfa e Maxi para escolher o nome e o slogan. A sugestão escolhida foi Centro de Memória Alfa/MaxiCrédito – CEMAC com o slogan “Quem coopera faz história”. Em seguida, a equipe construiu a missão, a visão e os valores:

Missão: salvaguardar, pesquisar e comunicar a história da Cooperalfa, do Sicoob MaxiCrédito, do cooperativismo e da agropecuária em suas áreas de abrangência a partir do século XX até o presente.

Visão: ser espaço de referência para pesquisas sobre cooperativismo, cooperação, crédito e agropecuária.

Valores: responsabilidade cultural; democracia: participação ativa e ampla dos associados, colaboradores e da comunidade; valorização da identidade cooperativa; salvaguardar os testemunhos materiais e imateriais do cooperativismo, crédito e agropecuária; proporcionar acesso livre e facilitado a toda a comunidade; qualidade nos projetos internos e externos.

Esses elementos refletem os objetivos do trabalho e a preocupação com a preservação e a difusão da história e memória institucional. Mas a constitui-

ção de um centro de memória não pode ser feita da noite para o dia. Foi necessária a execução de uma série de etapas que mostraram o compromisso das organizações com sua criação, como por exemplo a assessoria do CEOM e o apoio das diretorias como elemento de validação e de apoio às ações.

A partir desse projeto, houve uma redescoberta da história institucional. Isso passou a fortalecer o vínculo e a identidade dos colaboradores e associados com suas cooperativas, conectando as pessoas e instituições a seu passado e às suas trajetórias. Esse trabalho fez “evocar a memória institucional para recuperar e atualizar valores e princípios” (CAMARGO; GOULART, 2015 p. 82) sempre presentes na trajetória das cooperativas.

Identidade visual do CEMAC. Fonte: CEMAC



A história é construção social e experiência. Por isso salvaguardar a memória das instituições é prova de seu compromisso social e do cumprimento do sétimo princípio do cooperativismo (interesse pela comunidade), não só com associados e colaboradores, mas também com a história regional, pois abrange relações políticas, comerciais e culturais em que essas cooperativas estão inseridas.

O acervo do CEMAC é constituído por parte da documentação evocativa das atividades e dos sujeitos envolvidos na história da Alfa e da Maxi e, por conseguinte, da história regional. Se pensarmos sobre a região e o local, não podemos deixar de analisar como essas trajetórias articulam-se também com os processos globais. Marcon nos diz: “As regiões não se constituem em meras extensões do processo histórico global, mas produzem e criam, articulada e contraditoriamente com o global, formas peculiares de ser. [...]. Somente através de investigações regionais é que essas peculiaridades podem emergir” (2003, p. 16).

Nesse sentido, a constituição do projeto do Centro de Memória dessas instituições evidencia também a necessidade de dar maior importância e visibilidade às memórias e experiências vividas, pensando a história como uma trama de contradições em que vivem diferentes grupos com diferentes valores e interesses. Por isso a importância de diferenciar história de memória, como evidencia Luporini:

[...] memória é a vida, emerge de um grupo que ela une, é múltipla, coletiva, plural e individualizada, é efetiva e mágica, se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto; a materialização da memória está representada nos museus, arquivos, bibliotecas, centros de documentação e bancos de dados; [...] História é uma representação do passado, é operação intelectual que demanda análise e discurso crítico, possui vocação universal, lida-se às continuidades temporais, estabelece relações, trabalha com o relativo, a materialização da História ocorre por meio da produção do conhecimento histórico (2002, p. 332).

O acervo das cooperativas aborda, além da história institucional das cooperativas, a formação do cooperativismo e da agropecuária regional. Por isso o CEMAC constituiu-se um espaço que não é: “[...] nem um tribunal nem um pódio de distribuição de prêmios” (BEDARIDÁ, 1996, p. 226). Ou seja, não é e não será um espaço para julgar ou glorificar, mas um local onde associados, funcionários e a comunidade possam identificar-se como sujeitos dessa história, e não um monumento personificado em homenagem a poucos. “O compromisso, neste caso, não é tanto com o *ter* e preservar acervos, e sim com o *ser* espaço de relação e estímulo de novas produções, sem procurar esconder o ‘seu sinal de sangue’” (CHAGAS, 2006, p. 33).

Entre as diversas tipologias de acervos, os mais presentes são os documentos em papel (matérias publicitárias, fotografias, jornais, revistas e outros documentos), que podem ser utilizados em exposições físicas e virtuais, pesquisas históricas e/ou institucionais, na elaboração de material educativo ou como mecanismo de compreensão histórica. A historicidade dos objetos e sua importância são descritas por Grunberg:

Um objeto tem em si não somente a presença da forma e dos materiais com o que foi construído. Ele guarda através disso todas as relações de produção da sociedade que o criou; [...] É necessário estudar esses objetos para que se tornem vivos e cumpram a função de transmitir a memória de sua época (2000, p. 65).

Com a criação de um espaço, o objetivo também é sensibilizar as pessoas no sentido de desconstruir a ideia de Centro de Memória como um lugar de “coisas velhas e sem vida”. Perceber em cada objeto seus significados e simbolismos, entender que esse espaço não é um local de acúmulo de objetos velhos ou um gabinete de curiosidades. Quando o passado é visto como encerrado, ele passa a ser olhado como melancólico e acaba se tornando apenas um “espetáculo”, digamos ainda que superficial. Os documentos¹, indiferentemente do suporte, devem ser percebidos:

¹ Documento é toda informação registrada em um suporte material, suscetível de ser utilizada para consulta, estudo, prova e pesquisa, pois comprova fatos, fenômenos, formas de vida e pensamentos do homem numa determinada época ou lugar (TESSITORE, 1997, p. 7).

Como resultado de trabalho humano [...] se constitui em fruto da satisfação de alguma necessidade historicamente determinada. As coisas mais banais do cotidiano, todas as coisas que o homem constrói, tudo o que deriva do seu trabalho são expressões da presença humana e, portanto, vestígios ou fontes documentais a serem consideradas (LUPORINI, 2002, p. 326).

Evidenciar o Centro de Memória como lugar dinâmico, que tem uma real ligação entre o “espaço de experiências e o horizonte de expectativas” (KOSELLECK, 2006), pode auxiliar-nos numa reflexão mais crítica sobre o presente. O CEMAC procura também ser espaço que está “[...] a serviço do desenvolvimento social, na compreensão teórica e no exercício prático da memória como direito de cidadania e não como privilégio de grupos economicamente abastados” (CHAGAS, 2006, p. 33).

É primordial também perceber como a cultura organizacional influencia a história da organização. A memória institucional – percebida como a representação que o grupo faz do próprio passado – pode evidenciar a importância de cada colaborador e associado dentro da conjuntura institucional. É o que chamamos de pertencimento. Reconhecer a história na qual se insere dá novo sentido ao trabalho realizado pelas pessoas e pode torná-las importantes agentes de fortalecimento da cultura institucional.

Acervos

A Cooperalfa e o Sicoob MaxiCrédito foram produzindo e guardando documentos que registram suas atividades ao longo de suas trajetórias. Também reuniram prêmios, representados por troféus, placas, quadros, entre outros documentos diversos que retratam suas histórias e o envolvimento na sociedade. “O acervo museológico é sempre produto da atividade humana, da história, de relações de poder; no entanto quanto da atividade humana não foi fadado à destruição e ao esquecimento? Assim, o acervo só tem sentido porque é lembrado e reescrito” (SANTOS, 2006, p. 126).

O acervo do CEMAC destaca as memórias e experiências vividas na formação do cooperativismo e da agropecuária regional. Imagens fotográficas, objetos, acervo têxtil, documentos, depoimentos, registros em vídeo, entre outros, retratam o cotidiano de associados, funcionários e da comunidade local. Tudo isso está acondicionado na Reserva Técnica, que é um local com instalações apropriadas para garantir uma vida útil maior aos documentos. Os cuidados com a preservação desses acervos são realizados por profissionais capacitados, que também monitoram o ambiente, cuidando de especificidades como temperatura, umidade, iluminação e higienização das peças. Para garantir a segurança dos objetos, o acesso ao espaço é restrito a pessoas autorizadas pela instituição. Vamos descrever a seguir os principais acervos do espaço.

Acervo iconográfico

Até o momento, esse é o principal acervo do espaço em volume de material. Composto por fotografias (físicas e digitais), slides e negativos, as imagens são do século XX e XXI, ilustrando a trajetória da Cooperalfa, do Sicoob MaxiCrédito, seus associados e colaboradores, bem como a história do cooperativismo, do crédito e da agropecuária em Santa Catarina e nas áreas de abrangência das cooperativas. Salvaguardar um acervo fotográfico, além da importância institucional, possui relevância para o contexto histórico regional. Nesse sentido, Cabral Filho (2008, p. 49-54) argumenta:

Diante das imagens fotográficas, determinadas experiências coletivas ou pessoais – que não se encontram em quaisquer outras modalidades de fontes – vieram à tona; o que nos permite pensar não apenas na ressignificação do passado, mas na sua ampliação através de informações inéditas sobre ele [...]. Nesse sentido, tais imagens ganham a condição de documentos e monumentos, e isso nos impõe um conhecimento sobre o tempo em que essas imagens foram produzidas.

Armário corta-fogo, que se localiza na reserva técnica. Lá são acondicionadas as imagens físicas que já passaram pelo processo de higienização e organização



Acervo CEMAC.

São aproximadamente 15 mil imagens físicas, mais de dois mil slides e negativos e mais de 300 mil imagens digitais. Todas as imagens físicas estão

acondicionadas em armários corta-fogo². É um acervo que está em crescimento, pois, além da constante produção de imagens institucionais, as pesquisas proporcionam a doação de fotografias por associados, ex-colaboradores, colaboradores e outras pessoas que fazem parte dessa história. Além do arquivo fotográfico do Sicoob Maxicrédito e da Cooperalfa, o centro de memória absorveu ainda os acervos herdados das incorporações, como das extintas Cooper São Miguel, Coopercanoinhas e Blucredi. Todas as imagens estão disponíveis para pesquisa no CEMAC, localizado junto à matriz da Cooperalfa em Chapecó – SC.

As imagens não registram apenas o que a lente do fotógrafo captura; elas são carregadas de subjetividade, e sua interpretação sempre vai depender de como, quem e quando as olhou. Elas podem despertar alguma lembrança de felicidade, de dor, de identidade, de saudosismo ou simplesmente não provocar nenhum interesse pelo simples fato de não fazer parte da história de quem está olhando. Meneses³ argumenta que a fotografia parece ser por excelência um objeto de memória. Ela é continuidade e constatação de perda, é um olho que registra a fim de esquecer, como um recurso de amnésia. Ainda para o autor, o álbum de fotografias registra apenas o que convém estar presente no registro; ele concentra ajustes e conveniências do fotógrafo.

Para a identificação das imagens do acervo, a equipe conta com o apoio dos associados, colaboradores ou ex-colaboradores, que, além da identificação, relatam diversos fatos em torno das lembranças que lhes foram despertadas. Diz Cabral Filho (2008, p. 49):

[...] as imagens, associadas à riqueza da tradição oral, [...] oferecem ao historiador um arsenal de materiais de pesquisa mais amplo para que esse possa melhor compreender e interpretar os acontecimentos acionados pelas imagens fotográficas e pelos depoimentos inspirados por essas imagens.

Todas as imagens físicas, após o processo de pesquisa, são higienizadas e acondicionadas em pastas de poliéster e papel neutro, recebendo um número de identificação, seguindo o Plano de Classificação⁴ de cada cooperativa. Esse número fica numa planilha, em que são descritas todas as informações como local, ano, quem está na foto, suporte, que intervenção foi feita na fotografia, entre outras informações. As imagens físicas são também digitalizadas para evitar o manuseio e seu compartilhamento seja facilitado.

² O armário corta-fogo é construído com chapas de aço carbono interna e externamente para proteger seu conteúdo em caso de incêndio.

³ Comunicação pessoal de Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses realizada durante o XXVI Simpósio Nacional de História na mesa-redonda: imagem, memória, comemoração e história.

⁴ O Plano de Classificação é uma ferramenta essencial para a organização do acervo fotográfico. Através da criação de grupos e subgrupos, conforme o organograma institucional de cada cooperativa, ele ajuda na melhor classificação das imagens em temas-chave e a garantir a preservação do contexto de produção dos documentos.

As imagens digitais passam, após a seleção, por um processo de identificação, em que recebem um número, que vai para uma planilha, onde são registradas todas as informações importantes para a identificação e futuras pesquisas. Todas as imagens, digitais e digitalizadas, são salvas em HDs externos e têm cópia de segurança numa nuvem fora do CEMAC.

Acervo de História Oral

Além dos documentos de arquivo, coleções e artefatos preservados por seu valor histórico, a memória da Cooperalfa e do Sicoob está também nas pessoas. Uma parte importante do trabalho realizado no CEMAC é registrar em imagem e áudio a memória dessas pessoas, utilizando ferramentas e procedimentos de registro, como a da história oral com a realização de entrevistas. Esse acervo que está sendo construído ao longo dos anos é importante também pelo uso que se pode dar a ele, especialmente para pesquisas, realização de exposição e documentários.

O acervo de história oral do CEMAC conta atualmente com mais de 200 entrevistas. Entre as fontes estão fundadores das cooperativas, colaboradores, associados e outros personagens que, de alguma forma, contribuíram para o desenvolvimento do cooperativismo na área de abrangência das cooperativas. Do acervo também fazem parte mais 30 entrevistas doadas por dois projetos de pesquisa.

Entrevista realizada pelo CEMAC



Acervo CEMAC.

Acervo Tridimensional

A Cooperalfa e o Sicoob-MaxiCrédito possuem vários objetos tridimensionais, entre eles máquinas de escrever, de contabilidade, entre outros. Esse acervo já foi relacionado, mas ainda não passou pelos procedimentos técnicos de curadoria. Cada objeto desperta sentimentos e memórias, por isso vão ser realizadas entrevistas com colaboradores com a finalidade de construir uma ponte entre passado e presente, passado este que se faz presente através da representação desses objetos. As pessoas que trabalharam com os mesmos:

[...] fizeram parte da história, seus testemunhos (os objetos) estão conosco hoje, por que não colocá-los para falar e contar-nos as histórias que eles sabem? A parte física, o testemunho que obrigou tudo isso se encontra aqui [...] utilizá-los para que contem mais um pouco para nós, para que nos dê ideia de como se vivia naquela época (TESSITORE, 1998, p. 12).

Mais de 300 objetos que marcaram a história das cooperativas compõem o acervo. São peças-símbolo das grandes mudanças tecnológicas e administrativas que marcaram as últimas cinco décadas, como máquinas de escrever, máquinas de calcular, máquinas-ponto, central telefônica, máquina de contabilidade, entre outras.

Máquina de calcular



Acervo CEMAC.

Acervo Audiovisual

São mais de 400 audiovisuais, que abordam os mais variados temas: cooperativismo, ações institucionais, eventos das cooperativas, reportagens televisivas, mídia televisiva, homenagens, entre outros. Eles foram produzidos interna ou externamente. O que estava em fitas cassete foi convertido para tentar evitar que essas imagens se percam. Agora também os DVDs estão nesse processo, já que são um suporte muito frágil. Os vídeos estão sendo salvos na nuvem e no YouTube.

Parte do acervo do fitas VHS e DVS



Acervo CEMAC.

Documentação arquivística

O acervo arquivístico do CEMAC é composto por jornais como *O Cooperalfa*, *Elo Cooperativo*, *Jornal da Produção*, *Jornal do Agricultor*, *Jornal da Cooperação São Miguel*, *Mix de Notícias do Sicoob MaxiCrédito*, entre outros, publicados a partir da década de 1970. O acervo conta ainda com atas das cooperativas, cartilhas sobre o cooperativismo, revistas sobre o cooperativismo, agropecuária, revistas diversas, documentos diversos da Cooperalfa, do Sicoob MaxiCrédito, do cooperativismo, do crédito e da agropecuária. É um acervo que está em crescimento, já que as cooperativas têm muita produção de documentos e constantemente são recebidas doações.

Todos os acervos acima descritos passam por um contínuo processo de conservação, o que demanda bastante tempo. O CEMAC não preserva apenas no sentido literal da palavra, mas como uma forma de fortalecer a construção da identidade cooperativista e auxiliar na construção de um sujeito crítico em relação à história das instituições e das regiões onde as cooperativas estão inseridas. Pensar criticamente nos ajuda a “[...] identificar-nos e sentir-nos parte da corrente histórica que vem do passado, não perder as nossas raízes para poder sentir-nos no presente, poder modificá-lo para transformá-lo num futu-

ro digno para todos os homens” (TESSITORE, 1998, p. 13). Além disso, conhecer a memória institucional tem “[...] o dom de estabelecer laços de pertencimento e de aproximar grupos em torno de um passado comum, ajudando a construir e legitimar a cultural organizacional das empresas” (p. 80).

Parte do trabalho de salvaguarda desses acervos é composto de muita pesquisa, o que acaba implicando também a publicação de trabalhos e organização de exposições e eventos culturais. Essas pesquisas também possibilitaram que o CEMAC disponibilizasse no site diversas informações históricas das duas cooperativas, que podem ser acessadas no link <<https://cemac.coop.br/>> ou no QR Code a seguir.

QR Code para acesso ao site do CEMAC



No site podem ser encontrados tanto a descrição do acervo como diversos projetos que o CEMAC desenvolve, como podemos ver na descrição a seguir.

Exposições fotográficas

“Expor é ou deveria ser trabalhar contra a ignorância, especialmente contra a forma mais refratária de ignorância, a ideia pré-concebida, o preconceito, o estereótipo cultural. Expor é tomar e calcular o risco de desorientar-se no sentido etimológico (perder a orientação, perturbar a harmonia, o evidente e o consenso, constitutivo do lugar comum, do banal)” (MOUTINHO, 1994, p. 4).

As exposições fotográficas têm como objetivo representar e comunicar histórias, memórias, tradições, tecnologia, saberes e fazeres. Elas devem ser também ferramentas de produção, reprodução e difusão de conhecimentos e importantes espaços para a circulação de ideias e, portanto, essencialmente políticas. Constituem-se ainda um instrumento fundamental de acesso aos acervos de museus; muitas vezes, é o primeiro contato do espectador com determinado tema. As exposições traduzem, deste modo, anseios, medos, questionamentos, afirmações, perguntas e respostas, propondo soluções por meio de uma discussão pública e coletiva (BORDINHÃO; SIMÃO; VALENTE, 2017, p. 11).

Desde 2012, quando foi promovida a primeira exposição fotográfica, mais de 200 mil pessoas tiveram a oportunidade de prestigiar as mostras fotográficas

promovidas pelo CEMAC ou realizadas em parceria com outras instituições, sempre em espaços com acessibilidade e de forma gratuita. As exposições de autoria própria estão disponíveis também para empréstimo gratuito a instituições interessadas. O Centro de Memória tem buscado também construir relações com as escolas dos municípios de atuação das cooperativas, abrindo as portas para visitas guiadas ou levando exposições e atividades educativas até elas como forma de fomentar o interesse pela história e cultura regionais.

Piaget enxergava a educação como ferramenta transformadora. Assim compreendemos o papel do museu, um elemento que:

Possibilite criar homens que sejam capazes de fazer coisas novas, não simplesmente repetir o que outras gerações fizeram, homens que sejam criativos, inventores e descobridores. Formar mentes que possam ser críticas, possam verificar, e não aceitar tudo quanto lhes é oferecido (RICHMOND, 1975, p. 153, in FRANCO, 2005, p. 139).

Mais detalhes das exposições realizadas pelo CEMAC ou em parceria com outras instituições podem ser conhecidas no link [Exposições – CEMAC](#).

Mediação para associados durante a exposição *Cooperação como Herança* em Bela Vista do Toldo/SC em 2017



Acervo CEMAC.

Pesquisa e projetos

Ao pensar a criação do Centro de Memória, a Cooperalfa e o Sicoob MaxiCrédito acreditam que esse trabalho promove a valorização da história regional, de seu desenvolvimento econômico e sociocultural, além de difundir e fomentar o comportamento do pensar, do produzir e do partilhar coletivo. Um dos instrumentos de valorização da história e da cultura locais é a pesqui-

sa. O CEMAC, através de suas historiadoras, coordena ou participa direta e indiretamente de pesquisas que envolvem os temas-foco de sua missão.

Para tanto, o Centro de Memória estabelece parcerias com universidades e outras instituições, auxiliando em pesquisas de graduandos, pós-graduandos e outros pesquisadores; busca fortalecer a biblioteca com aquisição de obras dos temas afins; pesquisa acervos particulares; estuda os acervos das coleções; realiza entrevistas para aprofundar o debate; apresenta o acervo e os resultados das pesquisas em eventos acadêmicos e não acadêmicos; entre outras ações. Alguns desses trabalhos podem ser vistos no link Pesquisa e Projetos – CEMAC.

Projeto apoiado pelo CEMAC, que falou da importância do tropeirismo para o desenvolvimento da agroindústria da região oeste de Santa Catarina



Acervo CEMAC.

Eventos e cursos

A cultura é ponte entre gerações e extratos sociais, é resgate da cidadania e, em todos os seus aspectos, tem como fruto fortalecer a identidade pessoal e social do indivíduo, bem como de integrá-lo na família e na comunidade onde vive. Qual o papel dos museus e espaços culturais nesse sentido?

O CEMAC acredita que os museus devem apostar em iniciativas que busquem conectar-se a diversos públicos. Conectar não apenas no sentido digital, mas levando seu trabalho até as pessoas e trazendo essas para conhecer

os espaços e inseri-las em seus eventos, suas pesquisas e atividades cotidianas. Ao interagir com as comunidades, as cooperativas colocam também em prática o sétimo princípio do sistema: o Interesse pela Comunidade. O CEMAC fomenta a preservação da história e a importância da cultura, especialmente através da realização de eventos como a Noite de Cinema, em que são exibidos documentários locais ou de temas que tenham ligação com a história regional. Também tem organizado cursos na área de museus e cultura, buscando contribuir para a qualificação dos profissionais que trabalham nessa área. Para mais detalhes, acesse o link [Eventos e Cursos – CEMAC](#).

Curso organizado pelo CEMAC em 2019



Acervo CEMAC.

Considerações

“A história apresentada pelos museus é um refazer da história, pois a história real está em movimento e junto aos homens” (SANTOS, 2006, p. 127).

Quando se trabalha com projetos que visam à preservação histórico-cultural, seja de instituições, grupos étnicos, comunidades, entre outros, o caminho é composto de muitas dificuldades. Talvez a maior delas seja o que alguns autores como Hall (1998), Morin (2000) e Giddens (2003) chamam de “crise de identidade”, que deriva do fato de vivermos num mundo cada vez mais globalizado e imediatista e nos revela a crise espiritual, solidária e ética que atinge os indivíduos desse contexto “pós-moderno”. Para Berman (1986, p. 9), “ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em

redor – mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos”. Mesmo dentro desse “turbilhão”, nota-se que a preocupação e a valorização da história de sujeitos, instituições e comunidades têm se acentuado nas últimas décadas como uma forma de exaltar o passado, como destaca Ferreira (2002, p. 325): “A aceleração do tempo e a preocupação com a perda de sentido do passado e com o aumento da capacidade de esquecer têm levado as sociedades contemporâneas a demonstrar grande interesse em recuperar a memória e também a história”. Segundo Camargo e Goulart, o trabalho realizado pelos centros de memória,

[...] ao trazer à tona as escolhas feitas e os caminhos percorridos pela instituição a que se vincula, é capaz de evidenciar sua identidade. Trabalhar a memória seria, portanto, uma forma de fornecê-la e consolidar os valores que propaga, contribuindo para fixar os elementos que a distinguem.

A padronização leva as instituições a procurar em sua história um diferencial para evidenciar em seus produtos e serviços.

Trata-se de um novo valor, cujos requisitos – ecologicamente correto, economicamente viável, socialmente justo e culturalmente aceito – entram no rol do que se tem considerado como responsabilidade histórica. Tal conceito, desenvolvido por Paulo Nassar, tem natureza sistêmica e cobre todo o período de existência da organização, cuja credibilidade decore do cumprimento de suas responsabilidades numa perspectiva histórica, que vai de feitos do passado às promessas para o futuro (CAMARGO; GOULART, 2015, p. 81 e 82).

Nesse sentido, sendo a confiança, sua história, a cooperação e o respeito às pessoas os principais valores da Cooperalfa e do Sicoob MaxiCrédito, o trabalho do CEMAC tem sido essencial para o fortalecimento da identidade institucional e suas marcas no mercado. Além disso, estando o CEMAC atento à contextualização histórica em que os documentos preservados foram produzidos, esse acervo é importante não apenas para a história e a memória das instituições, mas também para enriquecer e incentivar pesquisas regionais em agricultura, crédito, cooperativismo, manifestações sociais e diversidade étnica/cultural.

Referências

- BEDARIDÁ, François. Tempo presente presença da História. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (orgs.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p. 219-229.
- BERMAN, Marschall [1982]. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- BORDINHÃO, Katia; VALENTE, Lúcia; SIMÃO, Maristela dos Santos. *Caminhos da memória: para fazer uma exposição*. Brasília, DF: IBRAM, 2017. 88p. (Série Caminhos da Memória, 1). Disponível em: <<https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/>

FORNECK, E.; LUBENOW, A. M. • Centro de Memória Alfa/MaxiCrédito – CEMAC: preservação, pesquisa e comunicação da história do cooperativismo

2017/06/Caminhos-da-Mem%C3%B3ria-Para-fazer-uma-exposi%C3%A7%C3%A3o1.pdf>.

CABRAL FILHO, Severino. Da fotografia e da lembrança de velhos: a cidade revelada. In: *Saeculum – Revista de História*, João Pessoa, ano 14, n. 18, jan./jun. 2008.

CAMARGO, Ana Maria; GOULART, Silvana. *Centros de Memória: uma proposta de definição*. São Paulo: Edições SESC São Paulo, 2015. 112 p. (Coleção Sesc Culturas).

CHAGAS, Mario. *Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade*. Chapecó: Argos, 2006. 135p.

FERREIRA, Marieta de Moraes: História, tempo presente e história oral. *Topoi*, Rio de Janeiro, p. 314-332, dez. 2002. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/topoi/a/fpGyHz8dRnk56XjcFGs736F/?format=pdf&lang=pt>>.

FRANCO, Sebastião Pimentel. Repensando a prática pedagógica do museu. *Revista Alpha*, n. 6, p. 129-140, nov. 2005. Disponível em: <<http://alpha.unipam.edu.br/documents/18125/19714/repensando-a-pratica.pdf>>.

GIDDENS, A. *Modernidade e identidade*. Trad.: P. Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

GRUNBERG, Evelina. Educação Patrimonial: utilização dos bens culturais como recursos educacionais. In: *Cadernos do CEOM*. Chapecó: Argos, n. 12, 2000.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad.: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição a semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006. 368 p.

LUPORINI, Teresa. Educação Patrimonial: projetos para a educação básica. In: *Ciências e Letras*. Patrimônio e Educação. Porto Alegre: Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciência e Letras, n. 31, 2002.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra. Comunicação pessoal realizada durante o *XXVI Simpósio Nacional de História*, em 2013, durante a mesa-redonda: imagem, memória, comemoração e história.

MARCON, Telmo. *Memória, História e Cultura*. Chapecó: Argos, 2003.

MORIN, Edgar. *Cultura de massas no século XX: o espírito do tempo – I / Neurose*. Trad.: Maura Ribeiro Sardinha. Forense Universitária, 2000.

MOUTINHO, Mário Canova. A Construção do Objeto Museológico. *Cadernos de Sociomuseologia*, [S.I.], n. 4, p. 7-59, 1994. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/244>>.

TESSITORE, Viviane. *Implantação de Centros de Documentação noções básicas*. CEDIC-PUC/SP, 1998.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. *A escrita do passado em museus históricos*. Rio de Janeiro: Garamond; Minc/IPHAN/DEMU, 2006.

Site CEMAC: CEMAC – Centro de Memória Alfa/MaxiCrédito.



Aponte a câmera do seu celular no QR Code e ouça o audiolivro do texto

Sobre os organizadores e os autores

Organizadores

Elisandra Forneck

Possui graduação em História (Unochapecó), especialização em História Regional (UFFS-Chapecó) e mestrado em História Cultural (UFSC). Cursa graduação em Museologia. Atua como historiadora/coordenadora do Centro de Memória Alfa/MaxiCrédito-CEMAC. Pesquisa história e desenvolvimento regional, patrimônio cultural material e imaterial, história da agropecuária e da agroindústria, memórias, cooperação e cooperativismo.

Gilvane Kern

Especialista em cooperativismo de crédito, gestão educacional e gestão estratégica pela UCEFF de Itapiranga. Graduado em Filosofia pela Universidade de Passo Fundo e em Processos Gerenciais, Gestão e Organização de Cooperativas pela Unifael. Atualmente é diretor administrativo do Sicoob Creditapiranga SC/RS.

Leandro Mayer

Doutor e Mestre em História pela Universidade de Passo Fundo. Assistente Técnico Pedagógico na Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina. Áreas de interesse: Colonização, (I)migração, Estado Novo, Processos-crime.

Autores

Ademir Antonio Cazella

Professor titular do Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas da Universidade Federal de Santa Catarina (PGA/UFSC). Doutorado em Ordenamento Territorial junto ao Centre d'Etudes Supérieures d'Aménagement (Tours/França). Mestre em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Agrônomo pela UFSC. Pesquisa: desenvolvimento territorial sustentável, ordenamento territorial e fundiário, descentralização de políticas públicas de desenvolvimento rural e multifuncionalidade agrícola.

Adriane Biasi Rech

Jornalista formada pela Unochapecó, pós-graduada em Jornalismo e Convergência de Mídia (2015) e especialista em Marketing Digital (2022), também pela Unochapecó. Atua no cooperativismo desde 2010, já tendo passado pela área de Co-

municação e Projetos Sociais do Sicoob MaxiCrédito, onde é atualmente Líder de Marketing.

Ainor Francisco Lotério

Engenheiro Agrônomo, M. Sc em Gestão de Políticas Públicas, Pós-graduado em: Psicopedagogia, Gerenciamento de Marketing e Metodologia do Ensino Superior. Bacharel em Teologia e formando em Filosofia. Experiências profissionais: radialista e extensionista rural por mais de 30 anos; professor secundarista e universitário, servidor e gestor público (ex-prefeito de Camboriú, Diretor Estadual da Epagri e Gestor Estadual do Pró-Jovem Rural e Pesqueiro). Palestrante e instrutor em cooperativismo, agricultura, família, gestão pública, motivação, liderança e comunicação...

Aline Maisa Lubenow

Historiadora, especialista em História Regional pela UFFS, mestre em História das Ciências e da Saúde pela FIOCRUZ. É historiadora do CEMAC – Centro de Memória Alfa/ MaxiCrédito.

Andréia Tecchio

Pós-Doutoranda no Centre de Coopération internationale en recherche agronomique pour le développement (Cirad, Montpellier/França) em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas da Universidade Federal de Santa Catarina (PGA/UFSC). Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Mestra em Agroecossistemas e Agrônoma pela UFSC. Pesquisa: políticas públicas, desenvolvimento territorial, pobreza rural, sustentabilidade alimentar e segurança alimentar e nutricional.

Blasio Spaniol

Possui Curso Técnico em Agropecuária – Colégio Agrícola de Camboriú – 1977; Graduação em Marketing – Uninter; Pós-graduação – Gestão da Comunicação – UNOESC – São Miguel do Oeste, SC. Foi extensionista da Acaresc entre 1978 e 1982; chefe de gabinete do deputado Eloy Ranzi 1983/1984; vendas na Tortuga Zootécnica entre 1985 e 1987. Atuou na Cooperativa Regional Auriverde como comunicador social por 12 anos; foi por 17 anos gerente de comunicação do Sicoob São Miguel.

Célio Haverroth

Engenheiro Agrônomo (UFSC, 1990), mestre em Extensão Rural e Desenvolvimento (UFSM, 2012), trabalhou, nos anos 1990, como extensionista rural em assentamentos da reforma agrária e no Projeto Microbacias/BIRD. Foi secretário municipal de Agricultura em Rio do Campo/SC e em Gaspar/SC. Desde 2004, é extensionista rural da Epagri, onde atualmente é diretor de Desenvolvimento Institucional.

Celso Zarpellon

Natural de Muçum/RS. Formado em Agronomia e Administração e com mestrado em Engenharia da Produção. Experiência profissional: extensionista da Acaresc/Epagri; coordenador do “Projeto 21” da Sadia, do “Projeto Meu Lugar” do Governo do Estado de SC, de Planos de Desenvolvimento Regional e de uma metodologia para elaboração de Plano Diretor Municipal Rural – MAPA; professor universitário; consultor do Sebrae e mentor dos programas “QTRural” e “DeOlho na Qualidade Rural”.

Dimas de Oliveira Estevam

Bacharel em Economia, mestre em Administração e doutor em Sociologia Política pela UFSC. Desenvolve atividades como Pesquisador e Docente Permanente (Mestrado e Doutorado) do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico (PPGDS/Unesc). No âmbito da Educação Superior exerce as seguintes funções: Editor-Chefe da Editora da Universidade do Extremo Sul Catarinense (EdiUnesc), Coordenador do Programa de Ações em Economia Solidária (Paes/Unesc) e Coordenador-Adjunto do PPGDS/Unesc.

Eduardo Tecchio

Possui Graduação em Administração MBA em Finanças pela Unochapecó. Atua como Analista de Desenvolvimento Cooperativista na Cooperalfa.

Elisa Manfrin

Cursando graduação em História pela Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS. Atuou durante seis anos na área de conservação e preservação de materiais históricos. Tem experiência na área de História, História da Arte e Conservação de Patrimônio Histórico-Cultural.

Eloiza Andréa Moraes Silva

Possui graduação em Agronomia pela Universidade do Estado de Santa Catarina. Atuou com consultoria de assistência técnica e extensão rural e orientação e assistência técnica em cooperativa. Pós-graduação em Docência para Educação Profissional pelo Instituto Federal de Santa Catarina. Mestrado em Agroecossistemas pela Universidade Federal de Santa Catarina. Doutoranda em Agroecossistemas (UFSC). Membro do Laboratório de Estudos da Multifuncionalidade Agrícola e do Território – Lemate. Área de concentração de estudo em Desenvolvimento Rural e Desempenho Ambiental, com linha de pesquisa em Agricultura Familiar, Novas Ruralidades e Territórios Rurais.

Ênio Meinen

Advogado, com MBA em *business law* pela FGV/RJ; professor convidado da USP/ESALQ, FGV e outras entidades acadêmicas para cursos de pós-graduação e autor/coautor de diversos artigos e livros sobre cooperativismo financeiro. Atualmente, ocupa o cargo de diretor de coordenação sistêmica e relações institucionais do Sicoob e é empreendedor vitivinícola.

Ernesto Pulh Neto

Assistente Social (UFRJ), membro da Kombi Livros. Possui Graduação em Serviço Social – Escola de Serviço Social da UFRJ – 2016. Pós-Graduação em Educação com ênfase em Estudos da Realidade Brasileira-UFFS – Chapecó/ SC – 2017. Participa da coordenação do Cinema dos Trabalhadores – UFFS, SITESPM e da Kombi Livros. Atualmente, está cursando Jornalismo na Faculdade Católica Paulista. Participa da coordenação do Projeto Direito à Literatura em dez escolas de Chapecó. Por fim, tem um programa de entrevista semanal na página da Kombi Livros.

Fabiano Lazarotto Rambo

Jornalista, formado pela Unochopecó; especialista em Jornalismo Econômico com Ênfase no Agronegócio pela Unoesc e Mestre em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais pela Unochopecó. Atua como docente no Ensino Superior desde 2011 e atualmente é coordenador do curso de Administração da Horus Faculdades, de Pinhalzinho. É avaliador de cursos e instituições do Basis/INEP. É jornalista na Rádio Centro-Oeste de Pinhalzinho desde 2003. Possui experiência em jornalismo econômico e cenários econômicos na academia.

Fábio Luiz Búrigo

Engenheiro Agrônomo e Doutor em Sociologia Política. Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas (PGA/UFSC). Dedicar-se aos temas do cooperativismo, crédito rural, políticas públicas e desenvolvimento territorial sustentável. Coordenador do Laboratório de Estudos da Multifuncionalidade Agrícola e do Território (Lemate/UFSC).

Genuir Parizotto

Possui graduação em Agronomia e em Processos Gerenciais. Pós-graduado em Marketing e Vendas. Atualmente é Assessor de Desenvolvimento Cooperativista na Cooperalfa.

Giovana Paludo Giombelli

Doutoranda em Desenvolvimento Rural na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Graduada em Nutrição e mestra em Agroecologia e Desenvolvi-

mento Rural Sustentável pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Pesquisas: nutrição social, soberania e segurança alimentar e nutricional, agroecologia, desenvolvimento rural sustentável, desenvolvimento territorial e governança.

Homero Milton Franco

Jornalista com mais de 40 anos de atividades dedicadas ao agronegócio e ao cooperativismo.

Ivan Ramos

Formado em Contabilidade e jornalista provisionado. Foi técnico em Cooperativismo da Acaresc – hoje Epagri; trabalhou em diversas cooperativas de SC, como Coopervil, Coopernorte, Copérdia e Coocecer – hoje Sicoob-SC/RS. Foi chefe de gabinete na Secretaria Estadual de Agricultura quando Odacir Zonta foi secretário; foi secretário de Finanças do município de Concórdia; diretor da Secretaria de Administração no Governo de Wilson Kleinubing. Foi o diretor administrativo e financeiro da Fecoagro na fundação por 8 anos e hoje é o diretor executivo da Fecoagro.

Jian Carlos Frare

Graduado em Filosofia pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), pós-graduado em Cooperativismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e pós-graduando em Cooperativismo de Crédito pela Unochoapé. Atua com Desenvolvimento e Educação na Cooperativa Central de Crédito Rural com Interação Solidária – Cresol Central Brasil.

Jucelita Almeida Neves

Graduação em Administração de Empresas em 2001 pela UNC – Universidade do Contestado de Curitiba (SC). MBA Gestão Estratégica pela Unoesc Chapecó em 2006. cursou a Pós-Graduação em Gestão de Cooperativas de Crédito em 2012 pela Faculdade Horus de Pinhalzinho (SC). Capacitada em 2017 pelo Banco Central do Brasil como Facilitadora em Gestão de Finanças Pessoais e em Coordenação de Projetos Sociais pelo SESCOOP/SC. Atua no Cooperativismo de crédito desde 2000, desenvolveu trabalho como gestora de Comunicação e Projetos Sociais da Cooperativa Sicoob MaxiCrédito até o ano de 2020 e hoje atua como Gerente de Organização do Quadro Social.

Luiz Salgado Klaes

Bacharel em Ciências Econômicas e em Ciências da Administração pela UFSC. Especialista em Cooperativismo pela UNISINOS; em Cooperativismo pela Carl Duisberg na República Federal da Alemanha; em Cooperativismo pelo Centro Internacional de Aperfeiçoamento Técnico Profissional da Organização

Internacional do Trabalho. Mestrado em Administração Pública e Doutorado em Engenharia Industrial ambos pela UFSC. Professor Adjunto do curso de Administração da UFSC na Disciplina “Cooperativismo e Economia Solidária”. Professor Colaborador da UFSC na Disciplina “Cooperativismo e Economia Solidária”. Líder da Agência Metropolitana da Cooperativa MaxiCredito. Membro da Comissão Fiscal da Cooperativa MaxiCredito. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Cooperativismo, atuando principalmente nos seguintes temas: administração; cooperativismo; economia solidária; educação a distância; administração de cooperativas; administração da produção e recursos humanos.

Luiz Vicente Suzin

Foi presidente da Federação das Cooperativas Agropecuárias do Estado de Santa Catarina entre 2007 e 2016; foi do Conselho de Administração da Central Aurora Alimentos entre 2012 e 2016. Atualmente, é presidente da OCESC; presidente da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Sicoob Vale do Vinho; presidente da Cooperativa Agropecuária Videirense – Coopervil e representante da Região Sul do SESCOOP Nacional.

Marcelo Antônio Conterato

Graduado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), mestre e doutor em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atualmente é Professor Associado II da UFRGS, vinculado ao Departamento de Economia e Relações Internacionais (DERI) e ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) e Diretor do Centro Interdisciplinar e Sociedade, Ambiente e Desenvolvimento (CISADE). Pesquisa: construção social de mercados; agricultura familiar e desenvolvimento rural.

Marcio Antonio de Mello

Engenheiro Agrônomo, possui especialização em Administração Rural (UFLA/1993), mestrado em Agroecossistemas (UFSC/1998) e doutorado em Desenvolvimento Rural (UFRGS/2009). Trabalhou como engenheiro agrônomo em cooperativa agropecuária do Oeste de Santa Catarina, região onde foi também extensionista rural na Acaresc. Atuou como pesquisador da Epagri na área de socioeconomia, no Centro de Pesquisa para a Agricultura Familiar (Cepaf). Atualmente desempenha a função de coordenador estadual da Epagri no programa de gestão de negócios e mercados.

Márcio Port

Bacharel em Administração de Empresas pela Universidade de Caxias do Sul (1998), Especialização em Gestão de Serviços pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos – 2001) e em Gestão de Cooperativas pela Univates (2008). Atualmente é

vice-presidente da Central Sicredi Sul/Sudeste. É autor dos livros “O Cooperativismo de Crédito ontem, hoje e amanhã” (Editora Confefbras, 2012) e “Cooperativismo Financeiro: percurso histórico, perspectivas e desafios” (Editora Confefbras, 2014). É gestor do Portal do Cooperativismo Financeiro (cooperativismodecredito.coop.br).

Maritânia Bagnara

Mestre em Ciências Ambientais pela UNOCHAPECÓ, especialista em Educação pela FAJ – Faculdade de Joinvile, Graduada em Pedagogia pela UD, graduada em Psicologia Sistêmica pela Universidad Multicultural – CUDEC, México. Experiência na área de Educação em Séries Iniciais e Educação de Jovens e Adultos. Experiência em desenvolvimento de metodologias para o cooperativismo agropecuário, mais de 20 anos de experiência na área de educação, coordenação e desenvolvimento de treinamentos e capacitações para o cooperativismo.

Marlise Iloira Gurtler

Graduação em Tecnologia do Empreendimento com Ênfase em Marketing pela Unoesc Joaçaba – 2006. Pós-graduada em Administração Hospitalar pela Unoesc Chapecó em 2009. MBA de Inteligência de Mercado pela UCEFF – 2015 e MBA em Gestão e Inovação em Saúde pela Faculdade Unimed – 2021. Atuou como Coordenadora de Marketing, Relacionamento com Cliente, Sustentabilidade, Gestão de Contratos, Comunicação, Relacionamento Médico e Comercial na Unimed Chapecó de 1992 a 2021.

Neivor Canton

Técnico em Contabilidade, graduação em Letras Português – Francês (1977) e em Direito (1996), especialização em Direito Tributário (1991/1992), pós-graduação em Direito Administrativo (1998) e MBA direcionado para altos executivos (1999-2000). Além de ter experiência na vida pública, foi presidente da Coopérdia; presidente da FECOAGRO e presidente da OCESC. Atualmente, é diretor presidente da Cooperativa Central Aurora Alimentos (Aurora Coop), além de presidente do Conselho Curador da Fundação Aury Luiz Bodanese (FALB).

Ney Guimarães

Pedagogo, especialista em adolescência e juventude contemporânea, em cooperativismo com ênfase na organização do quadro social e na Pedagogia da Cooperação e Metodologias Colaborativas. Desde 2005 trabalha como educador/palestrante e consultor na área da liderança, motivação/sensibilização, humanização, educação e cooperativismo. Atualmente tem realizado estudos e pesquisas referentes à terapia sistêmica como mais um instrumento de empoderamento humano.

Sabini da Silva Roncaglio

Jornalista formada pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali) em 2008. Especialista em Comunicação Empresarial, atuando com assessoria de imprensa, gerenciamento de crise e estratégias de comunicação multiplataforma. É criadora de conteúdo para a Rede Cooper desde 2018, produzindo materiais que são enviados à imprensa e também distribuídos a cooperados, clientes e colaboradores.

Sonara Bergamo Ramos

Especialista em Responsabilidade Social Empresarial pela UNOCHAPECÓ, Pós-Graduada em Saúde Pública pelo IBPEX – Instituto Brasileiro de Pós-Graduação e Extensão, formada em Serviço Social pela UNOESC Chapecó. Desde 2007, desenvolve atividades na área social da Aurora Coop e Fundação Aury Luiz Bodanese.

Suzane Grimm

Bacharel em Administração de Empresas pela Universidade Regional de Blumenau (FURB), Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (PPGDS/UNESC), experiência na área de administração, atuando em cooperativas, empresas familiares, nacionais e multinacionais. Além de experiência em docência na área de gestão como professora substituta no Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) e como especialista de ensino no Senai.

Valdete Boni

Professora da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), campus Chapecó. Pós-doutora em Gênero e Campesinato, Doutora e Mestra em Sociologia Política e graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pesquisa: desenvolvimento rural, agricultura familiar, mulheres rurais, campesinato, soberania e segurança alimentar.

Vilmar José Dal Bosco

É especialista em Economia e em Cooperativismo e Analista de Desenvolvimento Cooperativista na Cooperalfa.

No Rio Grande do Sul, o modelo cooperativo que hoje conhecemos, foi introduzido em 1902 pelo padre suíço Theodor Amstad, que fundou naquele ano a primeira cooperativa de crédito da América Latina, em Nova Petrópolis: a atual Sicredi Pioneira/RS. A partir da prática exitosa implantada naquela comunidade alemã, outros modelos surgiram como uma alternativa encontrada pelos colonos teuto-brasileiros de juntos enfrentarem seus problemas. Uma destas experiências está em Itapiranga/SC, que tem a cooperativa de crédito mais antiga de Santa Catarina, em funcionamento ininterrupto desde sua fundação, em 1932. Na cidade vizinha, Palmitos, localiza-se a cooperativa agropecuária mais antiga de Santa Catarina, fundada um ano depois. Ambas foram de iniciativa popular, buscando a união como forma de superar dificuldades. Na segunda metade do século XX, o cooperativismo se disseminou com mais força, fomentado pelo Estado, tornando Santa Catarina um dos estados mais cooperativistas do Brasil, com mais de 50% da população ligada a alguma cooperativa.

Um dos objetivos desta publicação é democratizar artigos científicos e oportunizar o compartilhamento de diferentes experiências de associativismo com cooperativas, escolas, instituições e interessados no tema, buscando fomentar os valores da cooperação e novas produções sobre o tema. Esperamos também que os princípios associativos que transformaram a realidade das comunidades em Santa Catarina, possam gerar ainda mais frutos e fomentem o comportamento do pensar, produzir e partilhar coletivo.



Patrocínio:



Realização:

SECRETARIA ESPECIAL DA CULTURA | MINISTÉRIO DO TURISMO



ISBN 978-65-5974-106-9



9 786559 741069